



O BRASIL
E O
COLONIALISMO EUROPEU

Exemplar **Nº** **1642**

1956

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S/A. - Rua Barão de Ladário, 226
Fones: 9-9087 e 9-9932 - São Paulo, Brasil.

SÉRIE 5.^a

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

★ BRASILIANA ★

VOL. 288

J. F. DE ALMEIDA PRADO

★

O BRASIL
E O COLONIALISMO
EUROPEU

★



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

OBRAS DO MESMO AUTOR

História da formação da sociedade Brasileira.

Primeiros Povoadores do Brasil. 1500-1530. 3.^a ed. 1954.

Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil. 1530-1630.

A Bahia e as Capitânicas do Centro do Brasil. 1530-1626.

Tomas Ender. Pintor Austríaco na Côrte de D. João VI no Rio de Janeiro. Um episódio da formação da classe dirigente brasileira. 1817-1818.

Em preparo:

S. Vicente e as Capitânicas do Sul do Brasil.

EDIÇÕES DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

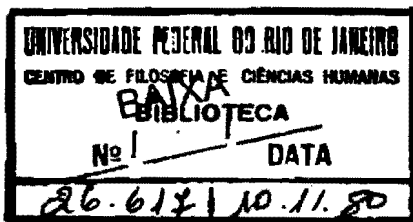
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo.



Fontes Primárias para o Estudo dos Descobrimentos e Povoação do Brasil. Conferências publicadas pela Faculdade de Ciências Económicas de S. Paulo. S. Paulo 1948.

Aperçu de l'Histoire du Brésil.

Aspects de l'Histoire de St. Paul, in col. *Le Brésil Actuel,* Rio 1955.



A

L. V. GIOVANETTI
P. MARIA BARDI
CLAUDE BLUM,

*européus sem colonialismo,
oferece o*

AUTOR

ÍNDICE

O Brasil e o colonialismo europeu	9
O descobrimento e a colonização do Brasil ...	19
O início do tráfico africano	37
A Bahia e as suas relações com o Daomé	115
Alegrias e pesares de uma educadora alemã ..	227
Reflexos do colonialismo europeu no Brasil ...	243
Ainda reflexos do colonialismo europeu	265
Ecos do congresso de escritores de 1954	273
Repercussões sociais do café	281
Colonialismo e complexo criador	317
Visita a Nitti	365
Ricordi... ..	387
Um poeta safadinho	401
O mito de superioridade racial	423
Índice onomástico	465

O Brasil e o Colonialismo Europeu

NESTE LIVRO juntamos trabalhos nossos de diferentes épocas, mais ou menos relacionados com o problema constituído pelas manifestações verificadas no Brasil de colonialismo europeu. No correr de alguns capítulos vem expresso o que entendemos acêrca do termo. Múltiplas são as suas formas, aparentes sob os mais inesperados aspetos, que tanto podem ser de ordem material como abstrata, invariavelmente, no entanto, defluente do nacionalismo do homem europeu. Do seu caráter tivemos amostra nos infinitos choques e atritos objeto dos estudos ora reproduzidos, publicados em várias épocas sôbre assuntos literários, políticos e até ideológicos. A multiformidade das repercussões no Brasil provocadas pela alma rapinante do europeu, nosso modelo em muitos terrenos, erigida a Europa em Alma Mater pedagógica, guia e inspiradora de tôda a América, vê-se submetida, entretanto, como tôdas as coisas dêste mundo, à desigualdade que a natureza impõe aos homens e que êles desesperadamente intentam contrariar.

Todos nós sabemos que se acaso fossem iguais os organismos humanos, muito se simplificaria o exercício médico. Bastaria termos em casa um Chernovitz com os sintomas das moléstias e os seus remédios, para prescindirmos de Faculdades de Medicina. Ora, a diversidade entre homens ainda avulta quando reunidos em nações. Alguns países padecem de excesso de calor e de umidade, outros de falta de chuvas geradora de desertos, outros finalmente se apresentam providos de

tôdas as benções do céu, fertilidade, clima, equilíbrio de meios de vida, configuração topográfica favorável e comunicações fáceis, motivo de superioridade dificilmente admitida pelos menos bem aquinhoados. Tal desigualdade nos foi imposta pela sábia natureza que nem sempre é fácil alterar. Seria o mesmo, caso contrário, altear-se o homem a semi-deus e enveredarem nações pela senda em que utopias se tornariam realidades, fato destacado por Marx quando profligou a crença em perfeições, professada por espíritos exaltados em teoria política.

Rebela-se, porém, o homem contra a fatalidade. Recusa-se admitir o inelutável, que qualifica de injustiça. Giram, daí, as suas maiores paixões, as mais longas e tirânicas de sua vida, que o acompanham do nascimento à morte, em tórno de problema criado pela sua inteligência, motivo de na Europa, desde a noite dos tempos, jorrar continuamente sangue em lutas de conquista, processada de casa em casa, castelo a castelo, cidade a cidade, nação a nação, porfia mais tarde desdobrada em "colonialismos" recrudescida pelo surto dos descobrimentos marítimos. Daí o mito da Superioridade, a razão dos esforços para conseguí-la e a permanência da utopia imanente. Do balanço das aquisições registadas no campo político no século 19, do exame do que nos proporcionou de bom e de mau, vemos ressaltar dominante no seu decurso a idéia nacionalista sempre presente e absorvente. Poreja em tudo, na atitude e nas propensões das gentes. A grande revolução francesa, seguida das guerras napoleônicas, prepararam o terreno onde deviam vicejar teorias de caráter nativista em nossos dias. Imperialismos, nacionalismos, chauvinismos e colonialismos, sucederam-se e se avolumaram até desencadear calamidades de ordem universal, que tudo subverteram para deixar o que havia de pior no mundo antigo, fator mor de todos os males presentes, passados e futuros.

Nas páginas que seguem, encontraremos nos documentos apresentados as origens da mais variegada espécie dêsse sentir que, depois de gigantescamente se hipertrofiar, avassalou longos períodos históricos. Veremos, também, o paradoxo de muitas de suas conseqüências, assim como desesperadas tentativas do espírito humano, quando alucinado por psicoses coletivas pretende mudar a face da terra, no afã de transformar nações deserdadas pela natureza em pletóricas de bens naturais, por imposição da sua simples vontade, "*Assim o quero e há de ser*", atitude absurda, gênese de conflitos quando recorre à violência para a sua consecução. Exemplo algum mais eloqüente podemos desejar no presente caso senão o da Itália nestas últimas décadas. Nação profundamente traumatizada no século 19 pela campanha destinada a unificar a península norteada por ideais nacionalistas, deixou-se invadir pelo vírus do "*Stupide XIXe. Siècle*" reinante na Europa. Outros países vizinhos serviram-lhe de modelo e contribuíram para as suas desgraças, invariavelmente oriundas do maléfico contágio. Mas de preferência a qualquer outra nação, vamos citá-la por nos interessar mais de perto, pelo fato de ser latina e pelas levas imigratórias que nos mandou. Nesse exame, verificamos ter voltado a Itália nas vésperas do primeiro conflito mundial à angústia que a atormentava no *Risorgimento*, e mais ainda, no mesmo período da segunda conflagração, quando os que a arrastavam para a fogueira pensavam assim proceder por patriotismo. O ansêio em si respeitável, foi nas duas eventualidades completamente desvirtuado pelo nativismo a soprar no Velho Mundo, em que se aninhavam planos dos inevitáveis aventureiros que medram em todos os surtos de caráter nacionalista.

Organismo frágil por falta de recursos naturais, afligido por população excessiva, a Itália não podia colher outro resultado da sua desatinada resolução, que

despeito e amargor depois do Tratado de Versalhes. Um conclave realizado naquelas condições, obediente mais a potências européias colonialistas que aos Estados Unidos, potências essas completamente desvairadas pelo nacionalismo, fatalmente decepcionaria a aliados mais fracos, os que jamais deveriam ter entrado na conflagração, germen de futuros conflitos quando os descontentes se uniriam aos adversários da véspera. Hoje talvez compreenderiam vencedores, vencidos e inconformados o perigo de artificiosos ajustes, gizados por grupos submetidos a todos os males de vaidades exasperadas, ambições incontentáveis e mais paixões provenientes da insanável desigualdade a que acima nos referíamos. Uns ricos, outros pobres, uns fortes, outros fracos, como poderiam se entender sob o signo dissolvente? Onde não há justiça, equidade ou sequer esforço de compreensão, não pode haver tampouco paz e continuidade. Segundo o espírito do chamado Ocidente em 1914, e mais ainda em 1939, era lícito às nações poderosas escravizar as débeis. Passaria neste período por doido o estadista europeu que se abalançasse em querer corrigir o mal. Assim fôra em todos os tempos e no entender de povos e de governantes, e assim deveria continuar para todo o sempre.

Espesinhada retirou-se a Itália do teatro do drama em aparência terminado em comédia na galeria dos espelhos. Prosseguiria, no entanto, o morbo destruidor a sua trajetória nos anos seguintes, cada vez mais peçonhento. O contágio que espalhava invadiu todos os partidos políticos da península. Todos procuravam dêle se aproveitar em seus manejos e intrigas — e principalmente — na sua demagogia. O primado dessa exploração para fins eleitorais, pendia ora para a direita ora para a esquerda, segundo as peripécias da luta pelo poder. As vacilações acirravam a desordem. Conflitos

sucediam-se entre os cubiçosos do mando, não só nos partidos revolucionários mas no seio dos tradicionais da península, que aventureiros intentavam manobrar em proveito próprio. Campeava infrene a pior das demagogias, a de caráter social, a constituir terreno sonhado por peritos de politicagem, indivíduos pertencentes a todos os rótulos, possíveis e imaginários, cujo apetite corre parilhas com a falta de escrúpulos.

Não havia mais paralelo com a política de ante-guerra. Nunca se vira coisa semelhante. Todavia, fêz-se sentir na conjuntura, pelo menos um benefício — não interveio como em 1914 nos conflitos de opinião pública o auxílio que agitadores recebiam de governos estrangeiros. Tinham agora de voar com as suas próprias asas, se bem aproveitassem junto às massas a publicidade que tinham desenvolvido durante a fase de propaganda subvencionada. Além fronteiras ninguém mais se preocupava com os destinos da Itália naufragada em tormentosa confusão política. Os franceses tipo Barrère, conseguido o escôpo, afastavam-se dos cúmplices, retiravam-se do cenário ondê tinham representado tão relevante papel e abandonavam a vítima à própria sorte. Todos tinham de resolver problemas cruciantes e pouca atenção podiam dispensar a vizinhos. Via-se nessas condições a península a braços com terríveis escolhos semeados na sua rota, entre os quais avultavam prodigiosa inflação, depressão econômica, e, acima de tudo, agitação social. Recorreram, daí, os que se sentiam ameaçados nas suas posses e pessoas, aos que se inculcavam capazes de pôr paradeiro à turbação. Nesse momento, indivíduos que mais tinham concorrido para a agravação dos males, apresentaram-se como salvadores da pátria em perigo. Dizia um sábio experiente de lides políticas, *“Trocamos mais facilmente de opinião do que de camisa”*. Foi quando Mussolini de um dia para outro surgiu em cena como defensor do capitalismo, trono e altar.

Senhor de Roma, iniciou o pequeno agitador chegado ao poder pela confusão imperante, a mais louca das aventuras. Tudo o que praticara até então não se podia comparar ao que ia suceder. Tinha de juntar inicialmente sob aparência de harmônica fusão correntes perfeitamente inconciliáveis — as imposições das forças conservadoras apoiadas pelas armas e as reivindicações das massas operárias prestigiadas pela consolidação do regimen moscovita. O expediente, mais muitos outros levados a cabo na mesma ocasião, obedecia a ideologia tão nebulosa quão extravagante, a repousar sôbre mórbido nacionalismo. Os elementos da propaganda doutrinária destinada a cimentar o absurdo edifício, partiam das injustiças do Tratado de Versalhes — que os nazistas pouco depois chamariam de *Diktat* — a hostilidade de todos contra a Itália, o mito do italiano transformado em super-homem graças ao fascismo, o que lhe permitiria resistir aos inimigos e conquistar devido lugar ao sol, etc.... etc.... Nessas condições, enquanto reinasse desordem na Europa, expremida entre rebatjes conservadores e subversores, poderia o fascismo se equilibrar como funâmbulo sôbre corda bamba. Depois... seria o salto no escuro!

Impósto o Partido Fascista à Itália, o único meio de Mussolini perdurar, consistiu no nacionalismo dirigido para uso interno e externo, graças a recursos publicitários, que durante a guerra assumiram considerável importância, compostos do famoso "*bourrage de crâne*", empregado por todos os beligerantes e que depois de celebrada a paz o fascismo levaria a níveis nunca vistos. O primeiro slogan consistiu em apregoar a reconstituição de Roma Imperial. Apenas... Mas para chegar ao fim era mister que os neo-romanos tratassem de se armar até os dentes, e o militarismo invadiu o lar dos súditos de Vittório Emmanuele. Os pais se tornaram contribuintes à força da caixa do Partido, os filhos esquadristas e os netos balillas. Simultaneamente foi decretada

guerra de nervos contra tôdas as outras nações. Passou a imperar em tôda a península a mais odiosa xenofobia, obrigado o fascista a se mostrar arrogante em presença de estrangeiros, principalmente quando eram pacíficos. Era de ver como nas ruas empertigavam-se os *camicie nere* e rosnavam insultos tôda vez que cheiravam algum francês ou britânico. Esta burlesca emprêsa podia terminar em pouco morta pela falta de senso comum, sepulta pelo ridículo, solapada por descontentamentos internos, cansados por fim os produtores pela grotesca fantasmagoria. Entretanto, foi salva e alimentada pela demagogia das esquerdas, que teve o sestro de congregar em tôrno de Mussolini fôrças conservadoras muito maiores do que no momento supunham, as quais juntadas ao nacionalismo italiano, ajudaram o Duce a se manter até o desastre final. Praticaram mais, deram-lhe o ensêjo de representar o papel de defensor da civilização, pôsto vacante pela falta de quem o ocupasse, ou de ambiente que permitisse fazê-lo nas democracias européias. A situação assim disposta, permaneceu até quando surgiu rival muito mais perigoso para a civilização do que Mussolini ou Stalin, na pessoa de Hitler, apoiado na maciça maioria do prestigioso povo alemão. Diretamente não concorreu o Duce para o aparecimento do austríaco, que êle viu emergir com prevenção e crescer com desagrado, mas sem dúvida alguma, pelo exemplo que dava e doutrina que apregoava, aplainou-lhe o caminho. A mesma condição favorável ao fascismo, ainda mais auxiliou o nazismo. Em ambos os casos a grande alavanca movedora das multidões provinha do mesmo nacionalismo exasperado por tratados internacionais iníquos. Tanto a Itália vencedora como a Alemanha vencida, repudiavam têrmos julgados inaceitáveis com análoga veemência! Como se poderiam sujeitar as herdeiras de Roma e do Santo Império ao Diktat de Versalhes impôsto por americanos ignaros — diziam eles — e europeus aproveitadores do conflito?

Outro poderoso elemento de agitação para ideologias do gênero era a dissensão lavrante entre aliados. Existe repetição na história que demonstra a tendência dos que se agrupam para fins bélicos contra determinado adversário, se desavirem na vitória e invariavelmente procurarem o vencido para se voltar contra os antigos parceiros. A Rússia comunista depois de 1917 só cogitava de incendiar o mundo para poder subsistir. A Inglaterra voltara ao isolacionismo da Rainha Vitória, época do esplendor do seu colonialismo. A França caíra por completo nas mãos do professor de liceu, saído da École Normale, pequeno burguês, nacionalista, patrioteiro, “*decoré*” e ignorante de geografia. A América se vira repelida da Europa pelos que lhe atribuíam tôdas as culpas de Versalhes. Nesse ponto aproveitadores e aproveitados estavam uníssonos, impressionantemente acordes, franceses, ingleses, alemães e tutti quanti. Desmanchara-se a antiga aliança. O terreno estava livre para aventureiros.

Presumia-se na França em 1936, que a Europa democrática liberal, atingira o derradeiro limite na contemplação ante o procedimento de Hitler cada vez mais ameaçador para a paz do mundo. Nessa época estávamos em Paris e ouvimos êste vaticínio do livreiro Chadenat, que na véspera estivera com clientes seus norte-americanos e políticos franceses. Pensamos tratar-se do Embaixador Stetson, representante dos EE. UU. na Polônia e do Ministro Daladier. Pensavam de qualquer modo acertadíssimamente. Transposto aquêlê período não mais seria possível levantar barreiras ao rôjo nazista. Mas como realizar medidas salvadoras com aliados divididos? Enquanto o perigo não se revelasse em tôda a sua extensão, a ameaçar-lhes a bolsa e a vida, nada fariam. Os ingleses flirtavam nessa altura com os alemães, segundo verificamos a bordo do navio da Royal Mail que pouco depois nos trazia de volta ao Brasil.

No correr da monótona travessia, adejou sôbre o barco um Zeppelin com destino a Pernambuco. Hurras entusiásticos foram proferidos pela inglesada a bordo, enlevada pelos primos alemães, como diziam, atitude que nos levou a recordar, no estado de espírito em que nos encontrávamos, a frase de Letícia Buonaparte, "*Pourvou que ça doure*", reeditada no momento por canções irônicas a respeito da situação do mundo.

Em S. Paulo viemos encontrar elementos oficiais, ou pelo menos oficiosos do fascismo, quase mais partidários de Hitler que de Mussolini. Alguns chegavam a proclamá-lo o maior homem do mundo! Numa dessas ocasiões discutiui certo comerciante francês com um poetaastro egípcio-toscano, em má hora erigido professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o qual procurou rematar a conversa bastante ácida com a promessa de que iria em pouco visitar o outro na França. Mas o faria à testa dos *camicie nere* a fim de reaver a parte da Savoia que Napoleão III roubara à Itália. Respondeu-lhe imediatamente o francês sentir-se tranquilo dêsse lado da fronteira, pois, "*pour vous nos douaniers suffiront*". Diàriamente repetiam-se incidentes semelhantes a demonstrar a incurável suficiência dos europeus, fossem quais fossem. Discutiam, injuriavam-se, ameaçavam-se, mas invariavelmente olvidavam o fiel da balança, o dono da hora representado pela América do Norte, pelo simples fato de não pertencer à Europa! Pode-se afiançar que os desastres germânicos de 1914 e 1939 manaram da mesma fonte, de não querer o presunçoso tudesco admitir o poderio dos E.E. UU. incomparavelmente mais ricos e poderosos que a Alemanha, porém, avêssos ao militarismo.

Através dos trabalhos aquí reunidos, chegamos ao período de após guerra em que vemos a Europa mais uma vez salva pelos americanos. Tanto o russo oriental, como o europeu ocidental, foram igualmente socorridos

em momentos desesperados pelos exércitos da América. Livrara-os o providencial salvador quando o inimigo lhes punha o cutelo no pescoço. Depois, mitigou-lhes a fome, dispendeu treze bilhões de dólares de auxílios diretos a governos, e permitiu que outros muitos milhões os acompanhassem disseminados pelos seus turistas em tôda parte onde passeavam. Com esta ajuda puderam as nações européias pensar feridas, reconstruir o destruído e completar as suas reformas sociais. Mas guardou porventura a caduca *Alma Mater* gratidão por quem a socorrera em lance extremo? Orgulha-se do filho adotivo que soube se mostrar em hora aziaga mais desvelado que os de suas entranhas? Reconhece, outrossim, a prodigiosa generosidade com que a sustenta enquanto não consegue diminuir a sua natalidade? No caso, seria atitude normal testemunhar afeto ao benfeitor. Nada mais justo e esperado. Alça-se, porém, o velho colonialismo europeu e a espumar de ódio vomita sôbre a mão generosa. A caridade americana? Um insulto. O seu apoio? Um acinte. O seu interêsse pela Europa? Evidente plano para reduzi-la à escravidão!

Do exposto conclui-se de que o homem europeu, às vêzes estimável quando realmente culto — caso bastante raro, por sinal — torna-se perfeitamente odioso em conjunto, reunido a compatriícios com a mesma mentalidade. A sua psique formada por séculos de rapina não lhe permite ainda compreender os dissemelhantes. Como esperar que o infeliz portador de tão pesada carga possa entender outras gentes, mais jovens e saudáveis? Infinitos fatores condensados no século que antecedeu o atual, produzem-lhe antolhos constituídos pela defeituosa formação. Talvez o tempo possa melhorá-lo. É possível, pôsto não acreditamos muito no milagre. Em todo caso, se nos afigurou interessante estudar-lhe alguns aspectos através do depoimento brasileiro no processo que lhe é hoje movido perante a História.

O Descobrimento e a Colonização do Brasil

A América foi descoberta no fim da Renascença, período em que o homem do chamado Ocidente, empreendia imenso esforço no sentido de desvendar os mistérios deixados pela Idade Média. O enigma oceânico era dos mais apaixonantes, mantido, entretanto, desde a façanha de Hannon, na densa obscuridade conseqüente às lutas de conquista que ensanguentavam a Europa. Coube neste período renovador, a uma nação situada nos confins do continente, protegida da desordem pelos alcantilados reinos das Espanhas, dedicar-se ao que aos outros era defêso, penetrar na treva de além Mediterrâneo e revelar ao mundo o segredo dos mares.

Conquanto fôsse a sua população composta em maioria de camponeses absorvidos no amanho da gleba, dispunha também de pescadores familiarizados com o alto mar, do apôio financeiro de capitalistas italianos desejosos de novas comunicações com a Índia e de dados preciosos de árabes e judeus, moradores ou freqüentadores da península ibérica, peritos em náutica e astronomia. A grandeza de Portugal neste passo, residiu na maneira como empenhou tôdas as suas fôrças na gigantesca aventura e nela prosseguiu sem desfalecer. O triunfo de Vasco da Gama, foi justo prêmio de planos longamente amadurecidos e metódicamente aplicados, a proporcionar ao mareante noções seguras acêrca de estações, monções, ventos, calmarias e estrelas, numa

prodigiosa arrancada descobridora de ilhas e de continentes. Nos domínios incorporados pelas navegações ao reino de Manuel o Venturoso, que em hebraico significa Querido de Deus, destacou-se o Brasil, terra cujo nome fôra sugerido pelo lenho vermelho encontrado nas suas matas. A essência era procuradíssima desde o descobrimento das ilhas atlânticas como matéria corante empregada na indústria de tecidos da época, a ponto de haver quem suponha, também provir o apelido América de antigo térmo italiano "ameri", sinônimo de rubro, de onde "terra de l'ameri" ou américa. Este apreço da tecelagem quinhentista, ia provocar, entretanto, grande preocupação no Conselho del-Rei.

Numerosos corsários normandos e bretões eram bem recebidos no Brasil pelo indígena, porquanto não pretendiam se apossar da terra mas apenas mercadejar com os seus primitivos ocupantes. Pelo menos ostensivamente assim procediam enquanto lhes faltassem forças para maiores empreendimentos. Logo depois da passagem de Pedr'Álvares por Pôrto Seguro, quando raros portugueses acaso surgiam no litoral, desenvolveram estes corsários, tidos pelos lusos por interlopos, tal atividade entre a indiada, que o govêrno de Manoel I e sucessores se viram ante cruciante dilema, ou povoava a orla costeira com elementos seus em condições de defendê-la, ou para sempre perdia a generosa dádiva do acaso. Dava apenas a escassa população do reino para o estanco da especiária no Oriente, como afrontar o encargo de povoar a imensidade brasílica! Na conjuntura, recorreu a corôa na América ao sistema já tentado nas ilhas do Atlântico, de capitánias hereditárias outorgadas a indivíduos em condições de explorar a concessão de modo útil para si e para a monarquia.

Era a um tempo recompensa e encargo. Despontara na Europa a lenda de riquezas americanas na esteira das naves de Colombo e de Vespúcio. Girava pelo

Ocidente, se bem imprecisa, com exageros que sugeriram a governantes da península, deixarem no Brasil entre os indígenas alguns europeus das expedições transoceânicas para mais tarde servirem de intérpretes e informantes. As tripulações também davam exemplo de sofreguidão na cata de notícias sobre ouro e pedras preciosas quando ao desembarcarem nas praias procuravam obtê-las a poder de sinais e comparações junto das tribus do lugar. Com o tempo, desertores, "línguas", náufragos e degredados passaram a constituir núcleos de brancos e mestiços em meio dos Tupí da costa, tornados pontos de apóio para os donatários. Infelizmente malograram muitas das concessões de princípio disputadas por numerosos candidatos a rápido enriquecimento na América. Duas obtiveram certo sucesso, a de Pernambuco ao norte e a de S. Vicente ao sul. As demais donatarias arrastaram-se lamentáveis depois de arruina-rem o donatário, ou logo abandonadas reverteram à corôa, ou tiveram trágico desfecho como sucedeu a Francisco Pereira Coutinho, que na Bahia pereceu nas garras do gentio enfurecido.

Não era possível lutar com inevitáveis percalços, além da longa demora' requerida por semelhantes empresas para dar algum resultado. Sem abundante auxílio do govêrno e créditos oficiais e particulares, desorganizavam-se as capitânicas. Pouco adiantavam, na conjuntura, núcleos de primeiros povoadores esparsos pelo litoral, ínfimo pugilo de brancos perdidos entre tribus de índios, com os seus filhos mestiços, chamados "mamelucos" pelos portuguezes por analogia com os mercenários do Egito que tinham encontrado no mar Vermelho. Os que marcaram exceção, beneficiaram de maior ajuda por parte do govêrno metropolitano. do acaso de se localizarem onde fâcilmente vicejou a cana de açúcar, da procura do seu produto no mercado mundial e principalmente do auxílio do judeu à procura em o Novo

Mundo de sítio para inverter capitais. A sua contribuição nas capitânias foi considerável. Manifestou-se na abertura de créditos para o lavrador, na venda da produção e à vista do malôgro no aproveitamento da mão de obra indígena, na organização do tráfico de braços africanos. Proporcionava ao lavrador europeu imigrado exatamente aquilo de que êle mais necessitava. Êle mesmo se arvorava muitas vêzes em fazendeiro ou senhor de engenho, graças às propriedades recebidas em pagamento de dívidas de clientes insolvíveis. Não fôsse a sua decisiva intervenção na indústria açucareira nordestina de meados do século 16 a meados do século 17, longo teria sido o seu desenvolvimento, com outros característicos e maior número de deficiências. Bastava, porém, a intervenção do cristão novo nas correntes de captivos dirigidas da África à América, para colocá-lo em destaque entre os principais fatores do surto econômico da maior colônia lusa, no período de esplendor antes da invasão e expulsão dos holandeses do norte do Brasil.

A fórmula colonizadora pouco variou através dos séculos. Formaram-se as suas diretrizes pela ação dos mesmos fatores de guerra e de conquista. De modo geral sempre partiu de chefia discricionária, bafêjo da metrópole, e nas nações de crença religiosa unitária, como as da península ibérica, de normas impostas pela crença por meio de seus pastores. A conquista ultramarina intentada pela corôa lusa decorreu sob o mesmo lema a encabeçar a promulgação das capitânias por D. João III, "*Considerando quanto he serviço de Deus... ser a minha terra e costa do Brasil mais povoada do que athe agora foy, assim pera nella haver de celebrar o culto e officios divinos, e se exaltar a nossa sancta fêe catholica, com trazer e provocar a ella os naturaes da ditta terra infieis e idolatras*". No quadro interpretado à moda européia, tinha direito o vencedor à pessoa e

bens do vencido, que no Brasil seriam os índios, como outrora as povoações das Gálias foram assoberbadas pelos romanos, ou em África os egípcios pelos Tolomeus. Não atingira a Grécia antiga o fastígio da civilização sôbre alicerce do regimen servil? Porventura os romanos não a suplantaram ao acompanhar-lhes as pegadas? Invasores nórdicos e mussulmanos acaso não procederam do mesmo modo? Igual trilha percorreria o lusíada na América, onde, convém notar, encontrara escravidão entre índios.

Dominado por esta mentalidade, o ádvena levantou insanável conflito com o primitivo dono do sítio, mais sensível à opressão do trabalho nos moldes alienígenas que à perda da liberdade. Acresce, no caso do homem americano, falharem sôbre êle todos os meios de pressão e de persuasão eficazes em indivíduos de outros continentes. O que podia constranger europeus, africanos ou asiáticos a aceitar infeudações sociais, políticas e econômicas, redundava inútil em tupís e tapuias. Verificada a inadaptabilidade do índio ao que o português dêle exigia, impôs-se cogitar de substituto e êste foi o negro.

O instrumento de trabalho escolhido para assegurar o progresso das colônias, era sobejo conhecido na Europa meridional antes de vir ter à América. Em Lisboa, Algarves, Andaluzia e muitos mais sítios, era tamanha a quantidade de pretos, que a região às vêzes parecia prolongamento de tratos africanos a continuar na margem européia do Mediterrâneo. Dava-se o mesmo nas ilhas do Atlântico, onde a mor parte dos trabalhadores eram escravos da África equatorial. Introduzido o tráfico negro nas Antilhas em 1506, com razão pensou-se que daria resultado semelhante no Brasil. O africano rústico e robusto, originário de regiões de clima tórrido e úmido como grande parte da zona americana para onde o remetiam, familiarizado desde séculos com a

escravidão reinante no seu habitat, intensificou a produção do solo, que por sua vez, criou recursos a permitir aquisição de mais negros e conseqüente alargamento da "*mancha de óleo*" em tórno de núcleos econômicos em formação. Auxiliou igualmente o português na paz e na guerra, no arrotear a gleba e em defendê-la, mas suscitou o aparecimento de novo problema.

Organizado logo depois do descobrimento do Novo Mundo, o tráfico negreiro carregou verdadeira multidão de um para outro lado do oceano. Aquêlê caudal sem fim, a correr ininterrupto entre as duas margens do Atlântico, dia a dia engrossado pelo aumento da produção americana e aperfeiçoamento da técnica predatória africana, acentuava a desproporção do número de escravos e dos senhores. Simultaneamente tornava mais complexo o funcionamento das fazendas. Os escravos eram antigos guerreiros, muitos dos quais mussulmanos de índole belicosa, cujo momentâneo revés de fortuna nos combates em que tinham perdido a liberdade não desmerecia a intrepidez. Fácil imaginar a ameaça por êles constituída, quando adensados no mesmo sítio, dirigidos por alguns brancos no ermo de léguas entre cada propriedade, formavam densas legiões de indivíduos ainda por civilizar, tornados cruéis pela sua adversa condição. O angustioso passo, em aparência sem solução satisfatória para colonos povoadores, foi, no entanto, resolvido da melhor maneira possível pelo missionário católico, protetor do índio, doutrinador do negro e educador do branco. Graças ao jesuíta, brilhantemente assessorado por franciscanos, beneditinos, carmelitas e clérigos regulares — heróis anônimos de gigantesca empreza — manou condição ímpar para o Brasil. Tornou-se um privilegiado entre possessões européias ultramarinas, a constituir terreno favorável à marcha do progresso, decorrida sem choques letais, num conjunto modelar para nações neo-latinas, principalmente no sentido da convi-

vência de raças díspares. Edulcorou-se entre nós a fatalidade em virtude do ensino desses homens nunca assás louvados, que pelo esforço lograram esmaecer a tragédia do tráfico, a maior de tôdas transplantadas para a América. Na gleba brasileira desde os alvares do povoamento, o escravo, contrariamente ao que sucedia nas outras possessões européias, não era considerado besta de carga, mas ente humano como o seu dono e senhor. Vivia o africano no Brasil em ambiente moral, preocupados os responsáveis pelo seu procedimento em lhe subministrar preceitos da mais sublime crença aparecida no mundo, assim como existência materialmente superior a de muito europeu livre da época. O quadro era tão assombroso que certa vez no Recife um irlandês a caminho de ergástulo britânico no Oriente, a considerou melhor que a de seus conterrâneos sob guante vitoriano na Irlanda.

Apoiado no braço negro, estimulado pelo capital judeu, progrediu o agricultor brasileiro até as vésperas da invasão holandesa. O auxílio que recebia do cristão novo era de tal porte que o govêrno luso impôs ao supercilioso Santo Ofício, a obrigação de fazer vista grossa sôbre os deslises perpetrados pelos neo-conversos na colônia contra a crença oficial da monarquia. Muitas vêzes exprobaram governadores os prejuízos causados aos colonos por judeus onzeneiros estabelecidos no nordeste. Pintavam-n'os como ávidos Shylocks, avantesma do laborioso cristão velho de velha cepa portuguesa. *"Fôra o govêrno metropolitano forçado a ordenar não mais permitisse Mem de Sá, ações judiciárias, de cobrança sem preliminar exame, tantas queixas chegavam ao reino sobre exações do gênero cometidas pelos mercadores judeus da colônia"*(1). Aproveitavam-se os incriminados da sofreguidão dos povoadores lusos, em querer

(1) v. *A Bahia e as Capitâneas do Centro do Brasil* do autor, vol. III pág. 224.

levantar pouco depois de chegados do reino, engenhos e engenhocas em Pernambuco, Bahia ou Paraíba, para insidiosamente lhes oferecer créditos excessivos. O resultado era caírem nas unhas do único elemento colonial possuidor de capitais. Daí, as contínuas representações dos governos seguintes, como sucedeu com Manoel Teles Barreto quando comunicava a el-Rei o dano produzido pelos mercadores, que *"vinhão destruir a terra, levando della em tres ou quatro annos que cá estão quanto podião e acrescentavão com o seu trabalho e havião conquistado à custa de seu sangue"*.

Considerava-se o lavrador espoliado pelos intermediários, não só pelos altos juros dos empréstimos, como através das comissões no embarque e depois na venda do produto da lavoura, além da porcentagem cobrada na aquisição de negros. Por êsse e outros motivos enriquecia a mor parte dos cristãos novos com prodigiosa rapidez. Conservavam ciosamente a crença dos seus maiores e não deixavam oportunidade em manifestar profunda aversão pela da monarquia luza. Os registos do Santo Officio no Brasil apresentam-se repletos de tôda sorte de acintes, sacrilégios, profanações, conspurcações, irreverências, cometidas pela minoria conversa contra o credo da maioria conversora. Enumeram igualmente as Visitações as incessantes controvérsias dogmáticas com violento cheiro de heresia que armavam com grande escândalo de cristãos velhos(2). Não obstante a fanática ação registada nesse campo, as demais por êles exercidas eram em extremo favoráveis ao progresso da colônia. Concediam-lhe exatamente os recursos devidos pela coroa, que o esgotamento do Tesouro não permitia fossem

(2) ib. Relações enviadas ao reino que citamos a fim de evitar equívocos, porquanto ultimamente o traumatismo causado a israelitas pelos acontecimentos políticos na Europa, os tornam em extremo susceptíveis a qualquer referência menos abonadora a seus correligionários, inda date de séculos. Trata-se, entretanto, de documentos históricos e não de mera fantasia, que nos obrigam sem antissemitismo algum a publicá-los.

galardoado pelo governo metropolitano ao povoador ultramarino. Foi, portanto, graças à atividade do neo-converso, que se imprimiu forte impulso à indústria açucareira no espaço de um século (1540-1640), verificado na zona onde se tinham estabelecido.

Prevaleceram-se também da união das duas coroas ibéricas, para se infiltrar por Buenos Aires e pela vereda S. Vicente-Paraguai, nos domínios de Castela onde dantes se lhes proibia a entrada. Aí encontravam ensêjo para exercer mais uma atividade, constituída pelo contrabando da prata do Potosí, a maior fonte de renda colonial do império espanhol. Para disporem de maior mobilidade nessas especulações financeiras nos quatro continentes, percorridos em perpétua agitação, deixavam as esposas na Europa, ou não constituíam família antes de embarcar para a América. Esse sistema trouxe também sua contribuição no aumento de mamelucos vistos em Pernambuco, Paraíba e Bahia, profusamente mencionados nas Visitações do Santo Ofício. Transferido o monopólio dos gêneros chamados exóticos, no correr do século 17 de Lisboa para Amsterdam, o sefardim acompanhou a trajetória da sua mercância favorita e passou-se aos holandeses, não tanto para se livrar de perseguições — bastante inócuas como vimos — mas para prosseguir na sua especialização na indústria açucareira e atividades subsidiárias em que avultava o tráfico negreiro.

Pelo mesmo motivo foi compelido a desejar a vitória das armas flamengas sôbre as lusas. A derrota, porém, das primeiras às voltas com irreprimível sublevação dos crioulos da terra, fechou-lhes as portas da totalidade da América do Sul durante a vigência do período colonial. Sentiram-se na conjuntura simultaneamente feridos em todos os domínios ibéricos. No Brasil, pelos portugueses indignados pela sua defecção, e nas colônias espanholas pela Inquisição muito mais superciliosa que a lusa. Mostrou-se o Santo Ofício espanhol

incomparavelmente mais severo no século 17 que o português, e, inversamente este tornou-se muito mais rigoroso que o primeiro no século seguinte, oscilações em grande parte explicáveis por causas econômicas. Foram, daí, obrigados os cristãos novos na emergência a se transferirem com bens, haveres, especialização e até servos índios, de Pernambuco, do nordeste em geral e da Bahia, para as Antilhas protestantes, onde iniciaram concorrência ao açúcar brasileiro.

A guerra holandesa privou a maior colônia lusa do apoio de colaboradores de primeira ordem. Perdurou, sem dúvida, a indústria açucareira no sítio onde tão bem se aclimara, mas sem a contínua expansão que se lhe notava em tempos idos. Quiseram fados benignos pouco depois de celebradas as pazes com os holandeses, fôssem descobertas no centro do Brasil grandes minas de ouro, logo seguidas na mesma região pelas de diamantes, que os portugueses procuravam desde 1500. Sitas muitas léguas sertão a dentro, propiciaram a exploração e efetiva ocupação de terras dantes desertas, cuja distância do litoral, configuração montanhosa e escassa fertilidade, jamais teriam o condão de atrair povoadores sem o poderoso íman aurífero. Espalhada daí por diante milagrosamente a fama de fabulosas riquezas, numa época de comunicações lentas, como se aquêlê trato americano dispusesse de modernos difusores de propaganda, iniciou-se vertiginosa corrida de aventureiros de tôda casta rumo às jazidas onde se encontravam. Despovoaram-se os campos de S. Paulo, marujos nos portos desertavam, passageiros dos comboios da Índia sustentavam viagem para mudar de destino. Não tardou a surgir o reinol nas lavras auríferas alvoroçado pelas novas que chegavam ao reino. Beirões e transmontanos abandonavam as famílias nas comarcas metropolitanas, impelidos por sonhos ambiciosos que os levavam através de brenhas, rios e desertos aos alcantís do Tejuco e do

Sabará. Outros os seguiam em tão grande número, que o governo de S. M. cogitou de medidas para vedar a saída de braços necessários à agricultura. Ademais, não era preciso hipertrofiar-se o número de imigrantes para surgir transtorno à produção. Em fins do século 17 escasseava gente em Portugal por motivos vários em que predominavam mortíferas epidemias.

Restava ao governo português povoar os extremos do seu mais belo domínio, se quisesse proteger convenientemente as minas recém-descobertas. A latente porfia entre as duas coroas ibéricas obrigava o Conselho del-Rei a semelhantes precauções, razão das remessas de casais das ilhas oceânicas como no tempo de Severim de Faria, para a Amazônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Receberam as margens do Rio Mar mais de cento e dez famílias portuguesas do presídio marroquino de Masagão, com seus bens e servidores, no reinado de D. José, quando foi extinta a famosa praça d'armas. Infelizmente não puderam ser mantidas tais correntes como seria de desejar, pelo fato das comarcas lusas necessitarem dêses ilheus depois da perda de escravos negros libertados por Pombal. Os trabalhadores que desciam da Galiza para o litoral luso, só em parte remediavam a carência, porque mais se dirigiam às cidades do que aos campos. Foi preciso apelar para os Açores, de onde veio de uma vez leva superior a três mil pessoas para Setubal, Beja, Ourique, Évora e Portalegre, no século 18, a fim de atender os pedidos de braços para artes mecânicas e lavoura. À guisa de compensação — se é lícito empregar o termo — enviou-se ao Brasil no reinado seguinte de D. Maria I, quatrocentos ciganos deportados de Extremoz onde se achavam concentrados por Pina Manique, que os mandou para as capitâneas nordestinas. Como era de esperar, deram péssimo resultado, resistentes como se mostravam a mudar de pele. Judeus e ciganos mantêm-se inteiriços e andeijos através dos séculos,

característico que impôs ao govêrno renunciar à estranha providência.

Durante três séculos permaneceu o Brasil submetido a estas alternativas de veleidades de colonização logo suspensas por falta de meios. No caso das minas inúmeras vêzes sucedeu o mesmo que mais tarde aconteceu no Rio de Janeiro. Erigido êste pôrto em escoadouro da região minifera e seu abastecedor, tornou-se além de séde do vice-reino, centro mercante que atraiu numerosos indivíduos avulsos — isto é — desprovidos de família, sem grande tendência a definitivamente no Brasil se fixarem. Volviam à terra natal assim que melhoravam de condição, atitude diversa dos paulistas, que se dirigiam a Minas na cola de seus conterrâneos descobridores de jazidas preciosas e que aí lançavam raízes profundas. Regidos por normas derivadas de Roma antiga, deviam em tese, êsses elementos colonizadores, empunhar simultaneamente armas e instrumentos de trabalho, a fim de defender e amanhar a terra. O seu encargo na realidade, consistia em prover D. João V dos meios que lhe grangearam por parte de historiadores portugueses a antonomásia de *Sardanápalo do Ocidente*.

O movimento econômico e financeiro decorrente da produção das minas nas duas margens do oceano, durou pouco mais de trinta anos. Entrou em declínio no transcurso do século 18, cada vez mais acentuado à medida que o fim da centúria se aproximava. A atividade mineira dependia de grande número de braços, que monopolizava a ponto de faltarem trabalhadores para outros misteres, outras produções, outras fontes de renda para o Real Erário. A insignificante população do reino, a sua debilidade em recursos financeiros, mercantes e industriais, assim como os males da política colonial por demais utilitária — tão só interessada em espremer a colônia para dela auferir o máximo de lucro — concorriam para o Brasil parecer deserto quando eclodiu

assombroso acontecimento, a invasão de Portugal por Junot. Pouco faltou para a família real cair nas suas mãos. Tão dissimulada fôra a marcha dos invasores, graças a operações cuidadosamente preparadas e realizadas com a cumplicidade do vizinho espanhol, que o governo luso teve apenas tempo de embarcar para o Brasil sob as vistas do inimigo. Iniciara-se a fatalidade que faz das desgraças do Velho Mundo fonte de benefícios para o Novo. O mesmo ia se repetir em 1914 e 1939, com iguais resultados, a produzir saltos de séculos em a nossa evolução. Encontraria o Príncipe Regente ao desembarcar no Largo do Paço, síntese do regimen colonial num simples relancear de olhos em tórno de si. Não muito distante da Quinta da Boa Vista onde foi habitar, havia matas virgens, refúgio de quilombolas e num próximo recanto da baía de Guanabara, existia aldeia missionária de índios sob invocação de S. Lourenço. Alguns anos depois, ao se retirar do Brasil, deixava, no entanto, D. João VI ao filho herdeiro da coroa, país delineado, nação constituída, máquina administrativa montada e classe dirigente em condições de substituir a côrte lusa de torna viagem a Portugal.

Parecia passe de mágica no caos da América do Sul o que sucedera no Rio de Janeiro, onde a modorrenta cidade portuária, apêndice econômico da região mineira, súbitamente se transformara em capital de novo império reconhecido pelo concerto das nações. Crescera prodigiosamente a população em curto espaço, em que passou de cinquenta mil habitantes em 1808, ao triplo nas vésperas da Independência. No mesmo período, a do país, na sua totalidade, chegou a quatro milhões, dos quais, segundo imperfeitas estatísticas da época, havia oitocentos e cinquenta mil brancos e aproximantes. O resto era composto de índios, mestiços e principalmente pretos. A abertura das fronteiras ao comércio e navegação inaugurou fase fértil de iniciativas oficiais. Suprimidas as

peias à indústria e atividade privada que antigamente, no regimen extinto as emperravam, facilitado o trabalho a quem no Brasil quisesse se estabelecer, cuidou o govêrno de intensificar o afluxo de correntes imigratórias, tanto as espontâneas como as subvencionadas. Uma das primeiras emprêsas do govêrno, dirigida para a capitania do Rio de Janeiro, foi a de europeus remetida em 1818 para o Morro Queimado, composta de suíços católicos de Friburgo. Eram artífices e agricultores, aparentemente providos de tôdas as garantias de sucesso desejáveis. Sôbre êles fundavam os govêrnos da Suíça e de Portugal grandes esperanças. Deveriam desafogar cantões helvéticos com excesso de povoação, para povoar amenos sítios fluminenses, de clima saudável, em vales férteis, sombreados por matas milenares. Entretanto, malograram no que dêles se esperava por falta de comunicações fáceis, num tempo de demorado transporte de mercadorias, acaso fôsse possível carrear-las, pois, o regimen colonial pouco cogitara de estradas. O mesmo insucesso aconteceu, se bem por outras razões, com os chins pouco antes chamados para fomentar a cultura do chá, que nos planos dos Ministros do Regente, deveriam juntar mais uma riqueza à produzida pelo café. Nos governos seguintes também malograriam tentativas parecidas, inclusive no longo reinado de D. Pedro II, ao passo que aumentava a imigração espontânea de campônios lusos para as cidades, onde trocavam o cabo de enxada pela prática do comércio retalhista e importador, transmutados de elementos produtivos na Europa em parasitas na América.

A diretriz teórica dos Ministros do govêrno português era de modo geral certa, progressista, muito louvável, porém, redundava inexequível quando passava à realização. Provinha o insucesso do excessivo antecipar de medidas applicadas a zonas recém-saídas da ganga colonial, a se estenderem por imensos tratos desertos,

sem estradas, sôbre acidentada topografia, cortada por rios larguíssimos. Tampouco, havia nas proximidades dos sítios produtores mercados em condições de absorver a sua produção. Na ânsia de progredir, colocavam estadistas operosos, como o Conde da Barca ou o Conde de Linhares, o carro adiante dos bois. Intentavam demasiadamente sôfregos, medidas que só o lento sedimentar de anos, em alguns casos, de séculos, podia conceder. Semelhantes realizações exigem conjunto de recursos nem sempre passíveis de rápida improvização. Assim, temos o caso do botânico Caminhoá, que por volta de 1860, talvez antes, teve intuição da penicilina, como deixou patente em trabalhos escritos e impressos, mas não logrou prosseguir nas observações por falta de aparelhamento técnico. Mutatis, mutandis, situação análoga, fadava a desastres as colônias de agricultores formadas antes do regimen servil aplinar convenientemente o terreno destinado ao trabalho de europeus. Coagido o govêrno pelo inelutável, representado por condições adversas, que estavam fora do seu alcance corrigi-las, tinha de voltar à escravidão enquanto não surgisse outra fórmula aplicável ao maior problema nacional.

No reinado de D. Pedro II multiplicaram-se as tentativas de todo jaez no afã de constituir efetivos de trabalhadores livres para cooperar com os escravos cada vez mais custosos de importar da África. Não era só plano da Inglaterra, criar obstáculos ao tráfico negreiro, mas a própria consciência da classe dirigente brasileira se insurgia contra uma situação vexatória. As novas gerações ingenuamente de olhos fitos na mestra Europa — egoísta, interesseira, voltada tão só aos seus cálculos nacionalistas — ansiavam por se livrar de uma contingência, que através da propaganda britânica, tendente a proteger as suas colônias, tinha-lhes persuadido ser óbice ao progresso e prestígio da nação. Os filhos dos grandes proprietários rurais, fazendeiros de café ou senhores de

engenho, eram os que mais se destacavam no movimento. Na crise a um tempo econômica e moral em que se via a nação surgiu como poderoso derivativo, o providencial surto cafeeiro registado na parte mais fértil e aproveitável do império, deixada virgem pelo regimen anterior à Independência. A rubiácea descia agora o vale do Paraíba em direção à zona que viria a ser o seu habitat de tão adequada à sua cultura, no espaço compreendido entre as províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Com os recursos que ia criar na região, obteria meios para rasgar caminhos, lançar pontes, construir estradas de ferro, melhorar portos, adquirir os braços negros disponíveis ao norte pela decadência da indústria açucareira e lograr meios de promover a imigração de trabalhadores estrangeiros. Paralelamente, desviava para o sul a antiga hegemonia política de baianos, de perto seguida por pernambucanos e nordestinos em geral, para o sul, onde despontavam gerações mais preocupadas com assuntos financeiros e econômicos que devaneios literários a caracterizar — por exemplo — toda uma província como o Maranhão, considerada terra por excelência de poetas e prosadores. Encabeçavam também de modo prático o abolicionismo, à procura de bases exequíveis para a sua execução, graças a esteio material proporcionado por aumento de renda pública e privada que permitisse a substituição desta vez total do trabalho africano pelo europeu.

A localização da atividade econômica brasileira contemporânea trouxe vantagens de toda ordem para o Brasil. Deu ensêjo a que se povoasse o interior do seu território, dantes abandonado pela concentração de trabalho na estreita orla junto ao mar, em várzeas recortadas de rios por onde se escoava a produção. Do novo povoamento iniciado em fins do século 19, melhorava a ocupação do cerne do país, feito o Estado de S. Paulo centro do aranhol, ponto de partida das vias, que pene-

tram hoje no hinterland anteriormente apenas arranhado por transeuntes, sem veleidades de se fixar tão longe da orla costeira. Começara nessa altura nova era para a maior nação sul-americana, estimulada pela imigração européia favorável à expansão do café e à subsequente indústria que nos libertou da tutela estrangeira. Conjugados lavoura e comércio, sob a direção de paulistas formados na escola dos últimos anos da monarquia, pôde a república vencer os primeiros anos da sua existência e afrontar a crise dos tempos modernos, consubstanciada pelo longo desmando ditatorial, em que o país conheceu a mais abjeta corrupção, inépcia administrativa e delirante demagogia. Entretanto, mostrou-se resistente a todos os impactos, capaz de suportar dissipações criminosas e infantís, má administração, demasiado e caro funcionalismo, três pastas militares custosas e improdutivas e mais causas de prejuízos, e, ao mesmo tempo, continuar a progredir. A nossa história narra que já atravessamos vicissitudes parecidas e soubemos vencê-las, daí a frase "*Deus é brasileiro*", neste momento mais que nunca de atualidade.



Tese apresentada no XXXI Congresso dos Americanistas realizado em S. Paulo em 1954.

O Início do Tráfico Negroiro para o Brasil

DESDE OS TEMPOS mais remotos da história da humanidade, encontramos notícia da escravidão sob diferentes aspetos, praticada nas mais diversas regiões do mundo. Estava em pleno vigor no sul da Europa ocidental quando o Brasil foi descoberto, e, para limitar exemplos à bacia do Mediterrâneo — de que na antiguidade dependia a civilização de Portugal a despeito do seu litoral atlântico — vemos em outras eras as suas margens pejadas de entrepostos de cativos provenientes da Bretanha, Germânia ou Sarmácia, comerciados pelos fenícios antes dos mussulmanos intensificarem na Idade Média o tráfico de “infiéis” e de negros. Na própria América foi encontrada a escravidão entre indígenas pelos primeiros navegadores que a avistaram.

Nos séculos 14 e 15, para não ir além, foram vendidos em Veneza mais de 10.000 cativos provenientes em grande parte da Abissínia. Na mesma época em Granada, Marrocos, Algéria, Tunes, Trípoli, Egito e regiões adjacentes ou submetidas ao jugo maometano, traficava-se com escravos de tôdas as côres e origens. Quando os portugueses conquistaram Ceuta, deparou-se-lhes antigo depósito de negros arrebanhados até nos longínquos rios guinéenses onde alcançava o influxo mussulmano. Procediam do coração do continente africano, trazidos através de desertos de Tombucotum, o mais importante centro da escravatura da região saárica, cujos comboiei-

ros ministraram informações aos lusos sôbre a África equatorial, sua gente e seu comércio. Com os dados assim obtidos, começaram os iberos a também se utilizar da escravidão africana, que mais tarde lhes foi providencial quando descobriram a América e intentaram explorá-la.

No decurso do século 15 estabeleceram os portugueses com auxílio de elementos internacionais companhia importadora de pretos em Lagos. Parte dos capitais pertencia a banqueiros italianos, já familiarizados, como vimos, com o tráfico praticado em Veneza e outros centros mercantes da península itálica. Indica João de Barros a data fatídica de 8 de agosto de 1444 para o começo das suas atividades, quando um certo Lançarote chega a Lisboa com 35 cativos para serem postos em almoeda. Assumira vulto nos países cristãos a iníqua empresa, que antes de remeter trabalhadores para a América, proporcionou braços ao Algarve, Andalusia e Granada. Qualquer pretexto servia nessa altura para escravizar homens cuja côr parecia arcar com eterna maldição. Começaram os traficantes dessa época por vender Asenegues maometanos, sob alegação de serem inimigos da fé cristã, portanto, passíveis segundo as idéias do tempo de cativo perpétuo, revide do tratamento infligido a cristãos em terras de Mafoma. Depois continuaram entre outros com Jalofos (ou Iolofos), que aos olhos do crente romano não aparentavam religião alguma. Daí por diante, estenderam-se os mercadores pela costa afora, da Mina às terras do lendário Preste João. Elevaram-se na imensa faixa costeira que ia de Marrocos ao Mar Vermelho, em primeiro lugar as feitorias da Guiné, logo reconhecida por região das mais favoráveis ao tráfico.

Logo, porém, outros os superaram, muito mais remuneradores para os capitais investidos na empresa. Informa Albuquerque Felner *“à medida que o negócio*

de Mina passou a ter concorrentes estrangeiros, São Tomé foi alargando os resgates para o sul do Zaire, e Angola passou a ser grande fornecedora, não só para o Brasil, mas para tôda a América Espanhola". Tornara-se a África centro produtor de braços para qualquer região do mundo que porventura dêles necessitasse. Vinham do Senegal, do Cabo Branco até o rio de Sierra Leone, da Malagueta ao cabo de Palmas, da Costa de Ouro até o Rio Volta, da Costa dos Escravos (inclusive Ajudá) ao reino de Adra e de Benim, de Calabar, costa de Loango e de Angola, até o extremo oriental de Moçambique, ilhas do golfo de Guiné e em tôda parte onde régulos locais planejavam guerras predatórias para abastecer com prisioneiros o tráfico organizado pelos europeus.

A rapina não atingia sòmente os indígenas da costa, pois, êstes eram os menos afetados de modo geral pela sangria, intermediários que se arvoravam do tráfico. Os que mais pesado tributo pagavam eram os de regiões entre o litoral e sertões longínquos, espaço convulsionado por lutas incessantes movidas por espírito de conquista territorial, ou tão só para arrebanhar indivíduos destinados ao eito das províncias metropolitanas e possessões americanas. Resgatavam os traficantes até indígenas do coração da África, das margens regadas por caudalosos rios e grandes lagos, onde os iam buscar ativos pombeiros mussulmanos. Na península ibérica o africano devia suprir os claros deixados na população proletária por guerras, pestes e dispersão de agricultores mouriscos provocada por zêlo religioso. Uma calamidade arrastava outra. Nos campos e nas oficinas os escravos desempenhavam a mesma função que as máquinas atuais, em atividade intensa, incessante, suposta insensível, de que se defendiam os escravos a poder de invencível madraçaria, causa do rendimento de trabalho ser muito inferior ao dos obreiros livres. Sintetisa Georg Friederici os as-

petos do tráfico negro no fim da Idade Média: *“Sie stammten in Kastilien zum teil von den Mauren her, von denen man sie durch Kauf oder Tausch oder als beute im Kriege erworben hatte; zum Teil aber aus einem bis auf die Zeiten Heinrichs III, also bis 1406, zurueckgehenden lebhaften Sklavenhandel mit der Westkueste Nordafrikas. Huelva, Palos, Moguer, Lepe, Ayamonte sandten ihre Sklavenschiffe aus, waehrend Sevilla noch zur Zeit der katholischen Herrscher der Hauptmark fuer schwarzes Menschenfleisch war”*. Uma terça parte dos escravos vendidos na Espanha, segundo o mesmo autor, provinha do entreposto português de Lagos.

A capital da monarquia portuguêsã mantinha no século 16 mercado negreiro de vastas proporções a fim de atender suas necessidades de braços e também para comércio. Avalia Damião de Goes a entrada de negros em Lisboa no espaço de 1501 a 1570, de dez a vinte mil “peças” da Nigricia, além de outras proveniências, da Mauritânia, Índia, Extremo Oriente e até do Brasil. Ver-se-ia Garcia de Resende a respeito:

*Vem grã somma a Portugal
Cada anno, tambem às ilhas
É cousa que sempre val,
E tresdobra o capital
Em Castella, e nas Antilhas.*

e, impressionado pelo número de caras escuras encontradas pelas vielas de Lisboa.

*Vemos no reino metter
Tantos captivos crescer
E irem-se os naturaes
Que, se assim fôr, serão mais
Elles que nós, a meu ver.*

Clenardo partilhava a mesma opinião, assim como Sasseti, ambos abismados pela quantidade de jaos, chinas, japões, africanos e americanos vistos em Lisboa. Ao chegar a Évora o primeiro pensou que estava "*numa cidade do inferno, pois só encontrava pretos*". Pululava o elemento servil no tempo de D. João II, D. Manoel I e mais ainda no de D. João III, nas casas, armazens, mosteiros, arsenais, estiva de navios e remoção de imundícies. Jerónimo Muenzer viu na Casa da Índia em Lisboa, oficinas em que negros forjavam as âncoras das caravelas dos descobrimentos. Quando êstes escravos morriam, eram atirados pelos companheiros por ordem dos donos, nos fossos da cidade, ou terrenos baldios onde serviam de pasto aos cães. Como, porém, a fedentina ameaçasse os ingratos habitantes de vingança póstuma dos escravos, ordenou el-Rei que se fizesse escavação mortuária para recebê-los e nela atirar a espaços cal viva. O sítio tem nome de rua Poço dos Negros, hoje situada no centro comercial de Lisboa.

Em meados do século 16, entrava o tráfico no auge. Realizaram as duas coroas ibéricas ajustes vários em continuação aos de Tordesilhas, que a Portugal outorgara a parte da África mais própria ao tráfico de negros. Nessa época não se preava apenas mussulmanos guerreiros indomáveis, de pouco rendimento na escravidão, mas também indivíduos provenientes de regiões mais ao sul, onde se estendia o chamado reino do Congo. Em 1547 foi renovado entre D. João III e o potentado da região D. Diogo, o convênio que impunha aos portugueses estabelecidos na ilha de S. Tomé, comerciar (ou mais exatamente resgatar negros) tão só no litoral submetido a êste régulo. Nessa altura, dedicavam-se ao tráfico mais de dez firmas européias entre a costa guinéense e a ilha, as quais embarcavam em doze ou quinze pequenos navios, de 400 a 700 cativos em cada um, operações constantemente turbadas por levantes e morticínios de

prisioneiros e de seus guardas. Várias ordens régias embalde procuraram coibir a prejudicial ganância dos capitães, que superlotavam os barcos, sem todavia lograr resultado. Continuou a criminosa prática para maior tormento da desventurada carga e prejuízo de todos.

Os navios que escalavam em S. Tomé quando em demanda das Índias de Castela, deixavam na ilha à guisa de impôsto, três décimos da carga humana. Os braços assim obtidos, eram destinados aos lavradores locais com exceção dos que deviam prosseguir para o Brasil. Em 1559 concedeu a rainha D. Catarina na qualidade de Regente do reino, licença para cada senhor de engenho brasileiro importar anualmente doze africanos, que pagariam apenas um terço do impôsto devido antes dessa data. A medida estimulou o tráfico em profundo território angolano, assim como no litoral e na embocadura de rios, que passaram a inextinguíveis viveiros de escravos. Foi quando se adensou a maré negra a rebalsar nas capitánias no último quartel do século 16, em trágico capítulo de espantosa tragédia.

Ao régulo D. Diogo sucedeu D. Álvaro, ambos, porém, a despeito de arvorarem nomes cristãos e fingirem tolerar a religião católica, conservavam tôda a brutalidade e patifaria de empedernidos pagãos. A sua atenuante consistia em representarem hábitos e costumes ancestrais, existentes muito antes dêles, espalhados por tôda a África e que haviam de perdurar ainda por muito tempo, até nossos dias. De uma feita, por volta de 1571, padeceu D. Álvaro invasão dos ferozes Djacas, Jagas ou Iacas, localizados no atual Congo belga. Refugiou-se o Rei com o serralho, côrte e parentes na ilha dos Hipopótamos, de onde clamou socorro pelos portugueses. Enquanto não chegavam os aliados, fomes e epidemias dizimaram os fugitivos, até que de S. Tomé partiram navios com víveres para a outra ilha. De permeio também seguiram, como soe em tôda calamidade, traficantes

tes à espreita de bons negócios. Graças à desolação que encontraram, foi-lhes fácil trocar alimentos por escravos em escambo leonino, em que pais venderam filhos, filhos os pais, dignitários eram negociados mais barato que os servos, chefes outrora poderosos caíam na servidão, tudo por um punhado de comida. “*De la vint que l’isle de Saint Thomas et le Portugal encore se remplissent d’esclaves congians*”, escrevia o jesuita Du Jarric. Restabelecido no trono pelas forças enviadas por D. Sebastião I, o Rei congolês mandou uma embaixada a Portugal para resgatar os nobres vendidos durante a invasão. Registrou-se nessa altura fato impressionante: muitos dos que se tinham convertido no cativeiro, preferiam continuar cristãos sem mais desejos que volver à terra natal. Talvez outros fatores também influíssem na resolução, mas o interessante nessa atitude reside em parecer menos atroz a condição do escravo na antiguidade, e mesmo em outros tempos, do que hoje imaginamos, assim como pelo exposto revelava-se o homem tido por primitivo pelo ocidental, capaz de entender civilização superior a sua incipiente cultura. Certo é, muitos mostraram-se surdos aos convites de D. Álvaro, dentro do que poderíamos dizer “*mentalidade de época*”, com seus pontos de vista e modos de encarar a existência, incompreensíveis às gerações seguintes.

Possivelmente também preferissem os antigos súditos do potentado a servidão entre portugueses cristãos a serem dignitários junto ao amo. O que sabemos de régulos africanos justifica esta suposição. No caso de D. Álvaro, infere-se do procedimento que lhe é atribuído através os vários sucessos do seu reinado, que se assemelhava ao comum dos déspotas negros; desleal com os estrangeiros, prepotente com os súditos, infantilmente vaidoso; molesto a todos que dêle se acercavam. Em pouco ia mostrar a sua alma rasteira, tão logo se viu livre do perigo dos Iacas. A seu respeito escrevia Do-

mingos de Abreu e Brito: "*Lembrando V. Magestade hũa e muytas vezes o quanto he importante a esta conquista dar-se execução as traições e maldades de el Rey de Conguo...*". Entretanto, a despeito da má vontade do tiranete e de outros de mesma casta, prosseguiram os portugueses na fundação de estabelecimentos para resgate de cativos na costa. O maior expediente empregado neste comércio consistia em auxiliar um régulo contra os seus vizinhos a fim de promover conflitos cujos prisioneiros abasteceriam o tráfico. Em 1576, um ano após Paulo Dias ter fundado S. Paulo de Loanda, avaliava um missionário jesuíta em trezentos o número de portugueses moradores na região e em doze mil o número de cativos que transportavam anualmente, sobra dos que não eram sacrificados em cerimônias rituais ou simplesmente comidos por certos vencedores. Costumavam os sobas entregar depois de vitórias aldeias inteiras de vencidos a sobas menores, com plena liberdade dos mesmos venderem ou matarem os prisioneiros. Tais circunstâncias animaram os traficantes, ademais, apoiados pelos jesuitas no seu ardente desejo de converter o gentio, na descida pelo litoral abaixo, do golfo de Guiné a Moçambique, a procura de novos viveiros de braços. O incremento da lavoura nas Américas incitava os traficantes ao esfôrço, e, após alguns incidentes, lograram na sua marcha descendente penetrar em outra zona fértil de cativos chamada Benguela.

As causas da escravidão africana eram múltiplas. Diferiam profundamente não só segundo o sítio onde se exercia o tráfico, como também de aspeto através do tempo. De comêço o nefando comércio se desenvolveu nos vales do Senegal, Gâmbia, Niger ou Zaire, pôsto o fenômeno abrangesse praticamente tôda a África. Acentuava-se, porém, na embocadura dos rios onde se concentravam mercados e mercadoria. O jesuíta historiador Francisco Rodrigues escreve: "*Mas, por êste tempo*

lidavam já os missionários da Companhia (de Jesus) em Angola, onde foram encontrar a escravatura em pleno desenvolvimento... Nas terras dos indígenas eram numerosos os escravos, que se faziam por direito de guerra e de rebelião e em pena de crimes, ou se comprava nas feiras, onde "os reis e senhores de toda a Ethiopia", escreve o autor de Uma História Inédita de Angola, "vão vender seus escravos, e este trato é entre elles antiquissimo e sempre usado, servindo-se de peças em lugar de dinheiro, para comprar vestidos e o mais que hão mister". A consequência era avaliar Domingos de Brito, através tão só do livro reiuno da feitoria de Angola, afora os descaminhos praticados contra a fazenda real, em 52.052 os cativos adquiridos por resgate de 1575 a 1591, destinados a Portugal, Espanha, Brasil e Índias de Castela. Neste passo, citamos de preferência dados estatísticos angolanos, para não repetir inútilmente os da região guinéense que figuram no capítulo *Relações entre a Bahia e o Daomé*. Avultou, assim, a remessa angolana e congolana para as nossas capitánias com o surto açucareiro, mormente o registado em Pernambuco e na Paraíba, mais os cativos que vinham à guisa de pagamento de gêneros mandados do Brasil para a Costa. Equivaliam as peças incluídas nessas transações ao mesmo tempo que ouro para comerciar, e, quando algum jesuita estranhava ou condenava semelhante operação financeira, respondiam-lhes *"ser materia de riso entre os pretos perguntar-lhes pela justiça com que adquiriam escravos"*.

Em época algo posterior o inglês Snelgrave enumera entre as determinantes do cativo, em primeiro lugar, as guerras, depois as crianças trazidas do sertão, caídas na orfandade em virtude de conflitos armados, e, finalmente, culpados de delitos vários, em que avultava a pecha de devedor relapso, punida com perda de liberdade. Naturalmente estas modalidades diferiam muito

de região a região, pôsto, as guerras fôsem invariavelmente a maior causa do tráfico alimentado, como vimos, pelos prisioneiros preados em combate para serem vendidos. Em muitos sítios, o devedor insolúvel tornava-se escravo, mas permanecia na terra natal, ao passo que os capturados em lutas, eram vendidos com urgência, porquanto a sua presença em grande número entre os captivos representava perigo para os mesmos. A respeito observa Talbot, que um benefício proveniente do tráfico, era salvar os prisioneiros de guerra da morte que dantes os ceifava, graças ao comércio negreiro que útilmente os remetia à lavoura americana. Pelo menos esta virtude teve a traficância, de outro modo em absoluto imperdoável.

Nossos escassos conhecimentos de história e etnografia africanas, em grande parte pelo fato das regiões de onde provinham os escravos do Brasil jazarem sob o domínio de portugueses e franceses; até pouco indiferentes a estudos a respeito de populações coloniais, objeto do seu completo desprezo, dificultam distinguir os característicos da escravidão praticada no habitat dessas populações. Supomos, que em muitas zonas da África equatorial e sub-equatorial, viveriam os servos mais como clientes na acepção romana do termo, do que na condição de animais de trabalho segundo a mentalidade europeia. Autoriza a conjectura o regimen patriarcal ali reinante, pôsto, variasse, como foi dito, sob influxos vários de região a região. Mungo Park, contemporâneo de Snelgrave, dá a proporção de indivíduos livres para escravos de um para três em vária área desde a foz do Gâmbia até Tombucotum. O mesmo autor atribui na sua enumeração de motivos do cativo a completar a de Snelgrave, a três fatores principais: filhos de mães escravas, conseqüências de fomes, sanções por dívidas e outros delitos, equivalentes entre europeus a pena de trabalhos forçados.

A maior seria sempre a ganância de tiranetes, que sob os mais fúteis pretextos, despovoavam o seu território e o dos vizinhos através de guerras interminas para satisfazer pedidos de traficantes. O aspeto da escravidão assumia, destarte, similitudes gerais em toda parte onde o tráfico imperava, além dos fenômenos próprios do tradicionalismo das povoações africanas. Confirmam viajantes, missionários, mercadores, funcionários de companhias mercantes, que em sucessivos períodos relataram aspetos da servidão existentes nessas populações, as notícias de europeus de muito anteriores, dos séculos 16 e 17. Um dos mais informados, o inglês Barbot, relata que no reino de Benim, sito no prolongamento da Costa dos Escravos, não eram vistos servos na lavoura, nem tampouco na casa ou na rudimentar indústria. Em outras regiões próximas, existiam pelo contrário, em serviços caseiros e agrícolas, semelhantes aos observados por Mungo Park, o qual notara participar a cria das escravas, nascida sob o teto do senhor, da família do mesmo, cercada de maior afeição e regalias que o escravo adquirido. Na guerra, porém, qualquer fôsse a sua origem, não levava mais do que o arco e flexa, reservado o uso de ginetes e armas melhores aos senhores, de maneira que, em caso de revés, só remanescer aos auxiliares o recurso da velocidade das pernas se quisessem evitar cativo.

O receio da queda nas mãos de adversários, conferia às vezes visos de covardia aos combatentes africanos. O dominicano Labat explica a razão do procedimento da turba multa levada à força a combates, "*On peut dire pour excuser leur lacheté... qu'ils craignent d'être pris e vendus comme esclaves sans distinction de rang et de qualité...*". Essas guerras empreendidas continuamente como vimos, "*ils la font si souvent & pour les raisons si frivoles, qu'on peut dire qu'ils sont presque jamais en paix*", estavam, pois, os africanos daquêle tempo como

os europeus atualmente, nas mesmas condições de incerteza e de insegurança.

Prossegue Labat na descrição do modo de combater dos negros, de acôrdo com viajantes de épocas anteriores, e em regiões distantes da Costa dos Escravos, *“Chaque Grand conduit tous ses sujets avec lui; ils en jont des gros pelotons sans rangs & sans ordre... Quand ils se trouvent à peu près egaux, la guerre est bientôt finie, chacun craint pour sa peau... & la partie est remise à une autre fois. Quand cela ne se peut & que le hasard les à tellement postés que la retraite seroit suivie d'une defaite entière, alors le desespoir leur tient lieu de bravoure, il faut vaincre, ou mourir, ou être esclaves... A la fin le parti le plus foible prend la fuite, jette ses armes pour se sauver plus aisement. Il est poursuivi vivement par les vainqueurs qui lient & garrotent avec les cordes qu'ils ont apportées ceux dont ils font des esclaves tant qu'ils peuvent. Voila le but de leurs guerres... Après quoi chacun s'en retourne chez soi... & va vendre promptement aux Européens les esclaves qu'il a amenées”*.

As vêzes os parentes dos cativos tentavam resgatá-los, mas o preço era tal, que não havia como impedir a sua remessa para a América. No século 16 ainda era permitido aos sobas da costa, colocar à disposição dos compradores as “peças” que quisessem, tanto na quantidade como na brevidade da entrega. Prescindiam buscar longe mercadorias de vária origem, capturada ao acaso de expedições predatórias. Um indício sintomático denotava a intervenção de europeus, a subverter de há muito a vida africana. Antes da descoberta do caminho marítimo do Extremo Oriente, as repúblicas italianas mandavam mercadorias através do Saara até os centros da África. Certo Malfante, mercador do norte da Itália, em relatório escrito em 1447 de Tuat, ao sócio que ficara em Veneza, dá conta das transações realizadas

com negros por intermédio de mercadores maometanos. Outro confrade, Benedetto Dei, indigitado conhecedor de Tombucotum em 1470, afirmava já ter visto considerável consumo de tecidos da Lombardia, remetidos pela firma Portinari. Tais produtos em geral eram trocados com escravos.

Os descobrimentos concorreram para mudar a nacionalidade dos fornecedores de gêneros europeus aos africanos. Ofereciam os portugueses utensílios de trabalho e de diversão, animais úteis e de ostentação, objetos necessários e ornatos vistosos, armas e bugigangas de vária proveniência, de que se constituíam intermediários, assim como bebidas até chegar a vez de mais um vício, o fumo cultivado no Brasil para servir de elemento de escambo em África. Conseqüentemente subia o número de peças tragadas pelo sorvedouro das Américas. No último quartel do século 16, em que se procurava organizar o trabalho nas capitânicas brasileiras, sabemos pela proposta de Eduardo Lopes, que o maior comércio negreiro situava-se no Cabo Verde, rios de Guiné, S. Tomé, Congo e Angola. Estas duas localidades passavam por ser no momento as mais ricas em cativos disponíveis. Como sempre era resultado das guerras entre sobas, em que muitas vêzes intervinham diretamente europeus. Narra André Battel episódio da campanha de Benguela em que tropas regulares européias auxiliaram incursões predatórias de Iagas com tal proveito que o preço das peças caiu a um real por cabeça! Ao depois eram revendidas em Loanda a intermediários do tráfico por doze mil réis, que por sua vez as ofereciam por muito mais no embarcadouro.

Na crônica do tráfico igualmente sucedeu aparecerem e desaparecerem mercados de venda junto de outros que invariáveis permaneceram em atividade. O maior e mais persistente era o representado por todo o imenso território de Angola. Dêle diria Pyrard de Laval,

“Il ne s’y fait aucun trafic que d’esclaves nègres... Ce pays ne coûte rien au Roy d’Espagne (no tempo dos Filipes) & il en tire des grands profits”. Os súditos de S. M. Católica, espanhóis e portugueses, consideravam toda a região congoleza e angolana como mero reservatório de mercadorias dependentes da ilha de S. Tomé. Neste sentido enumerava Oliveira Cadornega, historiador das lutas naquela região, *“...deste porto sahem todos os annos de sete a oito mil cabeças de Escravos hum anno por outro... Estas são as Minas mais certas...”*, e tinha razão. De acôrdo julgava o licenciado Domingos de Abreu e Brito em 1593, que o tráfico era um dos melhores negócios, *“o qual não cançaria athe o fim do mundo pella a terra (Angola) ser muito pouada”*. Os documentos publicados pelo Visconde de Paiva Manso, indicam o comêço do grande surto do tráfico no Brasil em 1570, a impulsionar decisivamente a indústria açucareira. Diremos mais aproximadamente, em virtude de algumas estatísticas, que de 1576 a 1591 saíram cerca de 52.053 cativos de Angola para os engenhos brasileiros. Oficialmente assim o afirmavam os papéis de Estado, na realidade pouco ousaríamos garantir, tão intenso o contrabando de peças visível em toda parte.

Havia grande interêsse em turvar contas, por sinal, diz-nos Albuquerque Felner: *“Os contratadores não queriam que se conhecesse a verdade sobre o valor dos direitos de escravos, para os poderem arrematar pelo menor preço, e, assim combinando-se com os officiais da fazenda, com quem mantinham as melhores relações, a ponto de estes lhes confiarem o ferro de marcação de escravos, marcavam quantos queriam e em cada navio se escondia um terço dos que iam”*. Do exame que fêz dessas traficâncias, conclui Dieudonné Rinchon, *“Les impôts sur le sel suffisent a solder le budget de la colonie. Néanmoins les fonctionnaires du gouvernement sont mal payés en Angola (apud Ravenstein). Aussi*

s'efforcent-ils de trouver des ressources en favorisant la fraude des négriers. Le Marcador dos Escravos, celui qui marque au fer rouge les esclaves, ne touche aucun traitement, mais les traitants lui octroient 4500 francs de gratification et... ils embarquent plus de Nègres que ne comportent leurs licenses!... Aux Indes de Castille, c'est bien autre chose encore. Dans les ports de permission (únicos autorizados a receber navios negreiros), les officiers, associés habituels des interlopes, cometent des exactions sans nombre...". Acrescia na fraude, as permissões de desembarque em outros portos, a pretexto de mau tempo ou de avarias, concessão facilmente alcançada graças aos fiscais do régio erário. Nessas ocasiões, nem se davam os defraudadores ao cuidado de disfarçarem as irregularidades praticadas livremente, à luz meridiana.

Os negros genéricamente chamados Jagas, ou Jacas, que tantas relações nessa altura tiveram com europeus, poderosamente auxiliaram aos portugueses quinhentistas na caça de escravos. Representaram desde o princípio do tráfico na região por eles percorrida em rázzias incessantes, os melhores colaboradores dos negreiros. Eram estranhos aos sítios que assolavam, sem piedade das populações que retalhavam, parecidos na organização com os strelitz na Rússia, janisaros na Turquia ou mamelucos no Egito. O apelido seria mais corretamente grafado Iacas, como escrevia Baltasar Rabelo na sua relação angolana a abranger o período de 1593 a 1631, assim como dois séculos e meio depois dêle escreveram Capelo e Ivens. O primeiro noticiava, "*Os Iacas é gente forasteira e que vive de roubar e fazer guerra. Esta gente veio há muitos annos a este Reino em grandes quadri-lhas, se espalharam por muitas partes, como hoje andam. Destes se vieram alguns a nosso amparo e serviço fugindo a seus Capitães, e foram crescendo tanto em numero que faziam já muita sombra e dano neste Reino e*

sempre os Capitães de experiencia temiam o que hoje se vê. A primeira razão he por os governadores lhes darem senhorios e caças de sua mesma nação; a segunda por uzarem mall delles... a gente he por si cruel e grandes ladrões, e mais o foram depois que nós uzamos delles; andam a roubar injustamente e captivam o miseravel gentio; porem a culpa nã he do iaca, senão dos governadores e Capitães que os mandam...”.

Outra razão do seu emprêgo era porque, “do temor delles obedecem e são quietos os sovas”, frase reveladora dos serviços por êles prestados como mercenários, aos feitores europeus da costa. Não custou, pois, imporem-se aos portuguezes à guisa de instrumento, transferidos do serviço de tiranetes locais para o de negreiros. André Battel os considerava um conjunto de indivíduos de várias tribus, arrebanhados em diversas regiões, treinados desde a infância para a guerra e nada mais que êste fim. Não obstante a fecundidade de suas mulheres, raramente criavam filhos, no geral, logo enterrados ao nascerem, quando não, comidos em tempo de má colheita. Por outra, adotavam rapazes e raparigas de 14 a 16 anos de idade, aprisionados no assalto às aldeias, ao depois selecionados, escolhidos os mais fortes para a adoção, devorados os demais à guisa de reforço para o cardápio dos guerreiros. Os pupilos usavam goliha de ferro, até o dia em que pudessem dar ao tutor demonstração da sua proficiência expressa pela cabeça de um inimigo. Passavam, daí, à categoria dos valentes e os que por desventura fraquejassem em combate, eram logo sacrificados segundo os métodos seletivos, que deviam manter constante nível de bravura e ferocidade entre os Iacas.

Um portuguez, que êles chamavam D. Manoel, e muito estimavam, soube tirar partido da circunstância em proveito de seus negócios. Pensa Albuquerque Felner tratar-se de Manoel Pereira Forjás, a quem o govêrno

luso malavisado outorgara em começo do século 17 concessão para elevar feitoria “no melhor ponto da praia, ou ilha de Luanda”. Na mesma ocasião ordenou ao aventureiro suspendesse as pesquisas de prata a que procedia em Cambane, por se terem tornado fonte de desordens e de depredações contra os indígenas. O motivo de sua atitude derivava de cálculos alheios a preocupações de minas, tão só interessado em proveitoso tráfico de parceria com o mercador João de Argomedo. Das Canárias mandavam vir vinho e mais mercadorias, trocadas em Angola por marfim e cativos. A sociedade dispunha de correspondentes em Cartagena de Índias, Nova Espanha, Bahia e Pernambuco.

Outro Manoel, de nome Cerveira Pereira, esteve contemporaneamente em repetidos entendimentos com o soba iaca Cafuche, useiro e veseiro do emprêgo dos famosos mercenários negros nos seus inconfessáveis desígnios. “Fosse como fosse”, diz Albuquerque Felner, “os jagas (ou iacas) passaram a ser dessa época em diante, os auxiliares das guerras contra os outros indígenas, e por assim dizer, uma espécie de matilha que se lhes açulava e de efeitos tais, que o Bispo, D. Frei Manoel Baptista a propósito das campanhas de Luís Mendes escrevia: “havendo jagas as guerras em nenhum perigo”. Na opinião do frade prelado o interesse deles estava em combater os adversários dos portugueses não pelo serviço de S. Mde. mas, “pela muita gente que captivam, mantimentos e gados que tomam, que é o que lá os leva”.

Em igual época (1594), André Álvares d’Almada redigia o *Tratado Breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde*. Era mestiço, natural da ilha de Santiago, filho de mulata e de pai europeu. Descreve tôda a costa do golfo da Guiné e acêrca de Serra Leoa — assim chamada pelo repercutir do trovão pelas suas frágoas como rugidos de fera — narra a descida dos Sumbas ou Manes,

que em meados do século 16, devastaram a costa de Mina até a Malagueta. Fernão Guerreiro pensava que eram os mesmos chamados, *“Iacas no Congo & em Angola Gindas, na India zimbos, na Ethiopia do Preste Ioam Gallas, & nestas partes (Serra Leoa e adjacências) çumbas, o que nome mudaram em Manes”*. Na enumeração ressuma tôda a idéia antiga acêrca de coisas atinentes a antípodas, nem por isso, entretanto, a despeito de confusões, deixavam os iacas de serem ferozes, cruentos, antropófagos, apreciadores, segundo Guerreiro, de um petisco feito de carne humana e de palmito. Narra Dionígio Carli da Piacenza os *“Popoli Giaghi... detti anticamente Giacosi”*, cujos malefícios pareciam sem conta, e um dos maiores *“é la guerra, ò giusta, ò ingiusta... che per procacciarsi il vito, che aborriscono guadagnari col travaglio, assalendo all-improvviso le Terre, e Popolazioni, rubbando, e sualigiando le loro Case. E perche la maggior mercantia, e negotio, che in questi Regni si faccia, conciste nella compra, che fanno i Portoghesi de Schiavi, quali comprano col cambio (come dissi) é baratto; di Panni di Seta, ò di Lino, ò d’olio, altre cose venute d’Europa, per rivendergli poi nel Brasil per trauglio delle sopra narrate facende, ben spesso Costoro vendono un Figlio per una Bottigli di Vino, che farà quattro Boccali de nostri”*.

Nas suas hostes encontravam-se às vêzes brancos interessados em se aproveitar das correrias dos Iacas, entre os quais evidenciou-se um alentejano de nome Francisco Vaz. Incitados pela cobiça dêsses indivíduos, provocavam com redobrada crueldade desolações em território angolano como a infligida aos Sapes, que os Iacas mataram, comeram, venderam ou dispersaram para maior benefício de traficantes sem entranhas. Houve europeus que chegaram a trocar cintos e barretes da pior qualidade, porém vistosos para o gôsto indígena, no valor de cinco vintens, por um robusto cativo en-

tregue em Cabo Verde. Em certos casos, sequer era preciso pagar a multidão de cativos atirados nas praias, pois, dos desembarcadouros acenavam para as suas naus, atenasados pela perspectiva de servir de pasto aos Iacas, que lhes sugeria preferível a escravidão na América.

Documentos antigos denominam peças de Guiné ou das Índias — por causa das ilhas da América Central onde principiou o tráfico transoceânico — aos cativos remetidos da África. A classificação do rebanho se fazia pelo nome da terra de origem de cada grupo de infelizes, por onde hoje podemos verificar, que o nefando comércio atingia dezenas de regiões diferentes a abranger enorme área devastada pelo tráfico. Do cabo Palmas até Benguela, todos os rios, ilhas e arquipélagos fronteiros, do litoral S. Tomé, Príncipe, Ano Bom, Bijagos, Cabo Verde, Pemba, exportavam cativos. Dêsses focos saíam navios abarrotados de carne humana, de que se originaram os nomes tradicionais do tráfico, os Minas, Congos, Galinhas e assim por diante, sítio onde a mercadoria tinha sido marcada com ferro em brasa e daí passava a arvorar a mesma designação.

No comêço do aparecimento de pretos em Portugal, o preço de um cativo era baixíssimo. Quaisquer miudezas, armas, utensílios, panos, aguardente, bugiganga berrante, serviam para a aquisição de peças. Cá da Mosto alude à procura de farinha pelas populações da costa, gênero dos mais apreciados e Purchas às caudas de cavalo, com que afortunados negociantes alcançavam até dois cativos. A influência mussulmana impôs aos guerreiros negros do seu credo, assim como aos que os imitavam, os maiores sacrifícios para possuir ginetes de montaria. Várias razões intervinham na preferência, em que se contava além de vaidade, a real vantagem em tempo de guerra, de proporcionar, como vimos, maior segurança em combate, principalmente na eventualidade de revés e necessidade de fuga para não cair nas mãos

do adversário. No ano de 1451 trocava-se na região onde predominava a crença de Mafoma, 15 cativos por um dos privilegiados animais. Outros igualmente úteis, de grande serventia na vida do gentio, geralmente campestre, eram apreciados e bem pagos. Assistira Eduardo Lopes a troca de um cão de tamanho médio por 22 negros no valor de 20 ducados cada um.

As armas eram naturalmente muito procuradas assim como em geral tôda ferramenta. O contato com europeus ensinou também a certos indígenas, melhor rendimento das forjas rudimentares que possuíam pela costa africana equatorial e subequatorial. Eram, porém, limitadas na produção pela falta de matéria prima para ser fundida. Qualquer elemento que entre os Quiocos — por exemplo — do Cuanza e do sul de Cuango, lhes facilitasse o trabalho, entrava com destaque no escambo e o ferro passou a ser largamente empregado na compra de peças. Ainda hoje os Bungos de além Mulungo, conseguem fundir ferro, e até, preparar cobre segundo depoimento de Henrique de Carvalho para acudir suas necessidades de objetos metálicos. Os supracitados Quiocos, confeccionavam “lazarinas” tão perfeitas, “ou mais”, assevera Carvalho, “*que as que o nosso comércio para lá leva*”. Entretanto, o ferro já preparado oferecia grande vantagem para os artífices locais, de sorte a valer, por êsse motivo, um lote de peças umas tantas varas, expressão que ficou na linguagem dos traficantes, sem nada de comum à vara de porcos, como se poderia supor, de mais a mais, em se tratando de míseros cativos.

Uma peça avaliada em cem barras de ferro custava no auge do tráfico quincentista cem libras tornesas, equivalentes a dez libras esterlinas. Em 1526 um cativo dos empórios da Costa, podia custar para os espanhóis clientes do Cabo Verde, entre vinte e cinquenta ducados, de acôrdo com a sua qualidade, posto continuasse vil o preço no Congo. Em 1556 o govêrno de Carlos V de-

creta o preço máximo para os pretos vendidos nas colônias americanas. Em Cuba, S. Domingos, Índias de Castela, Cartagena de las Índias, Venezuela, Honduras, Guatemala, pagariam até cem ducados. Nova Espanha e Nicarágua cento e vinte. Nova Granada e Popaya cento e quarenta. Perú e Rio da Prata cento e cinquenta. Chile cento e oitenta. Os cativos remetidos pelos mercados da Guiné, considerados superiores, custavam mais vinte ducados. No meio do século, os preços oscilavam entre 75 e 200 pesos por peça. No Brasil, na mesma época, na vigência do regimen filipino, regulava quantia equivalente a cem pesos.

Os traficantes costumavam carregar os navios de janeiro a março, estação favorável para o fim, realizadas as compras com as mercadorias trazidas no sítio em fins do ano anterior. *“Estes mesmos navios, se lhes paga em escravos, como digo, e os carregam para o Brasil, outros para as Índias (de Castela)”*, segundo informa Antônio Diniz na sua Relação. Os resgatados nessa quadra, *“pela terra a dentro”*, custavam 10\$000 réis, que ascendia a 22\$000 para o revendedor acaso se destinassem às Índias castelhanas. Quando iam para o Brasil pagavam taxa fixa de 3\$600 réis, mais uma de \$400 de *“avanços”* e para as possessões espanholas 7\$000. Segundo autores portugueses que trataram do assunto, o número de pretos exportados por Angola em 1575 já era elevadíssimo. Até os jesuitas foram obrigados a receber cativos à guisa de subvenção a seus trabalhos em África, com que satisfaziam a despesa de sua manutenção, porquanto não havia praticamente outro meio de pagamento. Negros e brancos lá recebiam *“outro dinheiro senão o de peças de escravos, e tudo lhes cediam por preços excessivos”*, escreve Francisco Rodrigues.

No século seguinte Labat informa como franceses e ingleses estabelecidos nas Antilhas, descrentes do auxílio de indígenas locais, importavam pretos para incrementar

a indústria açucareira rival da pernambucana, paraibana e baiana. Recorriam em larga escala a africanos suscetíveis de afrontar a tarefa em que sobressaía o pesado trato com o lume de caldeiras que devorava florestas. Os domínios ingleses sempre tinham sido abastecidos por traficantes seus, pois, já nos albores do século 16 marujos de Plymouth e Southampton contrabandeavam cativos destinados à lavoura americana em geral, de ingleses e de outras nacionalidades. Depois vieram os franceses, que do século 17 em diante fundaram feitorias ultramarinas e organizaram a produção de gêneros chamados exóticos, para se livrarem de portugueses, holandeses e ingleses e com êles competir no mercado mundial. Nesse afã, "*On reconnut bientôt à quoi ces differens esclaves étoient propres, & ce que les uns valient plus que les autres*". No cuidado, valiam-se de informações obtidas nas ilhas vizinhas em posse de rivais, que por sua vez muito se tinham aproveitado do precioso auxílio de hebreus portugueses, emigrados do nordeste brasileiro depois da retirada dos holandeses.

Pelo mesmo caminho seguiam êstes, depois de expulsos das várzeas pernambucanas e paraibanas, à procura de terras nas Antilhas e de braços em África, como também faziam dinamarqueses, suecos, branden-burgueses e outros, simultâneamente interessados em expansão colonial no Novo Mundo e na criação de feitorias africanas para garantir a mão de obra nos engenhos. Hoje estão acordes historiadores em atribuir à ambição de conquistas ultramarinas e à porfia em tórno da supremacia imperialista, ou seja, o predomínio dos proventos de origem colonial, a maior causa das guerras sustentadas pelas potências européias depois da luta pela sucessão de Espanha. Começara a se desenhar em princípios do século 17 o início dos tempos modernos, em que se registou a necessidade, não mais da consecução de matérias primas, como pau brasil, indigo, algodão,

madeiras de construção ou de marcenaria, etc... e gêneros alimentícios tais como açúcar e especiarias como ainda e principalmente do escoamento da produção industrial européia. No período em apreço vemos aparecer estabelecimentos negreiros sob proteção de diversas bandeiras pela costa da África afora, destinados ao suprimento de braços às colônias compreendidas nos planos econômicos das potências imperialistas. Na conjuntura, não faziam mais que imitar Portugal, nação considerada possuidora da maior fonte de escravos, equivalente a sinônimo de riqueza do século 17 até o século 19.

Os focos de onde escorria o tráfico africano ofereciam monstruoso espetáculo. Homens, mulheres, crianças, joviam mergulhados na pior miséria moral e física à espera da hora de embarque. Sucedia, não raro, que as contingências da navegação atrasavam o aparecimento dos barcos nos sítios de embarque. Ocorriam, daí, cenas atrozes naquele báratro, agravada a condição dos presos por inúmeros contágios virulentos. Em pouco, enquanto a técnica do tráfico não se aperfeiçoava, tornavam-se pesadelo para os donos. Os estragos chegavam a impedir o carregamento tal o efeito das doenças, e, como não era possível libertar cativos contagiosos e de toda maneira perigosos, a única solução era eliminá-los. O terrível expediente, por monstruoso pareça, foi empregado quantas vezes pareceu necessário. Contara a propósito certo régulo de Loango a oficiais de um navio francês, que primeiro utilizara os prisioneiros no transporte dos despojos de guerra em que tinham sido capturados, depois como tardassem a aparecer transportes não mais permitia a espera por inúmeras razões, teve de ordenar matanças nas cercanias da sua capital, onde *"ils furent de sang froid assomés jusqu'au dernier"*, narram franceses.

Era por via de regra comum expurgar antes do embarque a mercadoria dos elementos considerados pre-

judiciais aos lotes. Todo velho, defeituoso ou doente, devia ser suprimido. Ai de quem adoecesse ou demorasse em convalescer! Considerado impróprio ao fim que lhe destinavam, acabava em condições incomparavelmente piores às do mais sinistro ergástulo americano, porquanto nas roças e engenhos, eram protegidos pelos ditames do catolicismo e elevado preço, ao passo que na África constituíam problema para os donos, ansiosos por se livrarem de bôcas inúteis. Queixava-se Baltasar Rabelo de Aragão no fim do século 16, "*Ha neste resgate de escravatura hum grande damno que he os naturaes (do reino de Angola) não quererem vender as boas peças sem as ruins e assim lhe compram todas, e cá os mercadores não querem senão as boas e nos regeitam as ruins, pelo qual respeito tornamos a vender ao mesmo gentio para as suas sementeiras*". Ainda bem quando nas circunstâncias encontravam quem procurasse cultivadores, pois, em caso contrário, eram sangrados ou afogados pelo próprio gentio da costa antes dos traficantes ancorarem no pôrto, tal qual o expediente do rei do Loango, "*Tous ces details affreux semblent inventés à plaisir et cependant les recits de voyageurs et des marins les corroborent*", segundo escreve Dieudonné Rinchon.

Os veleiros que recebiam os cativos correspondentes ao padrão em vigor, em condições de serem recebidos nos mercados de além mar, dispunham de duas rotas no começo da viagem da Europa para os empórios da escravatura. Uma chamada grande por se realizar por alto oceano, outra, a pequena, por ser de cabotagem, ao longo da costa da nigrícia. Desta não nos ocuparemos visto ser de diminuta importância no caso. A primeira é que importa, na sua qualidade de direta entre o pôrto de armação e o destino, através dos arquipélagos da Madeira, Canárias e do Cabo Verde, rumo a sudoeste, onde cortava a linha equatorial pelo 25º de longitude

de Paris. Ajudavam nos primeiros meses do ano, elementos vários esta navegação, em que os barcos se aproximavam do Brasil até encontrar ventos a favor de leste. Desciam então a costa com vento e maré a facilitar a rota entre a Europa, Brasil, África e Índia. No trajeto mostravam-se os negreiros em geral esquivos, por motivos fáceis de compreender, relutantes em se aproximar de outros barcos. Mesmo antes da repressão do tráfico, em qualquer período de paz ou de guerra entre as grandes potências marítimas, preferiam os transportes de negros fugir a encontros. O mau estado da carga, os pecados da tripulação composta de gente leve de escrúpulos, a necessidade de atitudes discretas por força da profissão e muitas mais razões, ditavam êste procedimento. Foi, assim, absolutamente por acaso, que em princípios do século 19 depararam-se em pleno oceano a fragata *Austria*, em que vinham para o Brasil artistas e cientistas do séquito da Arquiduquesa Leopoldina e um alentado barco negreiro com destino provável da Guiné. No fortuíto encontro não se sabe qual dos dois mais desejava interpor distância entre si e o desconhecido. O traficante devera ter logo percebido tratar-se de vaso de guerra o que tinha à vista, do mesmo modo que os companheiros do pintor Ender se afligiam com a perspectiva de possível encontro com algum insurreto de Buenos Aires, em realidade inglês pirata a soldo de caudilhos platinos, em extremo perigoso depois que as lutas napoleônicas deixaram ociosos quantidade de marujos antigos subordinados de Nelson, Sydney Smith e Collingwood.

Chegado a um embarcadouro de cativos mandava o mercador construir pelos carpinteiros de bordo a casa de madeira — o *quibangua* como era chamado pelos congolanos — num descampado onde lhe deviam submeter os lotes de pretos arrebanhados em guerra. Isso feito, recolhida ao barraco a cachaça indispensável, soava

o gongon (semelhante a sino de ferro, porém, munido de cabo), que avisava a vizinhança do começo das transações. Processava-se invariavelmente com excessos alcoólicos de parte a parte, de compradores e vendedores, já separada antes mesmo de desembarcar, a aguardente que, à guisa de alvçadas, devia ser distribuída por ordem de importância pelo régulo e dignitários de sua côrte. Quanto mais bebida derramada, maiores negócios em perspectiva. Os intermediários compunham-se em geral de mulatos, tanto nas operações de compra e venda, como na procura de peças no sertão. Houve um de origem inglesa, célebre no cabo Corso, de nome Edward Barter, *"who has a great power on the coast, than all the three english agents together"*, informava John Hillier em carta ao Dr. Bathurst.

Havia igualmente brancos, conhecidos por *"lançados"*, ocorrentes em documentos portugueses, indivíduos sem escrúpulos de espécie alguma, cuja designação supomos provir do fato de se *"lançarem"*, sinônimo de se bandearem por aventuras pela terra a dentro. Familiarizados com o meio, passavam a servir de corretores entre brancos e gentio, *"...classe de intermediários que surgiu como consequência da ignorância dos indígenas e da sua incapacidade em armazenar os produtos e os escravos nos pontos de embarque em épocas convenientes"*, diz João Barreto. No conceito desse autor, foram tais indivíduos os pioneiros do comércio africano, origem das colônias européias na África no correr dos séculos 17 e 18. Viviam em simples palhoças de pretos, sem muitas garantias, entregues ao arbítrio dos sobas, num modo de vida, *"longe de poder comparar-se com a dos colonos europeus que desde o alvorecer do século XVI se iam fixando na América tropical"* (J. Barreto). Expôs Fernão Guerreiro, nos seus relatos da Guiné e de Serra Leoa, as vexações que sofriam os portugueses de Cacheu e redondezas por parte dos tiranetes locais, *"só por viver*

a sua vontade & por sahir dali ricos, ainda que a risco de perder tudo em hum dia", caso desagradassem ao régulo. Bastava êste antipatizar com o traficante ou sentir apertos de dinheiro, para despojá-lo.

André Alvares de Almada cita os lançados quando estavam a serviço de Portugal no tempo em que escrevia o Tratado Breve: *"Hoje atravessam êstes portugueses lançados todos os rios e terras de negros, adquirindo tudo que acham para os navios de seus amigos, franceses e ingleses em tanto que ha homem nosso que se meteu pelo sertão até o reino do Gran-Fulo e dele manda muito marfim ao rio de Sanagá. Este lançado portuguez se foi ao reino do Gran-Fulo por ordem do Duque de Casão, que he um negro poderoso no rio de Gambia... e na corte do Gran-Fulo se casou com uma sua filha, da qual teve uma filha e chama-se João Ferreira, natural do Crato"*.

As informações de Almada — êle mesmo africano e homem de côr — são particularmente úteis pela sua geral exatidão. O que diz dos Jalofos e mais grupos linguísticos do centro da África, entre outros, foi confirmado por modernos escritores franceses, que se interessaram pelo gentio das suas possessões equatoriais. Até a maneira de grafar *"uns fulas pretos chamados tacurores"*, de Almada é dos cronistas antigos a que mais se aproxima da atual designação francesa das tribos Toucouleurs. Além dêsse cuidado outros mais se verificam na sua pena, que nos permitem ter fé nas suas informações, fato incomum nos autores antigos quando versam regiões pouco conhecidas. Através dos seus escritos ficamos informados a respeito da data em que franceses e ingleses começaram a se infiltrar no litoral, e a razão pela qual recorreram a rivais lusos para obterem dados sôbre a região. Na falta de compatriotas conhecedores da África tinham de apelar pelos seus mais antigos conhecedores, cujo ânimo aventureiro era com-

pletado pela natural rusticidade e predileção por esbeltas negrinhas. Durante muito tempo, desde Diogo Cão, não houve no continente negro quem se lhes avantajasse no trato de cativos. Os lançados de África, de que fala Almada, pertenciam à gloriosa constelação de êmulos de Fernão Mendes Pinto, devassadores de sertões desconhecidos a outros europeus na Ásia, África e América. O reinol Ferreira recebera dos guinéenses a alcunha de Ganagoga — homem poliglota — porque falava, por prodigioso pareça, todos os dialetos das regiões por êle percorridas de norte a sul, de leste a oeste, na imensa zona traficante de cativos.

No trecho dependente da organização formada na capitania do Cabo Verde, certos portugueses afeitos ao comércio e costumes dos indígenas, eram conhecidos por *“tangos maos”*. Fernão Guerreiro os define, *“tangos maos ou lançados com os negros e que andam neste trato (de escravatura) pela terra dentro, os quais são uma sorte de gente que ainda que na nação são portugueses e na religião ou baptismo christãos, de tal maneira porém vivem, como se nem uma cousa nem outra foram, porque muitos delles andão nus e para mais se accommodarem e com o natural uzarem como os gentios da terra onde tratam, riscam o corpo todo com um ferro, ferindo-se até tirarem sangue e fazendo nelle muitos labores, os quaes depois untando com um sumo de certas hervas lhe ficam parecendo em varias figuras, como de lagostas, serpentes ou outras que mais querem, e desta maneira andam por toda aquella Guiné tratando e comprando escravos”*...

Páginas além acrescenta, que no pôrto de Balola (ou Balolo), moravam lançados e tangos maus, sita o povoado sôbre o Rio Grande (na região onde outrora transitara muito ouro da Guiné), que desembocava no oceano entre o arquipélago dos Bijagós. Ali estavam os embarcadouros de maior fama entre os traficantes de

carne humana, tais como Bolama, Galinha e Pôrto dos Escravos. Ao percorrer a sinistra região encontraram os jesuitas um crioulo da ilha de Santiago, do qual Fernão Guerreiro não cita o nome, quasi completamente gentilizado, mas que se deixou reconverter, assim como educar cristãmente o filho, provável mulato, acaso o pai caboverdense também o fôsse. Teve, outrossim, o cronista da Companhia de Jesus, ocasião de encontrar um indú menos reverente, que desapareceu quando devia embarcar com o Padre para ir viver entre os cristãos. Outro contentíssimo com a sua sorte no reino do potentado Fatema, era um náufrago alemão, "*grande tangedor de trombeta bastarda*", arvorado em professor de música da rapaziada, que se dava muito bem no sítio e não desejava por nada deixá-lo.

Os mulatos, resultado da presença de brancos a traficar pelo litoral e rios acima, predominavam nas possessões lusas da costa. A propósito de uniões que davam êstes mestiços, contam autores ingleses fato passível de reservas. Apesar da conhecida repugnância votada pelo elemento feminino português à gente de côr (o contrário da predileção do masculino), exigiram as relações entre a metrópole e as terras negreiras, que se oferecesse brancas a sobas influentes. Em princípios do século 17, ou talvez anteriormente, o Rei de Oere, desposou com grande escândalo de ingleses uma branca. O filho havido do consórcio, D. António Mingo, reinava em 1644, quando foi visitado por John Barbot. Noticiou o traficante, "*He always wore the portuguese habit and a sword by his side*". Parece pela tradição do tempo que os autores do bicolor matrimônio eram dois missionários cheios de boas intenções acêrca da conversão do gentio, que vinha a ser o primeiro passo do abrandamento do tráfico. Segundo autores que versaram o caso, o motivo aparente era êsse, a implicar o exemplo dado pelo soberano aos súditos. Mas como o soba recusasse

dispensar o seu harem, embora consentisse em casar no rito católico com mulher branca, conseguiram os veneráveis sacerdotes induzir uma portuguesa de S. Tomé a sacrificar-se pelo bem público. Exclama ao propalar esta versão, o autor Burns, *"If the story is true, there must be at least one uncanonised saint in heaven"*. Em se tratando de protestantes como Burns e Barbot, devemos aceitar a notícia com precauções. Ademais não só cismáticos mostram falhas, também autores catolicísimos como Cavazzi, Labat, Guerreiro, Carli da Piacenza e muitos outros, estão inçados de erros de documentação e de apreciação em matéria de assuntos africanos.

Inda, porém, tivessem os dois mencionados missionários planejado conversões por aquêle meio, isto nada mais significaria que um mero reflexo do espírito do tempo, ansioso por ganhar almas para o céu. Pois não vemos hoje, a despeito de propalado progresso realizado pelo homem dentro da evolução social, adeptos de credos marxistas admitirem na sua propaganda expedientes perfeitamente deploráveis, persuadidos de que assim prestam inestimável serviço à humanidade! Em todo caso, acêrca de traças dêsse gênero, que poderíamos chamar, planos para fins demagógicos, desenhava-se nítida separação entre missionários de origem peninsular ibérica e peninsular itálica. Os primeiros muito mais rígidos na sua religiosidade, com estreiteza de vistas que não admitia sob pretexto algum o menor arranhão à inteireza católica. Os segundos muito mais sutís, se bem tão fanáticos como os demais, aceitavam — falamos de modo geral, quase que a poder de exceções — recorrer a certos ilusionismos, ou que nome tenham, destinados a incluir no rebanho da Igreja ovelhas renitentes. Não foi outra a razão das intrigas do jesuita Possevino na côrte russa, artífice da trama em que entravam Ivan o Terrível, Boris Godunof e o falso Demétrios. Imaginemos por instantes o que teria sido a conversão ao

catolicismo dos cismáticos slavos! Não teríamos hoje a Rússia vermelha! Mas no ponto de vista do peninsular ibérico a tentativa incidia em pecado, condenado pela religião. Inversamente, no entender do peninsular itálico (a representar a exceção, não a regra) o resultado absolvia Possevino, pela contribuição que o espetáculo da emenda dos dissidentes proporcionaria à Igreja e ao mundo.

No Brasil assim procederam, todavia, de modo inocente, os missionários às voltas com embaixadores africanos de passagem na Bahia quando se dirigiam para o reino, gente que para benefício de relações diplomáticas, devia se impressionar com o poderio do soberano de Portugal. No Oriente, do mesmo modo procederam jesuitas, desta vez com maior precaução, pois tratava-se de converter populações desde o régulo potentado descendente de algum tártaro ou mongol, até o paria, cuja espiritualidade, segundo católicos, também devia ser contemplada para maior glória de Deus. Surgiu, daí, o caso dos 200.000 malabares, que tinham conservado velha crença nêles incutida nos séculos 7 ou 8 da era cristã por nestorianos vindos de Antióquia, inclinarem-se pela doutrina apregoada pelos europeus. Impressionados no século 16 pela visita de S. Francisco Xavier, tinham resolvido submeter-se à Roma. Infelizmente, o desastrado zelo de missionários de origem lusa, deitou tudo a perder. Com a exigência de que não houvesse mais nem livros sagrados nem preces em "lingoagem", mas tão só em latim, retraiu-se o interesse dos malabares nestorianos pelo cristianismo. Outros fatos igualmente condenáveis ocorreram e, quando mais acêcia a controvérsia religiosa, desembarcou em Goa o Padre Roberto de Nóbili, originário de Montepulciano, localidade da Toscana fértil em engenhos percucientes. Era sobrinho do Papa Júlio III, o Ércules que escoimara Roma da corrupção semeada por Alexandre VI,

moralizara o clero e limpava a Igreja ameaçada pela Reforma Protestante. Era também parente dos cardeais de Nóbili e do teólogo Belarmino. Na Índia, logo depois de chegado, percebeu de Cochim ou da Costa da Pescaria onde se demorava, a situação criada in loco pelos confrades lusitanos. O superior da Missão, Padre Rodrigues, parecia santa pessoa, imbuído do dever de livrar a terra dos males que a afligiam, porém, havia-se desastrado na obra pelo seu completo alheamento da psicologia dos indianos. Assumia o catolicismo sob a sua direção aspecto agressivo, de crença de conquistadores europeus em vez de religião universal como devia se inculcar. Na circunstância, viu certo o Padre de Nóbili. Passou ao se vestir de tela amarela como os "sannyási", ou ascetas, respeitadíssimos da população. Adotou mais o "punul" dos brahmas, as sandálias usadas pelo povo, o bordão e o vaso de cobre dos contemplativos destinado a receber ofertas de transeuntes. Não se olvidou, tampouco, de residir como anacoreta em cabana isolada à imitação dos "sannyási", em vez de se hospedar junto dos outros jesuitas, segundo a regra da agremiação mais comunista que existe na terra.

Em pouco só se falava em todo o Maduré do "Rajá" romano que lá aparecera, que se alimentava apenas de legumes, não bebia vinho e não falava com intocáveis, ao contrário dos confrades que em público timbravam em abraçá-los. Não tardou a se formar em tórno d'êle movimento de curiosidade, estima e simpatia, em extremo propícios à propaganda do credo que êle insensivelmente começou a desenvolver. O grande apoio, porém, de que o Padre na conjuntura ia dispor, partia d'êle mesmo, de suas excepcionais qualidades de inteligência e capacidade de trabalho. De há muito estudava a Índia em todos os seus aspetos, familiarizado com o "tamul", linguagem popular e o sanscrito erudito. O conhecimento de livros sagrados indús, que a fundo possuía,

chegara a ponto dos brahmas lhe solicitarem esclarecimentos sôbre as suas próprias doutrinas! Nos *Vedas* descobrira o Padre Nóbili, tradição que parecia admitir conciliação da crença local com o cristianismo, causa de numerosos sacerdotes brahmas se aproximarem da nova crença, tanto no Maduré como no Misore e em Carnatic. O método provocou, entretanto, repulsa de caráter nitidamente "colonialista" por parte dos jesuitas portugueses, contrariados pela intromissão do italiano em terreno que julgavam seu, ou seja, exclusivamente da missão lusa. Acusado pelo Padre Fernandes perante a Inquisição de Goa, defendeu-se Roberto de Nóbili com tanto acêrto e vigor, que as suas considerações constituem, no dizer de Daniel Rops, um dos mais notáveis tratados de missiologia que ainda se possa ler. Demonstrava na sua argumentação, que a sua técnica era preconizada pelo Papa S. Gregório Magno quando enviou missionários para converter os ingleses ao cristianismo. Justificou, outrossim, a exclusão dos intocáveis das igrejas, porquanto, como era sabido, a presença dêles afastaria os elementos da classe superior, que de momento, eram os mais interessantes em absorver. Outro Papa, Gregório XV, confirmou o acêrto da sua orientação e o caso "*dos ritos malabares*", como ficou conhecido o incidente, foi por ordem superior arquivado. A messe, contudo, que proporcionou, impôs o triunfo do jesuita de Nóbili. Contava-se por ocasião da sua morte em 1656, mais de 100.000 catecúmenos no Maduré, Trichinópoli e Selam, espalhados por missões em plena prosperidade. O mesmo praticava o famoso Padre Ricci na China, o que leva a crer provável existência de adeptos do seu método entre alguns dos missionários lusos de Angola e Congo.

Em todo caso, acusações contra jesuitas, variaram segundo as idéias do tempo em que lhes foram atiradas, com a sina de os envolver em densa nuvem de confusões. No que acreditamos piamente, tornados à África, é na

notícia acêrca da quantidade de mulatos a figurar em diversa categoria no tráfico desde os seus primórdios. Precediam na época de que tratamos, os numerosos similares empregados pelos traficantes, que nas décadas seguintes iam do Brasil para os focos da calamidade. Através da ação que desenvolveram estes mestiços negreiros, quase nos é permitido afirmar, que foram os mais cruéis instrumentos da hedionda mercância. Ibrido produto de côres que se misturam mal, a produzir não raro desajustamentos de tôda ordem, com grande número de degenerados hipersensíveis, que nos inúmeros dêsse gênero, assumia nítida tendência sadista, almejavam ser brancos, nutriam inveja aos europeus e votavam entranhado ódio e desprezo aos pretos. As margens do Quanza, as ilhas negreiras, os reinos da Guiné, e muitos outros sítios, estavam cheios dêsses indivíduos, ativos e desalmados no mister de prover de braços a lavoura americana.

Havia também traficantes de pretos chamados em Angola mosimbazes, massambazes ou mossambazes, com significado de mercadores ambulantes de peças no sertão. Em certo momento só êles tiveram o direito de arrebanhar cativos no interior das terras, ao passo que a brancos e mestiços era vedado imitá-los. A medida decorria de excessos e desordens praticadas por êsses intermediários, que levaram administradores lusitanos a julgar preferível, se entendessem no mister os pretos entre si, sem interferência de estranhos. Aos negros que traziam cativos chamavam os portugueses "comboieiros", e também "pombeiros", por causa da região de Pombo, ou Mpumbu, terra dos Bavumbus em Quicongo. Muito antes da chegada dos europeus no interior congolano, elementos dêsse grupo tinham-se arvorado em corretores do comércio entre o alto e baixo Congo. Constituíam uma parte dos Bateque, espalhados do sul a leste de Pool, num raio de quarenta quilômetros,

mais alguns outros da mesma origem no rio Quango e nas cercanias de Cundi.

Esses intermediários em pouco travaram conhecimento com portugueses para os quais passaram a trabalhar. Os traficantes de Loango, Luanda e Salvador, na impossibilidade de pombear por conta própria, tinham de a eles recorrer para conseguir a ambicionada mercadoria. Ao lado dos Bateque livres, havia escravos que os portugueses adestravam na tarefa de conduzir aos portos os cativos comprados aos pombeiros. Uns e outros demoravam na ida e volta de Pombo de um a dois anos quando levavam mercadoria que necessitava ser carregada. Os pretos incumbidos da tarefa, representavam na África o mesmo que os comboios de mulas através das serras peninsulares, modelo das que mais tarde funcionaram nos domínios americanos de Portugal e Castela. Figuravam nesses comboios em número de quatrocentos a seiscentos homens, chamados mocazembos, ou negros de carga. O termo significava "*homens fiéis*" em língua Muisa, responsáveis pelo fardo que transportavam. Os portugueses de princípio os designavam por "*cafres*", maneira genérica que teve de ser modificada por se lhes parecer insultuosa, daí, passou a mocazembo enquanto duraram na zona aquelas operações comerciais. Na caminhada eram dirigidos por um mambo a serviço dos mosambazes, para carrear cobre, marfim e mais produtos extrativos do centro da África. Os mais espertos no ofício eram os Muisas ou Vavuas (que quer dizer Povo Rico em dialeto Quissauali), que Richard Burton considerava "*They are acute as levantines*", moradores antes das invasões de tribos contrárias, desde leste do lago Niassa até o lago Tanganica. Eram intermediários do comércio dos poderosos Mujáu (ou Mhiao em idioma Uassauali) do norte e leste do Niassa, cujas mulheres arvoram estranhos pratos labiais, atualmente objeto de curiosidade para turistas em África

ou exposições coloniais em qualquer parte da Europa. Dispersados ao depois por inimigos, os Muisa padeceram amargas vicissitudes, alcançados por Burton no Brasil em meados do século 19 onde jaziam como escravos.

Os pombeiros segundo Rinchon, riscaram a África de oeste a leste. São qualificados por autores portugueses e outros como grandes andarilhos, tal o cafre mencionado pelo Dr. Dapper, que teria atravessado o continente de Moçambique a Angola, mais de um século antes dos pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, que em 1806 foram de Angola aos rios de Sena na Zambésia. A tradição oral dos indígenas aludia ao percurso de outros pombeiros, que iam da costa ao Masa Mandombe, a sugerir ao médico dinamarquês, terem sido eles os introdutores das palavras do dialeto Quicongo existentes no linguajar das tribos da região dos grandes lagos.

Na sua Relação de viagem ao “Congo River”, descreve Barbot como os lançados tratavam aos infelizes cativos na jornada através da África: *“The chiefest trade of the Portuguese and other whites consists in slaves... All those the Portuguese cause to brought, by their Pomberroes, a hundred and fifty or two hundred leagues up the country, whence they bring them down to the sea coast; have but little food by the way, and lie on the bare ground every night in the open air, without any covering which make them poor and faint”*. Em chegando a Loanda, nos famosos barracões onde os cativos deviam esperar o embarque para as Américas a fim de serem transformados em escravos, recebiam melhor alimentação e algum azeite de palma para untar o corpo, segundo velho costume indígena. Acaso demorasse o barco negreiro em aparecer em princípios do século 17, os cativos ao invés de serem mortos como antigamente, eram empregados na cultura de mandioca, introduzida na África pelos portugueses do Brasil. O método dava

ótimos resultados, pois, evitava perdas e adestrava a negrada ao trabalho que a esperava do outro lado do oceano. Como vemos, em cem anos o tráfico aperfeiçoara notavelmente a sua técnica, ou melhor "taylorização", tanto no ajuntar como em movimentar cativos.

Lançados e pombeiros mulatos forjaram mais um elo na cadeia que prendia as populações indígenas a traficantes brancos. Estranhos quase sempre à comunidade política dos negros, próximos, todavia, de seus usos e costumes por afinidades familiares, punham a sua atividade, experiência e conhecimentos a serviço del-Rei de Portugal. Convém igualmente não esquecer neste quadro, a sabedoria de que muitos governadores reinois deram provas no trato com o gentio. Aproveitavam no correr do seu estágio africano, das informações de antigos moradores europeus radicados nas colônias, de veteranos traficantes e de sertanejos a respeito das populações com que se haviam. A diretriz que já traziam do reino para aplicar no litoral e no interior quando se lhes deparava ocasião, era invariavelmente comprazer aos sobas, e fracioná-los segundo a grande máxima "*dividir para reinar*", de modo a aproveitar as contendias que os enfraqueciam. Semelhante orientação não foi alheia à estabilidade do longo domínio português em Angola e Congo. Mas acima de tudo, muito mais intensa na África do que na Índia, influiu poderosamente no caso a ação do missionário, que lograva converter tiranetes outrora sanguinários e intratáveis, assim como populações inteiras. Nota Barbot que "*Every Sova has a chaplain in is Banga or village, to christen children, and celebrate mass*". Realizavam êsses missionários, onde predominavam jesuitas, o prodígio para a época, de permitir que viessem os pretos do interior — do sertão infindo — de boas avenças com os portugueses, em virtude de corrente espiritual mais forte que receio ou interesses materiais. O resultado político assim alcançado apresen-

tava valiosíssimo lado prático. Prescindia de operações militares, ou melhor, do sistema de "ocupação" obrigatório em outras possessões européias, invariavelmente dispendioso e contraproducente. Ao mesmo tempo, também assegurava o comércio entre brancos e pretos, direta e indiretamente, a facultar aos pombeiros no serviço dos portugueses poderem se embrenhar pelo sertão a dentro sem mais escolta que alguns auxiliares.

Visto, se bem ligeiramente, como o cativo era arrastado até o barracão do traficante, observemos agora a seleção das peças antes de lhes impôr a marca do ferro em brasa, que os fazia passar a escravos. O exame era efetuado por peritos providos de habilidade e ciência comparável a do mais experiente clínico europeu. Defeito algum lhes escapava. De longe percebiam qual a origem do indivíduo, de que região provinha independentemente das escarificações distintivas que trazia, se em boas ou más condições, quais suas falhas e qualidades. Seguia a inspeção sanitária para confirmar, exercida com máximo rigor. Suor, saliva, olhos, bôca, dentes, pele, músculos, nada escapava. Realizada a escôlha, applicava-se-lhe a marca. O instrumento da operação era semelhante ao de qualquer estância de indústria pastoril, sòmente o metal era prata em vez de ferro, com as iniciais ou armas da emprêsa (geralmente companhia) de quaisquer das nacionalidades negreiras. A parte do corpo apropriada para recebê-la, era untada com sebo, depois colocava-se por cima papel engordurado com óleo ou banha e sôbre êle applicava-se o metal incandescente. A carne inchava com intensa dôr e as letras ou armas apareciam em relêvo indelével. Os pontos preferidos eram o alto do braço entre o biceps e o triceps; o braquial externo; a região do estômago, junto aos denteados ou o rosto, onde já constavam as escarificações e mais distintivos de tribo. Terminados êstes cuidados e as discussões em tôrno da compra, in-

forma de Grandpré, soava o gongon para avisar a mularia e demais corretores da hora de pagamento.

O valor dos indivíduos mercadejadores variava segundo o padrão estabelecido pelos compradores. Peças de mais de cinco pés de altura podiam se classificar como tipo das "Índias"; com sete quartos ou 1m82, sem defeitos físicos e menos de 25 anos, iam para a primeira categoria. Abaixo de cinco pés decaía o preço; a falta de um dente, dedo ou simples mancha numa vista, causava desvalorização. Duas crianças bem constituídas de cinco a dez anos de idade, completavam uma peça; três nas mesmas condições, de dez a quinze anos, duas peças. Os rapazelhos até 18 anos, chamados muleques pelos portugueses, mulecones pelos espanhóis, negrillons pelos franceses, eram os que mais convinham aos compradores. Novos podiam facilmente se adaptar às novas condições de vida na América. Mais velhos já se tornava custosa a aclimação e conformação ao trabalho. Menos procuradas eram as mulheres, motivo de constarem em pequena proporção nos rois de embarque, e, quando traziam crianças de peito, estas eram dadas de graça, incluídas nos preços das mães, pois, tinham fatalmente de morrer durante a travessia do oceano.

O pagamento das peças podia ser "*in natura*", em mercadorias apreciadas pelos pretos, como se tornou no século 17 o tabaco das Alagoas e no 18 o da Bahia, ou em zimbos. Essa estranha moeda era um miudo cascalho da ilha de Loanda. No fim do século 18 um cofo, ou bondo (cesto em que êste cascalho era apartado), dividia-se em 10 lifucos, 100 fundas ou 100.000 zimbos iguais a 5\$000 réis. As unidades decorrentes tornaram-se o zimbo cascalho, o zimbo escolhido (superior) e os búsios, conchinhas da costa norte do Brasil. Empregavam os traficantes franceses na Guiné, ao estabelecerem relações com os régulos da costa, "*des boujes, ou Cauris, qui sont des coquilles, que l'on pesche aux isles Mal-*

dives". Em outro lance da sua viagem, acrescenta Labat, que eram alvas, presas em cordéis como as contas de um rosário, para resgates na proporção de "*une toque de Bouges*", a qual valia "*le nombre de quarante bouges enfilés*". *Uné gualline de bouges vaut cinq toques ou deux cens Bouges. Une cabeche de Bouges, vaut vingt guallines ou quatre mille Bouges*".

Nota-se a influência portuguêsã nos nomes dos pesos e medidas citados pelos franceses, indício de quanto o luso predominava em tôda a costa. Em compensação, os relatórios de viajantes de outras nacionalidades, são para maior brilho de suas letras, mais explícitos que os portuguêses a respeito de notícias africanas. Encontramos em Labat quadro muito mais extenso e pormenorizado a respeito de como se efetuava o resgate. Barbot igualmente aduz notícias, confirmadoras dos dizeres do Frade, tais como o emprêgo de Cauris em Ajudá e outras. Diverge um pouco o inglês de portuguêses e franceses, no grafar os elementos de intercâmbio, pois escreve "*simbos*" em vez de zimbos, porém, adverte que a língua angolana é diversa da falada no Congo em particularidades de pronúncia. Esclarece ainda, que os simbos em circulação no Punto, dividiam-se em puros provenientes de Loanda, e impuros, chamados Braziles, por provirem do Rio de Janeiro. Eram usados no Songô (Sonho?), Pinda, terras de Anna Xinga, além de Massignan (Massangano?) e entre os Iagos (Iacas). Continua o autor inglês com interessante enumeração de mercadorias e objetos da mais variada espécie e proveniência, a servir no escambo entre europeus e indígenas. Para não sermos enfadonhos reproduziremos apenas os principais: "*The commodities which the Portuguese and other Europeans carry thither, are; Cloths with red lists; great ticking with long stripes, and fine wrought red kerseys, Silesia and other fine linnen, fine velvet, small and great gold and silver laces, broad blak*

bays, Turkish tapestry or carpets, white and all sorts of coloured yarn, blue and black beads, stitching and sowing silk, Canary wines, brandy, linseed-oil, seamens knives, all sorts of spices, white sugar, and many other commodities and trifles, as great fish-hooks, pins a finger long, ordinary pins, needles, and a great and small hawks-bells". Tõda a página 521 do *Voyage to Congo River* contém informações que são completadas pelo português Lopes de Lima no seu *Ensaio Estatístico* publicado em 1846. Assegura o autor, que "*ainda hoje corre como moeda o zimbo*", espécie de búcio cinzento quase de forma de cauri, "*não só no reino do Congo, mas em todos os do golfo de Guiné, e no interior d'África*". No século 16 vinha da ilha de Loanda, como foi dito, mas "*achou-se depois um buzio semelhante nas praias da Bahia de Todos os Santos, e dalli ia muito para Ajudá*".

Durante todo o correr do tráfico, pretendeu o governo português regulamentar a difusão d'este sucedâneo de moeda, por sinal, com escasso resultado das providências, como bem podemos imaginar. Contrabandistas de todo jaez, fartavam-se de avolumar o "meio circulante" das conchinhas. Moedas de cobre corriam igualmente nos empórios negreiros, trazidas pelos europeus, e, o ouro da Guiné carregado por traficantes de mercadorias no século 16, foi-lhe restituído nos seguintes com jurosz atrazados e de onzena graças às Minas Gerais e jazidas de Cuiabá. O crivo por que passava o negro causador d'esse caudal de dinheiro, seleccionava em compensação a massa de braços remetida para o Novo Mundo. Nunca agricultores, mineradores, empreiteiros de transportes e de construções empregaram com tanto proveito as quantias applicadas na compra de pretos. Não admira, nessas condições, mencionassem maravilhados os viajantes estrangeiros de passagem pelos portos do Brasil a pujante musculatura de negros e o soberbo porte das negras. No livro de Labat ocorre a técnica do exame

sanitário a que já nos referimos, com todas as particularidades em larga escala empregadas a partir de comêços do século 18, quanto a competição de nações dadas ao tráfico negreiro — ingleses, franceses, portugueses, espanhóis, holandeses, prussianos e dinamarqueses, aperfeiçoavam através da competição entre si e contribuição dos seus médicos, marujos e mercadores, nos métodos empregados para melhorar o comércio de carne humana.

Nem sempre apreciámos traduzir autores antigos, primeiro porque o culto leitor a quem nos dirigimos prescinde dêsse cuidado, em seguida para não incorrer demasiadas vêzes na pecha de “traditore”. Mas como se trata de documento sobremaneira precioso para o caso, resolvemos contra nosso hábito, vertê-lo para o português. Escreve o dominicano: *“Não basta conhecer de que região procede o negro oferecido no mercado. Cumpre inspecioná-lo, pelo que, os responsáveis deverão examinar-lhes os olhos, dentes, as partes nobres; ordenar que corra, agite braços e pernas e tussa fortemente quando o examinador colocar a mão sôbre a virilha do cativo. Verificadas as boas condições da mercadoria, torna-se necessário regatear com o vendedor, sem consentir na quantidade de objetos de escambo por êle exigida. Isto desfalcaria o sortimento, e, acaso perceba êle a falta de uma qualidade, passaria a exigi-la com fito de encarecer o preço das suas peças. É nímia prudência oferecer primeiro a mercadoria inferior e aparentar pouco interêsse na compra, principalmente se lhe oferecerem mulheres e criancinhas”*.

A predileção por adolescentes nada tinha que ver com os costumes da Grécia antiga, prendia-se apenas, como já dissemos, à melhor adaptação dos recém-vindos, também chamados “negros boçais” ao trabalho americano. Os muleques aparentam curiosa particularidade no seu crescimento. São extremamente espertos da infância aos vinte anos, depois decaem na faculdade re-

ceptora para se tornarem refratários a qualquer ensino por mais paciente seja o mestre. Nessas condições, o africano de mais de vinte e cinco anos, geralmente servia apenas para trabalhos elementares, que não requeriam especialidade alguma. Na impossibilidade de obter mais moços, examinavam os portugueses *“as peças com atenção de que só elles são capazes”*, diz Labat, *“a fim de se inteirarem da idade, porquanto os vendedores recorriam a todos os ardís possíveis para enganar os compradores. Sabemos, por exemplo, que a barba sòmente aparece nos negros aos vinte e quatro anos mais ou menos, por êsse motivo, tratam os vendedores de escanhoar aos que chegam além dessa idade, e, quando a navalha nada mais encontra que raspar, friccionam a pele com pedra hume, de modo a deixá-la unida e macia como se jamais tivera barba, sem o menor vestígio à vista e ao tato, a ponto de desafiar a argúcia do melhor barbeiro porventura chamado a examiná-los. Como procedem neste caso os portugueses para desvendar a fraude? Passam a língua pelos lugares onde o pêlo deveria crescer, para verificar o que de outra maneira escaparia aos olhos, apalpamento e até do microscópio”*. Ajunta La Roncière, que o cuidado não se destinava tão só à verificação da barba, mas também à pesquisa acêrca de certas moléstias através do gôsto do suor.

A questão de idade era da maior relevância. Negros novos eram muito mais fáceis de ensinar, além da importantíssima questão da adaptação ao ambiente e ao trabalho americano. A adaptação ao meio, de que dependia a capacidade de esforço produtor; coisa estreitamente prêsã à outra; também tinha mais um lado capital, que era a assimilação do novo habitat, conformação com a nova existência e perda progressiva da lembrança do passado. Êste fenômeno de transposição a incluir até a psique do individuo, representava, como é fácil imaginar, uma das maiores garantias de segurança para os

donos. Os negros da Guiné, sob influxo mussulmano, eram superiores em inteligência e capacidade a angolanos e congolanos, mas mostravam-se rebeldes de modo geral à aculturação, e, em particular, aceitação do ensino religioso católico. Pareciam muito mais difíceis de lidar, rebeldes de ânimo, insubordinados de inclinação, com tendência a fugir e se juntarem a semelhantes em quilombos, atitude que pouco dependia de bom ou mau tratamento dos donos. Decorria muito mais de rebates de passado guerreiro e amor da liberdade, que os tornavam às vezes perigosos. A propósito diz Labat, *“No entanto, certo é, que ao chegar à América, as crianças entre dez e quinze anos suportam mal o trabalho. Em compensação, pode-se criá-las como melhor apraz aos senhores, pois aprendem mais facilmente a língua do país, usos, costumes, princípios de religião, serviços domésticos e ofícios vários, menos suscetíveis de fugirem e se tornarem quilombolas, ou padecer o banzo que não raro exaspera os negros mais crescidos”*. Este banzo, ou nostalgia da África atenazava tanto ao escravo como mais tarde alanceou o imigrante livre saudoso da Europa, se bem neste fôsse menos durador graças à ação de planos ambiciosos e do complexo criador do homem branco.

Quando os cativos largavam o solo africano, quase sempre imaginavam que seriam devorados ao chegar na América. O franciscano João Antônio Cavazzi narra nas suas reminiscências de missionário, como os míseros africanos estavam certos dêsse fim e que os seus ossos passariam a pólvora de canhão e as carnes, medulas e gorduras no óleo que os portugueses vendiam pela costa afora. Os cativos provenientes do Benim não iam tão longe: pensavam que os pombeiros os levavam tão só aos açougues dos brancos americanos, grandes apreciadores de filets pretos. Segundo panfletários do século 19, que muito baralharam noções históricas na sua demagogia política, asseveravam que, no final de contas,

de pouco erravam os indígenas, pois, em vez de alimento para homens serviam para o das fornalhas dos engenhos. Em todo caso, a perspectiva do fim incutia-lhes tal terror que ficavam alucinados. Insensíveis a pauladas e chicotadas, fugiam quando podiam para os matos, ou feriam-se e se apunhalavam ou se afogavam. Houve casos em que durante a travessia do oceano, a despeito de acorrentados, arrombavam o casco do navio à procura de morte coletiva.

Naquele desatino era um problema levá-los a bordo, enervados antes do embarque pelos preparativos, entre os quais, figurava o batismo geral. Procedia-se ao ato no quadrado dos barracões, ocasião em que se reviam homens, mulheres e crianças, pouco antes brutalmente arrancados às aldeias natais. A correspondência dos missionários vem cheia de queixas contra a sacrílega cerimônia, em que a turbamulta recebia na maior desordem o primeiro sacramento, sem idéia da sua significação, não raro interpretando-a de modo completamente errôneo. Nas cartas de Fernão Guerreiro encontramos o brado do jesuita revoltado pelo espetáculo: *“Entre os muitos abusos havidos nesta terra, hũ grande se tinha no baptismo dos pretos, que vem de Guiné, que sam muytos, se baptizaram logo trezentos, quatrocentos & setecentos juntos, & como deste os mais sam os que vam daqui pelas Indias, Brazil, Sevilha, & outras partes, acontece muytas vezes, que pola pressa da embarçaçam, que seus senhores lhe dam por nam perderem a occasiam do tempo, o não deixam ter os pobres pera serem cathechizados & instruidos na fé como conuem pera alguma maneyra entenderem o que recebem... dahi os padres (jesuitas que Felipè II mandara ao Cabo Verde e Guiné) tomaram muyto à sua conta o instruyr estes escravos como conuem, & advertirem com particular cuydado, a que não haja falta num tal sacramento de que depende a saluaçam das almas”*. O mesmo diziam espanhois,

como Sandoval, autor do *De Instauranda Aetiopium Salute*.

Obedecia, destarte, a evolução do tráfico no Brasil, ao das demais possessões coloniais de grandes potências européias. Interesses vários intervinham na questão, em que ocorriam tôda sorte de entendimentos internacionais por longo tempo mantidos à vista dos proventos que davam. A aliança anglo-lusa permitiu aos portugueses conservarem colônias, que de outra maneira arriscariam cair nas mãos de nações mais poderosas. Desde a nossa proto-história, vemos surgir no litoral brasílico normandos e bretões interessados no escambo com indígenas, primeiro passo para estabelecimentos duráveis, a constituir grave ameaça à soberania portuguêsã. Depois apareceram flamengos, que no século 17 denotavam assombroso surto expansionista. Em compensação, em troca do apóio protetor, os proventos dos domínios lusos iam ter às mãos de ingleses, sem onus de ocupação militar de colônias, pelo simples intercâmbio comercial, de modo a estabelecer situação favorável às duas partes; ao pequeno país possuidor de domínios muitas vêzes maiores que a sua extensão territorial; e à nova potência marítima e industrial que despontava com a Inglaterra no século 18, assente nas minas de carvão de Cardiff e no domínio dos mares.

Acelerou-se a transformação da economia européia com o descobrimento do caminho marítimo das Índias. Uma das mais espantosas das suas repercussões, efetuou-se nas ilhas britânicas, em que vemos os habitantes abandonarem a agricultura e trato da pecuária, pela indústria e comércio destinadas a assegurar a conquista de mercados externos. Os editos do Lord Protetor Cromwell marcam a respeito da navegação o ápice desta política. A interação da marinha e da indústria britânicas punha ao dispôr do seu manufactureiro navios, canhões e tripulação adestrada, que davam transporte e protegiam a

mercadoria da manufatura ao consumidor. Igualmente impediam assaltos contra um útil aliado, cujo prejuízo afetaria a combinação estabelecida entre produtores e mercados. O triunfo dessa política econômica de caráter internacional, registou-se por ocasião do tratado de Utrecht, que em 1713 pôs termo à longa porfia pela sucessão da Espanha. Afigurava-se nessa altura aos estadistas insulares, aproveitar pacificamente a situação que lhes coubera, favorável à expansão da Grã-Bretanha na indústria e no comércio, a poder de entendimentos com nações mais fracas e feitorias pelo mundo afora. Tal atitude daria melhor resultado que teimar em lutas dispendiosas a todos prejudiciais. Convencionou-se, daí, uma espécie de situação precursora do “*equilíbrio europeu*” do século 19, em que a alma rapinante do homem do Ocidente, preferiu momentâneamente a sutileza de Mercúrio à clave de Marte.

A trôco de cessar hostilidades marítimas, alcançara a Inglaterra consideráveis vantagens da França — sua constante adversária — e da Espanha, satélite dos franceses depois do advento de Felipe V, neto de Luís XIV. Da primeira obteve a Terra Nova, o território da baía de Hudson e a Acádia. Da segunda, entre outras concessões, o privilégio do tráfico de negros, e o especioso direito de mandar cada ano diretamente de Londres a Pôrto Belo e Vera Cruz, portas do comércio do império espanhol nas Américas, “um” barco carregado de mercadorias. Pretendiam os espanhóis se defenderem do desvantajoso ajuste, com a limitação do tamanho do dito navio a 500 toneladas apenas. Infelizmente para êles, a cláusula fôra gisada com requintes de má fé. Aos poucos cresceu a embarcação, e, como não era possível pesá-la no mar, continuou em aumento além de receber durante o trajeto refresco de víveres por parte de outras naves inglesas, que não eram outra coisa senão renovoamento do estoque. O contrabando também pre-

judicava a franceses no jôgo do intercâmbio internacional. A Espanha desprovida de indústria pouco padecia no caso. A França é que saía mais prejudicada na sua qualidade de fornecedora de grande parte da mercadoria estrangeira transportada pelas frotas das Índias Ocidentais, que duas vêzes por ano, em janeiro e outubro, singravam durante as monções favoráveis da Espanha para as Antilhas e Tierra Firme.

Acrescia para o bem dos ingleses, na mesma época e em consequência de condições análogas, a contribuição lusa à prosperidade de sua protetora. São por demais conhecidos os ajustes de Menthuen nos seus característicos e efeitos, para que seja preciso analisá-los agora. Em uma palavra, comprometiam-se os portugueses a permanecer na dependência da indústria e comércio insulares — o que significava em realidade, ceder-lhes os melhores proventos das colônias — a fim de explicitamente lhes vender o vinho do Pôrto, e, implicitamente receber-lhes auxílio militar. A frota britânica tornara-se a mais poderosa do mundo graças à decadência da Holanda, combatida por guerras interminas, e nenhuma outra nação podia com ela competir no oceano. Esta característica era capital na conjuntura para os portugueses, que dependiam cada vez mais de colônias ultramarinas.

A situação decorrente de ajustes internacionais em princípios do século 18, era tôda favorável aos ingleses. Situavam-se em geral as possessões lusas em zonas tórridas — principalmente as que lhe proporcionavam maior rendimento — onde pouco apeteçia ao imigrante britânico residir. Muito mais lhe interessava abastecê-las com mercadorias pagas pelo ouro das Minas Gerais. Cabia a Portugal o onus da mantença e da produção do Brasil, ao passo que a Grã-Bretanha ia ter o lucro dado pela grande colônia através de convênios mercantiles e políticos que perduraram até a nossa Independên-

cia. Nesse período, assume aspeto perfeitamente leonino a atitude da mais privilegiada das duas partes. O gabinete de Londres exigia no fim do século 18 de D. João Príncipe Regente o tratamento alfandegário de nação mais favorecida, conjuntamente com medidas contrárias ao tráfico. Apresentava-as como impostas por motivos humanitários, contra os quais não era admissível rebeldia. Na verdade, visavam aluir a produção brasileira em proveito das possessões britânicas, como deixa patente a famosa entrevista entre o Primeiro Ministro Gladstone e o negreiro norte-americano José Cliffe, em outro passo dêste livro reproduzida.

O imperialismo colonial representa um dos capítulos mais extraordinários da história da humanidade. Expressão típica do complexo predatório do homem europeu, contribuiu, entretanto, sobremaneira para o progresso do mundo. Símile igual nos fastos do passado só encontramos na antiguidade helênica, com base na escravidão e rapina sôbre vizinhos. Por sinal, foram os menos cultos dos gregos, porém, os mais armados, que aproveitaram a diretriz dominadora, daí o predomínio dos macedônios na confluência do Ocidente com o Oriente, para maior brilho das civilizações heleno-levantinas, cadinho de crenças, ciências e artes, que voltaram a renascer na Europa no fim da Idade Média. Em circunstâncias parecidas agitaram-se séculos depois elementos de nações predatórias, igualmente assoberbados pela ambição, que os levaram a pôr de parte todo escrúpulo em porfias destinadas a lhes satisfazer a cobiça e ganância. No desvario a empolgá-los não houve crime que deixassem de praticar. Hoje se tornam divertidos os sofismas a que recorriam para disfarçar o abismo entre êles estabelecido, na prática de ética bifronte, uma, para uso intra-muros, sob invocação de santos e apelos à bondade divina, outra implacável, monstruosa de brutalidade e de avidez, cometida contra antípodas.

Desembarcavam em angras de regiões transmarinas tidas como possuidoras de riquezas, bons cristãos, navegantes que a tôda hora rezavam, comungavam e se recomendavam a Deus; franceses, portuguezes ou espanhois, em que de permeio havia italianos e outras nacionalidades; e, em pouco davam aso a eventos ditados pela sede de ouro, a se repetirem em série multiforme que parecia não ter fim. O mesmo faziam ingleses ou holandeses em tôda parte onde passavam as suas naus mercantes, e quando não podiam destruir indígenas, por êles considerados vís e indignos de piedade, passavam a atacar-se mùtuamente, no afã de expulsar de colônias prósperas e dadivosas concorrentes mais débeis ou incautos.

Quem tivesse mais armas e soldados possuía naturalmente mais direitos. Pertencia-lhe o melhor quinhão pelo princípio da última ratio regum voluntas. No quadro, além de negros que apodreciam em porões de navios infectos, havia também brancos, como os súditos do Grão Duque de Hesse, vendidos na América do Norte sob capa de contratos de trabalho, que até em comêço do século 19 os reduzia em Connecticut ou Maine, à condição pior que a do africano nas senzalas brasileiras. Iguais iniquidades foram perpetradas por invasores europeus contra populações coloniais pelo simples fato de se mostrarem prósperas. Agressões como a dos holandeses ao norte do Brasil no século 17, ou como a de Duclerc e Dugay Trouin no Rio de Janeiro, são difficilmente desculpáveis perante o direito das gentes. Que exemplo mais expressivo na sua hediondez que a conquista do México e a do Perú? Escritores anglo-saxões se levantaram contra aquela cega aspiração de metais preciosos, e com nobres acentos profligaram a barbaridade que representavam. Infelizmente os espanhois poderiam pagá-los com a mesma moeda, pelo que os ingleses praticaram contra holandeses do Hudson, fran-

ceses do Canadá, e, a êles mesmos espanhois, nas Antilhas e mais sítios.

Iríamos longe se intentássemos enumerar os delitos cometidos pelo imperialismo colonial. Entretanto, força reconhecer em meio de tão lamentáveis acontecimentos, a presença de quem recusava não só acompanhar o conquistador, mas procurava conter-lhe o arbitrio e protestava contra seus crimes. O clero sempre se elevou contra a violência aplicada pela política colonial a indígenas inermes, sem defesã, sem outra proteção no passado que a Igreja Católica. Em primeiro plano na obra que envolvia a catequese pacífica do gentio, doutrinação de pretos e ensino dos brancos, destacavam-se os jesuitas. Na América tenazmente se opuzeram auxiliados pela indômita energia do índio, a que êle fôsse escravizado pelo branco cubiçoso da terra e necessitado de braços para explorá-la. Na África, afligiam-se do trágico espetáculo constituído pelas refregas destinadas a fornecer cativos para o eito americano. Condenavam os excessos dos traficantes no transporte de "peças", proclamavam ante os supostos civilizados os horrores da escravidão e envidavam todos os esforços que lhes permitiam para suavizá-la, já que a cumplicidade dos sobas favorecia o tráfico e impedia a sua supressão enquanto não fôsse empregada a fôrça de exércitos. Na falta dêsses elementos, deram alas os missionários à persuasão pelo exemplo e ensino moral, com que lograram atenuar o rigor do regimen servil, para maior bem de escravos, senhores, colônias e metrópole.

• Além dos religiosos que pelo caráter do seu estado, percebiam a extensão do mal proveniente de tão desmedido utilitarismo, formou-se no rolar do tempo, com o seu ensino, uma consciência anti-materialista entre os povoadores de capitánias brasileiras. Igualmente surgiram rebates semelhantes onde menos se esperava, na França no auge da sua política externa à procura de

colônias. Homens como d'Alembert, mostravam-se persuadidos de que o movimento filosófico de meados do século 18 marcaria época nos fastos do espírito humano pela revolução a que submetia as idéias. Dos escritores que neste período brilhavam, conhecidos por "*encyclopedistas*", e contemporâneos a êles ligados por afinidades espirituais, inda quando divergentes, temos em primeiro lugar Voltaire. O ilustre escritor, posto acionista da Companhia das Índias Ocidentais, envolvida no tráfico nefando, de que tirava o melhor dos seus proventos, elevava-se contra a política colonial das grandes potências européias. Muitos outros, de diversa nacionalidade assim procediam no momento, mas vamos nos limitar à nação que em pouco provocaria o cataclismo de 1791. Assim sendo, de volta ao autor da notável correspondência com os maiores personagens do século, vemos que dêle discordava parcialmente Montesquieu, contrário a aventuras ultramarinas, por julgá-las tão só prejudiciais ao bem-estar dos europeus. Concordava, porém, com Voltaire quando profligava o que tinham de odioso em si, nas razões, intenções e resultados. "*Nos peuples européens ne découvrirent l'Amérique que pour la devaster et l'arroser de sang*", palavras eloquentes do gênio voltairiano em que se retratava a triste realidade.

Nos fragmentos sôbre a Índia continuava o autor de *Candide*, "*C'est pour fournir aux tables des bourgeois de Paris, de Londres et des autres grandes villes plus d'épiceries qu'on en connaissait autrefois aux tables des princes; c'est pour charger de simples citoyennes de plus de diamans que les reines n'en portaient à leur sacre; c'est pour infecter continuellement les narines d'une poudre dégoûtante; pour s'abreuver, par fantaisie, de certaines liqueurs inutiles, inconnues à nos pères, qu'il s'est fait un commerce que les puissances se son fait des guerres dans lesquelles le premier coup de canon tiré de nos climats met feu à toutes les bateries en Amé-*

rique et au fond de l'Asie". Outro expoente do pensamento da época, Rousseau, apregoava que todo progresso material das civilizações, provocou comêço de miséria, ou a incrementou onde acaso existisse. Acontecimentos posteriores deram-lhe razão, assim como a outros seus coevos. Em diferentes assuntos divergiam, mas no campo do colonialismo concordavam. Rousseau quase sempre apartava-se ou se opunha a Voltaire a ponto de se tornarem inimigos. A presença do autor de *Zadig* em Genebra, cidade natal do autor das *Confessions*, desagradou ao segundo, já abespinhado pelo sucesso do primeiro. Um belo dia atacou-o num escrito intitulado *Lettres de la Montagne* em que lhe procurava criar dificuldades políticas. Vingou-se Voltaire com o virulento libelo *Le Sentiment des Citoyens*, em que acusava o adversário de ter abandonado os filhos num hospital e morto a *mère* Levasseur. Discordou igualmente Rousseau de enciclopedistas, mormente de d'Alembert, Holbach e acima de todos de Diderot, entretanto, suspendia a divergência quando se tratava de colônias e seguia Voltaire ao emprestar — por exemplo — ao fictício indígena de Tahiti, a enumeração dos vícios do europeu e os males que espalha. Esses autores, inclusive o Abade Reynal, contribuíram para o prefácio de Bernardin de Saint Pierre, o *best seller* do fim do século 18, no *Voyage en Ile de France*, onde anunciava estar convicto de praticar boa ação acaso conseguisse com seus trabalhos impedir a partida de homens *honestos* para as colônias. Semelhante orientação assume capital importância na mente dos contemporâneos da grande revolução francesa. Suas diretrizes mestras continuaram vivas nos regimens liberais subseqüentes, até despontar a reação marxista de 1848 iniciadora do culto da violência em teoria política, que os antecessores condenavam e por todos os meios procuravam extirpar do convívio humano.

Adquire hoje caráter excepcionalmente meritório a atitude daqueles homens acessíveis a problemas de civilização para outros, de épocas muito mais recentes, por completo despercebidos. Maior ainda nos parece o seu valor se levarmos em conta remanescer a mesma incompreensão das suas idéias dois séculos depois de divulgadas. São de nossos dias censuras como estas, "*Ces prétendus novateurs ont absolument méconnu la grande poussée coloniale qui était le fait dominant de leur siècle. Ils n'en ont compris ni la raison, ni la puissance*". Neste ponto não é exato o crítico, pois, Rousseau admitia o progresso material por obra do progresso intelectual. Limitava-se, porém, em condenar-lhe certas formas em vez de elogiá-las(1). "*Ils ont, de toutes leurs forces*", prossegue o jornalista panfletário Gaxotte, improvisado historiador, "*entravé l'expansion française. Ils ont nié la grandeur et la nécessité*". Este acúmulo de confusões do porta voz dos pequenos burgueses seus patrícios, nacionalistas, patrioteiros e colonialistas, é tanto mais aberrante, pelo fato de nem Rousseau, como foi dito, nem seus confrades, inda divergentes, desconhecerem o alcance do progresso. De mais a mais, nem êle nem os enciclopedistas de maior ou menor tomo, lograriam deter movimentos irresistíveis como os desencadeados pela avidez do europeu quando se lhe depara oportunidade em lhe dar vasão. Sem dúvida, poder-se-ia classificar o fenômeno assim compreendido conhecido por "colonialismo", como fatalidade semelhante à escravidão, expresso pela ambição das nações, e tendência do homem em desprezitar a liberdade alheia a fim de dar largas ao seu complexo criador, segundo enumerava Rousseau. O censurável consiste, no tempo dos enciclopedistas, em muitos dêles levantarem a sua indignação contra o co-

(1) O que diz, entre outras, da facilidade de existência em pequenas coletividades, recebe atualmente impressionante confirmação na hora em que o problema do super-povoamento do mundo apavora a humanidade.

lonialismo, não tanto pelo mal que espalhava entre antípodas indefesos, mas pelo prejuízo por desventura infligido a imigrantes europeus. Quanto à época presente, agrava-se a circunstância, porquanto se torna monstruoso pretender em pleno século 20, conservar fórmulas inspiradas na violência e arbítrio de fortes contra fracos, de poderosos contra inermes, de ricos contra miseráveis, seja qual fôr o pretexto invocado para justificar desprezo pela liberdade e dignidade humanas.

No passado, conceitos como estes que ora expendemos, seriam tidos por divagações sem base nem cabimento, apenas objeto de curiosidade em certas circunstâncias, em todo caso, na certa, produto de nefelibata sonhador. Imaginemos por instantes como seria recebido o argumento anti-colonialista defendido pelos enciclopedistas e apresentado a nações empenhadas na América em luta em torno de cobiçada presa! Fariam rir governos e aventureiros, associados nas mesmas aventuras predatórias, como as que se sucederam depois do tratado de Utrecht. A mais curiosa vem exposta no contrabando exercido pela Inglaterra nas Antilhas e na *tierra firme* da Venezuela, repetido em Buenos Aires, transformada em ingresso de mercadorias levadas até o Chile e Perú, onde se iam encontrar às introduzidas pelo norte. A situação acabou por tornar-se intolerável aos espanhois possuidores daquelas colônias. Assim que se refizeram dos desastres da sucessão da Espanha, tentaram resistir às imposições dos britânicos. O resultado foram as hostilidades desencadeadas pelos ingleses a que os íberos procuraram responder com o auxílio de franceses. No taboleiro das combinações diplomáticas, os insulares procuraram, daí, o antigo aliado português, vizinho da Espanha e dono da ótima base de operações representada contra o seu império pelo imenso território brasileiro. Na conjuntura foram atendidos com entusiasmo por quem desejava expandir-se no Prata. Mal

apoiados, porém, por Londres absorvida na conquista da América do norte, viram-se os portugueses envolvidos em longa e dispendiosa luta no sul do continente, que se prolongou para maior dano da população paulista até a abdicação de D. Pedro I, o último lusíada a reinar sobre o Brasil.

Outro fardo esmagador atirado sobre a incipiente população colonial consistiu nas conseqüências do incremento do regalismo registado em velhas nações ocidentais. O mesmo século 18 que assistiu aos esforços humanitários dos enciclopedistas, padeceu a hipertrofia da fusão do poder pessoal do soberano com o imperialismo do povo por êle regido. Da Rússia a Portugal, de um extremo a outro do Ocidente, verificava-se crescente surto nacionalista na proporção, que o monarca aumentava a absorção do poder segundo a fórmula de Luís XIV, a ponto de confundir Estado com soberano na evolução processada nas idéias e instituições políticas da era moderna. Sobrevinha, daí, o inevitável. Precisava o chefe supremo de prestígio para mandar discricionariamente, necessitado em torno de si de quadro grandioso, condizente com o seu papel divino e quanto menor a liberdade concedida aos súditos, maiores os empreendimentos destinados a magnificar a coroa. No panorama europeu, somente a Inglaterra entre as grandes nações fazia exceção à regra, no concernente os direitos do povo — em que incluímos os da classe dirigente — graças a princípios democráticos que geravam acendrado espírito cívico. Mas em outras grandes monarquias ocidentais como na Áustria — para não falar na Prússia ou na Rússia, por demais militarizadas ou atrasadas — idéias como a do famoso médico holandês Van Swieten, encontraram terreno fértil para recebê-las. Preconizavam o mando entre as mãos de um príncipe absoluto, preparado pela educação ao papel de servidor máximo da monarquia. A fórmula como sempre acontece em ma-

téria política, prestava-se a tódã sorte de interpretações, segundo a conveniência de quem a empregava, o que explica a sua aceitação em Lisboa quando lá apareceu Sebastião de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, de volta da sua embaixada em Viena.

O sucesso da teoria, também nos diz a razão do valimento do estadista, que surgia no cenário político luso, feito fiel instrumento del-Rei Fidelíssimo. Em pouco a velha Lisboa participava do sistema adotado em tódã parte onde reinavam Bourbons e Habsburgos, incumbido Sebastião José de angariar meios para fomento do "Nervo da Guerra" indispensável aos novos planos de govêrno. Teve de haver-se, logo de comêço, nesse sentido, o Ministro tornado Grão Vizir de D. José I, com o problema que preocupava as monarquias absolutas católicas. Esbarravam em Versalhes, Viena, Madri ou Nápoles, com a resistência de uma Ordem religiosa, a Companhia de Jesus, aos planos de absorção política por parte da coroa, em que até a Igreja devia se lhe submeter. Fortuíto incidente ocorrido nos domínios da França serviu de pretexto para desencadear violenta campanha contra a instituição tida por adversária do absolutismo dos reis. Entretanto, era considerável a soma de serviços que lhes prestara e continuava a prestar. Contrariara, porém, aos governantes, pelo vulto das missões nos domínios das monarquias ibéricas e pela sua pedagogia na Europa, a influir na formação dos espíritos que mais tarde presidiriam o destino das nações.

O influxo do ensino jesuítico ainda hoje se manifesta em muitos países, tal o esplendor que proporcionou às ciências, letras e artes em tódã parte onde os Padres lecionaram. O seu maior alcance, todavia, evidenciou-se na organização pedagógica, em que, não só deixaram fundos traços em países latinos como a França, visível no seu moderno ensino superior, como na Prússia militarista, copiada por Paulo I, autócrata de tódãs as Rússias. Des-

creveu o filósofo Leopold von Wiese suas reminiscências de adolescência na escola de cadetes, em que vislumbrou marca jesuítica além do curso militar, onde ocorria o da formação da moral dos futuros oficiais do grande exército alemão. No espírito de príncipes sargentos como eram os Eleitores de Brandenburgo, o comandante de forças militares devia formar bloco sem falhas, militarizado da cabeça aos pés, corpo e alma, para maior glória das armas prussianas, e, na conjuntura, não podiam encontrar melhor modelo para o fim que o do pupilo jesuítico.

Outras razões de conflito com governos autoritários, provinham da ação inaciana na sociedade, defensora da religião, família, pobres e oprimidos, confessora e diretora da consciência de proletários e de príncipes de sangue. Igualmente ela se destacava pelo vulto da Ordem. Em tôda parte do mundo possuíam os jesuítas estabelecimentos modelares, que lhes grangeavam fama de possuidores de imensas riquezas. A circunstância era tanto mais impressionante numa época de escassos meios financeiros, de economia pública e privada embrionária caracterizada por falta de capitais. Nesse terreno, assumia a Companhia de Jesus aspeto de Banco Internacional. As propriedades do seu imponente patrimônio espalhadas nos quatro continentes, a eficácia com que eram dirigidas, a sua invejável organização, a dedicação dos seus administradores, impunham confiança aos que necessitavam de serviços bancários. Através do tempo formou-se o hábito de se lhes confiar dinheiro como hoje se faz com estabelecimentos de crédito oficiais e particulares. Essas quantias venciam juros de 2% anuais, como diz Gaxotte, o qual, apesar de jornalista, cuidadosamente se documentou a respeito. *“La confiance publique qu'ils avaient meritée, tant par leurs richesses que par l'exactitude à remplir leurs engagements, les rendait souvent dépositaires de sommes très*

considérables, qu'une administration habile faisait fructifier dans leurs mains, sans prêter au murmure, ni à la méfiance", segundo dizia o enviado diplomático francês em Nápoles citado pelo autor.

Quiseram, no entanto, maus fados, que a atividade inacina, providencial às monarquias católicas possuidoras de domínios coloniais, através das missões com que disseminava o cristianismo e muitas mais virtudes, provocasse insanável desentendimento com a França, a mais poderosa nação da Europa no século 18. Gastos suntuários excessivos, guerras dispendiosas, má administração, etc... suscitaram em Paris violenta crise financeira. Por cúmulo de infelicidade, a tentativa do jesuita confessor do rei em afastar a sua favorita dos negócios públicos, acarretou à Companhia de Jesus ódio implacável de Madame de Pompadour e a animadversão da sua "coterie". Naquelas condições, ocorreu ao governo francês juntar o útil ao agradável, ou seja, expulsar do país os jesuitas e se apoderar de seus bens. A atitude de Luís XV também apoiava a campanha anti-jesuítica encetada em outras côrtes aparentadas com os Bourbons de França, e contentava a inúmeros adversários dos inacinos espalhados por tôda parte. Não faltava nas capitais da Europa quem os acusasse de se terem apoderado do ensino da mocidade e do confessionário, de se imiscuirem demasiado em política, de acumularem riquezas e visarem o estabelecimento da monarquia universal em proveito do papado. Nessa altura "*Choiseuil pensa acheter la neutralité des cours souveraines en leur abandonnant les jésuites, leurs ennemis*", escreve um panfletário.

Servia, assim, a campanha contra a Companhia de Jesus de instrumento político num passo difícil para a França, ou melhor, para o gabinete Choiseuil, necessitado de agradar a muita gente, a começar pela favorita assim como a potências européias: "*L'anticléricalisme*

ou antijesuitisme ferait office de diversion, étoufferait l'opposition financière et rendrait au gouvernement besogneux la liberté de ses mouvements", acrescentava o mesmo autor. O incidente a que nos referíamos serviu de pretexto para o início das perseguições. O jesuita La Valette, dotado de excepcionais qualidades para organização comercial, "eficiente técnico" como hoje se diria, incumbiu-se na melhor das boas intenções, de oferecer ao Ministro os argumentos que desejava para atacar a Ordem visada. Ocorrera marasmo financeiro na Martinica, conseqüência da guerra entre a Grã-Bretanha e Luís XV, em que os jesuitas representavam o papel de maiores vítimas. Todo o seu longo, inteligente e pertinaz esforço in loco, viu-se perdido. Lembrou-se, daí, o Padre La Valette, de acudir à província inacina martiniquense graças ao renovamento da indústria açucareira. Brilhante sucesso inicial parecia querer premiar-lhe a iniciativa, infelizmente sustado pela continuação da guerra colonial entre a França e os ingleses. No mar cruzadores britânicos lhe apresaram cinco navios transportes de açúcar. Nas fazendas uma epidemia de varíola devastou as senzalas e um ciclone destruiu as roças. Também lhe causavam tropeços a forte oposição verificada na própria Companhia de Jesus contra o seu senso de negócios. Parecia a muitos Padres eminentes condenável o emprêgo do braço negro, se bem de modo muito diverso dos outros fazendeiros.

Para coroar a série de reveses sobreveio a expulsão dos jesuitas de Portugal sob falaciosos pretextos, que acarretou recrudescimento de tribulações aos já atribulados Padres. Sob tantos escarceus naufragou La Valette envolvido pelos enredos de governos resolvidos em perder de qualquer modo a Ordem a que êle pertencia. Os títulos da empresa martiniquense, que poderia facilmente refazer-se com um pouco de sossêgo, foram protestados pelo maior credor, a firma Lioncy, Frères &

Gouffre de Marselha, intimada a Companhia de Jesus a endossar a responsabilidade da falência, sofregamente condenados os jesuitas pelas justiças do Rei de França e pelo seu Parlamento. Embalde protestavam de que não cabia culpa do ocorrido à direção geral, porquanto eram autônomas as províncias, a ponto que, antes de La Valette, a da Martinica não pudera ser socorrida pelas outras. Tudo inútil. A dissolução da Companhia de Jesus começara em 1759 e nada mais a deteria, sucessivamente enxotados os Padres de Portugal, Espanha, França, Nápoles, Parma, Veneza, Mòdena e Baviera, derramadas sôbre êles toneladas de panfletos caluniosos. Foi lembrado o caso dos ritos malabares juntamente com a atividade do Padre Ricci na China, para demonstrar, como disse Daniel Rops, a deturpação em proveito dos inacinos da pureza do dogma e das mais veneráveis tradições da Igreja.

Dos que mais encarniçadamente procuraram denegrir a Companhia de Jesus, temos Sebastião de Carvalho e Melo, empresário de verdadeira coôrte de virulentos panfletários concentrados para o escopo demolidor. Dos mais notórios era um certo Pagliarini, expulso de Roma e depois queimado em efígie pelas sátiras sacrílegas que dirigira contra o Santo Padre. Bem recebido talvez por êsse motivo em Lisboa, foi nomeado diretor da Imprensa Régia, com encargo de imprimir, corrigir e rever o fluxo de publicações alí impressas contra a Companhia de Jesus. Não menos desprezível era o famoso Abade Platel, notório jesuitófobo, useiro de três diferentes nomes e cinco diversas nacionalidades, acolitado na obra inglória por chusma de satélites da mesma casta. Nos mais talentosos e menos ruins de caráter, precisamos incluir os brasileiros Santa Rita Durão e Basílio da Gama — êste mais desculpável que o outro pelas relações de amizade com o Grão Vizir de quem era secretário — todavia, nem por isso menos odioso como antigo pupilo dos jesuitas

aos quais devia a sua instrução. Mas além dos mercenários empregados no mister, o próprio Pombal escrevia e emendava escritos, só ou de parceria com D. Basílio e Seabra da Silva, de que a *Dedução Chronologica*, alentada obra em vários volumes, profusamente disseminada em Portugal e traduzida em muitas línguas, foi indubitavelmente a mais importante. "*Like the Royal edicts*", escreve Marcus Cheke "*that appeared at the date of the Tavora plot, the Deduction was a master piece of vindictive indictment. And if doubts may be cast upon its value as history, the book was nevertheless an important piece of anti Jesuit propaganda, and supplied the Society's enemies with fresh weapons. If there still clings to the Society of Jesus a certain sinister reputation, the fact must be largely attributed to Pombal*".

Não satisfeito com a propaganda realizada a poder de tais escritos no reino e colônias, o estado maior difamador possuía completa oficina de tradução para publicá-los nas línguas faladas nas principais monarquias da Europa. Concorrente à *Dedução Chronologica* apresentava-se não menos alentada obra, intitulada "*Les Jesuites Marchands*, com sub-título "*Usuriers, Usurpateurs*" e abaixo outro menor, "*leurs cruautés dans l'ancien et nouveau continent*", impresso em Haya de 1759 a 1761 por conta de Pombal, onde no correr dos seus quatro volumes, pintava-se a falência do Padre La Valette sob as côres mais negras. Não se sabe se o autor seria P. O. Pinault, um dos tradutores d'esses libelos infamantes, certa, porém, parece a sua condição de antecessor juntamente com os companheiros do enxurro estipendiado pelas ditaduras nossas contemporâneas contra os seus adversários políticos. O desfecho de tanta aleivosia, simultaneamente empreendida nas monarquias católicas com grande escândalo das protestantes e cismáticas, veio por fim em 1773, quando foi arrancado do franciscano Ganganelli o breve *Dominus ac Redemptor*

contra a Companhia de Jesus, se bem ela ainda fôsse no século 18 o maior esteio da Cristandade.

Os resultados que os governos esperavam da dissolução da Ordem, foram nulos, quando não se revelaram prejudiciais. Embalde procuraram os tesouros ocultos pelos jesuitas nas casas professas da Europa e nas missões coloniais. Existiam, mas não como se pensava. Decorria a lenda das riquezas que se lhes atribuída da superior abnegação dos Padres em organizar as suas Províncias e não em montes de ouro e prata acumulados em subterrâneos, cujos carregadores, escravos da Ordem, tivessem sido mortos para não revelar o sítio onde jaziam. Consistia o valor dos estabelecimentos jesuíticos no seu método, na atividade que desenvolviam e inteligência com que eram concebidos. Mas assim que retiravam os privilegiados mentores da direção, desapareciam os frutos e fenecia a obra de muitos anos de esforço e entusiasmo apostólico, ferida de morte como sucedeu no Paraguai, onde os antigos pupilos dos jesuitas caíram nas mãos de abomináveis aventureiros. Ademais, cumpre notar, não era a felicidade de colonos remetidos além oceano para engrandecer a coroa, ou a conversão do gentio, que interessava aos governantes do tempo. Alimentavam planos muito diversos. Assim como Sebastião de Carvalho pretendia prolongar-se no futuro reinado de D. José Príncipe do Brasil, herdeiro do trono, cuja educação se processara sob as suas vistas, também Choiseuil esperava grandes proventos da supressão dos jesuitas a favor da política de Luís XV, que se não realizaram e muito concorreram pela sua carência aos desastres do reinado seguinte.

O interessante da circunstância reside para nós em seguir de perto acontecimentos em que se pode acompanhar a evolução do espírito colonialista europeu de tanta importância para a história do Brasil. Nessa análise, verifica-se que do malôgro não decorreu lição salu-

tar para o velho mundo. Continuaram os seus soberanos e ministros com a mesma mentalidade dos antepassados. No advento da Revolução Francesa, apareceram mais curiosas modalidades éticas, época em que o teorista político se preocupava com o “Direito das Gentes” — reação contra o absolutismo anterior — e, no entanto, dava início ao colonialismo na sua maior extensão, período no qual foram praticadas as piores iniquidades contra míseros desprezivamente designados por gentios. Hoje vacilam impérios coloniais e já se notam louváveis alterações na psique da nova geração de países que consideravam seus domínios ultramarinos fontes de todos os bens possíveis imagináveis. Não se lhes percebe mais a arrogância dos pais, a mesma agressividade nacionalista, os insanáveis preconceitos. Perderam o ufanismo, admitem o direito dos antigos coloniais, atenuou-se-lhes o racismo e conseqüentemente velhos prejuízos como o anti-semitismo. Mostram-se avessos ao emprêgo da violência em política, e doutrinas no gênero de fascismo ou nazismo não encontram mais éco no seu espírito. Pela mesma razão consideram antiquado o comunismo marxista, liberticida e igualicida. Sobrelevam-se as aquisições de Grande Revolução do fim do século 18 sôbre encruados princípios, mas desta vez extensivas a todos e não mais sômente a certos eleitos do destino pelo fato de se apresentarem melhor e mais armados que os outros. Começam a raiar depois da confusão estabelecida pela revolução russa dêste século, finalmente manifestações de melhoria moral a englobar a ética privada e coletiva dos indivíduos, que talvez venha a ser a melhor contribuição da nossa era ao progresso da humanidade.

Compreende-se ante êste quadro da evolução dos países colonialistas do passado, as suas vistas sôbre problemas das possessões de além mar e o regimen servil que neles avultava. Qualquer tentativa em reerguer o ânimo de pobres escravos, era considerada pouco favo-

rável ao tráfico, segundo apregoavam os traficantes, em regra definida, estabelecida, definitiva. Daí, o péssimo estado de espírito dos cativos, de capital importância para os traficantes na hora de embarcá-los a bordo, levantar âncora e entregá-los no pórtico de destino. O trajeto entre o barracão e o navio, tinha de ser efetuado em almadias facilmente entornadas se acaso recebiam indivíduos exasperados. Apesar de estarem as peças cuidadosamente pés e mãos atadas, conseguiam muitos cativos a poder de contorções, desequilibrar a embarcação e atirar-se na água juntamente com os demais ocupantes. Vencida esta primeira dificuldade sobrevinha outra igualmente delicada na passagem dos pretos da canoa para o interior dos barcos transatlânticos, quando a foz dos rios onde esperavam a mercadoria estava agitada pela ressaca do mar.

As notícias sôbre estas operações nos séculos 17 e 18, servem para os demais períodos do tráfico aí efetuado, pois, sempre se exerceu no mesmo sítio. Vinham os cativos dois a dois, bem amarrados e atirados no fundo de longas cânovas, semelhantes às dos índios do Brasil, cavadas no tronco de árvores. A sua estabilidade sôbre as ondas era precária, mas a perícia do pessoal empregado no mister compensava o inconveniente. A ida e vinda das embarcações eram processadas com prodígios de precisão e espantosa rapidez, os "gêneros" acaso caídos na água, repescados num esfregar de olhos, e, ao atracarem o navio negreiro, eram agarrados, suspensos e acorrentados no porão pelos tripulantes que os esperavam, com presteza que nada ficava a dever à dos pretos canoeiros. Quanto mais rápido o embarque, melhor. A vizinhança da costa incitava a carga a uma derradeira tentativa de libertação antes de atingir alto mar. O momento era angustioso para traficantes e comparsas. Casos houve, nessa altura, como o de um barco holandês, em que os cativos se assenhoraram tão rapidamente do

navio de modo a quase não dar tempo à maruja de disparar o tiro de alarma. Imediatamente acudiram dezenas de canoas com guerreiros negros bem armados, mais que suficientes para abafar a revolta. Os cativos, porém, ao ver perdidas esperanças, atearam fogo ao paiol do navio, que foi pelos ares com vítimas e algozes.

Terminado o carregamento, caso não houvesse incidentes de monta, iam começar os horrores da viagem. Escrevia sobre o tráfico cêrca de 1560 Fr. Tomás de Mercado: *"Amontoavam em um navio, às vêzes pequeno, quatrocentos ou quinhentos (cativos), e já o fedor ou catinga basta para matar os mais delles... E pera que ninguém pense que exagero, direi que não ha quatro mezes que dois mercadores... sacaram para Nova Espanha, de Cabo Verde, quinhentos em huma nao, e nhuma só noite amanhecera mortos cento e vinte, porque os metterão como porcos nhum chiqueiro, ou cousa peor, debaixo da coberta, onde o seu proprio folego e catinga (que bastão para corromper cem ares e tira-los todos da vida) os matou. E houvera sido justo castigo de Deus morrerem juntamente aquelles homens bestiaes que os levarão. E não parou nisto o negocio; antes de chegarem ao Mexico, morrerão quase trezentos"*.

Contar o que se passa no tratamento dos que vivem seria hum nunca acabar. E espantamos-nos da crueldade dos turcos para com os christãos captivos, pondo-os a noite em suas masmorras! Certo muito peor tratam estes mercadores christãos aos pretos que já são fleits, porque na praia, ao tempo de embarca-los, os baptizam todos juntos com hum hissope, o que he outra grandissima barbaridade".

Tinha razão Channing para afirmar num arroubo de eloquência, que desde o século 16 o navio negreiro era o *"maior conjunto de crimes, reunido no menor espaço"*. Teólogos e simples eclesiásticos afligiam-se igualmente das revoltantes cenas ocorridas a bordo.

“Nihil de concubinato mancipiorum inter se, dum masculi permixti faeminis exportantur”, exclamava Luís de Molina. Outros espanhóis o acompanharam na virtuosa indignação, entre eles o virtuoso Cardeal Ximenes, que na sua regência, após a morte dos Reis Católicos, atemorizara-se com a barbaridade do tráfico perante a religião. O ilustre protetor das letras na península era infenso a tôdas as formas de escravismo, pela iniquidade que personificavam e males que espalhavam. Infortunadamente, o curto govêrno do Cardeal não lhe deu ensêjo a mais de um esbôço de providências a favor dos índios, através dos domínicos que enviou às Antilhas e algumas outras resoluções no mesmo sentido. Em pouco, a mudança de normas polítics e econômicas sob o Infante Carlos d’Austria, assumiu com o senso prático dos belgas chamados ao poder, diretriz acentuadamente diversa da castelhana. O Chanceler da Borgonha Sauvage, *“consideraba que un negro hacia el trabajo de cuatro indios; que las condiciones de clima non solo eran favorables en América a los africanos, sin ventajosas, porque aqui prosperaban, decia el, como las naranjas, y que la condición de esclavos no les cogia de nuevo, pues en su tierra natal estaban sometidos a ella en forma harto barbara y feroz”*. Do novo modo de ver originou-se nas colônias de Castela a atividade do Padre Bartolomeu de las Casas, no afã de conciliar o trabalho dos colonos com os interêsses do império, a suavização do regimen negreiro e a redução ao cristianismo dos seus queridos índios — o maior anseio que nutria quando se dirigiu à América — *“de mas dulce y benevola indole, y condiciones morales y intelectuales superiores a las de la raza negra”*. A orientação do vizinho repercutia em Portugal por similitudes de condições em ultramar e inevitável predomínio de certas idéias espanholas durante a união das duas coroas ibéricas. Mas de qualquer modo, o decisivo fator da melhoria do fadário do escravo

nos domínios lusos em geral e no Brasil em particular, foi todavia a ação da Companhia de Jesus.

Continuou, a despeito dos esforços de alguns abnegados o tráfico com o seu cortejo de horrores. Quiseram os governantes saber em várias épocas os motivos da pavorosa mortandade registada na travessia dos barcos negreiros da África à América. Eram enormes as perdas, às vèzes reduzido a menos de um terço o número de peças quando chegavam do outro lado do oceano. O português Rebelo refere no *Opus de Obligationibus Justitiae* — que citamos porque se perderam os comunicados informativos dirigidos a Carlos V e monarcas seguintes — “*De 400 negros encerrados no fundo do porão, 130 sufocaram numa noite pela irrespiravel atmosfera, e no fim da viagem só restavam 30*”. Uma das maiores causas do morticínio viria das pequenas proporções dos barcos empregados no tráfico. A configuração das costas africanas impedia, porém, o uso de naves maiores. Quase sempre situados os ancoradouros na irregular embocadura de rios, com fundo muito variável, tinham os traficantes de recorrer ao menor calado possível. Por esta razão foram expedidos decretos relativos às modalidades de carregamento, medidas que não lograram muita aplicação, porquanto, além de acidentes geográficos, influía no caso a cega e insaciável ganância dos interessados no tráfico.

Desventuradamente, por estas e outras causas, a carga era comprimida ao máximo entre os costados do navio, na mais completa ausencia de asseio, terreno fértil para as bactérias se alastrarem em corpos depauperados pelas privações. Ao amontoamento vinha se ajuntar outra involuntária atrocidade — a escassez de víveres. Enumeram Barbot e mais autores, os alimentos distribuídos aos negros, com maior ou menor abundância e variável valor nutritivo de uma embarcação para outra. Importava muito no caso a bandeira sob a qual

navegavam, pois, a técnica do tráfico variava segundo a nacionalidade do traficante. A demora da travessia opunha-se, no entanto, fossem quais fossem os cuidados dos responsáveis, a que houvesse regular alimentação. Intervinham constantemente caprichos meteorológicos para piorar a condição dos infelizes cativos. O navio que ficasse retido entre céu e água pelas calmarias africanas, ou qualquer outro acidente semelhante, via-se exposto às piores conseqüências do atraso. Durava normalmente a viagem de navio seiscentista comum, quarenta dias pouco mais ou menos de Angola a portos brasileiros. Acaso ocorressem imprevistos contrários, prejudiciais aos cálculos dos navegantes, podia sobrevir a tragédia descrita por autores antigos, de irem ter à costa embarcações desarvoradas em cujo bojo só havia mortos.

Era custoso armazenar mantimentos em tão pequeno espaço, como o disponível nos barcos antigos, para alimentar por longo tempo tanta gente. Maior ainda o problema de evitar epidemias. Aludimos retro ao caldo de cultura constituído pelo navio negreiro, eis o que nos diz a propósito Fr. Dionégio Carlo da Piacenza quando viajou do Congo a Pernambuco num galeão transporte de cativos: "... e stavano si stretti, che se volevano dormire, si riposavano uno sopra l'altro: per le necessità corporali havevano ben si accomodati alcuni luoghi, má molti per non perdere il posto le facevano ove stavano; onde per il gran caldo del Clima, e fiato di tanta gente il fetto, e puzza era insuportabile".

Os eflúvios da enorme cloaca penetravam nos mais recônditos desvãos do cemitério flutuante. Nem era preciso que morresse a carga e se corrompessem os cadáveres (como às vezes acontecia) ao lado de excrementos para empestar a atmosfera. Bastava o famoso bodum de dezenas de corpos imundos, de há muito não lavados, untados de sebo e imundícies, em que figuravam "Les

Angolais si odorants qu'il suffisait à un "quêteur" de prendre le vent pour retrouver leur trace", menciona La Roncière no seu trabalho sôbre o tráfico. Outros autores também se impressionaram com a singularidade odorífera de africanos em geral, como Du Tertre, que asseverava, "*ils sentent si fort le bouquin (couro de bode) que l'air des lieux où ils ont marché en est infecté d'un quart d'heure après*". Fácil imaginar as condições dos porões dos transportes depois de alguns dias. Mas a propósito de tôda tragédia surgem de permeio ditos e anedotas jocosas à guisa de lenitivo. Corria nas colônias lusas que os portugueses consideravam esta emanção como responsável pela imensidade de mulatos que lá apareciam, pois, agia como violento afrodisíaco, seja dito sem trocadilho.

Os peritos do tráfico aconselhavam promover danças de escravos na coberta do navio, onde podiam distender os músculos e respirar ar puro. Logo, porém, intervinha o receio dos mercadores acêrca de suicídios, infelizmente bastante comuns. O negreiro *Le Jeune Louis* menciona no livro de bordo o suicídio de nove negros em uma dessas ocasiões, como fato dos mais naturais. O receio de revoltas igualmente influía em vedar o higiênico expediente, de sorte que outro negreiro confessava que a "mercadoria" vira a luz só três vêzes durante a travessia. Em todos autores antigos há referências ao desconforto das viagens marítimas, demasiado longas para os recursos que então se dispunha em espaço, conservação de alimentos e proteção contra sevandijas. Até passageiros providos de conforto que pagavam ao comprar a passagem, eram atingidos pelo inelutável do tempo. Podemos por esta simples lembrança conceber a condição da carga humana encerrada por mês e meio, quando não muito mais, num sarcófago oscilante em trajeto percorrido em grande parte nas vizinhanças do equador.

A incrível promiscuidade e imundície, não só multiplicavam parasitas, como ainda abrasavam as moléstias que os cativos levavam consigo da África. Na carência de arquivos lusos, recorreremos a franceses — em certo momento aspirantes ao primado do tráfico — os quais informam que ninguém a bordo escapava, nem a carga nem a tripulação. Encontramos, assim, em relatórios de barcos pertencentes a armadores de Nantes, por sua vez a serviço de consórcios e companhias que procuravam suplantar os ingleses no comércio negreiro, dados abundantes a respeito. O navio *La Nymphe* perdera 28 marujos ao terminar a viagem; o *Duquesa de Grammont* viu-se em iguais circunstâncias privado de 25 homens em 48 de que se compunha a tripulação, e, finalmente o recorde, em 1769, o *Marie Gabrielle* vê desaparecer 31 em 39... Isso entre os embarcações, que na pior das hipóteses dispunham de maiores meios de defesa do que os encarcerados inermes perante as infecções. Tampouco, êsses infelizes seriam acudidos desveladamente pelos carcereiros pelos mesmos motivos que já mencionamos — acúmulo de corpos em pequeníssimo espaço, atmosfera asfíxiante dos porões, que os tornava pouco apetecíveis a constantes inspecções e receio de revoltas favorecidas pelas visitas.

Agravavam-se, daí, os males provocados pelos rudimentares elementos à disposição da antiga medicina. Eram péssimos os cirurgiões de barcos negreiros, ademais, só ocorria a espírito sedento de aventuras arriscar-se naquele inferno transportado para a superfície da terra. Qualquer médico ciente do seu próprio valor, preferia evidentemente comêço medíocre na Europa a compartilhar, nem sempre a trôco de elevados vencimentos, as horrorosas vicissitudes do tráfico. O Dr. Isert embarcado no século 18 num negreiro dinamarquês, deixou narrativa em que diz como pouco faltou ser linchado pelos cativos quando no exercício de suas funções.

Começara o levante com pretos armados das próprias correntes, mais a navalha que um dêles arrebatara do barbeiro de bordo. A lenda espalhada entre os pretos acêrca do destino que lhes dariam além mar, autoriza a conjectura de considerarem os médicos brancos como prováveis carniceiros, suposição, no final de contas, bastante vizinha da realidade. Constava, assim, que ao chegarem na América seriam devorados, rumor perigoso aos encarregados de tratar a carga pelos visos de confirmação conferidos à crença no correr da viagem. O dito esculápio devia ser dos tais, porquanto passou maus momentos na conjuntura, salvo por milagre da deplorable confusão.

As medidas outrora preconizadas em matéria higiênica eram quase sempre irrisórias. Consideravam-se panacéias infalíveis as defumações, tradicional preventivo da peste na Europa medieval. Recomendava, entretanto, Labat: *“Il ne faut pas prendre le change sur le terme de parfumer un Vaisseau, ni s’imaginer qu’on employe a cet usage des parfums rares & de prix; on n’y employe que du vinaigre qu’on repend sur des pelles toutes rouges; cela excite une fumée épaisse & pénétrante que chasse avec force le mauvais air qui ne manque pas de se trouver dans l’entrepont où ces malheureux sont enfermés & enchainés deux à deux par un pied”*. No caso o máximo que se podia esperar do expediente seria mostrar-se desagradável aos mosquitos embarcados na África e porventura ocultos no porão. Fora disso, só concorreria para agravar o incômodo da miserável carga, sem muitas possibilidades de a salvar de numerosos contágios cutâneos e outros transmissíveis pelas vias respiratórias.

Critica igualmente o dominicano o mau veso dos europeus economizarem remédios. Os que havia nas farmácias de bordo eram ruins e insuficientes, *“plus propres à faire du mal qu’a guerir ceux pour lesquels*

on les employe. Cependant, la vie des équipages & des captifs est entre les mains de ces ignorans (cirurgiões de infimo quilate, quiçá abaixo de vulgares barbeiros sangradores), & exposée à ces remedes, méritent plutôt le nom de poisons. Voilà une des causes des mortalités qui arrivent dans le transport des captifs. La seconde est la mauvaise qualité des vivres..."

Durante muito tempo perdurou o descaso como se depreende do lapso entre Labat e traficantes do século 19. No jornal de bordo do negreiro francês *Marengo*, escrevia o Capitão Regnaud a respeito do tratamento da carga, "*Je crois que les meilleurs médicaments pour les noirs ne valent point le diable et qu'il vaut mieux laisser agir la nature*", e isto em 1804! Provinha a descrença do marujo de vários sestros de médicos — muito jovens e inexperientes — interessados em praticar a sua arte *in anima vili*. Não perdiam oportunidade de autopsiar os cadáveres dos falecidos para verificar do que morriam. Contra o hábito se insurgia Labat: "*Ces sortes d'operations bonnes en elles-mêmes & souvent très nécessaires, ne peuvent être si secretes qu'elles ne viennent à la connoissance des Negres, & il n'en faut pas d'avantage pour fortifier leurs préjugés...*", ou seja, a confirmação da lenda espalhada nas praias d'África. O pânico era reprovável, pelos levantes que podia provocar, pois, todo animal se torna perigoso quando apavorado. Tanto mais, à vista da presença na carga de antigos antropófagos, naturalmente afeitos em admitir que as autópsias eram operações de açougue, "*que c'est pour en tirer les meilleurs morceaux & tout le monde ensemble ne seroit capable de remettre leurs esprits prévenus*". Tampouco, devia-se atirar cadáveres ao mar enquanto houvesse claridade. À noite, os tubarões que seguiam na esteira dos navios, encarregavam-se de fazê-los discretamente desaparecer.

O aperfeiçoamento da técnica negreira exerceu-se principalmente em diminuir a mortalidade a bordo e evitar levantes coletivos, de que transporte algum podia julgar-se a salvo. Para êsse fim era proibido aos tripulantes sevciair os pretos, recomendava-se ainda, levar na viagem instrumentos de música a fim de divertir a carga e proporcionar-lhe danças úteis à saúde. Para feitor dos lotes, ou mestre de porão, escolhia-se preto de maior confiança, expressamente vedado aos tripulantes penetrar à noite no local onde se encontrava encerrada a carga, porquanto equivaleria a suicídio. Igualmente convinha por prudência espreitar continuamente o que faziam os cativos, assim como proceder ao exame dos fechos, cadeias, solidez dos alçapões, principalmente depois dos cuidados elementares de asseio, desinfecções, recreio, etc... para vedar tentativas de libertação intempestivas. Ao chegar na altura da repressão britânica ao tráfico, verificaram-se alterações nessa técnica, e, infelizmente, não para benefício da carga. Ao invés de representar lenitivo para os infelizes transportados o cruzeiro inglês entre a África e as Américas trouxe recrudescimento de horrores na travessia.

Os holandeses que invadiram o Brasil, tiveram de ocupar os viveiros de escravos da África, sem os quais não era possível organizar o trabalho na América. Na conjuntura, precisaram montar o seu tráfico em tôdas as peças e a despeito dos esforços, não alcançaram a proficiência dos portugueses. Acêrca dessa superioridade, comunicava Morthamer, agente da Companhia das Índias Ocidentais (empresária da conquista da Bahia e de Pernambuco) num descoroçoado relatório: *“Os Portugueses são mercadores de escravos muito superiores a nós. Acomodam facilmente numa pequena caravela 500 negros, ao passo que os nossos grandes navios conseguem apenas transportar de cada vez 300. Pelo asseio*

de bordo, boa alimentação e agasalho dispensados aos negros, conseguem os Portugueses mortalidade muito menor a bordo de seus navios. Além disto preparam os cativos ainda em África à existência de escravo em o Novo Mundo para que não venham a ressentir tão cruelmente a perda da liberdade.”. Pelo que diz, mais uma vez comprova-se, que mesmo na pior abjeção, ainda há gradações possíveis. Aos olhos dos concorrentes, adquiria a técnica lusa foros de adiantada e prestimosa para a multidão que mercadejava. Justiça lhe seja feita...

O lucrativo comércio em todos os tempos suscitou a cobiça alheia. Não eram só os holandeses a deitar vistas mal intencionadas sôbre o tráfico português, segundo confessa Morthamer, mais outros seus contemporâneos, aos quais muito recorremos no presente trabalho, quando se maravilham do fato de tão valiosa carga pudesse transitar pelo oceano afora quase desprotegida. Segundo Labat, mostravam-se os rapazes de Caiena faltos de energia ante aquela situação. Até pareciam sofrer da mesma indolência e comodismo das moças da terra, talvez, até, menos enérgicos do que as sensuais “creoles” de que falam os cronistas da época, porquanto “*il faut que l'esprit soit tombé en quenouille dans ce pays là*”, para perder tão boas oportunidades, pois, “*On sait combien les bateaux & les autres bâtiments Portugais qui vont chercher des esclaves à la côte de Guiné, sont foibles d'equipage & mal armés, quoique leur cargaison soit toujours de l'or en poudre*”. Vinha de mais de um século a progressiva fraqueza dos lusos, às voltas com progressivo aumento de adversários em todo o mundo. Logravam até certo ponto subsistir graças ao auxílio do aliado inglês, mas custava tão caro a proteção que quase equivalia a um dano em vez de benefício. Essa debilidade sugeria em tôda parte reflexões como a do diabo do frade, empedernido pela

convivência de negreiros. Precipitava-se o ocaso da marinha portuguesa desde o malôgro da Invencível Armada, que liquidara com a frota de Lisboa nos revoltos mares do norte. Sob D. João IV ainda mais se acentuava o declínio pelo fato do Bragança se encontrar mal assente no trono, sobrecarregado de dívidas, premido pela Espanha que não renunciava em despojá-lo da coroa afim de reconstituir o império de Felipe II.

Esboçou o moderno domínico Dieudonné Rinchon, interessante quadro comparativo do modo como várias nações tratavam os pretos no percurso para as Américas. Os ingleses, holandeses e dinamarqueses mantinham os homens na grilheta e punham algemas nas mulheres. A reduzida tripulação de que dispunham obrigavam-n'os a multiplicar precauções contra revoltas. Os franceses, mais numerosos, dispensavam maior liberdade à carga, soltando-a das ataduras três ou quatro dias depois da partida, se bem a conservassem cuidadosamente presa nos porões. Uns e outros, principalmente os ingleses, tinham demasiada tolerância acêrca de contato de marinheiros e cativas. Pertencia tamanha licenciosidade ao espírito prático insular, que só via vantagem no incremento do número de "*coloured people*" no Kentucky e Virginia, que podia começar já na travessia. Era o precursor dos famosos "*campos de procriação*" dessas regiões, onde os americanos crioulos da terra, se mostraram culpados em manter o espírito colonialista dos seus maiores anglo-saxões em vez de modificá-lo como fizeram os de origem ibérica.

A despeito, contudo, dos progressos que se queria impôr ao tráfico, quando havia temporais que obrigavam a fechar hermêticamente as escotilhas, o amontoamento do porão arriscava perecer asfiziado. "*On voit les Noirs opprésés et comme étourdis*", descreve Labat, "*soulever péniblement leur poitrine pour ne respirer*

qu'un air infect et corrompu. Ils gémissent et crient au secours. La chaleur devient intolérable, beaucoup meurent suffoqués. Chaque jour les négriers trouvent des cadavres déjà en putrefaction enchainés à des hommes encore vivants". A mesma tragédia ia se repetir no século seguinte durante a campanha da Grã-Bretanha contra o tráfico, em que os negreiros para escapar dos cruzadores ingleses tinham de reduzir o tamanho dos seus barcos, e, como continuassem a lotá-los ao máximo, o encontro em alto mar com naves de guerra hostís significava o mesmo que afrontar temporal desfeito. Tinham de fechar os respiradouros do porão, trancar todos os orifícios, pôr todo pano em desesperada tentativa de fuga ante perseguidor que abria sôbre êles fôgo assim que se lhe deparava oportunidade. Nessa ocasião o barco negreiro ao se entregar vertia sangue pelas brechas como si fôsse corpo humano.

Passados uns quinze dias de mar alto diminuía os perigos de sublevação, os negros tão deprimidos, que inda alimentassem veleidades de revolta, ser-lhes-ia custoso apoderar-se do navio. Chegava a escravaria cada-vérica à vista da costa americana, o olhar esgaseado, carnes rechupadas, pele sôbre ossos, ventre inchado, coberto de pústulas por fora e de germes devastadores por dentro. Naquela miséria espantaria os compradores, daí, os capitães aumentavam as rações de água e de comida nos dias anteriores ao desembarque, assim como outros cuidados do costume, parte do regimen reconstituente que ia prosseguir melhorado em terra. Depois de desembarcados à noite, lavados, barbeados, friccio-nados pelo remédio tido por soberano — o óleo de palma predileto dos africanos — restituida à pele doentia o brilho e a maciez da saúde, o negro começava a ressuscitar. Via-se de repente cumulado de cuidados que pareciam o de mãe extremosa quando prepara a filha para

baile casamenteiro. Maior espaço em tórno de si, danças, folguedos, farta alimentação, completavam a recuperação física e moral. Inda assim, muitas semanas depois de estar em terra, verificavam-se mortes em consequência da viagem, tributo de padecimentos atrozes, cuja descrição parece hoje colhida num pesadêlo.

Este foi o transporte dos cativos dos três principais focos do tráfico ultramarino, a saber, Guiné (Daomé e adjacências), Angola (Congo inclusive) e Moçambique (acentuado na guerra holandesa), destinados a serem escravos na América. Os do primeiro, geralmente remetidos à Bahia, beneficiavam viagem mais rápida. Os últimos, dirigidos de preferência para o sul do Brasil, padeciam a mais longa, cruel e mortífera travessia do oceano, a que mais vítimas produziu e maiores tragédias provocou.



Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil. — Tomo I. —
Editora Nacional. 1939.

A Bahia e as suas Relações com o Daomé

A antiga Ardra, hoje conhecida por Daomé, foi das primeiras regiões da África negra devassada pelos portugueses. Distava pouco do famoso Castelo de Mina, comêço do golfo guinéense, que se ia tornar dos maiores fulcros da escravidão dos tempos modernos. Uma série de fatores geográficos, sociais e políticos, em que entravam competições entre sobas, mais fenômenos atinentes a grandes migrações, junto do “colonialismo” europeu, contribuíram para fazer dêste setor da costa africana inexgotável viveiro de braços empregados no desenvolvimento das Américas. Nações e continentes dependeram, dessarte, do número de escravos vendidos pela região, para arrotear a terra e revolver o cascalho das lavras auríferas do Novo Mundo.

Destacaram-se nas atividades de traficantes do golfo de Guiné inteiramente dedicada à mercância negreira, as registadas no pequeno reino litorâneo de Savi ou Xavi, também chamado Ajudá, que os indígenas pronunciavam Huedá, o H aspirado como o J dos espanhóis, nome da tribo que no sítio predominava sôbre as vizinhas. Ponto estratégico para as relações com o interior, constituía também escoadouro de extensa faixa densamente povoada, intermediária entre o mar e o sertão, em que depois do saque do reino de Ardra pelos Fon, surgiu no século 17 o Daomé. As lutas entre povoações da zona tinham dessas alternativas, ora uma assolava a que lhe parecia mais fraca, ora era por sua vez vítima da

cobiça alheia. No caso dos ardrenses, crescia, que os invasores tinham entre eles se imiscuído, pouco a pouco, com artimanhas de parentes, como por sinal se inculcavam. Uma lenda, talvez provida de algum fundamento, atribue a formação do nome Daomé, à imprudência do chefe ardrense Dan, em consentir receber no seu reino numerosos indivíduos Fon, entre os quais se contavam muitos descendentes do antigo Rei de Ardra. Como parecessem incontentáveis, certa vez agastado, perguntou-lhes se queriam morar sôbre o seu ventre. Cumprindo o que malavisadamente sugerira, o chefe dos intrusos matou-o, enterrou-o e construiu casa sôbre a tumba, origem da denominação do sítio, ventre de Dan, ou Dan Homé.

Formada a nova dinastia soberana, sucederam ao usurpador Daco-Donu, que reinou de 1625 a 1650, Uebadjá de 1650 a 1680; Acabá de 1680 a 1708; Tegbesú ou Agadjá de 1708 a 17...; Penglá de 17... a 1789; Agonglo de 1789 a 1797; Adanuzan de 1797 a 1818; Guezo de 1818 a 1858; Glelé de 1858 a 1889; Gbehanzin de 1889 a 1894; Agoli-Agbo de 1894 a 1898, que precedeu a ocupação francesa. As datas e os números dos sobas são sujeitos a caução. Imaginávamos que o recente trabalho do jornalista Verger sôbre o Daomé nos trouxesse alguns subsídios, mas êle se limitou em reproduzir a nossa lista, com omissão apenas da autoria da mesma. No caso, parece-nos excessiva a longevidade invariável dos chefetes daomeanos, ademais, o nome Adanuzan ou Adaruzan significa rei, devia haver, portanto, outros de permeio. A carência de dados, não nos permite lista completa de sobas além da que elaboramos. O que, todavia, importa são as relações que tiveram com europeus. No geral, limitaram-se a assuntos comerciais, em tórno do tráfico de cativos de guerra, sem qualquer intenção em modificar regimen político imemorial, velho como a própria África. Fato

é, que êste valia por muitos, porquanto não tardou em pouco se fundar na zona ajudaense, feitorias inglesas, francesas, holandesas, brandenburguesas, espanholas e portuguesas, tal o vulto que o comércio assumiu no século 17. Alguns dêsses estabelecimentos localizaram-se na capital Saví, outros preferiram Ajudá, Lagos, Pôrto Novo, Badagrí ou foram ter nos Popós, isolados ou aos pares e ternos, às voltas com a falta de ancoradouros num litoral de areia movediça.

As duas correntes marítimas que no golfo de Guiné se cruzam — uma superficial proveniente das Antilhas — outra profunda, que depois de subir da Patagônia, margeia o Brasil e desenha espiral como ponto de interrogação na chamada Costa dos Escravos; mais ventos às vêzes inflados em tempestade de abril a junho; mudam freqüentemente a configuração costeira, a ponto de se entulharem angras e se alargarem desaguadouros, com alterações da antiga navegação realizada com barcos de pequeno calado. O grave inconveniente daquele setor foi descrito em antigas relações, que nos dizem como deviam os barcos deter-se a três léguas da ressaca ao longo da costa, *“que se passa em canoas com remadores práticos da terra, os quais antes de investir com ela contam tres rolos de mar, que passam successivos a ir quebrar na coroa da restinga, e logo aproveitam remando com força redobrada a pequena jazeda, que fica até sobrevirem outros tres mares, que se toparem ainda sôbre o baixio virarão de chofre a canoa, desgraça muito de temer neste mar povoado de enormes tubarões, a cuja ferocidade não é facil escapar, principalmente os brancos por cuja carne mostram particular gulodice”*. Depois sobrevinha desolada paisagem — aparentemente pouco suscetível em despertar a famosa cobiça européia — característica do litoral guinéense, plano, areento, pontado de carrascais entre charcos, pouco aprazível num clima doentio, que só o autóctone consegue suportar.

Os portugueses apareceram na orla agreste nos séculos 15 e 16 à procura de ouro, que resgataram pouco, e de escravos que encontraram muitos. Contudo, a regular exploração do comércio de brancos com o gentio demorou até 1650, quando o inglês Wiburne, pertencente à *Royal African Society*, montou sob nome de *Fort William* feitoria em Saví, num recanto mais fértil das terras junto à côrte de Uebadjá. Seguiram-lhe as pegadas franceses e prussianos, em meados do mesmo século, e portugueses já quase no fim. Transformaram-se com o tempo estas feitorias em redutos armados no centro do "saramé", ou aglomeração de choças e de barracões, cercados por um muro de terra segundo modelo do primitivo forte britânico. O francês dataria de 1671, elevado a expensas da Companhia das Índias Orientais e não teve muita dura. Igual sorte coube ao brandenburguês, se bem tivessem os prussianos levantado em 1680 imponente mole nas cercanias de Ajudá, vendida, mais outras semelhantes, em outros pontos da costa, aos holandeses interessados no incremento do comércio negreiro. O português dataria deste ano, construído perto da aldeia de Gregrê por ordem del-Rey Pedro II, estabelecimento que dependia da Companhia de Cacheu e Cabo Verde.

Compunha-se a feitoria lusa de pequenas construções à moda local, onde se abrigavam momentaneamente os europeus compradores de cativos. O reduto dispunha de guarnição militar, governador incumbido de velar pelos interesses dos portugueses na região e do representante do régulo do Daomé, mantido por uma tença portuguesa anual de 400 mil réis. As despesas eram pagas pela taxa de dez tostões, a incidir sobre cada peça que dava entrada na Bahia. O aumento do volume de transações registrado em princípios do século 18, aconselhou refôrço dos muros do forte e mais precauções para resguardo do que devia servir à veniaga.

Verificou-se nesta altura abundância de mercadoria, e, com o receio do preço cair, foram limitados a 24 os barcos transportes, obrigados, para mais, a esperar a sua vez nas monções trimestrais, providências completadas em 1725 pela limitação a 3.000 rolos de fumo, de duas e meia arrobas, para cada carga de navio, que vinha a ser o principal meio de resgate em uso na costa. No entanto, passou o tráfico por numerosas vicissitudes antes de chegar às Companhias de Pombal. As lutas contra os holandeses foram-lhe particularmente adversas, a ponto dos baianos verem-se forçados a se voltarem para a costa de Mina quando lhes tomaram o mercado de Angola e ao perder mais êste não tiveram outra alternativa senão recorrer aos mediócrs trabalhadores de Moçambique. Reconquistados em meados do século 17 os empórios da escravatura, comprado aos holandeses o direito de aí traficar, recomeçou para os mercadores lusos o caudal de cativos que desejavam no Brasil, onde a Bahia foi considerada a melhor cliente de Ajudá e redondezas. Simultâneamente acentuava-se a militarização do Daomé, feito Prússia africana, cada vez mais empenhado em multiplicar agressões contra vizinhos.

O fito dessas operações visava, como é sabido, abastecer o mercado negreiro. Compunha-se, portanto, a massa exportada, de prisioneiros arrebanhados nos campos de batalha, concentrados nos sinistros "barracões" do tráfico e vendidos aos intermediários para serviço da lavoura do açúcar ou lavras auríferas e diamantíferas das Américas. Nos lotes não entravam daomeanos. Os poucos dessa origem vistos na Bahia eram criminosos comuns, negociados à guisa de pena por certos delitos. Os demais súditos do régulo do Daomé deviam permanecer à disposição do Gaó — ou generálissimo — a fim de constituir os efetivos exigidos por guerras incessantes, nas quais agentes do soba de Abomé

procuravam resgatar os seus conterrâneos caídos prisioneiros do inimigo. Não havia gente bastante para o mister de abastecer do tráfico a poder de luta armada, teve, daí, Agadjá de recorrer a vários expedientes para completar efetivos, até lançar mão do curioso recurso das amazonas. Grande conquistador de territórios, reduziu de modo alarmante a população masculina do seu reino. A sofreguidão que o animava em despojar os vizinhos Ioruba, vencidos completamente uns, tornados tributários outros, terminou por reduzir em extremo o estoque de guerreiros. Julgava-se o mais poderoso monarca do mundo, pretensão a representar pesadíssimo onus para os súditos, segundo se depreende de curiosa carta escrita pelo inglês Bulfinch Lamb quando esteve prisioneiro na côrte daomeana. O herdeiro do trono recebia com a morte do pai o título genérico de Adarunzá, ou rei. Daí por diante recolhia-se ao serralho e todos os habitantes do reino passavam a ser seus escravos com exceção dos de sangue real. A direção das forças era abandonada em tempo de guerra a êsse Gaó, se bem às vêzes assumisse o régulo o comando da tropa em campanhas de maior importância. Na política interna evitava o novo déspota alterações fundamentais, fiel às antigas normas da tradição daomeana, e, na externa, nas relações com estrangeiros, mantinha a mesma atitude dos seus antecessores, de mercador que lida com clientes de quem dependem os seus rendimentos.

Toleravam os daomeanos o cristianismo quando praticado por europeus. Era-lhes permitida a celebração do culto no saramé dos estrangeiros, assim como também aos mussulmanos era facultado reverenciar nas mesmas condições o alcorão. Havia em Abomé numerosos mercadores Malé e Axanti, sectários de Mafoma, que não convinha tampouco descontentar pelo muito que favoreciam a atividade do comércio. Traziam ouro, marfim e escravos valiosos do coração da África para

negociá-los nos mercados guinéenses, de que um dos mais interessantes se tornara o escoadouro daomeano graças aos traficantes de vária origem ali estabelecidos. Outros indivíduos do mesmo credo eram vistos em Abomé absorvidos em mercância e traficância de todo gênero, para maior benefício da praça. No geral, as relações com o interior da África, onde predominava a religião mussulmana, eram mantidas por êsses mercadores, os únicos que podiam atravessar zonas defesas a cristãos.

Antes do reinado de Agadjá estiveram os daomeanos apartados pelos reinos de Ardra, Ajudá, Apí, Aladá, Jaquin, Tofô e outros, sites entre o litoral e adjacências. A ambição dos régulos de Abomé prolongou porfia de sorte variável com os vizinhos, em que foram ora vencedores, ora vencidos, invasores, invadidos, tributantes, tributados, quase destruídos de uma feita pelos Oyô, povo sertanejo numeroso e valente, que também procurava acesso para o mar. Além dêsse grupo, pertencente à história do Daomé, reinava no remoto noroeste monarca ainda mais poderoso, de quem os Oyô eram tributários, sôbre o qual há pouca informação. Quem possuísse os melhores portos da costa, ou os menos ruins, dominava o tráfico, motivo para Penglá, sucessor de Agadjá, querer apoderar-se de Apí, Badagrí e Pôrto Novo, que atraíam para sua órbita comercial os traficantes porventura desavindos com as autoridades daomeanas. Essas contendas serviam apenas para enfraquecer os povoados litorâneos a favor dos Oyô, tornados, daí, exigentes em matéria de tributos. Tiveram os régulos do Daomé de lhes pagar taxas maiores, sem embargo de continuarem a hostilizar vizinhos até a hora em que, reforçados por auxílios de outros povos, mais armamentos recebidos do exterior, conseguiram desvencilhar-se dos incômodos suzeranos.

Durante algum tempo Ajudá dispôs do maior número de feitorias estrangeiras do golfo de Guiné. Inda quando o próprio Pôrto Novo estava no seu apogeu, continuava florescente a despeito de algumas flutuações ocasionais. Parece prender-se a um desses eclipses econômicos momentâneos a embaixada que em 1750 mandou Tegbesú a Portugal com escala na cidade do Salvador a fim de reatar ou incrementar relações comerciais com traficantes lusos. Segundo Borges de Barros, destinar-se-ia entre outras coisas a delir agravos de que mercadores — em grande parte baianos — se julgavam vítimas. A versão não se esteia infelizmente em documentos explícitos que nos permitam aceitá-la por completo, porquanto o folheto publicado em Lisboa acêrca da embaixada, além de inçado de confusões, deixa de aludir a incidentes desta natureza, assim como a eventuais pedidos de indenização. Alude tão só ao desêjo do régulo em estreitar transações comerciais com portugueses, por serem os mais “antigos” no trato da Costa de Mina. Para êsse efeito delegava Tegbesú poderes a “*um dos vassalos de sua maior confiança chamado Churumá Nadir*”, que passou pela Bahia na ida a Portugal, no navio de um tal Luís Coelho, negociante na praça do Salvador.

Foi recebido o enviado com grandes mostras de consideração numa cidade onde a atividade econômica em grande parte dependia do Daomé. Nas homenagens que lhe foram prestadas, em primeiro lugar concorreram os jesuitas, conhecedores da mentalidade dos guinéenses e da sua predileção por espetáculos rumorosos. Cumpria na conjuntura deslumbrar o dignitário da côrte daomeana para que êle mais tarde relatasse sob côres favoráveis o que presenciara entre portugueses. Neste intuito, professado ademais por todos interessados na traça, leigos, religiosos, militares e mercadores, postergou o Governador a audiência a fim de Nadir assistir

primeiro às festas celebradas com grande pompa e bizarria em homenagem ao aniversário de D. João V. Chegou afinal o momento da entrevista em palácio. O embaixador foi procurado no colégio jesuítico onde se encontrava hospedado para ser conduzido em vistoso cortejo ao paço. Tinham-lhe oferecido para êsse fim vestes européias, que no entanto, êle recusou por se lhe afigurar mais próprio de um representante de seu Rei, comparecer ante autoridades estrangeiras trajado à moda de seu país.

As cerimônias decorreram no maior esplendor possível, dignas de Tegbesú, ou Kiay Chri Broncom, como se intitulava o potentado com multiplicados nomes depois da sua aclamação. Terminadas as formalidades de praxe, pôde então o Embaixador visitar a cidade, o que êle se negara fazer enquanto não lhe concedessem audiência. Mostraram-lhe conventos e igrejas, armazens e fortes, palácios e repartições, a fim de impressioná-lo acêrca do poderio luso. Conclue o folheto com a notícia de que nunca se divulgou o texto da carta, nem o conteúdo do caixote destinado a el-Rei trazido por Nadir. O episódio diz bem a importância da praça da Cidade do Salvador, expressa pela visita do enviado do régulo daomeano, que se limitou, não sabemos o motivo, em se avistar com os salvadorenses, sem prosseguir viagem para Lisboa e se prosternar ante o novo monarca D. José I, como fizera em presença do Vice Rei Conde de Atouguia, atirado de bruços, as mãos cruzadas sôbre a cabeça, a trincar dedos com ruído de castanhola, sinal de júbilo segundo o protocolo da côrte de Abomé.

O afã desenvolvido para intensificar relações comerciais se explica pela necessidade de reunir meios para guerras de conquista, com que Tegbesú sucessivamente anexou os territórios de Aladá, Jaquin e Saví, êste antiga capital do reino de Ajudá. Na campanha contra os Tofô, intentada com auxílio dos Oyô, foi tam-

bém ajudado Tegbesú pelos diretores das feitorias europeias do litoral com armas e munições. Faleceu o conquistador depois de longo reinado, em que empregou todos os recursos disponíveis no Daomé para atingir a costa. Deixava, entretanto, a tarefa pelo meio, pois, no correr das hostilidades, teve de se haver com os Maquí, Popó, Ajudá, adversários de seus planos. Certa vez, alguns ajudaenses pediram amparo ao forte português de S. João Baptista, a fim de não cair nas mãos dos abomenses, seus cruéis adversários. Intimado o feitor a prestar declarações em Abomé, foi prêso no trajeto pelo Gaó, que a seguir se apoderou do forte. O régulo, porém, ao saber do ocorrido, mandou libertar o funcionário, punir os culpados e reconstruir o que fôra destruído no saramé. Reprovou igualmente o procedimento do eunuco Tanga, opulento mercador de escravos, que na mesma ocasião tentara se apossar do forte britânico, impedido, contudo, no desígnio, pela enérgica atitude do diretor Gregory. Fôra mais feliz êste último que os seus colegas dos fortes franceses e holandeses, o primeiro apanhado em flagrante delito de contrabando de armas, considerado gravíssimo numa região conflagrada, foi expulso do território daomeano, além de suspensas as relações entre a França e Abomé.

Continuou Penglá — também denominado pelos franceses Pedegriá, Massivavô — as lutas empreendidas contra povos da costa. No anseio de chegar ao oceano não havia infelizmente só planos de conseguir escoadouros para a produção interna e facilidade para relações externas. Mais do que isto imperava o afã de atender os pedidos de negreiros franceses e ingleses, que, pelo fato de não terem limitado o número de seus navios como os portugueses, reclamavam cada vez mais cativos, assim que a estação favorável permitia iniciar a temporada de caça. Neste reinado aumentou consideravelmente o tráfico local, alargada a constelação ne-

greira, multiplicados os focos do comércio nefando, decuplicada a fome de braços, que lhe trouxe o sinistro apelido de Costa dos Escravos. Em 1762 o Geral do comércio nantês dirigia ao Duque de Choiseuil importante memória, em que discriminava os sítios mais ativos da mercância negra, estimulados por sociedades em quotas organizadas em Nantes, Londres, Hamburgo ou Liverpool, as quais tinham a honra de contar entre os acionistas nomes ilustres como Voltaire e outros personagens do maior destaque no século 18. A respeito de Ardra e Ajudá, menciona o relato, através informações de marujos normandos, que os dois reinos ocupavam o espaço compreendido entre o rio da Volta e Badagrí, região onde os cativos custavam relativamente pouco graças a guerras intérminas, além de serem de boa qualidade para a lavoura americana. O seu embarque era menos custoso e oneroso que em outros setores da Costa, outrora considerada possuidora de muito ouro, *"que les Portugais portent au Brésil"*, escrevia o tal Geral nantês. Pensamos, porém, que as dobras existentes nas mãos de Agadjá, por exemplo, provinham do comércio de carne humana. Em todo caso serviu para o régulo comprar o auxílio de Sir Chaloner Ogle, comandante de uma esquadra inglesa, contra o pirata Roberts. Recebeu na ocasião o outro, quantia elevada pelo serviço de livrar o litoral de quem lhe perturbava as relações comerciais.

Uma estatística francesa do século 18 alude ao tabaco brasileiro, que era preciso comprar em Lisboa, à vista da proibição do govêrno luso de países estrangeiros comerciarem com as suas colônias. Era gênero indispensável ao escambo com os nativos, pela extrema predileção que lhe votavam. Nenhum outro lograva tanto agrado, nem o de Cuba, nem o de várias possessões britânicas ou batavas das Antilhas. Escuro, forte e aromático, correspondia plenamente ao gôsto dos guinéen-

ses, entre os quais se contavam fumantes e mascadores de tabaco, que depois de escolherem um tipo nunca mais o deixam. Assegurava esta estatística, que a presença de fumo em rolo no rol das mercadorias destinadas à Nigéria, propiciava aos franceses adquirir mais peças do que ingleses e portugueses, ou seja 6.150 para os franceses, 3.000 para os lusos e apenas 1.000 para os britânicos. Um decênio depois caía brusca-mente êsse intercâmbio, atribuída a causa à teima do soba do Daomé, que a viva força pretendia excluir os cativos vendidos pelos seus vizinhos dos lotes formados na praia de Ajudá para serem embarcados nos negreiros. Em 1787 conseguiram os franceses apenas resgatar 937 peças, os ingleses 561 e os portugueses 2.107, declínio provocado pelo grande descontentamento dos intermediários, segundo o dito relatório. Os dizeres do mesmo estavam certos quanto a franceses e ingleses, menos exatos, todavia, a respeito de portugueses, pois, o número de peças que embarcaram corresponde à média anual fixada pelos próprios baianos a fim de evitar saturação do mercado.

De permeio com a vinda de cativos havia também o louvável costume de introduzir espécies vegetais da Guiné na América e da América na Guiné. Uma das que melhor se aclimou no Brasil, e serviços prestou e ainda presta, foi a gramínea chamada pelos franceses *Panicum Altissimum* e os luso-brasileiros Capim de Guiné. Escrevia o futuro Visconde de Cayrú, que a Meza de Inspeção da Bahia a importara, "*pelos urgentes officios que dirigio ao Director da nossa Fortaleza de Ajudá; e o Governador que então era Francisco da Cunha e Menezes, a mandou cultivar na referida Quinta Real dos Lazaros, que he assaz propria ao estabelecimento, tão necessario de hum Jardim Botanico.*" Esta propriedade era a antiga Quinta dos Jesuitas, mencionada nas *Observações* sobre a prosperidade do Estado, do

dito Lisboa, impressas na cidade do Salvador, na oficina de Manoel Antônio da Silva Serva, pouco depois da chegada da côrte.

Acêrca da competição comercial entre europeus na Costa dos Escravos, oferecem relatórios como o do Geral nantês, pormenores interessantes a dizer porque franceses e ingleses foram obrigados a incluir tabaco brasileiro nas suas transações, e, como graças à imposição, vendiam os portugueses em Lisboa o rolo a 100 francos, ao passo que para os seus traficantes custava apenas 10. Essa diferença era, no dizer do informante, compensada pela obrigação em que se viam os lusos de pagar dízimo aos holandeses sôbre as transações realizadas no resto da costa, desde o Rio da Volta até o Gabão. O tributo era uma das cláusulas do tratado de paz entre Portugal e as Províncias Unidas, em que o primeiro se conformara em pagar pesada taxa, mediante a devolução da capitania de Pernambuco, e, o do seu complemento econômico de Guiné e Angola. A despeito da sobrecarga, o monopólio do tabaco produzido em grande parte nas Alagoas em princípios do século 18 e no seu ocaso, também na Cachoeira, na capitania da Bahia, molestava os demais traficantes no ato de "barguigner", como diz o francês. Embalde procuraram os ingleses preparar o fumo como os brasileiros, nunca conseguiram a mesma suavidade do alagoano, motivo da predileção dos negros. Os franceses não desanimaram nas tentativas de igualar o produto dos concorrentes, que tanta importância assumia no caso, esperançados ainda em fins do século 18 de reproduzί-lo nos arredores de Caiena. Infelizmente para êles, pensamos que sofreram a mesma desilusão.

Nessa época apresentava o Daomé o aspeto que antigos viajantes notaram nas suas instituições assim como na sua estratificação social, e, que outros mais recentes verificaram continuarem sem grandes altera-

ções, até a queda do último régulo independente. Predominava na atitude dos grandes, mistura nem sempre feliz de velhos costumes ancestrais, com os que a prática da escravidão e do tráfico tinham entre êles introduzido. Poder-se-ia quase dizer, que sistematicamente adotavam dessas influências o que tinham de pior. A tradição guerreira antiga degenerara em caça de homens, os quais quando não eram vendidos, encontravam fim abominável em cerimônias supostas glorificadoras de soberanos mortos. O Rei vivia cercado de terror em Abomé, a cem quilômetros do litoral ajudaense, na residência de terra socada que mandara construir junto à do predecessor. No fim de alguns reinados o "paço" apresentava longa série dessas construções, mais elevadas que as outras da cidade, protegidas por cerca geral de doze palmos de altura. O portão de ingresso tinha de cada lado uma alpendrada coberta de palha, onde estavam o corpo da guarda e o recinto dos dignitários de serviço, que por ali permaneciam deitados em couros, ou reclinados em escabelos à espera de ordens. Seguia-se no interior labirinto de palhoças para abrigo do harem e suas dependências. O alcaçar real propriamente dito, era precedido por uma sala baixa destinada à recepção de estrangeiros, que tinha por cima sotão afenestrado para dispensar também um pouco de luz aos aposentos particulares. Repetiam-se disposições semelhantes em Aladá, antiga capital da Ardra, e outros sítios onde o régulo possuía casas de campo.

Do fundo do amontoado de palha e de barro o déspota governava por intermédio do Mingá, a quem competiam os negócios do interior; do Gaó, comandante do exército, que também dirigia as cavalaria; do Méu, encarregado dos negócios do exterior e do comércio; do Jatô, substituto do precedente nos seus eventuais impedimentos; do Sogán, tesoureiro do reino; do Toposú, administrador e distribuidor de terras; do Pacá, executor

das sentenças de morte e respectivos acólitos, que substituíam, sucediam ou completavam as funções desses dignitários, como o Adandú, que nas expedições predatórias ia na retaguarda das forças com soldados especializados em trucidar os que tentassem desertar do campo de batalha. Havia também o Avogá, ou Yevogan, repetidamente mencionado nos relatos de viajantes e funcionários das feitorias européias, governador da faixa marítima, com que deviam se entender os cabeceiros locais, traficantes em geral e os capitães negreiros. A criação no século 19 da nova dignidade, o Xaxá, de inspiração baiana, foi destinada aos brasileiros Sousas, ativos intermediários, cargo que assumiu grande importância nos negócios de cativos depois da queda de Adanuzan II (que teria outros nomes), destronado por Guezô, de quem em pouco nos ocuparemos.

O resultado do confinamento do soberano no serralho, onde despendia a maior parte do seu tempo, era às vezes predominar no governo a vontade ou capricho de alguma "validé", aconselhada como sucedia na Turquia, pelo Diau, ou chefe dos eunucos, dos tambores e de outros serviços caseiros. O poder era hereditário, indicado pelo régulo o filho que lhe devia suceder, desde que fôsse de uma das seis primeiras mulheres antecessoras das demais companheiras, calculadas em cêrca de mil por certo viajante europeu do tempo de Agadjá, que não passavam de meras concubinas. Os filhos dos ministros e grandes do reino — no geral parentes do régulo — eram confiados ao cuidado do harem, onde os criavam, reservadas as filhas para uso do monarca. Depois do reinado de Agadjá, as que não eram escolhidas para êsse fim, passavam para o batalhão das amazonas, que entre outras funções, deviam dar guarda à residência do soberano. Em 1776 um mercador francês calculava as forças do Daomé em tempo de guerra em

cêrca de 8.000 guerreiros, homens e mulheres, providos de armas antiquadas e de alguma artilharia.

A crença era fetichista, preocupados os indígenas em se proteger de males a poder de objetos supostamente detentores de virtudes sobrenaturais. Em dado momento, o feiticeiro que presidia o culto Vodou, ante as marcas de consideração e temor de que era rodeado, tornou-se arrogante, com pretensões a criticar atos do govêrno, assim como neles intervir, atitude pouco do agrado do potentado, que atalhou aqueles pruridos de modo drástico, segundo prolóquio dito pelo autor da notícia, "*morte la bête, mort le venin*". Daí por diante o lema foi zelosamente aplicado, pois só o soberano podia-se inculcar protegido pelo feitiço, a sua pessoa inviolável, sob pena de pavorosas calamidades que desabariam sôbre o povo se lhe tocasse. Um pouco do mesmo manto protetor se estendia sôbre os brancos, cujo derramamento de sangue significava mau agouro, e, se acaso algum mercador estrangeiro incorria em pena grave, como seduzir amazonas, matar uma cobra, animal sagrado no Daomé, ou maltratar "*leguelê*" (eunuco do palácio), tinha de pagar pesada multa. No caso de delito mais grave; auxiliar conspiradores contra o Rei ou assassinar algum seu parente próximo; era amarrado num tronco, onde percia à míngua de alimentos. Os súditos daomeanos em casos semelhantes eram sumariamente degolados pelo Plogá ou Pacá, arrastado em seguida pelo Ató, ajudante do carrasco, até o campo onde o seu corpo ficava exposto às feras, abutres e, dizem, à voracidade dos Nagô, tribo antropófaga das vizinhanças. A despeito, porém, dêsse exemplo e do primitivismo em que jaziam, não há notícia de que os daomeanos praticassem canibalismo. Contentavam-se com grosseiras superstições, às vêzes exercidas em associações secretas suspeitas de caráter homossexual, que até hoje perduram

segundo foi permitido a Melville Herskowits perceber quando por lá andou em pesquisas etnológicas.

As relações entre o régulo e os súditos eram raras, interpostos de permeio ministros e dignitários para evitar contato direto. Tampouco, êsses agentes dispunham de intimidade com o amo que mal conheciam. Em sua presença conservavam-se prostrados no chão das galerias externas do paço — vedado o ingresso no interior — e terminada a audiência, retiravam-se sem voltar as costas ao sítio onde supunham estar o déspota. Muitas vêzes sequer chegavam a vislumbrar o seu vulto na despedida, porquanto o amo abandonava o recinto antes do ministro se levantar. Não ignorava o régulo que tais praxes ofereciam perigo. Podiam incitar qualquer dignitário mais afoito a valer-se em proveito próprio do apartamento do soberano dos negócios públicos e da afeição dos súditos. Mas a eventualidade fôra prevista. Pairava sôbre o Daomé em quaisquer dos reinados que se succediam, asfixiante atmosfera de espreita e delação, base da estabilidade monárquica, por meio de eunucos, vigilantes não só do harem, como ainda de ministros, cabeceiros, dignitários, parentes e todos mais que de perto ou de longe tratavam dos negócios daomeanos. Por seu intermédio nada escapava do palácio, funções, entretanto, omitidas por Franz Haboeck, posto bem merecessem inclusão no capítulo *Die Kastraten in Dienste des Staates und der Gesellschaft*, do seu livro onde figuram exemplos africanos menos interessantes.

O poder assim tornado discricionário, cercava-se de precauções para manter-se indefinidamente com os mesmos característicos. Evitava contrariar tradições mormente em matéria de religião, o que nos leva a duvidar dos dizeres de um francês acêrca do desêjo de Aglongô em abraçar o cristianismo, por lhe parecer proveitoso o feitiço dos brancos. Talvez tivesse algum dia dito coisa parecida ao mercador, no correr de pa-

lestra amena, sem verdadeira intenção, porém, de se converter. Detinha-se a influência de ádvenas na esfera comercial, completamente separada e estanque do espírito público apegado a usos e costumes imemoriais. Apenas influíriam estrangeiros no consumo de bebidas, fumo, iguarias, modas e outras coisas de pouca significação, em que a título de curiosidade, mencionaremos o primado dos holandeses em fornecer móveis, ornatos e objetos caseiros graças à superioridade da sua arte e indústria no século 17. A alimentação comum consistia, no geral, em carnes cozinhadas pelo processo árabe do cuscús, ou seja, do preparo pelo vapor de água, papas grossas de fubá de milho, quiabos e massa de banana; farinha de mandioca importada do Brasil; carurú de ervas ou de peixe, temperados com abundante azeite de dendê; pimenta da terra ou de Malagueta; tudo acompanhado de bebida feita de milho, a que os estrangeiros chamavam cerveja. O contato com mercadores e mulatos americanos, introduziu igualmente novos alimentos e bebidas importadas, em que entravam desde cachaça baiana à genebra flamenga, além de vinhos franceses e fortificados portugueses ou espanhóis. Nisto se limitava, porém, a imitação de terras estranhas.

Continuavam intatos através do tempo as principais tradições daomeanas, como a bárbara matança chamada "*costumes*", em que prisioneiros amarrados em cestas eram atirados do alto de um parapeito à multidão de pretos, nós como Adão no Paraíso, que os esperavam armados de facões ou porretes, com que lhes decepavam ou esmigalhavam as cabeças. Variava o horror dessas cenas com sacrifícios não menos sangrentos quando as esposas do rei morto eram imoladas sobre a tumba, para com seu sangue ser preparado o cimento. Semelhantes práticas horripilavam até ao mais curtido negreiro, que por todos os meios procurava furtar-se ao espetáculo, quando convidados àquelas cerimônias à guisa de gran-

de marca de distinção. No rol dos avessos a tais práticas, também podemos incluir antigos libertos como o célebre Antônio Vaz, nascido no Brasil em princípios do século 18, onde aprendera a ler, escrever, contar, assim como rudimentos de escrituração mercantil. Com o dinheiro que conseguiu na Bahia, tornou-se respeitável comerciante em Ardra, e aí não tardou a se destacar dos concorrentes mercê de sucessivos e proveitosos casamentos. Em pouco dispunha de grande situação, com parte ativa nos conflitos entre reinos vizinhos que lhe proporcionavam farta mercadoria. Armava gente e embarcações nas lagoas não muito distantes da costa, sitas entre os pequenos estados guinéenses, a fim de fomentar as guerras necessárias ao seu lucrativo comércio. Do mesmo modo intervinha contra régulos e ministros quando contrariavam as suas atividades, ora associado a feitores ingleses, ora a franceses.

Num desses conluios, expulsou de Ardra certo cabeceiro chamado Sesú, que tivera a ousadia de desafiá-lo. Acontece que o adversário era poderoso, dono de grandes cabedais nos "pombos" ou empórios de cativos do interior da África, bem visto pelos pequenos soberanos interessados nos lucros provenientes dos negócios naquela região. Se bem sofresse momentâneo revés no seu desaguisado com Antônio Vaz, refugiou-se em Badagri, em pouco novamente próspero, graças ao tráfico que logrou atrair para o sítio, realizado a expensas do negro negreiro e com grande prejuízo do mesmo. A situação não podia deixar de aborrecer os daomeanos. Em outra ocasião era o quanto bastava para provocar contra êle expedição armada, mas naquele momento via-se Penglá às voltas com os Oyô, necessitadíssimo do apóio de Antônio Vaz, o qual, por sua vez, nada podia contra o concorrente badagriense, de sorte que êle pôde continuar próspero a sua mercância e atrevida competição.

Eram frequentes desentendimentos de régulos com diretores estrangeiros, para maior perturbação do mercado. No reinado de Agonglô, sucessor de Penglá, em 1789, desagradou-lhe o diretor do forte francês Mr. Courg, que foi prêso, atirado num barco casualmente de partida, onde não tardou a morrer em consequência de maus tratos em terra recebidos. Repetia-se o que sucedera no reinado anterior a Mr. Caillée e a Mr. Olivier, entregue desta vez a feitoria a um mulato, possivelmente de origem lusa, que por fim renunciou à direção tais as dificuldades levantadas aos negócios do estabelecimento por parte dos funcionários daomeanos. Permaneceu, destarte, abandonado por muito tempo o mais antigo forte da costa, até que num belo dia novamente reataram-se relações entre franceses e aboméenses. Ao que parece, no mesmo reinado, foram as peças de artilharia do forte inglês encravadas e o fôso que o circundava entupido por ordem expressa do potentado. Agonglô se mostrava ressentido contra os que o não tinham auxiliado nas lutas contra vizinhos, e, assim que se desvençillhou dos Oyô, procurou dilatar as suas fronteiras pelo litoral, ao mesmo tempo que envidava esforços para desenvolver o seu prestígio no hinterland. Na celebração dos "*costumes*" em memória do pai, ordenou que expedissem para o outro mundo as seiscentas esposas do finado Penglá para lá o servirem como tinham feito neste.

Sucedeu-lhe em 1797 Adanuzan II — que assim designamos por não lhe conhecermos outros nomes — incapaz como administrador, dado a embriaguês, aborrecido por todos na côrte, que incidiu em delito de lesa povo em se mostrar infenso aos mercadores da costa. Entre os primeiros gestos odiosos que praticou, com grave repercussão nos negócios, a ecoar longamente na região, ocorreu quando tentou despojar a poder de aprisionamento e mais compressões a um português e sua

mulher, a fim de constrangê-los a lhe cederem os seus bens no Daomé e créditos no exterior. O prêso (que alguns supõem tratar-se do luso-brasileiro Francisco Felix de Sousa), a tudo resistiu com notável denodo e só recobrou a liberdade quando o perseguidor foi enxotado do trono. Fatos como êste produziam péssima impressão no espírito público, recrescido quando sobreveio verdadeiro colapso econômico em Ajudá, cuja clientela estrangeira passou para Pôrto Novo. Na confusão criada pelos desmandos de Adaruzan, parentes seus começaram a prestar ouvidos às reclamações dos traficantes, que lhes acenavam para mais com seu decidido apôio se quisessem derrubar o déspota. A substituição de um régulo por outro da mesma família não era acontecimento inédito na costa. Na mesma época, em 1782, ocorrera em Badagrí a deposição do Rei Gueguém, prêso pelos súditos, que o devolveram mais vinte mulheres à Bahia, onde em moço fôra educado, com pedido ao Vice Rei de aí o conservar em paz.

O precedente inspirava a rebeldia contra o tirano; notável, no caso, como penetrava o espírito do tempo até nos mais recônditos desvãos do globo. Soprava na quadra vendaval que abalava tronos e governos. Mais ainda afetava os que se viam privados de apôio popular. O contágio a assoberbar o mundo, não pouparia a Costa dos Escravos, estreitamente relacionada com mercadores de variada proveniência, veículo de notícias acêrca de sublevações populares que voavam num tempo de comunicações lentas. Difundiam-se com incrível celeridade e provocavam onde menos se esperava germens de fermentação subversiva. No Daomé a situação muito se agravara pelos caprichos do tiranete, os negócios paralizados, a vida de grandes e pequenos perturbada, prêsa a região da modorra proveniente do forçado isolamento causado pelo régulo. O júbilo dos concorrentes, favorecidos pela ausência de daomeanos do tráfico, exas-

perava a opinião pública em Abomé. Carregara-se de tal forma o ambiente nos últimos anos de seu reinado, que a despeito da fidelidade do povo pelo soberano a deposição do mesmo aproximava-se apesar de todos os obstáculos levantados pela vigilância dos reguelês.

Períodos semelhantes, de mal estar internacional, produzido por conflitos entre agentes do régulo e os das feitorias, tinham sugerido em várias épocas embaixadas especiais destinadas a delir malentendidos e doestos recíprocos. Em 1795 aportou na Cidade do Salvador a missão chefiada pelo filho do régulo de Pôrto Novo, vizinho de Ajudá, pomposamente intitulado "*Embaixador Ethiope do Rey do Dahomé*". Foi bem recebido o guinéense pelas autoridades coloniais, hospedado com honras militares no convento de S. Francisco, objeto de atenções e auxílios diversos, em que figuravam roupas, pois, andava quase nú, mal envolto num pano tecido no território dos Oyô, genéricamente chamado "*Pano da Costa*". Nas instruções que de Lisboa dera o Regente ao Governador da Bahia D. Fernando de Portugal, contava-se fornecimento ao dito Embaixador até de uma esposa, preta ou mulata, dádiva que, todavia, se não efetuou por umas tantas razões. Do enviado muito se queixava D. Fernando, que o equiparava aos régulos da Costa, mormente os daomeanos, "*desescrupulosos, grosseiros, ambiciosos e soberbos*".

Depois de algum tempo na Bahia prosseguiu o dito Embaixador viagem para Lisboa onde deu entrada solene da côrte. A 2 de abril de 1796 foi batizado com grande pompa perante D. João, família real e cortesãos, com o nome de João Carlos Antônio de Bragança. Terminada a primeira cerimônia houve outra em que êle recebeu o Hábito de Cristo e o de Santiago, impostos pelas próprias mãos do Regente. Não poupavam as autoridades esforços para causarem ao etíope, ou melhor,

guinéense, grande impressão de Portugal e de portugueses, na presumível intenção de movê-lo à fé católica e assim permanecer na côrte abomeana, para melhor propaganda dos interesses lusos. Parece que foi algo benéfica a traça joanina, pois, melhoraram os negócios entre os dois países. Em outro terreno, no entanto, repetiu-se o que tantas vêzes se verificara com pretos aculturados ou semi-aculturados, em aparência adeptos de religiões européias, em realidade apenas sectários de amálgamas de superstições e crenças ditadas pelo sincretismo característico da região daomeana.

A fé cristã nunca alcançou grande extensão nos povos da Guiné, posto fôsse desde a Renascença alvo de missionários. Em 1496 lá estiveram os dominicanos de quem nos dá notícia Fr. Luís de Sousa, com a ressalva de que dispenderam inútil esforço. A seguir estiveram na zona do atual Daomé, por volta de 1500, eremitas descalços de S. Agostinho e depois dêles muitos outros religiosos, sem lograr melhor resultado. Compreende-se nessas condições, o interesse do Regente de Portugal em conhecer melhor os focos do tráfico negreiro, assim como dispôr de recursos para neles intervir, no momento em que diligenciava por valorizar por todos os meios possíveis os seus domínios ultramarinos. Nesse intuito era-lhe indispensável possuir dados seguros sôbre aspetos políticos, morais e espirituais sôbre a Costa dos Escravos em geral e a respeito do Daomé em particular. Nesse fim seguiu em dezembro de 1796, no mesmo ano em que o filho do régulo de Pôrto Novo aparecia em Lisboa, o Padre baiano Vicente Pires, ou Pinto, em missão apostólica naquela região. Do que viu e soube, ficou relato manuscrito, hoje guardado na biblioteca da Ajuda, acêrca de aspetos vários da côrte de Agonglô em vésperas de morrer e ser substituído por Adaruzan II. O interesse do Regente coincidia no caso com o dos negociantes da Bahia, tão desejosos quanto êle em remover

impecilhos e intensificar a mercância de que dependia a vida econômica da América.

Depois da embaixada de D. Carlos de Bragança e da queda do Adanuzan em princípios do século 19, surgiu na Bahia outro enviado daomeano representante do novo potentado Guezô. Ao que parece não esteve em Portugal. Consistia a sua missão em ir a Cuba resgatar a ama de Guezô, vendida pelo régulo deposto a um negreiro, com flagrante desrespeito a velhas disposições reinante no Daomé, que estatuiam não fôsem enviados como cativos para o exterior súditos daomeanos. A penalidade devia, no seu entender, aplicar-se tão só a criminosos de delitos comuns, nunca, porém, a pessoas cujo único delito era serem aparentadas ou caras a desafetos dos governantes. O jornalista francês Verger conseguiu de um descendente do enviado de Guezô, informações a respeito da embaixada destinada a libertar a vítima de Adaruzan. Segundo apurou, logo que o régulo foi deposto, empenhou-se o sucessor junto ao xaxá Francisco Felix de Sousa para lhe encaminhar um emissário incumbido da missão. Recaira a escolha sobre antigo dignitário de Agonglô chamado Dossú Ievô, que participara dos conluios contra Adanuzan, que o empregava na compra de armas em Sierra Leone por conhecer os idiomas português e inglês, indicado à vista disso para as negociações que lhe conferiam. No Brasil soube Dossú que a ama Nan Agontinê, a qual não só amamentara como criara Guesô, órfão desde tenra idade, encontrava-se longe da Bahia, nas Antilhas. A distância encareceu extraordinariamente a viagem, de sorte a se ver Dossú sem recursos para libertar a infeliz vítima do tirano deposto. Teve no fim de três anos de espera de voltar ao Daomé onde Guesô lhe deu três barras de ouro que lhe permitiram realizar o intento.

Não sabemos se na mesma ocasião se deparou ao enviado oportunidade de tratar de outros assuntos, entre

os quais os atinentes ao tráfico. De qualquer maneira não alcançaria grande sucesso porquanto os tempos eram outros. Encontrava-se o governo português na contingência de incentivar a lavoura do café a poder de braços africanos e de contentar a sua aliada e protetora a Grã-Bretanha, que insistentemente exigia a supressão do tráfico. Via-se D. João de Bragança — o autêntico — obrigado a marombar entre os dois extremos, na esperança de um dia poder substituir escravos por trabalhadores livres, sem se desentender com ingleses no espaço requerido pela mudança. Pouco lhe apeteceria de qualquer modo receber no paço carioca, nas barbas do Embaixador da corte de S. James, o representante de um dos principais focos de escravidão do mundo. Teria, pois, resolvido ignorar oficialmente a presença de Dossú Ievô, se bem logo informado da sua presença e intenções na Bahia. A pressão britânica deu como resultado daí por diante, tornar secretas as relações diretas e indiretas do governo luso com sede no Brasil e os régulos africanos. Esta circunstância favoreceu o aparecimento de novo personagem no cenário do tráfico guinéense.

No ocaso do século 18 fôra governador do forte de S. João de Ajudá, o Capitão Pinto Pacheco, que tinha por auxiliar um indivíduo suposto baiano, de nome Xavier de Sousa. Este, por sua vez, era ajudado pelo irmão Francisco Xavier de Sousa, que mais tarde lhe sucedeu nas funções desempenhadas no forte-feitoria. Acabava todo branco leigo, ativo e ambicioso, invariavelmente traficante de negros no fim de alguma permanência na Costa. O novo funcionário prevaleceu-se da tormentosa situação da Europa para iniciar carreira que foi das mais curiosas nos anais do tráfico negreiro. Os incidentes políticos do Daomé também o ajudaram, em virtude de lhe concederem vantagens na compra de cativos pertencentes a Guesô, que dele a tôda hora necessitava, precisado do seu concurso, como vimos, desde

a libertação da ama, até negociações para remediar prejuízos causados pelas exações do predecessor. Constava na época, segundo dizeres de traficantes estrangeiros, desposara Francisco Xavier uma parenta de outro importante mercador de cativos, o Rei de Glelé.

Uma versão francesa, cujo valor ignoramos, tão inchada de confusões e exageros se apresenta, aventa que a sua amizade com Guesô se estreitara quando ambos foram atirados ao cárcere por suspeitas de Adaruzan. Decorridos alguns meses, nada apurado contra o futuro régulo, passou Guesô a habitar sítio nos confins do reino onde cultivava um pedaço de terra para alimentar-se. O baiano conseguiu fugir e refugiado em Ajidó, entre Agué e Popo Pequeno, passou a reunir meios para aliciar capitães e outros recursos para guindar ao trono o seu antigo companheiro de prisão. Habilmente também espalhava presentes e mais elementos de propaganda do seu candidato — o Campônio, como irônico lhe chamava Adaruzan — à espreita da hora propícia do golpe. O sucesso da trama foi-lhe participado pelo próprio Guesô, que mandou um mulato de nome Nicolau avisá-lo no Popó e chamá-lo à côrte. Outros dizem que a mensagem veio transmitida pelos irmãos do novo rei, à guisa de especial distinção tributada ao que tanto tinha participado para o sucesso da trama. Certo é, trouxe-lhe a mudança vantagens consideráveis, decorrentes da gratidão e confiança de Guesô. O título de xaxá, que nesta ocasião lhe foi conferido, parece significar “*conselheiro*”, como se depreende das constantes consultas dirigidas ao baiano pelo potentado. Entre os muitos benefícios que este lhe teria prestado nessas ocasiões, citava-se o uso do óleo de palma e o preparo da mandioca à moda brasileira ensinados por Francisco Felix, da maior importância para a alimentação da população, e, acima de tudo, para a dos guerreiros em tempo de guerra. Em recompensa recebeu o xaxá, no

dizer de Le Herissé, numerosas esposas e escravos, além da preferência no comércio de cativos, cujo número chegava "*Quelque fois à deux mille après une seule guerre*".

Muitas mais variantes existem acêrca da triunfal ascensão de Francisco Felix no mercado negreiro, até tornar-se astro de primeira grandeza na sinistra constelação dos traficantes da Costa dos Escravos. Alguns concedem-lhe êxito menos romântico, pelo fato de encontrar-se a sua atividade associada ao desenvolvimento de Badagrí, que êle preferira à Ajudá por causa dos abusos de Adanuzan. Imitara inúmeros mercadores desgostosos da situação de insegurança do Daomé, todos mais ou menos vítimas do tirano. Transferiu-se depois para uma das ilhas do Popó Pequeno, de onde se esforçava por derrubar o inimigo, do modo que o tornou figura preponderante em o novo reinado. Graças aos cabedais que adquiriu, do crédito que em pouco dispôs em tôda a costa e em praças estrangeiras, passou a participar das maiores transações, assim como a intervir na política interna e externa do reino, a derimir questões, satisfazer clientes, conseguir oportunos seguros marítimos e inventar ardís para burlar ingleses dia a dia mais hostís ao tráfico. Em pouco era considerado homem indispensável ao Daomé e aos traficantes de aquém e além oceano.

Melhoradas as condições do comércio com o desaparecimento do seu principal obstáculo, representado pelo infeliz Adanuzan, recomeçara a atividade negreira favorecida pelos conflitos ocorridos nas populações vizinhas. Violento surto de fanatismo mussulmano gafara os Fulané, Socotó e suas imediações, com abundante derramamento de sangue. Na confusão dividiram-se os Oyô, antigo espantelho dos daomeanos, que por dissensões internas, iam perder a sua antiga preponderância na região. Em pouco mostravam-se tão enfraquecidos

que um dos seus mais importantes ramos, os Aussá, caiu tributário dos Fulaní. Pelo mesmo motivo, numerosas tribos e sub-tribos Ioruba-Nagô, dantes sob sua dependência, iniciaram guerras interminas na falta do antigo vigilante que as continha. O resultado era engrossar-se a despeito do cruzeiro britânico o imenso caudal de cativos carregados dos barracões da Costa às senzalas americanas.

Datava de longe o esforço para coibir o nefando tráfico. Sempre estivera presente o seu horror a católicos e protestantes. Sem remontar muito além do Congresso de Viena, encontramos na América do Norte veementes protestos de seitas religiosas contra a escravidão negra, germen da futura guerra civil que em meados do século 19 dilacerou a grande república. No Brasil sempre houve manifestações de repulsa por parte do clero contra o comércio africano. Em 1758 aparecia a obra intitulada *Ethiope Resgatado*, contrária ao tráfico, escrita por sacerdote residente na Bahia, que era no momento o maior mercado de escravos da América do Sul. No ocaso do século 18, alastrou-se o movimento anti-escravagista pelo mundo afora, mormente entre anglo-saxões da Europa e da América, onde congressos e associações filantrópicas, combatiam com veemência a escravidão negra.

A corrente que se avolumava, de início não encontrara apóio junto do govêrno britânico por não lhe convir de momento medidas consideradas nocivas aos seus interêsses coloniais. Tampouco lhe apetecia afetar o rendosíssimo privilégio que desde 1713 extorquiria da Espanha, ou seja, o tráfico de negros que tanto bafejara a prosperidade da marinha insular. Depois do leonino tratado que pôs têrmo à luta pela sucessão de Carlos II, detinham os ingleses a melhor parte dos proventos do transporte de cativos, "*Désormais elle seule, l'Angleterre, pourrait introduire en Amérique du Sud les*

nègres africains nécessaires à la culture des plantations”, escreve um moderno autor francês. Tenazmente opunha-se por êsse motivo a Câmara dos Lords ao que pudesse ser desfavorável a fazendeiros e senhores de engenho das Antilhas, casta influente na política, pois era composta de sócios e aparentados aos legisladores. Entretanto, depois da abolição decretada pela Noruega, Pensilvânia e Convenção Francesa, e, principalmente incômoda concorrência das possessões íbero-americanas, no mercado dos gêneros exóticos, triunfou no mundo anglo-saxônico a idéia emancipadora. Em 1802 proibia a coroa da Dinamarca aos súditos a prática do tráfico, considerado ilegal, passível de penas severas, objeto de geral reprovação. Em 1807 foi imitada pela Inglaterra, em 1813 pela Suécia e em 1814 pela Holanda. Paralelamente, sob influxo da Igreja Católica, acompanhavam os portugueses aos nórdicos, que, até, antecederam em parte, com a supressão em 1773 do regimen servil nas ilhas da Madeira e dos Açores. Novamente em 1810 celebravam por imposição da protetora e aliada, ajustes em que se comprometiam a extinguir aos poucos todo comércio de escravos nas suas colônias, assunto de primordial importância para ingleses como adiante veremos.

Êstes, pesarosamente renunciaram aos proventos trazidos pelo tráfico, e recusavam permiti-lo a outras nações. A sua continuação em mãos de lusos incidia, no que se poderia chamar, concorrência desleal, a conceder ilícitas vantagens aos produtores sul-americanos. A Grã-Bretanha defendia em todo o mundo os sagrados interesses de seus fazendeiros e comerciantes, razão pela qual não permitia em vantagens clamorosas contra êles, por parte de concorrentes de outras nações, inda fôssem aliadas. Terminada a luta contra Napoleão, vencido o gigante corso, restabelecida a liberdade do comércio sob a égide inglesa, desapareciam motivos de momentânea condescendência que não tinham mais razão de

ser. O desaparecimento do Bloqueio Continental trouxera procura dos gêneros chamados exóticos, em que figuravam em primeiro lugar o açúcar e o café, a provocar queixas de produtores de Jamaica, Demerara, Granada, Trinidad, etc... descontentes pela facilidade e abundância de braços conseguidos a poder do tráfico pelos produtores do Brasil. Os problemas deviam ser iguais para todos, daí, clamavam contra o handicap que sofriam no mercado internacional. Neste ponto, estavam de acôrdo o Parlamento, a City e a African Institution, de que não recaísse sobre os britânicos o onus da desigualdade. O pretexto para restabelecer a seu favor, seria a campanha humanitária então desenvolvida pelos apóstolos Clarkson, Buxton e Wilberforce.

A atitude da Inglaterra iludiu por completo aos portugueses, que ofuscados pela psicose política do momento, temiam muito mais os revolucionários franceses, a respeito do futuro de suas colônias, que os súditos de S. M. B. Encontramos exemplo dêsse equívoco no tratado do Bispo brasileiro J. J. de Azeredo Coutinho, filho de grandes proprietários rurais fluminenses, impresso em francês na cidade de Londres em 1798, sob o título *Analyse sur la Justice du Commerce des Esclaves de la Côte d'Afrique*. Receoso dos efeitos do surto abolicionista verificado na França revolucionária, procurava demonstrar a legitimidade do tráfico cuja supressão arruinaria Brasil e Portugal. O prelado nutria veleidades de economista, perfeitamente classificável entre os divulgadores de teorias em moda no fim do século 18, e antevia catastróficos resultados daquele francesismo. Estava longe de imaginar que o perigo maior viria de outra direção, dos seus próprios aliados na ocasião. Em todo caso, afligia-se Azeredo com as notícias de França, onde se formara numeroso grupo de abolicionistas influentes. Desde 1796 Brissot de Varville, Condorcet, Lacépède, La Fayette e Siéyès, sob influxo de La Roche-

foucauld, mais, *horresco referens*, uns tantos jovens de côr originários de S. Domingos, tinham fundado a *Société des Amis des Noirs*. A importância que desfrutava era enorme, pois, bastava a presença do General La Fayette entre os seus componentes para lhe dar alcance, logo verificado no decreto da Convenção obtido pela *Sociedade* que abolia a escravatura em tôdas as colônias da França.

Naquela quadra o mais insignificante evento ocorrido em Paris repercutia pelo mundo afora. Todos os olhos se fixavam sôbre os franceses. Todos os ouvidos prestavam atenção ao que entre êles sucedia. Daí, maior alvoroço do nosso Bispo economista, persuadido que o trabalho no Brasil, tão necessário à metrópole, encontrava-se gravemente comprometido. E, estava mesmo, não, porém, onde supunha Azeredo Coutinho. A revelação do real perigo esperaria a vitória dos aliados, quando depois da queda do inimigo comum chegasse a hora de se desavirem entre si. O decreto revolucionário não se divulgou em tempo de evitar a sublevação de S. Domingos, causada pelo exemplo da agitação da metrópole sôbre antípodas. Justamente onde o Bispo mais vislumbrava perigos veio a reação contra o movimento humanitário. Em 1802, "*Bonaparte estimant l'esclavage nécessaire aux colonies le rétablit*", escreve Lucas, até a escravidão ser novamente objeto de ataque geral por parte da Europa movida pela Inglaterra no Congresso de Viena em 1815.

Como vemos, no caso, desprendimento verdadeiro era o da Suécia, Dinamarca, ou da Pennsylvania, pequenas unidades políticas que sacrificavam interesses econômicos por princípios morais, sem idéia de ressarcimento ou compensação. Diversa era a atitude de grandes potências como a França, em que os dirigentes da nova ordem de coisas elaborada em nome da justiça, depois de adotarem as resoluções do cenáculo presidido

pelo Duque de La Rochefoucauld, prejudicavam-n'as em constantes alternativas pró e contra o tráfico, segundo aperturas financeiras ou manejos interesseiros de negociastas a pulularem à sombra da Grande Revolução. No curioso livro de Solano Constancio, *Remontrances des Negocians du Brésil contre les Insultes faites au Pavillon Portugais*, mais o sub-título, *Contre la Saisie Violente et Tyrannique de Plusieurs de leurs Navires*, publicado em Paris no ano de 1814 quando a côrte lusa ainda se encontrava no Brasil, temos sagazes observações acêrca do que se ocultava atrás da nóbre campanha humanitária. Advertia igualmente os franceses para que se não iludissem sôbre o praso de cinco anos que os ingleses no tratado de paz lhes concediam para abolir o tráfico nas suas colônias. A concessão provocara escândalo em Londres, traduzida pelas acerbas críticas de Wilberforce contra Lord Castlereagh, "*Le ministre ne s'est excusé qu'en allégrant l'inconvenance de dicter des lois à une nation aussi grande que la Française*". Mas como os portuguezes não dispunham de tantos homens e canhões, o tratamento era diverso. Ascendiam por volta de 1814 as prêsas de negreiros lusos efetuadas por cruzadores britânicos a mais de 500.000 libras esterlinas, quantia enorme para a época, de que o autor e seus patricios comerciantes deduziam, "*le plus funeste présage pour la prospérité future du Brésil*".

A gradual extinção admitida pelo Regente de Portugal em 1810, devia começar pelo têrmo imediato de tôda e qualquer tolerância acêrca do comércio de negros dentro e fora dos domínios lusos. O aludido "*além fronteiras*" colonial, referia-se aos pequenos reinos africanos como o Daomé, em estreito contato econômico com os lusos. Este ajuste, aparentemente fácil de cumprir, em realidade era complicadíssimo de se efetuar segundo explicava Solano Constancio, "*Le Prince Régent du Portugal est chéri de ses sugets: l'attachement a*

leurs rois forme le trait principal de leur caractère dans toute leur histoire, qui offre autant d'époques brillantes que celle de toute autre nation que ce soit en Europe. C'est sans contredit, un homme estimable que celui qui sait démêler le meilleur parti à prendre, et qui a la fermeté d'exécuter une résolution magnanime. Il a également déclaré qu'il était prêt à coopérer à cet acte insigne d'humanité, l'abolition du commerce des esclaves; mais quelques-uns de nos spéculateurs visionnaires ont à plusieurs reprises voulu engager notre gouvernement à déterminer ce prince à faire plus: ces hommes s'imaginent qu'il n'y a rien d'impossible, et ce qui convient à la Grande Bretagne doit servir de modèle pour les autres pays. Le prince du Brésil sait beaucoup mieux que ces messieurs ce qu'il a à faire... Mais ces spéculateurs ne voient que le moment présent, ils négligent entièrement les conséquences pour l'avenir. Dans tous les états, qu'ils soient libres ou despotiques, il s'élève toujours sur toute question d'un intérêt public, une voix générale qu'un souverain prudent n'osera ni mépriser ni combattre... En un mot, l'abolition de la traite n'est pas encore en son pouvoir", e Solano sublinhava a última frase, a fim de deixar bem claro que a despeito do regimen absolutista ainda em vigor em Portugal, era de tal ordem a contingência que até o Regente tinha de temporizar. Aludia também sob designação de "especuladores", aos maçons, que influenciados pelos correligionários ingleses, queriam a viva força na sua inconsciência de povo novo, seguir-los em seus ideais libertários, apesar de no caso serem benéficos aos ingleses e funestos aos brasileiros.

Com a vinda da côrte para o Brasil, tinham-se hipertrofiado os problemas financeiros do velho reino lusitano. A situação do Régio Erário tornar-se-ia trágica não fôsse o oportuno auxílio recebido do surto do café, *The Brown Gold* como lhe chamam os anglo-

saxões, mais útil à coroa por volta de 1808, que as jazidas de ouro e de diamantes das Minas Gerais. A abertura dos portos ao comércio internacional ainda mais acentuou a contribuição financeira da América, porquanto, daquele momento em diante, o Brasil deu o prodigioso salto na marcha progressista, tôdas as peças da sua máquina político-econômica, e a sua estrutura social, atacadas de súbito gigantismo. As despesas decuplicavam mas a receita também aumentava graças ao portentoso desenvolvimento agrícola a poder do braço negro. Uma coisa dependia da outra. Sem o elemento servil nada se poderia produzir na América Lusitana e sem a contribuição brasileira desmoronava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Na Capitania do Rio de Janeiro onde antes da vinda da côrte dez mil cativos bastavam, depois da chegada cem mil eram poucos, e, era preciso constantemente renová-los. A limitação da zona do tráfico veio trazer maiores complicações. Caso faltasse no mercado a presença do Daomé, no momento um dos maiores fulcros de escravos do mundo, obrigaria a produção da Bahia a se voltar para Angola, Congo e Moçambique, fontes quase monopolizadas pelo sul do Brasil. Não havia cativos daquelas regiões que chegassem para o consumo fluminense, ademais, preferiam os baianos pretos guinéenses, que em parte, encaminhavam para as Minas Gerais. A distribuição obedecia a critério empírico, segundo o mister a que as peças se destinavam. Havia tarefas em que um Mina valia por três Moçambiques, motivo do acúmulo de trabalhadores desta ou daquela procedência, neste ou naquele sítio. O resultado deu no Recôncavo, servir o linguajar daomeano de idioma geral dos escravos, fato que se tornou um perigo público. Indiferentes a esta possível causa de perturbação da paz necessária aos negócios, continuavam os baianos a importar cativos por intermédio do Daomé,

que a despeito do Rei de Portugal se intitular Senhor do Comércio guinéense, apresentavam-se os seus potentados extremamente ciosos da sua independência.

Sempre se mostrara D. João permeável a idéias novas, se bem mais discreto na exteriorização que o malogrado irmão D. José, cujas atitudes por demais voltairianas prenunciavam reinado inquieto numa nação ultramontana. Inda assim, tudo envidava a fim de galvanizar o modorrento organismo português. Progresso algum escapava da sua atenção, material ou intelectual, e a respeito não poderíamos desejar melhor versão que a Antônio Feliciano de Castilho, inserta na *Faustíssima Exaltação* de 1818, onde comenta *“Immediatamente depois do Tratado de Alliança celebrado entre Portugal, e a Grã-Bretanha aos 19 de Fevereiro de 1810, S. M. prohibio de facto a seus Vassallos o tráfico dos Escravos, em todas as Costas, que de facto, ou de direito não pertencião à sua Corôa — Impoz diferentes tributos sobre os escravos chegados aos Portos do Brasil, meio efficaz, ainda que indirecto para chegar à abolição da Escravatura. — Lei de 24 de Novembro de 1813 reduziu a carga dos navios empregados no Commercio da Escravatura a quasi metade do numero de Escravos, diminuindo d’esta sorte mais d’a metade do ganho provavel do proprietario do Navio. — S. M. tem tomado todas as medidas para effectuar a abolição gradual dos Escravos, de maneira prudente, e que não comprometta a prosperidade do Brazil”*. A êste pendor, juntavam-se os adquiridos na atmosfera familiar e os provenientes de emanações da época, que se caracterizava pelo culto da virtude de adeptos dos enciclopedistas e mais cultores da *Terra Sem Males*. Presumiam-se *Amigos do Gênero Humano*, useiros na sua propaganda de exemplos colhidos entre selvagens inocentes, modelos de existência semelhante à espartana, onde não existiam os vícios das sociedades européias, numa palavra, avessos

ao colonialismo das grandes potências do Ocidente e das que as procuravam imitar. Mas chegada a hora de executar o programa, inspirado tanto por filósofos franceses como anglo-saxões, surgia a prosaica realidade inimiga de nefelibatismo administrativo.

O dilema em que se encontravam Regente e ministros depois da incapacidade de D. Maria I, era deveras angustioso, alanceados por desejo de progresso e tolhidos pela periclitante situação da coroa. O ciclone revolucionário de 92, seguido das guerras napoleônicas, abalara os alicerces das monarquias européias. Os traumatismos que produziam, afetavam tôda a estrutura de baixo para cima da administração pública às voltas com problemas nunca vistos nem imaginados. As finanças lusas, de anêmicas sob D. José I, em virtude do decréscimo da produção aurífera das Minas Gerais, passaram a estertorosas sob o reinado de sua filha e do Capaci-dônio. Falhavam um após outro os desesperados expedientes dos sucessores de Pombal na esperança de revigorarem nação desprovida de riquezas naturais, situada em grande parte em solo cortado por serranias, dependente financeira e economicamente de colônias longínquas, que não podia desenvolver por falta de capitais. Como se resguardar nessas condições de campanha movida por concorrentes sob vários rótulos, mas todos igualmente insidiosos? Na conjuntura, defendia-se o Regente como podia no Rio de Janeiro, de agentes da côrte de S. James, como Sir John Beresford, especialmente enviados para conseguir a volta do govêrno português para Lisboa e a supressão pelo mesmo do tráfico africano. A sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na Guanabara, tinha o grave inconveniente de enfronhar demasiado a direção da monarquia acêrca dos problemas de produção sul-americanos. Muito preferível para britânicos a antiga situação, em que os Soberanos e ministros se louvavam a respeito de longín-

quas colônias em funcionários rotineiros, madraços, sem interêsse pelo trabalho, nem tampouco no porvir do presídio onde vegetavam, ralados de saudades da terra distante.

Nas conferências que teve com o diplomata, segundo as cartas confidenciais que Beresford mandava do Rio de Janeiro para Lord Melville em Londres, no ano de 1815, dizia-se D. João, *“very triste about the slave trade, of that the abolition of wich would ruin this country; he was sorry for urged this point so much with him; but hoped it would cause no animosity; as he loved England, as much; as one brother could love another”*. Quando hoje lemos estas missivas de caráter secreto, para edificação do ministro britânico acêrca do verdadeiro estado de espírito do Regente de Portugal, não podemos deixar de sorrir pelos têrmos empregados por D. João, de como se entristecia em não poder satisfazer quem êle amava tanto quanto um irmão pode amar outro, mas... o outro irmão queria nada menos que a ruina do país. Quanto à volta para a Europa, acrescentava Beresford em outra carta, *“The official reply to Lord Strangford late communication on the subject of the Prince Regent return to Portugal will not be made late own before this Packet sails; but by what Lord Strangford tells me, I think H. R. H. will not move for Lisbon for a long time; as He told his Lordship, yesterday that this communication was another proof friendship of H. R. H. the Prince Regent of England; but that he was sure that H. R. H. at all times wished him to act for his own interest — this appears like a negative”*. Compreende-se, daí, o empenho de Beresford em tornar a Londres, ante a completa inutilidade em convencer D. João de suprimir o tráfico como a Inglaterra queria, e abandonar a colônia que tivera o mau gôsto de erigir em Estado associado aos demais componentes da monarquia.

Sem dúvida, muito desejava o Regente agradecer a poderosa aliada, entretanto, contingências como a do inexorável *Primum Vivere*, não só se opunham, como ainda o forçavam a aumentar o motivo de queixas. Em vez de anuir aos pedidos de Beresford, pelo contrário, resolvia permanecer no Rio e incentivar a cultura do café somente exequível graças ao braço escravo. No momento, havia grande procura de gêneros exóticos pela necessidade de refazer estoques depois de suprimido o bloqueio napoleônico, por sinal, um dos pretextos para a invasão do reino lusitano. A euforia registada depois de conflagrações universais, também incitava o comércio, interessados todos os países feitas as pazes em realizar grandes negócios no Brasil. Num trecho de carta do bibliotecário Marrocos ao pai, encontramos entusiástica descrição do porto do Rio de Janeiro, coalhado de embarcações das mais diversas proveniências, para maior benefício das nações européias depois da queda do corso.

Entre os efeitos imediatos da sábia política joanina, surtiu igualmente afluxo de capitais à procura de inversão na nova monarquia que surgira na América. A chegada do "*planteur*" de Scenne, antigo fazendeiro em S. Domingos, é exemplo dessa corrente. Segundo o russo Golovnin, o francês viera se estabelecer no Rio junto de muitos compatriotas, que o tinham precedido com o mesmo propósito. Chegava, porém, o dominicano particularmente provido de capitais, que lhe permitiram comprar terras, escravos e plantar 50.000 pés de café, não longe da fazenda da Condessa de Roquefeuil, que vizinhava na Tijuca com a do Conde de Gestas, Nicolau Antônio Taunay, Visconde de Asseca, Conde de Maceió e outros estrangeiros. Nos mais antigos ádvenas produtores da rubiácea, contava-se o inglês Mowke e o alemão Langsdorff, éste a serviço da Rússia, proprietário da famosa fazenda Mandioca, na Estrela. Todos êles, franceses, ingleses, alemães, russos, holan-

deses, etc.... guiavam-se pelo que já tinha sido feito pelos brasileiros, mormente os Pais de Leme em S. João Marcos. A produção fluminense juntada à de Minas, entrava com apreciável contingente, todos os dias em aumento, nas exportações para a Europa. "*Le café a été pour eux (lavradores) une mine d'or*", escrevia Pallière, em que figurava a Real Fazenda de Santa Cruz com 128.000 caféeiros.

Logo que em 1810 fôra assinado o primeiro ajuste acêrca do tráfico entre a Grã-Bretanha e Portugal, desandaram sem mais detença os cruzadores ingleses em apresiar navios negreiros de qualquer nacionalidade, dentro, fora e muito além dos têrmos do tratado. Não satisfeitos, pediram os Lords ao Regente Jorge, nas vésperas de Waterloo, que forçasse o govêrno do Rio de Janeiro a suspender definitivamente o tráfico entre suas colônias. Nessa intenção também desenvolveu Castle-reagh no Congresso de Viena, esforços para equiparar o tráfico à pirataria, cláusula que autorisaria medidas drásticas contra os negreiros e seus clientes. Sobrevieram, entretanto, divergências entre as partes presentes, que favoreceram as pequenas nações e tornaram mais conciliadores os corifeus do conclave. Acedeu a Grã-Bretanha em pagar 300.000 libras esterlinas a Portugal, além do cancelamento de uma dívida de guerra de 600.000. Pagava também mais 400.000 a Espanha, pela mesma razão, a fim de indenizar estas nações pelos navios seus que tivessem sido ilegalmente despojados do carregamento, ou seja, dos cativos que levavam a bordo. Como houvesse numerosos mercadores ingleses a traficar no momento sob bandeira portuguesa, suspeitaram certos historiadores, que o mais claro das compensações se destinava aos próprios súditos britânicos. Alcançou, contudo, a Inglaterra, promessa em ser acompanhada pela França, a mais poderosa nação colonial depois dela, e fixou praso com a Espanha para a extin-

ção do tráfico nos seus domínios. Na sequência de ajustes, Portugal teve de respeitar a balisa do equador como limite do comércio negreiro, que significava reduzir-lo ao percurso entre o Brasil e a África sub-equatorial, sem desvios em direção às Antilhas e ao sul dos Estados Unidos. Decretou ainda D. João à guisa de medida complementar — provavelmente a instâncias do representante inglês — a proibição da entrada de navios negreiros espanhóis em águas brasileiras, onde antigamente escalavam na Bahia quando se dirigiam ao pórtio de destino.

Convencionaram mais, Portugal e Inglaterra, o recíproco direito de visita nos navios dos dois países toda vez que fôsse julgado necessário verificar a carga dos seus porões. A França e os Estados Unidos recusaram o convênio, sob alegação de que também concorriam para o combate do tráfico com seus vasos de guerra, sem necessidade de outras nações se arrogarem o direito de fazê-lo. No entanto, dêste ou daquele modo, entrava o tráfico cada vez mais na condição de atividade por todos condenada, como se fôsse reu de crime infamante, depois de ter conhecido o apogeu debaixo do signo da legalidade. Poucos anos antes os nomes mais ilustres da Europa dele participavam, a começar por Voltaire e maiores da aristocracia. As conseqüências da Grande Revolução e os interesses britânicos encarregaram-se em curtíssimo espaço de proibí-lo em nome da moral e dos direitos do homem. O que parecia louvável pelo benefício que prestava à obra civilizadora das Américas, passou quase de repente a abominável, inadmissível, insustentável. Óbvio dizer, que no movimento havia pessoas de boa fé, outras menos bem intencionadas e finalmente as que não pretendiam lhe obedecer os ditames. Nestas, formavam decididamente os traficantes luso-brasileiros, tacitamente apoiados pela

opinião pública do Reino Unido e pelo govêrno do Regente D. João.

A época favorecia a divergência. Se por um lado recentes acontecimentos tinham difundido nobre idealismo acêrca dos débeis e desprotegidos, por outro, o fim das hostilidades semeava pelo mundo afora aventureiros dispostos a continuar a existência de rapinagem e violência a que se tinham habituado. Veteranos do mar licenciados pelo fim das hostilidades, indiferentemente se ofereciam para servir a holandeses, espanhois, colombianos, chilenos, portenhos e até portuguezes, para o que desejassem, em todos os contrabandos possíveis, no Atlântico e no Pacífico, nas costas de Guiné ou nas angras brasileiras. Decretada, porém, pela Grã-Bretanha a extinção do tráfico em 1815, retiraram-se do mesmo mercados e marujos súditos de S. G. M. de modo a ser possível contar pelos dedos os poucos que nele permaneciam. Constava haver no Rio de Janeiro apenas dois insulares participantes de comércio algo duvidoso, por sinal, naturalizados brasileiros e tão velhos que desapareceram antes de meados do século 19.

Não é de hoje que presenciemos mostras do notável espírito cívico anglo-saxônico, oriundo de suas instituições democráticas, que permitiram à Inglaterra atravessar três conflagrações universais sem desaparecer sob os seus escarceus. Tiveram, daí, os negreiros, até então servidos por súditos britânicos no mar, no crédito bancário e nos seguros, de procurar alhures quem os substituísse. A incipiente economia norte-americana em parte se encarregou da incumbência, auxílio que apoiou em boa hora os traficantes luso-brasileiros na luta contra o bloqueio inglês. Grandes traficantes como o xaxá de Ajudá, Cerqueira Lima, André Pinto da Silva, Francisco José Medeiros, Domingos José Martins, entre os quais havia educados nos Estados Unidos, além de negreiros norte-americanos naturalizados brasileiros, ini-

ciaram jôgo de fintas, o "dribling" aplicado ao cruzeiro albiônico. Para êsse fim, necessitavam de tripulações destemidas, no gênero do Tamango de Merrimée, capazes de afrontar não só as sanções do mundo anglosaxão, mas as de tôdas as nações do Ocidente. Na conjuntura, foram ajudados pelos numerosíssimos nas Américas que se sentiam tolhidos nas atividades pela prepotência britânica. Antes que a evolução econômica do mundo, o progresso de idéias morais, se bem contrariadas pelo surto do colonialismo europeu do século 19 e princípios do 20, perfilhassem a campanha anti-esclavagista, tôda a população do reino luso e a de seus domínios formavam ao lado dos negreiros que sustentavam o tradicional sistema de sua economia.

Na emergência, premido entre os contendores, a sua aliada e o seu maior produtor, o govêrno luso encontraria único lenitivo no adágio *mal de muitos consôlo é*. A Espanha, os estados sulinos da União Norte-Americana, países da América Latina e outros, declarados ou disfarçados, continuavam a praticar e a favorecer a escravidão durante o primeiro quartel do século que viu raiar a independência no hemisfério sul do continente. No caso brasileiro a interferência britânica, era tanto mais odiosa, por coincidir com o surto caféeiro pelos alcantís cariocas, de que necessitávamos para alicerçar o novo organismo saído da ganga colonial. Para nós o tráfico fornecedor de braços, representava questão de vida ou de morte, ao passo que para os ingleses, era mera satisfação de fazendeiros antilhanos, aparentados ou sócios de membros do Parlamento. De um lado havia luta pela sobrevivência; do outro puro colonialismo destinado a contentar a ambição de "planters" ambiciosos e por graça, influentes na política de seu país. E, como sempre sucedia em matéria colonialista, quem dispuzesse de maior número de canhões, também possuía a razão. A reação popular contra a ingerência

estrangeira facultou, entretanto, a continuação do impulso imprimido aos fatores do que ia ser a espinha dorsal da economia brasileira.

A derrubada continuava nas matas da Tijuca onde árvores milenares cediam lugar a renques simétricos de cafêeiros. Chegavam na esteira de *emigrés* franceses, protegidos pela Casa Real, êmulos da mesma nacionalidade arruinados por especulações nas ilhas de França e de Bourbon, que lhes sugerira arrancar pés de café para substituí-los por canaviais. A abolição da escravatura pelos ingleses, que se tinham apossado dessas ilhas, dissipou a última esperança dêsses ádvenas, os quais, descrentes do futuro das antigas possessões de Luís XVI, transferiram-se para a Guanabara para recuperar a sua primeira atividade. Na Tijuca eram considerados modelos os cafesais da Condessa de Roquefeuil e os de seu administrador e sobrinho Conde de Gestas, cuja presença no Rio de Janeiro, prendia-se mais ou menos aos mesmos motivos que nos trouxeram mais tarde "confederados" do sul dos Estados Unidos, afeitos a certa determinada técnica na produção, a requerer o braço negro, e, quando impedidos de o usarem num sítio, procuravam outro onde pudessem empregá-lo.

No Brasil os escravos sempre custaram caro, porquanto além das perdas em viagem, sofriam forte tributação do govêrno. Em 1797 escrevia o futuro Conde de Linhares, que tantos benefícios prestaria mais tarde ao Brasil nascente, "*Os direitos que pagam os negros, não quando entram no Brasil, mas quando vão entrando nas capitánias centraes, depois de terem já pago ao sahir de Angola e dos nossos estabelecimentos na costa d'Africa, parecem não só excessivos, mas necessariamente diminuem a produção, porque impedem o aumento dos braços e dos instrumentos, que devem cultivar e fazer produtivo o terreno*". Iniciada depois dêste

relatório a repressão inglesa ao tráfico, mais caros se tornaram os cativos, inclinados daí, os negreiros em preferir barcos de pequena tonelagem para facilmente manobrar na embocadura dos rios africanos, de onde às vêzes tinham de precipitadamente safarem-se. Deviam ser igualmente bons veleiros a fim de escapar dos perseguidores em alto mar ou nas costas da América. Procuravam também tornar menos trágicas as condições da carga durante a travessia, a poder de maior variedade de alimentos e mais melhorias, mas a superlotação, promiscuidade, contágio de males físicos e morais, que provocavam temíveis levantes, continuavam no pequeno espaço onde, *“leshery and far, the red rose and the briar, were twined together as in some ancient ballad”*, como irônico escrevia um inglês.

A viagem tampouco não decorria sem despesas previstas e imprevistas. Excesso de gente a bordo e cruzado repressor, justificavam as exigências dos capitães responsáveis pelo transporte da carga. As gratificações que tinham de distribuir a funcionários, concorriam para ainda mais encarecer o transporte. *“Stories of bribery”*, escrevia um cronista da época, *“some of them very amusing, occur by the dozen in The Adventures of an African Slaver. First, before the vessel could sail for the African coast, it was necessary to bribe the port authorities of Havana. Another bribe was offered to the governor of the Cape Verde Islands for permission to use the Portuguese flag. Should the vessel be captured, the captain gave a bribe for his release. Then, on the return to Cuba, there were bribes for the Captain General, for his secretary, and for several of the local officials. Sometime all the profits of the voyage were eaten up in bribes”*. Este quadro foi escolhido de propósito num país onde o tráfico fôra proibido como em Portugal, e, como nessa nação, continuava, sob disfarces vários, em plena atividade.

No trajeto para a Bahia sucediam percalços semelhantes, de modo a negócios assim gravados, necessitam cada vez mais de capitais a fim de se desenvolverem. Na falta de ingleses, entravam em cena capitalistas da Bahia, ou do Rio de Janeiro depois da chegada da côrte(1) e banqueiros de New York, razão dos traficantes portugueses e espanhóis de Ajudá interessados nas praças de New Orleans, Havana ou Cidade do Salvador, enviarem agentes a especuladores novaiorquinos que eram geralmente bem recebidos e satisfeitos. Um dos maiores negociantes estabelecidos no Daomé, Francisco José Medeiros, era nascido nos Estados Unidos e pelo fato de falar perfeitamente inglês, tornara-se o principal fornecedor de óleo de Dendê a firmas dessa nacionalidade, com que reunia duas fontes de proventos, mercador de negros para americanos e de óleo para europeus.

Alguns desses traficantes retiravam-se ricos do arriscado mister, a despeito de todos os óbices que o conturbavam, como o espanhol Pedro Blanco, cuja fortuna realizada no Rio das Galinhas, era avaliada por uns em um milhão de dólares e por outros em um milhão de esterlinos. Mas nenhum sobreexcederia em fama, dinheiro e crédito ao famoso Francisco Felix de Sousa. A respeito não deixa incertezas a comunicação de Lord Palmerston, em que êste político relata o histórico das negociações entre a Inglaterra e Portugal sobre tráfico e traficantes, em que destaca o nome do negreiro, "*At Whydah the most powerful Portuguese marchants among others the noted De Souza, are aknowledge slave agents...*". O mesmo destaque lhe conferia o mapa da Costa de Ouro impresso por ordem do Parlamento Britânico, que na altura de Ajudá menciona, *The Portuguese factory of the noctorious de Souza*. Depôsto

(1) v. Tomas Ender, "Um Episódio da Formação da Classe Dirigente Brasileira" do autor. São Paulo. Editora Nacional. 1955.

Adanuzan e entronizado no seu lugar Guezô, foi o baiano investido da nova dignidade de xaxá especialmente para êle inventada, que vinha a ser, representante dos traficantes estrangeiros junto ao govêrno daomeano, e vice-versa.

Ràpidamente estendeu-se a sua influênciã em tôda a região submetida a Abomé não só pelo reconhecimento do rei, como ainda e mais substancialmente, pelo impulso que deu ao tráfico negreiro. Desenvolveu multifôrme atividade, a superintender de Ajudá vasta organização freqüentemente turbada por tragédias em terra e no mar. As lutas sucessivas provocadas nas imediações do Daomé causaram a morte do rei Atobô dos Mahi, Achadê de Lefunfon e Comulon de Atapamé. De quando em quando um revés militar detinha a fúria devastadora e obrigava Guezô a recorrer ao seu bom amigo e parceiro. A expedição contra Hungerô correu adversa e só pôde ser resolvida com os armamentos fornecidos pelo xaxá. Tinha, entretanto, Francisco Felix de partilhar influênciã com outros personagens da côrte, entre as quais a mulata tida por natural da Bahiã, esposa favorita do régulo. Constava entre os estrangeiros então domiciliados no Daomé, que a validê praticava o culto católico às escondidas dos feticistas, no recesso do labirinto de barro que em Abomé lhe servia de habitação.

O jornalista Verger, que teve oportunidade de consultar o manuscrito de Achille Féraud, reproduz dados possivelmente relativos à tal validê, "*Diniz de Oliveira (Nicolau II) teve de sua esposa Gnon nohuô Gantê (Alladohonou na pronúncia francesa) uma filha chamada Francisca, alcunhada Chica, que Diniz casou com Guezô. Este recebera de presente de certo capitão negreiro, um oratório de Nosso Senhor do Bonfim, mas ignorante da religião católica, rogou a Diniz uma de suas filhas em casamento para se encarregar do dito oratório. Chica era muito mais jovem que o régulo, o qual a desposou*

no rito católico em Ajudá por intermédio de Francisco Feliz de Sousa seu representante na cerimónia nupcial. Chica foi mais tarde encontrada desvalida em Djidjá, perto de Abomé, onde ela se refugiara depois da morte do esposo e do incêndio da cidade provocado por Behanzim. Em todo caso, mulata ou negra, de origem portuguesa ou brasileira, a filha de Diniz não foi a única a difundir o culto católico na zona daomeana. Quando em 1861, informa o jornalista, desembarcou a missão do Padre Borghero em Ajudá para evangelizar a região compreendida entre os rios da Volta e o Niger, encontrou muitos negros católicos que tinham estado no Brasil. Mas a sua crença mostrava-se deturpada, como ademais a dos descendentes de traficantes europeus da costa, para maior escândalo dos missionários, "*Nous sommes cependant très peinés de voir que ces Portugais, noirs ou blancs, qui se disent chrétiens vivent exactement comme des païens pour la plupart. Les blancs de Portugal ainsi que tous les autres européens sont polygames; leurs descendants devenus presque noirs ont pour religion un amalgame monstrueux de paganisme, de pratiques chrétiennes et de superstitions fétichistes*".

Pouco mais ou menos na mesma época o Padre Laffite se encontrou em Aguê com pretos, "*qu'a leur costume je reconnus pour des esclaves libérés du Brésil; ils étaient habillés de robes de chambre d'indienne à fleurs... Les Brésiliens me conduisirent à une petite chapelle que le plus riche d'entre eux avait fait construire dans l'enceinte de sa propriété; ils n'avaient de chrétien que le baptême... ils ne se faisaient pas faute d'invoquer les divinités nègres... Par un orgueil des plus innocents, ces Brésiliens ne veulent pas être traités de nègres. Les fideles étaient tous Nagôs de nation, revenus du Brésil*". Evidentemente tratava-se de antigos escravos baianos como os cristãos também vistos em Pôrto Novo e Gondomé, onde o Padre Laffite visitou a feitoria "*d'un*

nègre enrichi au Brésil... le Senhor José encore enfant, avait fait partie d'une de ces cargaisons d'esclaves que les nègriers expédiaient autrefois au Brésil... Il fait le commerce d'huile de palmier, mais il fait surtout le commerce des nègres". Um dèsses torna viagem morador em Agüé lhe ofereceu a casa para aí celebrar officios religiosos. De outro, chamado Joaquim de Almeida conta o Padre Pierre Bouche, citado por Verger, que na hora de partir da Bahia comprou todos os pertences necessários à celebração da missa, resolvido a construir uma capela quando chegasse na África para gozar da felicidade de assistir ao santo sacrificio. Em fins de 1835 terminou a obra, capela que foi dedicada ao Bom Jesus da Redenção, lembrança do templo na Bahia de igual nome, objeto de grande concurso de peregrinos. As origens cristãs de Agüé remontam, portanto, a mais de trinta anos antes da vinda definitiva de Laffite. Diversos Padres portugueses ou franceses já tinham batizado a mais de 800 pessoas nessa localidade desde a ereção da capela de Joaquim de Almeida. Agüé também tivera um mestre-escola brasileiro que ensinava elementos de doutrina cristã. Essa notícia é particularmente interessante, porque se refere além do influxo cristão civilizador projetado da Bahia sôbre a Costa, o fato de espalhar igualmente os benefícios da instrução pública, além de muitos outros.

Um dos maiores consistiu sem dúvida na intervenção dos missionários de meados do século 19 junto aos régulos da Costa para pôr fim às guerras intérminas que sustentavam. Em fevereiro de 1863 digladiavam-se Agüé contra Popó-Pequeno, cada localidade dirigida por um cabeceiro independente. A porfia vinha de longe e ameaçava eternizar-se porque o de Popó-Pequeno não dava ouvido às propostas de paz do vizinho. Tratava-se do famoso Pedro Cogio (da Silveira), negro rico e influente depois da sua volta do Brasil, "*ou il apprit le*

metier, non de roi mais de calfat", escreve o Padre Borghero. O aspeto do homem era terrível, "*de manières farouches et servait d'épouvantail aux petits enfants. Cette reputation s'étendait jusqu'au Dahomey où quand un enfant ne voulait pas rester tranquille, on le menaçait de Pedro Cogio*". O tiranete recebeu cortezmente Borghero, mas recusou-se satisfazê-lo quanto às pazes. Não teve remédio o missionário senão fazer com êle o mesmo que no Daomé faziam com as crianças, e, tanto o apavorou com as penas infernais que finalmente o tiranete anuiu em suspender as hostilidades. Em Pôrto Novo segundo Paul Mártý deu-se outro caso curioso de influência brasileira, desta vez sôbre indivíduos de origem mussulmana que eram os mais difíceis de cristianizar. Um tal Inácio Paraiso era filho de José Pequeno Paraiso, que se dizia pertencente a um ramo de família real Ioruba. Aprisionado criança no correr de guerras intestinas, foi vendido a negreiros europeus de Ajudá em princípios do século 20 que o levaram para o Brasil. Empreendedor e capaz como os mussulmanos negros, êle recebeu do senhor o nome que passou a usar, e mais tarde conseguiu alforriar-se. Em fins de 1848 recebeu para voltar ao Daomé passaporte que lhe permitiu de lá chegar com os papéis em regra com as autoridades em janeiro de 1850. Inácio era filho mais velho do tornaviagem e de uma crioula baiana, que o batisou a despeito de mussulmana. Outros attribuíam a conversão ao fato de em consequência de guerras entre os Ibadan e os Oiô, fora vendido no Brasil José Pequeno, que aí se tornou barbeiro de um baiano chamado Paraiso. Acontece que do outro lado do oceano o importante negreiro Domingos Martins queixava-se "*d'être obligé de se faire racler avec des rasoirs si mal affilés, par des coiffeurs indigènes inexpérimentés.*" Informado por um de seus escravos de nome Oiagbami da existência na Cidade do Salvador de hábil profissional na casa do

Paraíso, comprou-o e empregou-o simultâneamente como guarda do seu estabelecimento na praia e barbeiro quando precisava de seus serviços. No falecimento do negro, como de praxe o régulo de Pôrto Novo herdou uma parte de seus haveres à guisa de impôsto de transmissão causa mortis, Inácio passou a ser valido do potentado local, voltou ao islamismo e prosperou na condição de cabeceiro. Influente na região interveio nas negociações entre franceses e portonovanos, e mais tarde muito auxiliou o General Inglês Dodds contra o Daomé. Graças ao seu predomínio sôbre os Ioruba êle pôde reunir grande número de carregadores e milicianos que facilitaram os movimentos dos expedicionários e lhes permitiram a vitória de Dogba sôbre os daomeanos.

De igual origem mussulmana era Vitor Cosme de Almeida, aliás Olufade, cuja história tem um quê de romântico. No dizer de descendentes seus provinha de Diô, de onde passara a Bahia vendido pelo indivíduo a quem o seu pai o confiara. Muitos dêsses casos se repetiram durante o tráfico, como sucedeu a Luís Gama, que surpreendera o próprio pai quando o vendia. Na Cidade do Salvador Olufade tornou-se pessoa da confiança do brasileiro Manoel Joaquim de Almeida. Num dos levantes de negros mussulmanos decorrentes da imprudência do govêrno e de particulares em acumular no mesmo sítio numerosos escravos originários de Guiné, o ioruba teve oportunidade de salvar a vida do senhor. Por êsse motivo foi alforriado, ocasião em que adotou o nome do antigo dono. A mesma mania liberadora tinham muitos de nossos parentes, mais protetores que senhores de escravos, que deu em resultado provocar a gratidão dos mesmos manifestada pela adoção do seu apelido, daí, a quantidade de homônimos que temos, pretos retintos, além de outras cambiantes de côr. De volta a Ajudá manteve-se Almeida a despeito de alguns deslises contra a fé — nem mais nem menos que mui-

tos brancos em África e fora dela — sempre católico como se depreende do seu testamento comentado por Gilberto Freyre. Indica nas últimas vontades o destino dos escravos e escravas da sua casa. Recomendava especialmente fôsse afastada uma de suas concubinas, se bem fôsse mãe de um de seus filhos, a fim de que não compromettesse o bom nome e a paz da casa patriarcal, e assegurava que vivera e pretendia morrer como católico apostólico romano.

Esses exemplos demonstram aspetos de influxo brasileiro a milhares de quilômetros de distância, na África em troca dos muitos africanismos que nos presenteou. Os velhos africanos de volta à Costa eram chamados papai e mamãe nos agrupamentos que formavam para continuar os mesmos usos, costumes e tradições do seu período de cativo. Os filhos nascidos na África passavam a ser yoyôs e yayás, celebravam o Bumba meu Boi e sambavam com frenesí. Demonstravam possuir também aquisições mais elevadas graças entre outras, a comemorações do Senhor do Bonfim, realizadas como na Bahia no terceiro domingo de janeiro, que propiciavam doutrinação religioso pelo mesmo processo, que a pedagogia emprega para divertir e ao mesmo tempo ensinar crianças.

Influxos também se manifestavam através da ação dos negreiros a intervir constantemente nos negócios e na política da Costa. Um dos que mais se salientou no caso foi Francisco Felix de Sousa. Nas funções de xaxá, que o erigiram a sucessor da Companhia de Cacheu e Cabo Verde, estreitara o traficante mor ainda mais os liames entre baianos e daomeanos. Dissolvera-se a velha feitoria caboverdiana no século 18, pelo que, seus bens e atribuições foram ter ao grêmio de negociantes reunidos na Cidade do Salvador sob a égide de S. José. Desde os primórdios coloniais, constituíra-se a sede baiana em primeira praça do Brasil no tráfico de africanos. Em 1808 os navios empregados no mister ficaram dispen-

sados de escalar em S. Tomé e Príncipe a fim de satisfazer impostos. Em 1822 com a separação do Brasil de Portugal, a Bahia deixou de pagar àquelas ilhas anualmente nove contos de réis, soma considerável para a época e lugar, a que se obrigara por ocasião do fim da Companhia. No Daomé, possuidor da confiança do régulo, tornou-se por sua vez, Francisco Felix sucessor da confraria baiana. A mudança de potentado pelos daomeanos e a invasão de Portugal, trouxe tamanha perturbação no cenário internacional que os portugueses se desinteressaram pelo forte de S. João Baptista de Ajudá. Outros eventos também contribuíram para beneficiar o esperto baiano, sem necessidade das fantasias difundidas por Ellis e outros autores para lhe explicarem a prodigiosa fortuna. Estamos longe das versões que o pintam como mulato, degredado, falsificador de moeda no Rio de Janeiro, antigo calceta, inimigo de Adanuzan II por éste lhe ter recusado um barril de caurís, a soldo de franceses contra ingleses, de brasileiros contra portugueses, de portugueses contra espanhóis, etc. . . . monstro de desonestidade, perfídia e patifaria. Um inglês seu contemporâneo avaliava-lhe as posses em 120.000 dólares, suficiente como veremos, para despertar a inveja dos que procuravam imitá-lo e não o conseguiam.

Também havia de influir na bisbilhotice a proeminente situação por êle desfrutada entre negreiros, assim como pela sua habilidade ante a repressão britânica, pois, applicava todos os ardís possíveis e imagináveis para fintá-los, entre os quais figuravam alguns bastante pitorescos. Certa vez foi aprisionado o *Legítimo Africano* com negros a bordo, que foram apresentados pelo capitão aos captores como rapazes que o novo régulo Guesd remetia à Bahia para serem educados à moda dos brancos. Todavia, se bem o capitão alegasse a ausência de grilhões a bordo como prova do que afiançava, não logrou convencer os ingleses, porquanto o número de

“educandos” lhes pareceu excessivo. Infelizmente, de permeio com episódios jocosos ocorriam lamentáveis. O caso de brigue *Voador* é típico: saído do Rio de Janeiro em demanda da África, viu-se perseguido durante vários dias por um corsário de Buenos Aires. Desviado da rota, avariado por tempestades, arribou primeiro à ilha do Príncipe, depois ao porto de Olemby. Por desgraça sua, estava no ancoradouro um cruzador britânico, que mandou em sua direção dois escaleres com tropa. Alvorçaram-se os tripulantes do brigue, temerosos de que fôsem piratas, mas verificada a qualidade dos visitantes, não tiveram dúvidas em lhes franquear acesso a bordo. Qual não foi seu espanto — asseveram dois marujos no inquérito subsequente — quando no momento do oficial examinador chegar no portalo, ecoou tiro de pistola que atingiu o comandante brasileiro. Damos agora a palavra ao Chevalier de Matos, como se assinava o representante do Brasil em Londres, *“Celui-ci se trouvant blessé, et voyant son équipage assailli de tous les cotés, se defendit courageusement, jusqu'à ce que couvert de blessures, et entouré des cadavres de 13 de ses compagnons, il se jeta à la mer, et perit de cette manière”*.

O resultado de tais excessos era paradoxalmente contrário ao que almejavam os abolicionistas, segundo se depreende do depoimento do norte-americano naturalizado brasileiro José Cliffe, o qual interrogado por Gladstone em pessoa, exprimiu ponto de vista oposto ao do Parlamento, ou seja, dos que não concordavam nem com as suas intenções, nem tampouco com o método empregado para fazê-las triunfar. Da entrevista dos dois homens, a personificar correntes antagônicas, tudo interessa da primeira à última frase, pelo que significa e revela acêrca dos bastidores de história. Perguntado por que abandonara a profissão de negreiro, respondeu Cliffe que assim procedera por não mais suportar o do-

loroso espetáculo apresentado pelo tráfico. Perguntado se outros negreiros partilhavam no Brasil igual modo de ver, respondeu negativamente, porquanto êles não se julgavam responsáveis pelos mesmos, pois atribuíam a culpa de tais atrocidades à Inglaterra e às suas atitudes políticas. *Perguntado se como súdito brasileiro se considerava culpado, respondeu não. Perguntado se considerava a Grã-Bretanha culpada, respondeu sim.* Perguntado se antes de deixar o Brasil encontrava-se o tráfico em plena atividade, respondeu afirmativamente, porque de novembro de 1846 a novembro de 1847, cêrca de 65.000 africanos tinham sido desembarcados vivos nas suas praias, a representar pelo menos o transporte de 100.000 computados antes do trajeto. *Perguntado se o número correspondia aos pedidos dos agricultores, respondeu negativamente, pelo fato de haver excesso nas chegadas, causa do preço das peças baixarem de 600 mil réis a 450 e 400 mil réis.* Acrescentou que no ano de 47 aumentara o número de entradas de modo sensível. Perguntado se o tráfico dava altos proventos aos intermediários, respondeu que dependia dos capitais aplicados, muito mais favorável aos ricos traficantes que aos pobres, todavia, para quem dispuzesse de meios era talvez *the most lucrative trade now under the sun.*

Perguntado sôbre quais os meios mais eficazes para conter a anormal extensão do tráfico, que em 1848 ia baratear ainda mais o preço dos cativos chegados no Brasil, respondeu não acreditar na ação dos cruzadores ingleses, pois tinham dado o máximo que deles se podia esperar, ao passo que os traficantes tinham aperfeiçoado os seus métodos com barcos mais rápidos e outras medidas proficientes. E' preciso dizer que nesta época, a maioria dos navios de vela empregados pelos mais ricos traficantes, os mesmos que conseguiam capitais e seguros nos Estados Unidos, tinham quilhas batidas nos estaleiros americanos, os quais até hoje detêm o segredo de veloci-

dade superior à dos concorrentes, como nos mostram as peripécias da disputa da *Taça América*. Perguntado mais, por que atribuía aos ingleses os horrores do tráfico, explicou entre outras causas, o fato de, antes de sua proscrição pela Grã-Bretanha, só pela imprudência dos capitães podia ocorrer falta de água a bordo. Depois da sua anatematização, acontecia freqüentemente dar-se brado de alarma no momento em que os cativos eram embarcados, e, no tumulto que se declarava, tratava o capitão de escapar de qualquer maneira, mesmo antes de completar a provisão de água e víveres. Daí por diante, só a providência divina, a poder de chuvas copiosas, suscetíveis de serem captadas, podia salvar a negrada, visto as escalas de S. Tomé e Príncipe se terem tornado impraticáveis depois do cruzeiro repressivo. Em muitos desses casos tinham os capitães atirado a carga ao mar; nessa altura, perguntado Cliffe se atribuía a responsabilidade dessas ocorrências às medidas contra o tráfico, categoricamente respondeu, sim.

A sua afirmativa é tanto mais impressionante no caso, por concordar com insuspeito apóstolo da abolição, o grande Buxton, que escreveu contra *the slave squadron and the policy of forcibly suppression of the slave trade as causing aggravated suffering to multiplied numbers*. Era o modo de pensar dos filantropos ingleses reunidos no grande meeting abolicionista de 1840, mas intervinha na questão o tal interesse dos *planters* como adiante veremos. Perguntado sobre outras causas da grande mortandade registada a bordo dos navios negreiros a que aludira, respondeu Cliffe provirem do excesso de lotação, mau passadio e falta de ar. Interrogado se o calor influía no morticínio, respondeu que na cobertura atingia 100 graus Fahrenheit e no porão 130, possivelmente até mais, porém, só provocaria perdas de vidas indiretamente, pela sede e epidemias, porquanto os pretos suportavam facilmente altas temperaturas. Ajuntou,

que antes da repressão, quando os capitães não sofriam pelas suas atividades, ainda era possível proporcionar algum exercício aos cativos durante a viagem, mas depois das perseguições a carga tinha de permanecer acorrentada quase o tempo todo, com a cabeça de uns sobre as pernas dos outros, e, para se levantarem era preciso que todo o renque, ou secção a que pertencessem, também se levantasse.

Perguntado como livrar um navio dos excrementos acumulados durante a travessia, citou Cliffe o caso de muitos navios terem sido abandonados por não haver quem se atrevesse os limpar, *I can mention the case of an austrian built vessel, very fine vessel, in which there had been some french seamen on board; she was cast adrift. The Brazilian government had her brought in and cleaned out by galley slaves.* Perguntado se o fato sucedido com um barco de qualidade não se repetiria mais facilmente com outros menos valiosos, respondeu que sim, porém no caso em apreço, o austríaco dera tal lucro aos armadores franceses, que êles puderam se permitir o luxo de abandonar a embarcação, se bem valesse 9.000 libras esterlinas. Perguntado qual fôra o seu destino, respondeu que o govêrno brasileiro a convertera numa corveta de guerra. Perguntado se o govêrno brasileiro poderia concorrer com os ingleses na repressão ao tráfico por meio de tratados, respondeu que provàvelmente ficaria na situação de um príncipe africano, suscetível de celebrá-los e incapaz de cumprí-los. A melhor explicação para a circunstância consistia na enorme e quase despovoada superfície do território brasileiro, onde era fácil desembarcar cativos e negociá-los. Perguntou-lhe a seguir Gladstone, que efeito produziria na opinião pública do império a abolição da escravatura nas Antilhas Britânicas e se os brasileiros pensavam que a medida comprometera a prosperidade dessas colônias, respondeu: *Consideramos que foram*

totalmente arruinadas pela abolição. Perguntado se o acontecimento provocara apreensão a respeito de projetos de lei semelhantes no Brasil, respondeu afirmativamente, pois à vista do precedente, seria o país arrastado a ruína igual. *Perguntado se a entrada de cativos masculinos excedia de muito a do sexo feminino,* respondeu que sim, motivo do constante aumento do contingente de trabalhadores africanos na falta de americanos.

A pergunta repetida em outros interrogatórios a outros depoentes perante o Parlamento, visava saber se a população negra do Brasil, podia suprir de braços a lavoura independentemente do tráfico. Neste ponto insistia Gladstone sôbre flutuações de preços de escravos e recebeu de Cliffe informação de que de 1825 a 1828, oscilavam entre 200 e 300.000 réis por peça de 8 a 18 anos de idade. Subiram entre 1828 e 1830 a 300 e 400, seguidos de salto, em que a quantia passou a um conto de réis. Expirava neste ano o prazo para expiração do tráfico entre o Brasil e a África, daí por diante proibido, apreendidos os navios encontrados com cativos a bordo. Nesse caso, seriam remetidos a Sierra Leone, no golfo de Guiné, sede do tribunal mixto de prêsas anglo-brasileiro — o segundo chegara a mandar um vaso de guerra para participar da repressão — perante a qual compareceriam os capitães a fim de desculparem-se. Os que não conseguissem explicar a presença de cativos seriam condenados, os barcos sequestrados e os cativos postos em liberdade.

Em 1833 começou a baixa. O tráfico se aperfeiçoara, aprendera a driblar os perseguidores, melhorara a sua técnica, adquirira velozes navios norte-americanos tipo *China Clipper* para transporte da mercadoria de que o mercado africano se mostrava bem provido. Declinaram então os preços a 250\$000 no litoral e 300\$000 e

350\$000 no interior, proporção no geral comum entre as duas zonas. De 1838 a 1841 deu-se nova alta, que atingiu 600\$000 e 700\$000, subida continuada até 800 e 850 em 1843, entretanto, proveniente não dos obstáculos levantados pelo cruzeiro, mas da procura de gêneros chamados coloniais, de sorte que, veio a saber com horror o Sr. Gladstone, nova baixa de preços para 400\$000 *in spite of the British squadron*. Afligido por aquela situação, indagou o poderoso primeiro ministro se era possível substituir no Brasil escravos por trabalhadores livres e o que pretendia fazer neste sentido o governo brasileiro. Esta pergunta foi muitas vezes repetida em outros interrogatórios por outros interrogadores, assim como, qual a atitude do clero brasileiro, perante a escravidão e qual o tratamento dispensado aos escravos. Nas respostas destacam-se as relativas aos esforços do clero católico em manter moralidade por meio da doutrina cristã o que explicava o verdadeiro milagre conseguido no Brasil. O bom tratamento daí decorrente, dos senhores a escravos, era de ordem dos segundos não desejarem retornar à terra natal. Quis ainda saber o Sr. Gladstone o número de escravos utilizados na mineração do Brasil, a que respondeu Cliffe supor que ascendiam a 20.000, mas por falta de dados nada podia afiançar de positivo e concluiu a extraordinária entrevista com mais algumas informações sem maior interesse para o caso.

Sucederam entre muitos outros perante os Lords o depoimento do "mayor" de Liverpool, antigo comerciante de gêneros lícitos americanos, e o do médico Thompson, veterano no serviço de cruzadores dos dois lados do Atlântico. Algumas perguntas eram repetição do que já foi dito, mas certas respostas completam as informações precedentes. Perguntado se o tráfico aumentara nos últimos anos (de 1840 a 48), respondeu Thompson afirmativamente com menção a levas consi-

deráveis de cativos desembarcados na Bahia e vizinhanças de Campos na província do Rio de Janeiro, trazidas por numerosos navios a vapor. Calculava em cêrca de 30 dias a viagem que tinham realizado, em travessias de 15 dias de Lagos ao recôncavo baiano. Outrossim, julgava que o melhor meio para arrefecer o tráfico, seria capturar negreiros na costa do Brasil, em vez de cercá-los na África, pois, os empresários da escravatura haviam de sentir muito mais a perda de navios cheios de mercadoria do que vazios. Neste ponto se vê sensível agravação nos processos do cruzeiro, não mais limitado como de princípio em deter barcos para investigar qual a carga, mas agora apossava-se de todos que não podiam demonstrar atividade lícita, estivessem ou não com carga suspeita. Acrescentou Thompson, em abono das medidas que aventava, ser mais difícil perseguir êstes navios no litoral africano, quando se apresentavam acobertados pelo pavilhão de potências neutras (das mais variadas nações, Sardenha, Holanda, Suécia e até Rússia), pois, era fato comum chegarem ao Brasil embarcações dos Estados Unidos, com bandeira e tripulação americana, que trocavam de comando e tripulação na Bahia para seguirem com a mesma bandeira dos *stripes and stars* para a África e só mudar de pavilhão no retôrno, quando carregadas de negros. Os embarcadouros que maior número de cativos remetiam para a cidade do Salvador e norte do Brasil, eram Lagos, Ajudá e os Popós. Perguntado Thompson se as tripulações dos negreiros se deixariam impressionar por penas de prisão a fim de obrigá-las a renunciar à criminosa atividade, respondeu que indubitavelmente impressionaria, pois no *people dislike imprisonment more than Brazilians do*, portanto, a condenação de três anos de cárcere infligida a agentes de traficantes produziria grande efeito, acaso não extinguisse de vez com o tráfico. Incidentalmente informou

Thompson a Mr. Barkly que o interrogava, não ser transportado o café em tonéis como êle pensava mas em sacas.

Passou depois a depôr o comerciante J. B. Moore que demorara 14 anos no Brasil, o qual disse que naquele momento participava o império da crise mundial de preços, de certo modo reação contra o surto inflacionista deflagrado no mundo pelas guerras napoleônicas e período que lhes sucedera. Baixara a produção do açúcar no Rio de Janeiro de 1842 a 1847, compensada, todavia, pelo aumento do café, que produzira mais 300.000 sacas no mesmo período num total de 1.611.000 para êste último ano. A informação também alude ao começo do êxodo de trabalhadores rurais do norte para o sul do império, ao mesmo tempo que a mor parte do tráfico africano se deslocava naquela direção. Perguntado mais, se o govêrno brasileiro não impunha medidas internas para obstar o comércio de escravos, respondeu que os traficantes desfrutavam de absoluta liberdade para se organizarem e comerciarem; que antigamente havia no exterior facilidade em obter seguros contra os riscos da mercância, desaparecida em consequência do convênio de 1830, porém recomeçada dez anos depois. Efetuava-se sob forma de seguro regular ou de associações, mútuas, consórcios, etc... cuja base era geralmente feita de capitais brasileiros e portugueses. Perguntado se a intervenção britânica provocara irritação no público do império, respondeu que sim, posto as classes elevadas se manifestam extremamente ansiosas (*exceedingly anxious*) em ver o têrmo da escravatura. Era o começo de grande movimento partido da própria casta governante que ia impôr a abolição. A atitude dêsses elementos em mor parte saídos das famílias de lavradores escravocratas, era devêras notável, pois sabiam os prejuízos que os atingiriam. Nesse ponto, por completo divergiam dos produtores sulistas dos Estados

Unidos, que não vacilaram em recorrer às armas para defender o regimen servil. Acrescentou Moore conhecer eminentes brasileiros partidários da emancipação dos escravos, como o Dr. Saturnino (de Oliveira Coutinho) e o deputado Holanda Cavalcanti, nomes bem conhecidos na Inglaterra. A respeito dêsses abolicionistas, ambos elementos da casta de senhores de engenho e de fazendeiros, disse mais, que eram muito corajosos no externar as suas opiniões, dada a agitação produzida no Brasil pelo *bill Aberdeen* em 1845. Desde então não existiam mais tratados entre os dois países, nem possibilidade de conseguir novos.

Perguntado se conhecia casos de traficantes pelo fato de incidirem em pirataria (o Parlamento inglês endossara as idéias de Aberdeen na suposição de que assim apressaria o fim do comércio proibido), respondeu negativamente, pois a maior parte do tráfico era praticado sob outras bandeiras que a imperial, exercido por capitães e tripulantes não brasileiros. Partilhava também a opinião de depoentes anteriores a respeito da ineficiência do cruzeiro britânico, assim como sôbre o bom tratamento dos escravos em geral, repetição que impressiona por partir de indivíduos diversíssimos de condição — antigos traficantes como Cliffe, ou oficiais de marinha, ou pastores protestantes, pouco inclinados em reconhecer a nobilitante influência do clero católico — acordes, no entanto, em elogiar a lenidade dos senhores brasileiros. Não hesitava Moore em afirmar, *The slaves generally in Brazil are treated with the greatest possibly kindness. I may state as the general rule throughout the country, and that harsh treatment is the exception.* Perguntado se sabia de algum estabelecimento em que se procedesse à criação de negros (pergunta sugerida por expedientes semelhantes em uso nos Estados Unidos) e vendas das crias nascidas in loco, respondeu negativamente.

De depoimentos insuspeitos como os que reproduzimos, conclue-se facilmente nutrir a campanha abolicionista mais algumas intenções além de altruísticas. Vamos, porém, deixar por ora êsse lado da questão, para nos ater tão só às informações contidas nas respostas dos depoentes, com plena confirmação de fatos que muito elevam a atitude brasileira na questão do tráfico. Perguntado qual seria o efeito do abandono do cruzeiro inglês, disse J. B. Moore, que um dos resultados imediatos seria alívio dos sofrimentos dos cativos e em possíveis providências do govêrno imperial em obstar excessivas entradas por motivo de segurança. Principalmente quanto à Bahia e Pernambuco, dar-se-iam tais restrições, porquanto lá predominavam escravos da Guiné, particularmente Mina, ou Costa de Ouro, pertencentes à mesma religião, com a mesma língua. As sublevações de negros aí ocorridas representavam perigo muito maior que se explodissem no sul, onde havia maior diversidade de origem entre os mesmos. Perguntado como explicar o recente aumento de entradas, respondeu que os importadores se valiam tanto da extensão da costa africana como americana, para constantemente mudar os pontos de embarque e desembarque, de modo a burlar a vigilância dos cruzadores. Era uma questão de paciência. Contara-lhe um traficante uruguaio que encontrara em Londres, o longo espaço que tivera de esperar antes de receber em Maldonado o lote de cativos que êle comprara na Costa, "*a long time before he could embark them*". As compras por parte de mercadores sul-americanos, de cativos em Angola em vez de Guiné, devemos atribuir o abalo financeiro padecido no fim da vida por Francisco Felix de Sousa, de quem logo trataremos mais demoradamente.

Na segunda vez que Moore compareceu no Parlamento, perguntaram-lhe se o Brasil estava em condições de produzir açúcar mais barato que a ilha de Cuba,

curiosidade bastante suspeita, a indicar mais interesse econômico-financeiro do que ideais pròpriamente libertários. Vieram a seguir indagações sôbre de que modo produzíamos açúcar, preços das glebas, despesas de desbaste, queima da floresta, etc... As informações de Moore deviam ter despertado grande interêsse como se deduz pela pergunta que veio depois, *"You have said that the extent of country, assuming it to be virgin soil, is almost interminable, and that the production of sugar there might be carry for hundreds and even for thousands of years, assuming always that there is a demand?"* e Moore confirmou o que dissera acêrca dessas possibilidades. Ajuntou mais uma informação, que mostra no caso, certa analogia entre o Brasil e os Estados Unidos na maior ou menor aversão em abolir a escravatura segundo a região norte ou sul do país. Em tôda parte, entretanto, eram bem tratados os escravos, *"perfectly happy"*, com abundantes lazeres pela liberalidade dos senhores e incontáveis feriados e dias santos que interrompiam a faina, *"when they are dancing and singing all the night it would convey to you an idea that they are generally well treated and contented."* Daí, também se depreende o que depois ficou exuberantemente demonstrado, valer o trabalho de europeus livres muito mais que o dos negros. Perguntado à vista disso se os escravos no fim de oito anos se tornavam imprestáveis como nas colônias britânicas, retorquiou Moore, que no Brasil conservavam-se em boas condições por muito mais tempo, no que também influía clima saudável. Mudado o assunto da agricultura para as minas — as principais do império nas mãos de ingleses — indagaram se havia nos seus quadros de trabalhadores numerosos escravos. A pergunta provinha de haver disposições legais na Inglaterra a proibir aos súditos da coroa o emprêgo de trabalhadores que não fôssem livres. Era conhecida na praça de Londres a situação das minas

brasileiras sob contróle desde a abertura dos portos, de um consórcio organizado por Sir Moses Montefiore, prestigioso chefe da comunidade hebraica londrina e diretor da Imperial Brazilian Mining Association. Respondeu Moore que empregavam quem podiam, de acôrdo com as condições locais, de sorte a figurarem negros livres e escravos entre os trabalhadores.

Seguiu-se o depoimento de William O'Bryan Hoare, oficial da marinha inglesa, que estivera no litoral brasileiro no comando do *Dolphin*. Perguntado se capturara algum navio negreiro, respondeu que apressara oito de 1843 a 1845, sendo que o primeiro deslocava aproximadamente 230 toneladas com nada menos de 569 cativos. Perguntado em que condições estavam, respondeu que se encontravam em péssimas condições, depois de uma caçada de quatro horas debaixo de tiroteio que se prolongou até à praia. Alí chegados atirou-se a tripulação ao mar menos dois marujos impedidos de o fazerem por se encontrarem com fortíssima oftalmia. Ao subir a bordo quase não suportou a fedentina que os porões exalavam, onde jaziam nove mortos e o resto da carga assolado de "*ophtalmia, small-pox, and craw-craw, and dysentry in an horrid extent.*" Depôs mais, que na Bahia fôra oferecido um prêmio de 3.000 dólares para quem o matasse a facadas, segundo lhe avisou o Consul britânico. Reconhecia, contudo, que o tratamento dos escravos em todos os setores da costa por êle percorridos era "*exceedingly good; there was great kindness and attention, and the slave-owners generally a very humane set of people.*" Também julgava concorrer a repressão ao tráfico ao sofrimento dos cativos durante a travessia do oceano e ao enriquecimento de especuladores, que se prevaleciam das perturbações que provocava, para alcançar maiores margens de lucros na mercância. Em abono da asserção, citou o caso de um indivíduo que êle conhecera na Bahia como simples

logista, possuidor algum tempo depois, em 1844, de uma das maiores fortunas do Brasil, avaliada entre 200.000 e 300.000 libras esterlinas, "*made it all from the slave trade.*" Este indivíduo dissera-lhe na cidade do Salvador, que muito se enganava se porventura se julgasse indesejável pois, êle, mercador, devia-lhe em grande parte o seu sucesso em negócios. Perguntado se o dito traficante fôra morar em África — pergunta que parece se referir à pessoa notória — respondeu que não, porquanto um tal Domingos, depois de cometer crime na Bahia, fugira para a Costa e lá se tornara seu agente. Perguntado se a lavoura de café era compensadora, respondeu "*exceedingly profitable*", mais lucrativa que a do açúcar. Das outras inquirições respigaremos apenas o relativo aos inconvenientes do cruzeiro britânico. Queriam saber os parlamentares se os brasileiros não poderiam se incumbir da tarefa o que livraria a Inglaterra de pesado fardo, e, talvez, aumentaria a eficácia da repressão. Informou Hoare que faltava ao govêrno imperial fôrças para assumir o compromisso, pois "*I consider Brazil more a republic myself than anything else in its present state*", sem contar que os componentes mais prestigiosos do senado eram donos de escravos.

Sucedeu ao comandante no rol dos depoentes Mr. Macgregor, fazendeiro nas Antilhas. No curso do seu depoimento êle teve oportunidade de comparar as condições das Índias Ocidentais, das Guianas e do Brasil como produtores de gêneros chamados exóticos. Algumas perguntas que lhe fizeram são significativas a respeito das preocupações do Parlamento inglês, na hora em que a repressão ao tráfico atingia o auge. Desejavam saber se considerava as colônias britânicas suscetíveis de concorrer com o Brasil e Cuba em capitais e trabalho; se o cansaço das terras nessas colônias não as colocaria no correr do tempo em inferioridade perante os concorrentes; se a única vantagem dos fazendeiros

ingleses da Jamaica consistia em possuir melhor maquinaria; se era possível introduzir pretos livres nas Antilhas, ou coolies da Índia, e, se conseguidos êses trabalhadores, tornar-se-ia possível competir com o trabalho compulsório em uso no Brasil. Um dos trechos do depoimento de Mac Gregor versa a maneira como os free-labourers de Demerara e de Trinidad eram irrisòriamente pagos pelos empregadores, imersos em disfarçada servidão, muito pior que a dos escravos brasileiros Perguntaram-lhe então, se acaso fòsse intensificada a campanha contra o tráfico, e, se o govêrno inglêss assumisse as despesas do transporte de africanos livres para as Índias Ocidentais, seria, "*under those circumstances the British Colonies would be able to compete with Cuba and Brazil?*" Êste *mot de la fin* expresso por documento insofismável, não deixa dúvidas sòbre as verdadeiras intenções de uma campanha, que muitos ainda julgam fruto exclusivo de idealismo.

O depoimento seguinte de D. J. Higgins, fazendeiro em Demerara é a confirmação *in totum* do precedente. Foi-lhe também perguntado como poderiam as colônias britânicas competir com o Brasil e Cuba. Às indagações respondeu o depoente: "*I think that it depends entirely upon the slave trade. If the Brazilians as they at the present can, import as many slaves as they wish, I do not think that any circumstances we could compete with them.*" Note-se que tais depoimentos se destinavam em última análise a informar e orientar a política colonial inglesa. Neste ponto, como ademais em muitos outros, vemos a ética bifronte praticada por todos europeus possuidores de domínios coloniais, a considerar de um modo honesto as questões internas e completamente diverso as externas. Dizemos nações colonialistas, porque não era tal atitude privilégio dos súditos da Rainha Victória. O mesmo se nos depara na vizinha França, onde a grande revolução foi empreendida em prol dos

direitos do homem... europeu, e, entre êsses o francês em primeiro lugar, sem idéia de lhes ajuntar antípodas. Os homens que a realizaram, entre os quais havia muitos virtuosos, ou pelo menos bem intencionados, discípulos dos enciclopedistas e seus êmulos — Marat não largava do *Contrato Social* de Rousseau, que até declamava para as massas de cor nas praças públicas — decretaram a abolição da escravatura negra, sustada por Napoleão em 1802, readmitida pelos plenipotenciários franceses no Congresso de Viena, vigente, inda assim, nas colônias até 1848, e disfarçadamente até muito depois. Nos Estados Unidos foi preciso longa e cruenta guerra para acabar com o regimen servil a despeito das instituições democráticas reinantes na União norte-americana. Na península ibérica, habituada desde séculos à escravidão negra comum entre os mosárabes, estabeleceu-se competição entre os seus elementos destacados nas colônias, a ponto de afastar os portugueses do golfo de Benin, não sem resistência e revides, que levaram o súdito espanhol J. B. Bellara a promover ajustes, como o realizado em Ajudá em 1832, onde dirigia a feitoria espanhola, a fim de evitar prejuízos decorrentes da porfia entre portugueses, castelhanos, cubanos e brasileiros.

O mesmo Bellara atraiu firmas de Marselha para o Daomé, no intuito de incrementar o comércio de óleo de dendê, antigamente quase que só exportado para o Brasil, procuradíssimo pelos guinéenses para untar o corpo e preparar pratos à moda de sua terra natal. Não tardou que o progresso da era industrializada concorresse em aumentar o apreço pelo único gênero exportável da região além de cativos de guerra. Passou, daí, a firma marselhesa Regis & Cia. a auferir grandes proventos. Em pouco monopolizava o comércio de óleo, principalmente depois dos incidentes entre o govêrno daomeano e a casa inglesa Swansea. Aproveitava-se também das circunstâncias para praticar atividades menos

inocentes, glosadas pelos vizinhos britânicos em geral acusados de hipocrisia pelos franceses, "*The maison Régis is a barracoon, a slave yard, were, with detestable hypocrisy, emigrants and free-labourers were lodged in till they could be transported à loisir. Such is the establishment which a French naval officer pretends to praise.*" A notória situação proporcionava destarte "*revanche*" de ingleses contra os que lhes emprestavam o primado na arte de dissimular em proveito próprio as piores patifarias. Seja como fôr, a êsses traficantes mais felizes que os concorrentes, muito se afeiçoara de momento o régulo, seduzido pelos *petits cadeaux qui entretiennent l'amitié* hábilmente dispensados pelos gerentes da empresa.

O novo potentado daomeano assumira o poder em circunstâncias anormais, que feriam velhas tradições político-religiosas do Daomé. O rei era considerado protegido pelo feitiço, inviolável, sacrossanto. Ora, Adanuzan fôra depôsto violentamente, e, apesar de ter provocado intenso descontentamento, mesmo assim houve murmurações, que levaram Guezô a ordenar silêncio absoluto sôbre o predecessor, o qual, para maior precaução, foi remetido à localidade distante onde passou a viver isolado e esquecido. Em Abomé a guarda real recebeu refôrço de batalhões de amazonas, expediente já praticado no tempo de Agadjá. Constituíam uma espécie de corpo de vestais belicosas, em quem não se podia tocar, consideradas como se fôsem esposas do rei, mulheres fanatizadas, valentes como qualquer guerreiro, tropa de choque na guerra e guarda pretoriana na paz. Protegido pelas viragos, imperava Guezô sôbre o Daomé no recesso do saramé, informado de tudo que se passava em tórno dele e nos escaninhos da administração pelos leguelês a quem até os mais altos dignitários nada podiam ocultar.

Tranquilizado quanto à sua situação pessoal, certo da estabilidade do govêrno, dedicou-se Guezô ao preparo de expedições predatórias a fim de restabelecer as finanças abaladas pela incapacidade de Adanuzan. A melhor ocasião era de fevereiro a abril, no período de sêca, em que os daomeanos prescindiam do emprêgo de canoas para atravessar territórios alagados pelas chuvas. Logo depois da sua entronização, começaram as guerras necessárias ao prestígio real e desafôgo financeiro do tesouro. Os atacados eram vizinhos outrora desavindos com os avôs do novo régulo, pretexto tido por suficiente para provocar as hostilidades. Compunham, entretanto, grupos bastante fortes não só para resistir ao assalto, como ainda reagir com denodo, de modo ao agressor sofrer pesadas baixas nos seus efetivos. Teve o daomeano de procurar contendores mais fracos, voltado contra os Mahí, que perderam grande parte do seu território e grande número de seus soldados, aprisionados e lançados nos barracões do xaxá, ou sacrificados nos "*costumes*".

Tomara-se Francisco Felix personagem de primeiro plano no reino, de tal porte, que circularam rumores por ocasião da independência do Brasil, de que se julgara bastante poderoso para oferecer o protetorado sôbre o Daomé a D. Pedro I. Estabelecera-se o baiano no antigo forte de Ajudá, ruvinoso baluarte onde o escrivão Itaparica redigia o diário, no único livro restante depois da remessa dos demais à Bahia. Os brancos que ainda lá demoravam, estipendiados pelo xaxá — pois o govêrno luso de há muito os esquecera — lembravam pelas alcunhas a metrópole escravocrata sul-americana. O amanuense Pinheiro talvez fôra apelidado Itaparica por lá ter nascido ou pelos negócios que mantinha com o sítio preferido pelos negreiros que alí furtivamente desembarcavam cativos. Essas e outras manifestações de brasileirismo visíveis na Costa, eram acentuadas nas

grandes solenidades ajudaenses, quando o pavilhão auri-verde, a ostentar as côres da Casa de Bragança, era desfraldado junto à insígnia do xaxá. Nos despachos de Lord Aberdeen há referência ao antigo reduto português *caído nas mãos de um indivíduo notoriamente traficante de negros* (o xaxá), local que não devemos confundir com o estabelecimento sito no povoado, onde Francisco Felix possuía armazens. Em Ajudá, no forte de S. João Baptista, finalmente permaneceu apenas um velho soldado português, antigo tambor, promovido a almoxarife do resto de material ali jacente.

A prosperidade do xaxá foi acompanhada de inúmeras lendas que lhe atribuíam tôda sorte de proezas segundo maior ou menor fantasia de quem as inventava. Um francês escreveu mui sèriamente, que as enormes somas proporcionadas a Francisco Felix pelo tráfico, eram-lhe remetidas em moedas guardadas em tinhas, modalidade de pagamento desconhecida aos pretos carregadores, os quais receosos que o dinheiro derretesse sob o ardor do sol, recobriam-n'as quando enfileiradas na praia com fôlhas de bananeira. Um negreiro inglês conta no seu diário que *Da Souza, ou Cha-Chu como todos lhe chamam, aparenta ser indolente e voluptuoso, mas em realidade é o mais sagaz negreiro da Costa. A cidade de Ajudá foi elevada por sua iniciativa, onde ostenta vida principesca, numa casa das dimensões de um palácio, em meio do maior luxo, provido de harem composto de mulheres provenientes de tôdas as partes do mundo. Ali reina farândula de prazeres, jôgo, dissipações, festividades, sensualidade, satisfação de vícios para maior gáudio do dono e de seus hóspedes... Dissipa milhões* (Sousa), *porém, o que importa dinheiro para o senhor do inexaurível caudal de cativos, transportados por centenas de navios a representar montanhas de ouro! Desfruta Sousa o monopólio do tráfico na Costa, de que só ultimamente lhe apareceu compe-*

tidor na pessoa de Pedro Blanco... Esta manhã encontrei-me com o Cha-Chu que me ofereceu uma mulher. "Pode escolher", proferiu às gargalhadas, "francesa, espanhola, grega, circassiana, inglesa, holandesa, italiana, asiática, africana ou americana...".

Esta fama de sátrapa sempre o acompanharia, a lhe emprestar o imenso serralho de que fala o negreiro, composto de mulheres loiras, morenas, castanhas, gordas, magras, médias, altas, baixas, *fausses maigres*, *fausses nègres*, até chegar ao retinto. O exagero, porém, é manifesto. Teve muitos filhos, mas de concubinas de origem local, nem mais nem menos, que o comum dos europeus estabelecidos na Costa. Calculam-se em cinquenta e três os reconhecidos por êle e batizados com nomes usuais entre portugueses, geralmente colhidos no agiologio católico. Assim, figuram no rol, Francisco Felix, Manuel, Antônio, Julião, Julião Felix, Januário, Cândido, Lino, José, Pedro, Inácio, etc... Alguns acrescentavam alcunhas familiares, como Antônio o Pitó, para diferenciar-se do irmão homônimo, ou Andrea, por causa do Governador de São Tomé, Sousa de Andrea, talvez seu padrinho. As filhas acompanhavam a mesma praxe, com os nomes de Maria Amália, Sabina, Francisca, Antônia e por aí além. Procurou o pai dar-lhe a melhor instrução possível no meio, bem aproveitada, por sinal, como se infere da escola para meninas que as suas filhas por longo tempo mantiveram, no tal palácio onde diziam só haver orgias orientais.

Mais exatas são as notícias relativas à fidalga maneira como recebia estrangeiros de distinção acaso apreciados em Ajudá. Escreveu nas suas *Memórias* o Príncipe de Joinville, cunhado de D. Pedro II, fiel relato da sua visita a Francisco Felix I em 1842. Enumera a baixela do jantar, os tocheiros e candelabros que iluminavam a sala, a profusão de iguarias servidas enquanto nas vizinhanças estrondeavam salvas destinadas a sole-

nizar a visita principesca. Notou também com satisfação a excepcional qualidade dos charutos, *comme n'en avait jamais fumé le roi de toutes les Espagnes*, resultado das estreitas relações do hospedeiro com a ilha de Cuba. Entre os convivas estavam alguns filhos do anfitrião, oficiais franceses e capitães de barcos negreiros, os quais no correr do ágape narraram prodigiosas aventuras. Nessa época tinham sido capturados pelos ingleses numerosos barcos da família Sousa, principalmente os do género do xaxá, de nome Joaquim Teles de Meneses a quem se refere Palmerston, de sorte que não faltou assunto durante o almôço para sustentar a conversa entre os presentes. Contudo, o mais interessante de todos para o cunhado do Imperador, era o próprio dono da casa. Parecia-lhe com razão, de muito mais apaixonante a vida de Francisco Felix, que a de outros aventureiros assinalados nos fastos africanos por mais prodigiosos fôsem. Nenhum podia se equiparar ao maior personagem da Costa, senhor de Ajudá, fornecedor de braços às Américas, de armas e munições ao Daomé, inclusive, segundo reparo do Príncipe, cachaça baiana *pour griser les amazones*, nas guerras que deviam lotar de cativos os barracões negreiros.

Percebiam-se, porém, através da rumorosa recepção, sintomas de declínio na espantosa trajetória percorrida pelo senhor do lugar. Informaram ao Príncipe, que Francisco Felix sofrera irreparável prejuízo com a perda de trinta e quatro navios, dos quais dois tinham sido apressados dias antes pelos ingleses. Inda assim, o hospedeiro conservava tôda a sua energia, *petit vieillard a l'oeuil très vif, et figure expressive, il a dit-on, deux mille esclaves dans ses barracons et est le père de quatre vingts enfants mâles sans compter les filles*. O número talvez incluísse indivíduos que se jactavam de falsa origem, vistos em Ajudá, a se dizerem filhos do patriarca local e passearem vestidos de branco, com cha-

peu Panamá, mais ou menos como os verdadeiros rebentos do xaxá, *au demeurant, de fort mauvais mulâtres*. De volta a bordo, teve o Príncipe de Joinville de atravessar a cidade no sítio onde estavam as tripulações do último navio capturado pelos ingleses na semana anterior, gente atrevida, que em altos brados exigia a intervenção do filho do Rei dos Franceses, para serem repatriados e poderem recomeçar o abominável mister. Logo adiante se lhe deparou outro lamentável espetáculo, oferecido pela multidão de cativos defeituosos, impróprios ao trabalho americano, condenados ao atroz sacrifício dos *costumes*.

Das notícias mais aceitáveis que possuímos sôbre o xaxá, sabemos que residia habitualmente em Ajudá num terreno de mais de 10.000 metros quadrados, cercado por muro de sessenta centímetros de espessura e quatro metros de altura. No seu recinto elevavam-se os barracões de cativos e à sua frente a casa grande pintada de branco que se avistava do mar. Segundo o pastor protestante W. Allen, no interior apresentava-se elegantemente mobiliada, assim como dispunha de prataria como o reverendo jamais vira em casa alguma européia. Os pormenores da construção ocorrem também no relato do francês Guillevin que alguns anos mais tarde a descreve, *La maison qu'habite le Chacha est à un étage, construite à l'européenne, avec des galeries et des varandes pour jouir de la fraîcheur. Elle a une cour intérieure et est entourée d'une muraille en terre comme toutes les cases du pays*. Outro francês, de Monleon, comandante do brigue *Le Zebre*, esteve em Ajudá com pouca diferença do Príncipe de Joinville. No seu relatório ao Ministério da Marinha, alonga-se a respeito de traficantes espanhois, portuguezes e brasileiros que lá encontrou. Permaneciam na Costa a despeito do cruzeiro britânico, *Ces gens-là sont à la côte d'Afrique comme les joueurs à la Bourse. Ce sera bien difficile de les*

en dèraciner, escreve êle no dito relato, onde também alude à suntuosidade de Francisco Felix e às curiosas precauções que êste tomava para não ser envenenado. Não desconhecia o xaxá a inveja de que era alvo, dos interêsses de poderosos que contrariava e do meio em que vivia. Casos de morte súbita provocada por especialistas dignos da côrte dos Médicis e dos Bórgias, contavam-se em quantidade na região negreira. Mas para não nos demorar vamos conceder a palavra ao comandante:

“M. de Souza est comme on le sait le grand chef de la traite a Wydah (sic). Ses dîners sont des festins de Balthazar, recherchés, servis avec luxe, même ceux que nous avons trouvés au bout de nos courses, ils ne font toutefois jamais dévier de la sobriété sévère et défiante a l’extrême qu’il s’est imposé depuis plus de 40 ans qu’il est à Wydah, et à l’aquelle il doit, dit-il ses longues années et de n’avoir jamais été un seul instant malade. Sa maison dans laquelle les hommes ne pénètrent seulement que dans une seule salle, n’est servie que par des femmes dont six privilégiées sont exclusivement attachées à sa personne, et doivent goûter avant de les lui offrir tous les aliments qu’il prend. Il en est de même de ceux qu’il emporte dans ses voyages et qu’il fait mettre d’ailleurs dans des caisses parfaitement organisées dont il garde les clefs pendant toute la route. M. de Souza a, dans son vaste sérail, un harem de près de 400 femmes. En dehors de son commerce d’esclaves et de ses femmes, ce vieillard est grand, bon et genereux, son esprit juste, délié et d’une finesse remarquable fait regretter qu’il n’ait pas appliqué ces heureuses facultés au véritable bien-être de ce pays qu’il a adopté. Je cherchai et je trouvai l’occasion de lui faire remarquer pendant la course que nous fimes au lac. J’avais fait admirer la beauté de l’immense étendue unie, inculte qui se développait devant moi. M. de

Souza s'en aperçut et s'ecria: "Commandant, que de trésors perdus dans cette grande plaine." Ma reponse était preparée, je lui dis: "Eh bien! Monsieur, quelques milliers de noirs en moins en esclavage aux colonies ou liberés a Sierra-Leone, jetés ici par vous qui seul pouvez opérer ce prodige dans ce pays, et vous aurez l'honneur d'avoir mis le premier cette contrée dans une de ses meilleures voies pour l'amener à la civilisation". Puis j'ajoutait: "Vous feriez par la culture de cette terre, la pénitence de vos péchés de nègrier, péchés qui l'ont si longtemps privée de ses bras naturels." Il me répondit en souriant que, déjà, un commandant anglais lui avait conseillé d'abandonner la traite des noirs pour le commerce de l'huile de palme, mais qu'il dédaignait ce commerce, comme trop peu important pour soutenir la position qu'il s'était faite! Il me dit que ce que je lui proposais valait mieux, d'autant plus que c'était réellement la position transitoire qu'il faudrait faire prendre à ce pays pour l'amener plus tard, avec quelque espoir de succès, à l'organisation que vos philanthropes voudraient lui faire prendre, mais que les moyens proposés par eux pour atteindre ce but étaient mauvais ou trop incomplets et que, quant à lui, il était trop vieux pour entreprendre une aussi grande tâche...

A descrição corrobora a fama de capacidade, argúcia e mais qualidades mercantes do xaxá, junto de alguns exageros como a cifra de 400 mulheres do seu harem, que devemos atribuir a algum mexerico chegado aos ouvidos de De Monleon. Em tôda parte onde havia portugúeses reinava o mexerico e na África mais que em qualquer outro sítio. O divertido no caso reside nos conselhos do francês ao velho negreiro. Aventava o Comandante, que êle se transformasse em agricultor para maior benefício seu e da região onde enriquecera. Infelizmente esquecia, ou melhor, na época por certo isto não lhe ocorreria, estar Francisco Felix exatamente

na condição do imigrante possuído de espírito colonialista, como mais tarde haveria milhões no Brasil, interessados em desfrutar ao máximo a terra que lhes servia de campo de operações sem idéia alguma em beneficiá-la. Naturalmente com o tempo fundiam-se os interesses do imigrante com os do país de imigração, a provocar veleidades suscitadas pelo complexo criador do homem, de aplicar um pouco dos proventos proporcionados pela imigração na melhoria da região hospitaleira. Mas Francisco Felix envelhecera, preocupadíssimo no fim da vida pela repressão ao tráfico que lhe golpeava os haveres. De qualquer modo neste caso, como em muitos outros, o bem de uma nação só poder vir de modo intensivo e completo dos seus próprios filhos, mormente se levamos em conta o feitio do xaxá, idêntico ao dos tubarões da nossa era, agravado para mais pela época super-colonialista em que vivia, a influir sobre todas as coisas, inclusive até na alma dos contemporâneos.

Não há dúvidas, porém, de que se mostrava humano e generoso com estrangeiros e a gente do lugar. São conhecidos os esforços que intentou para atenuar o horror dos *costumes*. Igualmente característica é a narrativa do jovem inglês Thomas Hutton, comprador de óleo de Dendê, que em grande parte adquirira do xaxá. Aproveitara o convite que Francisco Felix lhe fizera, um pouco antes da chegada de Monleon, para visitar por volta de 1839 ou 1840 o rei do Daomé durante a cerimônia dos *costumes*. A oferta era tentadora pelo que permitia ver e apreciar na região, de modo que o jovem não duvidou em aceitá-la, tanto mais que não podia desejar melhor guia e informante. Começou a jornada pelo largo caminho que dava acesso ao interior. Insensivelmente subiram por mais de 40 ou 50 milhas através paisagem que ao insular se afigurou de muito superior a qualquer sítio da Costa do Ouro. Freqüen-

temente encontravam altas e frondosas árvores, em terreno limpo de vegetação rasteira. De permeio sobrevinham roças pertencentes a vários agricultores, divididas por cercas vivas e veredas como destinadas a ornar o quadro que formavam. De quando em quando atravessavam alegres aldeias reconfortantes para a vista pelo aspeto ridente e relativo confôrto de que dispunham. O solo devia ser muito fértil, capaz de produzir algodão, açúcar, café e indigo. O primeiro e o último já eram cultivados, por causa dos “*panos da Costa*” que dêles necessitavam, apreciados na Bahia, amostra da operosidade das populações que os preparavam.

O termo da viagem ocorreu um pouco além de Abomé, na região montuosa onde acampara o rei. Ao contrário de régulos como o de Aschantí, cercado de complicada etiqueta que retardava a marcha dos visitantes, o do Daomé recebia sem delongas nem dificuldades, os estrangeiros provenientes do litoral. O potentado dava audiência na maior tenda que o inglês jamais vira. Alí presidia aos *costumes*, repetidos por cinco dias, cada qual dedicado a determinada festividade quase sempre de fundo religioso. Tôdas eram inofensivas exceto as do último dia, em que o rei assomava acompanhado de numeroso séquito de dignitários, numa plataforma circular elevada mais ou menos à altura de um homem, em tórno da qual comprimia-se grande multidão. Aos personagens do palco — rei, cortesãos e hóspedes de marca — era servida água à guisa de especial homenagem. Os trajés suntuários exibidos nessas ocasiões pelo potentado provocavam admiração da massa negra pela sua diversidade e riqueza. A guarda pessoal do rei, composta de 1.000 amazonas, também causava impressão pelo desempenho e garbo de suas extraordinárias evoluções, *extraordinary feats and evolutions*, que muito interessavam o povo. No último dia, porém, ocorriam sacrifícios humanos cuja selvageria

ultrapassa a pior imaginação. O cruel espetáculo era conhecido dos estrangeiros em todos os pormenores, que sugeriram ao jovem Hutton tentar persuadir o rei da sua monstruosidade e da vantagem que lhe adviria suprimindo-o. Movia Mr. Hutton os ideais entre práticos e humanitários professados pelos ingleses na época, que em 1834 tinham suprimido a escravidão nas suas colônias. Uma das grandes causas da medida, além da campanha da *African Society*, era a demonstração à sociedade de que os escravos trabalhavam muito menos que trabalhadores livres. Ficara amplamente demonstrado nos Estados Unidos a flagrante diferença de operosidade de um e de outro. Logo depois da abolição decretada pela Grã-Bretanha, uma inglesa excursionou pelos Estados sulinos norte-americanos onde permanecia a escravidão. Chegou Miss Martineau à mesma conclusão do francês A. de Tocqueville, de que padeciam os senhores de escravos a incapacidade e má vontade dos servos. Dizia, a propósito o segundo, que a campanha anti-escravagista na América do Norte era mais a favor do branco que do preto, pelo fato da servidão ser cruel para o servo e funesta para o dono. "*La rive droite de L'Ohio est plus prospère que la rive gauche, pays d'esclavage*", exclamava Tocqueville, confirmado por viajantes imparciais. Não estava longe, nessas condições Hutton, de se julgar obrigado a converter S. M. Nessa intenção propôs a Guezô a retirada de tão *disgusting* tradição dos costumes. O régulo esperava semelhante atitude por parte do inglês, porquanto participou-lhe pelo real recadeiro, que não ignorava a repulsão dos patricios do visitante por tais espetáculos. Deixava-o livre, portanto, de assistir a sua realização. Depois de refletir sobre o caso, julgou Hutton preferível comparecer, pois, custara tanto a jornada para ali chegar, assim como, pelo que dizia o rei e ele mesmo pensava, era provável que até aquela data nenhum patricio seu teria

assistido à matança. Em todo caso, ainda tentou demover o potentado de tão bárbara tradição. Acercou-se dêle durante a cerimônia e por meio do intérprete, disse-lhe que os ingleses acreditavam que Deus fizera o mundo e o encheria de gente e não permitia a um homem tirar a vida de outro. Sugeriu igualmente que S. M. empregasse aqueles condenados na perigosa caçada de elefantes e feras, ou os destinasse à plantação de milho, e, os substituisse nos sacrifícios por bois, cavalos e outros animais.

Tais reflexões alcançaram certo efeito sôbre o ouvinte, entretanto, êle respondeu, que sentiria grande prazer em o contentar, visto parecer-lhe a razão com os ingleses, mas regia um povo cujos usos e costumes tinha de acatar. Acrescentou ainda, que se assim não procedesse, caso não lhes concedesse os sacrifícios humanos que tanto prezavam, o próximo seria o dêle. Todavia, para mostrar a sua boa vontade para com o visitante, ia liberar um dos oito prisioneiros destinados à imolação. Os outros, processionalmente trazidos em cestas, com pés e mãos amarrados até o parapeito de onde foram atirados à multidão que os esperava *like blood hunds*. Era tal a fúria dos daomeanos quando sôbre êles arremeteram que tiveram a felicidade de morrer quase instantâneamente. Concluía Hutton a sua narrativa com a esperança de que talvez o chefe e o povo, poderiam abandonar *those revolting customs*, se lhes facilitassem entrar em comunicação seguida com povos civilizados através de comércio lícito. Acontece, que justamente o principal da região, era perfeitamente ilícito a olhos britânicos. Preparava-se o régulo no momento para iniciar novas expedições contra vizinhos no visível intuito de arrebanhar cativos para vendê-los a negreiros.

A mentalidade prática do insular levou-o a julgar, que além de relações amistosas, também operaria

efeito a presença de estabelecimentos ingleses sob aspeto de fortes no litoral, em pontos que pudessem vigiar as comunicações com o interior. Para semelhantes bases de operações, nenhuma se apresentava melhor situada que Ajudá, escoadouro admiravelmente colocado entre o pôrto de Apolônia e a antiga feitoria lusa, próxima aos fortes de El Mina, nas mãos de holandeses, e, um pouco além, de Christiansburg pertencente a dinamarqueses, cujos governadores freqüentemente, influíam junto a chefes indígenas contra as intenções do govêrno britânico. Ofereceria também a vantagem de colocar os ingleses em condições de conter eficazmente o potentado do Daomé, que era o maior caçador e mercador de prisioneiros de guerra dêsse setor africano, *Who is the great slave hunter and dealer in that part of Africa*. Diversos contratempas atrazaram, contudo, a realização do plano, muito bem recebido pelos interessados em política colonial, que de há muito o afagavam em Londres, mormente quando o régulo daomeano manifestava a sua prepotência contra súditos britânicos e se mostrava insolente para com o govêrno de S. M. a Rainha Victoria. Foi finalmente posto em prática, porém, não pela Grã-Bretanha, mas pela França, mero episódio da velha competição colonialista entre as duas grandes potências navais do século 19.

O xaxá não abrira especial exceção para o jovem Hutton quando o acompanhara a Abomé. Mostrava-se bem disposto para com todos os europeus, atitude devidamente apreciada pelos que o conheceram e a êle se referiam com encômios. Outro inglês, ilustre para mais, da espécie de grandes viajantes atentos observadores das regiões por êles palmilhadas, nada menos que Sir Richard Burton, o precursor de Lawrence, o Árábico, informa que muitas vêzes Mister de Souza mandava escravos seus provocar confusões em tórno de fogueiras e outros suplícios em que deviam perecer condenados à

morte, a fim de salvá-los de castigo demasiadamente bárbaro. Na sua opinião era Francisco Felix um dos mais prestativos traficantes da Costa, providência de muito europeu, sempre inclinado a ajudá-los, afável inda para súditos da coroa que intentava arruiná-lo. Até oficiais de marinha do cruzeiro britânico apoiavam a opinião geral. Depôs o capitão inglês Dring perante o Parlamento, que a oficialidade dos navios mercantes britânicos costumava visitá-lo quando desembarcavam em Ajudá, *he keeps an open house for any merchants that go there*. Outro inglês corrobora o precedente e assegura que não fôsse a sua intervenção junto às autoridades daomeanas, não haveria muita segurança para os brancos residentes ou de passagem pelo Daomé. Alguns agentes lusos acerbamente o criticaram, pelo fato de voltar-se mais para interêsses brasileiros que portugueses, de modo a provocar desconfianças do govêrno de Lisboa. Entretanto, Lopes de Lima na resenha de sua autoria acêrca das colônias lusas, oficialmente bafejada pelo Ministério de Ultramar, considera-o benemérito português, inteiramente devotado a seus compatriotas, *aos quais bizarramente costumava agasalhar em seu palácio*. Sustentava, para mais, a suas expensas, o forte de S. João Baptista por causa da capela onde os católicos podiam praticar o culto. Os seus escravos eram considerados os mais felizes da Costa, com pouso, passadio e tratamento muito superior ao dos daomeanos livres ou proletários europeus. Acrescia ainda, a sua correção em negócios, que mantinha com banqueiros de Nova York, negociantes de Marselha ou Liverpool, mercadores de Havana e mais gentes de vária procedência com quem se havia a contento geral.

Infelizmente para êle, na hora em que se via assaltado pelo cruzeiro britânico, em que necessitava de maiores energias, viu-se às voltas com cruéis moléstias e achaques da idade. Concorriam para o seu crescente

mal estar os repetidos incidentes a se multiplicarem entre ingleses e autoridades daomeanas. Guezô, por sua vez, mudara com o prolongado exercício do poder, menos tratável no fim do que no comêço do seu govêrno. Encontrara-o certo funcionário britânico em missão oficial em Abomé, com cêrca de cincoenta anos, pouco loquaz, ademanes sobranceiros, postura severa, apenas interessado em atendê-lo. Do que deixou entender, compreendeu o visitante que êle continuaria a desconfiar de estrangeiros, atacar os vizinhos e manter os usos e costumes do Daomé, por horrorosos fôsssem. Em pouco ia assaltar os Nagô, a sudoeste dos Oyô, para castigá-los de antigas hostilidades perpetradas no século anterior contra os daomeanos. Significavam as anunciadas operações profusão de cativos para muito breve nas mãos de traficantes. Advertiu mais, o régulo, que o inglês avisasse os seus patrícios comerciantes em Abeocuta, que se retirassem antes da chegada de sua tropa a fim de evitar incidentes. As relações entre Daomé e a Inglaterra eram no momento bastante curiosas, pois a Casa dos Lords proclamava pelo seu *speaker* Aberdeen, a necessidade de abolir de vez o tráfico, e, ao mesmo tempo, procurava incentivar o intercâmbio comercial com Abomé, a maior praça de cativos do mundo, que pouco mais produzia senão aquela mercadoria, pior do que Angola, Congo ou Moçambique, mercados algo menos monoprodutores. O interêsse explicava-se, no entanto, pelo fatô dos mercados ingleses estabelecidos na Costa, em relações diretas ou por intermédio do xaxá com o Daomé, para lá exportarem quase novecentas mil libras esterlinas de artigos vários por ano, cifra que só se podia entender como dependente do tráfico negreiro.

Como se não bastasse o avantesma da repressão britânica, ocorria no momento, para maior infelicidade de Francisco Felix, intenso surto anti-escravagista impellido pela literatura dêsse caráter pelo mundo afora.

O efeito que produzia no público era imenso. Começara longe, no recuo do tempo, quando a miserável condição do escravo negro despertou o interesse do público civilizado. Um dos trabalhos do gênero de maior sucesso foi o romance inglês *Oronoko or the Royal Slave* publicado em Londres em princípios do século 18, que alcançou na época o galardão de best seller, imitante de outros aparecidos anteriormente sobre o mesmo assunto, a remontar ao século 17. A respeito escreve Lucas, *"Ces chroniqueurs conciliaient aux nègres revoltés la sympathie et la compassion de leurs lecteurs. Dès cette période, la noblesse des sentiments chez les sauvages devint une opinion établie, qui s'accrédita de plus en plus au cours du siècle suivant. La longue popularité du roman Oronoko (traduit en français en 1745) en est un sûr témoignage. Une tradition romanesque se fonde désormais sur les nègres. Dans la seconde moitié du XVIIIe. siècle, on n'est pas surpris de voir le nègre profiter de la popularité du "bon sauvage" d'Amérique, de l'homme de la nature tel qu'il est présenté dans le premier Discours de Jean-Jacques Rousseau. L'ouvrage de Raynal devient vite célèbre et le Ziméo du poète Saint Lambert publié en 1770 continue la tradition romanesque. Saint Lambert exprime en même temps l'opinion du parti encyclopédiste dans quelques réflexions sur les nègres."*

Na Inglaterra, rival da França em matéria colonial, simultaneamente crescia a influência das *Viagens de Mungo Park* sobre o público em que figurava Clarkson. O trabalho deste intitulado *O Clamor dos Africanos*, empolgou ingleses e em seguida passou a influir sobre franceses, mormente depois do eclipse de simpatia a respeito de pretos registado no Império por causa da insurreição de S. Domingos. As crueldades ali praticadas pelos amotinados e o malôgro da expedição do cunhado do Primeiro Consul, o desditoso General Leclerc,

esposo de Paulina Bonaparte, tornavam no ambiente imperial molesto assunto de negros e tudo que lhes dizia respeito. Daí por diante, em Paris e em outras capitais, multiplicaram-se publicações favoráveis a escravos, como o famoso *Bug-Jargal* de Vitor Hugo, em que se nota a presença dos escritos de Lewis e da escritora Ana Radcliffe na descrição do rei negro, *investi*, segundo diz E. Lucas, *de toutes les qualités des anciens chevaliers*. Dois anos mais tarde apareciam *Le Mulâtre* de Mme. Cloteaux, *Scènes de la Nature dans les Tropiques et de leur influence sur la poésie*, do nosso amigo Ferdinand Denis e *Ourika* da Duquesa de Duras, todos do mesmo ano. A série ia aumentar nos meses seguintes. Sucessivamente foram publicados inúmeros contos, novelas memórias romanceadas, sem falar em poemas e peças teatrais, como *Le Nègre et la Creole* de Mme. de P., *Der Congo Neger* por Horn, *La Famille Noire* de Mme. Doin, o *Tamango* de Prosper Merrimée, *O Escravo* da Condessa Drohojowska, *Memoirs of Captain Crow of Liverpool*, *Le négrier* de Ed. Corbière, outro com igual nome *The Captain Canot* por Brants Meyer, *Run Away to Sea* e a *Quadrarona* de Mayne Reid, o best seller *Atar-Gull* de Eug. Sue que logrou rumoroso sucesso, e por aí além, onde encontramos também um genuíno antilhano de origem européia Luís Maynard de Quilhe, com o seu *Ultramar* publicado em 1835. A moda por volta do ocaso de Francisco Felix, em vez de arrefecer, parecia dilatar-se com o aparecimento do *Georges* de autoria do prodigioso narrador Alexandre Dumas, pouco depois imitado pelo seu émulo Paul Feval com o seu *Mendiant Noir*. A lista é interminável, de valor e interesse muito desiguais, digna, porém, de atenção pelo que representa como reflexo do apreço do público, principalmente quando chegamos à publicação de um dos romances de maior repercussão social e política de todos os tempos, a *Cabana do Pai Tomás* de Harriet Beecher

Stowe, até hoje comovente pela dramática sinceridade com que foi escrito.

Não há veículo mais eficaz a serviço de uma idéia, que ficção bem narrada sôbre assunto de momento empolgante para o grande público. O que fizera o peçonhento *Les Liaisons Dangereuses* do General Choderlos de Laclos, de tão fundo alcance na gênese da Revolução Francesa, maior vulto ainda conseguiu a narrativa de Stowe no surto abolicionista do século 19. Do movimento culminante em meados desta centúria, vemos raises a remontar ao século 17 quando se iniciava o tráfico em larga escala para as Américas. Entrechocava-se nessa altura o espírito cristão com a redução do homem a escravo, aberrante, monstruosa, intolerável na sociedade civilizada. O sucesso em longínqua época do romance *Oronoko or The Royal Slave*, dá que refletir. A êste trabalho, se relacionavam, por sinal, as aventuras autênticas do inglês Bulfinch Lamb por volta de 1710 na côrte de Abomé. Na carta dirigida ao feitor da feitoria inglesa de Ajudá, êle descrevia como o rei Agadjá — ou Trudo para os britânicos — *Gives away booges like Dirt and Brandy like water for he his prodigious vain and proud*. Bulfinch Lamb se encontrava entre os Ardra no momento da invasão dêste reino pelos daomeanos e caíra prisioneiro junto de dezenas de vencidos. Mostrava-se o potentado no momento, muito desejoso de entrar em relações com monarcas europeus, pelo que não poupava esforços nesse sentido, sem colher grande resultado. Tratava com muita atenção a um mestiço português que comprara nos Popós, cumulava de presentes a *Mullattoe Whore* que o acompanhava, oferecia altíssimos salários a todo branco que consentisse trabalhar na côrte, *his Magesty paying extravagantly that works for him*, a propiciar excelentes oportunidades a alfaiates, carpinteiros, ferreiros e outros artífices que voluntariamente em Abomé quizessem comparecer. De uma feita,

encontrou com um mulato livro de orações e daí por diante o rei nada mais resolvia de importante sem primeiro assumir ar compenetrado e *looks in this book as studiously as if he understood it.*

No intuito de aproveitar Lamb como intermediário nas relações que pretendia com o exterior, remeteu-o à Inglaterra com presente de cem cativos, mais um preto cristão de Jaquim chamado Tom, que falava inglês, a fim de verificar se o mensageiro relatava fielmente ao Rei da Inglaterra como era o Daomé. Lamb, porém, assim que se viu fora do alcance de Agadjá, ou Trudo, rumou para Barbados, onde vendeu os companheiros de viagem inclusive Tom, que depois de muitas vicissitudes foi ter às mãos de um gentleman de Maryland. Mais tarde Bulfinch soube que Agadjá, aliás Trudo, lhe prometia um navio cheio de cativos acaso voltasse com artífices brancos a Abomé. Correu então a Maryland, conseguiu persuadir ao gentleman a lhe devolver Tom, depois, procurou um viajante que soubera ter estado no Daomé, para saber com certeza se ainda lá poderia tornar sem perigo de incorrer na cólera do régulo. Tinham decorrido, porém, cinco anos desde a sua partida, o que tornava arriscado o passo na possível eventualidade de encontrar Trudo de mau humor. Lembrou-se, daí, Lamb de apresentar Tom a Jorge II na qualidade de Príncipe Adomo Ornuco Tomo, provido para o fim de uma carta falsa do Rei Trudo-Agadjá. O pretendido rebento real foi recebido com tôdas as honras em Londres, explicáveis pelo enorme interesse reinante na época por relações comerciais com a África, em que foram encomendadas representações teatrais e outros divertimentos para entreter aquela Altesa, e a farsa continuaria por muito tempo não fôsse a intervenção de um inglês que estivera pouco antes em Ajudá. O pseudo príncipe foi recambiado para a Costa, como já quiseram fazer com o Schmidt, onde se estabeleceu como intérprete, *where, no doubt, he made an*

advantageous report of the sagacity and penetration of our countrymen, escreve o narrador do episódio. Consolaram-se os ingleses com aventuras semelhantes do suposto Rei da Síria, batizado em Paris, com o nome de Luís Anibal pelo Bispo de Meaux, o famoso Bossuet, apadrinhado por Luís XIV em pessoa, e depois acompanhado por uma escolta de navios de guerra franceses até Assini (de que teriam feito Síria) momento em que se descobriu o embuste e que o suposto príncipe não passava de escravo guinéense.

Em 1849 faleceu o xaxá quando a sua estrêla começava a empalidecer. O passamento foi atribuído pelo mexerico ao veneno, como de praxe, tôda vez que desaparecia um figurão com muitos inimigos no lugar. O rumor era absurdo no caso, pois estrangeiros que cinco anos antes o visitaram, encontraram aquêl homem outra robusto, que nunca adoecera, capaz de desenvolver atividade incomum; tolhido por moléstia que o atirara ao leito de onde não mais se levantava. Algum tempo depois de o entrevistar, o mesmo informante de volta a Ajudá encontrou Dom Francisco — como lhe chama — confinado nos aposentos e só lhe concedeu audiência por especial atenção a insulares. Não sabemos se a solicitude para com inimigos era traça de mercador experiente — que tem por norma nunca provocar inimidades, pelo contrário, procura esmaecer-las — ou se desejava aproveitar o ensejo para intensificar negócios fora do tráfico, como praticavam João Batista Bellara ou Domingos Martins. Nêsse caso, desejaria compensações às exigências do insaciável fisco de Guezô, ávido a ponto de abalar as mais sólidas fortunas do reino. Todo indivíduo domiciliado no Daomé tinha de pagar taxa proporcional a sua renda, além das que sôbre êle incidiam segundo a sua importância, categoria ou simples fama. Nem os chamados “*escravos de estimação*” escapavam de suas garras: um dêles, pertencente a Francisco Felix, pagava anualmente

mil e quinhentos dólares, outro pagava nada menos de dois mil e quinhentos de impôsto individual. Eram igualmente altíssimas as taxas diretas sôbre cada cativo exportado e quem tentasse fraudar incorria sumário e tremendo castigo. O depoimento do capitão inglês Leward é explícito a respeito quando diz, "*De Souza*" apreciaria um forte britânico em Ajudá, porque o protegeria do déspota.

Não conhecia mais limites a ambição do régulo, causa de grave perturbação nos negócios de Ajudá premidos entre os prejuízos da repressão ao tráfico e as exigências de Guezô. No inventário do espólio deixado pelo maior personagem local houve prepotente intervenção do fisco, que para si arrecadou a parte do leão. Um viajante noticiou que a despeito do prejuízo daí decorrente, mandaram os herdeiros celebrar *costumes* excepcionalmente dispendiosos, semelhantes aos da exéquias reais. Que as cerimônias foram grandiosas não padece dúvidas, à vista do vulto do falecido, mas que se assinalassem por derramamento de sangue humano, é pura fantasia. Outros estrangeiros, entre os quais havia dignos de fé, presenciaram em Ajudá no mês de outubro a continuação de cerimônia iniciada em maio do mesmo ano de 1848, quando Francisco Felix morrera. Descrevem os pormenores, em que diàriamente trezentas amazonas dançavam e disparavam armas na principal praça pública, enquanto desfilavam bandos de feiticieras a transportar galinhas de angola, frangos, patos, cabritos, pombos, leitões, etc. . . . para os sacrifícios rituais do gentio, levados a cabo com fartas libações de cachaça baiana, distribuida pela família enlutada, em que havia danças frenéticas e insuportável alarido a se prolongar pela noite a dentro.

Outra razão para a inexistência de sacrifícios humanos, era mostrar-se o filho sucessor do extinto, tão avesso quanto êle, a práticas bárbaras como as que ocorriam nos *costumes* reais. Ao saber da morte de Francisco

Felix, convocara Guezô três filhos do finado, para escolher qual seria o novo xaxá. Isidoro era o mais rico e conhecido; Inácio era sustentado pelo poderoso negociante Domingos Martins e Antônio era o preferido do rei. Perguntava nessa ocasião uma testemunha inglesa sobre quem recairia o beneplácito do *black Napoleon, the destroyer and maker of kingdoms*, que pouco antes invadira Badagrí, desta vez ajudado pelos Oyôs, outrora seus inimigos. A nomeação para o cargo incidiu finalmente sobre Isidoro, o mais indicado pela fortuna, operosidade e reputação, criado na Bahia, e, ao que parece, educado na Inglaterra cujo idioma falava *fluently*.

Narra o mesmo súdito de H. M. the Q. como fôra recebido pela família do novo xaxá, convidado para um pique-nique, sob tenda armada num oasis, onde, como por passe de mágica, lhe serviram refeição digna pelas bebidas da mais requintada côrte da Europa. Os melhores vinhos de França, Portugal, Espanha e Alemanha, vizinhavam na mesa com baixela de prata maciça, trazida da residência de Isidoro. Situava-se o solar numa ilha da lagoa de Popó Pequeno, vasto casarão sobranceiro à paisagem descortinado pela varanda. O arranjo interior obedecia mais ou menos às predileções lusas da época, com profusão de alfaias nem sempre de bom gosto e quadros pelas paredes a representar episódios da vida de Napoleão, com objetos miudos com pretensão a decorativos espalhados pelos móveis, no gênero que os ingleses chamam *nick-nacks*. No serviço da casa havia numerosos escravos de bom aspeto, bem nutridos e vestidos, geralmente ociosos, a se espreguiçarem e jogarem pelos cantos dos aposentos. Isidoro era mestiço, alto e robusto, *of pleasing expression and agreeable manners. He is kind and generous to all his domestics, who lives in ease and indolence*. Compreende-se, que nessas condições, muitos pretos preferissem continuar escravos a arrostar a liberdade que o generoso senhor

frequentemente lhes oferecia. O alto custo do seu sustento e o pouco rendimento que davam, tornava preferível empregar gente livre tanto na lida caseira como na agricultura. No regimen servil o sacrifício do senhor parecia maior que o dos escravos. Os pretos trabalhavam pouco e mal, muito menos que os trabalhadores europeus, como se evidenciou no Estado de S. Paulo quando para lá afluíram imigrantes de vária nacionalidade, que encontraram nas fazendas antigos escravos pouco antes libertados pela lei de 13 de maio.

O restante da ilha onde se elevava o solar do segundo xaxá, compunha-se de prados nos quais pastavam os melhores bovinos da Costa. Segundo constava, também dispunha Isidoro de bens na Bahia, onde provavelmente vivera durante certo tempo. Mercadores franceses propalaram, não sabemos com que fundamento, terem sido confiscados os haveres do xaxá simultaneamente na Cidade do Salvador e em Ajudá. Existe a respeito do prejuízo outra versão que nos parece preferível. Consiste na notícia do incêndio que lhe destruiu a casa depois da morte de Francisco Felix, causa da perda dos papéis indispensáveis à recuperação da fortuna jacente no Brasil. De positivo só conhecemos o sinistro destruidor, porquanto não há disposições na legislação do Império acêrca de confisco de bens de negreiros. Acrescentam ainda autores franceses, provir o fatídico incêndio da pirotécnica ordenada por Isidoro "*en signe de deuil*" no enterro do pai. Eram comuns desastres semelhantes em Ajudá e Abomé, em que por repetidas vêzes as melhores construções tinham sido tragadas pelo fôgo, porém, a casa de Isidoro se perdeu em outra ocasião, diversa da propalada.

Segundo narrativa de Agostinho Tigre de Souza, seu bisneto, a Pièrre Verger, o velho Francisco Felix deixara importante soma depositada no Banco de Joa-

quim Pereira Marinho, estabelecido na Cidade do Salvador. Estes haveres se perderam para os descendentes do xaxá em consequência da falta de documentos que os habilitassem a recebê-los. Seriam os tais destruídos no incêndio. Acrescentava mais, o dito Tigre, que ao malôgro concorreram desavenças com a parentela residente na Bahia. Estas duas versões são preferíveis às demais, a confirmar, por sinal, que os primeiros Sousas provinham dessa província do Império e não do Rio de Janeiro como pretendem A. B. Ellis e outros ingleses. O incremento no fim do século 18 do tráfico de negros entre o Recôncavo e a Costa de Escravos, explica amplamente a presença do baiano em Ajudá. Talvez para aí fôsse na qualidade de funcionário do forte de S. João, mantido pela taxa de dez tostões sôbre cada cativo que entrasse na Bahia. Pertenceria, daí, à pequena guarnição militar, comandada por um governador, também encarregado dos interesses portugueses da região e um representante do Daomé que recebia por conta do amo uma tença de 400.000 réis anuais, paga pela taxa da entrada de cativos. O primeiro Sousa a aparecer no sítio, não tardou nessas condições, a antever a fortuna que se lhe deparava quando no Brasil surgiam novas produções cada vez mais exigentes de braços. Outros o acompanharam na mesma senda, atraídos pelo sucesso do predecessor, tornada em pouco Ajudá sucursal ultramarina da empresa negreira com sede na Cidade do Salvador.

Nas suas relações com o poder daomeano, teve o novo xaxá de manter o sistema paterno nas relações com os régulos locais e comerciantes estrangeiros. Isidoro nascera provavelmente em Ajudá no ano de 1810, filho de Francisco Felix I e de uma preta chamada Djidgiabú, descendente do segundo rei de Glidjé. Era a segunda esposa legítima do baiano, educada na Cidade do Salvador, para onde a tinham remetido com a idade de 8

anos, como freqüentemente sucedia a inúmeras outras raparigas e rapazes da Costa. De volta à África, desposou Francisco Felix, que enviuvara de uma sua tia avó, também descendente do rei de Glidjé. Dizem franceses que Isidoro, premido pela prepotência do régulo, procurou atrair o protetorado português sobre a região. O motivo do seu apêlo ao govêrno luso, decorria da necessidade em levantar o ruinoso bloqueio inglês, estabelecido na costa em consequência de conflitos economicos entre súditos britânicos e o govêrno daomeano. De certo no caso, sabemos que conseguiu na qualidade de intermediário entre Portugal e Guezô, levar oficiais portugueses à côrte do dito potentado, mandados pelo Governador de S. Tomé para resolverem negócios urgentes. À guisa de recompensa, recebeu a patente de tenente-coronel comandante do velho forte, que havia muito sustentava. Mais tarde ainda proveu de víveres a corveta lusa *Oito de Julho*, de parceria com o negociante Domingos José Martins. Finalmente, da cooperação de autoridades portuguesas e mercadores ajudaenses de matizes vários, em que entravam cinco pretos muito ricos, foi suspenso o bloqueio depois dos ingleses receberem a indenização que reclamavam. Por sinal, pagas pelos mercadores de Ajudá, porquanto Abomé e Londres permaneciam irredutíveis. Podemos facilmente avaliar o prejuízo causado por semelhantes pendências, purgatório dos mercadores ajudaenses, pois, apenas solucionado um incidente, logo surgia outro. Assim não tardou a acontecer, mas desta feita coube à firma Régis de Marselha o onus da pacificação. Noticiava a propósito o Consul britânico de Lagos, que a dita firma exportava em 1857 numerosos cativos para os Estados Unidos, Cuba e Brasil, a 50 dólares por cabeça. Informava mais, que um jornal da Cidade do Salvador publicara o contrato do govêrno francês com aquela casa comercial, em que Régis & Cie. recebiam subvenção para incre-

mento de transportes marítimos, em realidade para tráfico de negros, a principal mercadoria da zona.

O outro mercador que aos portuguezes auxiliava, era Domingos José Martins, o qual nesta altura adquirira tamanha importância a ponto de se tornar proeminente figura na Costa. Guezó o intitulara Príncipe de Pôrto Novo e Cotonum, com direito à cadeira e à umbela. Revelara-se êmullo de Francisco Felix, posto tivesse chegado muito mais tarde ao Daomé, atraído por negócios vários, entre os quais óleo de Dendê, que por volta de 1840 começara a vender a ingleses. Em dado momento, os seus negócios atingiram a cifra de 200.000 dólares por ano, que lhe permitiam gestos como abastecer gratuitamente vasos de guerra portuguezes, reconstruir os armazens de Pôrto Novo, adiantar de seu bolso quantias para o governo luso, ao mesmo tempo que subvencionava os festejos de N. S. da Conceição, padroeira do reino. Morava num anexo junto ao casarão onde recebia estrangeiros, ornado pouco mais ou menos como as casas de mercadores portuguezes da época. À volta da residência estendia-se vasto laranjal para maior benefício do sítio, onde, no entanto, a despeito da amenidade, dizia-se que o dono morrera de paixão em 1864, amargurado por mensagem trazida pelo recadeiro do rei, como prenúncio de confiscos.

Igual versão propalava o mexerico a respeito de Isidoro de Sousa, que teria sido visitado pelo dignitário da côrte, o recadeiro processionalmente portador do bastão simbólico, seguro com as duas mãos como se fôsse relíquia sagrada, a ostentar hieroglifos alusivos ao nome e títulos do potentado; leão dos leões, ou coisa parecida; seguido de imponente séquito. Cada régulo adotava nova insígnia depois de entronizado, com ornatos diferentes do predecessor e quem participava o recado devia ser ouvido como se as suas palavras saíssem da própria bôca do régulo. Constará na zona que os bens de Do-

mingos Martins tinham sido confiscados por Glêlê, sucessor de Guezô, depois do enterro. Entretanto, o seu filho continuou cabeceiro, ou seja traficante reconhecido pelo govêrno, mais provàvelmente afetado pelos incidentes com ingleses, que lhe perturbavam o comércio de óleo de palma, que de confiscos atrabiliários. Este filho, chamado Domingos Rafael, nascido na Bahia, contava no momento pouco mais de vinte anos de idade, provido de alguma instrução, apesar de seu pai o tivesse *keep in irons for some years*, informava um inglês, *unteash him for the use to the knife. It be so well for the heir if the deseased has left a "bag" at Bahia*. Seria êste o correspondente do maior traficante da Cidade do Salvador de nome Cerqueira Lima (que nada tinha com a tradicional família do mesmo nome), ou de André Pinto da Silva, a que alude o depoimento do Capitão Hoare e a comunicação de Gore Ouseley ao govêrno britânico.

Outros negreiros além de Domingos Rafael, viam-se, como êle depois da morte de seu pai, em decrescente atividade. Dos 200 portugueses, brasileiros, espanhois e mestiços de tôda origem, que ainda remanesciam em Ajudá por volta de 1850, estavam reduzidos quinze anos mais tarde a cinco portugueses, a saber: Antônio Vieira da Silva, Francisco de Souza Maciel, Inácio de Souza Magalhães, Jacinto José Rodrigues e J. Soares Pereira, estabelecidos em Ajudá e alguns com sucursais em Pôrto Novo, Popó Grande, Badagrí e Aguê. Os brasileiros eram em número de treze, Francisco Antônio Monteiro, Francisco Olímpio da Silva, Marcos Borges Ferraz, João Pinheiro de Sousa, aliás Itaparica, Guilherme Martins do Nascimento, Marcelino Martins Silva, Ricardo Augusto Amadeu, que falava francês e inglês, João Vitor Angelo, José Francisco dos Santos, aliás, o *Alfaiate*, Angelo Custódio das Chagas, João Antônio Dias, Francisco Jorge, Domingos Rafael Martins e quatro mulheres, Maria

Helena do Carmo, Benvinda Teresa de Jesus, Leopoldina Teresa de Jesus, Maria Piedade do Nascimento e mais alguns personagens secundários mais ou menos comprometidos no tráfico.

Como vimos, havia também entre os negreiros Francisco José Medeiros, filho de baiano, nascido nos Estados Unidos, grande negociante correspondente e agente de ingleses e americanos no Daomé. Na lista convém ainda juntar dez negros fôrros vindos do Brasil, que entre muitos nas mesmas condições, tinham-se destacado naquele centro traficante, a saber: João Antônio do Rego, Elesbão Lino, Tobias Barreto Brandão, Joaquim das Neves, Antônio d'Almeida, Damião de Oliveira, êste considerado o melhor pedreiro de Ajudá, profissão que na Bahia lhe permitira comprar a liberdade e tornar à África concorrer à escravização de negros; José da Fonseca Muniz, filho do conhecido negreiro J. C. Muniz; Pedro Felix de Almeida, Pedro Pinto da Silveira, talvez o mais importante de todos os traficantes "*coloureds*", alcunhado Pedro Cogio, de que já tratamos e temos novamente de tratar, pelo fato de ocupar invulgar posição entre os mercadores da Costa. A sua crônica era interminável. Estivera antes de se estabelecer em Popó Pequeno, em Aguê onde praticara tôda sorte de distúrbios à testa de bandos armados, enquanto o seu filho Domingos Francisco da Silveira, tratava em Ajudá dos negócios de José Francisco dos Santos, também chamado Alfaiate, provavelmente sua antiga profissão, a quem mais tarde sucedeu. Pouco depois, graças ao cliente de seu filho, entrou em relações com a firma inglesa Swansea, de quem comprava tecidos de Manchester e à qual vendia óleo de Palma. No correr dessas diversas atividades desaveio-se com outro cabeceiro local chamado Quenú, citado pelo missionário Borghero quando pacificou a pendência. O conflito, todavia, envolveu comerciantes estrangeiros entre os quais Swansea, que foram

atingidos por exações dos fiscais daomeanos. Naquele tempo os súditos britânicos facilmente entoavam o *Bri-tannia Rule The Waves*, de modo a não demorarem muito os vasos de guerra destinados a desagrar os ofendidos. Foram os portos do Daomé de novo bloqueados com grave dano dos comerciantes europeus de Ajudá, sem muita esperança em demover o régulo de Abomé da sua incorrigível prepotência.

Pagos finalmente aos assediantes o que reclamavam — pagamento efetuado pelos próprios mercadores — rogou praga publicamente Guezô contra o navio que transportava o óleo de Dendê da multa, que naufragou na costa para maior prestígio do potentado junto aos súditos. Proporcionou-lhe também a satisfação de ajustar contas com alguns personagens do reino suspeitos de terem insuflado os insulares. Chamou-os a Abomé e depois de uma espera de três meses, mandou prendê-los sob vários pretextos em apavorante ergástulo, grupo de vítimas em que figuravam Julião Felix de Sousa, porque fôra visto nos Popós durante o bloqueio; André Pitó, porque criticara o govêrno; Francisco Rodrigues da Silva, porque aceitara comparecer a almoço com oficiais ingleses oferecido pela firma francesa Daumas & Lartigues; Doroteu, por indiscreção, etc... Mas o verdadeiro motivo da detenção provinha de terem assinado a ata de entrega do óleo ao comandante inglês, mal aconselhados pela sofreguidão de se livrarem do bloqueio. Na conjuntura o mais culpado aos olhos do régulo era Inácio de Sousa Magalhães que não compareceu em Abomé, mas foi por êste motivo fortemente multado, acorrentado e conduzido para a côrte, onde jazeu dois anos no cárcere e quando no fim dêsse prazo foi posto em liberdade não conseguiu licença de se ausentar de Abomé.

Aproveitavam os traficantes domiciliados em outros reinos costeiros essas desavenças para desenvolver negó-

cios à custa dos daomeanos. Desde algum tempo notava-se igualmente progressivo aumento do número de antigos escravos na Bahia de volta à Costa. Muitos fixavam-se nos arredores de Ajudá, onde com dinheiro amealhado no Brasil compravam pequenos estabelecimentos, comparados por um inglês aos dos negros de Libéria. De uma feita encontrou-os o dito insular quando assistiam a passagem de combôio de cativos com destino para o sítio de onde os outros voltavam. Longa fila de homens de vinte a vinte e cinco anos, presos pelo pescoço a uma corrente, que podia segurar até oitenta, com distância de dois metros entre cada um, coleava à frente de outra, com rapazitos entre sete e dez anos de idade, atados a uma corda em vez de corrente, todos rodeados de guardas vigilantes contra qualquer fuga. Nas exclamações que o espetáculo sugeria aos libertos, em maioria Oyô e Fulaní, ouviu o inglês com espanto, que diziam terem fruido os melhores dias de sua vida na Bahia, de onde se tinham retirado tão só para aproveitar o preço excepcionalmente baixo de alforria depois da insurreição dos Malé. Suspeitava o ouvinte de que êles também tivessem tomado parte ativa nas desordens, a concorrer para as más condições da província depois do tumulto, motivo da sua partida da terra que tanto apreciavam.

De qualquer modo é consolador hoje em dia, verificar a maneira humana como eram tratados entre nós os escravos, reconhecida por adversos ao tráfico e os próprios libertos. A poderosa presença da religião católica sôbre o patriarcal regimen das fazendas, concedia muitas vêzes regalias maiores aos escravos que aos imigrantes europeus contemporaneamente vendidos na América do Norte. Noticiava em 1774 o *Pennsylvania Messenger* que podiam ser examinados na estalagem do *Cisne de Ouro* da viuva Kreider, um lote de cincoenta alemães recém-chegados, composto de mestres escola,

artífices e campônios, mais garotos e meninas de vária idade. Comenta a respeito Gaxotte, "*Les prix variaient selon la loi de l'offre et de la demande. Les artisans faisaient prime, les maitres d'école se vendaient mal*", fato muito compreensível ao nosso ver em terra de idioma diferente do falado pelo mestre. Em todo caso, a perspectiva de despertar pouco interêsse tornava ameaçador o destino do infeliz, tanto mais desventurado por não ser analfabeto como os seus companheiros de viagem.

Dispunham os pretos no Brasil quando nos Estados Unidos começou a luta pela abolição no correr das eleições presidenciais de 1856, que ofereceu progressiva facilidade aos pretos para se resgatarem com o produto de seu trabalho, além das melhoras morais proporcionadas graças aos ensinamentos religiosos que os alçavam da barbárie africana. Os benéficos efeitos da condição tornavam-se comuns, correntes, habituais onde os senhores davam exemplo de elevação de sentimentos. Convém não esquecer a significativa mudança registada no espaço de menos de meio século, do fim da escravidão no Brasil ao da terceira guerra mundial, ocorrida na moralidade pública e privada, em que o recesso familiar foi abalado por separações de casais a desmanchar lares e abandonar filhos ao mais deplorável materialismo imaginável. No terreno da escravidão, por extraordinário pareça, dava-se outrora o contrário sob a ação de virtudes cristãs, lenitivo para a desdita dos escravos mais eficaz do que decretos de assembléias revolucionárias, ou parlamentos exibidores de rótulos humanitários, a ponto de suscitar o espanto do inglês quando ouviu os dizeres dos libertos baianos.

A despeito, porém, dos acontecimentos que tornavam cada dia mais difícil o comércio habitual da Guiné, patenteara-se que só desapareceria o tráfico com a abolição da escravatura no Brasil, o seu último reduto nas

Américas depois da guerra civil norte-americana. Despontava, porém, a aurora do abolicionismo no império, gerada no próprio seio da casta dos proprietários de fazendas, estimulada pelo magnânimo soberano que tivemos a ventura de possuir à testa do país numa das suas horas mais graves. Na circunstância, influíram não só elementos europeus, particularmente de políticos e maçons ingleses, como interesses materiais a partir do longo reinado de Pedro II, persuadidos os estadistas do império dêsse período de que a imigração européia era muito mais proveitosa ao país do que o regimen servil. Influuiu também no conjunto o espírito religioso dominante desde havia séculos à espera do esmaecimento do interesse econômico na manutenção da escravatura para definitivamente anatematizá-la como era o seu desejo.

Do outro lado do Atlântico falecia em 1858 Isidoro de Sousa, no mesmo ano que Guezô, contagiado e morto pela varíola, morbo letal para negros, pouco depois dêle ter abdicado a favor de seu filho Glelé. Reinou durante quarenta anos com a prepotência característica dos régulos africanos, agravada pela ambição de mando e poder de que sempre deu mostras a começar pelo modo como chegara ao trono. Nos seus funerais houve manutenção de cativos jamais vista em Abomé, prolongada além de 1860, quando um funcionário português ainda a alcançou. Nessa altura, pelo fato de não ter havido guerras no interregno, esvaziados os ergástulos dao-meanos, em risco de se interromperem as cerimônias por falta de vítimas para o sacrifício, procedeu-se, daí, a coletas de cabeças na escravaria das casas particulares. Da contribuição involuntária, sequer escaparam os mais importantes negreiros acreditados junto ao govêrno, e o novo xaxá teve de ceder uma centena de moleques aos agentes do rei. A situação exigia pronto remédio, efetivado pelas campanhas iniciadas por Glelé, digno sucessor de seu pai, em que foram mortos os reis de

Taco e de Chagá, e taladas as regiões de Tjô, Mecó, Lachê, Apodô, Alabê, Uefim e Uogodô, em que os respectivos reis também pereceram.

Julgava, porém, um português testemunha dos acontecimentos, necessário advertir os leitores de que não se tratava de Alexandres africanos os que em refregas locais perdiam a vida, pois o teatro das hostilidades era pouco maior que a metade de Portugal, composto de reinos da extensão de um concelho, com população equivalente à de uma freguesia. Tudo questão de proporções, como sucedia ao personagem à clef de Proust, obcecado pela sua classe no Conservatório de Música, que para êle consubstanciava o universo. Do mesmo modo, havia para o régulo umas tantas entidades confundidas ou mal conhecidas no seu espírito, segundo proclamava a agentes lusos, tais como, *"Deus no céu, o rei de Daomé na terra e o de Portugal nos mares"*. Morto Isidoro no reinado de Glelê, recaíram as funções de xaxá, sôbre o seu meio irmão, o bastardo Antônio, que já fôra indicado para êste pôsto por ocasião da morte de Francisco Felix, pois, era muito bem visto na côrte onde a sua opulência e os seus defeitos se emparelhavam com os do potentado. Era muito mais africano que Isidoro, de aspeto e de índole, conhecido entre os indígenas pela alcunha de Cuacó, ou Sexta Feira, consoante costume da costa de apôr ao prenome dos indivíduos o dia da semana em que tinham nascido. O novo xaxá levava escandalosa vida privada e agitada na pública, com milhares de escravos armados em tôrno de si, além de ter *"built a swish house with rum instead of water, wishing to imitate the king"*, escrevia um inglês, *"Who for such purpose uses blood"*, e mais extravagâncias alternadas com acessos de beatério, em que queria converter Glelê ao cristianismo, até o dia do seu falecimento em consequência de formidável bebedeira, após curta trajetória xaxásica.

Sucedeu-lhe o meio irmão Inácio, antigo candidato de Domingos Martins à dignidade, cuja carreira também foi de curta duração. Desapareceu misteriosamente por volta de 1860, atribuído o infortúnio ao fato dê-le ter avisado um cruzador inglês da partida de certo navio negreiro. O cálculo ou vingança que alimentava contra alguém, custou-lhe a inimizade do régulo e trágico sumiço. Aos poucos o seu estabelecimento em Ajudá caiu em ruínas, alvo do vandalismo de bandos de "dompuês", equivalentes aos esquadristas punitivos de Mussolini, ou coisa parecida, rapazolas turbulentos, encarregados das vinditas do poder. Em seu lugar assumiu o cargo outro meio irmão, de nome Francisco, mais conhecido por "*seo*" *Chico tinted between a mulatto and a quadron with features European in the upper half, and african below, a scant board, and not a unpleasant expression of countenance. He has little power, and thus the whole authority of the place has been centered, much to the detriment of commerce, in the hands of the wicked old Yevogan*". Este personagem, o terceiro na escala das dignidades daomeanas, era uma espécie de vice-rei de Ajudá, com quem tinham de se haver os cabeceiros traficantes, função que decaíra algum tanto no reinado de Adanuzan, para solidificar-se no de Glelê. O dito avogá procedia da velha escola de Guezô, de que era um dos piores elementos, provável promotor da desdita de Inácio de Sousa. Ávido e rapace, não só incitava as exações do amo, como angariava em tôdas as ocasiões proventos para si mesmo, porquanto falto de estipêndio, tinha de procurar meios de vida fora do Tesouro. Deu-se nesta altura a morte do traficante Francisco José Medeiros, que para maior infelicidade de sua família, era credor de vários confrades com muita influência política e poucos escrúpulos. Os devedores acumpliciados com certas autoridades, propalaram que o finado contemplara o rei com a totalidade da herança, pretexto para lhe

invadirem a casa a fim de proceder ao inventário. Em realidade, queriam na confusão destruir os documentos referentes às dívidas, para se livrarem de pagá-las ao espólio. Acusaram igualmente a viuva de sonegar bens, pelo que foi a infeliz submetida a maus tratos, que indignaram os habitantes circunvizinhos. O novo xaxá, Francisco Felix II viu-se naquelas circunstâncias, acusado de cumplicidade com os assaltantes, por desídia, moleza ou por também ser devedor, esquecido de que era patrono de estrangeiros e cabeceiros.

Entretanto, o oficial português destacado em Ajudá, o futuro Conde de Paço d'Arcos, cujas informações são no geral fidedignas, concede a Francisco Felix II *bondade extraordinária*, que a ser verdadeiro, não se coaduna com o desumano procedimento que lhe emprestam. Outro indício da improcedência das acusações, consiste no empenho de muita gente boa em que Francisco Felix II fôsse escolhido para xaxá. Nessa ocasião dizia-se que o régulo chamara a Abomé a viuva preferida do primeiro Francisco Felix, de nome Agbalai, que permanecera à testa da tribo Sousa, para sugerir a Glelê quem êle devia nomear. A indicação da mulher recaiu sôbre um nome que o rei recusou, porquanto os principais mercadores ajudaenses alegavam contra êsse preferido duas razões principais: desconhecimento de línguas estrangeiras e o do Brasil, inferioridade inadmissível num candidato. O mesmo modo de ver era partilhado pelas autoridades portuguesas, as quais tinham censuras iguais contra o protegido da viuva e preferências por Francisco Felix II, afinal escolhido para os cargos de xaxá e tenente-coronel comandante do forte de S. João de Ajudá.

Recusara de comêço o eleito receber a patente à vista do abandono em que se encontrava o velho baluarte. Estivera por demasiado tempo entregue ao Ita-

parica e ao pároco português, aos quais faltavam meios para o manterem em boas condições. A certa altura lá apareceram missionários franceses, que o requisitaram em Abomé e foram atendidos por Glelé com grande alvoroço em Lisboa. Protestou veemente o govêrno luso, por fim satisfeito quando lhe foi devolvido o pomo de discórdia, onde foi colocada uma guarnição armada, transferidos os missionários para o antigo forte francês. Tais incidentes eram comuns no correr do século 19, mormente no último quartel, reflexo do colonialismo, fruto de nacionalismos que então assoberbavam as nações européias. Casos como o do Sudão entre a França e a Inglaterra, e centenas de outros perturbavam periodicamente o chamado concerto das nações. Nas ocorrências não demonstrou o xaxá nem lusitanismo, nem brasileirismo, absorvido pelos negócios em que devia agradar ao soberano, que êle chamava o nosso rei.

Continuava ainda com as regalias de umbela e cadeira na qualidade de estrangeiro de distinção, aceito na côrte e como tal galaradoado de uns tantos privilégios, mas no restante parecia identificado com o meio, apenas a demonstrar algumas práticas ocidentais pela educação e religião. No incidente com os franceses, tinham encontrado as autoridades lusas maior apôio no seu compatriota, o importante cabeceiro Inácio de Sousa Magalhães, que se prontificou em adiantar quantias e víveres aos portugueses que foram ocupar o forte. Tinham mingüado os bens do xaxá, assim como a sua influência em Abomé junto ao régulo, reduzido a viver modestamente no saramé de que era chefe, ocupado em pequenos negócios com alguns comerciantes vizinhos. O estabelecimento compunha-se de um quadrilátero, em que pegado à habitação coberta de palha, elevavam-se outras construções ainda mais primitivas para receber pipas, aduelas, caurís e mercadorias várias. O antigo sobrado

de Francisco Felix, descrito por viajantes de meados do século 19, jazia semi-destruído pelo incêndio geral que em 1863 assolou Ajudá.

Conservava inda assim o segundo Francisco Felix, um resto de consideração, como se depreende da sua presença no tratado de 1878 entre o Daomé e a França, pelo qual Glelê a trôco de vagas compensações, entregava o território de Cotonum aos franceses. A cessão de tantos direitos a uma potência reconhecidamente imperialista, suscitou mais tarde novos protestos dos portugueses e proporcionou novo motivo de rancor contra o xaxá. As aparências levam a crer na injustiça da crepação levantada contra êle, se considerarmos o aspeto principal do reinado de Glelê. Zeloso e ambicioso derramara o déspota legião de espias pelo Daomé; o que torna bastante semelhante o seu regimen com o dos totalitários do nosso tempo; a poder de multiformes sagiões conhecedores de línguas européias, confundidos na multidão à roda do soberano nos dias festivos, ou empregados em casa de brancos para surpreenderem o que pensavam acêrca do rei e do seu govêrno. Por esta razão, recomendava aflito o xaxá aos componentes de uma missão oficial européia, que de modo algum trocassem impressões mesmo quando se julgassem sós e supuzessem empregar idioma desconhecido. *Se necessitardes absolutamente tratar de assuntos confidenciais, acrescentava, procurai um descampado onde puderdes verificar a ausência de ouvidos indiscretos, porém, inda assim, cuidado, muito cuidado!*

Em 1883 morreu Francisco Felix II. Recafu a es-cólha do rei sôbre Julião Felix, o quinto ou sexto xaxá — se contarmos a fugás nomeação de Antônio de Sousa logo anulada e a de Lino sôbre o qual pouco se sabe — no momento em que se pousavam vistas cubiçosas de potências européias sôbre tôda a Costa. Homem ativo,

sem peias de escrúpulos inúteis, dotado de qualidades comerciais, do agrado do régulo e de estrangeiros, parecia o xaxá em condições de chegar rápido à fortuna, em condições de restituir às suas funções o prestígio esvaído. Infelizmente, não tardou a piorar a situação do Daomé perante grandes potências e lhe tolher as possibilidades dos seus antecessores. Tentou Julião Felix negacear entre uns e outros, franceses que entravam em Cotonum, ingleses em Lagos, alemães na pessoa da firma Goedelt, sucessora da Swansea, além de se defrontar com o cruzeiro britânico nos mares e as notícias que chegavam do Brasil nas vésperas da abolição.

O maior mercado de cativos e de escravos ladinos se transferira da Bahia para o Rio de Janeiro. Mostram documentos publicados em 1865 pelo diplomata Christie a contínua afluência por cabotagem registada na época de escravos do norte e nordeste brasileiros em demanda da lavoura fluminense e principalmente paulista. O bloqueio de um lado e a crise econômica do açúcar nordestino e nordestino — inclusive a província do Maranhão — promoviam êste êxodo prejudicial aos negócios da nação Mina, como escreve o diplomata. A respeito do fenómeno econômico, acrescentava Christie o que era do domínio público, *"A Brazilian gentleman to whom I frankly communicated my suspicions, told me that he did not think at present Africans were imported into the northern Provinces, but that the planters there, poorer than those of the southern ones, were compelled by necessity and debts to sell their slaves, which were greedily bought up at Rio and St. Paul's, where they fetch at present enormous prices. He also assured me that later, if colonists were not imported into the southern Provinces in a sufficient quantity so as to force the black population up to the north, there would be great danger*

of the northern planters, for sake of hands, embarking in contreband speculations." E, concluía, "One thing, however, is certain; the black population during the last year (1858), have suffered severely, and the prices paid here for Ladino slaves are enormous." Referia-se a escravos nascidos no Brasil, ou "aculturados", isto é, com rudimentos de civilização europeia e técnica produtora usada entre nós, daí, a designação de "ladinos" que lhes davam. Os que chegavam cativos da África eram tidos por chucros, "boçais", equivalentes aos "bozales" da América Espanhola, ou "alarves" do século 18 que era preciso adaptar ao meio. Mencionava mais o inglês, que a contribuição puramente africana na quadra era "excessively small. The people here have no great liking for Portuguese or Island-men", informação curiosa a respeito de como se descreia no império da capacidade de portugueses e ilheus lusos, "they prefer Creole blacks, and, if the truth were know, they would prefer Africans to Creoles. This, I am convinced, is the private feeling of most people, particularly those who are engaged in agriculture, whatever may be their ideas on the heinousness of slave trade." Terminou o diplomata com a lista de indenizações reclamadas por britânicos no Brasil em 1864, em que figuravam prejuízos aos mesmos infligidos pela rebelião de Malés em 1835.

Na competição estabelecida por várias potências acêrca do domínio da Costa, predominavam os manejos de franceses para conseguí-lo no Daomé. Entrêmentes, veio o xaxá a sofrer tôda sorte de dificuldades domésticas e públicas, comprometido por intrigas, alvo de desconfianças de Glêlê, vítima de confiscos até por fim perder a liberdade. Certa vez, mandara por motivos pouco esclarecidos, submeter a interrogatório perante agorí as suas cincoenta mulheres. Valeu-se das declarações de uma chamada Bundjó para impedir fôsse li-

bertado um genro antigo sócio seu, que havia sete anos estava prêso nas masmorras de Glelé, sob acusação de ter auxiliado o bloqueio britânico. Do incidente causado pelas declarações da tal mulher, surgiram argumentos para inimigos o envolverem no aranhol em que também caiu em suspeição. Permitia o regimen daomeano que vingasse a trama, fàcilmente perdido o xaxá no ânimo suspicaz do amo, de modo a facilitar que intrigantes o perdessem no espírito do potentado e se apoderassem do acervo de mercadorias existentes no seu saramé. Atribuíram os franceses o acontecimento aos esforços que envidara pouco antes de falecer para servir as veleidades colonialistas dos portugueses em detrimento da soberania daomeana. Nota-se nesta altura, que a côrte de Abomé, de primeiro muito amiga de portugueses, passou de repente a hostilizá-los. Tendo Julião solicitado em nome do govêrno luso a cessação dos sacrificios humanos, recebeu por intermédio do príncipe herdeiro resposta do régulo, naquele momento empenhado em guerra contra vizinhos, de que não mais se sacrificariam prisioneiros a fim de satisfazer a vontade do seu grande amigo el-Rei de Portugal. Decorridos alguns dias, um official da marinha lusa resgatou em Ajudá cativos para lavradores de S. Tomé, à razão de 90 pesos por cabeça, operação que realizava fiado na promessa do príncipe. Entretanto, o negócio foi embargado sob pretexto de que o ajuste não passava de invenções do xaxá, comunicado ao comprador que a mercadoria não era composta de brancos, os sacrificios eram realizados com pretos, *“e ninguem tinha nada com isso no seu paiz, nem com os seus costumes.”*

O ocaso da influência de Julião provàvelmente prendia-se à duplicidade com que procedera no intuito de se prevalecer em proveito próprio das dificuldades do Daomé, quando aumentava a pressão de potências colo-

nialistas, interessadas no protetorado da Costa. No jôgo em que tentava enganar uns e outros, europeus e daomeanos, saiu-se mal numa quadra em que os negócios corriam desfavoravelmente para régulos e cabeceiros, O fim do último xaxá não ficou muito claro de tantas lendas a envolvê-lo. Segundo rumores do tempo, chamou-o Glelê à côrte — como muitas vêzes sucedia — de sorte a partir Julião para Abomé com grande séquito. Circularam daí por diante rumores de que se encontrava detido, pelo que mandaram as autoridades portuguesas uma comissão entender-se com o régulo, a fim de reclamar a sua liberdade por ser tenente-coronel da milícia lusa. Concedida a audiência, foi-lhe exibido Julião fardado, recoberto com alamares e galões, prêso pelo pescoço a pesada corrente. Por mais que rogassem os horrorizados intercessores, nada conseguiram, assim como pouco puderam pelos parentes do xaxá sucessivamente convocados na côrte. Um por um desapareciam ou acabavam como Antônio Agbacu, prêso, sólto e dois dias depois envenenado no mês de junho de 1887. Com o desaparecimento de Julião Felix sossobrou definitivamente a fortuna e o poderio dos Sousas. Foi o último lampejo da dinastia xaxásica, que nem Isidoro, nem Francisco Felix II, nem Julião conseguiram prolongar. Alguns de seus descendentes escaparam do expurgo moscovita, porém, empobrecidos e desprestigiados, vegetaram miseravelmente nas vizinhanças do forte português onde começara a grandeza da Casa.

Os ocupantes franceses de Cotonum não ficavam inativos. Aos poucos estendiam tentáculos pelas redondezas de modo a encravar o velho reduto no seu território. Antes disso, deram-se nos derradeiros anos do reinado de Glelê, as maiores expedições de conquista jamais verificadas na região, desta vez por pura avidez territorial, visto a agonia do tráfico no Brasil em vés-

peras da abolição e da república. Na ocasião, foram destruídas as aldeias de Acpamé, Bembé, Dangbó, Igbè, Modó, Ugí, Ozuá, Vacon, Aporó, Agobomé, Azoé, Danmé, Avadjedo, Agbadjedo, Agodonzun, Achugpca, Gbedjeí, etc. As populações foram reduzidas ao cativo e os combatentes vencidos sacrificados nos festejos da vitória celebrados em Abomé. A morte de Glelê não modificou a agressividade daomeana contra os seus vizinhos, somente dissipada quando os franceses se apoderaram do antigo reduto abastecedor do tráfico europeu de escravos.

Começou então a modorra dos sítios outrora ativos e prósperos caídos sob tutela colonial. Transformado o antigo reduto dos régulos preadores de carne humana em lugarejo sonolento, sem mais sombra da rumorosa agitação de outrora, quando era visitado por centenas de traficantes das mais variadas nacionalidades e habitado por xaxás magníficos. Encontraram contemporâneos nossos os túmulos dos Sousas perto do *Forte Brasileiro*, denominação do primeiro sarame de Francisco Felix, o Grande, alvos retângulos, terminados por uma cruz sob coberta de zinco. Antigamente lá figurava o retrato de Isidoro, como meio século antes o vira um funcionário luso, com fronte elevada, olhar vivo e um todo inteligente, tornada impressionante no caso a concordância de vários informantes sobre a esperteza de notada pela fisionomia dos primeiros xaxás.

O primeiro era presumivelmente branco, segundo o retrato que dêle ainda existe, onde se assemelha pela apresentação a Giuseppe Garibaldi. O segundo parece mulato claro no retrato visto por Forbes. O terceiro já é pardo escuro e daí por diante os xaxás são negros pela contínua adução de sangue africano pelas esposas. Do passado de Isidoro, da sua sagacidade em negócios e habilidade em provocar razzias em vizinhos do Daomé

para obter mercadoria, ficou aquela imagem de casaca inglesa e colete de sêda broslada a la Príncipe Alberto visto num mausoleo africano, guardado por escuro descendente seu, rodeado de pretas retintas, que desandam ao divisar estrangeiros em danças burlescas e trejeitos obscenos para ganhar alguns níqueis. A fantástica ascensão do iniciador da dinastia dos xaxás e a decadência dos sucessores, sugerem várias conclusões. Indubitavelmente o episódio que representa, pode ser enquadrado na moderna teoria, começada pela proposição de que não há personagem histórico de todo benéfico ou maléfico no terreno político-social, inclinada, daí, em admitir até o regimen capitalístico moderno como necessário ao complexo criador do homem, a fim de não arrefecer a marcha da civilização. No estranho jôgo das imperfeições humanas assim encaradas, em que boas intenções podem dar conseqüências catastróficas, ao passo que as más inversamente suscitam benefícios à coletividade, a irrefreável cobiça do homem branco, concorreria através da ação de elementos como os xaxás, para difundir sementes da chamada cultura ocidental, numa região desde séculos tida por rebelde aos seus dictamens de ordem material, moral e espiritual.

Em meados do século 19, notaram viajantes as pequenas propriedades perto de Ajudá pertencentes a Fulás e Oyôs de volta da Bahia, regularmente cultivadas, com residências asseadas e bastante confortáveis. A um dos europeus que as conheceu, sua aparência sugeria que nem tudo no tráfico fôra prejudicial ao Daomé. Infelizmente dos bons e maus efeitos que o comércio nefando teve sôbre a região, predominaram, no caso em apreço, os segundos durante o despotismo daomeano, em que os empreendimentos dos antigos libertados da Bahia foram destruídos pelas correrias armadas dos últimos repentinos belicosos de Glêlé. Na

esteira dos infelizes outros chegaram ao mesmo sítio africano, onde representavam grupos semelhantes à pequena e média burguezia européia. Observava um francês no fim do século 19, o constante aumento dêsses imigrantes torna-viagem depois do decreto abolicionista brasileiro de 13 de maio de 1888, os quais traziam consigo a progressista técnica que tinham aprendido em grande parte nas oficinas urbanas e fazendas do Recôncavo.

Descontado o "snobismo" que os levava a imitar grosseiramente a religião dos brancos, dispunham de conhecimentos úteis para o sítio em que se fixaram. Alguns adotavam a religião do Islam para praticar a poligamia, mas católicos ou não, todos alimentavam o mesmo desêjo de progresso nos moldes ocidentais suficiente para romper o antigo letargo guinéense. Segundo autor francês, *leur position est en general fort honorable; ils se comportent comme des gens qui ont reçu de l'éducation, et doivent en somme, à l'esclavage d'être aujourd'hui des messieurs notables, au lieu de vivre sous le joug indigène comme ceux qui nont pas quité le pays...* *Ces noirs brésiliens, forment aujourd'hui une bonne partie de la population civilisée. Disons en passant qu'ils ont des esclaves à leur tour et qu'ils ne sont pas pour ces derniers partisans de l'émancipation. Ils ont l'innocente manie de s'appeler creoles.*

Queria a fatalidade que os "crioulos" participassem do desbravamento do litoral daomeano mercê do regimen escravista, em que tinham ingressado na camada superior exploradora da inferior na categoria de *Filhos de Ajudá*, no mesmo plano dos descendentes dos Sousas. E, se acaso os arguissem de incoerentes — na Bahia revoltados contra os senhores, e, donos severos de escravos no Daomé — poderiam retorquir aos porta-vozes da civilização ofendida, que o mesmo regimen assegurara

outrora o esplendor da cultura grega e grandeza romana, sem olvidar o poderio marítimo-colonial de ingleses nossos contemporâneos, por longos anos monopolizadores do tráfico, poderoso estimulante juntamente com o ouro e diamantes do Brasil da era industrial, que a partir do século 17 transformou a face da terra.



Tese apresentada em 1949

ao

IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

comemorativo do

IV CENTENARIO DA BAHIA

publicada no Vol. V dos

ANAIIS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO BRASIL

4.^a Secção

Alegrias e Pesares de Uma Educadora Alemã no Brasil

AS SENHORAS Alice Rossi e Luizita da Gama Cerqueira de Carvalho tornaram-se credoras de vivos aplausos pela tradução que fizeram de uma das maiores raridades e curiosidades da literatura exótico-brasileira. Trata-se nada menos que do valioso documento sôbre a vida íntima familiar de paulistas e fluminenses na vigência do regimen servil. A tradução de D. Alice Rossi e a versão portugueza de D. Luizita de Carvalho — a qual ainda envidou afanoso trabalho em rever nomes e acontecimentos mencionados no texto alemão — apresenta-se digna de encômios entre as publicações destinadas a comemorar o IV Centenário de S. Paulo.

Estava longe de ser fácil a tarefa das duas escritoras. Padecia a alemã que descreveu as suas alegrias e desencantos entre nós, de mentalidade oriunda de sestros congênitos e principalmente de preconceitos hauridos no meio em que nascera e se formara. Apresenta-se, dessarte, a educadora, como lídimo produto dos princípios da pedagogia alemã dominada pelo militarismo prussiano depois das vitórias de 1870. Nesta fase começaram a se adensar nuvens ameaçadoras geradas pela soberbia e cegueira germânicas, daí por diante um dos maiores pesadelos da Europa e do mundo. Arvoravam-se os seus guias e chefes em continuadores de

Frederico o Grande, movidos por sêde de dominação universal partilhada por maciça maioria do povo alemão. Este fenômeno coletivo, em pouco infelizmente imitado por outras nações, em várias latitudes e longitudes, tornava-as prêsas de doutrinas norteadas pela violência, que na Europa remontavam às lutas provocadas pela Revolução Francesa, acontecimento de caráter nitidamente nacionalista, seguido das guerras de feitio predatório de Napoleão I. O resultado fôra reviver na Alemanha do século 19 a férrea disciplina do Rei Sargento, Eleitor do Brandenburgo, magnificador da dinastia Hohenzollern, Príncipe mais agreste e agressivo que o filho Frederico II, cujas proezas rapinantes pareciam esmaecidas na época em que Madame de Stael viajava na Alemanha.

Hoje é custoso descrever às jovens gerações, moldadas com outras idéias, sob ação de novos complexos, o nacionalismo a campear na Europa antes de 1914. A quadra assumia aspeto deveras sinistro norteada pelo *Deutschland ueber Alles*; *Britannia Rule the Waves* ou pela *Revanche*, espalhadas através do mundo além de exasperações pan-slavistas e pan-nipônicas. Desconfiança e hostilidades reinavam em tôda parte entre pseudo-civilizados, inclusive em campos tidos, no entanto, como pacíficos por excelência. Dizia o Chanceler Príncipe de Buellow, com conhecimento de causa, que o fator mais prejudicial à reputação dos alemães antes de 1914, que maiores antipatias e malquerenças lhes acarretavam, não provinha tanto dos oficiais do exército de Guilherme II, mas dos sábios luminares da ciência germânica, dos expoentes da sua cultura, dos super-especialistas da sua técnica.

A oficialidade de suas fôrças armadas, a despeito do aspeto ridiculamente empertigado, da arrogância, dos colarinhos ortopédicos e do monóculo a la Junker, surdia

de famílias aristocráticas e recebia normas de elevada correção em escolas de cadetes, onde o único ornato das paredes consistia na efígie de Napoleão I. Inversamente, os cientistas, eruditos e até artistas, que tanto enalteceram pelas suas excepcionais qualidades a famosa cultura alemã, promanavam das classes burguesas ou pseudo-burguesas, inçadas de prejuízos, fruto do estreito nativismo, que em todo mundo aflige semelhantes castas sociais, agravado, porém, onde se refletia intenso influxo de caserna. A grosseria com que tais expoentes proclamavam a sua superioridade sôbre os míseros que não tinham tido a honra de nascer no Reich, tornava-os tão ridículos quão odiosos. Portadores de nomes universalmente conhecidos como Mommsen e outros, viviam fora da Alemanha, nos países onde realizavam pesquisas científicas, envoltos em repúdio geral como se estivessem com peste. Ninguém dêles se aproximava, com receio de receber algum coice daqueles netos de campônios tudescos ainda submetidos a regimen servil no fim do século 18.

Inúmeros incidentes ocorridos com semelhantes personagens confirmam o deplorável ponto de vista do Chanceler. De uma feita, atravessava Leão XIII o recanto da biblioteca do Vaticano, por especial deferência colocado à disposição de Mommsen, especialista de História Romana, de modo a ser impossível ao sábio não ver o Pontífice. No encontro, acaso fôsse o transeunte um dos incontáveis Príncipes germânicos, levantar-se-ia o Herr Professor e perfilado bateria os calcanhares. Talvez proferisse um "*hoch*" estentório impellido por irresistível rebate atávico. Mas como se havia apenas com o Papa, senhor do sítio em que estudava cercado de tôdas as facilidades de trabalho, nada encontrou de melhor senão fingir-se distraído para continuar tranquilamente a faina. Desculpou-o cristãmente o Pontí-

fique perante o séquito com a singela explicação de que era alemão... e prescindia de maiores explicações(1).

Devemos ter em mente essas particularidades, ligadas a sítios e épocas, para melhor compreender o estado de ânimo com que foram escritas as cartas de Ulla von Eck (ou Ina von Binzer), típico exemplar do que escandalizava o sucessor de Bismark. Ela mesma, por sinal, se encarrega de confirmar o diplomata quando descreve o sábio conterrâneo casualmente surgido na fazenda dos Romeiro. Ajunta para mais, no seu próprio caso, dizeres sintomáticos que não deixam dúvidas acêrca do complexo prussiano dominante na mentalidade com que se apresentava. “*Para nós nórdicos*” — entenda-se germânicos, dada a desenvoltura com que êstes anexam os vizinhos — “*educados de maneira rígida, tudo no Brasil parece negligente, até o povo produz impressão que não sei como explicar, creio que indisciplinado seria melhor a palavra*”, frase reveladora do cunho sargental da educação, em que a disciplina primava sôbre tôdas as coisas, a velha férula do Eleitor Brandenburgo, onipresente na Alemanha graças ao dístico *verboten* seguido das penalidades aplicáveis aos transgressores de draconianos regulamentos, sistematicamente pregados em ruas, praças, jardins, veículos e repartições públicas.

Semelhante estado de espírito demonstra à saciedade a razão do tom das missivas, tão acerbo como aparente-

(1) Interessante para demonstrar o contínuo desentendimento de latinos e germanos, particularmente de italianos e alemães, encontra-se no livro de BENEDETTO CROCCO, *Una Famiglia de Patrioti*, onde consta a carta de Alexandre Poerio ao pai. Narra o rapaz sua impressão da Universidade de Goettingen para onde fôra por volta de 1823 ou 27, depois de visitar Goethe. Na carta muito se queixa o jovem dos alemães, por êle classificados pouco interessantes e antipáticos. Acrescenta que teria renunciado em ali permanecer não fôsse a presença de quatro amigos de diferentes nacionalidades entre os quais um brasileiro. Seria dos que foram recomendados na Europa a Augustô de Saint Hilaire? A Universidade de Goettingen tinha grande reputação no momento, conhecida desde fins do século 18 por estudos luso-brasileiros como J. Lobo da Silveira, *Mitglied der Koenigl. Societaet der Wissenschaften zu Goettingen*, que já frequentavam antes deste publicar o seu *Skizze von Brasilien* em Stockholm em 1808, durante a invasão de Portugal.

mente destituídos de fundamento os reparos contra os que generosamente acolhiam a jovem longe da pátria e da família. Não lhes poupa críticas ervadas Ulla ou Ina, pelo simples fato de fugirem do padrão prussiano. Da correspondência ressalta sentença invariável, "*Não é alemão, não presta*", aplicada à risca pela moça educadora. Tudo ruim e errado. Além das mostras da visível decomposição do govêrno, indivíduos e costumes — prenúncio de inevitável catástrofe política causada pela indecorosa predileção por franceses notada no Império, diziam os alemães — ocorria ancestral moleza e incapacidade de organizar a família e a sociedade. Lamenta-se Ulla como se o destino a tivesse mandado para o inferno quando a atirou no Brasil. Entretanto, como sóe a doestos temerários, logo adiante confessa contraditòriamente que ressentia às vêzes naquele báratro inesperadas alegrias...

Outro estranho aspeto do epistolário consiste em indicar de modo incompleto as pessoas citadas pela autora, acaso não os muda de todo. Seria receio de indiscreção por parte da destinatária? Cria Ulla se arriscar a sanções prussianas pela mordacidade dos conceitos enquanto estivesse no Brasil? Ou obedecia tão sòmente à moda reinante entre literatos de sua predileção? O pseudônimo acompanhado de outro nome na fôlha de rosto (qual será o verdadeiro?) parece indicar intenção neste sentido. Complicam, no entanto, os subterfúgios inocentes ou artimanhosos, a leitura e dificultam saber quem era o Dr. Romeiro, por exemplo, dono de grande fazenda em que trabalhavam de duzentos a trezentos escravos, número considerável para a época e lugar, indício de vultosa fortuna, numa região pertencente aos Breves, Moraes e descendentes dos Carneiro Leão, cujas propriedades nas margens do Pirai se assemelhavam ao feudo dos Almeida Prado em igual data em Itú. A simples menção Romeiro é vaga, vaguíssima, desacompa-

nhada de outros nomes, que segundo costume português devia possuir o fazendeiro. Da maneira como no-lo apresenta Ulla, topamos no mesmo problema que descobrir na Alemanha Herr Schmidt ou Professor Mueller.

Em S. Paulo repetiu a professora o veso. Não fôsem os prenomes dos filhos do Sr. Costa, jamais poderíamos adivinhar ser Martinho Prado Júnior a pessoa assim designada. Graças a Caius Grachus, Cassius Brutus e à pequena Lavínia, única aluna a quem a professora se afeioou no Brasil; se bem tivesse tido mais de cem; logramos descobrir referir-se ao maior fazendeiro de café do momento. Infelizmente não existe a mesma facilidade quanto à outra família paulista onde foi ter Ulla depois de deixar os Costa. Quem seria o Sr. Sousa, dono das fazendas de S. Sebastião e de S. Luís, perto de Americana? Em S. Paulo êste apelido corresponde a Zimmermann nas margens do Spree e descobrir alguém por êsse meio equivale a procurar agulha em palheiro. Deve ter acarretado não pequeno trabalho a D. Luizita de Carvalho destrinçar a cerrada trama de enigmas tecida ante seus passos por Ulla von Eck, ou Ina von Binzer, a poder de indícios colhidos nas linhas e entrelinhas do texto, ao depois conferidos com informações de parentes e contemporâneos das pessoas citadas. Decorridos setenta anos desde a publicação do livro, não era fácil encontrar quem pudesse proporcionar informações seguras.

Incidia Ulla quando escreveu as cartas, em balda comum a certa fase da mocidade, useira de juízos definidos e definitivos sôbre o que percebe e principalmente sôbre o que não percebe. É quase inevitável a juventude abalançar-se a sentenças inapeláveis enquanto a experiência da vida não lhe desvanecer — às vêzes cruelmente — as ilusões provenientes da verde condição. Presumivelmente para latinos-americanos, a moça de-

veria estar no período feliz dos arroubos, fantasias, sonhos e exaltação romântica. Normalmente assim devia ser a educação, porém, que recebera, mais o meio onde até então vivera, tolhiam-lhe os ímpetos juvenis a favor do espírito pedagógico sobre o qual a Alemanha fundava a sua grandeza, posto entenebrecida pelo culto à ciência praticado com disciplina militar. Perdia Ulla dêsse modo muito do encanto de backfisch na flor da vida, para incidir em rebarbativo terreno prejudicial ao encanto feminino. Em compensação proporcionou-nos preciosa vista sobre aspetos sociais de importantíssimo período da formação brasileira em vésperas da abolição da escravatura e advento da república.

Formada em meio sargental, filha de funcionário público prussiano ufano de seu uniforme (na Prússia do século 19 as repartições administrativas eram continuação da caserna), disciplinado e disciplinador, absorto na admiração de superiores, malquerença dos iguais e desprezo pelos inferiores, magnificamente pintado por Heinrich Mann no seu retrato do súdito de S. M. o König e Kaiser, Ulla participava de todos os preconceitos respirados no seio da família. Acrescia ainda, quando se encontrava no Brasil, sentir-se pungida pela nostalgia dos seus e da terra natal, tanto mais sensível pelo fato de se ver isolada pelo escasso conhecimento do idioma português. Somente um espírito de escol, lastreado com a experiência da maturidade, poderia nessas condições compreender, tal milagrosa ave rara, a verdadeira situação do país em que era preciso tudo improvisar, descoberto havia quatro centúrias, mas só praticamente colonizado a partir de D. João VI. A mudança operada pela chegada da corte lusa ao Brasil, não distava muito da chegada da professora, pouco mais de meio século, lapso de tempo insignificante em relação do que era preciso improvisar no imenso território virgem. Compreende-se, pois, a nem sempre feliz ma-

neira de ver da moça, às voltas com a afoiteza da idade e males da educação recebida no recesso do *Heimat* originário.

Daí, mais inclinada à crítica sistemática, que a entender fenômenos quase inacessíveis até a especialistas, passou Ulla a comunicar a uma amiga suas impressões sobre o Brasil e a sua classe dirigente. Estes reparos, com maior ou menor dose de ironia fácil, no caso pouco importa, demonstram excepcional interesse pelo que foi dado presenciar à professora durante o exercício do seu magistério. Logo no início do volume, deparamos com, flagrante do patriarcal ambiente das fazendas, do mais subido valor como documento da época e do meio. Em poucas linhas, escritas com visível fidelidade, evoca Ulla os usos e costumes da vida íntima dos senhores de escravos, entre outros do gineceu feminino, parte integrante do conjunto onde mais intensamente se fazia sentir a ação civilizadora do amo sobre o servo, que escapava a Ulla mas que percebemos através das suas descrições. Mostram-se acordes os viajantes do passado, de qualquer origem e condição, em louvar já no século 17 a humanidade com que os escravos eram tratados no Brasil, muito acima do regimen vigente em antigas colônias européias. Do asserto temos demonstração infosismável nos acontecimentos que ensanguentaram São Domingos e Haití, que citamos apenas pelo fato de terem sido teatros de dramas monstruosos, deixadas de parte outras regiões, como a nossa vizinha Surinam, e muitas mais, sacudidas por levantes trágicos seguidos de repressões hediondas. Não é necessário encarecer a privilegiada condição do negro no Brasil, das mais inteligentes atitudes do brasileiro durante o regimen servil desde o seu desenvolvimento no século 17 até a abolição no 19, em contraste com o "colonialismo" do português e mais ainda, dos europeus possuidores de domínios ultramarinos. Graças à tranquilidade reinante nas

fazendas, pôde o antigo regimen, mercê da paz entre senhores e escravos, condição capital para a produção, cimentar em curto praso sólida base para o nosso progresso. Sem dúvida, havia casos melancólicos, como o casal de pretos a lembrar episódios da *Cabana do Pai Tomás*, que o Dr. Romeiro quis proteger e não conseguiu como desejava, mas de modo geral, a escravatura no Brasil era notável no gênero, circunstância que Ulla não soube ou não quis compreender.

Da maneira como eram vistos os imperantes sôbre os quais recaía muito da esmagadora tarefa de assegurar a ordem interna e a defesa externa da nação, teve Ulla oportunidade de presenciar significativos episódios de que traça expressivo relato. Fôra convidada a família Romeiro para comparecer à inauguração da estação de Estrada de Ferro de S. João del Rey. Um contratempo qualquer impedira à senhora do fazendeiro de acompanhar o esposo e filhas, de sorte que, para não privar as meninas das festas, seguiu em seu lugar a professora. Agregada na qualidade de "*chaperon*" à comitiva, anotou Ulla cuidadosamente os particulares do acontecimento, de que temos confirmação oral por parte de parentes de outras testemunhas de vista. A recusa de certo morador da cidade em hospedar o Imperador e a Imperatriz por causa de suas convicções republicanas, obrigou a comissão incumbida de receber os soberanos a procurar outra casa, afinal encontrada na residência desocupada de uma titular residente na côrte — como então se designava o Rio de Janeiro. Vencido o principal obstáculo o restante das cerimônias decorria normalmente, quando em meio dos festejos deu-se o falecimento quase repentino do Ministro Buarque de Macedo, por pouco presenciado pela moça. Ulla conta como o administrador ao sentir o desenlace, confiara a família a D. Pedro II, porquanto absorvido na administração pública deixava-a ao desamparo. Acrescentava a jovem,

que no transe, amparava o monarca ao moribundo e lhe prometia velar pelos seus. Semelhante cena assume hoje proporções fabulosas, em comparação com o procedimento atual dos governantes dêste pobre país(1). Que diferença de uma época para outra! O Brasil que atualmente não consegue vencer a gafeira política deixada pela ignobil ditadura iniciada em 1930, podia, entretanto, no império servir de modelo para todo o continente americano. Lucrariam em nos imitar naquela quadra privilegiada não só as republiquetas que nos cercavam, como muitos países europeus, tal a dignidade dos nossos ministérios, parlamento e repartições públicas. Alheia, porém, ao espetáculo de ordem e moralidade que dávamos, sem necessidade de sargentos prussianos, num campo mal debastado, meta de aventureiros e gente equívoca européia como era o Novo Mundo, prosseguia Ulla com observações destituídas de indulgência para governantes e governados.

De volta para a fazenda, provavelmente cansada pela monotonia da vida de fazendeiros, inda os de maiores posses no Brasil, alegou Ulla motivos de saúde para voltar à "côrte". Não menos curiosos são os quadros que a moça nos dá da capital do país no fim do regimen monárquico. Empregada em colégio de meninas por falta de família digna de seus préstimos, narra tôda sorte de incidentes de que se julgou vítima, onde entravam baratas e as desagradáveis surpresas do estruendo carioca. A indignação que lhe causou o carnaval, o repentino banho de água fria — mitigado pelo calor do verão — recebido no trajeto do dentista, e outros incidentes tragicômicos, deixaram-lhe má recordação do Rio de Janeiro e da casa de ensino. Por estas razões, em que entrava também o desleixo da diretora, desprovida de *arbeiter*

(1) Estas apreciações foram escritas nos últimos dias do governo Getúlio Vargas.

geist, Ulla resolveu adotar o conselho do Consul alemão, que lhe sugeria empregar-se em S. Paulo, sítio mais adequado para estrangeiros em suas condições. Desde muito gosava aquela província de boa fama quanto ao clima e adiantamento de seus habitantes, razão de se cogitar sob D. João VI de para aí transferir a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Aceitou a moça o conselho e um anúncio no *Jornal do Comércio* surtiu o resultado desejado, chamada Ulla à Paulicéia onde o casal "Costa" precisava de uma educadora. As pessoas assim designadas eram em realidade Martinho e Albertina da Silva Prado, bondosas e tratáveis, pais de filhas muito simpáticas. Os filhos varões é que eram levados da breca, tidos como as crianças mais mal educadas da província. Veio a saber mais tarde Ulla, não parar na sua casa governante alguma, fôsse inglesa, alemã, francesa ou suíça, explicação da facilidade com que alcançara o emprêgo. Contudo, antes de imitar as predecessoras, assistiu a moça a sucessos vários na residência do maior fazendeiro de café da época, dos quais um dos mais curiosos consistiu em certo dia, estourar reboleço na mansão dos Costa, aliás Prado, causado pela fuga de um escravo. Representava elevada soma de dinheiro por ser novo e robusto, num momento em que o preço de peças semelhantes subira assustadoramente. Refugiado entre paladinos do abolicionismo, era-lhe facultado por lei alforriar-se depois de avaliado por junta médica. Os protetores tantos purgantes lhe subministraram e jejuns lhe infligiram, que o fujão, enfraquecido, faminto, de pernas bambas, momentâneamente incapaz de trabalho, foi considerado sem valor, livre por preço irrisório do dono. Indignou-se o Sr. Costa com o prejuízo que sofrera, a carpir aos berros a iniquidade da perda, o que não deixa de ser divertido por parte de ardente republicano, montado para fins eleitorais no cavalo de batalha do abolicionismo!

Outra cena inédita e algo molesta para europeus no gênero de Ulla consistiu no divertimento muito presado pelos paulistanos de queimar fogos de artifício em certas ocasiões festivas. O costume provocou traquinice mais grave dos meninos, obrigado o Sr. Costa a pagar indenização por danos por êles causados, que o levou a colocá-los internos num colégio para ver se obtinha melhor resultado na sua educação. Teve Ulla de procurar novamente outro destino, encontrado depois de alguma pesquisa numa fazenda de café do interior da província. Precisou a moça despedir-se de S. Paulo, onde se dava muito bem e principalmente conhecera simpático inglês de nome Hall (?). Pelo menos ela assim lhe chama. De positivo temos em compensação do veso de fantasiar nomes, a veracidade que Ulla aplica na descrição de acontecimentos, tais como a estafante viagem primeiro de trem, depois de trole até chegar à propriedade de um Sr. Sousa. Pensa D. Luizita de Carvalho, que se trata de neto do Brigadeiro Luís Antônio. Através da narrativa da professora assim se pode conjecturar pelo aspeto dos componentes da casa, sua predileção pela Alemanha; possivelmente proveniente dos Vergueiros; e outros indícios comprobatórios da hipótese, posto nunca se saiba com segurança de quem Ulla fala. O caso do Sr. Costa pôde ser esclarecido, mas os do Sr. Sousa e do Sr. Romeiro, são de identificação muito mais custosa.

Na fazenda de S. Sebastião (cujo nome talvez esteja trocado) começaram novas surpresas, alegrias e pesares para a educadora. No princípio considerava-se feliz por encontrar trole a sua espera na estação ferroviária, que a dispensou de cumprir o resto do trajeto a cavalo como muitas vêzes sucedera a professoras na sua situação. A falta de estradas que Ulla observa e glosa com refletida visão das coisas — lado louvável do espírito germânico — assemelha-se nas conclusões aos reparos

que em S. Paulo emitira a respeito da instrução ou dotes naturais notados nos estudantes de escolas superiores, que no futuro viriam a ser os dirigentes do país. Em grande parte saíam da classe, ou casta, dos senhores de engenho ou fazendeiros de café da espécie do casal Sousa junto de quem ia Ulla habitar. O que a jovem observaria entre êles foi muito oportuno no sentido de lhe facultar visão mais exata do Brasil, muito diversa ante seus olhos depois de conviver com brasileiros das cidades, e, mais ainda, com os do interior. Surgia-lhe imagem completamente diversa da que a princípio imaginara. Reconhecia agora a extrema dificuldade de comunicações provocadas por acidentes topográficos, no custo de vencê-los com estradas carroçáveis, em terreno montuoso, cortado por rios caudalosos, rapidamente deterioradas por chuvas tropicais, além dos problemas do clima e do solo, e, acima de tudo, do alto preço e escasso rendimento do escravo. Tôda esta parte de suas observações denota mais acerto que o lado futil do setor mundano onde teve de pagar tributo ao eterno feminino.

Não menos meritórias são as reflexões da rapariga a respeito dos esforços envidados pelos lavradores paulistas para chamar às fazendas trabalhadores livres. Enquanto não chegavam imigrantes da Europa, expediente ainda incerto a despeito dos esforços do govêrno e de particulares, voltavam-se para o elemento nacional, para o "caboclo" porventura disponível. Afanavam-se tanto os dirigentes da província como os da "côrte", por atrair a S. Paulo braços de nações superpovoadas, cujo rendimento de trabalho seria, na pior das hipóteses, superior ao do escravo, mas até aquela hora pouco se tinha conseguido, situação grave à vista de não ser o primeiro malôgro da tentativa. Entretanto, começavam a despontar no horizonte econômico algumas esperanças de sucesso graças à expansão soberana da lavoura cafêeira,

que acelerara a construção de estradas de ferro, por sua vez, asseguradora do escoamento da produção antigamente dificultada pela falta de vias de comunicações. Adquire, pois, neste passo, excepcional valia o depoimento da moça quando esquecida dos complexos educacionais se deixa orientar pela imparcialidade e reconhece a grandeza da obra naquele momento realizada ante seus olhos.

Nesse trecho do epistolário expende a jovem lisoneiros conceitos acêrca dos paulistas. Gaba a eficácia do seu esforço e com estas observações distancia-se do espírito malévolo que até então a dominava. Chega até a inesperados elogios em quem comungava das idéias, prejuízos e preconceitos do *Herren-Volk*, no período em que duvida chegassem ao mesmo benéfico resultado, agricultores germânicos em identidade de condições. Neste ponto, esmaecem os cacoetas literários da autora, os pendores a cripto-personagens, ranço da educação, defeitos inevitáveis do sexo e da idade, suas falhas várias, para se destacar a fidelidade sôbre lance de primordial importância para nossa história. Tendo penetrado por uma série de circunstâncias na intimidade da vida social brasileira, torna-se a narrativa das alegrias e desencantos da jovem educadora no Brasil, muito mais interessante que infinidade de opiniões expendidas por viajantes de vária categoria de passagem nesta época por S. Paulo e Rio de Janeiro.

Não tencionamos, porém, descrever tudo que há de curioso e informativo nas cartas de Ulla até sobrevir seu noivado com Mister Hall. Apenas pretendemos destacar o valor de um depoimento indubitavelmente verídico para a documentação da nossa história social e econômica. Nem tudo, como vemos, foi constantemente nocivo para o Novo Mundo no espírito colonialista europeu. As vèzes, como no caso de Ulla von Eck, ou

Ina von Binzer, críticas excessivas tornam-se sobremaneira desvanecedoras, pelo fato de frizarem defeitos ancestrais nossos junto de indubitáveis qualidades, dobradamente valiosas na pena de quem desejava mais censurar ao brasileiro por motivos nacionalistas do que elogiá-lo.



Publicado na revista "Anhembi", S. Paulo, a partir de junho de 1955.

Reflexos do Colonialismo Europeu no Brasil

FOI ESCRITO POR NÓS O PREFÁCIO à correspondência de Ulla von Eck a pedido das tradutoras, ao depois aparecido em livro com longo apenso do editor que pelo contexto demonstra não ter perfeitamente percebido o alcance de nossas observações. Isto pouco importaria se não fôsse a possibilidade do equívoco se repetir com outros leitores mais ou menos atilados, confusão explicável pela complexidade do assunto concernente ao famoso "colonialismo" europeu, hoje discutido em tôdas as partes do universo. Daí, nos parecer residir um dos maiores problemas da época atual na permanência do espírito nacionalista europeu, outrora causa do seu colonialismo e hoje da inquietação do mundo, traduzido, como vemos, pela instabilidade da paz e temores do futuro. Não cabe aqui indagar se êste surto foi sistematicamente útil, inútil ou nefasto para quem o provocou e para os que lhe sofrem as conseqüências. O que importa saber no caso ora discutido, são os reflexos dêsse espírito de há muito dominante na Europa, sôbre nação jovem como o Brasil, às voltas por outro lado, com problemas congênitos trazidos à América pelo colonialismo do homem europeu.

A análise dêsse complexo não é fácil porquanto logo se vê o analista tolhido pelo obstáculo da quase impossibilidade de um contemporâneo conseguir escoimar sucessos recentes da deturpação que as paixões es-

palham na história. Constantemente vemos em torno de nós como em curto espaço pode se transformar o conceito público acêrca de homens e fatos. Tanto mais relevante será, pois, a circunstância, em período espantosamente agitado por conflitos de tôda ordem como êste que atravessamos. Sentimos na conjuntura, necessidade do recuo do tempo a fim de alcançar luz no remoinho de sangrentos sucessos a se repetirem em praso cada vez mais curto, num mundo cada vez mais povoado. E, quanto mais povoado, mais choques e conflitos gera, para maior confusão de quem se abalança a lhe descrever os efeitos.

Um dêsse conjuntos, que são para o coevo monumento ao pé do qual êle se encontra demastadamente vizinho para poder abarcar com a vista as suas imensas proporções, é representado pela transformação operada no mundo depois da guerra universal iniciada em 1914. Quem não conheceu atentamente a Europa de antes do conflito não consegue, sequer de longe, imaginar como era. E, inda o tenha conhecido, sempre encontrará dificuldades em reproduzir o que tinha de bom e de mau, de excelente e de péssimo, quais as suas mais nobres virtudes, quais os seus piores defeitos. A impressão superficial que remanesce nos hóspedes de europeus dêsse período, com êles entrados em intimidade graças ao conhecimento do idioma de suas maiores nações, assim como o de seus usos, costumes e tradições, é de euforia, do inexcêdível esplendor e confiança em si mesmo atribuídos a organismos que refulgem de brilho e viço nas vésperas de cataclisma que lhes será fatal. A vida naquele tempo no Velho Mundo era amena para os remediados de fortuna. Em parte alguma fora de seus limites podia-se gozar existência semelhante à oferecida pela civilização européia ocidental. Satisfações de todo gênero estavam com pouco esfôrço e dispêndio ao alcance de seus participantes, chegados ao mais alto grau de

requite e do bem-estar. Entretanto, um novo *Mane Takel Phares* surgia na sombra da Idade de Ouro aparentemente rediviva na terra, representado pelo desvario nacionalista que empolgara a Europa.

Assim que o americano observador punha pé em pôrto europeu, começava a sentir-lhe os efeitos. Através de conversa com o homem da rua, da leitura dos jornais, do relato de discussões em parlamentos, percebia o crescente contágio nacionalista que empeçonhava espíritos e adensava nuvens ameaçadoras sôbre velhas nações enriquecidas no mar e na terra pela rapina de séculos. As caricaturas da época servem de roteiro elucidativo daquele panorama político internacional. Versa a maioria os manejos da *Entente Cordiale* contra a *Tríplice Aliança*, ou vice-versa, a profligar a arrogância e ambição de uns e o alarmante armamentismo de outros. As tramas urdidas no segredo dos gabinetes procuravam maquiavêlicamente enfraquecer adversários a poder de nova arma que viera se ajuntar às antigas — a publicidade. Dois processos sensacionais, extremamente dolorosos para a democracia francesa, foram aproveitados ao máximo pela propaganda alemã, a saber: o caso do Panamá e o processo Dreyfus. No segundo desejou em dado momento intervir o Kaiser, homem impulsivo, desejoso de levar ao conhecimento dos tribunais franceses jamais ter tido o acusado qualquer contato com serviços secretos alemães. Opôs-se o Chanceler Buellow ao gesto sob alegação, de que quanto maior fôsse a desordem na França, mais lucraria a Alemanha, fartos de saber os alemães as intenções “revanchardes” dos franceses. Pela mesma razão, procurara Bismark embarcar os vizinhos em aventuras coloniais, a fim de incompatibiliza-los com os ingleses. Era em suma a aplicação do princípio romano “*dividir para reinar*”, que de tanto emprêgo levou o mundo à garra. Revidavam os franceses os golpes recebidos com igual perfídia quando alardeavam

pormenores do processo da “Camarilha”, que lhes serviu para pintar os alemães perante o mundo como adeptos de aberrações sexuais. Não ficavam, tampouco, atrás em intrigas internacionais a poder da corrupção da imprensa italiana com que lograram dissolver a *Triplíce Aliança*.

A aparência encantadora que hoje se pretende em prestar à “Belle Epoque”, é fruto de nostalgia de certos aspetos brilhantes daquele período, que justamente pela cintilação torna-se mais enganador. Nunca houve tanto travo, rivalidade, azedume, inveja e ódio, entre nativistas de nações poderosas, como nas vésperas da catástrofe tornada inevitável à vista do acúmulo de fatores do conflito. Estuavam em princípios do século 20 com violência nunca dantes presenciada, as correntes de torvo caráter nacionalista encruadas na Europa pelas guerras napoleônicas, em que a antiga fórmula do Rei representante da nação, fôra substituída pelo nacionalismo erigido a soberano, confundido patriotismo com vaidade nacional e outros sentimentos rasteiros fautores de calamidades.

Junto de caricaturas outra síntese da situação era encontrada na diversidade e riqueza de uniformes vistos pelas capitais européias. Variavam ao infinito na forma e matizes, verde dominante em S. Petersburgo, azul e vermelho em Paris, azul claro em Viena, rubro indiano e preto em Londres, todos presentes em Berlim, onde a variedade ia ao infinito. O maior espetáculo do mundo era oferecido em Potsdam, onde ante a família imperial, desfilavam couraceiros brancos da guarda, cujos oficiais dormiam na véspera com as calças molhadas para no dia seguinte comparecerem à parada tão ajustadas como se fôsem de malha! Naquela atmosfera guerreira em que os soldados se transformavam em autómatos para gáudio de estado maior dourado, como símbolo da disciplina que é a fôrça dos exércitos, pro-

jetavam-se as sombras sinistras do Rei Sargento Eleitor de Brandemburgo e a do seu filho Frederico o Rapi-nante. O espetáculo era pasmoso, verdadeira apoteose da fôrça que prima sôbre tôdas as coisas, a serviço da soberbia e da prepotência em vez de garantia do Direito, mas insuflava também tempestades que não tardariam a derrubar tronos e aluir impérios coloniais.

Não menos belicosas eram as outras nações da Europa como se podia verificar em Viena, conglomerado de conquistas reunidas *manu militari* pelos Habsburgos sob o lema A. E. I. O. U. — *Áustria est imperare orbi universum* — sedenta de se expandir em novas anexações, empolgada pelo sonho de chegar um dia ao Bósforo ou ao Mar Vermelho, que por infelicidade sua e da paz mundial, era o mesmo itinerário imperialista da Rússia pan-slava. A França continuava desde 1870 sob acicate da Revanche, alimentado o fôgo sagrado por Deroulede, Rostand e literatos menores. A Itália queria imitar a irmã latina que considerava rival desnaturada, sedentos os italianos por conseguir também um império colonial. A Inglaterra não abria mão do *Britannia Rule the Waves*. Portugal, Bélgica e Holanda se envaideciam de suas possessões ultramarinas. O Japão proclamava o lema *A Ásia aos asiáticos*, ou seja, japoneses, destoante no conjunto a grande república da América do Norte no concerto das potências, desprezada pelo fato de não empregar sua riqueza em constituir imenso exército e transformar o resto do continente em colônia como faria qualquer nação imperialista.

Quís a fatalidade que o drama estourasse antes que a invenção da bomba atômica refreasse (acaso jamais o consiga) aventuras militares. A competição entre austríacos e russos a respeito dos Balcans antecipou a carnificina. Bastou o tiro de revólver do estudante croata para atear fôgo ao paiol de pólvora, sem que na ocasião a Áustria consultasse os seus aliados, nem a Rússia à

França, que lhe emprestara o dinheiro necessário a armamentos e ia arcar com a esmagadora tarefa de conter a super belicosa Alemanha. Daí por diante não conheceria mais paz o mundo, nem entre nações, nem entre classes, a ponto de parecer que sequer a constituição da família resistiria à subversão geral de tôdas as coisas. Ao invés do cataclisma incutir horror à violência, nunca o arbítrio e a iniquidade tiveram pasto maior como depois da primeira guerra mundial. Continua-se a apelar pela paz tal qual no tempo da Conferência de Haya, mas como naquelas priscas eras o resultado parece medíocre.

A derrota de 1918 não erradicou o virus da guerra do coração e cérebro das massas germânicas. Levantou Hitler todo o edifício da sua demagogia nos erros do tratado de Versalhes, do *Diktat* como diziam os nazis, que despojava a Alemanha a favor de inimigos vitoriosos. De nada adiantaram os conselhos de moderação de americanos perdidos naquele *Mare Magnum* de ambições européias. Custava no momento distinguir qual o maior apetite, se o da Bélgica mártir, Polônia desmembrada, Itália abespinhada ou França persuadida de ter ganho sôzinha a luta. As expansões imperialistas de uns serviam para inflamar o supernacionalismo de outros e da reunião da paz (!) surgiu o morbo do próximo conflito, muito mais cruento que o precedente. Tudo se conjugava para facilitar a ação de um insano que ao alardear reivindicações alemãs, na qualidade de povo eleito e lhe acenar com a possibilidade de instituir a seu favor um super-colonialismo no mundo, viu o germano se erguer delirante a adotá-lo como mestre e guia.

Fato não menos espantoso sucédeu com o italiano se levarmos em conta o seu caráter independente, rebelde a compressões, individualista por índole, hiper-crítico de inclinação. Jamais conceberiam os artífices do *Rissorgimento* que um dia a Itália dos seus sonhos

assistiria atônita à destruição da liberdade que êles tanto amavam. O que diriam Mazzini, Cavour, Vitério Emanuele II, Oberdan e os mártires do irredentismo se vissem o seu sucessor Mussolini, padecente de indigestão marxista, atrelado ao carro do triunfador germânico sob o arco de Tito! E que pensariam da Itália alucinada por nacionalismo aberrante declarar guerra à França! Qual o velho parlamentar italiano que jamais conceberia tamanho delito de lesa-italianidade? Qual o presidente de Partido Político que poderia antever semelhante desatino! Jungir-se a Itália contra tôda a sua tradição e interêsses ao pan-germanismo! Tornar-se satélite do bárbaro — segundo asseveravam até nas escolas — já antes de Tácito pintado como seu pior inimigo, que tantas vêzes invadira a península e semeara dôres e ruínas na sua passagem!

Infelizmente continuamos a viver em época entenebrecida por ameaças guerreiras, porquanto em caso contrário, sentiríamos melhor o quanto era sinistra a *Belle Epoque* feita de rivalidades no terreno do roubo a mão armada. Quanta animosidade porejava dessa monstruosa anomalia entre nações, para não dizer, entre continentes! Sem motivo plausível, tão só pela palavra de ordem nacionalista, injuriavam-se a valer, inclinados à prática dos piores excessos, inda as mais pacíficas, assim que se encontravam no terreno das competições internacionais. No *Diário Intimo* de A. Pallière, escrito no reinado de D. João VI, encontramos as diatribes que não cessa de prodigalizar ao seu companheiro de viagem do Rio a S. Paulo, pelo simples fato de ser inglês. Poderíamos supôr que a sua atitude proviria do pintor ainda se encontrar tinto de idéias revolucionárias, degeneradas em bonapartismo como succedeu a muitos franceses nas mesmas condições, ainda próximos de Waterloo, mas desde essa data até sobrevir a *Entente Cordiale* continuou latente o ódio entre franceses e in-

gleses. A campanha do Transwaal serviu de pretexto para o seu extravasamento consubstanciado pela famosa caricatura de Forain, em que se vê o General Krueger aplicar formidável pontapé ao trazeiro da Rainha Vitória revestido pelo Union Jack. Além dos franceses outros europeus também se fartavam de insultar os insulares por causa da lamentável campanha, não, porém, porque se sentissem revoltados pela agressão colonialista a colonialistas, mas por se sentirem vexados, feridos, machucados na vaidade pela nação que já detinha o domínio dos mares e ainda pretendia aumentar o seu poderio. No entanto, isto não impedia que prosseguissem com a mesma inimizade entre si, satirizados, combatidos, intrigados, pelas suas imprensas respectivas insufladas pelos respectivos governos. Neste ponto, encontramos prodigiosa imagem para o caso na pessoa de Ferruccio Macula, jornalista político italiano do fim do século 19, celebrado pelo duelo em que matou Cavalotti e campanhas de imprensa que empreendeu. Em um livro escrito neste sentido o panfletário típico de seu tempo, representativo do pequeno burguês italiano como Ulla personifica a burguesa prussiana, narra os principais acontecimentos da viagem que realizou à América do Sul num barco de imigrantes.

Logo na partida cruzou no Mediterrâneo com transporte de tropas francesas de volta de colônias, sucesso bastante comum no tempo, mas o que diz na conjuntura merece ser reproduzido, pois, depoimento algum poderíamos conceber mais ilustrativo para o exposto. Todos os slogans dos seus semelhantes, do europeu e da sua época, estão aí ao vivo, frementes, palpitantes, assoberbantes, integrantes daquilo que outro panfletário de maior tomo, ou melhor aquinhoado pelo destino nos seus propósitos, chamou *Le Stupide XIX Siècle*:

“Verso le cinque pomeridiane a Capo di Gata quasi dinanzi a quella frana montagnosa di color paglierino

che di notte appare come la massa di un bastimento invelato, (inganno che pochi giorni prima di Trafalgar fece gettare molta polvere e molte palle alle navi francesi) incontrammo un grosso trasporto da guerra della "grande nation", forse proveniente da Orano. Si distinguevano benissimo i pantaloni rossi dei soldati francesi, arranpicati qua e lá da per tutto, sulle le sartie, sui "bastingaggi", o affacciati dagli sportelli del corridoio. Sul ponte si muovevano due ufficiali; probabilmente il tenente di vascello di guardia e il guardia-marina di sott'ordine; a popa altri ufficiali si passavano in mano i binocoli. Il Comandante fece il saluto colla bandiera, che fu reso un pó tardivamente; pareva che facessero fatica quei signori francesi, e forse l'avranno fatta davvero!

Allevati e cresciuti nell'odio e nel disprezzo contro il nostro paese, al quale non si perdona l'alleanza colle potenze centrali, chiesta nell'81 come necessitá di difesa fin dal partito radicale parlamentare, essi sono felice di dimonstrarci in tutti i modi la loro avversione.

Molte volte, per esempio, i nostri soldati imbarcati per Massaua incontrando nel Canale di Suez i grossi trasporti francesi, che andavano al Tonchino sentivano urlare (come ho sentito io dell'87 dopo Dogali) dai fratelli in latinitá; "mangia macaroni, mangia macaroni" in aria dispregiativa. È ben vero che i nostri non mancavano di rovesciare in tutti i dialetti della penisola la fioritura piú insolente all'indirizzo dei pantalon rouges, mescolata a quei suoni iverecondi ed eminentemente espressivi, ai quali accenna Dante nel ventunesimo canto dell'Inferno.

Sui passeggeri nostri la vista del trasporto francese produsse invece un curioso effetto. Dall'albero di mezzana al bompresso, d'un tratto, come fosse passato una parola d'ordine, scoppio un grido immenso di Viva l'Italia, e i cappelli si agitarano e le mane trinciavano

l'aria, mentre la nostra bandiera saliva al picco per salutare.

Non so come abbiano interpretato i francesi, che ci passavano abbastanza vicini, quell'urlo maschio, e così nutrito. Certo io no ne godetti, e pensai che

Coelos non animum mutant qui trans mare currunt".

Note-se que o barco transportava imigrantes das mais atrasadas regiões da Península — é Macula que o afirma de modo pouco piedoso — provenientes de lugares quase à margem da civilização, perdidos nas dobras dos Apeninos, fraldas vulcânicas da Sicília ou planícies do Vêneto, a conjugar, entretanto, as mesmas idéias que políticos e jornalistas de sua terra. A manifestação xenófoba, expressa num ímpeto espontâneo, segundo Macula, irremediável, irrompido de delírio nativista, dá que pensar. Mormente para quem presenciou em sítio de intensa imigração como S. Paulo, efeitos parecidos provocados por foliculários tipo Macula, cujo livro sobre imigração não passa de monturo dirigido contra autoridades e naturais do país que recebia imigrantes de braços abertos e jamais lhes causaram dificuldades na sua existência laboriosa, pelo contrário, os auxiliaram além de cálculos interesseiros e se envaideciam das grandes fortunas que logravam ajuntar. Muito diverso era o procedimento de Maculas e agentes oficiais de seu país destacados nas Américas, altamente nocivos aos conterrâneos pelo veso nacionalista que lhes sugeria como dictamen patriótico voltar o imigrante contra o país de imigração. Patriotas deveras eram os imigrados que pelo seu trabalho remeteram caudal de ouro para a terra distante. Todavia, com o rolar do tempo, já se dissolviam os danos da peçonhenta propaganda, quando surgiu outro surto de insânia nativista com o fascismo. O que foi êste movimento não é preciso especificar. Eivado de nacionalismo, tornou-se super-

nativista para subsistir esteiado na geral hipertrofia de todos os absurdos da velha campanha carbonara dos tempos da unificação da Península. Chegada a êstes paroxismos, resolveu a demagogia triunfante servir-se até de religiões na sua propaganda, e, quando estas não se sujeitavam ao que lhes queria impôr, fundou nova crença para seu uso a fim de se apoderar de vez das massas e torná-las dóceis a seu mando.

O expediente, contudo, não pôde durar muito. Quanto mais violentas as emoções do povo, mais passagens se revelam. Acontece, daí, que para manter sempre o mesmo diapásão é mister criar todos os dias novos motivos de excitação pública, e um dos empregados no caso foi o colonialismo. O fâscio, de princípio útil para pôr paradeiro à desordem que se apossara da Itália depois da primeira grande guerra, assumiu igualmente aspecto de calamidade quando intentou aventuras de conquista armada. Por desgraça para a humanidade, não foi Mussolini o único a embarcar nesta estultifera nave. Muito mais nocivo para a Europa e o mundo representou a entrada no cenário político universal de Hitler à testa das hostes nazistas. Não só o "*nouveau larron*", como lhe chamavam os socialistas franceses, agravava o mal-estar produzido pelo predecessor, como constituía perigo incomparavelmente maior para a paz visto ser muito mais poderoso que o fascismo. Com êle não se tratava mais de rapinas levadas a cabo na África sôbre negros envenenados por gaz mostarda, porém, de escravidão de povos europeus segundo a velha tradição tudesca. Nessas condições, não tardou a se deflagrar o conflito, que entre muitas catastróficas repercussões em períodos seguintes, suscitou o aparecimento do nacionalismo russo, orientado por doutrina implacável que faz da violência seu princípio político.

Mais procedente teria sido para os fascistas, aplicar os bilhões dispersados em África, nas suas atrasadas

províncias da Calábria e da Sicília. Talvez teriam, destarte, evitado que afundassem no comunismo como hoje sucede através do surto subversivo que se regista nas suas populações rurais. Ainda mais acertado seria evitar cuidadosamente pecaminosos conúbios com alemães, qualificados pelo Corpo Diplomático de 1937 como de *Contra Natura*. Bem advertiu o antigo jornalista François Poncet quando recomendava prudência ao lamentável Ciano depois da declaração de guerra, que os alemães eram "*des seigneurs très durs*". Empossados da chefia dos acontecimentos, arrastaram os infelizes italianos à prática de tudo que mais abominavam e menos lhes convinha, desde o ajuste a respeito das populações tirolezas, que os alemães não admitiam continuassem por mais um dia sob guante indigno (ou seja de italianos) até perseguições contra judeus por motivos raciais, num país onde se mostravam tão fascistas ou mais do que Mussolini.

O desfecho da conflagração, contrário ao prolongamento de tais paroxismos no chamado Ocidente europeu, sepultou-os nos escombros do conflito graças à mudança operada na mentalidade de após guerra. Assim como depois da grande revolução francesa, empeçonharam-se com repentes agressivos as paixões nacionalistas; cambiada a fidelidade ao soberano em patriotismo nacional; a maior conseqüência do choque de 1939 vem expressa no ocaso do antigo nacionalismo a favor de reformas sociais internas. A avidez de origem napoleônica cedeu a preocupações de solidariedade não só interna como externa, visível na repulsa que hoje se manifesta contra a manutenção de colônias e guerras de conquista. A antiga porfia de fronteiras transfigurou-se, assim, em problemas de classes no mundo todo, a obedecer a critério científico que dia a dia se aprimora até o esperado momento de excluir tôda violência de reivindicações sociais. Tantos são, porém, os resquícios

de colonialismo existentes em velhas gerações do Ocidente, que não se pode prever para quando a sua completa extinção.

Vincos tão profundos como os que de há tanto tempo norteiam nações ainda poderosas, não desaparecem em tão curto espaço. Intervém no caso a dificuldade de europeus de velha formação se adaptarem a novas concepções de govêrno, que dificultam a solução de problemas prementes, dependentes de entendimento com outros povos sem o colonialismo de outrora. Neste ponto tocamos um dos setores nevrálgicos de nossa época, tão custoso de compreender para um antigo participante de impérios coloniais, como para um americano provido de outra índole e mentalidade, que sequer de longe consegue imaginar o que vai no arcano de europeus nutridos pela erva daninha do imperialismo.

Nós mesmos brasileiros sentimos manifestações do perigoso sentir a despeito de apartados das grandes correntes políticas internacionais. A competição entre as duas coroas ibéricas acêrca de domínios sulamericanos nos deu no passado amostra dêsses fenômenos. A vinda da côrte de D. Maria I para o Rio de Janeiro constitui episódio característico pela exacerbação de expansionismo imperialista então registado no sul. Poderse-ia escrever série de volumes sôbre as desconfianças e animosidade que por êsse motivo permaneceram e se encruaram entre nações platinas, mera imitação de sestros europeus, inda quando reinava D. Pedro II, modêlo de soberano esclarecido, rodeado no Rio de Janeiro de estadistas que se esforçavam por remediar o que antiga metrópole tinha comprometido.

Um dos méritos, e não dos menores, do ínclito monarca foi seu horror a quizílias com vizinhos do sul. Logo que despontava novo caudilho em região platina, começava descabida agitação nacionalista para adquirir o apôio de peones desprovidos de cultura, espírito cívico

o apóio de peones desprovidos de cultura, espírito cívico e consciência democrática. Sobrevinham inevitavelmente dêsse expediente conflitos causados por decalques do nativismo europeu para maior dano de sul-americanos. O censurável na atitude dêsses indivíduos, evidenciava-se quando imitavam o que havia de pior no colonialismo do Velho Mundo transferido para o Novo onde sobejava *lebens raum*, livre por obra dos deuses de problemas de super-população da Europa e da Ásia. Na sua ânsia de progredir pela imitação de grandes centros de cultura, as repúblicas sul-americanas deixavam-se levar muitas vêzes além do aconselhável, a demasiado servilismo no copiar o que o velho continente nos mandava de bom e de mau. Do vêzo provieram males de origem exótica, altamente nociva, que por longo tempo nos empeçonharam.

Tôda a América Latina viu-se prêsa durante o século 19 e parte do 20 dêsse êrro, fator de inumeráveis conseqüências. Sem dúvida, também tivemos os nossos prejudiciais nativismos, exibidos por ufanistas contagiados pelo que ia pela Europa. Dêsse período, mais do que o Sr. Afonso Celso, autor do *Por que me ufano*, parece-nos representativo daquela geração o Barão do Rio Branco. O famoso Chanceler figura entre nossos ufanistas como diplomata impar, laureado por tôdas as virtudes do modelo dos patriotas. Discordamos dessa imagem lendária, por nos parecer mais indicado Juca Paranhos para sub-secretário de Relações Exteriores, do que Ministro responsável. A sua prodigiosa erudição em matéria histórica e geográfica e excepcional capacidade de trabalho o indicavam para o cargo técnico, ao passo que os seus graves defeitos, a implicar até escassez de senso comum, desaconselhavam a sua escôlha para Chanceler. Desde o tempo de estudante em S. Paulo, quando intentou atear fôgo, como era voz corrente na época, ao arquivo da Faculdade de Direito para supri-

mir menções a faltas que cometera e outras manifestações de pouco juízo, continuadas ao depois através da sua existência privada, demonstrou que deveria ser mais um subordinado do que chefe. Entretanto, apesar de seus pruridos armamentistas, custoso e danoso disparate para a nossa incipiente economia nacional, soube o Barão, graças a benéfico influxo do meio, dirimir questões de fronteira por arbitramento e manter relações aceitáveis com nossas turbulentas vizinhas. Ninguém poderá nos acusar de nutrir depois da partida do último monarca europeu que nos governou, o Senhor D. Pedro I, desígnios inamistosos para com lindeiros mais fracos, nem quando o Barão impressionado pelo que se passava no Velho Mundo em matéria armamentista, desandava em imitar exemplos pouco recomendáveis.

Tampouco enredamos intrigas internacionais para auferir vantagens, como no momento comumente praticavam nações altamente civilizadas. Entretanto, a despeito da evidência, esta virtude nos foi recusada no século passado e princípios do atual, período em que tenaz propaganda de origem caudilhesca platina, emprestou-nos planos anexionistas que não alimentávamos. E, não eram apenas propósitos ou instinto de defesa a razão da atitude de nossos vizinhos, possivelmente ainda sob império de choques promovidos pela política portuguesa no Prata. Tão clara e insofismável era a nossa atitude que não podia deixar dúvidas a respeito. Inda assim, manteve-se a mesma hostilidade expressa de mil maneiras a dificultar relações que muito lucrariam em ser amistosas. Infelizmente a invencível imitação de vícios europeus em má hora macaqueados na América do Sul por governichos platinos, continuou a envenenar o nosso ambiente, se bem tenhamos no caso nos esforçado por seguir o salutar exemplo norte-americano, colocando-nos à margem de competições internacionais.

Pelo exposto, vemos mais um nocivo reflexo do colonialismo a nos prejudicar indiretamente, a exemplo do que sucedia com os nacionalismos das mais velhas nações do Ocidente, tratadas colonialmente como fomas pelas grandes potências européias até a eclosão do conflito de 1939.

A política continental professada por Jefferson e invariavelmente mantida pelos Estados Unidos, resguardou-nos da cobiça dessas nações sempre de olhos fitos em o nosso imenso e despovoado território. Cabe aqui recordar as palavras do grande americano quando preconizava a necessidade de um Brasil forte no sul do continente a fim de cooperar na defesa do mesmo contra planos colonialistas europeus. Mas não podia nos salvar de outros males de igual origem, posto, de outro caráter, mormente num país que em todos os tempos acolheu imigrantes e sempre almejou receber maiores quantidades. Na mentalidade do ádvena transparecia invariável o colonialismo nativo. Até nos mais cultos porejava o modo de ver característico e definido. Inúmeras vêzes nos foi dado ouvir da sua parte, sob forma de advertência, vaticínios acêrca do perigo americano. Todo auxílio a nós prestado pelos Estados Unidos era imediatamente indicado como tentativa de absorção. Nesse sentido anunciava Hegel, o pensador de maior alcance no século 19, que mais influiu no pensamento da sua época, próxima luta entre o norte e o sul do continente. O sistema de aplicar fora da Europa fórmulas tipicamente européias, exerce-se de vários modos, facilmente recebidos na América Latina, criada à imagem do Velho Mundo. Dêsses os piores receptores são os brasileiros com dispepsia européia, que supõem conhecer a Europa e os refolhos de sua alma melhor que os europeus; mais parisienses que os parisienses, mais londrinos que os londrinos, mais madrilinhos que os madrilinhos, etc...; supremo ridículo quase enternecedor se não acarretasse

calamidades. De qualquer maneira, com ou sem verniz ocidental, o europeu considera o americano próximo da condição de antípoda, que lhe confere, a êle europeu, direitos especiais. No seu entender a América não passa de mera vaca leiteira destinada pelos fados a alimentá-lo. Quanto ao americano, êste é o menino de escola que deve ser desasnado a trôco de alto salário, ou mais exatamente, educado na crença de que nunca deverá tentar desvencilhar-se da tutela do mestre, ao qual deverá alimentar, servir e enriquecer.

Das nações modernas européias, a que mais acentuava esta tendência, era a Prússia depois que passou a dominar em 1870 a Alemanha. O seu desmedido nacionalismo, complicado para mais, com ervados resquícios das exações napoleônicas exercidas onde permanecia lembrança das vitórias do Grande Frederico, exasperou-a e lhe persuadiu de se apoderar pela fôrça da chefia das nações daquém e dalém mar. Não custou em degenerar o seu nativismo em monstruoso colonialismo, aplicável a qualquer região do mundo, a começar pela própria Europa. E, como não pensaria assim! Em todos os setores da atividade humana brilhavam os alemães em primeiro lugar. Em tôda parte do mundo apareciam armados da sua Kultur prodigiosa. A geografia tornou-se ciência alemã. A historiografia, a física, a química, seguiam o mesmo caminho. O *Kaiser Wilhelm Anstaldt*, firmava em Berlim a tradição de que aí se elevava o verdadeiro templo da filosofia, e a aliança com a Áustria completou o reduto do pan-germanismo na Europa, praticamente estendidos os seus tentáculos do Báltico ao Adriático.

Tinha outro lado mau o espetáculo da sua pujança. Estimulava rivalidades em terrenos perigosos à humanidade. O militarismo que o alemão elevou ao máximo tornou-se o avantesma do mundo. Começava no berço do *undertan*, desenvolvia-se na escola de cadetes para

culminar no Grande Estado Maior do Exército. Envergar uniforme era a maior ventura do súdito de Guilherme II. Na rua o burguês tinha de ceder lugar ao recruta fardado. O Rei Imperador era o modelo do alemão, erigido a novo e melhorado Siegfried, reproduzida a sua imagem em inacreditável coleção de uniformes — mais de 578! — em que até a sua indumentária de caçador bávaro parecia mais belicosa que o necessário para assustar gamos. Visivelmente tendia o melhor de seus esforços no sentido de conseguir efeitos teatrais em reviver o vulto de terríveis deuses dos antigos germanos antropófagos, reincarnados no émulo de Guilherme o Conquistador, se bem, manda a verdade, se nos afigure mais adepto de estrondo, paradas e roupagens marciais, que propriamente sanguíneo. Talvez no íntimo fosse menos belicoso que logistas berlinenses, ou seu aliado o valetudinário Francisco José, imbuído até a medula dos ossos da ambição, prejuízos e preconceitos dos Habsburgos. Mas, à sua revelia, o ambiente que bafejava, num clima de hostilidade destinado a manter vivo o espírito militarista, com o enorme prestígio de suas funções de chefe do mais poderoso império do mundo, concorria de modo decisivo para incrementar o pior lado do nacionalismo, principalmente nos devotos da farda pertencentes à pequena burguesia germânica, e, um deles era o pai de Ulla von Eck.

O colonialismo europeu expandido além mar depois do ciclo dos descobrimentos modificou-se profundamente no correr dos séculos. De princípio foi envidado para enriquecer a mesa dos ricos e nobres com especiarias necessárias à adubação de alimentos e a abastecer a indústria com matérias corantes. Na América criou aspeto sedutor quando foram descobertas as minas de Prata do Potosí, *Rey de los montes*, *invidia de los Reyes*, a concorrer nas aventuras guerreiras dos Felipes unificadores da península ibérica, possuidora de bons soldados,

mas privada de indústria. Depois apareceram em cena os batavos, cujos navios transportavam no século 17 ao Extremo Oriente mercadorias de sua própria fabricação e voltavam carregados por conta dos íberos de gêneros exóticos, sistema mantido até o momento dos flamengos, se assenhorearem dos mares e das fontes produtoras de especiaria e de escravos negros. No século 18 esta primazia passou aos ingleses e no 19 aos alemães representados por Ballin, Krupp, Rathenau, irmãos Mannesmann e milhares de outros expoentes. Mudara igualmente o lema da conquista chamada no tempo do descobridor luso, *conversão dos infieis*, e nos alvares do século 20 *difusão da civilização*. Certa vez um literato francês secundário encontrou a despeito do escasso valor, título sensacional para um trabalho seu, quando chamou por ironia aos europeus empenhados em empresas coloniais *Les Civilisés*. Confundia-se, destarte, de modo perfeito, a acepção do adjetivo com a palavra amoral.

Quanto ao malfadado prefácio do livro de Ina von Binzer — aliás Ulla von Eck — ora afligido do acréscimo que o editor lhe dependurou, em forma de nota, não atribuímos à educadora exclusividade do sestro colonialista, por assim dizer defeito natural na época. Não houve, pois, de nossa parte a mínima reação patrioteira como simplisticamente concluíram o anotador e outros. A noção que temos do nacionalismo que assolava a Europa no século passado, decorre de longas observações que há anos fazemos no campo da história. Por sinal, sem grande mérito, porquanto é de tal forma claro, palpável, inofismável, que qualquer neófito em historiografia poderia expô-lo, desde naturalmente não padeça do veso de querer parecer mais francês que o francês, mais russo que o russo, mais americano que o americano, etc. . . .

Na correspondência de Ulla von Eck encontramos variações desse colonialismo, de caráter intelectual, muito pior que o material, onde transluz o que os americanos

em geral e nós brasileiros em particular sentimos, quando percebemos o mau humor que se apodera do europeu ao vislumbrar qualquer qualidade ou progresso em terra diversa da sua. Para êle, tampouco, não há nada de mais ofensivo e desagradável que qualquer aquisição a benefício do habitante do Novo Mundo. Até os seus patrícios alí radicados passam a ser incluídos no rol incriminado. Em suma, parece-lhe o engrandecimento de um continente a diminuição do outro. Caso o aluno progrida demasiado arrisca o mestre perder prestígio. Daí a constante falta de juízo equânime a nosso respeito, aparente em críticas acerbas, na voluntária recusa de compreender nossos problemas, no contínuo esforço em querer impôr a sua superioridade. Não há meio de lhe satisfazer as exigências. Quanto mais lhe oferecemos mais quer. O pesado do europeu é pensar que um dia não queiramos mais os seus serviços. Entretanto, quem tanto pede, julga-se por completo desobrigado de retribuição.

Ainda bem quando não nos prejudica. Hoje sofremos duramente em a nossa economia os efeitos da desleal concorrência que nos fazem nações européias possuidoras de colônias. Ainda ontem, por assim dizer, sofremos terrível impacto com a borracha introduzida pelos ingleses na Índia(1), como hoje sofremos competição em a cultura cafeeira. Não se trata, como é óbvio, de produções do próprio solo de um país, mas da exploração de indígenas miseravelmente pagos em terras conquistadas. Inversamente nós devemos pagá-las caríssimo, assim como ao colaborador imigrante estrangeiro, insubordinado e ganancioso, que se julga dono da fazenda e só cogita de se enriquecer de qualquer maneira no mais curto espaço possível. Os antípodas coloniais, contudo, não trabalham

(1) cf. interessante artigo de Raul de Pollilo *Faz cem anos o homem que ajudou a empobrecer o Brasil*, in *Correio Paulistano*, 3-1-56, S. Paulo, em que trata de Ridley, o botânico introdutor da *Hévea Brasiliensis* na Birmânia, atualmente separada da Inglaterra.

para si, mas para meia dúzia de alienígenas aproveitadores, como no século 19 os *planters* britânicos que nos acarretaram o bloqueio contra o tráfico em nome de mendaz filantropia. Este negro, porém, abençoaria a hora em que visse pelas costas os "*civilizados bemfeitores*", como outrora sucedia com os indianos, ansiosos por praticarem o melhor modo de vida que lhes apetecia sem intervenção de odiosos senhores, cujos préstimos interesseiros jamais tinham solicitado. Este fato lembra episódio ocorrido com certo professor europeu, que nos enumerava as vantagens auferidas pelos indígenas das colônias de sua pátria graças à filantropia dos seus patrícios, dêle professor. Acrescentava, que a partida dos dirigentes representaria a volta da região ao regimen anterior, ao antigo feudalismo que alí imperava antes da chegada dos conquistadores. Admirou-se quando ponderamos que êle se exprimia exatamente como um nazista invasor de seu país — o caso sucedeu durante a última guerra — e mais admirado ficou quando lhe repetimos os dizeres de Hitler, que pretendia melhorar a administração da Europa com o paradeiro da desordem provocada por constantes mudanças de ministérios, escândalos administrativos, judeus no govêrno, etc... Com isto, porém, provocou o *Fuerer* grita medonha dos pseudo beneficiados, os quais berravam à guisa de protesto esperar ajuda dos Estados Unidos para se livrarem dos mentores, a fim de continuarem a ser mal administrados por conterrâneos, solução ao seu ver muito preferível a serem otimamente dirigidos por nazistas. Esquecido, todavia, do paralelo, o professor candidamente aventava para os outros o que julgava intolerável para si.

No caso em apreço, a personalidade de Ulla von Eck é tão interessante quanto a sua correspondência. As cartas em que narra suas ilusões e desilusões no Brasil, são precioso repositório de informações sôbre tôda sorte de episódios do fim da monarquia, onde avulta a qua-

dra em que nossos pais procuravam substituir o trabalho escravo pelo livre. O espírito, porém, em que foram escritas, não é menos elucidativo acêrca da mentalidade européia do fim do século 19, evocado como é por elemento típico da sua gente e do seu tempo.

A rapariga não era má, nem tampouco estúpida, longe disso; estamos até certos, certíssimos, de que deu ótima mãe de família; o seu espírito é que se mostra pervertido pelo que os francêses chamam atualmente *la Belle Époque*, se bem outros preferam "*Le Stupide XIX^e Siècle*".

Ainda Reflexos do Colonialismo Europeu

A CONTECIMENTOS E DISCUSSÕES atualmente levantadas pelo momentoso assunto do colonialismo europeu, encruado em muitos setôres da Europa, donos de impérios ultramarinos, tornam oportunos reparos sôbre o que tão de perto nos toca. Em primeiro lugar, cumpre-nos a propósito dizer, não nos inspirar laivo algum nacionalista nestas considerações. Se críticas fazemos a nações colonialistas em pleno século 20, são fruto de análise despida de preconceitos, o quanto possível objetiva e serena, voltada para o antigo imperialismo do Ocidente, cuja ação no mundo é incalculável.

Nessa orientação, versa o nosso estudo principalmente o instinto predatório manifestado séculos afora pelo europeu em qualquer latitude e longitude. Muitos aspectos dêste sentir, presente desde a noite da história, remanescem nos que ainda hoje, procuram na Europa se engrandecer à custa de vizinhos. Outrora, quando lhes faltavam tais possibilidades, lançavam vistas cubiçosas sôbre terras de além mar. Verificou-se, daí, assim que o surto dos descobrimentos lhes permitiu, a expansão da cobiça européia através de oceanos e de continentes, nem sempre a benefício dos conquistados, como perto de nós demonstrou a cruel empresa dos Cortez e Pizarros na América.

Atualmente a idéia de renunciar a possessões coloniais ainda se afigura inadmissível a muitos de nossos

amigos pertencentes a velhas gerações européias. Dizemos *nossos*, tão só com referência aos sentimentos que sem muita reciprocidade lhes dispensamos. Os europeus hoje chegados ao poder formaram-se sob o mais ferrenho nacionalismo, a explicar porque raciocinam acêrca das atuais condições do mundo, como um nosso parente quando lhe anunciavam a próxima abolição do regimen servil. Via-se arruinado, espoliado, vítima de atroz injustiça, êle que tanto estimava os seus negrinhos. Mais revoltado ainda se sentia ante a perspectiva dos antigos escravos receberem direitos iguais aos dos antigos senhores. Aquilo lhe parecia inadmissível e muitos assim o pensam, mas ninguém pode deter a marcha do tempo, e, a abolição tinha de vir como igualmente o fim do colonialismo há de ocorrer. O ideal, no caso, seria que as novas gerações européias se compenetrassem do inelutável e aceitassem o que seus país não concebem.

Por enquanto é evidente a dificuldade de persuadir a um europeu possuidor de colônias a libertá-las por falta de direitos sôbre as mesmas. Antigamente, há uns cincoenta anos, sob o predomínio da dualidade ética exigida pelo colonialismo, matar, roubar, escravizar antípodas não constituía delito. Assim, pelo menos, pensavam indivíduos perfeitamente escorreitos em suas relações com outros europeus. Todavia, depois da cruenta luta contra o nazismo — colonialista por excelência por outorgar à raça eleita germânica o direito de espoliar as outras — essa dualidade aparece hoje em tôda a sua abominação. Ademais, surgem sintomas de que o novo conceito do crime outrora enaltecido, penetra em as novas gerações do próprio sítio em que mais se manifestava. Aos moços de hoje é mais acessível a idéia, de que os totalitarismos só podem ser combatidos a poder de princípios democráticos. Ora, êsses princípios devem reger não só indivíduos, como relações internacionais, fato que

de todo condena a antiga dualidade geradora de guerras de conquista.

A última conflagração mundial, no seu caráter de desdobramento da anterior, instilou concomitantemente o mesmo sentir nas populações coloniais antigamente submetidas a europeus pela força. A rebeldia que hoje se lhes nota, decorre da consciência de seus direitos, apoiados para mais por nações em que se contam até europeias avessas ao regimen colonial. Assim o quer o Destino e não tardará o momento em que não mais veremos o estranho espetáculo de grandes potências ditarem leis ao resto do mundo. Nada de mais absurdo e monstruoso que o disparate exibido ainda faz pouco pelos "*grandes da Belle Époque*", empenhados em se demolirem mutuamente a poder de propaganda em que não sabiam qual maior impropério inventar, calúnia propalar, intriga enredar, a fim de se sobreporem aos rivais na paz enquanto não o pudessem pelas armas na guerra. Naquele período nem por sonhos ousavam míseros coloniais anteverem a liberdade. Sequer o nosso Ruy Barbosa aludiu ao problema na Conferência de Haya, se bem levantasse a voz em defesa das pequenas nações. Ora, essa igualdade de direitos, implicava ipso facto o reconhecimento da independência dos povos conquistados, coisa de que ninguém, entretanto, cogitou na dita Conferência e que teria sido o seu verdadeiro título de glória.

Duas guerras apocalípticas se encarregaram de lhes restituir a esperança de liberdade. Não foi apenas nos campos de batalha que houve vitórias de Pirro. Também no setor das idéias deram-se profundas mudanças no mundo em consequência do rescaldo que deixaram. Graças a essas transformações sírios, libaneses, abissínicos, jáos, indús, egípcios, tunísios, tonquineses, etc. conheceram nova era na sua vida política, a incutir esperança nos que ainda jazem na servidão atrás da

Cortina de Ferro. Quem ousaria prever tamanha mudança no concerto internacional ha apenas alguns anos? A guerra de 1939 tida por muitos como triunfo do gregarismo comunista, sempre nos pareceu favorável à democracia e como tal se revela. Onde existe liberdade forma-se intransponível barreira a doutrinas de força; o que importa, pois, é reinar essa liberdade!

Em outro trabalho nosso aludimos às opiniões de um ilustre professor sôbre a missão civilizadora que incumbia ao seu país. Ultimamente viemos a conhecer um seu filho, igualmente professor de universidade, que se apresentava com idéias muito diversas do progenitor, acessível a novas concepções e ao que significam para a melhoria do mundo. Começam, outrossim, a perceber os da nova geração, que diretrizes demasiado nacionalistas semeiam mais desordens que proventos. Percebem igualmente os jovens que se preparam para assumir o poder, o horror de doutrinas totalitárias que fazem da violência o seu princípio político n.º 1. Nunca poderá haver paz duradoura, o maior anseio da humanidade, enquanto não se reconhecer o direito à independência de tôdas as nações, sejam quais forem. O primeiro passo para se chegar a bom resultado, em condições de desanuviar o nosso porvir, é o desaparecimento de colônias da face da terra. Se não admitirmos como intangível o conceito dos povos subsistirem livres de intromissões estrangeiras a mão armada na sua vida, como poderemos nos opôr a totalitários cegamente empenhados na conquista do mundo? Pouco importa se o intentem para fins econômicos, religiosos ou sociais; basta que procurem realizá-lo sem anuência das vítimas, em caráter de conquista armada, para que devamos condená-los e combatê-los. No caso da Rússia moderna, ninguém pode lhe negar o direito de conservar a doutrina política que adotou, principalmente se admitir eleições livres no seu território. Tampouco, poder-se-á em sã consciência

censurar que a enalteça se abrir fronteiras e permitir que russos e estranhos possam atravessá-las quando e como lhes convier a demonstrar ao mundo as maravilhas do regimen vigente. O que não se pode conceber, é que o queiram através da subversão violenta do mundo, de choque sangrento de classes, de guerras universais. Não há ingênuo algum, a não ser fanáticos imbecis, que possa alimentar ilusão sôbre o que teria sucedido ao mundo acaso fôsem os moscovitas os únicos possuidores de armas atômicas!

A expansão do comunismo tanto na Europa como na Ásia, processou-se mais a poder de baionetas que por anseio de massas. Começou com tramas do Estado Maior alemão durante a primeira grande guerra. No intuito de inutilizar um adversário e obter a supressão da segunda frente, recorreram os germanos ao perigosíssimo expediente de remeterem pequenos agitadores para a Rússia, incumbidos de promover distúrbios mais tarde corrigidos pelo dito Estado Maior quando tivesse ganho a guerra. Sucedeu o contrário e os provocadores de desordem tornaram-se donos do maior império da terra. *Mutatis mutandis* coisa semelhante sucedeu à China abalada por sua longa luta contra o nacionalismo japonês, o famoso *Peril Jaune* decantado na *Belle Époque*, que tanto concorreu para a miséria, desorganização e descontentamento das massas chinesas.

Longe de repousar sôbre as armas, a fôrça da democracia reside na noção do direito das gentes, na consciência democrática que não se conquista mas se adquire através do exercício da democracia. Tanto isto é certo que os dirigentes moscovitas se sentiram obrigados a envergar fatiota pseudo democrática de modo supinamente grotesco. Em tôda parte onde aumenta o nível cultural e bem-estar econômico, mais ainda o primeiro do que o segundo, esmaece a violência e fenece o comunismo. Na Itália neste momento presenciamos curioso

fenômeno, de empalidecer no correr de eleições a mancha rubra há pouco dominante no norte industrial da península, ao passo que se condensa ao sul, na parte meridional mais atrasada econômica e culturalmente.

O mesmo podemos vaticinar para a Alemanha hodierna, privada no passado dessa consciência democrática pelo absoluto predomínio do nacionalismo belicoso no espírito do povo. Podemos até ir além. Aventamos a mesma previsão relativamente à Rússia pelo simples motivo da completa falência do comunismo em período de paz prolongada. Estaríamos livres do pesadelo que representa se Hitler jamais tivesse existido. Foi a agressão nazista que unificou a U. R. S. S. e lhe retemperou a resistência à desagregação que já se manifestava no seu âmago, porquanto os regimens totalitários não suportam confronto com nações livres e para subsistir necessitam de implantar credos marxistas em todo o mundo, sem deixar em parte alguma resquício de democracia livre.

As repercussões da segunda conflagração mundial, provocada por planos conquistadores e colonialistas — os nazis pretendiam esvaziar a Ucrânia e a Polônia de suas populações para substituí-las por alemães — tiveram também analogia com as da primeira guerra iniciada em 1914. A derrota de Hitler trouxe a comunistização da Europa do centro e do extremo oriente, sem que jamais fôssem consultados em pleitos livres os povos conquistados a respeito do regimen que lhes aplicavam. Tanto na Tcheco Slováquia (nação democrática muito mais adiantada que a semi-bárbara Rússia) como na Birmânia, imperaram baionetas e inquisição policial e não a livre escôlha de governo. A situação em que daí por diante se viram os “*tutelados*” não difere muito dos “*colonizados*” pelos europeus em várias partes do mundo. Gemem hoje as vítimas atrás da Cortina de Ferro, contra o que lhes impuseram, tal qual árabes e outros

clamam por se verem livres dos mestres em "civilização". Parece-nos árduo nessas condições apresentarem-se nações possuidoras de colônias em congressos internacionais para exigir a libertação de povos caídos sob guante comunista, quando êles mesmos são exemplo daquilo que em casa alheia pretendem suprimir.

Atingiu o mundo nível que não mais admite o arbítrio da força armada. Pode sofrer eclipses momentâneos como os que atravessamos neste momento, mas serão sempre passageiros. Os totalitários precisam manter a violência como o homem necessita de ar para viver. Os democratas prescindem de cortinas de ferro, os maiores argumentos contra o totalitarismo, desde que também seja banido o colonialismo. Uma coisa não se separa da outra. Na história futura será notada a influência do imperialismo czarista nos soviets como se notava a de Pedro o Grande na política dos Tzars. As relações entre nações não devem se nortear pela sua força ou fraqueza militar, porém no seu direito perante povos livres. Tampouco regimens políticos internos tão só baseados na inquisição policial, são condenáveis como expressão máxima de ideologia emanada do manifesto de Marx e Engels, que hoje pretende dirimir questões sociais com diretrizes velhas de mais de um século.

Congresso de Escritores de 1954

O artigo sôbre relações entre europeus e americanos que publicamos na revista *Comprendre*, órgão da *Société Européenne de Culture*, sugeriu ao Congresso de Escritores, realizado em S. Paulo por ocasião das comemorações do seu IV Centenário, convidar-nos para expor em sessão de encerramento o ponto de vista das Américas acêrca de europeus. Repetimos nessa ocasião, pouco mais ou menos o que tínhamos expresso em artigo. Vasado em têrmos anódinos, o seu feitio inócuo nos persuadiu não haver inconveniente em reproduzí-lo aquí, tal foi pronunciado perante o que há de mais selecto no jornalismo mundial da actualidade:

“O homem europeu, principal objeto desta discussão, pode ser definido sem receio de injustiça, no que concerne suas relações com indivíduos diversos de seus conterrâneos, como ser rapinante por excelência, que desde as sombras da proto-história tenta por todos os meios engrandecer-se à custa de vizinhos. Neste ponto assemelha-se ao homem asiático, que produziu em outros tempos Átila e Djendgis Kan, e, nas últimas guerras continentais o nacionalismo japonês. Ambos são partidários do emprêgo da fôrça e da felonía para alcançar intentos ambiciosos. Ambos padecem do mesmo incoercível veso, conquistador, dominador, escravizador, posto tenha o europeu elaborado para mais, o curioso expediente da dualidade ética para uso interno e externo, nas suas relações com gentes de aquém e de além fronteiras.

Este bifrontismo surgiu no correr da revolução francesa, movimento reformador de caráter democrático, envidado em nome de virtudes cívicas e privadas, por indivíduos que se inculcavam defensores dos direitos do homem. O triunfo do intento, devia em tese, selar o término da interminável luta contra a tirania e impôr o advento da fraternidade, igualdade e liberdade universais. Entretanto, de positivo deu apenas como resultado acentuar a dualidade a que aludimos. Assegurava sem dúvidas, salutar orientação de princípios democráticos, quando dividia, sub-dividia e fracionava o exercício do poder entre governantes, ainda delimitadas para maior precaução em períodos legislativos temporários, de sorte a obstar predomínio de um indivíduo, família, grupo, clan ou "classe" social sobre os seus semelhantes. Este fato insofismável, constitui um dos maiores benefícios da Grande Revolução orientadora das idéias humanitárias do século 19, onde encontramos na fraternidade dos indivíduos barreira contra guerras de conquista. Infelizmente, a despeito do interesse que do postulado permaneceu contra todas as modalidades de escravidão, em pouco degenerava o espírito revolucionário em aventura napoleônica, a qual cultivou o que já fora posto em prática nas campanhas da revolução contra as monarquias européias, expresso pela demagogia instilada sob forma nacionalista no espírito do povo. Daí a aventuras colonialistas medeava pouco, pois começava a experiência na própria Europa, como se depreende do cínico ajuste de Fontainebleau em que Napoleão e comparsas esquarterjavam Portugal e repartiam com demasiada precipitação os despojos dos Braganças.

Com este feitio começou o estranho procedimento a predominar em aventuras coloniais, estabelecida a diferença entre rapinagem praticada contra europeus, consideradas escandalosas, suscetíveis de provocar conflitos universais, e as dirigidas contra antípodas, perfei-

tamente admissíveis, para não dizer aconselháveis a nações civilizadas. Tornavam-se até, objeto de inveja por parte dos que não tinham possibilidade de as cometer, impedidas pelas mais fortes, que apoiadas em fôrças terrestres e marítimas não consentiam em concorrência por parte de nações mais fracas. O mundo outrora dividido por Alexandre VI entre as duas coroas da península ibérica — com grande escândalo de Francisco I rei de França — tornou a ser dividido no fim do século 19 e princípios do 20 pela França e Inglaterra.

Embalde despontou com a agitação de 1848 nova fase política na Europa, ponto de partida do influxo marxista no socialismo de esquerda, que se proclamou partidário do emprêgo da violência (luta de classes, sabotagem contra governos, principalmente os de caráter socialista moderado, revoluções, etc...) para chegar ao fim. Condenava o seu manifesto, com data do mesmo ano, o individualismo oriundo da Grande Revolução. Rebelava-se contra as suas conquistas. Reagia contra as suas regras, mas no tocante às colônias, expendia apenas vagos conceitos, compreendido o problema no conjunto da doutrina. Até o dia da marxização do mundo podiam continuar as massas coloniais como estavam. O que importava era primeiro aluir os regimens liberais saídos da Revolução Francesa com os seus mitos de igualdade teórica, liberalismo e individualismo.

Nos parlamentos dessas nações, profundamente marcadas pelos sucessos do fim do século 18 e guerras napoleônicas que os completaram, preocupavam-se os seus componentes com melhorias sociais para uso interno, sem preocupações com a situação dos povos "colonizados". *Vae Victis*. Nunca a frase lapidar romana teve maior aplicação através do mundo. O simples fato de não ser europeu implicava perda de direitos, fôsse o prejudicado africano, asiático ou mesmo americano. A indiferença pela situação dos não europeus

englobava a socialistas de qualquer matiz. Entretanto, a condição dos indígenas das colônias era simplesmente miserável, a significar o termo colonização o mesmo que escravização. O resultado de semelhante dualidade era clamarem — por exemplo — os marxistas contra a exploração do operário pelo burguês, sem a menor referência a brutal servidão, inda de populações pertencentes a civilizações mais antigas que as européias, levadas a cabo nas colônias com implacável utilitarismo.

Vem de molde citarmos exemplo típico da mentalidade então reinante, extremamente esclarecedor acêrca do espírito dos países mais civilizados da época. Podia cair em nações liberais o melhor dos ministérios pelo fato de ter demitido um sub-prefeito de província, e, reaver instantâneamente o prestígio perdido acaso organizasse em tempo expedição predatória contra antípodas possuidores de verdadeiras ou supostas riquezas. Na conjuntura, acomodariam os socialistas humanitários e seus adversários os marxistas ortodoxos, os pruridos pacifistas dos primeiros e reformadores da sociedade dos segundos, com o desinterêsse pela sorte do espoliado, sob alegação (por sinal, desnecessária porque ninguém se lembraria de os interpelar a respeito) de que, em última análise, o desafôgo trazido à produção industrial pela conquista militar de novos escoadouros comerciais, beneficiaria à classe operária européia!

Outro exemplo não menos significativo ocorreu recentemente com Benito Mussolini, um dos mentores máximos da política do Velho Mundo dos últimos tempos. Chegou êste agitador, considerado por Lenine expoente do socialismo na Itália, modelo do socialista marxista, e mais virtudes revolucionárias, a opor-se em 1911 ao embarque de tropas para Trípoli, sob pretexto de que o regimen burguês então dominante na Itália, pretendia derramar sangue de proletários italianos a fim de prestigiar-se a sua custa. Algum tempo depois,

êsse mesmo Mussolini, friamente ordenava o emprêgo de gaz mostarda contra desgraçados etíopes em prol da áura fascista, sequiosa de possessões além mar para se revestir de épicas roupagens ante o mundo civilizado. O intento era perfeitamente admissível, pensava o ditador, à vista do precedente de outras nações necessitadas de prestígio interno e externo. Fôsse, no entanto, diversa a mentalidade européia, desprovida de bifrontismo ético e de hábitos seculares de rapinagem organizada, um socialista de extrema esquerda, admirado por Lenine, considerado por eminentes europeus sinceramente desejoso de colaborar na redenção dos oprimidos (muita gente além dos rubros assim o entendiam), deveria procurar a admiração dos pósteros em outro campo que o da conquista armada. Se passou por cima dêsses escrúpulos, é porque o meio onde se criara lhe tinha obliterado a noção do delito.

Ora, êsse mesmo europeu remetido às Américas, em sítio de vida fácil onde reinassem princípios democráticos, sem obstáculos, portanto, à sua atividade, transmutava-se por completo a ponto de se tornar irreconhecível a conterrâneos remanescidos na Europa. A mudança era atribuída à largueza americana, que o libertara de problemas de *lebens raum*, de más influências, péssimos costumes e piores tradições. O espaço livre em tórno de si lhe amenizava a índole e lhe purificava os pendores. Despido, senão da cobiça, pelo menos de absorventes cálculos interesseiros, tornados desnecessários, livre dos recalques que infelicitavam os patrícios da Europa, mostrava-se avesso a quizílias com vizinhos e não se lembrava de aventuras coloniais. O desafôgo permitia-lhe a prática da hospitalidade na mais larga escala, de braços abertos ante outros imigrantes de qualquer origem, vistos mais como colaboradores na terra virgem, que competidores no seu desbaste e aproveitamento.

O espírito singelo que daí promanou, escandalizava a europeus de além oceano. Exclamavam revoltados por tanta ingenuidade, "*O americano, ignaro dos nossos problemas, caráter e condições, parece-nos mais distante da Europa que os nossos coloniais aculturados.*" Daí, consideravam calamitosas as intervenções de Woodrow Wilson, Coolidge ou Roosevelt nos tratados de paz após conflagrações universais e choques políticos subsequentes. Na medida em que contrariavam os interesses das partes os estadistas estadunidenses eram acusados de todos os males dos ajustes ou desajustes internacionais. Segundo europeus a êles cabiam os erros que deram causa à conflagração de 1939, quando em realidade a razão direta do conflito veio das reparações impostas à Alemanha, de que faziam questão absoluta ingleses, italianos, belgas e franceses. Onde pecavam indubitavelmente os americanos era em outro setor, recaída pesada responsabilidade sôbre seus ombros quando não se precavinhavam devidamente ao se defrontarem com o europeu armado de sua moral bifronte, uma para uso interno e outra para o externo.

Mas sômente a largueza americana não basta para explicar o fenômeno. No fim da Renascença, na hora em que o lusíada descobria o Brasil e na Europa despontava o imperialismo colonial, a população portugêsa era diminuta, assim como a inglesa e a de muitas mais nações européias. Logo, a necessidade de espaço vital, não basta para explicar mudança de pele do homem setentrional depois da passagem do equador. Há muitos mais fatores a influir no caso, como entreviu Avelar Brotero quando esteve em princípios do século 19 nos E.E. U.U. e descreve a origem da democracia norteamericana. Do anseio de liberdade que a levava a separar-se da metrópole, percebia o turista brasileiro, a corroborar iguais reparos por parte de Hipólito da Costa, adveio a base da consciência cívica havida dos antepassa-

dos anglo-saxônios acrisolada na América, molde da futura poderosa nação, nascida e desenvolvida sem dualidade ética nas relações com outros países do continente, mantidas no exterior com os mesmos princípios que norteavam as do interior entre os Estados da Federação.

A famosa carta de Jefferson escrita de França em 1787 não deixa sombra de incerteza a respeito, "*Como norte-americano acredito firmemente que o meu país não só deseja, mas também precisa de um Brasil forte, independente e amigo, para desempenhar na parte sul do Hemisfério a missão que nos incumbe na parte norte. As nossas duas nações, unidas por uma amizade sincera, não somente manteriam a paz no Hemisfério Ocidental, mas ainda formariam, com os demais países da América, um bloco capaz de resistir a qualquer agressão da Europa*". Quão diferente seria o procedimento nas mesmas circunstâncias de um inglês, francês ou alemão! Mais acertado por certo julgariam êles aliar-se com os poderosos do momento, para dividirem entre si a prêsa, como se praticara na sucessão da Espanha, mais tarde no espos-tejamento da Polônia, na gorada partilha da Turquia (por causa de rivalidades entre potências européias ocidentais) e contemporâneamente fôï estupidamente tentado em conflitos universais. Êste é o verdadeiro espírito europeu, insanável através dos tempos, rebelde a tôdas as lições da história, plasmado por lutas de conquista que não deixaram uma pologada de solo do Velho Continente sem banho de sangue vertido em conflitos entre nações, cidades, castelos, casas ou casebres, desvairados pela idéia de chegar à opulência graças aos bens do vizinho.

Teria mudado depois do cataclisma de 1939 o espírito europeu? Hoje temos de perguntar a nós mesmos, se o fim do colonialismo, de seus arreganhos imperialistas e principalmente da sua dualidade ética, não libertaria a nossa era, juntamente com a compressão da natalidade, dos maiores pesadelos que a perseguem.

Repercussões Sociais da Cultura do Café no Brasil

RESPLANDECE O CAFÉ na constelação das produções brasileiras como elemento máximo da nossa economia nos tempos modernos, em primeiro plano da lista de produtos que nos proporcionam divisas internacionais. Decorre a privilegiada condição de extraordinário conjunto de circunstâncias, favorecidas pela proveitosa aclimação da rubiácea na faixa tropical onde se estende o atual Estado de S. Paulo. Tão imediato sucesso sugere aí se encontrar o seu novo habitat à vista das condições extraordinariamente propícias telúricas e climáticas da região. O café paulista quando bem escolhido, prescinde de misturas como o da América Central a fim de se tornar agradável ao paladar da clientela estrangeira. Os de Franca e de S. João da Boa Vista apresentam-se completos, facilmente cultivados, objetos de técnica empírica de pouco custo e melhor rendimento econômico que os de nossos concorrentes.

A aparição no século 19 do produto brasileiro no mercado de gêneros chamados “exóticos”, foi precedida pela seqüência de outras produções que lhe prepararam o terreno. A primeira por ordem cronológica consistiu no pau de tinturaria, a Ibirapitanga que deu nome ao país, o rubro lenho cuja tinta era procurada pela indústria de tecidos do século 16. Puramente extrativa concorreu, porém, na fixação dos primeiros povoadores

no litoral, que exploraram o sertão, mesclaram-se com os silvícolas, acolheram os donatários, os governadores mandados pela metrópole e os casais europeus destinados ao início da colonização. Depois desta primeira fase, surgiu a semi-agrária, semi-industrial produção açucareira, até hoje presente no Brasil, admiravelmente sucedida em Pernambuco e na Paraíba, a dispensar meios ao português para defender a possessão ultramarina, em pouco tornada a mais bela gema da coroa lusa, e subvencionar o estanco da pimenta e mais especiarias do Oriente que durou deficitário até meados do século 17. Não fôsse a contribuição econômica oriunda do desenvolvimento dessa atividade, de maior proveito para o Régio Erário que mais tarde o ouro e diamantes das Minas Gerais, não conseguiria o Rei de Portugal manter a dispendiosa navegação e comércio da Índia, mais ilusório que benéfico para a monarquia segundo em outro trabalho sobejamente demonstramos(1).

O surto do açúcar teve a particularidade de organizar em larga escala o trabalho servil. De princípio tentado com índios, malogrou e foi substituído pelo do negro, que plenamente correspondeu às necessidades da lavoura. Apresentava, contudo, o defeito de depender de outro continente, o que encarecia e complicava o abastecimento das colônias. Em todo caso, na emergência influiu poderosamente o capitalista judeu, possuidor de dinheiro líquido, provido de crédito e de apóio de correligionários nas maiores praças do mundo. Foi quem se substituiu à coroa no encargo de fornecer ao lavrador recursos monetários, braços graças ao tráfico e apóio comercial através da venda da produção. Especializado desde Tito na mercância e traficância no mundo cristão e adjacências, poderosamente influiu no ba-fêjo da agricultura nas capitanias do Estado do Brasil

(1) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*. Prefácio vol. I.

de meados do século 16 a meados do 17. Nesse período o chamado cristão novo da península ibérica, especializara-se no comércio dos gêneros ultramarinos de que Portugal dispunha monopólio. Ao cair êste privilégio nas mãos dos holandeses, os judeus ibéricos o acompanharam e se passaram para o lado batavo. Com o revés do flamengo em o norte do Brasil, o judeu teve de abandonar as capitânicas onde se produzia açúcar para se estabelecer com o mesmo ramo na América Central. Desamparava, dessarte, por injunção da sorte das armas a colônia que tanto ajudara a desenvolver e contra ela passava a concorrer no mercado mundial.

O decréscimo do provento do açúcar encontrou compensação no século 18 com o prodigioso episódio da descoberta de jazidas preciosas no interior do Brasil. O acontecimento carregou levas de mineradores e legiões de escravos para o sítio onde se registara, através de acessos por onde os trabalhadores afluíam, recebiam abastecimentos e escoavam o produto das lavras. O rojo também produzia bases de apóio por onde se comunicavam com o exterior e eram sustentados no interior. Desenvolveu-se, daí, o Rio de Janeiro sob incentivo de atividade comercial que deu origem a grandes firmas, cujos donos constituíram o cadinho da futura classe dirigente do Brasil chamada em princípios do século 19 a substituir a côrte de D. João VI de volta para o reino. Deslocava, simultâneamente, o surto mineiro, a primazia econômica do norte para o sul da colônia. Êste fenômeno pode ser acompanhado nos fastos de um grupo familiar representativo como o Pedra-Carneiro-Leão, da casta dominante em decisiva fase do nosso destino, compreendido da chegada da côrte joanina fugida de Portugal, ao reinado de D. Pedro I, regência de Feijó e minoridade de D. Pedro II. Com esta mutação preparava-se o terreno destinado a receber nova riqueza, maior que a do ouro, açúcar e diamantes reunidas, que foi o café.

Desde 1718 cultivava-se a rubiácea nos arredores de Surinam, território onde os flamengos tinham fincado pé depois de expulsos da Amazônia. Entre êles ter-se-ia refugiado um certo Mourgues, desertor francês, que em dado momento rogou indulto aos compatriotas para poder tornar a Caiena. A fim de melhor conseguir a intenção, apoiou o pedido de mercê com a oferta de contrabandear sementes de café, que os holandeses sob penas severíssimas não consentiam fôsem exportadas. Era arriscado o intento pelas precauções dos holandeses no intuito de manter a proibição. Contudo, bem sucedido Mourgues na emprêsa e no indulto, criou ambiente favorável ao sucesso da cultura de mudas de cafêiros na Guiana francesa, de onde, igualmente por contrabando, passaram ao Pará levadas pelo português Melo Palheta. Em fins do século 18 espalhara-se o café pela capitania do Rio de Janeiro a começar pelos morros das vizinhanças da capital. Faltava apenas maior impulso por parte das autoridades e mais algum apôio para multiplicar a produção, quando surgiu inesperado auxílio revestido de extraordinário vigor e alcance, como jamais teria sido possível prever, com a chegada em 1808 da côrte portuguesa à Guanabara.

Começara a série que fêz das desgraças do Velho Mundo benefício para o Novo. O mesmo se repetia em 1914 e 1939, com análogos característicos, em que vemos nossa evolução sob acicate dos acontecimentos, dar saltos de séculos na senda do progresso. A difusão do café na agricultura colonial pouco antes da chegada da côrte, era prenúncio de nova fase histórica com quem se ia identificar. Da sua produção daí por diante dependeria o crédito do Estado, ou seja, a existência do país como nação independente. O vulto da rubiácea entre nós assume, destarte, desde o seu despontar econômico,

visos de verdadeiro milagre. Posto não fizesse muito que vingasse na capitania do Rio de Janeiro, estimulada a sua cultura pelo ativo Vice-Rei Marquês do Lavradio, logo contribuiu de modo sensível à manutenção dos Príncipes e do enorme séquito que os acompanhava. Plantado por antigos lavradores de cana, aproveitava o café-eiro, graças a certas semelhanças, o sistema, método, experiência e acima de tudo, organização do regimen servil, já existentes na empresa mixta agrária-industrial da cana. Descrevia Peixoto de Brito, *“Uma fabrica de assucar, a que se chama engenho, colocada em grande extensão de terreno, onde de 50 a 200 e mais escravos sob dominio de um senhor cultivam a cana; no mesmo terreno ha a casa de habitação do senhor e sua familia, que se chama de vivenda, muitas são grandes palacios; ha outras muitas casas formando ruas a que chamam senzalas, onde habitam os escravos; ha uma igreja ou capella, e além d’isto as casas onde estão collocadas as machinas de moer a canna, de coser, e purificar o caldo, e finalmente as que servem accondicionar o assucar para o transporte; o conjunto de todas estas casas constituem um capital muito importante... O mesmo com alguma alteração succede com a organização em grande escala da plantação do café e do algodão”*, descrição em que sequer faltava, para maior semelhança no processo produtor o pormenor, *“a fim de demonstrar a importancia do escravo nos trabalhos de um engenho, basta dizer que os mais intelligentes empregam-se em misteres muito difficeis; elles são os mestres de caldeiras, e casa de purgar, etc...”* tal como sucedia no trato do café nas várias manipulações por que passava antes de ser ensacado. No correr do século 19 em muitos sítios passaram até a vizinhar as duas produções, como em S. João Marcos não distante do Rio de Janeiro, e pouco mais tarde em Itú, Campinas e mais comarcas da Província de S. Paulo.

Ambas as produções necessitavam de grande cópia de braços, custosa organização, muitos capitais ou crédito a fim de normalmente funcionarem. No passado o judeu capitalista subvencionara o lavrador do norte e do nordeste, no século 19 o encargo recaiu sobre o "comissário" estabelecido de primeiro na capital da monarquia, cujo início de capital líquido disponível remontava muitas vezes, direta ou indiretamente, à mineração do século 18. A seguir, ou simultaneamente, Bancos oficiais ou privados também concorreram no amparo do cafécultor. Nesta altura registou-se fenômeno análogo ao ocorrido com a indústria açucareira depois da guerra holandesa, desta vez, porém, favorável ao Brasil. Assim como os cristãos novos tangidos de Pernambuco e da Paraíba, divulgaram na América Central a técnica açucareira, alguns fazendeiros da Martinica e outras possessões européias, vieram se estabelecer em plagas fluminenses sob D. João VI.

Entretanto, mais do que a contribuição dos capitais que traziam, ou de aperfeiçoamento que porventura divulgassem, o maior benefício da imigração consistia na sua presença na sede do novo reino de Portugal, Brasil e Algarves. O interesse pela cultura do café demonstrado por estrangeiros, era poderoso estímulo a portugueses descrentes do seu futuro da Europa e para seus filhos desejosos de permanecer na antiga colônia transmutada em nação independente. Coincidia, ademais, esta atividade privada com a do governo, empenhado em aumentar as fontes de renda do setor americano da monarquia. Imbuído de idéias reformadoras do século anterior, do seu culto à ciência e progresso, não havia o que deixasse de intentar para atingir o objetivo consistente em criar riquezas na antiga colônia praticamente metrópole com a vinda da corte, de um império composto na Europa de Portugal e Algarves; na América do Brasil, Guiana Francesa e Uruguai; na África de

Angola, Congo, Moçambique, ilhas e ilhotas junto à Costa da Guiné, além das vizinhas de S. Tomé e Príncipe; as feitorias de Goa e Diu na Índia; Macau e Timor no Extremo Oriente e arquipélagos de Madeira, Açores e Cabo Verde e ilha de Trindade no oceano.

Refugiada a côrte lusa no Rio de Janeiro, teve de encontrar in loco a subsistência. Príncipe Regente e Ministros, mais técnicos e pseudo técnicos importados ou aqui aparecidos, mais elementos da população, intentavam todos os dias novas experiências, invenções e descobertas. Tratados em vários volumes ou folhetos, da lavra de José e Baltasar da Silva Lisboa, José Gregório de Moraes Navarro, Joaquim Jacinto Nogueira da Gama, Frei Leandro do Sacramento e muitos outros que a tôda hora saíam da Imprensa Régia, ou manuscritos como o de D. Diogo Maria Galhard, de mão em mão percorriam os interessados em novas produções. Mandaram vir chins do Oriente para cultivar chá, riqueza similar a do café, destinada a abastecer o mercado britânico, plano que não foi adiante pelo fato dos ingleses darem preferência à produção de suas colônias. Importaram-se tôda sorte de espécies vegetais e animais da América, Ásia e África, dantes obstadas pela demora e deteriorização da viagem obediente ao decreto que estatuiu a ida primeiro de produtos coloniais a Lisboa, para depois serem reenviados ao pôrto de destinação. Planejaram-se vias de comunicação, correntes imigratórias, saíram a lume revistas especializadas como o *Patriota*, mil empreendimentos foram tentados mas um só vingou magnificamente para maior bem da coroa — o café.

A maior dificuldade que o produtor de momento encontrava além da ameaça britânica à importação do braço negro era o crédito bancário, por sinal, estreitamente jungido ao outro problema. O prêto custava caro, requeria bom tratamento, portanto, dispendioso, pouco

se reproduzia no regimen servil, embarcado em África número muito maior de homens que mulheres, e mais circunstâncias que obrigavam o lavrador à constante renovação de efetivos. O repentino progresso da antiga colônia, a acarretar súbito aumento de atividade geral, concorria para provocar intensa procura de braços. Não havia escravos que chegassem. Todo o império luso repousava sôbre o trabalho do prêto. A razão de ser do recém fundado Banco do Brasil depois da chegada do Regente, não se prendia tanto a funções auxiliadoras diretas da produção, mas principalmente de estender créditos a atividades ligadas ao café e ao tráfico negro, de que dependia a prosperidade local. O braço necessário à agricultura era a providência inicial a qualquer empresa. Com abundância de instrumentos agrícolas, como eram os cativos remetidos da África, tudo se tornava possível. Sem êles, nada se conseguia, o produtor cerceado na produção, o govêrno sem recursos para dar largas ao seu colonialismo no sul do continente, o tesouro além de vazio, endividado, atrasado nos vencimentos, desmoralizado dentro e fora de fronteiras. Neste comenos surgiu o café como ajuda salvadora, a abrandar as aperturas do Erário que na sua ausência entraria em bancarrota, impossibilitado de manter campanhas conquistadoras, reformas administrativas, estímulo à produção e casamento de Infantes e Infantas com Príncipes das mais ilustres monarquias católicas, fato então considerado de primordial importância.

Delicados cuidados tinha, pois, de enviar a coroa para não empecer produções destinadas a substituir as que feneciam. Os antigos elementos úteis à balança do reino tinham cumprido a sua missão, cuja parte maior consistia em propiciar o advento de novos recursos segundo a procura do mercado mundial. Cumpria agora ao café o papel de gigante Atlas, sustentáculo da máquina do Estado nos regimens subseqüentes à mo-

narquia absoluta. A missão seria facilitada pela feliz circunstância do produtor encontrar montado e em pleno funcionamento o regimen servil, a despeito dos esforços da mais poderosa monarquia da época em destruí-lo. Vem de molde assinalar que a opinião pública no Brasil não se iludiu a despeito da suposta filantropia aparentada pelos adversários do tráfico africano. Segundo diz o contemporâneo Peixoto de Brito, "*o contrabandista*", ou seja o burlador da campanha repressora, "*era um homem geralmente estimado, e até um influente na política do país ao ponto de provocar o bill Aberdeen*". Contra o absurdo que esta medida representava, por arrogar o direito à Inglaterra de legislar a respeito de assuntos alheios, a fim de melhor defender o interesse de súditos concorrentes dos brasileiros, levantaram-se estadistas compatriotas de Aberdeen, como Lord Chelmsford e principalmente Lord Cairns, que assegurava "*a lei nunca devia ter passado no Parlamento (britânico), porque era uma tentativa de legislação para subditos e propriedades de um país soberano e independente, e que se este país tivesse sido mais forte do que era então o Brasil, nunca o Parlamento houvera adoptado o projecto de 1845, e ainda repetiu quando o bill foi apresentado em segunda leitura, que ainda quando o Brasil tivesse violado o tratado, a Inglaterra tinha o direito de reclamar contra tal violação; mas não tinha o direito de, por meio de uma lei, authorizar os subditos inglezes a capturar subditos brasileiros envolvidos no tráfico de escravos quando os encontrasse em alto mar, e muito principalmente em aguas brasileiras; que tal procedimento, estabelecia um precedente do qual se poderia lançar mão contra a Inglaterra, desde que a sua legislação não estivesse de accordo com os principios do direito internacional. As vozes da imprensa ingleza vieram unir-se a estas sollemnes manifestações; o Times, o Morning Herald, o Globe e outros jornaes negaram a legali-*

dade do bill de 1845, e reclamaram a sua revogação. Foi pois completo o triumpho da justiça subjugada por mais de vinte annos, e plenamente satisfeitos os justos clamores do Brasil”.

Note-se na exposição de Peixoto de Brito, o trecho em que reproduz a noção de um abuso possivelmente gerador de males futuros, por parte da própria opinião pública britânica expressa no eloquente trecho, “*um precedente do qual se poderia lançar mão contra a Inglaterra*”, resultado da prepotência instigada pelo colonialismo de um Aberdeen e comparsas empenhados em proteger mercadores da City. Acrescentava Peixoto de Brito, “*D’essa intervenção nasce um grande erro... Acredita-se que a Inglaterra ou outra qualquer nação poderá obrigar o Brasil a manumetir os seus escravos; é um engano manifesto. A solução desta questão pertence unicamente à organização interna e economica do paiz, na qual o Brasil tem de exercer a sua soberania nacional, que é absolutamente independente, e não pode estar sujeita a pressões externas*”. Na continuação do seu ponto de vista alude o autor a um dos mais reprováveis aspectos do colonialismo, não mais aplicado a indígenas, mas a nações independentes, pelo simples fato de serem mais fracas, “*Tôda nação tem o direito de se constituir e organisar como melhor convier aos seus interesses, e este direito é tão legitimo para aquella que se governa com liberdades restrictas, ou mesmo com o absolutismo. Nenhuma nação foi dizer a Russia que libertasse seus servos, e nem que melhorasse a triste condição da Polonia. Nenhuma nação foi dizer a Austria que libertasse a Hungria, que só agora recobra os foros que tantas luctas sanguinolentas lhe custaram. Nenhuma nação foi dizer a Inglaterra que melhorasse a sorte da Irlanda, cuja população foge em massa para a America. Nenhuma nação foi dizer a França que dê aos habitantes de Argel iguais direitos aos que tem os*

subditos francezes, visto que os acha capazes de empunhar armas em sua defeza". Assim pensava um americano do sul em pleno século 19. Poderíamos dizer melhor, um americano *tout court*, pois êste modo de ver exprimia-se com a repulsa e indignação de elementos livres do continente, do norte, do centro e do sul, contra o intolerável despotismo europeu.

O brasileiro não fizera mais no caso, que receber a escravidão montada em tôdas as suas peças no regimen colonial. Viera-lhe ter às mãos já domada e assimilada, não só pelo interêsse do produtor, como pela ação religiosa que apaziguara o gentio, doutrinara o negro e instruíra o branco. Graças à poderosa intervenção do sacerdote católico, assumiu entre nós o escravagismo aspeto completamente diverso como foi dito de outras colônias européias. Foi, de certo modo, providencial para o cativo africano nas duas margens do oceano. Deu-lhe no Brasil existência superior o que encontraria em qualquer outra região colonial, "*O escravo está ao serviço da familia desde o salão até a cozinha, toma parte na educação dos filhos dos senhores, principiando desde a amamentação até o estado de puberdade, os seus filhos criam-se com os filhos dos senhores quasi como irmãos: o escravo é um commensal permanente da familia, é mais do que isto, é o fiel do senhor que lhe confia muitas vêzes a casa, e tudo quanto possui de precioso, é o seu amigo que o defende e livra de grandes perigos; o escravo partilha as alegrias e as dores da familia, finalmente são innumeraveis os factos que servem para provar que os laços que ligam o escravo á familia, não são sómente os da obediência, são tambem os do amor mutuo, que nasce do contacto e fraternidade em que vivem, e da affeição reciproca, que chega ao ponto do escravo regeitar a liberdade que lhe quer dar o senhor, e de haverem muitos senhores que por seu fallecimento não só deixam livres os seus escla-*

vos, como também os instituem herdeiros de sua fortuna. Esta foi a organização da família brasileira debaixo do domínio português, e a que ainda existe actualmente", escreveu por volta de 1870 o mesmo Peixoto de Brito.

Se o cativo permanecesse na condição de prisioneiro de guerra no Daomé, por exemplo, arriscaria ser sacrificado nos abomináveis sacrifícios dos "costumes", quando a poder de sangue humano solenizavam-se os funerais de régulos daomeanos. Sem dúvida, houve na Bahia insurreições de Malés e outros guineenses que poderiam ser paragonados com os sangrentos sucessos da Martinica e do Haiti, mas a origem dos levantes ocorridos na cidade do Salvador é muito diversa. Prendia-se como diz bem Henry Ellis em 1816, ao fato de se adensarem no mesmo sítio africanos da mesma proveniência, "*At Bahia, the former capital of the Brazil, where the slaves are generally from one nation, insurrections are frequent*", notícia confirmada por Marrocos ao comentar relatórios oficiais sôbre os acontecimentos. Acrescia ainda o característico importantíssimo no caso, de pertencerem êsses insurretos à religião mussulmana, o que os tornava não só belicosos e infensos aos fiéis de outras crenças, como ainda impermeáveis a ação do catolicismo. Ademais, parece pelo que diz Burton a respeito dos agitadores de torna-viagem à Costa por êle entrevistados, não se tratava de escravos mas de libertos, pois, de outro modo não teriam sido expulsos da Bahia como suspeitava o inglês.

Excetuado êste fenômeno local, próprio de determinadas circunstâncias, o cativo de guerra transportado para o Brasil recebia instrução religiosa, moral e bons exemplos, junto de pouco trabalho, farto passadio e alojamento de muito superior ao que dispunha em África, e alcançava a condição de livre, encontrava tôdas as facilidades para exercer a profissão que aprendera nas

fazendas. Entretanto, slogans difundidos pelos interessados em turbar a concorrência comercial, o quase "dumping" que por largo tempo exercemos com a produção do café, pintavam o africano atirado no Brasil, como mártir padecente de suplícios inomináveis, necessitado da intervenção liberadora dos que, nas suas possessões, submetiam trabalhadores rotulados livres a fatos jamais ocorridos nas senzalas fluminenses ou lavras mineiras.

A condição que no Brasil elevava o escravo muito acima de simples máquina de trabalho exacerbava nossos antagonistas. Disfarçados em apóstolos humanitários, influíram na "Foreign Policy" britânica a partir do bloqueio continental decretado por Napoleão. Era objeto de constante preocupação para Whigs e Tories a paz entre senhores e escravos brasileiros, considerada intolerável ameaça à atividade do colonialismo insular. A nossa resistência à repressão do tráfico, afetava tanto a Câmara dos Comuns como a dos Lords. Chamados a depôr perante a comissão de inquérito do Parlamento, como vimos em outro capítulo, antigos mercadores, traficantes, pastores protestantes, oficiais de marinha e mais pessoas convocadas, mostravam-se unânimes em enaltecer o sistema vigente na lavoura da maior nação sul-americana.

No rápido desenvolvimento da produção cafeeira do Brasil a partir da chegada da côrte, o principal mérito do governo de D. João VI consistiu em não prejudicar com intromissões do governo a iniciativa privada, que tão brilhante contribuição ao Tesouro liberalizava. Na impossibilidade de prover de capitais ao lavrador, tinha, entretanto, êste governo o bom senso de não lhe empecer o trabalho fecundo, ao mesmo tempo que indiretamente o ajudava quando cerrava os olhos ante o tráfico em ascensão e ouvidos aos protestos do aliado inglês. Quisera, além disso, o Regente ativar o desbaste

da terra e simultâneamente premiar a fidelidade dos súditos que o tinham servido de modo excepcional. Pensava unir o útil ao agradável, como praticara o seu antepassado D. João III ao instituir o regimen de capitánias hereditárias no Brasil. Distribuiu D. João VI na do Rio de Janeiro, não muito distante da capital, sesmarias a colaboradores seus como Paulo Fernandes Viana, ou Jacinto Nogueira da Gama, por coincidência ambos casados na família Carneiro Leão Pedra, composta de grandes argentários da época(1). Outros também foram contemplados, escolhidos entre indivíduos de posses e de crédito, supostos em condições de arcar com o empreendimento que deles se esperava. Alguns se aproveitaram da mercê para especularem em proveito próprio, sem benefício para a coroa que os galardoara. Diz Saint Hilaire os seus mal feitos neste sentido, mas pensamos a despeito da sua opinião, quase todos corresponderam ao régio escopo, como se infere da existência nos reinados seguintes de modelares fazendas para o tempo, pertencentes ao Conde e ao Marquês de Bae-pendy, ao Duque de Caxias e mais proprietários rurais ligados por laços de sangue e de afinidade à famosa tribo argentária carioca.

Renovar e ampliar os efetivos de trabalhadores continuava o principal problema, que, por sinal, se manteve até nossos dias. Só a intensificação do tráfico podia resolvê-lo. Fome de braços registava-se em tôda parte, nas cidades, campos, lavouras, edificações, oficinas, transportes em crescente procura. A desproporção de homens para mulheres nos embarques da África para o Brasil, não dava esperanças de melhorias. Como já foi dito, pouco se reproduziam os pretos nas senzalas. Ademais, por escrúpulo moral, existia na população sub-

(1) v. do autor o livro *Tomas Ender* cap. da "Formação da Classe Dirigente Brasileira".

metida a potente influxo religioso, marcada repugnância a respeito da procriação dos escravos nos moldes que em larga escala, tentaram aplicar os Estados sulinos da grande república norte-americana. Nas nações católicas, deviam as uniões sexuais obedecer a preceitos ditados pela Igreja Romana para todos os crentes sem exceção, de qualquer casta, nacionalidade, raça ou religião fôsem.

Branços ou pretos só deviam ter prole quando se unissem pela consagração do matrimônio católico, consideradas em tôdas as épocas clamorosas as infrações aos seus sacramentos. Na existência das fazendas predominava em absoluto o catolicismo. Acêrca do vulto que assumiu nenhuma melhor afirmação que a de viajantes de princípios do século 19, pela abundância de dados e facilidade que temos em averiguar a sua procedência. Entre êles avultam os franceses pelo fato de se comporem de indivíduos recém-saídos das guerras napoleônicas, portanto, submetidos ao delirante nacionalismo criado pelas campanhas de conquista. Nunca como naquela quadra manifestou-se o conhecido espírito de *denigrement* em geral comum a franceses, e ainda recrescido, quando se encontram no exterior, como bem indica o sábio Saint Hilaire, além de muitos outros patrícios seus. Nessas condições ainda mais ferinos se mostrariam, inclinados muito mais à demolição sistemática, do que a observações indulgentes, ou pelo menos, próximas da veracidade. No entanto, repararam na diferença entre os servos das fazendas de senhores brasileiros e os de pequenos burgueses do Rio, no geral reinois vindos com a côrte. Sentiram-se surprezos os viajantes pelo alto teor moral verificado em engenhos e plantações de café, em contraste com as deficiências notadas nos escravos urbanos. O fervor religioso de senhores e escravos nas fazendas era em tudo o oposto do deletério ambiente da capital do Reino Unido, como pomposamente se denominava a capital bragantina, onde

se viam os donos de pretos, gananciosos e pouco escrupulosos, procurar obter o máximo proveito do trabalho dos escravos. Nesse sentido, tinham os funcionários da Alfândega formado uma espécie de monopólio do serviço de carga e descarga e transportes da cidade, detentores como se encontravam da aferição nos armazéns. Possuidores de grande número de pretos escolhidos, obrigavam-n'os a lhes entregar diariamente certa determinada quantia, deixando o remanescente ao trabalhador para manter-se a si mesmo. O regimen praticamente separava o escravo do dono, exposto na rua a tôda sorte de contágios, apenas vigiado pela deficiente polícia do Desembargador Paulo Fernandes Viana.

Inversamente gabavam êsses franceses o edificante espetáculo dado pelos trabalhadores das emprêsas agrícolas, numa atmosfera de bondade, justiça e paz muito superior até a de proletários europeus das mais progressistas nações do século 19. Tão privilegiada situação não era nova. Datava dos primórdios da colônia, quando a pequena comunidade branca era rigorosamente dirigida pelos apóstolos das missões. Inda se levantassem por vêzes conflitos entre o rebanho e os pastores por motivos econômicos ou por instigação de cristãos novos naturalmente infensos à crença da maioria, continuava a ação dos padres — mormente dos jesuítas — no recesso familiar, na consciência dos crentes, no comportamento das mães de família e de todos mais que as rodeavam. A escrava que junto da sinhá colaborava nos afazeres familiares, respirava a religiosidade da casa grande e nessas condições, por sua vez, tornava-se agente da manutenção da paz e sossêgo das fazendas. Esvaída a primeira fase desbravadora do litoral, em que lhe revelara os recursos da natureza, mas que se rebelara contra o sistema de trabalho europeu que lhe queriam

impôr, sentira nas épocas seguintes o apêio proporcionado pela doutrinação religiosa sôbre o prêto substituto do índio. Sem êste auxílio jamais lograria viver insulado por léguas de ermo, entre legião de negros outrora valerosos guerreiros em África.

Esse aspeto do regimen colonial perdurou invariável por três centúrias. A longa série de estrangeiros que nos visitaram, de inúmeras nacionalidades e religiões, admitia a despeito de pequenas divergências que o trabalho no Brasil prosseguia fecundo no seu destino, sem as perturbações que muitas vêzes estouravam em colônias de grandes nações imperialistas. Corsários ingleses, mercadores franceses, funcionários holandeses, prisioneiros irlandeses a caminho de ergástulos no Oriente, reparavam na lenidade do regimen servil e o modo como assimilado ao sistema se mostrava o trabalhador sôbre o qual recaía o fardo da produção. Basta no caso o depoimento de Souchu de Rennefort, funcionário das Índias Orientais que Luís XIV acabava de fundar, o qual — entre considerações ociosas ou erradas — também nacionalista como todo súdito de Rei embriagado por sonhos de conquistas — reparou em curiosas cenas ocorridas em Pernambuco no domingo de 10 de setembro de 1666, em que houve festança de pretos, *“Après avoir esté à la Messe au nombre environ de quatre cens hommes & de cent femmes, ils élurent un Roy & une Reyne, & marcherent par les rues chantans, dançans, & recitans des vers qu’ils avoient faits, precedez de haut-bois, de trompettes & de tambours de basque.*

Ils etoient vestus des habits de leurs maîtres & maitresses, avec des chaines d’or & des pendants d’oreilles d’or & de perles; quelques-uns masquez. Les frais de la ceremonie leur coûtèrent cent écus. Le Roy & ses Officiers ne firent rien pendant toute cette semaine, que se promener avec gravité l’épée & la dague au coté”.

A narrativa é confirmada através de informações sobre congadas etc... e dá bem idéia dos privilégios gosados pelos que nossos desafetos tinham por mártires. Muito se admirou, passado mais de um século, o pesquisador Donald Piérson de haver na Bahia confrarias católicas negras em que os brancos não podiam entrar. Um outro francês, ainda no tempo de D. Maria I, apreciava a maneira como na capitania do Rio de Janeiro eram tratados os escravos e a sua eficácia nos misteres de que eram incumbidos. Reconhecia o viajante a excelência do método comparado ao criminoso abandono em matéria religiosa da escravatura de Ile-de-France, a que atribua a razão de levantes e morticínios. No interior da capitania fluminense observara melhor tratamento dispensado aos pretos que na cidade, pois, os donos "*prenent beaucoup de soin de leurs esclaves. Les nègrillons sont très bien vêtus, et vivent familièrement dans la maison du maître*", sob a soberana ação do exemplo vindo de cima. Não menos expressivo é o valiosíssimo depoimento recentemente divulgado, extraído das confidências de uma jovem alemã, também nacionalista depois da guerra de 1870, de que tratamos em outro capítulo. Nas cartas de Ulla von Binzer, aliás Ina von Eck, a descrever famílias brasileiras, temos impressionante quadro no fim da monarquia da vida íntima dos fazendeiros. Apresentavam-se impecáveis quanto à moralidade e virtudes cristãs, a ponto de não incorrerem nos reparos da mestra nacionalista e colonialista. Podia-se afiançar nesta altura, que a sua organização era intangível até para a jovem prusiana tão desejosa de tudo criticar, a constituir exemplo vivo que descia do ápice da estratificação social até à multidão negra.

Descreveu pormenoradamente Ulla von Binzer o recesso em que lhe foi dado viver, onde pôde presenciar o resultado da boa índole de seus hospedeiros, sua lou-

vável religiosidade, assim como os laços afetivos que prendiam entre si os dirigentes e mais elementos da autarquia representada por uma fazenda. Fazendeiro ou senhor de engenho, significava o mesmo que título de nobreza numa época de predomínio aristocrático no mundo civilizado. No seu recesso estivera sucessivamente Ulla no Rio, Minas, Petrópolis, na capital de S. Paulo e no interior da província do mesmo nome, sempre testemunha de exemplares relações entre pais e filhos, senhores e escravos, súditos e imperantes, em que até rubros republicanos reconheciam a elevação do magnânimo Imperador e a correção da família imperial, modelo de virtudes familiares no antigo regimen.

Destaca-se da narrativa da mordaz escritora, trecho em extremo característico da moralidade reinante outrora, no episódio em que alude à morte do Ministro Buarque de Macedo. Tivera de acompanhar as alunas numa festa da inauguração da Estrada de Ferro de Juiz de Fora. No decurso das cerimônias quase a moça presenciou o falecimento do Ministro atacado de mal súbito. Nas vascas da morte, notícia Ulla von Binzer, rogou Macedo ao soberano presente, velasse pela família que deixava desvalida. O ilustre administrador, que tão altos cargos desempenhara, complicadas questões resolvera, importantes somas de dinheiro manejava no serviço público, tinha na algibeira quando caiu em plena faina administrativa, a quantia de quatro mil réis! Hoje em dia semelhante fato parece remontar a tempos fabulosos. Mais ainda se nos afigura espantoso ao verificarmos serem naquele tempo comuns de alto a baixo de tôda a escala da sociedade. Os lares dos principais elementos do império eram austeros e dignos, fôsem de nortistas, centristas ou sulistas. Nada contra êles encontrou Ina, a despeito da vontade de o fazer. Teve de limitar seus remoques a fatos de pouca monta, no setor de vaidades e frivolidades, por falta de

matéria para crítica em lares onde não se ouvia falar em divórcio nem separação de cônjuges, o marido devotado aos seus e ao serviço da coletividade quando para isto o convocavam e a esposa absorta nas lides caseiras às quais abnegadamente se consagrara.

A propósito de europeus colonialistas, vemos que o verdor do Brasil, praticamente existente para um estrangeiro só depois da abertura dos portos em 1808, dificultava o estabelecimento de correntes imigratórias que foram tentadas a partir de D. João VI. Era incompatível o trabalho livre com o escravo. O empreendimento de Nova Friburgo, fundado com luxo de cuidados e precauções em tórno do imigrante pelos conselheiros del-Rei, devia, em tese pelo menos, assegurar tôdas as condições de sucesso no Rio de Janeiro. Era coisa inteiramente inédita, nem com a importação de chins podia ser comparada, tantas as inovações a lhe presidir a organização. Estudada até os mais ínfimos pormenores, tinham escolhido para recebê-la montanhas não muito distantes da capital, em clima ameno, garantido aos suíços boas residências, assistência médica, religiosa, econômica e *tutti quanti*. Inda assim, a despeito das esperanças que na tentativa depositavam os luso-helvéticos, malogrou a empresa. O relatório do assessor da colônia, Mr. de Pourcelet, descreve as causas. A falta de boas estradas e fácil condução seria das principais, mas havia outras decorrentes do meio, que de momento era custoso superar e somente mais tarde tornou-se possível, depois do desbaste inicial realizado pelo braço negro.

A marcha triunfante do café pelo vale do Paraíba ia ser um dos maiores elementos de êxito neste sentido. Os proventos que dava oferecia ao ádvena condições dantes desconhecidas. No fim da monarquia já se mostravam bastante mudadas as condições do meio para se poder esperar fruto de grandes correntes imigratórias

destinadas a substituir o trabalho escravo. Não só o imigrante produzia mais que o negro, como ainda trazia consigo técnica e elementos de civilização cada vez mais necessários na trilha do progresso na qual tínhamos enveredado. Mas o homem possuído do "*arbeiter geist*" do Ocidente, também aparentava defeitos, alguns até graves através da sua ambição construtiva, perigosa quando sob influência de nacionalismos. Infelizmente a cultura do europeu durante o século 19 misturava-se com a emanção de cadáveres caídos nos campos de batalha de guerras de conquista, geradoras de complexos que tinham dado origem ao colonialismo no pior sentido do termo. Na sua presença entravam as mais variadas manifestações declaradas de modo agressivo, fôssem de ordem material ou intelectual, sempre em aparência envenenadas pelo nacionalismo latente em todas as suas manifestações.

A cabal demonstração desse espírito odioso, é mais facilmente encontrada no indivíduo culto do que no inculto. Não resumava tanto no proletário anônimo, que se sente bem onde vive folgado, mas no agente oficial representante de sua terra, cujas funções antigamente consistiam muito mais em explorá-lo em nome de sentimentos patrióticos, que protegê-lo das vicissitudes da imigração. A maior tarefa de agentes consulares e diplomáticos estrangeiros entre nós, pertencentes a nações fornecedoras de imigrantes, residia em impedir a assimilação do imigrante pela região a que dedicava o melhor do seu trabalho. O fim era invariável. Mantê-lo sempre como fator de renda para o país de origem, em última análise, variante do colonialismo para maior bem de uma nação à custa de outra.

A inexperiência do americano muito auxiliou os manejos desse elemento desagregador instilado sob aparência inofensiva em nossa incipiente sociedade. O fato do Brasil se encontrar deserto quando aquí aportou a

côrte bragantina depois de três séculos de regimen colonial, colocou-nos inteiramente na dependência do imigrante destinado a ser nosso colaborador técnico a fim de intensificar e melhorar o trabalho em vasta extensão virgem. A circunstância nos obrigou daí por diante a estôicamente suportar uma situação de outro modo considerada intolerável. No princípio, a maior leva imigratória foi composta de portugueses, os quais, dadas as facilidades de comunicação com os antecessores radicados na América, para aquí se dirigiam ajudados por outros ou com seus próprios recursos, por anseio de aventuras, ou, como era mais comum, para grangear meios de melhorar de vida quando tornassem à metrópole. Quase sempre era elemento ativo, econômico, cumpridor de deveres, duro para si e para os outros, rústico, probo e religioso. Era da mesma casta dos marujos da epopéia do Oriente e das bandeiras, capaz de grandes empresas realizadas com o maior arrôjo se necessário fôsse. Como, porém, a fase do heroísmo quixotesco se desvanecera, nêle predominava o bom senso de Sancho, que lhe aconselhava preferir a parasitária existência cidadina à agreste sertaneja. Não via necessidade de se arriscar em sertões ínvios, ou fazendas em formação, como feitor em meio de negrada boçal, se podia viver no Rio com relativo conforto, no meio de patrícios seus.

Junto de conterrâneos estava como que em família, pois edulcorava nostalgia da terra distante, encontrava amparo, assistência e solidariedade, auxílio geral para mais rápido progredir. Não raro também se lhe deparrava oportunidade de desposar a filha do patrão, ou de um patrício que o precedera e já se enriquecera. Nessas condições pouca utilidade representava para a lavoura de que dependia a nova nação nascida de um episódio das conquistas napoleônicas. Falto também de lastro técnico, em grande parte saído não de cidades mas do campo onde abandonara a rabiça do arado,

sequer concorria para aprimorar o aspeto das cidades onde se aboletava. Poder-se-ia, até, lhe atribuir o aspeto primitivo de certos bairros, como o centro comercial do Rio de Janeiro, pelo fato de ser a principal figura no comércio retalhista.

Esse imigrante, como todo imigrante, passado algum tempo de permanência em o novo meio, evoluía tanto na condição como no espírito. Certas facilidades de vida, aumento de recursos, e, acima de tudo, o complexo criador do homem estimulado por maior independência, às vèzes o prendiam ao sítio onde aos poucos mudava de pele. Entusiasmava-se pela sua obra de pioneiro naquele mundo em formação. Quanto mais afoito e bem sucedido mais fundas raízes deitava no solo, tal planta viçosa que se distancia das demais. Acontece, haver ao lado dêsse elemento dinâmico, outros mais débeis, menos bafejados pela fortuna, torturados por saudades da região natal, onde não havia mais lugar para êles, onde tudo estava feito e refeito, sem mais necessidade de inovações, mas apenas de medidas conservadoras a fim de preservar patrimônio acumulado em séculos. Este segundo tipo, preocupava-se tão só em amealhar algum dinheiro para logo volver à pátria. Na atitude poderosamente influía o elemento feminino, a ponto de se mostrar muito mais adaptável ao meio o homem solteiro do que o casado. Custa muito mais à mulher que ao homem aclimar-se em ambientes estranhos. De condição caseira sente muito mais o desambientamento do que o companheiro absorvido pelo trabalho fora de casa, principalmente quando alanceado por cálculos ambiciosos.

Recente episódio em S. Paulo com imigrantes italianos dá bem idéia dêsse fato extensivo a tôdas as épocas. Logo depois do fim da última conflagração, houve inundações na região do Pó que colocaram em má situação trabalhadores da cultura de arroz. Disposto

o Brasil a receber elementos adaptáveis à agricultura, supuzeram autoridades italianas que seria boa solução para o caso mandar-nos algumas dezenas de famílias flageladas. Malogrou por completo o intento, como nunca jamais acontecera, pior que outrora o dos suíços em Nova Friburgo ou alemães de Santo Amaro, porquanto hoje os seus descendentes tornaram-se ricos graças à valorização das terras. O malogro foi tanto mais sensível se levarmos em conta os esforços de governos e particulares no sentido de cercar a empresa do máximo de fatores de sucesso. Promovido inquérito para se apurar as causas do incidente, averiguou-se que a maior consistia na rebeldia das mulheres, que tenazmente exigiam a volta à Europa. Inversamente o masculino, teria preferido permanecer na América, onde lhe era possível dar largas à ambição e instinto criador, estreitamente delimitados na terra de origem pela superpopulação reinante.

O imigrante que depois de longa ausência e alguma melhoria na condição, tornava ao lugarejo natal, fôsse *sponte sua*, ou por imposição da família, não raro se via alvo da malquerença dos que lá tinham permanecido, na invariável mesquinhez da sua vida habitual. Passava a ser visto com inveja muito vizinha do ódio, se bem estivesse longe de representar padrão de opulência e de felicidade. Daí por diante assoberbado pelo mal-estar de todo indivíduo em fase de readaptação, não se sentia satisfeito em lado algum do oceano, estranho ao próprio meio, com outras idéias inspiradas por espírito crítico diverso dos conterrâneos, amargurado ao saber do retumbante sucesso na América de antigos compenheiros de viagem, sucesso que também poderia ter sido seu com um pouco mais de pertinácia. Na Europa se via reduzido à medíocre situação de pequeno *rentier*, pouco simpático aos da sua antiga classe, que dele se aproximavam só quando pretendiam explorá-lo, repellido pelos

demais burgueses por não o julgarem suficientemente rico ou desasnado para ingressar no seu grêmio. Tornava-se, em suma, um marginal na sua terra como tinha sido na de emigração, entenebrecido pelo vácuo formado em tórno de si, sem raízes em parte alguma, ralado de despeito por não se ter enriquecido um pouco mais a fim de receber a hipócrita consideração dos que lisonjeiam por interêsse. Culpava a todos pelo seu insucesso, à mulher, a falsos amigos, aos que lhe tinham iludido, à sua própria instabilidade, quando o verdadeiro culpado no malôgro era o candente nacionalismo do século 19, com a artificialidade por vêzes peçonhenta que espalhava em tórno de si, para maior desgraça dos que por êle se deixavam intoxicar.

Era a época dos surtos patrioteiros oriundos das guerras da revolução e do império franceses, a exasperar pelo mundo afora vaidades nacionais e outros disparates semelhantes. Era o triunfo dos "ufanismos", da "Revanche", do "Deutschland ueber Alles", do "Britannia Rule the Waves", do Panslavismo, do Pangermanismo ou do Panniponismo. Em tôda parte viam-se mostrar do mais delirante "chauvinisme" a tornar difícil relações amistosas entre povos. Formavam-se alianças de caráter agressivo de uns tantos grupos contra outros tantos, em que êsses aliados entre si se detestavam, como era exemplo típico a Tríplice Aliança, onde os italianos eram desprezados por alemães e por sua vez, a êstes e aos austríacos odiavam com tôdas as veras d'alma.

A pior conseqüência daquele estado de coisas era girar em tórno da ervada política internacional, quantidade de peçonhentos indivíduos dados ao jornalismo "qui mène a tout pourvu qu'on en sorte", como disse um francês, verdadeiras sangue-sugas de competições nacionalistas, de quem viviam e para quem viviam. Alguns excepcionalmente tinham talento, a maioria, porém,

não passava de aproveitadores de águas turvas a fim de lograr benefícios eleitorais e econômicos com o aluguel da pena. Na Itália na hora em que no ocaso do século 19 se iniciava a imigração em larga escala para a América, os expoentes do gênero eram Francisco Nitti, com tendência à economia política; Scarfoglio, literato *viveur*, que do jornalismo fazia meio de satisfazer paixões dispendiosas; ou Albertini, que poderia ter sido ilustre em qualquer carreira a que se dedicasse, no comêço da vida ótimo aluno de medicina, notável organizador, provido de alta e sólida cultura. Completamente diversos em aparência tinham, entretanto, um élo comum, o nacionalismo, sem diferença do professado pelo mais ínfimo de seus redatores, leitores ou eleitores.

Compreende-se como sob o incubo se apresentasse o imigrante já no cais de embarque infenso à terra onde deveria trabalhar. Partia da Europa imbuído até a medula dos ossos de que ia para uma região colonial unicamente para se enriquecer, sem mais obrigações e muito menos o dever de se mostrar grato a uma terra mais dadivosa que a pátria madrasta. Assim exigia o nacionalismo do tempo transformado em puro colonialismo, onipresente, onipotente, que resistiu a duas guerras universais por êle mesmo provocadas. Tão maciço se mostrava, que foram precisas essas calamidades e o advento de novas doutrinas sociais e políticas, novas teorias e mostras da decadência da Europa, para lhe arrefecerem a virulência, e isso mesmo só em as novas gerações, porque nas antigas o vinco deixado foi demasiado profundo para lograr concerto. O surto nacionalista-colonialista chegou assim ao auge há uns cincoenta anos, com marcado influxo sôbre os imigrantes que então nos preferiram a outros sítios de emigração, completamente dominados pela propaganda instigada pelos seus países de origem através cáfila de jornalistas, agentes consulares e diplomáticos.

Nenhum melhor padrão no caso pode ser citado que o livro de Ferrúcio Macula *L'Europa alla Conquista Dell America Latina*, já aludido em outro capítulo d'este trabalho. A escolha do título em si é reveladora. Adquire particular realce por se aplicar não à América do Norte, onde teria apenas um sentido figurado, mas ao sul do continente composto de nações débeis, então de pouca densidade demográfica, aparentemente prêsa fácil para nações européias mais poderosas. Este Macula era da mesma formação dos jornalistas políticos e agentes consulares que em S. Paulo tenazmente se esforçaram por inimizar entre si brasileiros e italianos, por suporem que assim procediam patriôticamente. Os jornais em língua italiana publicados entre nós antes da primeira grande guerra são inequívocos a respeito. A lamentável questão conhecida por "*dos protocolos*", oriunda do zêlo nacionalista de um consul dominado por nacionalismo-colonialista, esteve a pique de provocar o malôgro da imigração italiana para S. Paulo, que foi tão útil a nós quanto à península. A nós porque nos proporcionou no momento azado o estupendo auxílio do homem peninsular, no lapso em que nos esforçávamos por levar a cabo desmedida emprêsa auto-colonizadora, envidada por quem herdara da antiga metrópole território úbere mas deserto. À península, porque o caudal de ouro remetido pelo imigrante para a terra natal, ofereceu-lhe também no mais adequado momento os recursos de que necessitava para completar a unificação da Itália. Ora, na exposição de Macula dedicada ao problema imigratório, encontramos à saciedade todos os reflexos e slogans do *Stupide XIX^e Siècle* como lhe chamou um Macula francês (posto por motivos diversos dos que nos orientam), principalmente quando o jornalista num repente de ingenuidade se queixa da resistência de brasileiros aos desígnios nem sempre confessáveis de nações européias:

“L’immensa estensione del paese... la coscienza che quel territorio appartiene tutto a loro, ai pochi milioni di Brasiliani genuini, ai filhos da terra come essi amano chiamarsi, deve avere influito potentemente sullo lo spirito di quelle popolazioni, e forse lo ha perturbato...

Questo falso e sbagliato sentimento di superiorità, che forma adunque il substrato del carattere brasiliano, e che nulla giustifica, degenera naturalmente in una vanità morbosa, della quale non si ha esempio presso altri popoli”. Imaginem, “nenhum outro povo”! Isso dito por Macula... o mesmo que no começo de seu livro derrama-se em miríficas considerações acêrca do *urlo machio e così nutrito* proferido pelos imigrantes seus companheiros de viagem quando se depararam com navio francês culpado de trazer a bordo soldados dessa nacionalidade! Benévolo, pelo menos na sua opinião, tão só inspirado por nobres propósitos, prossegue Macula:

“Io non affermo questo per malanimo verso un paese, che é destinato ad assorbire ed ospitare bene o male, tanti miei conterranei; anzi proverei piacere se potesse mettere in rilievo qualche buona qualità dei Brasiliani, ma la verità non si può nascondere, e vedo che essa non é taciuta da alcuno dei pocchi europei (non pagati) che hanno scritto sul Brasile; nemmeno dai suoi piú calde amici”. Estes reparos, emanados da índole bonária de Macula, não derivavam como se poderia pensar de má recepção do escrevinhador no Brasil. Pelo contrário, tudo leva a crer no oposto, pois, de outro modo podemos imaginar a pirotécnica vingativa do hominho, que, por sinal, era gigantê. Não, nada disso. Deve ter sido, até, muito bem recebido. Todavia, fato inadmissível! Exhibiam os brasileiros contágios de ufanismo espalhados pelo mundo! Gabavam a sua terra, elogiavam com exagerados encômios os seus conterrâneos ilustres, derramavam-se em ditirambos sôbre o seu por-

vir... Um escândalo! Um desafôro... Como ousavam invadir seara alheia! Ridículo semelhante só era admissível a europeus, e entre êles aos italianos, e entre os italianos a Macula...

No mesmo sentido, sem embargo da primazia atribuída ao Brasil em matéria nacionalista, pega-se desta vez Macula com nações européias, a poder de considerações que nem de encomenda poderíamos desejar mais apropriadas:

“La Francia ha il furore patriotico della revanche che manda le sue vibrazioni fin nel piú remoto dei villaggi; la Germania ha la coscienza e la responsabilità del suo primato e delle sue recente gloriose conquiste; l’Austria ha il sentimento della sua minacciata conservazione dovuta alla eterogeneità di una composizione a mosaico; la Russia sente ribollire tutte le latente energie di una razza vergine e senza storia, la slava, che vuole espandersi, invadere e lottare; la Turchia ha la preoccupazione dell’esistenza; la Svizzera la grande e intangibile idealità della indipendenza cementata col sangue da secoli; la Spagna, il pericolo di una rivoluzione interna, che la rende eccitabile; l’Inghilterra l’orgoglio invidiato della sua potenza, fonte perenne di lotte e di conquiste, e campo vastissimo all’operosità dei suoi cittadini; gli Stati Uniti la febbre di una produzione schiacciante e assorbente; ma noi, noi ultimi venuti con poco sacrificio, fra i grandi Stati, che cosa abbiamo dinanzi che si scuota, che ci animi, che ci segni la via di un avvenire?”

Mas o remédio estava próximo, *“Le preoccupazioni per la tensione politica dell’Europa che dominano re, governi e parlamenti, non permetteranno per ora, di gettare lo sguardo oltre l’Atlantico-Ogni paese ha bisogno di avere sotto mano le sue corazzate, i suoi reggimenti, i suoi cannoni... Ma accomodata la grande par-*

tita o colle le armi o coi trattati, é necessario che la vecchia Europa pensi che le colonie fondate dal suo proletariato nel continente nuovo, devono considerarsi non piú, come instrumento di produçione a beneficio dei rapaci e viziosi discendenti di aventureiros spagnuoli e portughesi, ma como le avanguardie della sua occupaçione. Nell'America del Sud, questa minaccia di assorbimento, che segnerrebbe la redenzione di questi paesi, é attesa dai nostri como una liberaçione...". Para terminar escrevia o foliculário, que a despeito da idiotia logrou papel de destaque na política de seu país por representar o pensamento da maioria: "*nel Brasile qualche scrittore, che vede oltre il domani ha profetato che Italia, Germania e Francia impereranno sui fecondi paesi del cautchouc, del cotone e del caffè*".

Uma utilidade, todavia, teve este colonialismo delirante. Permittiu que recebêssemos imigração de países possuídos de arreganhos nacionalistas, persuadidos como estavam (Macula escrevia por volta de 1890, fortemente influenciado por Nitti em matéria de imigração), de abrirem caminho através de levas de imigrantes à posterior conquista armada. Tanto isto é certo, que esvaída a esperança, levantaram dificuldades ao êxodo benéfico, quando a sua população, em excesso aglomerada num solo pobre, mostrava-se faminta. Mas seus planos ambiciosos transferidos para outro terreno, necessitavam de carne para canhão, motivo de não só sustarem a partida de casais para o Brasil, como ainda distribuírem sob Mussolini prêmios às famílias numerosas e outras loucuras intentadas com o mesmo propósito.

Os infelizes imigrantes contagiados por tão tendenciosa propaganda, que assoberbados pela mesma voltaram ao lugarejo natal depois de amealhar algum pecúlio, erigidos pelas ilusões à condição de "rentier", assistiam em consequência de guerras universais ao feneçimento do valor do dinheiro, à contínua depreciação

de seus recursos, aos poucos condenados à ruína, velhos demais para imigrar de novo ou voltar ao trabalho entre milhares de conterrâneos em regiões superpovoadas. Por que prestara o chefe da família ouvidos a maus conselheiros? Por que dera atenção a lamúrias sem cabimento contra calor, frio, comidas ou parentes ausentes proferidas por consorte incontentável? Deixara-se tola-mente influenciar pela mulher e amigos e via-se agora esquecido no canto onde a miséria o expulsara quando moço, forte, capaz, para torná-lo a atirar no sítio de partida, ameaçado por assustador aumento de custo de vida, transformações sociais e dificuldades de tóda ordem. Por fim vira os filhos morrerem na guerra e o vácuo formar-se em tórno de si, ao mesmo tempo que lhe chegava aos ouvidos a notícia de que antigos companheiros de porão de terceira classe passavam nas Américas de milionários a “miliardários”!

O responsável pela má sorte de tantas vidas era invariavelmente sempre o mesmo nacionalismo degenerado em colonialismo, que não deixava o imigrante em paz desde o pôrto de embarque até a morte. Do lamentável rebanho salvaram-se os que impelidos pelo complexo criador, indiferentes à propaganda de maus governos através de seus asseclas, mantinham-se na América para cumprir a missão que a História lhes destinara. A êste outro imigrante coube a tarefa da segunda fase civilizadora do Novo Mundo. Recaiu sôbre êle o encargo de desenvolver a lavoura e iniciar o surto industrial, remate da independência econômica, que vinha a ser o corolário da independência política. Em 1900 estuava, a despeito de tódas as dificuldades, a prodigiosa lavoura do café, orgulho da nação brasileira, a espalhar ondas verdes de caféeiros sôbre léguas de terra roxa.

O homem livre das limitações que na Europa o empeciam encontrava na América campo ilimitado para a sua atividade. Aplainara-lhe o caminho o trabalho

preliminar do elemento servil. Desembarcava em portos organizados, aparelhados, sistematizados, em plena faina importadora e exportadora, a receber imigrantes e a exportar para além oceano milhares de sacas de café, espetáculo que o recebia no dia de chegada. Depois era dirigido para a lavoura com transporte, alojamento e alimentação fornecidos pelo serviço público, em que não tinha de despende um ceutil, sem preocupações acêrca da existência até chegar à casa de colono que na fazenda o esperava. Estabelecido na região produtora, continuava cercado de garantias de modo a gozar vida incomparavelmente menos incerta que a levada na terra natal, tão simplificada que se tornava mecânica no padrão invariável de ganhar muito e despende pouco. O fato de não padecer inverno — na Europa o avantesma do proletário — período em que o lavrador tem de cruzar os braços em longa espera durante dias curtos e noites intermináveis, até derreter a lama gelada e sorrir de novo a primavera, simplificava-lhe extraordinariamente a manutenção da família.

Contudo, sobrevinham tirânicos rebates nostálgicos da terra distante. Fundiam-se ante seus olhos as estações numa imagem luminosa, sem manchas, desprovida de ventos glaciais a soprar no inverno, de montanhas cobertas de neve para maior tortura dos que disputavam de poucas vestes e alimentos. Remanescia nessas ocasiões apenas a lembrança de prados floridos, sabor de frutas, alegria de festas campestres, amores e risos. Estas saudades durante um ano — às vezes mais — amarguravam o exílio e obrigavam o imigrado a procurar conterrâneos com quem se comunicava no dialeto natal. Depois amainavam e o afago da Fortuna a tudo mais obliterava sob o sôpro da ambição. Compreendia daí, o imigrante, que a Europa é o paraíso dos ricos, dos que não precisam de trabalhar, ao passo que a América só deseja imigrantes para cultivá-la. Não

atravesse o oceano quem tema sacrifícios! Mais tarde receberá recompensa pelo aturado labor, mas antes terá de consagrar a sua vitalidade e constância ao início migratório. Neste passo encontravam, os de rígida tèmpera, irresistível estímulo conferido pela condição de participante da imensa emprêsa, onde o seu complexo criador praticamente não encontrava limites no organismo em crescimento, que um dia também seria fruto magnífico do seu engenho e pertinácia.

No fim do século 19 e comêço do 20 não é mais possível falar em café e no progresso do Brasil sem referência à imigração italiana. Pelo vulto e resultado que deu logo de início, firmou-se como a mais fecunda de tôdas que jamais afluíram para a zona cafeeira. A extraordinária sincronização efetuada no momento, em que entravam o potencial humano e a generosidade da produção, condições climáticas e telúricas favoráveis, mais o patriotismo de estadistas nossos saídos da escola da monarquia, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves ou Jorge Tibiriçá, deu em resultado transformar em meio século apenas, milhares de quilômetros quadrados de inculto território, em imensa oficina produtora. Melhor que o imigrante português e espanhol antigos donos do Brasil, o italiano, por estranho pareça, adaptava-se ao seu novo habitat. Também êle se via engrandecido por excepcional conjunto de qualidades — as que mais nos convinham na circunstância — expressas por rusticidade, inteligência objetiva, capacidade de trabalho, além de conjugar da mesma religião, e, de modo geral, tradições e costumes dos que o tinham precedido.

Causava espanto a personalidades italianas, entre outras, o criminalista Ferri, o bom comportamento em S. Paulo de indivíduos originários das regiões mais infamadas pela miséria, das províncias meridionais da península. A mudança de pele dêsses antigos deserdados

da fortuna parecia-lhes assombrosa, incrível, milagrosa. A despeito de impulsivos como todo latino de boa cepa, mostravam-se, entretanto, no Novo Mundo extremamente empreendedores e capazes, ordeiros e progressistas a ponto de tapar ouvidos à cáfila desagregadora de agentes oficiais e pescadores de águas turvas que o seu país lhes mandava. No cômputo final da atividade desses elementos, verificou-se o malôgro da propaganda dissolvente apresentada sob capa nacionalista, repelida pelo bom senso do trabalhador empolgado pela sua obra. De Ferrúcio Macula a Freddi, de Moriconi a Magrini e mais aventureiros à cata de propinas — o caso de Macula, que por não receber dinheiro desandou em impropérios — embalde porfiaram em arruinar o trabalho de seus patrícios laboriosos, muito mais patriotas que êles, pretensos monopolizadores do lábaro nacional, prosseguiu a faina do imigrado sob as benções do céu e da terra.

Os fenômenos que acabamos de descrever assumem tanto maior relevância se considerarmos o gigantesco esforço despendido pelo fascismo durante a sua vigência, para levantar barreiras entre imigrantes e os países que na adversidade lhes tinham oferecido amparo. Não houve expediente que deixassem de empregar para chegar aos fins. Não houve tecla do sentimentalismo, da ambição ou de simples vaidade que não entrasse no metódico assalto, para o qual até repartições especiais do vulto de ministérios, foram organizadas. Como se não bastasse uma calamidade, em pouco surgia outra representada pelo nazismo. O italiano, pelo menos, a despeito do super-agressivo nacionalismo mussolínico, degenerado em surto colonialista, encontrava sempre lenitivo na sua índole privilegiada, que o tornava rebelde ao que dele exigiam. Contagiara-se de liberdade na América, assim como a sua nova noção da existência lhe modificara o espírito. Nessas condições custava-lhe

acreditar em doutrinas absurdas engendradas para dominar o mundo.

Os aborrecimentos que inda assim padecemos foram sem conta. Não se contentavam fascistas, nazistas ou niponistas, em querer transformar cada imigrante em corpo estranho, inassimilável e nocivo na terra que o recebia. Queriam acima de tudo intentar o mesmo com a sua descendência segundo mandava o seu desvairado colonialismo. Nunca êste têrmo teve maior significação. Era a sublimação do instinto predatório europeu, expresso por credices em mitos racistas, do super-homem a impor seqüências étnicas intangíveis pelo tempo afora, a fim de perpetuar em outros continentes a imagem da metrópole eleita pelos deuses da sua mitologia.

Serviu, contudo, a arremetida colonialista contra o Brasil ocorrida entre duas guerras universais, à guisa de prova. Enfrentar o imigrante como enfrentou o tremendo impacto, que tudo ameaçava reduzir a escombros, tornou patente a solidez do edifício que êle construiu com as suas mãos e cimentou com o seu sangue e suor. Concorreu também para demonstrar como redundam em benefício do Novo Mundo as desgraças do Velho. Não fôssem as explosões guerreiras de 1914 e 1939, continuaríamos às voltas com o cediço nacionalismo europeu do estúpido século 19, de certo modo mais perigoso para nós que os desatinos nazi-fascistas. Mas a ação lenta e segura de doutrinas políticas cujo idealismo repele a violência, ajudou-nos a vencer os dois casos, com resultado amplamente satisfatório. Graças ao amor à liberdade emanado da terra extensa e dadivosa, onde não há místicas guerreiras rapinantes e sobeja lugar para todos, desenvolveu-se o surto cafeeiro entre nós a preparar o advento do parque industrial alicerçado pelo imigrante e continuado pelo seu filho tão paulista como o antecessor de quatrocentos anos.



Colonialismo e Complexo Criador

UM DOS EPISÓDIOS mais extraordinários da história econômica brasileira reside na transformação da antiga capitania, depois província de S. Paulo, no atual Estado do mesmo nome descrito por Artur Neiva como locomotiva à testa de comboio de vinte vagões vazios. O espantoso do evento consiste principalmente no curtíssimo espaço em que se efetuou tão extensa e profunda mutação. Fatores inúmeros concorreram no caso, mencionados alguns em outro capítulo dêste livro, portanto, prescindíveis de menção, que se multiplicaram principalmente depois da vinda da côrte lusa para o Brasil. Antes dessa data vegetava modorrenta a capitania, onde se verificava maior intensidade produtora na comarca de Itú, do que nas duas restantes de S. Paulo e Curitiba. Limitava-se, no entanto, a privilegiada em abastecer de gêneros a própria capitania, com minguada exportação além dos limites da mesma. Separada do litoral por alcantilada topografia e do Rio de Janeiro por longo trajeto terrestre, arredamento ainda agravado por disposições governamentais infensas a intercâmbio com regiões vizinhas, tinha a população de viver de si mesma, completamente alheia ao resto do mundo não fôsse o funcionalismo reiuno que lhe trazia reflexos de hábitos e costumes do exterior, ou mais exatamente, da metrópole.

Não é de admirar nessas condições a estranha impressão que produzia nos seus primeiros visitantes depois da abertura dos portos em 1808. O cerne da capitania quedava-se quase inacessível a estrangeiros, razão

das escassíssimas notícias existentes a seu respeito. Foi só depois daquela data que surgiram algumas de Martius, Saint Hilaire, Maw, Beyer e uns poucos outros, sôbre a capital e vilas por êles visitadas ainda em princípios do século 19. O ciume mourisco, laivos da severa educação jesuítica outrora dominante e a desconfiança contra forasteiros comum à gente ibérica, fechavam-lhes as portas. Cada grupo familiar formava clan insulado tanto nos lugarejos como nas autarquias das fazendas. Os matrimônios eram negociados entre êsses grupos como tratados de potência a potência. Casavam-se os noivos sem nunca se terem visto, nem isso era permitido dada a segregação do elemento feminino, sem contato algum com o masculino. Juntado a estas restrições o zêlo religioso contra elementos estranhos possivelmente de outras crenças, poucas oportunidades tinham os viajantes de tomarem extenso conhecimento do lugar por onde transitavam. Reduziam-se invariavelmente a rápidas entrevistas com autoridades locais a respeito de auxílios ou de incidentes administrativos e nada mais.

Na capital de S. Paulo diferia bastante a situação. Em primeiro lugar porque pouquíssimas famílias da casta superior, ou seja, dos proprietários rurais, aí residiam. A "governança" era composta de reinos funcionários e de elementos ligados ao embrionário comércio, mais alguns eclesiásticos dos conventos da colina central. Raramente apareciam em S. Paulo fazendeiros ou senhores de engenho, e quando acaso assim procediam, era por circunstâncias extraordinárias, deixada a família no lugarejo de origem. Compunha-se, daí, a camada superior da sede do governo, de gente estranha ao sítio, sem raízes outras na capitania senão o interêsse de alguns na atividade desenvolvida pelas tropas e tropeiros que por ali passavam com destino ao norte ou sul da colônia. Dependia a vida comercial de S. Paulo tanto do Rio de Janeiro ou Minas, como de Nova Córdoba, Tu-

cuman ou Colônia do Sacramento. Formara-se, até, prevenção em Itú contra S. Paulo, pela falta de representantes de fazendeiros na sua governança, e inconveniente da sua situação de encruzilhada de tropas, causa de desregramentos como verificaram viajantes de várias nacionalidades depois da chegada da côrte. A estrada que percorriam não era própria para lhes deixar boa impressão. Ranchos primitivos, vendas pouco asseadas, estalagens sem conforto, muitas das quais pertencentes a meretrizes, disseminavam-se pelo percurso para uso de tropeiros igualmente primitivos.

A chegada da côrte no Rio de Janeiro provocou inesperado acontecimento para S. Paulo. Trouxe-lhe afluência de "turistas" estrangeiros, provávelmente atraídos pela fama do clima e amenidade da paisagem. Austríacos, franceses, alemães, ingleses, suecos e russos, sucederam-se vindos pelo caminho do Rio de Janeiro ou por Santos, assim como também foram vistos espanhóis alí passarem fugitivos de Nova Córdoba, forçados a subir por terra de Montevideu em direção à côrte, pelo fato de se encontrar a rota marítima infestada de corsários. Conta Hércules Florence no relato da expedição do Consul Lagsdorff, que se bem bastante hospitaleiros os paulistas por êle encontrados, eram também rudes e brigões. Os brasileiros os consideravam valentes e rancorosos, muito desfalcada a população da capitania pela remessa de homens para a campanha do sul. A sua maneira incorreta de falar português, com visível influxo índio, trazia na pronúncia a "*aspereza guttural*" de que fala Cunha Matos quando visitou a capitania na mesma época dos "turistas". Entretanto, ingleses ou alemães, franceses ou austríacos, notaram quase surpresos o asseio e boa condição das ruas, casas e interiores da capital, assim como a correção do vestuário e das maneiras das pessoas com que trataram, em maioria provávelmente do govêrno, portanto reinícolas ou provenientes da côrte.

A Independência modificou ainda mais o aspeto da sociedade, pelo aumento de intercâmbio entre a sede guanabarina e as demais unidades do país, porém, muito lentamente. Ainda na menoridade de Pedro II, chamava com razão José Bonifácio a S. Paulo, "*a minha bela e bárbara província*". No recesso familiar continuavam inteiriços os costumes antigos, de tempos idos, extensivos por sinal a todo o Brasil, posto mais pronunciado entre paulistas. Nas reminiscências de infância do Conselheiro Antônio Prado sempre havia menção à civilidade em comêço na capital da província, estimulada pela presença da Marquesa de Santos depois da sua definitiva volta do Rio, primeiro aboletada na rua do Carmo depois na rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias. Promovia então a ilustre dama reuniões a pretexto de festejar estudantes da Faculdade de Direito onde cursavam seus filhos. Nessas ocasiões ainda remanescia o costume de oferecer cálices de guaraná à guisa de refresco como de há muito se fazia. A diferença é que antigamente só eram atendidos visitantes masculinos pelos servos da casa, a grande inovação, porém, de todo revolucionária, consistiu na presença simultânea de ambos os sexos na mesma reunião. Inda assim, terminada a tertúlia cessavam os encontros, a não ser de longe na igreja ou em algum espetáculo teatral. Fora dessas ocasiões, os pais não conversavam em presença dos filhos, nem lhes dirigiam a palavra além do estritamente necessário, receosos de que resultasse perda de respeito acaso testemunhasse um pai abertamente afeição à prole. Nunca logrou o Conselheiro Antônio Prado, palestrar mais do que 10 minutos com seu progenitor ainda depois dele, Conselheiro, se tornar Ministro e político influente. No decurso do século 19 a família paulista lembrava mais do que qualquer outra brasileira o enunciado de Capistrano de Abreu acêrca do antigo patriarcalismo colonial, "*Pai soturno, mãe submissa, filhos aterrados*".

Mas o surto do café mais do que qualquer fator se encarregou da definitiva transformação dos usos e costumes da população. Recebera em S. Paulo em fins do século 18 o Governador Melo Castro alguns pés de caféeiro. Um subordinado e amigo seu de nome Raimundo dos Santos Prado, levou mudas para Jundiá, de onde passaram sementes para Campinas. Aí vicejaram na chácara do Tenente Antônio Francisco de Andrade entre 1807 e 1809. Aconteceu, porém, que este militar teve de seguir com seus oito ou dez filhos para as guerras do sul. Na sua ausência perdeu-se o fruto de sua iniciativa, amostra dos prejuízos causados pelas guerras de conquista intentadas para maior glória del-Rei de Portugal. Em 1817, segundo informações do botânico Correia de Melo, trouxe o Capitão Francisco de Paula Camargo na sua volta do Rio de Janeiro, onde assistira aos festejos das bodas do Infante D. Pedro com a Arquiduquesa Leopoldina, novas mudas que por felicidade chegaram em boas condições a despeito da longa e difícil viagem. A razão desta segunda tentativa, partia do preço dos grãos limpos vendidos no Rio de Janeiro, de oito a nove mil réis a arroba, que parecia altamente compensador. Não sabemos se induzido pelo Conde dos Arcos, com quem se dava, ou pelo fato de já ter havido cultura de café na chácara de Antônio de Andrade com boa frutificação, julgou o Capitão Francisco que o café seria de fácil e remuneradora cultura na capitania. O mesmo praticou o seu primo Tenente Joaquim de Aranha Barreto de Camargo, parente e sogro do ativo lavrador Francisco Egídio de Sousa Aranha, moço ambicioso, animado para mais pelo seu amigo o autodidata cirurgião Álvares Machado, indivíduo possuído de extraordinário espírito progressista. A despeito do interesse que então despertava a cana de açúcar em S. Paulo, os poucos pés de caféeiro plantados por curiosidade nas fazendas dos Aranhas, tornaram-se ponto de

partida de futuros grandiosos cafèzais. Já em 1835 existia extensa plantação nas propriedades dos empreendedores José de Sousa Campos e Bernardo José de Sampaio, que se dedicaram ao café de preferência à cana de açúcar, resolução considerada no tempo rasgo de audácia.

As duas precedentes tentativas na região tinham malogrado. A de Francisco de Paula Camargo porque este lavrador convicto no comêço de auferir grande provento do café, impressionou-se com momentânea queda de preço e pressuroso voltou à cana. O segundo, Joaquim Aranha, mal aconselhado por improvisados técnicos, que asseguravam só vingar o café quando o deixavam crescer alto a fim de produzir sombra e mais digressões semelhantes, escasso resultado obteve. Em todo caso, os exemplares de que dispunha serviram para a tentativa de Francisco Egídio, o qual através de experiências e observação, empiricamente modificou a cultura e alcançou animador resultado. Graças à sua tenacidade o êxito serviu de estímulo para outros de modo a apressar o surto cafèeiro em tôda a província. No seu entusiasmo pela inovação dois fatores preponderavam, o interêsse do seu amigo Alvares Machado, sogro de Hércules Florence, e a particularidade de exigir o café menos braços que a cana, numa quadra de preços caríssimos para os pretos vendidos no interior de S. Paulo. A vantagem teve dom de igualmente impressionar os fazendeiros Sampaio e Sousa Campos, que se tornaram êmulos de Francisco Egídio. Flutuações posteriores do preço da cana e a procura registada no mercado mundial pelo café, cada vez mais intensa a partir de meados do século 19, estimulava os seus cultivadores mormente em Campinas, onde a terra e clima tinham-se revelado muito superiores aos da zona fluminense.

Em 1825 passava Hércules Florence por S. Paulo na expedição do Consul russo Langsdorff. Nas notas

que então deixou a respeito da cidade de S. Carlos, hoje Campinas, pareceu-lhe apesar de recente, em plena faina produtora. Era relativamente populosa e rica, com boa cultura de cana e fabricação de açúcar. O seu comércio passara a sobrepujar o de tôdas as cidades da província com exceção de S. Paulo e Itú. Em 1865 o tradutor de Hércules Florence, o escritor Alfredo d'Escragnolle Taunay, transitava por sua vez por Campinas na comissão militar de engenheiros com destino a Mato Grosso, onde se tornaria lendária pelo episódio da retirada da Laguna. Afigura-se-nos interessante o confronto das impressões produzidas sucessivamente pela mesma cidade a dois espíritos superiores com intervalo de quarenta anos entre o primeiro e o segundo. Ao presenciar a atividade reinante na região escreve o autor de *Inocência*, "*O grande futuro que espera Campinas para imenso desenvolvimento acha-se, entretanto, nas magnificas e extensas plantações de café ainda novas, que hão de elevar em breve ao triplo as fortunas de seus possuidores, permitindo desde já, por estas lisongeiras previsões, um incremento, em todos os sentidos e animação que difficilmente se notam nas nossas cidades, ainda mesmo no litoral*".

Acrescenta nas notas que aduziu à narrativa valiosas informações sôbre a situação econômica paulistana, "*com a cessão da guerra (civil) dos Estados Unidos, houve tal ou qual arrefecimento na cultura do algodão; entretanto, cultiva-se-o hoje, não só em Campinas, como em S. Carlos de Araraquara, e nos districtos de Limeira e S. João do Rio Claro. O movimento da Estrada de Ferro de Santos, no primeiro semestre de 1867 indicava exportação de algodão em balas (sic) quasi igual a do café*". Neste ano a cultura da rubiácea estendeu-se pela província em tôda parte onde encontrava ferrovias para transporte do produto até o pôrto de embarque para o exterior. Não se refere Alfredo de Taunay ao vale do

Paraíba por ter vindo a S. Paulo em diferente direção da adotada por Tomas Ender. Mas de há muito que ali se cultivava café, outrora exportado, antes da existência da Estrada de Ferro Rio-S. Paulo, depois Central do Brasil, a dorso de mula por Paratí, Angra dos Reis e Ubatuba pelas estradas de lages de granito abertas pelos Governadores Lorena, Melo Castro, e Franca e Horta. A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, de primeiro iniciativa do grupo Mauá, passou depois a ingleses, de modo a confirmar os auspiciosos vaticínios que se fazia sobre o porvir paulista. Tornou-se em pouco tão bom negócio a S. Paulo Railway, que incentivou imprudentes investimentos semelhantes em outras regiões do país. A suposição de que o milagre se repetiria ao norte, centro e sul do Brasil, rasgou em outras províncias ferrovias que vegetaram ou malograram, pois nenhuma apresentava a extraordinária condição de funil de tôda a atividade da nova Canaã. Em parte alguma via-se fenômeno parecido, protótipo a S. P. R. do máximo do provento possível obtido com o mínimo de despesa, segundo revelam as estatísticas de rendimento calculado por metro de estrada.

Esta cooperação internacional entre a Europa e a América, se bem a primeira abocanhasse a parte do leão, era das melhores combinações possíveis do espírito "colonialista" na sua forma mais moderada. Convém não esquecer no caso, a benéfica presença de princípios democráticos, oriunda de insulares desde que se desvaneciam entre êles cálculos imperialistas. É exemplo eloquente do quanto podiam ser benéficos a uma região nova os recursos financeiros e técnicos acumulados na velha Europa — não cabe aqui mencionar como se formaram — pacificamente aplicados a regiões sub-desenvolvidas. Assumiam tais meios aspetos instantaneamente favoráveis à civilização do momento em que se afastava da mente européia a idéia de aplicar a violência para

alcançar proventos ilícitos. O espírito democrático, no melhor sentido da palavra, tornava a estar presente, quando livres súditos ingleses resolviam inverter capitais onde melhor lhes aprazia sem pedir licença a S. M. a Rainha Vitória, do mesmo modo que voltava à cena, quando êstes mesmos súditos de Sua Graciosa Majestade, abriam crédito a instituições do Império Brasileiro. Quiseram os fados que sob D. Pedro II, conhecesse o Brasil regimen mais democrático que o reinante entre as suas fronteiras depois da queda da monarquia. A liberalidade de nossas instituições e o escrúpulo com que eram mantidas, justificavam a honrosa confiança por nós então desfrutada no exterior entre as nações mais civilizadas do mundo. Mutatis, mutandis, tivemos recentemente prova do contrário na vigência do longo período Getúlio Vargas, regimen discricionário gerador de espantosa corrupção administrativa, que tudo fêz por afugentar os capitais estrangeiros necessários a países em fase de desenvolvimento como o nosso.

A presença de comunicações ferroviárias na província solucionava o principal problema jungido ao da produção. Restava, porém, outro relevantíssimo. Lutavam no momento os lavradores contra a carência de braços, de tal modo premente que podia emperrar a expansão da cultura cafeeira da província. A marcha para a abolição do regimen servil, perturbava o trabalho nos campos. Custava renovar efetivos de trabalhadores, insuficientes os pretos remetidos do norte e do nordeste para remediar as enormes necessidades da lavoura paulista. A vinda de trabalhadores livres até então falhara. Era o imigrante europeu de muito superior ao prêto pelo ânimo empreendedor, ambição e lastro técnico. Improvisava ao desembarcar várias profissões, como no século 16 os colonos que representavam os primeiros povoadores do Brasil. De todos os modos, a sua atividade de homens livres rendia muito mais que o lento e descurado labor

do escravo madraço. Mostravam-se, contudo, exigentes, não tanto de conforto, ou requinte material, mas de rápidas possibilidades de enriquecer. Intervinha, ademais, esporadicamente na sua mentalidade o espírito colonialista europeu, quando prestava ouvidos à propaganda de seu país de origem tornado perigoso ao lhe sugerir o mesmo que ressentiam nos alvares do descobrimento os tripulantes das naus intoxicados pelos *Fumos da Índia*, aos quais os portugueses antigos atribuíam a perda do comércio do Oriente. Todo europeu que atravessava a linha equinocial, diziam, julgava-se nobre, com direito a desmedidos privilégios. Trabalhar manualmente, outrora, era tarefa de gente de côr. Ao europeu era devida a direção da faina, o mando sôbre os trabalhadores, assim como parte dos lucros. Concorria a tradição para desenvolver no regimen colonial as pretensões do ádvena, principalmente quanto à falta de branco casadoiro, que erigia a possível herdeiro de grandes e pequenos proprietários, às voltas com o problema de conseguir genro para as filhas da minúscula comunidade de brancos perdidos em meio de legião de escravos de côr. Nessas condições, acendrava-se ao infinito a ambição do recém-chegado, em pouco imbuído da sua superioridade naquele ambiente a lembrar o provérbio "*Em terra de cegos cãlho é rei*". Fácil, daí, conceber o seu complexo depois de convencido do seu valor e do largo fosso que na sociedade baseada no regimen servil separa o homem livre do escravo.

Ainda hoje todo europeu desembarcado na América alça-se a mestre do que sabe e principalmente do que não sabe. E' o reflexo do que poderíamos chamar o colonialismo individual com que o imigrante se prestigia aos olhos do indígena. Imaginemos agora como seria ha cem anos atrás! Ou menos, se quiserem, ha cincoenta anos, quando encontrava no interior do Estado lider da

federação, ambiente primitivo, semelhante ao conhecido por Ina von Binzer. Nessa época eram recebidos pelos hospedeiros como embaixadores da então prodigiosa Europa, ansiosos pela vinda de mestres no momento em que parecia quase sobrehumana a empresa civilizadora de tantas dificuldades ante a enorme tarefa. Quando lograríamos chegar à vaga imitação de uma terra civilizada inda de terceira classe? Não contávamos com o prodigioso aceleramento provocado por duas conflagrações universais, previsíveis quanto à possibilidade de ocorrerem, imprevisíveis, porém, quanto às conseqüências. Com este modo de pensar, não mediam fazendeiros e governos esforços para promover a vinda do maior número de imigrantes. A sua presença significava riqueza, progresso e civilização. Traziam consigo nada menos que os elementos necessários para promover na região brasileira o que mais tarde se convencionou chamar em etnologia "aculturação", ou seja, a renúncia a uma antiga e primitiva cultura em proveito de nova decalcada em princípios europeus. Este anseio vinha de longe, acendrado na Independência quando os brasileiros que tinham substituído a classe dirigente lusa, esforçavam-se por completar a separação da velha metrópole mediante o desenvolvimento da antiga colônia. O sentir era geral, partilhado, até, por reinos radicados entre nós, desejosos de incentivar o progresso da sua nova terra. Das tentativas neste sentido temos a característica do Senador Vergueiro, quando pretendeu reeditar o intento de D. João VI ao importar campônios suíços para Morro Queimado. Ainda desta vez se registou escasso sucesso. Correntes imigratórias de vulto só eram possíveis em determinado estágio no desbravamento da terra, necessitada para mais de ser por longo tempo sustentado pelo Estado, a poder de créditos que aos lavradores de todo faltavam. Glebas ainda com "*bafo de sertão*" não eram aptas a imigrantes. Cumpria antes desbastá-

las, limpá-las, e acima de tudo, assegurar boas comunicações com o exterior, para depois convidar o elemento que lhes daria a última demão valorizadora

A escassez de crédito bancário era outro grave óbice levantado aos passos do fazendeiro. Na vigência do regimen colonial, quando se desenvolveu a cultura da cana nas várzeas nordestinas, faltava de tal modo numérico que todos os pagamentos, até o de objetos caseiros, ferramentas de trabalho ou roupas, eram feitos em açúcar pelo sistema de escambo. Não fôsse o providencial auxílio do capitalista judeu, demoraria o desenvolvimento da empresa semi-agrícola, semi-industrial açucareira, que tanto provento concedeu à coroa lusa. No século 19, antes de se tornar possível a chegada de imigrantes, tiveram os pioneiros de derrubar florestas e arrostar tôda sorte de contratempos antes de inteirar as funções de fazendas que deviam ressarcir o capital invertido em ferrovias e construção de portos. Nessa altura, davam-se por felizes quando encontravam apóio de algum parente próspero ou amigo remediado, até poder solicitar de outrem empréstimos bancários. Em meados do século 19 era preciso requerer auxílios sob garantias em Santos, transportados antes da S. P. R. em mulas, para o pedido ir ter ao Rio levado por um dos navios que asseguravam lentas comunicações entre os dois portos (o *São José*, *São João* e *São Paulo*), para depois de complicados trâmites chegar a ordem concessora do crédito a S. Paulo através do Banco Mercantil. Mais tarde, premidos pela inelutável necessidade, renovaram os fazendeiros tentativas para incrementar correntes imigratórias, ao mesmo tempo que procuravam desenvolver a rêde ferroviária. O Marquês de Três Rios em S. Paulo, o Visconde de Taunay no Rio de Janeiro e muitos outros, esforçavam-se por levar avante os projetos, cuja realização se tornara tanto mais urgente à vista da abolição que ràpidamente se aproximava.

Entre os primeiros imigrantes das grandes levas italianas que no último quartel do século 19 transformaram o Estado de S. Paulo, contavam-se toscanos, bons lavradores, rústicos, empreendedores, ativos, inteligentes, que aportaram em Santos no mesmo ano da abolição. Chegavam em tempo, na hora em que a crise de braços assumira vulto decisivo. A lei de 13 de maio de 1888 não era produto do anseio de ínfimos deserdados da fortuna, mas do ardente desejo dos melhores elementos das mais altas classes da sociedade. O nosso ufanismo exigia que a escravidão fôsse suprimida. Independentemente dos esforços nesse sentido da maçonaria, manejada pelos interesses de *planters* britânicos, hipótese muito admissível à vista das lojas inglesas serem imitadas por brasileiros influentes, confundiam-se no espírito da casta superior, o progresso e a moral. Opunha-se velha formação religiosa que progredíssemos graças à perpetuação de um recurso de trabalho transitório, que não devia perdurar além do necessário. Cumprida a sua missão a escravidão tinha de desaparecer, assim exigia a caridade cristã e o decôro do Império Brasileiro, tanto mais, quando os meios proporcionados pelo café, acenavam com a possibilidade de imigração estrangeira. Entretanto, a abolição a despeito de esperada e desejada, desabou como um raio sôbre as fazendas, onde os escravos quedaram-se aturcidos.

Tinham-se habituado à existência ideal, por estranho pareça esta qualificação. Viviam à sombra do senhor, que os alojava, alimentava, tratava quando adoeciam como gente da família, pagava e alforriava. Nada de melhor lhes aconselhava o senso prático do Sancho de côr, que subsistir à custa do amo, incumbido de velar e pensar por êle. Viam-se pouco mais ou menos naquele tempo como o russo de nossos dias, se não satisfeito, pelo menos conformado com a doutrina do *primum vivere* do

apóstolo Marx, situação ideal para criaturas destituídas de complexo criador. Dez meses depois da abolição jaziam ainda antigos escravos nas fazendas onde os foram encontrar os ádvenas. Na circunstância, temos demonstração de quanto eram bem tratados os antigos servos, além do desejo de muitos em permanecer onde sempre tinham vivido (outros naufragaram nas cidades que foram para êles um cemitério), pela maneira como até o mais bronco fazendeiro soube receber o trabalhador europeu num momento de transição particularmente delicado. Sob aparência severa de antigo senhor de escravos, mas sem personificar o "*prepotente feudal, dono de negros*", como hoje o pintam pequenos agitadores necessitados de slogans demagógicos, acolheu os novos colaboradores e com êles se entendeu melhor e mais generosamente, que na Europa um capitão de indústria com seus operários, ou grande proprietário de terras com os seus rendeiros. Nessa feliz atitude entravam exemplos de pais virtuosos e influxo do ambiente sob ação da família imperial, modelar em todos os sentidos, assim como a consciência democrática que a despeito dos privilégios da Corôa predominava no Brasil.

Temos de reconhecer no caso, a prova de tino demonstrada na conjuntura pelo antigo lavrador. Soube, antes de tudo, compreender o auxiliar que pela mão do Destino recebia, e adaptá-lo à tarefa que em S. Paulo o aguardava. A crise econômica registada na Itália depois da sua unificação, entenebrecida por excesso de população, o grande mal das nações latinas européias, remetia para a América imigrantes que tínhamos de disputar com a Argentina, Uruguai e Califórnia. Se bem fôsem ótimos elementos, padeciam, porém, do mesmo defeito dos outros europeus, consistente em não saber desbravar o terreno. Precisavam para dar medida exata

do seu valor, encontrá-lo já preparado como estavam no seu habitat, amanhado e reamanhado por séculos de labor contínuo. Nas emprêsas cafêeiras ainda imperava o sistema do aborígene, a principiar pela coivara tragadora da floresta quase ínvia, muito diversa da européia. A gleba precisava ser ganha sôbre a natureza bruta, esmagadora, hostil, com os recursos revelados pelo índio ao português. Deviam, dessarte, os donos da terra primeiro reunir negros, caboclos da zona e "baianos" (como genéricamente eram designados os nortistas em S. Paulo e no sul do Brasil), para depois cogitar de receber o imigrante do outro hemisfério.

Quando chegou o toscano à antiga capitania de São Vicente descoberta pelo seu conterrâneo Amerigo Vespucci, encontrou a natureza domada pelos que no intervalo a tinham desbravado, a rubiácea em pleno viço, as mudas à espera de quem as plantasse, tudo pronto para a sua entrada em ação. No comêço, semeava-se entre as fileiras dos cafêeiros milho, feijão e outros cereais, até a data da entrega do cafêzal formado com cinco anos de idade. Regulava o prêço da empreitada do plantio de cada pé 5 réis depois de entrado em viço. Finda esta segunda operação, mudava o empreiteiro — geralmente nacional, o baiano quase sempre em realidade nordestino muitas vêzes afeito ao trato da cana — para outra fazenda em início onde recomeçava o mesmo labor. Em 1887 por êsse motivo, cogitava-se da fundação de uma grande companhia para introduzir 100.000 famílias italianas na província, infelizmente o súbito advento da república perturbou o plano.

Nesta ocasião esteve na Europa Martinico Prado, um dos maiores oradores e fazendeiros de S. Paulo, dotado de notável vivacidade e capacidade realizadora, perito em lavoura cafêeira. Dizem que de volta, em plena posse do seu notável talento de orador, compare-

ceu ao congresso em traje dos camponeses da região em que pouco antes estivera. No discurso que pronunciou e fêz época, narrou como na Itália se queixavam do imigrante dizer "*Arivederci*" quando deixava o solo natal para participar da colheita na Argentina, ao passo que ao se dirigir para o Brasil dizia "*Addio*" para sempre, diferença extremamente sensível entre os dois casos e altamente desagradável para o espírito colonialista existente na península. Consoantemente sobrevinham fenômenos de mutação de mentalidade, de índole e de caráter como já foi dito, segundo notou Enrico Ferri acêrca da melhora de comportamento de italianos meridionais provenientes do antigo reino das Duas Sicílias. Parecia-lhe natural o procedimento ordeiro por parte dos vênnetos, lombardos ou piemonteses, mas o de calabreses e sicilianos causava-lhe grande espanto. O café não só transformava selvas em cafèzais, como indivíduos nocivos na sua terra em bons elementos na América. De pouco produtivos nas províncias do sul da Itália, às voltas com centenas de concorrentes nas suas mesmas condições, às vèzes induzidos à delinqüência por corrosiva miséria, trasmutavam-se os imigrantes de regiões infamadas em trabalhadores ordeiros, honestos por cálculo, e, até por propensão a constituir para o criminalista fato dos mais assombrosos que presenciara na sua vida.

A lavoura dava em curto espaço resultados extraordinários em todos os sentidos. Muitos colonos depois de curto estágio em fazendas, a fim de amealharem pecúlio e de se familiarizarem com a região, sua língua, usos e costumes, passavam à cidade, onde abandonavam instrumentos agrários pela ferramenta de artífice em oficinas, de onde faziam primeiro estágio para o início de indústria ou ascensão ao comércio. O rápido desenvolvimento do Estado, tão acelerado que nem sempre ocorria a devida ordem na seqüência de profissões, criava geral improvização nas atividades paulistas. Apa-

reciam necessidades de novas profissões sem dar tempo a que fôsem importados os técnicos indispensáveis. Começara intensa fermentação decorrente dos proventos do café, preparatória do surto industrial baseado nos capitais que a lavoura punha à disposição dos novos pioneiros. Esse espaço, por assim dizer, embrionário do capital destinado à indústria, medeou de 1880 a 1900 como se depreende do estudo de Antônio Bandeira Júnior, publicado em S. Paulo no ano de 1901 pelo Diário Oficial.

O elenco realizado pelo investigador é muito reduzido. Nota-se todavia, logo de início, o despontar das condições favoráveis à industrialização, dependente de inúmeros fatores de que o principal residia no mercado consumidor. Antes dessa data, tinha havido na província um engenhoso ensaio de tecelagem de panos de algodão, intentado em 1852 por Manoel Lopes de Oliveira em Sorocaba, com teares confeccionados pelo próprio Oliveira. No mesmo ano e sítio, abriu-se outra de panos de sêda, mediante casulos produzidos na mesma zona, pertencente a Francisco de Paula Oliveira Abreu. Dezesete anos depois, aparecia em Itú fiação também de algodão, mas provida de maquinária importada da Inglaterra, tentativa já muito mais ampla, do inovador Luís Antônio de Anhaia, empreendimento que teve a dita de se prolongar até nossos dias. Outras apareceram com maior ou menor vulto daí por diante, mas citaremos apenas as principais no ocaso da monarquia e auroa da expansão cafeeira.

No começo do século 20 a cidade de S. Paulo era considerada o maior centro industrial da República. O autor do citado estudo, Bandeira Jr. acrescentava que aí existia, *"corpo de operarios superior a cincoenta mil entre homens, mulheres e creanças, quasi em sua totalidade italianos, porque como já dissemos, são artistas todos os individuos desta nacionalidade. E' consideravel*

o numero de menores, a contar de cinco annos que se occupam em serviços fabris, percebendo salarios que comecam por duzentos réis diarios; mas, mais do que isto, tem esses menores a vantagem de adquirir habitos de trabalho, apprehendendo um officio que lhes garante o futuro, ao passo que não augmentam a phalange dos menores vagabundos que infestam esta cidade". Naquele tempo era assim que se trabalhava, segundo os métodos europeus, sem limite na idade dos que principiavam. O período de trabalho de adultos variava entre dez e doze horas de faina, com uma de intervalo para o almoço. Neste espaço provavelmente figuravam as crianças em serviços fáceis e leves, mais para permanecerem perto dos pais que propriamente para os auxiliar. Em todo caso, vemos não diferir muito a condição do proletário branco do escravo negro, talvez até, menos aturado o trabalho do segundo em confronto com o do primeiro, executado sob as vistas de contramestres muito mais exigentes que o pior dos feitores.

Na lista dos industriais de 1900 salientava Bandeira Jr. o Conselheiro Antônio da Silva Prado, o único produtor de vidros do Brasil e o segundo cronologicamente da América do Sul. A cristalaria tinha honrado representante no alemão Conrado Sorgenicht, cuja firma ainda existe, sempre no mesmo plano de eficiência. Em Osasco o engenheiro Sensaud de Laveau, montara estabelecimento de cerâmica sanitária, utilíssima para as numerosas construções que todos os dias se levantavam na cidade e no interior do Estado. Floresciam igualmente fábricas de calçados, chapéus, guarda-chuvas, considerada a primeira como produtora dos melhores e mais baratos sapatos do país. *"O cortume do Sr. Conselheiro Antonio Prado em Barra Funda"*, continuava Bandeira Jr., *"o do Sr. Kleberg, no bairro das Perdizes, o do Sr. Dias na Estação do Matadouro, o de Campinas, o de Osasco, o da Penha, o de Ribeirão Preto, o de Rio Claro,*

o de Pessano Hermanos em Barra Funda... a abundancia do fabrico é tal que está quasi extincta a importação do calçado de qualquer qualidade e estaria já terminada si houvesse tarifa proteccionista”.

O autor alude a um expediente que ao depois se tornou abuso, a ponto de inventarem o símile “*á sombra da tarifa proteccionista, manda vir da Europa o especulador fantasiado de industrial o fio e o carretel, de modo a restar tão só o trabalho de envolver um no outro*”. Diferiam, porém, do esquema zombeteiro curtumes e calçados, “*perfeitamente nacionaes*”, prossegue Bandeira Jr., “*e, em grande parte, totalmente do Estado*”, sem semelhança com o que passara a preocupar vivamente a particulares e governos, empenhados por diferentes razões em fomentar o desenvolvimento industrial. Outra atividade cabível nas de caráter nacional era a da marcenaria, promissora em S. Paulo, como já o fôra em outras partes do Brasil juntamente com a da prataria durante o período colonial. Passa a seguir Bandeira à metalurgia, em parte monopolizada por firmas inglesas, a saber, Mac Hardy e Lidgerwood, que já começavam a sentir a concorrência de outras nacionalidades, como Arens, e Cia. Mechanica e Importadora, fundada dez anos antes, afora muitas mais iniciativas prósperas. Mas o interessante do relato reside na contribuição industrial italiana a proporcionar confronto com a dos mesmos à agricultura. Do rol destacamos os irmãos Falchi, criadores de uma vila fabril que deu origem a localidade próxima do Ipiranga conhecida por Vila Prudente. Os irmãos Refinetti possuíam importante fábrica de móveis que rivalizava com a Santa Maria dirigida por alemães. Outros nomes do Vêneto como Trevisan, ou da Bassa Italia, surgiam nas mais variadas especialidades, tais como massas alimentícias destinadas aos imigrantes habituados ao regimen alimentar natal, assim como produtos farmacêuticos, chapéus, etc. Frac-

calanza, Schifini, Monzini, Irmãos Zaccaria, de Mosso, Irmãos Sechi, De Mattia, Enrico Dell'Aqua, etc. acompanhados dos diversos alemães, que surgiam no mesmo terreno. Como dizíamos a princípio, tratava-se de período preparatório para empreendimentos muito maiores. Nesta data começaram a aparecer em S. Paulo súditos italianos que pelas invulgares qualidades iam se tornar grandes capitães de indústria. Aludimos supra à fundação em 1890 da Companhia Mechanica Importadora com importantes capitais do político Albuquerque Lins, genro do capitalista Barão de Sousa Queiroz, de sociedade com Rodrigo Monteiro de Barros, Mello Oliveira, Olavo Egídio, Lacerda, etc., em que figurava como alma da empresa a extraordinária figura de Alexandre Siciliano, o mesmo que mais tarde, realizou com a maior eficiência e escrupulosa honestidade a segunda valorização do café, episódio culminante da história da rubiácea em S. Paulo. Nos tecidos sobrelevavam-se sobre os concorrentes Poletti e Cia. e principalmente Regoli e Crespi, associação de sogro com genro, que em pouco assumiria vulto notável.

Nessa altura surgia em modesto lugar Francisco Matarazzo, o futuro gigante da indústria brasileira. Existe apenas no relatório de Bandeira Jr. menção ao moinho de trigo, elevado no bairro do Bras a 15 de março de 1900. Dizemos modesto, porquanto ainda distava muito do prodigioso acervo de empresas mais tarde reunido sob o seu mando exclusivo. Começara a sua atividade no Brasil com preparo de banha, negócio em que rapidamente prosperou. Em 1890 assinava Francisco Matarazzo contrato em Sorocaba com seus irmãos José e Luís, para encorporar o moinho de trigo em que o primeiro entrava com a quota de cinquenta e dois contos de réis, quantia considerável para a época, ao passo que os demais participavam apenas com três contos cada um respectivamente. O novo moinho inaugura-

rado depois de dez meses de construção na rua Monsenhor Andrade, era qualificado por Bandeira Jr. "*um dos mais opulentos atestados do adiantamento da indústria paulista*", a funcionar em "*bello edificio*", provido dos últimos aperfeiçoamentos no gênero. Constituía o definitivo ponto de partida de inúmeras outras tentativas industriais, que se prestaram a historiadores classificarem Francisco Matarazzo, mais como especulador, que propriamente industrial no sentido da tradição européia. No Velho Mundo um indivíduo consagrava-se outrora a determinada indústria e só dela se ocupava. Seus filhos e netos continuavam-lhe a obra, igualmente empenhados em lhe dedicar o melhor de seus esforços a fim de constantemente melhorá-la. Em S. Paulo apareceram alguns representantes dessa casta, como se pode verificar na seqüência Antônio, Sílvio e Honório Álvares Penteado, especializados na fiação de sacos de Juta, que importavam da Índia e aqui preparavam com máquinas inglesas. Teríamos, no caso, aproximativamente o sistema do "carretel", não fôsse no tempo da fundação da fábrica a inexistência de indústria indiana. Ora, desde que esta faltava era curial que os paulistas suprissem a lacuna de qualquer maneira para atender a enorme procura de sacaria de café. Matarazzo igualmente procurava depois de 1900, alcançar as tais tarifas protecionistas de que já tratamos, para importar técnicos e maquinária e lançar novas fábricas no parque industrial, de que naturalmente pouco ou nada entendia. Concluíram, ipso facto, os exegetas livre-cambistas, infensos a especulações realizadas à sombra de favores aduaneiros, que tais processos estavam longe de representar benefício à coletividade. Acontecimentos políticos subseqüentes, ocorridos tanto na órbita nacional como na internacional, deram razão a Francisco Matarazzo, assim como aos que o auxiliaram e imitaram, pois, sem a nossa multiforme indústria, de comêço tumultuária, mas depois valiosamente progres-

sista, sofreria hoje o Brasil, dura provação, rodeado de nações onde impera o mais ferrenho proteccionismo.

O desenvolvimento industrial teve também o sestro de atrair gente do interior do Estado, que melhor resultado daria à nossa produção se lá permanecesse. Entretanto, a despeito de falazes aparências, que induziam adeptos de vida fácil procurar mudança de ofício, o regimen nas fábricas obedece à disciplina muito mais severa e constrangedora que o das fazendas. Os brancos livres que labutavam nos estabelecimentos urbanos, eram muito mais vigiados e obrigados a intensivamente trabalharem que a negrada no eito. O resultado curioso era ver-se pouquíssimos pretos egressos da escravatura nas oficinas fabrís, e, quando tal sucedia, de aparecer um ou outro nos quadros operários, eram geralmente empregados em serviços de transporte, acondicionamento ou coisa semelhante. Nessas condições era mui procedente a informação de Bandeira Jr. de que só havia italianos nas emprêsas dos Sicilianos, Crespi, Puglisi, Matarazzo e outros de princípios do século 20.

A respeito não resistimos em reproduzir caso absolutamente autêntico chegado a nosso conhecimento relativo a expedientes postos em prática para obrigar operários a trabalhar com o máximo de atividade possível apesar de mal pagos, das seis horas da manhã às seis da tarde, com uma hora de intervalo para refeição e descanso. O fato nos foi narrado pelo Professor Pietro Maria Bardi e pouco depois confirmado pelo economista Domênico Pellegrini Giampietro, que o receberam da mesma fonte direta. Certa vez apareceu em S. Paulo o jornalista italiano Sorrentino, que pretendeu entrevistar um grande industrial, cuja fortuna tinha aura fabulosa na Itália meridional, de onde o personagem era proveniente. Mas no momento êle não se encontrava em S. Paulo, de sorte que, "*faute de mieux*", Sorrentino entrevistou um seu parente, o qual, ulcerado pela reputação

de nulidade que lhe atribuíam pelo fato do irmão costumar dizer *“Fulano cresceu à minha sombra”*, prevaleceu-se da oportunidade para soltar o que ha muito o abafava. Contou, com luxo de pormenores ao jornalista, que ao invés de ser um parasita familiar, êle muito ajudara a família num lance particularmente agreste, quando todos estavam longe da opulência. *“Naquele tempo, disse o auxiliar desconhecido, lutávamos com grandes dificuldades. Havia escasso crédito bancário em S. Paulo, e tínhamos nós mesmos que realizar de qualquer maneira o capital necessário à indústria. O tempo mais que nunca valia dinheiro, e a vadiação dos operários acarretava enorme prejuízo à firma. Acontece provirem a maioria dos trabalhadores de lugares vizinhos do nosso na “Bassa Italia”, condição que me sugeriu luminosa idéia. Como o Sr. sabe, é difficilimo obrigar numa grande officina todos os operários ao mesmo ritmo de produção. Daí, eu me collocava no portão da fábrica e quando via um conterrâneo que se retirava depois de terminada a faina, eu exclamava “Uuualhóh... baesano!” E lhe abria os braços. No correr das efusões, eu lhe enfiava as mãos nas axilas. Se estavam sécas concluía que êle não trabalhara. Se, pelo contrário, estavam úmidas, era bom elemento trabalhador. Por felicidade então não havia essas leis trabalhistas de m... de modo que sem mais delongas púnhamos os vagabundos no ôlho da rua. No fim de algumas semanas, depois de alguns conflitos e mortes — porque os despedidos suspeitavam terem sido denunciados por companheiros — os restantes se haviam a contento, certos de que os patrões dispunham de meios misteriosos de vigilância, de mais a mais supersticiosos em extremo como soe à gente da “Bassa Italia”...*

Esse episódio, comovente na sua simplicidade, confirma a regra a assegurar não haver tragédia sem lado cómico. O imigrante era duro para si e para os outros.

Quando subia de condição social, mostrava-se muito mais exigente para com os inferiores, que o antigo senhor de escravos, mormente o que se deixava embalar por idéias de Grand Seigneur, com fumaças de bom-tom aristocrático. Numa época em que fora da agricultura era custoso amealhar rapidamente grande soma de dinheiro — e para ser agricultor era preciso herdar — a falta de capitais disponíveis na praça obrigava o produtor a juntar dinheiro ceitel por ceitel, em luta diuturna contra mil imprevistos que punham em risco o labor aventuroso levado a cabo em terra nova, onde tudo se improvisava e o sucesso pertencia ao mais esperto e audacioso. Entretanto, uma crise podia levá-lo à falência, à ruína, à queda no lajedo dos negócios, mas se tal acontecesse não o desanimaria. A vantagem do sítio americano bafejado pelo café era de permitir que por altos e baixos, sempre progredisse o homem capaz e destemido. Necessitava, porém, arcar com duro sacrifício, num estoicismo digno de santos e de visionários.

Tinha o capitão de indústria, que à testa de vultosas emprêsas dava trabalho a milhares de operários, de renunciar aos prazeres da vida, imerso numa existência, que a não ser satisfações de vaidade, pesaria a muitos de seus subordinados. A missão de chefe obrigava-o a despendar soma de trabalho, que no rolar dos anos, em vez de diminuir aumentava. No desempenho das atribuições que assumia escravizava-se à sua obra como se praticasse sacerdócio. Típico no gênero era Francisco Matarazzo Senior, o gigante da produção paulista, o qual depois da jornada, descansava algumas poucas horas, despertava às 4 da manhã e revia na cama o expediente de suas indústrias. No exame de contas empregava toquinho de lapis, com que, em última instância, decidiria o preço da mercadoria na praça. Segurava-o com três dedos, porquanto um lapis inteiro o atrapalharia em meio da papelada e dos lençóis e charutos que fu-

mava sem parar. Não havia bastante fortes para seu gôsto. Os preferidos dos quatorze que consumia nessas ocasiões eram os chamados de tipo toscano, finos e negros, enrolados como tripa de mico, ou escuros da Bahia, que todos os anos obrigavam a consorte a mudar as cortinas do aposento de tão enegrecidas pela fumaça infernal. Em cada refeição bebia uma garrafa de vinho tinto — gostosíssimo por sinal — da sua propriedade nas faldas do Vesúvio, a fim de recuperar fôrças. Tinha um metro e oitenta e três centímetros de altura, pesava invariavelmente oitenta e três quilos despido e nunca esteve doente. Era o que se pode chamar, sem receio de exagero, uma máquina de trabalho.

Os italianos de tôdas as províncias da península abriam, por sua vez, com o seu gigantesco labor, caminho a outras imigrações, boas, regulares e péssimas, tôdas, porém, suscetíveis de produzirem prestantes cidadãos depois da clássica mudança de pele. Nas nossas reminiscências de infância consta espetáculo presenciado do alto da tórre de comando do *Prinz Sigismund* que jamais se desvaneceu. Alvorçava a curiosidade infantil da menina de bordo ver os sírios e libaneses da terceira classe dar largas em noites calmosas a ânimo folgasão. Em pouco formava-se cena fantástica entre mastros e enxárcias, à luz de lâmpadas prêsas às cordas. Trajavam os homens, geralmente montanhesez, grandes e robustos, jalecos de côres sôbre calças bombachas e na cabeça fez vermelho. Naquele tempo eram súditos de Abdul Hamid, por êsse motivo chamados no Brasil genericamente turcos. Os sultões lhes galardoavam relativa liberdade, tolerantes de suas crenças e costumes desde que não interferissem na política interna do Império Otomano. No entanto, cançados da aridez de suas montanhas e premidos por excesso de população — o avantesma das nações modernas — resolviam imigrar dentro dos preceitos da Bíblia para a Terra da Promissão.

E lá estavam no barco da Hamburg Amerika Linie que os recebia baldeados em Lisboa, e à noite lhes oferecia divertimento saudável, um de braço travado no outro, a cantar e gingar o corpo todos em fila de frente, em número de quinze ou vinte, segundo as inflexões de uma clarineta, acompanhadas sempre da mesma melopéia, animados pelas palmas do elemento feminino sentado sobre a coberta dos porões de carga. O último do rancho agitava um lenço branco, pormenor que nos ficou na memória, assim como as tatuagens compostas de um crescente e de estrela, visíveis no dorso das mãos das damas quando as agitavam sob a luz.

A crônica dêesses elementos em o Novo Mundo constitue um dos mais extraordinários episódios da história da imigração. Possuidores de fastos ilustres, que remontam além do esplendor de Bagdad decantado nas *Mil e Uma Noites*, trazem consigo complicada hereditariedade como lembrança da civilização de tempos idos, que no Levante sucedeu à greco-romana. Infelizmente para eles e para nós, esta civilização, se bem muito mais brilhante e produtiva do que a sua coeva germânica, dominadora do Ocidente na Idade Média, foi aos poucos sufocada pelo fanatismo de mongolóides turcos. Nem por isso deixaram sírios e libaneses, através dos séculos de se rebelarem contra os opressores de sua cultura, de seus artistas e filósofos. A força cega e irresistível do conquistador manteve-os submetidos a regimen de que a imigração para o Brasil representou o preço da liberdade. Desvencilhados de peias encontraram além oceano o campo de trabalho ideal com que sonhavam, quando inativos tinham de se quedar ociosos, entre os penhascos e cedros milenares do seu Líbano cheio de lendas e tradições.

Irrequietos como todo semita, vivem sob perpétua agitação, a ponto de muitas vêzes se tornarem dissolventes em certos setores — políticos e outros — como soe a individualistas extremados. O vêzo é seu título de

ufania e seu maior defeito. Difere por completo do imigrante padrão europeu, tranquilo, fleugmático, que se enraiza na terra e produz messe fecunda. O lastro hereditário do levantino a isto se opõe. Só os próximos da animalidade gregária prestam-se à uniformidade. O descendente de Harum al Raschid é em demasia acicatado pela imaginação que o torna poeta, e anseios de glória e fortuna que o movem a especulador. Quando de boa cepa e formação religiosa e moral, aquieta-se e passa a piedoso, preocupado com problemas espirituais ou científicos. Na falta, porém, desses bens, geralmente dependentes de fortuna e convivência em meios superiores, desanda em sentimentalismo piegas misturado com senso agudo das realidades, ímpetos generosos e total ausência de escrúpulos, dedicação exaltada e procedimentos indecorosos. Todavia, em tôdas as circunstâncias norteia-se com prodigiosa vivacidade, cuja subtilidade é mais produto da tal complicada herança de séculos de civilização, do que fruto de profunda inteligência. Seja como fôr, sabe aproveitar tôdas as circunstâncias favoráveis a seus interêsses com a mesma facilidade com que muitas vêzes, demasiadas vêzes, pouco depois as destroi. O modo como procede tanto num caso como noutro, dá impressão do jogador desatinado cujas maiores sensações estão resumidas no momento do ganho e a seguir no da perda.

O primeiro que chegou ao Brasil, posto saísse da gleba como o português e outros europeus (o alemão provinha mais do operariado e franceses e ingleses da pequena burguesia), imediatamente se atirou ao pequeno comércio de miudezas, por êle adquiridas a crédito. A primitivez geradora de ingenuidade do meio provavelmente lhe facilitou esta operação inicial. Vai, daí, manda vir um parente do seu lugarejo, fenômeno comum ao imigrante primário, oriundo de região miserável, e, com o mesmo padrão, atrás dêsse outros lhe sucedem.

O sucesso de um garante o dos demais, porquanto difunde-se o crédito facultado pelos primeiros aos continuadores. Aporta em Santos ou no Rio de Janeiro um jovem saído de região outrora célebre no Império Romano, segundo atestam as ruínas de templos e de circos que o adornam, completamente alheio ao sítio que irá ser nas Américas o teatro de suas operações. Nada sabe dos usos e costumes do lugar, nem tampouco conhece — fato muito mais importante — a língua aí falada. Seu único viático consiste no enderêço do conterrâneo ao qual se dirige. Nos bolsos nada mais resta do que reunira em dinheiro seu, e de parentes e amigos para comprar a passagem.

Depois de chegar e se avistar com o patrício predecessor, entra firme em a nova existência. Assina letras que vencem juros de 5% ao mês para receber pequeno sortimento de miudezas, sãbiamente dispostas numa espécie de armário-baú-de-fólha-de-flândres, em que as partes se encaixam uma nas outras, o todo prêso com forte correia às costas. Pentes, agulhas, alfinêtes, grampos, sabonetes, meias, chitas, bugigangas várias, compõem o sortimento daquela loja de armarinho ambulante. Termina o equipamento uma aldraba, impròpriamente chamada matraca pelo povo, feita de duas pranchetas prêsas por uma correia, destinada a avisar a clientela da aproximação do *mascate*, como é conhecido desde o aparecimento de portugueses no fim da Renascença nas vizinhanças da cidade árabe dêste nome.

Provido da giba que o verga, é daí por diante encontrado como elemento escapo de caravana no deserto, a centenas de quilômetros do litoral, nos garimpos, nas lavras, nas fazendolas e sitiecos, cidades e arraiais, até nos confins do sertão, ou em montarias pelos rios da Amazônia do Pará a Quito, de Manaos a Cuiabá. De comêço ginga sòzinho sob sol e chuva, poeira e lama, mas depois de progredir um pouco, aparece se-

guido por outro patrício encarregado do aumento do sortimento. De longe ouve-se o *plec te plec* da aldraba, quando vai de porta em porta, propor com muitos cumprimentos e imensas juras, os artigos oferecidos ao mulhero. Forte como touro, resistente como gericó, sóbrio como camelo, não tarda a religiosamente pagar o débito mais juro ao conterrâneo e abrir loja em algum subúrbio citadino. Antes que passe à cidade maior ou rua melhor, recorre a mais duas modalidades de enriquecimento, à falência e ao incêndio. Procura o advogado Tarcolindos de Tal, especialista no mister, abre falência ou propõe aos credores concordata com pagamento ínfimo. O expediente chegou a ponto de provocar reforma da legislação a fim de conter a nova indústria. Processo semelhante era empregado contra companhias de seguros. Removido o estoque para o depósito de algum patrício, não vacilava o comerciante em atear fogo à loja, de preferência num domingo de bom tempo, sem perigo de chuva e de testemunhas intempestivas. Também no caso foram precisas numerosas condenações para refrear a avidez do varegista tôda vez que necessitava de aumento de capital.

Entrado na senda da opulência dedicava-se à indústria, cenário muito mais vasto e próprio no Brasil para especulações em larga escala. De modo geral mostrava-se camarada com os operários, exceto no que mais os interessava. Em matéria de salários era mais semítico e somítico que o pior concorrente napolitano ou calabrês. Entretanto, apresentava outras virtudes. Os seus descendentes, quando conseguem boa formação intelectual e moral, não tardam a adquirir em terrenos mais elevados lisonjeira notoriedade. Especialistas em ramos de ciência que requerem esforço e engenho, revelam-se capazes de rivalizar com os melhores profissionais que os tenham precedido no mesmo campo por êles escolhido por irresistível vocação. Dão também adminis-

tradores capazes, com amor à terra natal e sincero desejo de bem servi-la. Houve sem dúvida, de permeio, desclassificados que do cargo procuraram auferir o máximo de vantagens ilícitas, como certo indivíduo que não é necessário citar o nome de tão conhecido. Mas neste ponto o maior culpado não é propriamente o sevandija. Maus elementos são encontrados em toda parte, em todas as comunidades, em todos os gremios, em todas as famílias. O grande responsável por delinquentes que foram guindados não faz muito tempo à Prefeitura de S. Paulo, onde escandalosamente enriqueceram, são os políticos que nada têm de levantino e unem a mais desenfreada ambição à maior boçalidade, tal o famigerado *Improbus*, Administrador, *Sceleratus*, cuja ação e nefasto exemplo se tornaram pavorosas calamidades públicas.

Em outra viagem se nos deparou no Rio de Janeiro mais uma modalidade imigratória, que mais tarde assumiria capital importância em a nossa vida social e econômica. Muito diversa da sírio-libanesa, em que as mulheres são mantidas em estrito recato pelo ciúme árabe, assistimos ao desembarque de uma caravana de meretrizes, algo despercebidas durante a viagem na oculta segunda classe do *Prinz Waldemar*, *zwillings bruder* do *Sigismund*, que de repente apareceram à luz meridiana. Tratava-se de "polacas", a percorrer a famosa rota do tráfico de brancas iniciada no Mediterrâneo para terminar em Buenos Aires. No percurso deixavam elementos em Pernambuco, Rio, S. Paulo e Montevidéu, onde desde 1870 mais ou menos até 1925 se demoraram em franca atividade. Gordas, rechonchudas, cevadas pela existência sedentária, ou melhor, horizontal, exibiam formas opulentas e alvura proveniente da mestiçagem dos seus avoengos africanos com raças nórdicas slavas. Aquelas estranhas personagens despertaram vivamente a curiosidade da rapaziada de bordo, que se dependurou

à amurada para vê-las e nada perder do espetáculo que ofereciam. Lentamente encaminhavam-se pela incômoda e oscilante escada que as levava ao escaler onde as esperava o “*caften*” ou empresário da viagem e de mais coisas. O desembarque era o desfecho de operação transmigatória admiravelmente concebida e executada. Em todos os portos, agências de navegação, repartições públicas, etc. com que deviam se haver, encontravam os “*caftens*” correspondentes que as esperavam e lhes facilitavam a tarefa. Longe de parecerem “*escravas brancas*” em mãos de celerados, como dramaticamente escreviam os jornalistas Ferreira da Rosa no Rio ou L. V. Giovanetti em Buenos Aires, por coincidência ambos redatores de jornais chamados *País*, homens e mulheres pareciam mui contentes da vida, satisfeitos da profissão, sem veleidade alguma de abandoná-la enquanto não encontrassem mais agradável e rendosa.

Era um perfeito comércio, a exigir dos participantes honestidade e correção. Nas suas transações a palavra valia tanto como documento passado ante notário. Igual inteireza notou Giovanetti em Buenos Aires a respeito da organização dos batedores de carteira, também dirigida por “*polacos*” simultâneamente com o tráfico de brancas, ou mais exatamente, baseada na sua composição mas com atividade independente. Empresavam, segundo o jornalista verificou na documentação preliminar destinada a artigos continuadores dos que já escrevera a respeito do meretrício, a próspera indústria do surrupiamento de carteiras que através dos seus esforços tornou-se especialidade platina. Para êsse fim recrutavam na suburbana portenha jovens delinquentes, órfãos abandonados, egressos de reformatórios, etc., que instruíam e treinavam até formarem peritos no mister. O curioso no caso eram os processos técnicos empregados nessa fase preparatória, que não variavam desde a Idade Média, tal qual como nos episódios atribuídos ao Páteo

dos Milagres a que aludiu Vitor Hugo no livro *N. S. de Paris*. Deviam os neófitos exercitar a destreza com manequins ornados de guisos e mais circunstâncias semelhantes às medievais. A seguir eram acompanhados nos lugares de grandes aglomerações por um monitor que lhes indicava a presa. Dado o golpe, o batedor passava a carteira ao cúmplice, que por sua vez, mais que depressa passava a um terceiro — êste geralmente polaco — que misteriosamente desaparecia. Sua função era entregar o produto à agência de Montevideu, que o encaminhava à sede central para ser distribuído aos serviços subsidiários. Um desses, e, dos mais importantes, era o departamento jurídico, o qual intervenha imediatamente caso fôsse preso algum batedor no ato de empalmar carteiras. Ademais, o trabalho do patrono no caso, era facilitado pela dificuldade na aplicação de penalidades causada por ausência de provas, pois não só desaparecia o corpus delictus, como ainda os cúmplices se encarregavam de turbar a atenção de eventuais testemunhas durante os trâmites operatórios. Mais tarde foi encontrar Giovanetti o chefe geral da organização em Milão, notável advogado criminalista, polaco naturalizado italiano, de nome Podreider Goldmann, cujos trabalhos em revistas especializadas eram muito apreciados pelo conhecimento prático que demonstravam acêrca de intrincadas questões penais.

Na organização do meretrício os mesmos elementos, da mesma casta e origem, exibiam igual proficiência, desta vez muito mais útil e prazenteira para a coletividade que a precedente. Na circunstância, merece os maiores encômios. Sem falar no conhecido episódio do Imperador da China, que por pouco perdia o trono por pretender suprimir o meretrício, sacudido o trono pela desordem que a providência provocou, multiplicados os roubos, incêndios, estupros em todo o império pela multidão desatinada, podemos imaginar o quanto sofre-

ria a sociedade antiga do Brasil, meio ainda embrionário onde um pugilo de brancos encontrava-se naufragado num oceano negro, caso não houvesse a eficientíssima colaboração polaca. Não queremos, óbvio dizer, exaltar o proxeneta semita, mas a ação que desenvolveu teve alcance excepcional entre nós desde o setor da ordem social até o sanitário(1). Ainda no momento sente a população paulista os efeitos de medidas desastradas levadas a cabo na vigência do govêrno Lucas Garcez — um dos piores havidos em S. Paulo — que suprimiram o confinamento do meretrício. A onda de crimes sexuais desde então a se multiplicarem, e mais fenômenos correlatos, não menos lamentáveis, tristemente confirmam a regra inflexível.

Um dos benefícios trazidos pela organização dos “*caftens*”, residia neles conseguirem, a despeito de frequentemente turbados pelas autoridades públicas, o providencial confinamento graças a esforços pacíficos e inteligentes, com que logravam reunir em determinado setor da cidade as suas tuteladas. O procedimento das mesmas, tampouco dava margem à menor censura. Nos seus conventilhos não havia contágio, roubos, escândalos, nem desordens provocadas pelas inquilinas. Tudo alí decorria graças a superior iniciativa privada, com precisão que sequer o nazismo com todo o seu rigor alcançou na “zona” de Hamburgo. Ademais, a noção de meretrício atualmente adquire sentido completamente diverso do antigo, outrora entenebrecido por anátemas religiosos e zelos burgueses. A persistência da prostituição mesmo em regimens reformadores da sociedade de caráter fascista, nazista ou comunista, que envidaram todos os esforços possíveis imagináveis para extingui-la,

(1) E' curioso neste lance verificarmos mais uma vez a inteligência objetiva de quem desde os primórdios do Velho Testamento, com suas regras sanitárias (a circuncisão, a inspeção veterinária dos alimentos, o jejum, etc...) e mais apreciações, zelava pela saúde do Povo Eleito.

dá que pensar. Hoje chegamos à conclusão de que pertence a males insanáveis, derivantes da imperfeição humana e como tal, resistente a tôdas as peias, coações e sanções que se lhe possa aplicar, as quais, ao invés de combatê-la, dão pelo contrário ao pecado sabor de fruto proibido.

Tôda compressão no caso revela-se contraproducente. O mais certo acêrca da prostituição em uma grande cidade moderna, consiste primeiro em proceder ao confinamento, como de ha, muito se fazia no Brasil, expediente dos mais aconselháveis através do que nos ensina a experiência; segundo, proteger as meretrizes em vez de estupidamente persegui-las, a fim de lhes permitir pelo anonimato e mais garantias a possibilidade de deixar a prostituição quando e como lhes aprouver e voltar à vida normal, tal qual faziam as antigas polacas graças à proteção do "caften". Fora dessas duas medidas tôdas as demais parecem erradas, principalmente as que pretendem solucionar o irremediável a poder de violência. Estas regras mais uma vez deram mostra do seu acêrto no caso do "polaquismo". Sòmente agora percebemos, que o tráfico de brancas originárias do Império Moscovita, não era outra coisa senão o reflexo dos fermentos de dissolução que lavravam no seio da Rússia no século 19. Instituiu o govêrno dos Tzares tais peias ao exercício de profissões pelos judeus, que êstes para subsistir e dar vasão a sua congênita atividade, tiveram de se dedicar às profissões ilícitas, por sinal, muito mais rendosas que as lícitas. Adquiriam também, maiores dotes intellectuais fora da atrasada Rússia, e passavam a freqüentar as melhores universidades do mundo, condição que lhes permitiu em dado momento, derrubar o colosso monárquico slavo.

Ruiu o gigante de pés de barro, vencido pela funda do pequeno David, personificado pelos agitadores remetidos à Rússia pelo Estado Maior alemão no fim da

guerra iniciada em 1914. Ocioso acentuar, que dez anos antes, na amurada do *Prinz Waldemar* estávamos longe de imaginar ante o desfile de marafonas e “*caftens*”, estarem ali parentes de Trotski, Zinovieff, Lunacharski e correligionários que em pouco iam mudar a face do mundo. A prepotência que aconselhou ao moscovita afastar do seu âmago elementos considerados inassimiláveis às suas tradições e anseios, fêz do sacrificado campeão dos oprimidos de tôda a terra, onde se encontrassem atezados por governos, classes ou indivíduos. Não há dúvidas de que o socialismo humanitário predominante na Europa no século 19 e comêço do 20, muito se esforçara pela melhoria das classes menos favorecidas. Estendia a mão compadecida ao proletário reduzido a besta de carga a favor de alguns privilegiados que o exploravam. Repelia igualmente a violência em que Marx baseara a sua doutrina política, contudo, não padece incerteza que o advento do comunismo na Rússia precipitou os acontecimentos e permitiu em tempo infinitamente mais curto a redenção do homem outrora desvalido. A marginalidade de certos agentes do movimento que deitou abaixo a velha ordem russa, serviu a certa altura de modo perfeito ao escopo. Alguns anos mais cêdo, ou mais tarde, nada conseguiriam. Inversamente, no fim da primeira guerra mundial encontraram no momento certo, o terreno azado para a sua propaganda e desafôgo de paixões na região mais adequada ao seu triunfo.

Estes marginais, chamados *caftens* no Brasil, ou “*polacos*” para diferenciá-los dos poloneses cristãos, naturalizavam-se argentinos ou “*brasileños*” como diziam, para melhor exercer o tráfico abastecedor do mercado sul-americano de mulheres. Suas idas-vindas entre a América e a Rússia deram às vêzes resultados divertidos. De uma feita um conhecido nosso, o mesmo cujo pai possuía em S. Paulo ruas inteiras ocupadas pelo me-

retrício, tomou parte numa excursão ao Báltico organizada em Paris, onde depois da primeira guerra se encontrava. Qual não foi a sua surpresa quando lhe impediram o desembarque nos portos slavos, sob alegação de que era brasileiro e ali ia praticar lenocínio... Na conjuntura surgia o resultado do passaporte "amarelo" que o caften, geralmente originário da Galítzia ou da Bessarábia, obtinha depois de se naturalizar cidadão de países sul-americanos. Esta profissão de abastecedor de mercados do amor venal, acarretava-lhe censuras até de correligionários de outras nacionalidades sob ação do anátema a envolver assunto considerado melindroso.

Cristãos e judeus de camadas sociais superiores reprovavam-lhe a atividade tida por inconfessável. Timbravam em S. Paulo os israelitas alsacianos do nosso comércio de luxo em não manter com os correligionários polacos contato algum (*celá a bien changé depuis*) sequer sexuais. Bastava saberem que em tal rua havia "polacas" para lá não porem os pés. Nem perdiam, tampouco, oportunidade em lhes testemunhar em público o maior desprezo(1). Custava-lhes compreender sob o

(1) No afã de protegerem-se contra o Código Penal logo tratavam os caftens de se naturalizarem brasileiros, medida de certo ponto justificável pelo fato de seu país de origem os colocar na situação de apátridas. Mas, alguns iam além. Um tal Isidoro Klopper, natural da Galítzia austriaca, tido como negociante de joias, em realidade dono de uma "casa de mulheres", em S. Paulo, à Rua de S. Bento, sob tabuleta de Hotel Rosas, como depunham as suas tuteladas, assim como mais outra em Montevidéu. Era personagem típico no gênero, empenhado em conseguir firmar-se no sítio onde rapidamente realizava fortuna. Nesse intuito, além da carta de naturalização, entrou para o Grande Oriente do Brasil e se acamaradou de certo modo oficialmente com autoridades policiais fluminenses. Um atestado fornecido pelo titular da 15.^a circunscrição policial do Rio de Janeiro em 1896, assegurava "tem constantemente me auxiliado no policiamento desta circunscrição", mui satisfeito Dâmaso de Proença Gomes pelo precioso auxiliar que encontrara em Isidoro. O ambiente então constituído pela séde da República era singelo, ainda em formação, sem defesa contra a milenar velhacaria européia e as suas multiformes manifestações. O estrangeiro era recebido de braços abertos por infínuos incapazes de distinguir nos imigrantes a infinita gradação de matizes da craveira social do velho mundo, onde a situação dos componentes variava através das rendas, que por sua vez, lhe delimitavam a moralidade. Pretendeu, daí, Isidoro entrar para a Guarda Nacional, onde chegou a ter dia marcado para a sua posse no posto de alferes. Nessa

vinco da época e da moral semita, o primordial papel do meretrício nas grandes aglomerações urbanas, tão importante aos olhos de um espírito desprovido de preconceitos retrógrados, quanto os de estabelecimentos hospitalares ou de assistência pública. Este modo de ver é reforçado se observarmos a natureza que fez do homem um ser polígamo e da mulher monógamo, não se coaduna com a arbitrária organização tribal judia, que através do cristianismo ainda nos rege. Traz para mais, o meretrício fácil, abundante e bem protegido nas suas funções, indiscutível diminuição da criminalidade em tôda a estratificação social de uma cidade. O homem livre de recalques sexuais, não sente necessidade de roubar e matar a fim de adquirir meios para satisfazer paixões. Tôda a sua atividade automaticamente se torna normal para maior bem da família e da sociedade como no-lo atesta a moderna psiquiatria.

Para não nos alongarmos, porém, nestas considerações, em pouco verificadas ociosas, pois, não tardará o progresso a remover cânones sexuais insustentáveis em a nossa época, voltemos à amurada do *Prinz Waldemar*, onde vimos na citada ocasião figura que remanesceu gravada em a nossa lembrança como símbolo de um pe-

altura interveio outro naturalizado, de outra origem, "*o Sr. Coronel Dr. Goldschmidt, que se negou a dar posse ao indigno official*", escreve Ferreira da Rosa, sem tampouco distinguir muito como o dito opositor podia se mostrar tão inteirado acêrca da pessoa de Isidoro. Fato é que ao encontrar resistência ao seu veto, não teve dúvidas Goldschmidt em diretamente recorrer ao Marechal Floriano para impedir a entrada do comprometedor personagem na corporação a que em alto pôsto pertencia.

Sempre foi tenazmente combatido entre nós o "polaco" fôsse da Polônia, fôsse da Bessarábia, por correligionários de outra origem, que se sentiam incomodados com a sua presença. Pela mesma razão que tinha vedado a entrada de Klopfer na Guarda Nacional, também êle se viu excluído da maçonaria, muito provavelmente por obra da mesma fonte, porquanto os brasileiros daquele tempo só tinham conhecimento de judeus através da Bíblia. Por sinal, surgiu no caso a justiça imanente. Teve o Coronel Goldschmidt um filho putativo (pelo menos êsse indivíduo se vangloriava como tal), que se tornou o maior malandro do Rio de Janeiro, conhecidíssimo pela alcunha que os seus confrades lhe aplicaram composta de sinistro diminutivo.

ríodo em terra jovem, aberta a todos os tráficos e trafi-câncias, aventuras e aventureiros. De permeio com as damas pertencentes ao rebanho caftínico havia uma de porte arrogante, certa do poder dos seus opulentos encantos, apreciadísimos numa região em que a massa era sinônimo de formosura. Para a maioria dos clientes do gênero, composta de imigrantes, o critério da formosura obedecia à pujança das formas, decorrente do fato dêles preferirem para companheira mulheres capazes de arrotar o pesado fardo da família e do trabalho caseiro. Quem devia arcar com a tarefa iniciada no raiar da auro-ra, cozinhar, lavar roupa, ajudar o marido no campo ou na oficina, transportar fardos e ainda criar filhos fabricados em série, devia possuir peito robusto, pescoço taurino, ombros largos, membros possantes. Era um tipo padrão cujo principal atrativo residia na solidez. A polaca cor-respondia *in totum* ao modelo, extensivo ao do amor venal. Distinguia-se-lhe a dominar as enxundias o perfil caprino, grossos beiços roxos e cabelo pixaim vermelho, vestígio da longínqua origem africana, a despeito da miscigenação com slavos e outros brancos, ou brancóides do semi-asiático império dos Tzares.

Vestida de roupas berrantes, próprias para chamar atenção, com muitas "*posturas no rosto*" como antiga-mente se dizia, recoberta de jóias falsas, a mover pesa-damente nádegas enormes, parecia a personificação da luxúria a caminho de um templo barato *ad usum* de imi-grantes. Uma série de circunstâncias nos fêz deparar tempos depois com a mesma pessoa numa ceia oferecida ao elemento feminino de uma troupe de variedades. A ofertante era a célebre Madame Pommery, que de francês só tinha a alcunha, nascida em Lodz e criada em Var-sóvia, a qual convidara além do açougueiro com quem vivia, a tal divindade entrevista a bordo. Por acaso fôra sua companheira na "*troupe*" de lutadoras de circo em

que pela primeira vez, muito antes da viagem no *Prinz Waldemar*, passaram ambas pelo Brasil a caminho de Buenos Aires. A não ser seu aspeto pitoresco, cada vez mais pintada e empavesada, pouco interêsse suscitava. Passados mais alguns anos tornamos a encontrar a antiga lutadora muito decadente, fenecida, a denunciar a idade depois de muitas batalhas em que tomara parte. A causa do encontro proviera de haver em S. Paulo, antes da primeira guerra mundial, um banqueiro proprietário de prédios nas ruas Ipiranga, Amador Bueno, Timbiras, Visconde do Rio Branco e adjacências, em que funcionavam "*janelas de rótula*". Afigurou-se-nos de uma feita, divertido acompanhar um filho seu da nossa idade, incumbido de efetuar a cobrança dos alugueres. Logo no primeiro estabelecimento apareceu a antiga lutadora na qualidade de gerenta, a quem tivemos a imprudência de aludir ao nosso encontro no jantar da pseudo Sanchez. Desandou a mulher em copiosa choradeira, comovida até as veras d'alma pela lembrança. Não foi possível escapar da longa e pormenorizada narrativa da sua vida, desde que tivera a funesta idéia de se mudar de S. Paulo, onde ia tão bem para Buenos Aires, que lhe foi catastrófico. Quando voltou ao aprisco, que nunca devera ter deixado, era tarde. Entre as queixas mais amargas que exprimia estava a atitude de Madame Pommery e outros "*falsos amigos*", que a tinham explorado e abandonado. Agora se encontrava a serviço (puramente caseiro) da chamada Fanny Rosenbaum, outrora sua criada numa pensão, que lhe oferecera a angra onde pudera se refugiar da tempestade.

Ocorreu-nos para variar um pouco de assunto, indagar o regimen de trabalho da casa que ela dirigia com a experiência da idade e do largo círculo de relações de que dispunha. Segundo nos disse, passara no momento o expediente a começar mais tarde por causa do progresso da cidade, onde os habitantes habituavam-

se a almoçar ao meio dia. Antigamente ocorria às 10 ou 11 horas. Depois atrasou, de sorte que em vez de começar o trabalho às 2 horas, tivera de ser transferido o início para as 3. Em compensação, prolongava-se muito mais tarde pela madrugada, em vez de cessar à meia noite. Também a refeição e descanso da tarde tiveram de ser modificados, e passaram das 5 horas para as 7, com reinício da faina às 8. A tabela era mais elevada que a das ruas vizinhas porque a da Ipiranga dispunha de estabelecimentos melhor frequentados, assim, cobrava-se no mínimo dez mil réis, ou seja o dôbro das outras, porém, com a grande vantagem de não ser como nas "*pensões de artistas*" da rua S. João, D. José de Barros, Xavier de Toledo ou Cons. Crispiniano, que se pretendiam "*francesas*" e onde o preço variava segundo "*a cara do freguês*". O rebotalho do efetivo venusino polaco encalhara na rua Senador Benjamin Constant, e se contentava com módica espórtula entre um a dois mil réis. O regimen de trabalho era mais ou menos semelhante para tôdas as zonas, pois, variava entre dois e três clientes por hora nos domingos e feriados, e muito menos nos demais da semana.

Decorrido algum tempo fomos encontrá-la em companhia da patroa no Banco do Eusébio, que nos apresentou às damas, que por hábito fingiram não nos conhecer. Era regra inflexível que praticavam, pertencente ao aprendizado *corporis quaestum facere* sob direção do casten ou castina, consistente em nunca reconhecer alguém. O comércio com as polacas se recomendava pela segurança em todos os sentidos, no sanitário, econômico e social. Foi só depois que demonstramos velho conhecimento que se expandiram na maior cordialidade. Por sua vez, elas também conservavam na fase em que tinham trabalhado, rigoroso anonimato, designadas por Olga, Olguinha, Norma, Cum-parsita (lembrança de Buenos Aires) etc.... Depois

da sua partida, disse-nos Eusébio, que todos os meses aí comparecia Fanny para remeter quantias destinadas a sustentar parentes em sítios hoje perdidos atrás da "*Cortina de Ferro*", além dos sobrinhos aos quais pagava os estudos em grandes universidades européias ou norte-americanas. Acrescentou mais, que outros casos parecidos ocorriam, em Bancos similares de que êle tinha ciência pelo serviço de informações. O interessante para nós, consistiu na repetição à distância, através do tempo e de região, entre o caso de Madame Pommery, heroína do romance "*à clef*" de Hilário Tácito e o da célebre Paiva, decantada em prosa e verso na crônica do segundo reinado imperial francês. Antiga amante do pianista polaco Herz, da mesma região, talvez parenta da nossa pseudona Sanchez, esta sua correligionária depois de casar e enviudar do português Araujo de Paiva (que falsamente se intitulava Marquês e se suicidou depois de gastar em França o último níquel da herança paterna amealhada em Macau), desposou o latifundiário Henkel von Donnersmark, dono das principais minas de carvão da Silésia. Das duas remanesciam apenas em Paris "*Thotel de la Paiva*", na Av. des Champs Elysées e em S. Paulo no Largo Paisandú o Hotel Suiço onde certa vez ceamos com a Sanchez e uma companhia de variedades.

Nessa época ainda eram visíveis renques de casas baixas da antiga S. Paulo, de um ou dois lances, a ostentar atrás das venesianas semi-cerradas, opulentas damas apoiadas em coxins, reprodução em vários tipos e tamanhos de Fanny Rosenbaum. De modo mui cortez chamavam os clientes, "*endra zimpático*", com o R gutural do Ydisch. No inverno fechavam a janela mas batiam com os dedos na vidraça tôda vez que viam se aproximar um eventual visitante. No Rio de Janeiro dava-se o mesmo nas ruas Mons. dos Passos, 7 de Setembro, Gonçalves Dias, Largo do Rocio, rua do La-

vradio, rua da Conceição, rua do Núncio e outros sítios antes do confinamento do meretrício no chamado Mangue. Em Buenos Aires havia tantas como em todo Brasil reunido, as quais juntadas às do Uruguai, somavam alguns milhares, dirigidas por dezenas de caftens, com os quais casavam depois de retiradas da "vida". Essas esforçadas servidoras da sociedade, com o pecúlio que tinham amealhado e a sábia direção do consorte, investido em empregos judiciosos — comércio de roupas e cacos velhos, mais tráficos e especulações de vária espécie — conseguiam avolumar as posses e constituir o capital que, por fim, permitiria a organização de lícita indústria. Chegados a êste ponto processava-se rápida a ascensão do casal num meio onde tudo se improvisava. O impulso tomou ainda maior vulto depois das duas conflagrações mundiais tão desfavoráveis ao Velho Mundo como favoráveis ao Novo. Indústrias antigas se ampliaram, novas surgiram, Bancos de crédito se fundaram, firmas importadoras se multiplicaram em espantoso aceleramento de progresso, em que concorreram como inúmeros outros, os tais pecúlios laboriosamente constituídos para maior bem da coletividade.

Inútil dizer, que junto de indivíduos absurdamente considerados pecaminosos pelos partidários de idéias antiquadas, havia outros da mesma origem polaca e bessarábica, perfeitamente escorreitos, modestos, laboriosos, religiosos, praticantes das virtudes ordenadas pelo Velho Testamento. Muitos prosperaram entre nós, outros — é provável que existam — teriam chegado já providos de algum capital conseguido na Europa ou regiões americanas. No cadinho de nações jovens, em que tôdas as correntes imigratórias se amalgamam, trouxeram a valiosíssima contribuição do seu espírito empreendedor, reverência à cultura — entre êles não há analfabetos — sutileza e sensibilidade, evidenciada como sucede com sírios e libaneses, pela messe de artistas, escritores e cientistas

que produzem na nova pátria de adoção. Neles depositamos fundadas esperanças de que venham melhorar o lamentável estado de atraso em que ainda nos encontramos, principalmente no setor das letras.

De outras reminiscências de infância acêrca de imigrantes sempre presentes à nossa memória temos as do elemento italiano, porém, tão extensas e multiformes que dariam por si só volumes inteiros. A variedade dos peninsulares era considerável a ponto de não ser possível confundi-los em um indivíduo padrão, *O Imigrante Italiano*. A diferença que aparentavam entre si, hoje muito atenuada sob ação de regimen político comum, era outrora acentuadíssima, completamente diversos italianos do norte e os do sul, segundo se verificava quando aportavam em Santos imigrantes que tinham nascido no Grão Ducado da Toscana, Reino da Sardenha ou Reino das Duas Sicílias. Índole, moralidade, costumes, tradições mudavam de um para outro, a começar pela linguagem. Muitas vêzes nos foi dado presenciar nas ruas de S. Paulo o embaraço do vêneto em compreender o calabrês, se bem procurassem entendimento através do idioma oficial da península que ainda mal conheciam. Daí, não raro irritarem-se e proferir o nortista o inevitável achincalhe "*a vergonha dos italianos é a gente da bassa Itália*"! A separação entre êles não era mero capricho ou teima. Mostrava-se irreductível, expressa por rigorosa separação, como a dos judeus alsacianos e polacos, no convívio diário, nas praxes socais, nos casamentos. Italianos do norte não se misturavam com os do sul. Preferiam unir-se os do Vêneto ou da Lombardia com outras nacionalidades, até com germanos, entretanto, detestados nas fronteiras com a Áustria, a desposarem meridionais, antigos súditos dos Bourbons de Nápoles.

A mesma diferença prosseguia no modo de viver, no de encarar as coisas, no de assimilar a América. Que diversidade no importantíssimo capítulo da alimentação,

por exemplo, os lombardos ufanos do seu delicioso rizzoto, como os napolitanos do seu macarrão! O resultado era indignar-se o médico Felice Buscaglia, natural do Piemonte, apreciador de fondua (o U pronunciado à francesa) com tartuffi bianchi, vexar-se em casas brasileiras quando lhe serviam tagliarini, pelo fato de ser italiano. Mas, para o enriquecimento do cardápio da terra de adoção, que maravilha aquela diversidade! Cada região peninsular possuía sua especialidade, a Mostarda di Mele de Mântova, os Macheroni alla Chitarra dos Abruzos, o Cotechino de Bolonha, a Pizza Naboledàna com alice, a Torta Pastiera semelhante à servida no Rione de Santa Lucia durante a Páscoa, o Panettone de Milano, a formar constelação impar para a futura gastronomia paulista, índice máximo da civilização de um povo. É os queijos! E os vinhos! Tão saborosos, tão apreciados e procurados, que em pouco intervieram espíritos sutis no afã filantrópico de barateá-los a fim de que caissem ao alcance de tôdas as bolsas. Ainda é lembrada a comoção de um fabricante de grinhos, quiantis, barolos, barberas, brólhos, lacrimas-cristi, ástis, barbarescos, orvietos e muitos mais, quando o serviço sanitário deu batida na sua fábrica e arrombou-lhe os cascos. Jorrava pela sargeta o líquido dourado ou rubro enquanto o industrial arrepejava os cabelos e gritava no auge da indignação: *"Peccato, peccato! Vino senza uva, meglio non si può fare!..."*

E o pitoresco de seu aspeto, os cavouqueiros piemonteses que trabalharam nos alicerces da nossa casa na Avenida Paulista, com as suas calças bombachas e jalecos de veludo, e butifarras reforçadas por pregaria, que pela manhã de longe anunciavam a sua chegada. E as camponesas do Volturno, que iam ao mercado com os saíotes de côres berrantes, *cúffia* de linho imaculado e nas orelhas grossos brincos de ouro! Quantos episódios poderíamos narrar como a visita dos garibaldinos com suas

camisas vermelhas, o espetáculo da *Aida* organizado durante a primeira grande guerra por Giovanetti no Parque Antártica, a chegada de Carlo del Prete, as famosas temporadas de ópera dirigidas por Mascagni ou Marinuzzi, a idolatria por Caruso, Bonci, Titta Ruffo, as conferências de Farinelli, Ferri ou Ferrero. Da rua Maranhão, onde morávamos, víamos subir a Av. Angélica os enterros “de italianos” em demanda do Araçá, em que, até perante a majestade da morte os peninsulares conseguiam manter-se alegres. Levavam o caixão carregado a pulso precedido por banda de música, que não seria certamente a *Éttore Fieramosca*, por quilômetros a requerer freqüentes paradas em botecos, terminando às vêzes o trajeto por copiosa pancadaria em que tomavam parte o trombone e a requinta. Mas como dizíamos a princípio, longe iríamos nessas reminiscências sôbre a imigração, que influiu em todos os setores da vida paulista até com a mesma se confundir de 1880 a 1920, espaço em que predominou na região do café.

Sôbre outras mais recentes torna-se desnecessário o nosso depoimento, pois pretendemos apenas recordar fatos cuja lembrança boa ou má é quase desconhecida das novas gerações, com risco de mais tarde voltar à baila deturpada por sociólogos com insuficiente conhecimento de causa. Fácil imaginar o que diriam a respeito da ação desenvolvida pelos castens, baseados na leitura de Ferreira da Rosa! Desprovidos de nossos prudentes esclarecimentos sôbre fenômeno que tanta importância alcançou no passado, confundido o joio com o trigo, bons e maus elementos da mesma grei, os que se inclinavam a adquirir rápido enriquecimento obtido de qualquer maneira, e os praticantes ortodoxos da Lei de Moisés, desandariam em novas teorias estribadas em fatos mal conhecidos. O mesmo se pode estender a sírios e libaneses e todos mais que nos trouxeram inestimável colaboração quando lutávamos contra o colonialismo de na-

ções poderosas, à espreita da condensação de imigrantes seus em certo determinado sítio das Américas para reivindicar a posse da terra. Sòmente hoje começamos a estudar o que nos revela a extensão do perigo que corre-mos em a nossa infância e adolescência, no momento em que grandes nações "civilizadoras" deitavam vista cubiçosa sôbre a imensa, rica e despovoada superfície do Brasil. Daí, igualmente noção mais nítida acêrca dos que no momento mais oportuno, trouxeram com a sua presença obstáculo a êsses surtos apoiados em canhões, que encontramos perfeitamente descritos por indivíduos como Macula e muitos outros.

A rivalidade de nações colonialistas, o zêlo de mutuamente se prejudicarem e acima de tudo, a atitude dos Estados Unidos em não permitir ingerências européias na América, sem dúvida nos protegeram, mas o fato da nossa produção agrária, que estimulou a da indústria e do comércio, não pertencer tão só a uma origem, ao esforço de um único imigrante, constituiu enorme benefício para todos, brasileiros e ádvenas. O colonialismo do *Stupide XIXe. Siècle* não era vaga teoria destinada a desfastio de nacionalistas ociosos, para suprir espaço nas colunas de jornais quando se vissem sem assunto. Muito pelo contrário, estendia os tentáculos sôbre tôda a vida, atividade, orientação política das maiores potências européias, com exasperação hoje custosa de rememorar. Vinte ou trinta anos apenas marcam o colapso dêsse movimento, outrora todo poderoso, e, no entanto, quem se lembra de seus característicos? Quem reconstitui a sua violência, os males que espalhava, a fermentação que produzia, até deflagrar calamidades sem nome!

A rapidez com que transpusemos com o estímulo de duas conflagrações mundiais o perigoso período da nossa adolescência, decorreu da contribuição de inúmeros elementos à sombra de produções favorecidas por terra e

clima, em que avulta a empresa semi-agrária, semi-industrial cafeeira. Nela participaram capitais herdados por fazendeiros progressistas de opulentos antepassados, como sucedeu com a Cia. Mechanica e Importadora em S. Paulo, ou de contrabando (mais no extremo sul do país), ou de negociatas com a cumplicidade de funcionários e políticos corruptos (mais no Rio de Janeiro), ou fruto de especulações sobre gêneros de primeira necessidade, ou da exploração do trabalhador, ou da prostituição, tudo, porém, mais ou menos, direta ou indiretamente dependente da providencial rubiácea. Este elemento de prosperidade personificava novo gigante Atlas a sustentar todo o país, em bons e maus negócios, sangria de remessas para o exterior; despesas oficiais e privadas insensatas, sustento de gente laboriosa e de delinquentes; de negociantes cautelosos e industriais ousados, reunidos, somados, jacentes na maior promiscuidade na fossa de fermentação de onde saíam capitais para magnos empreendimentos. Não fôsse a onipresente rubiácea, tampouco o capital estrangeiro daria ar de sua presença. O crédito que porventura nos abriam além fronteiras decorria todo da confiança inspirada pelo nosso maior produto de exportação. Imaginemos por momentos o que seria do Brasil sem café! Provavelmente continuaria até hoje vasta região deserta, à mercê de ambições de colonialismos predatórios!

Ocorre nesta altura também indagar como uma comunidade embrionária como a nossa, se bem regida por princípios democráticos, mas de cultura e mais seduçõs materiais, intelectuais e espirituais em extremo deficientes, alcançou assimilar massa de imigrantes de regiões mais ilustres da Europa! Acresce no caso, o obstáculo que foi preciso transpor representado pela grande maioria de europeus do século 19 e princípios do 20, esforçar-se inspirados pelo seu lamentável nacionalismo degenerado em colonialismo, em dificultar por todos os meios ao seu

alcance a obra assimiladora. Um dos elementos que a despeito de tôdas as peias asseguraram finalmente sucesso, consiste no fato da massa imigratória ter sido a iniciadora do trabalho livre em região virgem. A circunstância fêz com que se empolgasse pela missão que o Destino lhe reservara, e voluntariamente, ardentemente, sem desfalecer nem se queixar, a ela se consagrou de corpo e alma. Tornara-se sua a obra construtora, sua e bem sua, em que passara a adorar a gleba que recebera o imigrante tangido pela miséria do sítio natal onde se tornara indesejável, esperado em o Novo Mundo de braços abertos pelos antecessores de outras épocas, ansiosos de sua presença como o antigo povo hebreu esperava a vinda do Messias(1).



Diário Nacional. Número especial dedicado ao Café.
S. Paulo, outubro de 1927.

Visita a Nitti

MORA EM PARIS Francisco Nitti na Rive Gauche, nas cercanias da velha rua de Vaugirard, num bairro que apresenta a particularidade de ter sempre merecido a preferência para moradia de pequenos burgueses parisienses. Até hoje não mudaram de aspeto, nem de domicílio. Ali estão imersos na modorra de sonolentos oasis da agitada capital, os sempre mesmos vizinhos de Madame Brise Miche da Rue du Chèrche Midi, pertencentes ao tipo tradicionalíssimo francês, do *Mr. decoré qui ne connaît que son quartier*”, com santo horror a estrangeiros e à geografia. A carta de Francisco Nitti que eu recebera no hotel, marcava-me encontro na Rue Duguay Trouin, que bem conhecia por distar dois passos da Rue d’Assas onde se encontrava a oficina de encadernação do Père Randeynes. A casa onde habita o estadista italiano é justamente uma das mais características do bairro, provavelmente da época de Luís Felipe, sem elevador nem esgotos, de sorte que tive de subir a pé seis andares antes de chegar ao modesto apartamento, baixo de teto, onde Nitti me recebeu quando lá estive pela primeira vez, rodeado pelos seus familiares. A sala em que estava é pequena, mobiliada com uma poltrona de couro onde se refestela o dono e algumas cadeiras em que se sentam os demais presentes. A clientela compõe-se no geral de peninsulares antigos jornalistas, ex-políticos e parentes. Um dos que sentavam perto do ex-primeiro ministro, muito se parecia com êle, também de baixa estatura, escanhoado, rotundo,

“grassotto”, somente aparentava fisionomia jovial ao passo que Nitti é carrancudo. Ingenuamente, na suposição de agradar aos “*Seigneurs sans importance*”, como musicava Offenbach, que tão cortezmente me acolhiam no grêmio, perguntei se era pessoa de sua família, mas logo me arrependi tal a veemência com que Nitti protestou, “*Isso, meu parente!*”. Os circunstantes caridosos esclareceram, tratava-se apenas de Torrigiani, Grão Mestre da maçonaria italiana, um dos homens mais poderosos do antigo regimen liberal, e, que devia continuar senhor de forças ocultas, porquanto decorridas algumas semanas, conseguiu ser indultado por Mussolini e voltar à Itália onde pouco depois veio a morrer. Não contente com a primeira gaffe logo tratei de cometer outra. Disse a propósito, que não faziam 24 horas eu contemplara em Roma o edifício na Piazza del Gesù em que nos tempos bonançosos pontificava o venerável. Estava infeliz. Desta vez os protestos foram gerais. Aquela maçonaria era a falsa, a abominável, a verdadeira era a de Torrigiani... Serviu, todavia, o engano para revelar que eu estivera em Roma, fato da maior importância para os que na sala se encontravam.

Já me causara estranheza na Itália a profunda ignorância em que se encontravam os exilados italianos a respeito do que se passava no seu próprio país. Todas as informações que antes de partir para Roma alguns me tinham dado na França, verificaram-se erradas. Completamente erradas. Desconheciam tanto os acontecimentos como os demais adversários do regimen fascista, que tinham permanecido na península a despeito de compressões e humilhações. Ambos se mostravam alheios a toda sorte de fatos que vim a saber com a maior facilidade nos meios estrangeiros interessados em assuntos italianos. Os refugiados em França não conheciam as principais resoluções recentemente tomadas pelo inimigo, que lhes diziam respeito e lhes convinha

aproveitar ou rejeitar. Os remanescentes em Roma sequer sabiam a existência das últimas publicações dos seus correligionários contra os fascistas. Jamais tinham ouvido falar, "*mai sentito nominare*", do livro de Francisco Nitti Sobrinho, o mesmo que agora estava sentado na minha frente e narrava como escapara da ilha onde o conservavam em severa custódia. Ignoravam tudo da dramática evasão levada a cabo com auxílio de anti-fascistas anônimos, modestos pescadores e outros indivíduos animados por comovente solidariedade com os adversários do regimen. Ignoravam que o deputado Lussi fôra companheiro de aventuras de Nitti Sobrinho. Ignoravam, até, que êste membro do Parlamento estivera prêso por longo espaço e ainda continuaria se não fugisse. Naquele instante eu tornava a sentir a mesma surpresa que ressentira em Roma, através das perguntas dos parisienses à fôrça sôbre a vida italiana, espírito do povo, o descontentamento que deveria externar e mais indagações semelhantes. Parecia-me estranha a falta de notícias por parte de um grupo de pessoas como as reunidas em tórno de Francisco Nitti, que por tanto tempo fôra um dos líderes da política italiana, e que a despeito de suas atuais condições, deveria dispor de largo círculo de informantes dentro e fora da Itália. Entretanto, fôra tão grande a desorganização sofrida pela antiga política quando dispersada por ordem de Mussolini, que o resultado estava ali patente, no desconhecimento de sucessos de que dependia o seu destino.

Não há dúvida de que é custoso obter informações precisas sôbre política num Estado Totalitário, o qual só divulga o que lhe convém. Acresce ainda o efeito da propaganda oficial, de grande eficácia por não sofrer contra-propaganda moderadora, além do receio presente em todos de castigo por indiscrições. Na península, como em outros sítios submetidos a governos de fôrça, há sempre perigo para os que falam demasiado. Em

Roma, assim que se toca em assuntos proibidos, abai-xam-se as vozes, os olhos começam a relancear pelos lados, reina súbitamente nervosismo causado por terem os muros orelhas e haver espíões e delatores em tôda parte. Impressionava verificar a propósito quão dife-rentes eram os cafés do Corso, antes do fascismo, onde as anedotas esfuziavam, os mexericos, as irreverências sôbre tudo e sôbre todos dalí partiam para circular na mais aristocrática cidade do mundo, adornada por qua-tro nobrezas, freqüentada pela nata do turismo inter-nacional à testa de levas de romeiros atraídos pela mais esplendorosa crença da terra. A impressão causada pela atmosfera romana, junto do Vaticano, dos tesouros de arte e monumentos gerados pela sapiência humana através dos séculos, da presença do Papa que dirige do fundo de sua modesta recâmera, milhões de crentes das mais civilizadas regiões do mundo, nos leva além das demais cidades e capitais, incomparáveis a esta, única e intraduzível, escolhida para sede do império de S. Pedro.

Antigamente mandava velha tradição romana que houvesse nos cafés um recanto reservado para jornalistas. Agrupados num ângulo mais aquecido da sala no inverno, ou espalhados pelo terraço sôbre o passeio com bom tempo, salvavam êstes clientes indefectíveis o país, ou denunciavam a sua perda irremediável, além de fazerem ou desfazerem valores e reputações, trabalho que hoje passou à propaganda oficial. Lembrava-me das vêzes em que diante de uma Cassata Siciliana, apreciava o movimento do Corso. Na rua e nos passeios alternavam personagens da atualidade com figuras tradicionais ro-manas, ou o milanês Conde Greppi, macróbio que na mocidade fôra um dos attachés secretários de Metter-nich, a desfilar em carruagem descoberta, ou atrizes fa-mosas pelos seus amores com D'Annunzio, ou novas estrélas cinematográficas. Os recintos que tanta impor-

tância na vida romana ocupavam, ainda existem, mas por completo mudados. Sentem-se deslocados na mudança geral de cenário ocorrida desde 1924. Onde reinava despreocupação e gôzo da vida, impera agora atmosfera de suspeição e medo. Onde se apreciava como bons latinos o farfalhar e ruge-ruge de sêdas nos passeios das ditadoras do monde e do demi-monde, ressoa o rumor de botas ferradas de esquadristas. Onde havia indulgente simpatia pelos turistas que ali vinham reverenciar a Cidade Eterna e nela gastar dólares e soberanos, fulgem hoje olhares provocadores a "*forestieri schifosi*". Nada de mais fácil que espionar em um café. Que diferença da primeira estada em Roma com a atual, em que demonstrações de cortezia a estrangeiros são oficialmente consideradas exibição de fraqueza. Assim que o camisa-negra nota um forasteiro, deve empertigar-se com arrogância e afivelar no rosto a "*maschera feroce!*".

No ano em que se intensificou a tragédia fascista, quando eu estivera pela primeira vez em Roma depois da "marcha", ainda havia uma tal ou qual satisfação no povo pelo fato de ter vencido a desordem causada pela demagogia dos partidos da esquerda. Criam sinceramente os pequeno-burgueses de toda a península que nova era se anunciava para eles e a nação. Embalavam-se com os discursos inflamados de Mussolini e a propaganda de seus asseclas, que a voz das oposições desmoralizadas não conseguia abafar. Pairavam ainda ecos dos abusos dos extremistas, estúpidos, desastrados e antipáticos. Por que não abrir crédito à nova ordem de coisas que se anunciava? A grande força das camisas-pretas continuava no seu êxito contra a desordem das ruas (princiada *in illo tẽmpore* por Benito e seus companheiros socialistas), e reação patrioteira contra as supostas injustiças do Tratado de Versalhes. A propaganda do Fãscio com o dinheiro dos industriais milaneses

e proprietários rurais emilianos fôra intensa. Remanesciam os slogans que tinha difundido, mas corriam risco de desgaste através do exercício do poder por lustros a fio. Abusos de gerarcas, dos próximos ao Duce, dos pequenos Mussolinis que em toda parte proliferavam como tortulhos, intrigas dos decaídos, mais o inevitável rosário de incidentes que acompanham os regimens de força, começavam a pesar seis anos depois e obrigaram o fascista a comprimir a liberdade. Havia já considerável diferença entre o estado de espírito do verdadeiro italiano, que morava na Itália e o dos peninsulares que habitavam S. Paulo ou Buenos Aires. Enquanto os segundos e terceiros se mostravam partidários do regimen o europeu parecia cada vez mais reservado, motivo de reflexão para o observador atento.

Era enorme a diversidade entre o que eu reparara em 1924 e 1930. Cada ano aparecia com nítidas características, opostas por completo as do primeiro com as do segundo, por mim verificadas antes de voltar a Paris e visitar Nitti pela derradeira vez. Quando eu o vi quase deitado na sua poltrona, a indagar a situação italiana de modo que mais parecia afirmação, típico do indivíduo que acredita no que deseja, lembrei-me da minha primeira estada em Roma em 1924. Encontrara por acaso na *Piazza del Tritone* o médico Carlo Áscoli, morador em S. Paulo, onde se tornara amigo íntimo e de certo modo secretário do industrial Conde Rodolfo Crespi. Infelizmente ambos se encontravam de partida. Antes, porém, insistiu vivamente o médico em me dar cartas de recomendação para várias pessoas, a fim de que eu visse "o que o turista comum não vê". Não me recomendava ao Senador Albertini porque — segundo a sua sutileza semita — não estava o dono do *Corriere della Sera* em odor de santidade junto a fascistas; porém, outros se encarregariam de me mostrar maravilhas romanas. Uma dessas curiosidades era a vila do barítono Titta Ruffo,

que eu vira inaugurar o nosso Teatro Municipal, sita nas vizinhanças de Roma. A construção era moderna, mas como contribuíra Áscoli a aformozeá-la com os seus conselhos, muito desejava que eu a visse. No meu entender, teria sido preferível que o célebre cantor, aplicasse os milhões ganhos na América do Sul onde era idolatrado, em restaurar algum palácio abandonado por Príncipe Romano, do que intentar novo portento em quadra notável pelo caráter inferior da sua arte. Mas não podia externar esta opinião ante a cordialidade do cúmplice do atentado contra o bom gôsto. E, como estivesse o cantor naquele momento no Perú, remeteu-me o médico amigo ao seu cunhado, o deputado socialista Giácomo Mateotti.

Não fôra feliz na escolha *il nostro bravo Áscoli*, pois renunciara por precaução apresentar-me ao seu antigo colega da Faculdade de Medicina de Turim, mais tarde fundador do *Corriere*, por julgá-lo comprometedor, entretanto, ausente da Itália, mal informado de seus acontecimentos políticos, preferia o deputado que mais ódio no momento inspirava a Mussolini e aos exaltados do partido fascista. Pertencia Mateotti ao grupo Neo-Socialista do Montecitório, de que pretendia tornar-se a figura predominante. Muito rico, ambicioso e inteligente, em parte conseguira o intento, pelo menos, no meio de seus companheiros políticos era dos que mais se extremara e se evidenciara no combate ao mussolinismo. Percebi a despeito da minha ignorância de coisas italianas a incongruência de Áscoli, como, porém, a figura de Mateotti estava em grande destaque muito me interessou conhecê-lo. Recebeu-me com extrema cortezia num edifício moderno do *lungotevere* Arnaldo da Brescia, na porta do qual no dia seguinte seria raptado por subalternos do Fascio quando se dirigia à Câmara. Disse-me Mateotti que estava assoberbado de trabalho, pois, naquela mesma hora dava a última demão ao sensacional discurso com que no dia seguinte ia rematar os

ataques por êle dirigidos ao Fâscio. Este libelo era ansiosamente esperado por tôda a Itália, e dele dependia o futuro da liberdade não só do país como da Europa e alhures. Acrescentava o tribuno algumas horas antes de tragicamente perecer, *“Não tenha dúvidas Sr. de que Mussolini, elemento espúrio do socialismo, desvairado pela ambição, nos levará à guerra, a revoluções, ao agravamento geral dos problemas da era contemporânea. Sei que êle é apoiado pela plutocracia do mundo, principalmente ingleses e americanos a despeito do verdadeiro amor que êles têm pela Democracia. Os Srs. americanos, do norte ou do sul, nada entendem, porém, da Europa, e as suas intervenções ou opiniões, são sempre absurdas ou catastróficas. A Rússia não deve ser combatida pela força, tanto mais que luta pelas classes oprimidas. O processo a ser adotado pelos anti-comunistas deve ser a melhoria constante das condições do proletário dentro de regimens livres, a fim de que o próprio povo russo por comparação venha um dia a desvencilhar-se do totalitarismo que continua a oprimi-lo.”* Exaltara-se o inditoso moço quando discorria com entono como se estivesse na tribuna. Mas a papelada que se amontoava sôbre a sua mesa de trabalho e pessoas que esperavam para lhe falar, sugeriam-me oportuna despedida.

Ficou, todavia, combinado que tão logo conseguisse uma folga, provàvelmente no próximo domingo, avisar-me-ia e iríamos todos, a Sra. Mateotti e filhos, ver a vila do cunhado. O assassínio do infeliz moço causou-me, como era de esperar profunda comoção. Poderia, até, ter sido seu companheiro de desdita, acaso os sicários provàvelmente à espreita nas imediações de sua residência, se lembrassem de atacá-lo um dia antes, quando já proferira inflamado requisitório contra o Duce. Na conjuntura, a noção que tive, logo confirmada por informantes insuspeitos, provinha a tragédia de demasias de fascistas subalternos, ansiosos por agradar ao chefe, ou

aconselhados por intrigantes do Partido. Em nada participou Mussolini na eliminação do seu maior adversário, causada, ademais, por um incidente fortuito, posto tenha aproveitado o acontecimento para vibrar golpe final na bruxoleante democracia italiana. O passo se tornara gravíssimo para o fascismo. O lamentável delito galvanizou a oposição, estarreceu a opinião pública, causou péssima impressão tanto no interior como no exterior. Sequer com os seus parciais mais ativos podia contar o Duce, porque estavam imiscuidos no crime. Permaneceu dois dias o carro dos raptos todo ensanguentado, no pátio do Palácio Chigi, sede do governo, onde finalmente foi descoberto. Era visível o intuito de comprometer o Primeiro Ministro do Reino, como então oficialmente se intitulava o Duce. Nos dias seguintes, Mussolini, às voltas com a traição de companheiros e escarcéu de opositores, resolveu, para se salvar, assumir atitude despótica. Suprimiu o Parlamento e dissolveu os comícios que pelas ruas espontaneamente espoucavam, quando eram vistos e reconhecidos deputados socialistas pelo povo que lhes pedia discursassem na praça pública, já que não o podiam na Câmara. Por acaso eu estava presente no momento em que chegaram trens repletos de esquadristas da região da velha Lucânia, erigidos no momento em tropa de choque contra os inimigos do Fásccio.(1) Esquecido do que vira na véspera, encontrava-me distraído na Piazza Colona, se bem me lembro, num tapeceiro para me desincumbir de encomenda que me tinha deixado Ascoli, quando formou-se um dos tais comícios re-

(1) Ultimamente numa reunião em casa de italianos eu narrava estas reminiscências quando um dos presentes interveio para me felicitar a respeito da sua exatidão. Acrescentou mais, quantidade tal de informações interessantes sobre o caso Mateotti, que admirado do seu conhecimento de segredos de Estado, perguntei-lhe como conseguira saber pormenores de fatos ciosamente ocultos pelo regime caído. Respondeu-me imediatamente, "*Pela simples razão de que eu era o Chefe de Polícia de Roma*". Tinha ante mim o Conde Dino Grandi, um dos mais prestigiosos Gerarcas do Fásccio, acaso não foi o mais ilustre de todos...

lâmpago. Fechou o tapeceiro as portas, imitado pelos bares vizinhos, e começa a pancadaria na praça. Pelas janelas do primeiro andar onde subimos, via-se perfeitamente entrar em função os "*nervo di bue*", dos esquadristas lucanos, que zuniam pelo ar antes de zurzir as costas dos que por ali demoravam. Manifestantes e simples transeuntes, curiosos e incautos, em pouco fugiam espavoridos em tôdas as direções. Contudo, apesar de triunfante o fascismo viu-se para sempre maculado pelo assassinio de Mateotti, causa imediata da perda de simpatia de numerosos intelectuais a representar o que havia de melhor na Itália e no mundo.

Na segunda visita, neste ano de 1930, senti violentamente os reflexos desta situação. Coincidiu minha chegada a Nápoles com a revolução no Brasil, cujos antecedentes acompanhara de perto no *Diário Nacional* de S. Paulo. O evento foi completamente falseado na Europa em geral e na Itália em particular, onde a deturpação assume caráter mais grave pelo fato de as informações distribuídas ao público serem de fonte oficial. A versão fascista consiste em propalar manejos dos Estados Unidos envidados com intenção de se apoderarem do Brasil. Inúmeras caricaturas se derramaram pela imprensa nesse sentido, a representar *Uncle Sam* no ato de verter petróleo na fogueira revolucionária e outras variantes da mesma história. O proposital equívoco obrigou a nossa embaixada na França a me pedir artigos, para publicação em jornais e revistas da Europa livre, a fim de esclarecer a opinião pública completamente desorientada por tão tendenciosa propaganda. Chegado a Paris iniciei o trabalho que vai começar a aparecer por êstes dias(1). Tanto mais urgente se revela esta *mise au point* ante a incrível ignorância de europeus a nosso respeito,

(1) Apareceram no *Le Temps*, jornal antigamente de influência política e no *Recueil Sirey*, "*Affaires Etrangères*".

pois até jornais franceses e outros geralmente infensos ao fascismo, repetem os seus absurdos na falta de dados melhores ou de quem os possa informar corretamente.

Mas a minha vinda à capital do Rei Bomba depois da minha primeira visita a Nitti, fôra sugerida pela necessidade de tratar pessoalmente com o célebre livreiro Johannowsky, o qual apesar do nome polonês é muito bom suíço genebrino e calvinista impenitente. Uma das suas manias consiste em tentar a viva força converter os seus clientes ao credo reformador. Penso que a sua avançada idade, complicada pelo constrangimento causado em mente de inclinação fanática pelo beatério nabuledão, sejam os grandes responsáveis pela sua atitude. Fato é, que dispunha no seu magnífico stock de preciosidades, um Barleus como nunca vi, o mais belo dos inúmeros que até hoje encontrei. Recusou-se, porém, vendê-lo sob alegação de que pretendia ofertá-lo ao seu grande amigo Benedetto Croce, cuja livraria fôra saqueada e danificada em 1924 por um bando de esquadristas, vandalismo destinado a puni-lo do seu anti-fascismo. A oferta do Barleus viria de sua parte como manifestação de desagravo ao grande filósofo, honra da intelectualidade italiana, seu representante mais conhecido fora do país nos maiores centros do mundo civilizado e muito amavelmente convidou-me para acompanhá-lo. Fomos ter ao velho palazzo em rua antiga, onde num dos seus andares mora Croce. Lá estava o ilustre escritor com uma filhinha ao colo, a última, a caçula, disse êle em outros têrmos naturalmente. Qual não foi a minha surpresa ao verificar na cordial palestra que se estabeleceu, participar o filósofo das mesmas informações propaladas pelos seus adversários fascistas sôbre os acontecimentos do Brasil.

Interrogou-me acêrca das suas origens, a insistir na tecla de que partiam de intrigas norte-americanas com

intenções inconfessáveis. Fiz-lhe ver a diferença de mentalidade do habitante do Novo Mundo e do Velho, empeçonhado o homem europeu pelo nacionalismo, de que naquele mesmo instante, o fascismo era aberrante manifestação. Citei-lhe fatos. Os Estados Unidos desmobilizaram as suas indústrias de guerra, depois de findos os conflitos em que tinham tomado parte por idealismo democrático, ao passo que a Europa armava-se mais que nunca com risco de promover nova tragédia universal. Outra coisa. A diferença de tom na imprensa dirigente da opinião pública nas duas margens do oceano, na América e no Velho Mundo. Na Itália só se lê diatribes contra as outras nações, paralelamente ao tolo enaltecimento sem razão nem propósito de tudo que é italiano e mais particularmente do que é fascista. Na imprensa americana os outros povos são tratados de modo geral com interesse e simpatia, se bem muitas vezes com incompreensão, mas que nada tem de comum com a evidenciada pelos europeus. A diferença a favor dos Estados Unidos constitui sem dúvida enorme superioridade. Quanto às intenções dos americanos sobre o resto do continente, acaso ambicionassem qualquer setor do mesmo para transformá-lo em colônia, ser-lhes-ia empresa facilíssima. Prescindem no caso manejos ocultos para alcançar o escopo, tal a desproporção de forças entre os estado-unidenses e seus vizinhos. Verificava ainda, que os europeus não avaliavam — talvez cegados pela sua incurável pretensão — a estatura dos Estados Unidos, nação possuidora do monopólio de quantidade de matérias primas indispensáveis ao fabrico de moderno material bélico, além do potencial representado pela sua grande, rica e culta população, bem organizada, disciplinada pelo espírito cívico, unificada pela sua consciência democrática. Pareceu-me que a minha argumentação o abalara, impressão mais tarde confirmada por Johannowsky, prova de que inda um espírito como o de

Benedetto Croce, não escapava do sentir comum europeu e só por acaso, mero acaso, quase incrível acaso, tivera oportunidade de melhor se documentar.

Outros incidentes também concorriam para me esclarecerem acêrca das mudanças efetuadas na Itália no transcurso de seis anos. De volta a Roma, nos cafés onde procurei informantes, só encontrei modorra que mais parecia provinciana, acentuado no caso o caráter das grandes cidades peninsulares, antigas sedes de reinos e repúblicas, em que o movimento artístico e intelectual tinha de se dividir e fracionar com outras semelhantes, sem a concentração de Londres, Paris ou Berlim. Mais do que nunca apresenta Roma fascista êste aspeto. Perdeu o seu antigo encanto. Decaiu a qualidade de seus expoentes e a de seus visitantes. O jornalismo tornou-se funcionalismo público a serviço da ditadura. Chamam hoje os italianos à sua imprensa, "*La Voce del Padrone*", lembrada pelo conhecido rótulo da Cia. de Gramofone, onde se vê um fox-terrier inclinado para o ampliador que lhe transmite a voz do dono. Feneceram, minguararam e se tornaram desinteressantes os grupos de articulistas e colunistas outrora senhores dos cafés. Limitados na sua atividade, pèssimamente recrutados entre oportunistas e indivíduos de modesto quilate não recordam nem por sombra um Morello "*Rastignac*" que muitas vêzes tornara-se durante algumas horas ditador de Roma por consenso unânime da população.

Os que aí a furto aparecem são apenas marginais dos sucessos políticos, sem mais participação direta ou indireta na sua gênese e desenvolvimento. Tampouco, se mostra útil a quem procura informações, a fauna que em tôda parte acompanha o jornalista, o sapo, como se diz em gíria paulista, que ainda pode ser visto nos cafés do Corso. Mas privado de antenas, sem informantes nos bastidores do Fâscio, onde tudo se passa a portas

fechadas, entre comparsas da mesma farsa, vê-se reduzido a mexericos nem sempre de fonte segura e a piadas raramente espirituosas. Reduz-se o principal mote de suas tertúlias, entremeadas de interrupções e despistamentos quando divisa auditores suspeitos, em remoer fatos que todos sabem, mormente em presença de forasteiro tido por ignorante do assunto. Invariavelmente remonta às origens do fascismo, a esmiuçar a quota de responsabilidade dos culpados pelo seu advento, dos seus adversários que pela inércia, inépcia ou desídia lhes abriram as portas do poder, todos, em suma, que de perto ou de longe não souberam salvar a democracia. O assunto é inesgotável, mil vezes repetido, entremeado de acerbas críticas ao presente e lamentações sôbre o futuro. Eu os ouvia a êstes queixosos como se falassem longe, narrar os antecedentes do pequeno agitador malgrado nas letras, péssimo jornalista, autor de horroroso romance intitulado "*A Amante do Cardeal*", elemento incômodo do Partido Socialista, onde reinavam sumidades de caráter e cultura a êle de muito superiores. A sua personalidade trepidante, padecera triste infância e lamentável adolescência. Jamais conseguiu no cenário político da península o prestígio que desesperadamente procurava. Armara comícios durante a expedição da Tripolitânia, nos cais de Nápoles, contra embarque de tropa com destino ao campo de batalha. Condenado pelo delito de incitação à desobediência em tempo de guerra, fuge para a Suíça, dorme debaixo de vagões, trabalha como servente de pedreiro, é prêso e expulso do território helvético pelo mesmo comissário de polícia que mais tarde o recebe oficialmente em Locarno...

Prosseguem, no entanto, na recordação do que todos conhecem. Estou farto de saber que Mussolini, despeitado pelo Partido Socialista, onde há sempre mais generais do que soldados (o mesmo sucede ao

comunismo, chamariz de aderentes que o procuram tão só para dirigi-lo), insurge-se contra as suas diretrizes, rebela-se contra os chefes e funda nova agremiação política. É elogiado por Lenine, que no seu ponto de vista revolucionário o considera o mais prestante elemento do marxismo na Itália. Ao invés de teorista de gabinete, com pretensões a sucessor de Marx, ou jornalista autor de artigos bem feitos publicados em jornais pouco lidos, Mussolini desce à rua, reúne sequazes, derriba barreiras, erigido pelo Papa Vermelho, em expoente mais valioso do que todo o Sacro Colégio Socialista Italiano reunido. Entretanto, nos sonhos mussolinicos começam a se imiscuir tirânicas contingências. O *Primum Vivere* glosado por Marx provoca conseqüências algo diversas das esperadas pelo terrorista.

Parte dos subsídios que o ajudam a vencer o primeiro passo da nova fase agitadora, é-lhe fornecida pelo corruptor-mor da política italiana, o Embaixador francês Barrère, que tinha por costume assegurar, "*On dit que les politiciens italiens se vendent. Je dois dire a leur louange qu'il le font pas chère*". O subórno destina-se a impelir a opinião pública para a guerra ao lado dos aliados. Desenvolve, daí, o futuro Duce, delirante propaganda bélica. Graças aos subsídios de fonte inconfessável, consegue arrastar os italianos às trincheiras onde tudo perderam e nada ganharam. Afunda o país na desordem. Entretanto, Mussolini auffer dos acontecimentos o melhor resultado. Primeiro estabelece a confusão, depois surge como salvador da pátria. Na conjuntura todos procuram tirar proventos da baralhada. Politicagem delirante. O Duque de Aosta conspira contra o primo Rei. Orador fluente — sem ser um Bossuet — diz Francesco Bianco, dispõe de ponderável clientela, além de esposa francesa da Casa d'Orleans que o incita a cálculos ambiciosos. Desfruta de prestígio no exército e na burguesia. A Duquesa chama à Rainha, "*Ma cousine*

bergère", alusão aos mais que modestos Príncipes de Montenegro, e tôda gente em Roma sabe que um irmão de S. M. serviu de modêlo para o Conde Danilo da *Viuva Alegre*. O Rei visado por tantas ambições, é mais inteligente do que se pensa, cético, porém, de natureza, mostra-se persuadido de que será o último soberano da Itália.

O exército conspira com o Duque, animado pela infância do Príncipe Herdeiro, ainda distante de cingir a coroa. Os Generais do partido d'Aosta entregam metralhadoras do exército aos fascistas. Mussolini torna-se cabeça da trama, porquanto os militares não n'a têm. Avoluma-se a mixórdia. A demagogia da esquerda assume proporções intoleráveis. Trens param de repente no meio do trajeto porque o maquinista exige a saída do Padre que embarcou na terceira classe. As regateiras do mercado arrancam o chapêu das burguesas que fazem compras e as cobrem de insultos. Conflitos se multiplicam pelas ruas das cidades italianas. Não é mais possível continuar assim. Urge acabar com a intolerável situação. Os chefes estão ali, o que se espera? Eis senão quando sobe Nitti ao poder. Denuncia a conjura ao Rei, agita-se, quer medidas drásticas, pensa destruir planos, supõe-se infalível. O Duque é destituído do comando da praça de Nápoles, dizem que está prêso no Quirinal onde permanece sob a vigilância direta do monarca. Tudo em vão. A desordem ganha terreno. Nitti tomou a nuvem por Juno, precipitou-se sôbre o que lhe parecia a fonte de todos os males e não fêz mais que aplinar o caminho para os verdadeiros aproveitadores da hora. Cai do governo. Recresce a agitação por obra dos demagogos da esquerda e da direita.

Agora é Facta primeiro ministro. Bom dirigente para tempos normais, imbuído de sãos princípios do liberalismo do século 19, completamente desambientado

num momento dêses. Se bem lhe façam sentir que tem de optar, ou Mussolini ou a queda da monarquia, êle esboça um simulacro de resistência. Decreta o estado de sítio. Provoca pânico na população. Que fazer? Aparece nas redações dos jornais o fascista De Vecchi, hoje Embaixador da Itália junto à Santa Sé, antigo negociante de vinhos no Piemonte. Quer falar ao Rei, pretende salvar a monarquia, deseja, acima de tudo, evitar derramamento de sangue quando os fascistas marcharem sôbre Roma. Recomenda-lhe a galhofa jornalística que vá à Vila Savoia ter com Vittorio Emanuele acaso lhe permitam as sentinelas. Dirige-se o gordo e calvo homem a outros personagens. Procura o General Diaz. Mas o Duque da Vitória é naboledão, desconfiado e sutil. Ri-se muito das boas intenções do salvador da pátria e despede De Vecchi. Êste não se dá por vencido. Corre (porque já perdera muito tempo) à residência do Almirante Thaon di Revel, já idoso, impressionável e também piemontês. Veste o Duque do Mar o grande uniforme e segue com o negociante de vinhos para Vila Savoia. Por felicidade o ajudante de dia é um oficial de marinha subordinado do Almirante. São recebidos pelo Rei aos pés do qual lança-se De Vecchi debulhado em lágrimas. Descreve a situação, alega a sua origem piemontesa, fala em patois piemontês, apela pelo Almirante que é piemontês, todos ali são piemonteses. Todos querem salvar a *Casa di Savoia*, o trono e a dinastia. E, o que as legiões fascistas não conseguiram, o gordo, calvo e suarento De Vecchi alcança. Pede Vittorio Emanuele que Facta retire o estado de sítio. Facta perde a cabeça. Vão chamar Mussolini, porém, antes que chegue propõe o General Badoglio dispersar os legionários em duas horas tão só com os carabineiros de Roma. Daí a prevenção do Duce contra o General e o seu constante desejo de afastá-lo da Itália. Advento do fascismo.

Que acreditar desta romântica versão? Fantasia de jornalistas? Verdade? Exagêro? Ou de tudo um pouco?

Voltavam-me estas narrativas de Café quando subia as intermináveis escadas da casa da Rue Dugay Trouin na minha segunda visita a Nitti. Dizem que todos os defeitos de uma pessoa aparecem enquanto nós a aguardamos. Ao visitar o político que participara daqueles acontecimentos, eu me lembrava na escada do que lhe atribuíam e pretendi colocar a conversa sôbre o que ouvira a seu respeito na Itália. Mas assim que aludí à conspiração do primo do Rei, exclamou Nitti, "*Il Duca d'Aosta? Non passa di un mariolo molto ordinario!*". Quanto a Mussolini só se refere com o adjetivo "*crrretino*", com três rrr. Ou quando fala do irmão, Arnaldo Mussolini, outrora protegido dele, Nitti, e, acaso faça referência ao Duce, então êste se reduz a ser "*Il fratello*". Desviamos daí para assuntos diversos. Falava-se muito na minha partida de Roma na estabilização da lira. Entramos no terreno favorito de Nitti que se intitula professor de Economia Política. Se a dita reforma fôsse executada por êle, adotaria a paridade com o franco belga. De imigração Nitti nada quer dizer. Entretanto, não é por falta de conhecimento da questão — acaso existe alguma coisa que Nitti confesse não conhecer? — porquanto muito interveio por volta de 1890 no Parlamento e na imprensa sôbre as causas da emigração italiana, ocasião em que escreveu trabalho elogiado por Ferrucio Macula, que lhe chama "*La aurea operetta del Nitti*". Mas por qualquer motivo recusa-se falar a respeito. Se a preconizasse, passaria por impatriota pelos fascistas, que só admitem emigração para as colônias. Se a condenasse, o dariam como desejoso de ver aumentadas as dificuldades italianas, para através do descontentamento das massas voltar ao poder. De qualquer maneira é preferível discreção. Tôda prudência é pouca

para quem pretende voltar como triunfador à pátria e não indultado pela generosidade do adversário.

Nessa altura, proponho ao antigo político perito em finanças, que imite o seu filho, atualmente em Buenos Aires, e atravesse o oceano. Convido-o a ir ao Brasil em "tournée" de conferências sôbre economia política e finanças. As que êle realizou na América do Norte obtiveram, segundo êle mesmo diz, o maior sucesso, por que não tentar o mesmo na América do Sul? Responde Nitti não lhe convir de momento afastar-se muito da fronteira italiana. Está a península repleta de sociedades secretas. Revive a época dos carbonários e dos patriotas dispostos a dar a vida para se libertarem de um tirano. Não se sabe o que pode acontecer... A Espanha está nas vésperas de república. Outras nações igualmente se avizinham de graves acontecimentos. Não lhe convém partir agora, e, da França não se afastará.

Muda de objeto mas continua com o assunto. Na sua opinião o Brasil nunca teve Ministro da Fazenda. A propósito, recomenda que o govêrno brasileiro pague pontualmente as suas dívidas se quiser ter crédito. De outro modo lhe acontecerá o mesmo que à Turquia, boicotada pelos banqueiros internacionais como devedora relapsa. Percebo porque vem com estas recomendações. Na minha primeira visita a Nitti só se falava em Paris dos incidentes ocorridos por ocasião da chegada do Sr. Júlio Prestes. Moço ingênuo, cuja súbita ascensão por obra do Sr. Washington lhe turbara a cabeça, candidamente supusera que ia ser recebido com flôres e palmas na França honrada pela visita do rebento "perrepê". Muito pelo contrário, os credores franceses de certo empréstimo brasileiro, insolentíssimos não lhe davam tréguas. Imagine um país sul-americano com veleidades de imitar a impontualidade de europeus! Desaforo... Insultavam-n'o por telefone. Assediavam o Hotel Crillon para vaiá-lo quando o vissem. Foi preciso estabelecer

especial serviço de ordem para salvá-lo de maiores desacatos.

Fala-se no Brasil. Alude Nitti para mostrar como está informado de nossas coisas, ao romance de um personagem do atual govêrno com suposta Condessa italiana, trágicamente terminado pelo suicídio da mesma no Copacabana Palace. Aponta para cartas acumuladas sôbre a sua escrivaninha, enfeidadas pelos nossos horríveis selos, lendários pelo ridículo do seu aspeto, que o informam de tudo que se passa de notável no Brasil. Alude a um telegrama recebido há pouco de Júlio de Mesquita Filho, com a notícia da volta de Mário Mariani a S. Paulo. Mostra-se, assim como os demais circunstantes, surprêso pela importância tributada entre nós a tão insignificante personagem. Admite que seja rapaz esforçado, mas vítima de grande confusão de idéias, Então que resta? Expliquei-lhe, daí, que o Sr. Júlio de Mesquita Filho é muito sentimental, e, como todo brasileiro, erra freqüentemente na apreciação de personalidades, mas como se trata de pessoa bem intencionada, podemos lhe perdoar o senão. *“Folgo saber o que o Sr. me conta”*, disse Nitti, *“porque recebi informações a seu respeito, que o pintam como severo e desconfiado”*, e olhava de soslaio para o monte de cartas da mesa de trabalho. Contudo, concordou comigo quando lhe fiz ver que nem ao jornalista nem ao político era possível evitar inimigos.

Prefere, porém, Nitti continuar com histórias extraordinárias acêrca da representação diplomática fascista no Rio de Janeiro. No seu entender o Embaixador Attolico — que êle conhece bem porque êste funcionário foi seu subordinado — é um perigoso delinqüente, capaz de tudo, com a agravante de ser espertíssimo. Muito se espantou em vê-lo empregado por Mussolini, porquanto é sabido que serve o Fâscio só por ambição e falta de caráter. Detesta os fascistas e é pelos mesmos odiado.

Cita outros nomes, e vejo pela seqüência despontar o rosário de mexericos a que estou afeito na minha lida com as colônias estrangeiras no Brasil; mesquinhas, invejosas, intrigantes, que o velho político aceita porque seu veneno lisonjeia as suas paixões de momento. Resolvo desviar novamente a conversa que arrisca se tornar enfadonha. Basta falar na Itália e facilmente mudamos de cenário.

Lembrado o assunto não param mais as perguntas dos exilados. Minha situação começa a se tornar embaraçosa. Comove-me a sua ânsia de notícias, a que, no entanto, não posso responder como desejaria. Dizer-lhes a verdade? Aquela gente tôda, desde que foi banida, espera voltar à pátria na próxima semana. Como acima disse, acreditam no que desejam. Eram poderosos do outro lado dos Alpes. Mandavam, pontificavam, fruíam tôdas as vantagens de privilegiada situação. Desterrados, vivem com dificuldades, alguns à beira da miséria, num país estranho, de que muitos falam mal a língua, cujos naturais pouco apreciam ádvenas sem dinheiro... Na minha visita à Itália, onde visitara as províncias da fronteira francesa até Nápoles, recebera impressão de estar consolidado o regimen fascista. Organizara-se nos seis anos de minha ausência, e, se pa-dece o ataque de contrários no exterior, também conta com favoráveis no interior do país, resolvidos a defender a todo transe as posições que conquistaram. Não as cederiam sem luta, pouco dispostos a retornar à obscuridade de onde partiram. Muitos duvidam da onisciência de Mussolini, outros acabaram por acreditar no mito do super-homem formado em tórno do Duce, mas todos de qualquer modo o apoiam por interêsse. As vantagens que o fascismo ofereceu à classe operária a custa das demais, lhe asseguram apóio de massas como jamais fruíram na mesma escala os antigos governos liberais-democráticos. Contra as conspirações — por ora sem

muita concordância com desejos do povo — tecidas por pequenos grupos de velhos políticos algo esquecidos pelas novas gerações, a vigilância fascista dia a dia se aprimora, provida de meios gigantescos, iguais ou superiores aos recursos de muitos ministérios. O símbolo do Fâscio, arvorado pelas locomotivas italianas, que na minha volta à França vi desaparecer além da fronteira, ainda permanecerá por muito tempo na península. Vê-se a Itália encurralada numa situação comparável à da Rússia, que somente acontecimentos excepcionais, como uma guerra universal geradora de convulsões internas, poderão modificar. A compressibilidade de povos submetidos a regimens ditatoriais é infinita. Manietados pela fôrça, dominados pela propaganda, faltos de contra-propaganda neutralizadora, que só pode existir em regimens livres, arriscam assim permanecer por longo espaço até se enferrujarem as cadeias de sua escravidão. Entretanto, o aço de que são feitas é de rígida têmpera, suficiente para conter sobressaltos porventura verificados em organismo entorpecido pelo ópio do proselitismo oficial. Mas como dizer tudo isto àqueles refugiados que só vivem de esperanças?...

Preferi poupar tempo do antigo Primeiro Ministro mais perguntador que informador, que precisa trabalhar para viver. Despedi-me pela última vez de Nitti com recíproca prodigalidade de cumprimentos e ao descer as escadas ouvi pela porta deixada proposadamente aberta o político dizer bem alto para ser ouvido:

“Come questo ragazzo parla bene italiano!” (1)



Ricordi...

UMA DAS MAIS GRATAS recordações que guardo, talvez a mais grata de tôdas, do movimento literário processado em S. Paulo entre as duas guerras universais iniciadas em 1924 e 1939, reside no meu setor italiano daquela época. Costumo assim chamar as diversas divisões do mosaico a compor recordação de tempos idos, em que determinadas reminiscências se me apresentam vivas, sempre apaixonantes, bem destacadas das demais. Ora, uma dessas lembranças, das mais divertidas de invocar no *Mare Magnum* nem sempre pacífico das letras, foi-me proporcionada pela visita do inovador Marinetti à tranquila Paulicéia de mil novecentos e vinte e tantos.

Não fazia muito, eu tinha anuído em ser empresário benévolo do músico Vila Lobos numa fase particularmente ingrata de sua carreira artística, em que era preciso desenvolver grande esforço para lhe grangear recursos, de modo a dar ensejo de o seu talento se impor e o seu mérito lhe assegurar justificada independência. No momento, mostrava-se o nosso meio muito atrasado, a dispensar pouca atenção à arte e menos ainda a artistas desprovidos de nomeada — de “cartaz” como hoje se diz — que os recomendassem a mecenas ricos e vaidosos. De governos, pouco ou nada se podia esperar no sentido de proteção oficial em casos como o de Vila. Seria mais fácil conseguir bolsa de estudos para menina pianista ou alguma declamadora, praga que por algum tempo medrou em S. Paulo, do que para músico discutido como o meu pupilo, que até aquela altura não produzira ópera

bailado mais ou menos semelhante ao *Guaraní* para se valorizar. Assim sendo, multiplicavam-se os obstáculos sem muita esperança de melhoria ante seus passos, por tempo a fio, em que o compositor mais a esposa, tinham de viver. De mais a mais, conseguira o temperamento infantilmente vaidoso do Vila, indis pô-lo com gregos e troianos, colegas, concorrentes, críticos e até público. Tornara-se detestado no Rio de Janeiro, sua terra natal, vítima de tenaz campanha de poderosos desafetos, a englobar quase tôda a classe de músicos e indivíduos que se julgam tais.

Acaso alguém tocasse no seu nome, tapavam ouvidos os cariocas e exclamavam que não lhes falassem em "*semelhante cafagestê*". Asseguravam tratar-se de fracassado, tão nulo quão tolo e pretencioso, indigno pela ingratitude e pequenez de caráter de qualquer auxílio de quem desejasse auxiliar artistas. Parecia o Vila fadado, destarte, à miséria, desânimo e por fim à esterilidade, se fôsse mal sucedido em S. Paulo, a sua última esperança, de que dependia a sua sorte, fortuna e arte. Graça Aranha, no momento o seu maior "fã", apresentou-o ao grupo "modernista" da rua Lopes Chaves, composto de Mário Andrade, Oswald Idem, Sérgio Milliet, Luís Aranha Pereira, Couto de Barros, Tácito de Almeida, Rubens de Moraes e eu. Este grupo que tinha para mais correspondentes como D. Olívia Guedes Penteado, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Paulo Prado, Brecheret, Anita Malfatti na cidade Blaise Cendrars em Paris e Henri Mugnier em Genebra. Se bem não fôsse muito musical, o cenáculo e as suas ramificações pôde na circunstância, graças à composição eclética, ser de grande utilidade ao músico.

Quiseram os fados que tudo corresse bem na cartada em S. Paulo, em que de certo modo contribuí. O mais urgente no caso, nas atribuições do empresário cornaca, era impedir que o desastrado artista pusesse

tudo a perder desde o início, como geralmente praticava. Cumpria apresentar ao público a seu respeito imagem completamente diversa da verdadeira, a fim de que levasse o Vila a sério. Côncio dos meus deveres, comecei a propalar através de redações de jornais, supostos sucessos que Vila teria alcançado no exterior; no rumor que despertava nos meios mais adiantados do mundo; nas propostas que empresários fantasmas lhe faziam e mais processos comuns de publicidade. Mas o meu maior problema consistia em obstar por todos os meios entrevistas que o músico queria a viva fôrça conceder a pequenos redatores de jornais. As que por fim apareceram, foram por mim escritas e enviadas diretamente a diretores, acompanhadas de retratos do Vila tirados dez anos antes, para dar sensação de que o leitor descobria um gênio desconhecido.

Mais tarde conheci o jornalista italiano Ugo Imperatori, que em moço trabalhara no escritório de advocacia de Enrico Ferri. Contava-me, que um belo dia o chefe recebera pedido de Giácomo Puccini para lhe mandar secretário entendido em jurisprudência, a fim de tratar de contratos, distratos, direitos autorais, etc. Indicado por Ferri começou a trabalhar para o autor da *Boheme*. Segundo Imperatori, não havia no mundo creatura de feitio mais egoísta, vaidoso e interesseiro que o seu cliente, a ponto dele, Imperatori, rapazola recém formado em Direito, necessitado de meios de vida, renunciar ao agreste convívio do compositor, talentoso mas moralmente deplorável. Na sua narrativa, que se prolongava por mil pormenores, notei muita coisa semelhante ao procedimento comum do Vila, com a diferença a favor dêste — por sinal admirador de Puccini — proceder sob ação do seu primarismo, atenuante que o toscano não podia alegar.

Foram bem sucedidos os concertos de Vila Lobos no Teatro Municipal, em continuação, por assim dizer,

da *Semana de Arte Moderna*, que lhe proporcionaram os recursos necessários à sua manutenção por algum tempo. Depois sobrevieram outros angariados principalmente pelo efeito daqueles antecedentes de modo a tirá-lo do atoleiro. Além disso, juntamos ao concerto subscrição ideada pelo Graça para melhor acudir o seu protegido, a pretexto de compra de frisas e camarotes a um conto de réis cada um, quantia elevadíssima para a época, de que também fui incumbido do recebimento. Voltou o Vila reanimado para o Rio, onde o ambiente pelo fato do suposto êxito que alcançara em S. Paulo, se lhe tornou menos adverso.

Qual não foi minha surpresa quando recebi pouco depois convite para ser representante do futurismo. Não mais me lembro se foi para toda a América ou apenas Brasil, isto pouco importa, fato é que me espantou. Talvez proviesse de algum empresário de verdade que tivesse visto na gerência de teatro o meu afã em defender os interesses do músico, persuadido de que eu pertencesse ao ramo e daí me indicasse a Marinetti, o famoso líder modernista de quem todos falavam. Pensei em recusar, pois não sentia afinidade alguma com o movimento apenas interessante pelo esforço que fazia por vencer as barreiras elevadas pelo tradicionalismo em torno da arte moderna. Convém mencionar, que estávamos em plena luta nos domínios estéticos, levada a cabo com violência de que hoje ninguém tem noção. Aconselhado entrementes por Mário de Andrade, ao qual todos os elementos possíveis de propaganda interessavam, resolvi aceitar. A consequência imediata foi afluir pelo correio, e pessoas que Marinetti me endereçava, montes de prospectos do credo futurista, mais livros, albuns, antologias, e mais papelada, em que figuravam os "novos" da Itália, inclusive o quinquagenário Marinetti. As maravilhas consistiam na fecundidade do grêmio insigne, sempre

encabeçada pelo seu animador, que eu devia nas minhas novas funções distribuir com a maior liberalidade.

Dentro de aparente variação do material de propaganda havia nas remessas a maior monotonia. Os prospectos se apresentavam com os assuntos dispostos em linhas tortas, perpendiculares, oblíquas, além de formar pirâmides, bolas, espirais, etc... com minúsculas em vez de maiúsculas e mais tentativas de originalidade a todo o transe, que por fim tornavam-se tediosas de tão repetidas. Os trabalhos eram compostos ora de um volume de Marinetti sob capa de côres gritantes alusivo à campanha da Abissínia, *Il Tamburro di Fuoco* ou de côres mais moderadas do seu amigo Paolo Buzzi intitulado *Poema dei Quarant'anni*, ou versalhada de Catrizzi, Cremonesi, Dolfi, Escodamé, Farfa, Fillia, Folicaldi, Gerbino, Guatteri, Mainardi, Maino, Marchesi, Sanzin, Simonetti, Vianello, etc. os quais segundo o Prof. Edoardo Bizzari, nada deram e jazem em profundo esquecimento.

O problema da distribuição daquele alude, que aos poucos atopetava o porão da minha casa, tornava-se de-veras ameaçador. Futurismo interessava sequer bibliotecas públicas do Estado, entretanto, tremendamente pedinchonas. Tudo lhes convinha... menos Futurismo. Acontece para mais, que Marinetti era perigoso. Certa vez respondi a um seu pedido de informações e logo recebi carta entusiástica em que agradecia minha "*chalereuse sympathie*", se bem de todo eu não me lembrasse no momento em que consistisse. Penso que era uma fórmula aplicada correntemente pelo animador na sua correspondência. O resultado manifestou-se em redobrada remessa de folhetos, diagramas, estatísticas sôbre o progresso do movimento, correspondência com todo o mundo (S. Paulo inclusive, onde o Futurismo ia, através dessas notícias, de vento em popa...), simultaneamente escritos em francês e italiano, pois Marinetti manejava com igual desenvoltura — ou ignorância, diziam

seus desafetos — ambos os idiomas e às vèzes preferia o primeiro. Na época a que me refiro, o predomínio do francês na literatura mundial era esmagador. Quem escrevesse nessa língua, estava certo de ser entendido em tôdas as capelas literárias, revistas, cenáculos, academias e mais agremiações do gênero do Velho, Novo e Novíssimo continentes. Marinetti nascera no Egito onde havia fortíssima influência francesa e fôra educado num colégio de Padres dessa nacionalidade, de sorte que, um dos seus primeiros trabalhos (segundo êle, raridade bibliográfica, encontrada por mim no Gazeau por três mil réis), era crítica com intenções demolidoras, intitulada “*Les Dieux s'en vont et d'Annunzio reste*”, escrita a propósito da morte de Giuseppe Verdi.

Um belo dia chegou-me comunicação de outro empresário com aviso que Marinetti ia empreender tournée na América do Sul e contava naturalmente com o meu auxílio. Tratei de fugir da prova em perspectiva, porquanto o Futurismo, a despeito de todo o artificialioso rumor levantado em tôrno de suas exibições, não encontrava repercussão nem no Brasil, nem na América, nem na Europa, afora certa curiosidade em Roma e Milão, onde Marinetti gastava fortes somas na propaganda de si mesmo. Por acaso encontrava-se entre nós, quando chegou o Papa do Futurismo, o poeta suíço Sauer, mais conhecido por Blaise Cendrars, de quem eu também me tornara empresário das conferências que êle pronunciou em S. Paulo. Em resposta às minhas indagações sôbre os efeitos da publicidade marinetiana nas margens do Sena, êle asseverava seu completo malôgro. Apesar do apregoado triunfo que teria segundo seus anúncios, alcançado no mundo das letras, mais revolução da técnica fotográfica graças aos esforços de Bragaglia, assim como na apresentação dos “*bruiteurs*”, têrmo francês aplicado pelos futuristas aos aparelhos que mandara a Paris como

amostra de futura orquestra, apenas conseguiu o Duce do Futurismo despertar troça passageira, em flagrante contraste com a exagerada admiração que em Paris se registava por D'Annunzio e merecido apreço a Pirandello. Acrescentava Cendrars, que entendia italiano e conhecia a Itália, continuar a literatura italiana ofuscada pela francesa em todos os seus setores, desde o teatrólogo Dario Niccodemi, até Grazia Deledda ou Matilde Serao. A presença da França era constante em tudo que os literatos e gente culta da península diziam e faziam. Nas citações, inspirações, imitações a que procediam, notava-se estarem de olhos fixos além Alpes.

Os dizeres de Cendrars tinham procedência apesar dele ser poeta, pois, no que nos era dado verificar em S. Paulo, a todo momento ocorria confirmação daquele fenômeno. O maior título de glória de certo poetastro mais tarde aparecido em S. Paulo para reger de modo absurdo a cátedra de literatura italiana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que lhe outorgava o direito de se sobreelevar sobre os demais professores italianos, era o fato de ter estudado algum tempo na Sorbonne. Outro metéque peninsular em Paris, de menos ruim quilate, por sinal, era Canudo, nascido em Bari, por êsse motivo alcunhado por Cocteau *Le Barisien*. Etc... Etc... Um inquérito jornalístico realizado nesta altura na Itália, apoiava os dizeres do suíço. Afinidades latinas, brilho parisiense, a condição de não dispor a península de grande centro como as capitais da França, Alemanha ou Inglaterra, provocavam esta infeudação. Era até hábito chamar na Itália de provinciano ao romano ou milanês que não frequentasse amiudadamente os cafés literários de Paris. Daí, Marinetti, mais novidadeiro que inovador, segundo Cendrars, manter ativo serviço de informações em França, e entre os seus agentes dispor de um tal Severini ou Prampolini,

para lhe avisar de tudo que havia de novo e de sensacional nos arraiais de Lutécia, "*Maintenant domine le blanc. On porte les ombrelles à gauche. On ne dit plus rasta mais metèque.*" com que o Papa do Futurismo pretendia levar vantagem sôbre os seus concorrentes italianos em divulgação de arte moderna.

Chegado Marinetti, pediu-me Cendrars, não obstante, que o levasse comigo ao Esplanada para visitar o futurista. O encontro do suíço com o egípcio, ambos dominados pela mesma idolatria francesa, foi deveras notável pelo que revelava do espírito reinante no momento na Europa. Chegara poucas horas antes Cendrars do interior, de onde voltara copiosamente crestado de sol. Antes de entrar no Esplanada, resolveu o poeta, que estava hospedado no Hotel Suíço, comprar um ingrediente que lhe calmasse o ardor do rosto. Logo do outro lado do Largo Paysandú, entramos numa farmácia italiana em que fomos atendidos pelo proprietário em pessoa. Ao ver o estrago, o homem que era fascista delirante, da pior espécie, ou seja, da paulista, exclamou com o maior desprezo entre as suas fartas barbaças, "*Pelle di francese...*". A reflexão enfureceu Cendrars, pois, lavrava no momento efervescência de aspeto tola-mente nacionalista entre franceses e italianos, insuflada pelo fascismo sob capa patriótica para tornar mais dócil o povo aos seus desígnios, assim como influir melhor sôbre os imigrados no exterior. Revivia velhos doestos, queixas e até invenções, ora contra a França, ora contra a Inglaterra, de que tivemos abundante amostra na Faculdade de F. C. L. quando lá apareceu o tal poetastro filho putativo de franceses. E, por absurdo pareça, tais manejos sempre surdem resultados nas massas populares, principalmente quando submetidas à poderosa propa-ganda de ditaduras.

O ridículo incidente prenunciava entrevista pouco cordial, a se efetuar em ambiente tenso, amostra do conjunto de circunstâncias que por fim culminou na estúpida conflagração de 1939. Durante todo o tempo da visita, não sabiam os dois escritores como se mostrarem mais desagradáveis um para o outro, posto, em aparência se mostrassem requintadamente cortezes, até cordiais. Da sua palestra vinha à tona a mesquinhez, egoísmo, dobrês e perfídia européias, em choque de nacionalismo exacerbado pela vaidade, avidez e cobiça. O sinistro borbulhar surgia ante meus olhos como se eu estivesse num camarote presente ao drama, em que os atores representavam milhares de semelhantes, com as mesmas idéias, os mesmos têrmos, sob os mesmos influxos antagônicos. De um lado estava a embófia — como diria o sábio Prof. Ernani Cidade — de Cendrars, persuadido de pertencer a uma literatura de caráter universal, de outro, o agressivo azedume de Marinetti, perfeitamente ciente do sentimento de insuportável superioridade do outro, que êle bem conhecia e sem saber ao certo o processo, ansiava por destruir. Do que menos falavam, entretanto, era de letras, quase que só interessados em externar os seus pontos de vista políticos. Dizia Cendrars em tom sentencioso, *“Je ne vous conterai pas une nouveauté en disant qu'ici, comme partout d'ailleurs, on en à assez du caractere lustrucru et maccarronique du fascisme”*... Agitava-se Marinetti, mais apoplético que nunca, e respondia com a parolagem padronizada (sem alusão à *Voce del Padrone* fascista), em que repontavam todos os slogans das campanhas de Mussolini na península, repetidas alhures pela sua propaganda, a se sucederem sob queixas amargas contra antigos aliados, falsos amigos, traidores, invejosos da grandeza do Estado Mussolínico. Mas, ai dos que se atreviam de se colocar no seu caminho! Estes seriam esmagados como sevandijas, *“Remarquez Mr. Cendrars*

que vous n'avez plus affaire à l'Italietta que vous avez connu...".

Felizmente as nuvens que se adensavam perigosamente foram detidas pelo inopinado aparecimento de certo charlatão perseguido pela polícia sanitária, de nome G. M. Lacerda, se bem me lembro, descobridor, afiançava, de panacéia "naturista" infalível para todos os males. Ainda relativamente jovem, provido de farta cabeleira, inteiramente branca e de profusas banhas, com um quê involuntário de Rei Momo, parecia velho e moço ao mesmo tempo. Exagerava a sua idade para fingir, a poder das cãs, admirável conservação. Proclamava ser em pessoa o maior reclamo para o seu método e sacudia a cabeça e agitava as melenas e estufava o enxundioso peito ao alardear como vendia (caso de dizer) saúde aos clientes! Em todo caso, foi providencial derivativo para a conversa, que a despeito de meus esforços, demonstrava querer terminar em bulhenta discussão.

Estou persuadido que Cendrars, bastante informado das coisas da Itália, irritado com a atitude francófoba do fascismo, quisera dizer umas tantas verdades a um de seus arautos nos domínios literários e aproveitara a oportunidade que em S. Paulo se lhe deparara. Convidado pelos nossos modernistas — ou mais exatamente — por Paulo Prado a conselho de O. de Andrade, contra parecer de Mário também de Andrade, ao qual aborrecia o aparecimento de outro pontífice no seu arraial, Cendrars participava de igual sentir para com Marinetti. Via no italiano um irrequieto agente de agremiação, cujo agressivo "chauvinismo" melindrava o seu — não menos agressivo — se bem externado de modo muito mais inteligente. O nacionalismo de franceses e vizinhos, em última análise se equivalia, mormente quando exasperados em filhos adotivos como Cendrars, mais franceses que os próprios franceses, mais parisienses

que os parisienses, mais “colonialistas” que os piores do gênero, oriundos da pequena burguesia européia, fecunda produtora de literatos cultores de impérios coloniais. O colonialismo por êles professado engloba tudo, desde territórios ocupados militarmente, até hegemonia literária, de certo modo, mais importante que o resto. Certa vez, eu mesmo experimentei reflexos dêsse espírito. No coligir documentação para escrever o *Tomas Ender* (1), livro que tive de escrever às pressas, em pouco mais de dois meses, a fim de aproveitar a exibição em S. Paulo dos trabalhos dêsse pintor sôbre o Brasil, realizei curiosas descobertas num certo determinado terreno. Verifiquei por acaso extraordinário, que a personagem de Balzac a figurar como Zambinella no conto *Sarrasine* de Balzac, era o famoso cantor Caffarelli, expoente excelso de uma época magnificamente sintetizada por Henri Focillon, em que eram encontradas “*Partout les cantatrices, les virtuoses, leurs chef d'oeuvres éphémères, un peuple affolé d'opera...*”. Apreciadíssimo na côrte de D. José I, o mestre de bel canto é figura de relêvo nesse reinado o que me levou a estudá-lo e citá-lo. Ingênuamente propus a divulgação do achado a Cendrars, pois, talvez interessasse a fanáticos do grande romancista. Foi o quanto bastou para me valer a fúria do poeta, suspeito de que eu pretendesse invadir os seus domínios, eu mísero sul-americano, ousar intrometer-me em assuntos da literatura que não lhe pertencia! Era só o que faltava...

O charlata assim que viu Marinetti desandou em diagnóstico dos males que o afligiam. Por sinal, fácil. Marinetti vermelhíssimo, de longe denunciava o lado fraco (ou forte, como quiserem) do seu organismo. Cendrars também apresentava fisionomia inflamada pelo

(1) *Tomas Ender*, Pintor Austríaco na Côrte de D. João VI no Rio de Janeiro. 1817 x 1818. Um Episódio da Formação da Classe Dirigente Brasileira. Editora Nacional, S. Paulo, 1954.

sol, agitação e alcool de que como de costume se encontrava enxarcado. Em pouco os dois se extasiavam acêrca da ciência de G. M. Lacerda, que tomava uns ares inspirados, meneava a cabeça, sacudia as melenas, estufava o peito enquanto os louvores iam em crescendo rossiniano, "*mais c'est un génie! Il est formidable!*", etc.... etc.... Neste comenos apareceu D. Benedetta, esposa de Marinetti. Esguia, elegante, muito mais jovem que o esposo, era torturada pelo feroz ciúme do dito, que não lhe permitia nem rouge, nem bâton. Daí, aparentava aspeto doentio, quase lívido, de sorte que, após os cumprimentos de praxe, perguntou o marido ao charlata o diagnóstico dos males da esposa. Sem vacilar, com admirável entono proferiu Moura Lacerda com voz tonitruante, "*stitichezza*", que até os garçons do bar ouviram. Tableau! Marinetti de vermelho ficou roxo. D. Benedetta mais pálida ainda. Eu e Cendrars não sabíamos o que dizer. Afinal alegamos a hora e tratamos de nos despedir com promessa de comparecer na noite seguinte à conferência de Marinetti no Casino Antártica.

Tive a despeito dos meus vinte anos, o juízo de lá não ir. Previa o que ia acontecer, e, se bem Marinetti enumerasse triunfante as vaias que recebera, inclusive uma grandiosa em Paris, seu título de glória, dizia, eu percebera pelo que demonstrara, grande mudança na sua índole. Duvidei que continuasse amador de insucessos literários. Percebera que já maduro, casado com mulher jovem e bela, almejava brilhar a seus olhos, contagiado ademais pela atmosfera do Fâscio cujos parciais colecionavam em acesa competição, missões, postos honoríficos, distinções do Duce, veneras, etc.... Ultimamente fôra nomeado o Papa do Futurismo, com grande satisfação, acadêmico (III), confrade oficial, portanto, de D'Annunzio com quem se reconciliara, etc.... etc....

Repetia-se mais uma vez com êle o que não raro sucede aos de sua casta quando entram na maturidade.

Como eu esperava, decorreu a anunciada conferência inçada de incidentes desagradáveis, sob formidável assuada do público. Cendrars divertiu-se à grande, presente aos acontecimentos, entusiasmado com o "*discernimento e gosto*" do público paulistano. Ocorreu no caso equívoco por parte do empresário, que não se pode qualificar divertido se nos collocarmos no ponto de vista marinetiano. Na sofreguidão reclamística de que se achava possuído, desandou êsse agente a publicar que Marinetti era o homem mais vaiado do mundo, com pormenores aliciantes a respeito, em que avaliava em muitas toneladas os legumes, ovos e outros gêneros os projetis que o poeta revolucionário, renovador e inovador recebera na sua prodigiosa carreira. Tanto fêz, que o público à noite se dirigiu ao Casino persuadido que ia a uma palhaçada de sabor especial e tratou de se prover de legumes e ovos pôdres, quando se dirigiu ao local da conferência, a ponto de se tornar necessária intervenção da polícia para retirar Marinetti coberto de detritos no palco.

Cendrars rejubilava. Narrava pormenores do corrente *dégommé*, que viera aborrecê-lo em S. Paulo, mas saira corrido. "*En somme l'unique chose d'intéressant qu'il avait autrefois c'était l'argent. Il paraît qu'il en a moins. Il lui venait d'un Pacha d'Égypte à qui sa mère avait persuadé qu'il était son fils.*" Dêsses acontecimentos, destacava-se o choque de mentalidades entre o sulço-francês e o egípcio-italiano, ambos asoberbados por nativismo pátrio, sob forma de aproveitável lição. Daí por diante comecei a observar mais atentamente todo o egoísmo, presunção e incomensurável vaidade européia e avaliei o perigo que para nós representa.

Um Poeta Safadinho

DE UMA FEITA, discorria um Embaixador da Itália acêrca de certo jornalista seu conterrâneo esperado no Rio de Janeiro. Alguém lhe perguntou quem era, e o diplomata respondeu, “*um safadinho*”. Admirado pela expressão, indagou o Prof. João Marinho de Azevedo, se existia êsse têrmo em italiano. “*Claro que não*”, disse o Embaixador, por sinal, ex-jornalista, mas acrescentou, que empregara aquela expressão por corresponder mais ou menos a “*una piccola canaglia*”, que lhe seria aplicada caso o visitante estivesse na Itália.

Muitas vêzes nos lembramos dessa ocorrência a propósito de suposto poeta aparecido como professor de Literatura Italiana na Universidade de S. Paulo. Nenhum melhor epíteto convinha àquele personagem, tipo acabado da hodierna praga dos “*simuladores de talento*”. Um safadinho ia-lhe como uma luva. Misto de defeitos e de oportunismos comuns entre literatos, representava, a mais, os característicos da triste época em que para o Brasil veio, no auge dos totalitarismos europeus.

Já no físico o simulador era fora do comum. Apesar de vomitar cobras e lagartos contra judeus — desenvolvia no momento Hitler violenta campanha contra infelizes alemães dessa origem, atitude que impressionava os “*arrivistas*” do Fâscio — ostentava o safadinho evidentes traços semitas. Seria pelo fato de ter nascido no Egito? Diziam antigamente que os filhos de imigrantes, por acaso paridos nas proximidades dos Estados Unidos em navios que transportavam os pais, adquiriam no mar, antes do desembarque, o queixo quadrado, sinal da

energia dos cidadãos norte-americanos. Acaso aconteceria o mesmo com o nariz de filhos de imigrantes na terra dos faraós? Enfim, são coisas que o vulgo na sua sabedoria resume na sentença, "*Sabe a mãe quem é o pai...*", como sucedeu com Marinetti, segundo Cendrars, e o safadinho desandara a anatematizar o grupo étnico que jamais constituiu problema para a Itália, senão no advento do fascismo, quando muitos dos seus intelectuais se mostravam mais fascistas que o Fâscio, mais mussolínicos que Mussolini, como muitas vêzes tivemos oportunidade de verificar em S. Paulo. Dispúnhamos de um exemplo em Carlos Áscoli, pessoa, entretanto, super-civilizada, que até o aparecimento de Hitler costumava se tornar tedioso quando enumerava as injustiças que o Tratado de Versalhes cometera contra os italianos, as carradas de razão que assistiam ao Duce para se opor aos inimigos da olvidada península — inimigos tornados por fim simbólicos, dependentes de flutuações políticas de momento, a variar de dia para dia, tal qual ocorre na Rússia de hoje, e mais slogans do partido dominante.

O improvisado professor chamava também atenção pelo modo como se portava em público, com os bolsos cheios de papéis, a falar e gesticular sòzinho, prêsa de contínua agitação. De modo geral parecia um pobre diabo, mais lamentável que temível. Infelizmente pontificava numa cátedra de Universidade onde em dado momento podia provocar graves incidentes. Pertencia a uma missão científica e intelectual de um país amigo, tinha alunos sôbre os quais exercia influência, vizinhava com professores de outras nacionalidades e de outras missões, era considerado um personagem na colônia italiana, cercado de grande consideração pelo elemento brasileiro ligado ao ensino. Longe de compreender a situação em que se encontrava, acintosamente excedia-se quando de repente desandava a comentar política inter-

nacional. Nessa altura ninguém mais o podia deter e aturar. Urrava, saltava, espumava, ridículo e molesto aos circunstantes. Terminavam em tórno dêle as conversas, cessava o prazer constituído pela discussão pacífica em tórno de acontecimentos ou pessoas, só admissível com respeito mútuo de opiniões, como é de presumir entre gente de certo nível. Convém, sublinhar, que na sua teatralidade latente, inevitável em todo italiano, inda seja de adoção, o Fásccio criara uma figura que julgava heróica para os seus parciais. "*Faccia feroce!*" ordenava o capo esquadrista, e os subordinados imediatamente arregalavam os olhos e mostravam os dentes como o Duce quando arengava à massa reunida à frente do Palácio de Veneza. Aquilo era grotesco e fatigante. Constituía o disparate um dos piores lados do fascismo, que mais contribuía a desmoralizá-lo no exterior, e, era o que desastrosamente o bastardo escolhera para se exhibir em S. Paulo. No fim de algum tempo a voz geral a respeito era que êle visava, por sinal, com muita inabilidade, reforçar com as exhibições a sua fé de ofício fascista.

Entretanto, em vez de conseguir o que almejava, pelo menos entre nós, no sentido de bem servir os interesses do seu país, numa cátedra em que estava em condições excepcionais para fazê-lo, causava em realidade repulsão e chacota. Incidia da pior maneira no caráter muito bem descrito por Cendrars, "*le coté lustrucru et maccarronique du fascisme italien*", tanto mais aberrante na conjuntura, por se tratar de indivíduo que se blasonava de poeta, suposto pelos simples mortais a adejar sôbre píncaros muito acima de míseras contingências humanas. Mas no afã, que hoje percebemos intencional, não escolhia sítio para dar vasão a suas manifestações de zêlo pelos slogans esquadristas. Qualquer sítio lhe servia. Na cátedra que em má hora lhe tinham confiado na Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras, nos corredores da mesma, nos encontros fortuitos ou proposítos com outros professores, provocava deploráveis incidentes em que nem sempre se saía bem, para maior desdouro seu e da sua missão pedagógica. Escolhia para vítimas de preferência colegas franceses, no que ostentava odioso procedimento, porquanto o melhor do seu espírito, o que na sua própria opinião o colocava acima dos demais literatos italianos, era o que assimilara em França quando lá estudara em moço, e, segundo se jactava, perfizera a sua formação.

Nesse terreno não perdia oportunidade em mostrar o seu superior francesismo. Ostentava entre literatos italianos ares de habitante da cidade perdido no meio de rurais. Acentuava o que havia de provinciano nos outros, pertencentes a meios acanhados, divididos os centros intelectuais e artísticos da península em vez de ostentarem uma grande metrópole como Paris. Neste quadro não deixava de ter alguma razão. Ah! o desespero de Michel Simon transferido do Rio de Janeiro para Nápoles! Mas voltemos à Vaca Fria, como se costuma dizer. Apresentava, pois, o nosso poetastro, mentalidade mais "arejada" que os seus confrades patrícios, graças à sua permanência em Paris antes de 1914 e da sangria que tanto desfalcou de valores as novas gerações da França. Naquele tempo, os cursos da Sorbonne eram muito mais fáceis de frequentar que atualmente, franqueados quase sem formalidades a todos que lá se apresentassem. Infelizmente, esquecia-se o hominho da magnífica oportunidade que se lhe deparava em testemunhar gratidão a quem tanto devia. Alanceado pelo recêio de parecer menos fascista a olhos inquisidores — o Fásccio mantinha espias em tôda parte — alardeava agitação e novos dislates, que até à colônia filofascista italiana de S. Paulo incomodavam.

Dizia Giovanetti, então diretor do *Fanfulla*, que bem a conhecia, o que a respeito do irrequieto persona-

gem circulava. Contava também os ecos que lhe chegavam da Itália sobre o mesmo, em que havia alguns deveras saborosos. Nascido no Egito, mandado moço à França, mal conhecia a pátria de seus pais quando para lá voltou depois de 1918. O estágio, entretanto, que fizera além fronteiras, além do prestígio conferido junto dos rapazes de sua geração, também lhe outorgava maior autoridade em distinguir o que havia de bom e de ruim na literatura italiana da época. Demolia simultaneamente D'Annunzio e Marinetti, tarefa relativamente fácil no momento, em plena agitação, tumulto e subversão de valores ocorridos depois da guerra. O primeiro padecia do inevitável ocaso de todo sucesso literário iniciado demasiado cedo e prolongado por longo espaço. Em 1920, a despeito de seus esforços em matéria de publicidade, D'Annunzio praticamente terminara a sua trajetória sensacional, para rapidamente entrar no olvido ante as novas gerações, como os demais expoentes da "*Belle Epoque*" à espera de que o recuo do tempo lhe proporcionasse oportunidade de voltar ao "cartaz". O segundo, sequer merecia crítica, considerado monumento de mau gosto e cabotínice, igualmente gasto por demasiada permanência na atenção pública (o tal cartaz), e desmanchava-se por si mesmo, sem necessidade de ataques. Acontecia, nessas condições, com o poeta-tastro, o mesmo que mutatis mutandis sucedera em S. Paulo antes da Semana de Arte Moderna, quando refluíram antigos estudantes na Europa para a terra natal e começaram a influir no grupo que pretendia encabeçar a vanguarda literária.

Na Itália esta renovação assumiu caráter infinitamente mais sombrio. Em todos os setores da sua atividade predominava a questão política, dominada pelo nacionalismo dimanado da guerra em choque com a fermentação proveniente da experiência doutrinária processada na Rússia. Na conjuntura, movido tanto por

necessidade como pelo espírito reinante, ingressou o poetastro no jornalismo. Indivíduo agitado, era natural que se dirigisse de preferência — ou “*faute de mieux*” — ao *Popolo d'Italia* fundado por Mussolini com subsídios emanados — dizem — da embaixada francesa. Nessa altura resolveu o futuro Duce aceitar as sugestões, que por intermédio de amigos, fazia-lhe o safadinho. Sonhava em voltar a Paris e se inculcava indicadíssimo para correspondente do jornal. Sempre a influência francesa... Concordou Mussolini e chamou o candidato ao seu gabinete para lhe dar instruções. Terminada a explanação o poetastro agradeceu comovido, mas, abanou os braços e esfregou o polegar no indicador, gesto clássico de quem precisa de numerário. Não fôsse aquela a dúvida. Mussolini, que não tinha noção muito clara do valor do dinheiro, abriu uma gaveta da sua escrivaninha, tirou um punhado de “*Billets de Banque français*” e entregou-o ao safadinho, que assim pôde embarcar para a cidade sonhada...

O conhecimento travado dessa maneira com o agitador antes da sua subida ao poder, garantia ao pseudo poeta inúmeras vantagens. Um dos característicos do Duce pouco conhecidos do grande público, era o seu sentimentalismo a alternar com repentes de impulsividade, de que muitos se aproveitaram em benefício próprio. Abusava, porém, o poetastro dessa circunstância e do modo mais estúpido. Dizia Giovanetti, que certa vez o safadinho entrara num trem e se recusara a pagar a passagem. Pois não era amigo de Mussolini? Prêso por suspeitas de que fôsse doido, apelou pelo protetor não se sabe como, o qual talvez divertido mandou pô-lo em liberdade. Mas tantas outras imbecilidades do mesmo jaez praticou que por fim agastava. Apesar de que estivesse em moda a prepotência, o seu uso e abuso não era permitido a todos. Na sua qualidade de antigo agitador, Mussolini pouco apreciava quem pretendesse

imitá-lo, sem respeito pelo alciôneo ambiente que depois de empossado êle queria impor em tórno de si. De quando em quando um desastrado dava em "mussolinisare", como então se dizia, mas em pouco recebia devida corretivo. Nesse sentido, a sua ida a Buenos Aires num congresso de escritores foi aproveitada para indicá-lo como professor de Literatura Italiana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo, recém-fundada por Armando Salles, mas já de grande prestígio no país e alhures. Longe, porém, de reconhecer a sorte grande que tivera, e sossegar no cargo regamente pago pela universidade, o safadinho que chegara de fundilhos rotos, em estado de miséria impressionante, com a mulher e dois filhos subalimentados, a morder tôda gente inclusive Giovanetti, não sabia o que fazer para chamar atenção sôbre si e principalmente sôbre o seu acrisolado fascismo. Julgava-se espertíssimo, e gritava, e esperneava, cada vez mais barulhento e atrevido, insuportável e molesto. Parecia querer uma agressão física para se arvorar em mártir e pleitear senatoria à guisa de compensação.

Em Roma a moda era hostilizar a França. Mais que depressa tratou o safadinho de se mostrar francófobo, a multiplicar por 100 qualquer mofina forjada no palácio Chigi contra franceses. A França passou a ser "*La Cortigiana*", produtora de degenerados incapazes, desgovernados por ministérios que duravam semanas, em flagrante contraste com a maciça unidade da administração mussolinica. E, rematava, "*o que nos falta em riquezas iremos buscar na França e na Inglaterra*". Nesse passo, todos, inclusive fascistas roxos, lamentavam a triste sorte da mulher do safadinho, digníssima senhora em tudo antítese do marido, por desgraça francesa de origem e de coração. Antiga professora, amiga da Inglaterra onde por longo espaço habitara, era tão distinta quanto o esposo era o protótipo do "muflê", de

sorte que não custava imaginar o suplício que a infeliz curtia.

Desgraçadamente, contagiada pelo marido, também exhibia, sob forte comoção, lados desagradáveis. Trouxera o filho doente da Itália. Por várias vêzes o menino padecera acessos de apendicite, que por ignorância dos médicos consultados na Europa, ou por economia agravada por conhecimentos caseiros, tinham sido momentaneamente amainados a poder de compressas de água quente. Em triste dia, estoura o apêndice com tôdas as gravíssimas complicações do caso, em época desprovida de sulfas e de penicilina. O médico chamado na emergência era, óbvio dizer, estrangeiro. Tratava-se de bom profissional, sem nada de mais, além da sua origem italo-germânica, muito recomendável para nazi-fascistas. Outra recomendação consistia em ser mano do escultor que modelara pouco antes a cabeça árabe do poetastro. Resultado, enquanto o facultativo foi passear como fazia dominicalmente na reprêsa de Santo Amaro, o assistente viu-se de repente às voltas com agravação do estado do menino, que de grave se transformou em desesperado. Morre a pobre criança e recai a culpa sôbre a "água pôdre" de S. Paulo, uníssonos desta vez marido e mulher em vociferar contra o sítio causador da perda do filho! Gente recolhida por caridade, a instâncias de govêrno estrangeiro, chegada quase morta de fome, restabelecida graças a F. F. C. L. e nossa incomensurável ingenuidade e assim reconhecidos! Que safadinhos!... Todo o espírito colonialista europeu, empeçonhado para mais por ideologias nacionalistas, revive neste doloroso episódio.

Independentemente, porém, do amargo transe, nada no Brasil para êles prestava. Não se pode obrigar a alguém a gostar do sítio onde habita. Mas, daí, a vituperar contra quem lhe mata a fome, sem motivo plau-

sível, apenas por sistemático espírito “colonialista” no pior sentido do termo, medeia um abismo cavado por sentimentos bem pouco lisonjeiros para quem os professa. Revela de saída péssimo caráter, porquanto inveja e ingratidão jamais nobilitaram os que assim supõem altear-se sobre os outros. Em entrevista concedida posteriormente a um qualquer ocioso do jornalismo, o poetastro só encontrou como síntese do meio paulista o acaciano conceito de que somos ainda muito jovens. Por sinal, “*Les grands esprits se rencontrent toujours*” e o mesmo foi dito na mesa de um restaurante em S. Paulo, a outro ocioso jornalista, pelo cómico Aldo Fabrizi... Quando a imbecilidade envereda por êsses caminhos não encontra limites. Com isso pretendia o poetastro dizer, que somos não apenas muito jovens, mas primários e atrasados, pelo fato de não pertencermos a alguma raça eleita. Tolo e histérico o hominho não arredava pé da sua incurável mesquinhez.

Na Faculdade tornara-se pesadelo. Sentiam os outros professores o incômodo da sua indesejável presença. O poetastro representava entre êles corpo estranho, pelo fato de jamais ter pertencido ao ensino. Motivos em que absolutamente não entravam razões técnicas, tinham imposto a sua presença num meio que o repelia. Aborrecia a tôda a congregação, mas como pedir ao govêrno italiano a retirada de um amigo de Mussolini! Note-se, que os mais prejudicados pelo desagradável e inútil indivíduo, eram os elementos da missão peninsular, notável pelo valor de seus componentes. Entre êles havia fascistas exaltados como o Barão de Fiori de Cropani, por êsse motivo inimigo do safadinho — os competidores não se estimam — assim como outros mestres mais ou menos infensos ao regimen, todos, porém, com igual antipatia pelos seus agentes. Contudo, num ponto estavam de acôrdo: absorvidos no ensino, deveras entusiasmados pela obra construtiva por êles levantada em meio

ansioso por crescer e se aprimorar, arredavam de si cálculos interesseiros e outras preocupações inferiores.

Fácil imaginar a perturbação que lhes causava indivíduo molesto, que não consideravam perigoso no campo pedagógico, todavia, pela suposta intimidade com os senhores do momento inspirava certo receio. Poetastro hermético, filiado à corrente de Mallarmé, de quem a esposa alemã dizia no correr de crises domésticas ser um "fumiste", pertencia o nosso safadinho mais ao setor literário qualificado "de curiosidade", sito em terreno indefinido e por completo separado do grande público, que ao de valor indiscutível, reconhecido por gregos e troianos, velhos e novos, entusiastas ou adversários do modernismo. Para situá-lo melhor ante leitores pouco dados a sutilezas criadas pela decadência das letras, afigura-se-nos o seu característico em literatura ao que em pintura leva rótulo de abstracionista.

Em qualquer manifestação de arte, por ousada seja, pode, contudo, se manifestar o talento do autor. No caso, porém, apesar do poetastro gosar da vantagem do nevoeiro e mistério gerados pela imprecisão das coisas pouco inteligíveis, daquilo que se move na sombra do indefinido, a confusão do seu espírito levantava dúvidas tanto nas velhas como em as novas gerações. A maior proeza que em publicidade conseguira era de certo modo contraproducente. Impusera a mesma poderosa proteção que o trouxera a S. Paulo, o seu nome em destaque na *Enciclopedia Treccani*, publicação submetida a rigoroso controle fascista e por conseguinte suspeita quanto a juízo sereno. Na apreciação de personalidades atuais resumia-se no critério da conveniência política. Quem fôsse subserviente ao regimen era tratado com simpatia, recomendado por este ou aquêles figurão tornava-se importante, acaso fôsse mal visto, inversamente, podia ser talento de escol, passava a insignificante. De modo geral não diferia da enci-

clopédia bolchevista, onde se pode ver as coisas mais espantosas, inclusive acompanhar através das diversas edições a seqüência de orientações antagônicas entre si, segundo a época em que se manifestaram.

Outro tremendo defeito do poetaastro, que pouco o indicava para as suas funções em S. Paulo, era o discutível italiano em que escrevia. Formado em França, marcado pelo indelevel vinco que o estudo deixa na mocidade para o resto da vida, jamais perdeu certas formas e boleios nitidamente franceses, particularmente incômodos quando o fascismo passou a inveterar tudo que tivesse aquela origem. De quando em quando críticos como Francisco Flora lhe censuravam a incorreção sintáctica ou desconhecimento do gênio da língua italiana, farpas que lhe envenenavam a alma a despeito do lenitivo oficial. Do efeito proviria também o alarde que fazia do seu fascismo e anti-francesismo, causa de atritos familiares e de clamorosos incidentes na Faculdade. O espantoso no caso foi a paciência demonstrada pelos dirigentes do nosso ensino em tolerar tão aberrante abuso. Pensamos provir em grande parte do indesejável figurar entre a missão italiana, e tudo que diz respeito á Itália nos é caro e merece particular afeto. Acresce também o ardil empregado pelo literatelho hoje evidente, mas que na época surtiu resultado. Muito mais esperto e astuto do que se supunha, êle cultivava, mercê da sua aparência de pobre diabo, atitudes de infeliz perseguido por tudo e por todos, vítima da maldade humana, da perfídia dos homens em geral e de literatos em particular. A traça dá sempre bons frutos pois invariavelmente encontra quem lhe dê crédito, apesar do quanto pode parecer estranho tão longa perseguição, iniciada já no berço e a prosseguir até nossos dias, sem motivo aparente do perseguido a justificar tão deplorável continuidade.

Uma bela tarde encontrou-se Afonso d'Escragnolle Taunay com um elemento do grupo italiano da Faculdade. Era o Barão de Fiore de Croprani, lente de geologia, que se mostrava furioso com "*questo gran poeta per l'esportazione*". O tal, pelas suas indiscreções, atrevimento e cafagestismo, quando se supunha ante um inferior, sem o bafejo de altas, altíssimas esferas como êle, passara de desagradável a intolerável para os companheiros de missão. Em segundos destruía a obra lenta, mas construtiva dos outros professores, de eficácia incomparavelmente superior à sua graças a atitude discreta dentro da obra construtiva. Irritado pela situação o geólogo demonstrava-se disposto de ir às últimas para livrar a Faculdade e a missão italiana daquele avantesma. Nos regimens totalitários, apoiados nas fôrças armadas e principalmente na polícia, reina suspeição e denúncia. Quando alguém almeja se desvencilhar de inimigo ou de concorrente, o processo não varia. Por mais esperem as autoridades o emprêgo de semelhante expediente, por mais desconfiem de denúncias e de denunciantes, tôda comunicação dessa espécie deixa resquícios indeléveis. Se o denunciado cresce dentro do Partido e se torna indispensável, aí entram os denunciantes para o rol dos caluniadores, passíveis de penas severíssimas, mas, se êle presta flanco à suspeita e moleste os poderosos de quem depende, nesse caso arrisca fim inglório. O poetastro sofria de tara dificilmente corrigível, desposara uma francesa que era o seu anjo de guarda, feio pecado para um fascista ortodoxo.

Dias depois do encontro do Dr. Taunay com o professor, estávamos no Restaurante Bolonha a convite de Giovanetti, em companhia de Carlos Áscoli, quando surgiu o poetastro. Convidado pelo anfitrião que muito o protegia, aceitou sem se fazer de rogado o opíparo jantar preparado pessoalmente pela esposa do patrão. Desfilaram na mesa lasanha verde e outras especialidades,

apresentadas de forma perfeita, como só às vêzes grandes estabelecimentos sabem alcançar. Às tantas, pediu Áscoli silêncio a fim de ouvir melhor a irradiação do Teatro Municipal. Apenas se desvaneceram no ar as artificiosas inflexões do tenor Schipa, paradigma do que em belcanto se chama "*voce fabricata*", teve o mau gôsto Áscoli, não sabemos porque, de participar ao poetastro a denúncia que fôra apresentada contra êle no Partido Fascista. Áscoli tinha no momento um sobrinho no Corpo Docente italiano e talvez por aí soubera do ocorrido antes do denunciado, caso bastante comum no regimen totalitário. O hominho quase desabou da cadeira. Proferiu a seguir urro de dôr que alvoroçou a clientela do restaurante, por onde antevi fundar o tal literato grandes ambições a serem satisfeitas na sua volta à Itália. Decorrido um momento em que se quedou desfalecido, atirou-se ao Chianti e depois de emborcar três ou quatro copásios, principiou a vomitar insultos contra os inimigos. Como sempre, êle era um coitado, inocente, pobre diabo perseguido por tudo e por todos, ao passo que os outros — e do tom gemebundo passava ao berro frenético — eram a escória, a lama, a espuma de uma cloaca.

Desmoronava-se o edifício tão pacientemente arquitetado. Tôda a sua "*muflerie*" redundava inútil. Embalde insultara franceses, em vão chamava em todos os tons a França de... respeitosa, por mais clamara e declamara os slogans mais imbecis do fascismo com prejuízo da sua reputação, via tudo perdido. Tôdas as portas provávelmente iam se fechar diante dêle. Ultimamente refinara para maior infelicidade com ataques a norte-americanos, "*Quel paese pieno di ebrei governato da un paralitico*", de modo que sequer poderia lá se refugiar bem provido de dólares como fizera Borgese e outros que êle agora invejava. Arrepelava os cabelos e soluçava. Agarrava Giovanetti como náufrago que

sufoca quem procura salvá-lo. A coisa chegou a excessos que entediados resolvemos nos despedir, visto não arrefecer o escândalo que atraía a atenção do estabelecimento, num berreiro característico seu, em que ia da tessitura de soprano ligeiro a de *basso profundo* e vice-versa, de sorte a juntar o grotesco ao molesto. Compreendíamos a tragédia que vivia ao ver reduzidos a pó os elementos sôbre os quais contava para se tornar uma potência talvez *Fiduciario del Partito nel Insegnamento* como o Prof. Foa ou coisa parecida. Tudo rodara e via-se agora denunciado ao Fâscio, que de repente atirava ao lixo indivíduos que na véspera se encontravam no galarim da fama, mas pouco adiantava êle bater com a cabeça nos muros em S. Paulo quando o seu destino se resolvia em Roma. À vista disso saímos, aborrecidíssimo Áscoli pelo cataclisma que provocara sob ação de bons vinhos, homenageados com algum excesso.

No dia seguinte indagado Giovanetti acêrca de como terminara aquela aborrecida cena, narrou êle o custo que tivera para levar o desarvorado personagem à casa. Muito se arrependera em não ter aceito a oferta que lhe tínhamos feito de ajudá-lo na emprêsa. Tamanho escândalo armara o poetastro na rua às 4 da manhã, depois de longa via sacra por bares por êle se recusar a voltar para seu domicílio, que foram finalmente presos por um guarda noturno. Aí novos incidentes ocorreram, o poetastro nessa fase completamente embriagado, e só com muita dificuldade, graças a circunstâncias do dito guarda ser filho de italianos e Giovanetti diretor do *Fanfulla*, puderam chegar à residência do hominho depois de tôda sorte de outras aventuras que seria fastidioso enumerar. E, comentava Giovanetti, vítima daquela noite, — “*não se assustem, êle saberá sair desta como soube sair de outras!*” — no que se mostrou bom profeta.

De volta à Itália viu-se o improvisado professor caído em ostracismo. Mas *ne varietur*, apelou pelo grande protetor através de amigos fiéis e não tardou a aparecer triunfante de novo em S. Paulo na cátedra que tão mal dirigia. Quem ficou em má situação foi o professor seu desafeto, o qual despejou queixas amargas no seio do Dr. Taunay, "*Aquilo era uma vergonha, um opróbrio para o ensino italiano a presença em S. Paulo de semelhante palhaço!*". De origem meridional, lente da Universidade de Catânia, exaltado, algo grandiloquente, esmiuçava os disparates verificados na secção de Literatura Italiana. "*Basta dizer*", proferia o professor no auge da indignação, "*que não tem a mínima noção da sua matéria. Imagine qual será o destino da cátedra em que tantas esperanças depositávamos!*". Tinha razão o inimigo do poeta quando vaticinava o malôgro do empreendimento tão caro a brasileiros e italianos. Péssima idéia tinham tido os que confiaram missão superior a quem só se preocupava consigo mesmo e do modo mais rasteiro. Confuso e empafioso tudo atrapalhava, tudo confundia e invariavelmente se safava do embrulho com apelos à comiseração dos circunstantes. Sua presença espalhava infelicidade em tôrno de si. Era insuportável e lamentável. Ninguém sabia mais o que fazer daquele avantesma.

Nessa altura agravara-se extraordinariamente a situação internacional. O destino do Brasil o levava para junto de democracias de essência pacífica, sem pruridos "chauvinistas" nem ambições degeneradas em nefastas modalidades de extemporâneo colonialismo. Na conjuntura, conservavam-se os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na mais perfeita discreção e dignidade. O único que fugia à regra era o poetastro, mais que nunca sequioso de exhibir o seu super-fascismo depois do episódio da denúncia. Movida por êste afã

estomacal a sua atitude se tornara de todo inqualificável. De uma feita compareceu a um almoço em que estavam Paulo Prado e Senhora. Foi o quanto bastou para o hominho aproveitar o ensejo de se encontrar na presença da esposa de origem francesa do autor do *Retrato do Brasil*, para dar vasão ao seu cafagestismo. Desandou nas suas habituais provocações, agravadas desta vez pelas circunstâncias, que provocaram desagradável incidente, em pouco os convivas aborrecidos e por fim irritados. Ia em meio o almoço quando êle afiançou que qualquer "balilla", ou escoteiro fascista, conhecia melhor arte militar que o General Gamelin, nessa altura indicado para comandante das tropas francesas. Indignada levantou-se a Sra. Paulo Prado e se retirou da casa, terminada abruptamente com a sua partida uma reunião que poderia e deveria ter sido cordial a despeito da diferença de nacionalidades, não fôra a presença do calamitoso indivíduo. Comentou na hora Paulo Prado, que um dos aspectos sinistros da guerra seria o desequilíbrio que as propagandas espalhavam, com os seus incitamentos a delírios coletivos, "*nesse andar em pouco tôda gente enlouquecerá!*" Tinha carradas de razão, mas poderia acrescentar, "*por obra de muito pescador em águas turvas para os quais quanto pior, melhor*", sistema que até hoje perdura e é a grande tragédia da nossa época.

Os múltiplos serviços de propaganda, ou melhor, de provocação organizados pelos países totalitários, espalhavam atmosfera irrespirável, sem outra alternativa senão provocar a tragédia. Nos elementos que serviam o inglório propósito, constavam agentes do "*nacionalismo dirigido*", pescados até nas camadas literárias e artísticas. Tínhamos no momento em S. Paulo na F. F. C. L., em meio da mocidade estudiosa um exemplar da sinistra fauna. Infelizmente não era possível evitar o contágio. A questão fechada que êsses regimens fazem

de colocar gente sua entre a mocidade, os meios de que dispõem, a diligência que aplicam no caso, logram impor representantes do totalitarismo, seja da direita seja da esquerda, em meios universitários, terreno considerado ideal para a venenosa sementeira. No caso do poetastro o único meio de impedir a sua entrada no ensino paulista seria a rutura de relações com a Itália fascista e essa medida salvadora só se tornou exequível com a guerra. Na conjuntura, passeava o hominho aos berros pelos corredores do magno instituto, onde no geral reinava ordem e paz, a vociferar insultos contra os colegas de outras nacionalidades e aos hospedeiros, até um dia colidir a tapas e pontapés com um tonto chamado Assis Cintra, que se intitulava historiador, casualmente presente a um dêsses acessos. Os professores franceses, eram, no entanto, os mais visados pelo energúmeno, e, entre êles Alfred Bonzon, catedrático de Literatura Francesa, alvo preferido pelo cafageste.

A guerra infelizmente cada vez mais se aproximava acelerada pelo predomínio de Hitler na Europa Central. Mussolini se vira reduzido a lacaio do poderoso vizinho, transtornado por sonhos de dominação universal. As teorias do credo que inventara não deixavam dúvidas sôbre o seu desequilíbrio. A situação da Itália, nessas condições, se tornou gravíssima. Enveredava pelo mesmo caminho errado que a atirara contra todos os seus interêsses na outra guerra, onde moralmente se prejudicou em que pese a nobre defesa intentada por Croce para justificá-la, perdidos os proventos muito maiores que lhe asseguraria a neutralidade. A diferença nas causas reside no ímpeto irresistível de todo um povo sob delírio nacionalista, registado na primeira conflagração, e as razões da segunda resumidas na conveniência de um só homem entrado no conflito para assegurar o seu prolongamento no poder. Nos dois cataclismas decisivamente

interveio Mussolini no preparo do espírito pre-bélico. Era um técnico por assim dizer, do empenhamento de mentalidades. Para chegar ao fim não havia obstáculo que o detivesse. Não vacilou em passar de socialista-marxista, anti-monárquico, anti-colonialista, anti-católico, oposto a guerras de iniciativa burguesa, a nacionalista, colonialista, anti-marxista, católico, monarquista, partidário de aventuras predatórias. Descambava sem transição de agitador de massas no estilo demagógico do século 19, admirado por Lenine e comités internacionais, a pequeno-burguês patrioteiro, chauvinista, pirotécnico do *Mare Nostrum*, ou seja do Mediterrâneo feito lago mussolínico, de um império árabe sob a égide do Fásccio e mais fantasias próprias de quem se tornara *Collana de l'Annunziata* e primo de Vittorio Emanuele...

Inda assim, a despeito do desalmado ter reduzido o seu país a instrumento de ambição pessoal, de lhe acarretar, como disse o velho pastor com quem se deparou pouco antes de morrer, "*un sacco de guai*", (e, acima de tudo, de ter arrastado a nação italiana a aventuras tormentosas), pessoalmente, no convívio privado, ostentava as qualidades que tão estimável tornam o homem peninsular. Disponha de bom coração, e excessiva indulgência, que o levaram a ser demasiado confiante com indivíduos indignos da sua generosidade. Acontece hoje com Mussolini o mesmo que sucede com indivíduos, judeus e outros, que de tão atacados, estupidamente malsinados e vítimas de ingratidão, tornam-se para nós simpáticos. O poetastro compelido a deixar o Brasil teve a precaução de escrever — segundo nos contou divertidíssimo o prof. Fidelino de Figueiredo — nos caixotes de livros que remetia a Roma através das linhas inimigas (a Inglaterra dona do *Mare Nostrum*), "*confio estes volumes à proverbial justiça dos ingleses. Espero que não me decepcionem!*"

Confiava agora nos inimigos aos quais vaticinava o próximo saque levado a cabo por fascistas e nazistas na França e na Inglaterra como costumava repetir a Paulo Rossi e muitos outros. As vêzes o safadinho apesar de egípcio parecia ter qualquer coisa de gangster siciliano... Fato é, que foi ter a Roma, para onde levam todos os caminhos, escandalosamente nomeado por Mussolini professor de Literatura Italiana na Universidade romana, recompensa do zelo que em S. Paulo demonstrara pelo Partido Fascista. Impediram, contudo, os acontecimentos que pudesse o safadinho gozar em paz o benefício. Afundava Hitler tragado pela tempestade que gerara. Começara a angústia dos totalitários depois da euforia dos primeiros tempos da guerra. Viam cada vez mais horrorizados aproximar-se a hora da prestação de contas com os inimigos. Que fazer? Como de costume, na adversidade, o poetastro chorava, carpia os fados contrários, vítima da perversidade dos homens. Arrastava-se lamentavel. Não era mais o futuroso jovem, que entrara para a folha fundada por Mussolini com os vinte mil francos (*ils ne sont pas chères*) fornecidos pelo Embaixador Barrere para arrastar a Itália à guerra. Envelhecera, desanimara num meio universitário onde não o estimavam, nem respeitavam, nem o queriam. Qual seria, daí o seu destino? Tão avacalhado se exhibia pelas galerias da universidade, que inocentes se apiedaram daquele resíduo do fascismo, tanto mais, que insensivelmente êle começara a alardear ter sido vítima do ditador e sofrer perseguições do seu partido. Por sinal seguia o exemplo do Duce, nessa altura revestido de pele nova. De defensor da Igreja e do trono, colar da Annunziata, providência do capitalismo internacional, primo do Rei, etc... etc... voltara a ser agitador marxista, devorador de burgueses, destruidor de coroas e tiaras.

Morto, porém, Mussolini, atosmente profanado o seu cadáver e o da amante a inocente Petacci, caçados em

tôda a Itália os Gerarcas e Fiduciários do Partido, parecia crítica a situação dos que se jactavam de ser porta vozes do Fásccio.

Lembrou-se providencialmente o poetaastro, mais que nunca safadinho, de que fôra denunciado outrora como francófilo por ser casado com uma francesa. O triste expediente recorrido por um desastrado para se desfazer da sua indesejável presença em S. Paulo, transformava-se, destarte, na Europa em táboa de salvação. Não podia perder tempo, era mesmo vítima de Mussolini. "*Fui fermato. Poi si permiti di tornare in Brasile... Ma mi fu tolta la tessera del partito*", escrevia o poetaastro de mistura com afirmações de filo-francesismo, êle, que pouco antes de deixar S. Paulo, urrava o grandioso porvir do Fásccio por obra de Hitler, "*Uomo proprio per bene!*"

Surgiu novo caso de desmemoriado de Colegno. Esquecido de sua anterior atitude por tanta gente viva e de bom conceito presenciada, incidia, no final de contas, em balda comum a totalitários. Assim sendo, tudo que fizera e dissera em S. Paulo fôra pura comédia? É, com o maior desplante passou a afirmar sob juras solenes, que jamais incensara Hitler, nunca em tempo algum prometera saquear a França e a Inglaterra, nem atacara a americanos e a judeus! Nem tampouco chamara a Roosevelt de paralítico... Nunca, pelo contrário, sempre defendeu francêses, inglêses, judeus e americanos. Totalitário jamais. Aliado sempre. Puro de qualquer pecado podia comparecer perante qualquer tribunal, menos, naturalmente, o divino. Entretanto, a sua espôsa francêsa está viva e pode em casa de quando em quando lhe refrescar a memória...

Não faz muito escrevemos ingenuamente um artigo em revista internacional onde sem lhe citar o nome — êste reclamo êle não teve nem terá — narrávamos o efeito contrário produzido em certa ocasião por um

propagandista do fascismo ao querer desabridamente ferir adversários do que êle pretendia exaltar. Foi quanto bastou para o pseudo poeta pôr a bôca no mundo, ou melhor, enterrar a carapuça até os gorgomilos. Mais uma vez o pobresinho voltou a ser vítima de Mussolini, do fascismo e da perversidade dos homens. E, por que tanta dôr? Qual o motivo de tamanha aflição? De tanto alvoroço e negativas desesperadas, mais cínicas afirmações em contrário da verdade, fáceis de verificar com tantas testemunhas vivas e de bom crédito? A explicação não tardou. No meio tempo, o hominho tornara a ser discípulo querido da França Imortal, o seu maior amigo, “aquêlê que por ela tudo sacrificara”, e, mui praticamente conseguira, entre mais coisas, ser editado nas *Éditions de Minuit*, onde publicou enorme volume de versalhada traduzida pelo literato francês Desgouttes.

Por essas e outras que Mussolini se torna simpático. . .

Agora, pergunta-me o leitor, por que gastar tinta com tão ruím defunto? Não seria preferível atirá-lo simplesmente às moscas? Aparentemente assim deveria ser, mas, além de natural travo pelo fato de termos sido indignamente ludibriados por quem representou com tanto sucesso asquerosa farça, que melhor amostra poderíamos encontrar na *Fiera Campionaria Fascista* da fauna engordada em torno do seu “colonialismo”?

Mito Racial e Colonialismo

A ILAÇÃO A QUE PODEMOS chegar no estudo do mito de superioridade racial — flagelo do mundo, alimento de tragédias, semente de ódio e de absurdos — prende-se a causas arbitrárias ou ocasionais derivantes da soberba e cobiça inatas dos homens. Eventualmente podem figurar outras na sua formação, originadas pelo fator ecológico, favorável á atividade do feliz ocupante de terras férteis e saudáveis. Nesse caso, a superioridade das populações beneficiadas sôbre as deserdadas é manifesta, diferença geradora de choques de toda ordem, para maior dano da humanidade. Uns ver-se-ão colmados pelos dons mais preciosos da natureza, em condições de se aprimorarem no espírito e na matéria, outros definham, e, até, degeneram no ingrato solo onde nada conseguem produzir. Da desigualdade de posses e das aparências que resultam, nascem preconceitos, prejuízos e mitos, que poder algum consegue aplacar. Um dêles é o da superioridade racial, outro o colonialismo daí emanado, à guisa de justificativa do injustificável, em que indivíduos contemplados por meras circunstâncias fortúitas, acabam por acreditar possuírem virtudes sobrenaturais milagrosamente obtidas dos céus.

Do mito decorrem conseqüências tão multiformes como prejudiciais. Da imensa série de acontecimentos que provoca, vemos predominar surtos rapinantes a mão armada, voltados pelos que se deixam obcecar por sonhos ambiciosos contra vizinhos mais fracos. Tão imbuido da sua superioridade se sentirá o primeiro perante as vítimas da sua ganância, que supõe estender

benefícios em vez de malefícios aos visados pela sua ambição quando os escolhe para escravos. Acentua-se ainda a tendência, acaso repouse o conceito dessa superioridade tão só sobre armas, porquanto nessa circunstância, o vencido na luta poder-se-á considerar feliz se a troca do seu trabalho o vencedor lhe conceda a vida. Coberto de desprêso, inerte, sem esperanças de salvação, torna-se objeto, cousa, besta de carga indigna da atenção dos que deve servir discrecionalmente. Transforma-se então, a força armada em Direito inexorável aplicado com o maior rigor, código, que por monstruoso pareça, vigorou durante séculos, desde a noite dos tempos, a suscitar as maiores tragédias de que o mundo foi teatro, sem dúvida a pior calamidade que outrora acompanhou o homem da infância à morte. Todavia, é preciso reconhecer, também constituiu prodigioso fator do desenvolvimento de recursos básicos para a civilização moderna. Não será, pois, desrazoado asseverar, que assim como a Grécia antiga elevou a sua cultura à custa da iniquidade escravocrata aplicada aos vencidos, a nossa atual provém de guerras atrosas incitadas pela ambição e levadas a cabo com todos os característicos do roubo a mão armada.

Nos fastos históricos que sobre nós influíram, divisamos do extraordinário observatório constituído pelo Brasil, o embate de semelhantes choques de homens e de culturas a se repetirem através dos séculos. Que melhor palco para o observador que a encruzilhada onde afluem gente das mais variadas origens e condições à procura da Terra da Promissão, onde revelam os seus característicos e os seus anseios? No inulto terreno a sua espera, que lhes incumbe desbravar, sobejam oportunidades, para expandir o bom e o péssimo neles inculcados pela tradição em que se nutriram. Revela o ádvena nessas ocasiões, os refolhos de sua alma, os preconceitos que o orientam, prejuízos que afaga, rancores que o empeçonham,

resultantes de índole moldada a centenas de léguas do novo habitat, responsável por espírito inteiramente convencional, que somente aos poucos poderá esmaecer no vasto cenário do teatro de sua atividade. Nem sempre lhe será fácil, nestas condições, atinar que a conquista da terra deverá ser pacífica e não belicosa como durante a infância e mocidade lhe inculcaram, a partir de quando começou a entender a vida em torno de si. Todo um trabalho de completa reeducação tem de ser envidado, a fim de adaptá-lo à gleba onde deverá se comportar como colaborador e não dominador.

Nos primeiros tempos depois da sua chegada, ainda no estágio de desenraizamento, às vezes marcado por desnordeio, o que mais manifesta é intensa fidelidade à origem, à guisa de refúgio, cujo grau pode ser avaliado segundo a condição social do indivíduo, muito mais intensa, por exemplo, num professor de Universidade, que em trabalhador analfabeto ou semi-analfabeto. Quanto mais elevada a sua craveira maior resistência oporá o ocupante à assimilação pela terra em que vive. Não raro sucede igualmente verificar-se incremento de certa hostilidade do imigrante pelo meio acolhedor, segundo a relevância do seu país de origem. O egresso de grande centro europeu, sente-se ainda hoje em sítio de desterro em qualquer parte do Novo Mundo, por mais grandioso e adiantado se apresente a seus olhos. Não será, pois, somente o choque da transplantação que o atormentará, para maior amargor da sua nova existência, como, principalmente, a noção de superioridade por êle atribuída ao país onde nasceu, que lhe dá direito no seu entender a infinitas regalias sobre indivíduos de outras nações ainda lhe sejam individualmente de muito superiores.

Certo é, que estamos neste momento numa fase de transição a respeito de muitos complexos até agora dominantes na vida dos povos. Transformam-se concepções

tidas por imutáveis a respeito dos fatores de prestígio e grandeza de grandes impérios. Antigamente eram medidos pela força de seus canhões, ao passo que atualmente acentua-se o pendor em reverenciá-las pelo bem que prestam à humanidade. Assim, presenciamos na Era contemporânea o esforço do grupo de dirigentes que se apossou da Rússia, em simular benefícios prestados ao mundo. Infelizmente para eles o regimen da cortina de ferro; dos satélites onde não se admitem plebiscitos a fim de evitar manifestações de preferências políticas; e, acima de tudo, o fato dos governantes não-cristãos perderem a vida depois de confessarem supostos delitos quando apeados do govêrno, desmoralizou-os perante as massas. Inversamente cresce o prestígio dos Estados Unidos quando defendem a liberdade dos povos, o anti-colonialismo, o incremento de auxílios às nações necessitadas ou subdesenvolvidas, assim como à ciência médica voltada para o tratamento de tumôres malignos, tuberculose, infecções virulentas e poliomielite, em que o cientista e a farmacologia norte-americanos atualmente se impuzeram como os maiores amigos da humanidade. Em uma palavra, em tôda parte vemos entre nós a benéfica contribuição americana, em nenhuma a russa.

Passamos, pois, por completa mutação que dia a dia se acentua relativamente à psique do chamado homem civilizado. As mais arraigadas tradições esvaem-se em fumo, convicções se desfazem, velhos preconceitos fenecem. Nota-se hoje funda alteração da mentalidade do homem do Velho Mundo, por tanto tempo nosso mentor. Tempos mudaram, homens e idéias, e, se lançarmos os olhos para alguns anos atrás, antes da primeira conflagração universal, vemos incomensurável soma de prejuízos e preconceitos ainda a dirigir indivíduos em todos os passos de sua vida. Ora, essas diretrizes, pade-

ciam da agravante de serem inteiramente arbitrárias e convencionais, produto da estranha dualidade ética, que no correr do tempo na Europa se formara e que nos propuzemos tratar neste estudo em alguns dos seus aspectos. O enorme vulto assumido por semelhante vêzo no passado, o seu alcance e ação na história, concedem-lhe proeminente lugar entre as determinantes da nossa formação. Nenhuma interveio tanto em o nosso destino, causa primeira, por sinal, do interêsse do europeu pela América, a repontar em tôdas as fases por que passaram as nações componentes do Novo Mundo, inda após da sua separação das metrópoles. Muito além mesmo, sendo lícito afirmar, que praticamente se prolongou até nossos dias, pois só recentissimamente entrou a empalidecer. Pairou sôbre a América, desde o descobrimento, onímota, onipresente, onipotente, numa dualidade que levava o homem europeu, praticante da moral cristã em sua casa, resumida no ditamen mosáico, "*não ferir a outrem, como não queremos ser feridos*", a admitir as piores espoliações, praticadas com a mais cruel iniquidade, quando se tratava de conquistas destinadas a engrandece-lo. Dizia um inglês ilustre, por ocasião do assalto ao Transwaal "*Right or wrong, my country*", a resumir o que o Ocidente pensava, sentença aplicada em todos os sítios pelas grandes potências, quando nêles pousavam olhares cubiçosos, para saber onde aplicar os seus tentáculos sugadores.

No caso aludido, em que se nota o fenômeno de maior adaptação entre nós do imigrante de modesta filiação — modesta na condição e na origem — temos ainda de notar outro fato comum em países novos. Não só influe a mediania na sua atitude perante a região necessitada de braços que o recebe, como também num ponto em extremo sensível para estes países, qual seja a facilidade de absorção na massa de seus cidadãos da

descendência dêste imigrante. Inversamente, aumentará a dificuldade da fusão, às vêzes paralisada por intransponível obstáculo, quando o ádvena pertence a quaisquer potências envoltas em grandesas fautoras de mitos de superioridade cultural e racial. Então opor-se-á com a maior veemência a que a sua prole deixe de pertencer à nacionalidade paterna, se bem nascida em o novo habitat. Argumento algum o demoverá da resolução, para êle mais importante que o futuro dos filhos, impedidos pela absurda mentalidade de participarem utilmente para si e para os outros na sua terra natal. Milhares de rebentos de imigrantes supostamente pertencentes a raças eleitas, viram-se às voltas com catastrófico handicap, pelo fato dos pais os enviarem, às vêzes a poder dos maiores sacrifícios, à terra paterna, a fim de aí estudarem e renacionalizarem no sentido desejado pelo imigrante. Inúmeros por êsse fato malograram depois na vida prática, impossibilitados de ingressar pelo artificial desajustamento em carreira de acôrdo com inata vocação. Os que lograram triunfar do inconveniente criado pelo pai, tiveram de arcar com intenso trabalho de nova iniciação de volta à América, a fim de se colocarem no mesmo nível de seus concorrentes familiarizados com o meio. O resultado mais comum, era dar-se na circunstância com os filhos o mesmo desenraizamento dos pais, anomalia perfeitamente evitável se não houvesse intervenção no nefasto nacionalismo, que tanto dano causou e tantos ainda há de causar.

Sem dúvida, ocorrem no procedimento acima muitas determinantes de ordem sentimental sob forma de nostalgia, reminiscência de tempos idos e mais saudosismos aformoseados por impressões de infância, razões ponderáveis, independentes de manifestações chauvinistas. Figuram, porém, ao lado destas pouco mais ou menos inocentes, outras virulentas, tôdas de fundo nacionalista,

impregnadas como sempre no caso, de caráter agressivo destinado a manter vivo o nativismo original. Em tudo que fôr norteado por nativismo entra invariável hostilidade exclusivista. Naturalmente, semelhante atitude é multiforme, expressa de mil maneiras nem sempre de fácil investigação tal a sua complexidade. Custa saber na causa primeira até onde vai o arbitrário do real, o artificioso do singelo, o falso do verdadeiro, o abstrato do concreto, nos elementos que constituem êste estado de espírito. Entretanto, pode-se distinguir pelo modo como se externa, evidentes manifestações de psicose coletiva, dentro da qual arfa o imigrante como condenado a penas eternas. Quanto mais próspero se torne, mais se julga obrigado a se defender da desnacionalização, que êle só poderá conseguir aparentemente a poder do processo acima descrito. Mas quando se afasta da terra de adoção maiores rebates sente — nem sempre da consciência atribulada pela ética que na própria origem recebeu e assimilou — porém, de interêsses ligados ao solo de onde auferê benefícios.

Antigamente este problema de foro íntimo apresentava-se mais cômodo de resolver. Esperava o imigrante originário de potências sob ação do complexo colonialista do século 19, que ao chegar em o Novo Mundo, iria constituir-se na pior das hipóteses, esculca dos patrícios que viriam depois, armados de canhões para estabelecer o seu domínio no sítio onde ia labutar. O seu labor, daí, redundaria em benefício direto do país de origem, como exuberantemente no-lo descreve Ferrúcio Macula no livro *L'Europa alla Conquista dell'America Latina*, sem acudir à mente do escrevinhador a existência naquele momento no mesmo continente de uma democracia avessa a tais planos e em condições de anulá-los. Mais poderosa a despeito do seu pacifismo que a Alemanha, França e Itália reunidas, segura nos mares pela neutra-

lidade da Inglaterra, pois contra ela o Reino Unido jamais combateria, asseverava, entretanto, o foliculário "*Nell' America del Sud, questa minaccia di assorbimento* (pelas tais potências), *che segnerebbe la redenzione* (!!!) *di quei paesi, é attesta dai nostri come una liberazione*", e, "*dai nativi come una fatalità*"!

Para o plumitivo, típico produto do pequeno burguês nacionalista da chamada "Belle Epoque", inebriado pela sua incomensurável fatuidade ufanista representaria a conquista da gleba onde trabalhavam conterrâneos, a libertação dos mesmos, no sentido, não de recuperarem a liberdade, porquanto esta nunca lhes fôra tolhida, porém, de se arvorarem em administradores da nova colônia, incumbidos de transformá-la em vaca de leite da metrópole. Por sua vez, aos "nativos" deveria se afigurar inelutável fatalidade verem-se reduzidos à escravidão, como soia à gente física, moral e intelectualmente inferior aos nobres conquistadores. Tudo isso no cérebro de um Ferrúcio Macula, sucessivamente jornalista, deputado, líder nacionalista bem pensante, era a cousa mais natural do mundo. Como ousava um mísero país sul-americano, fraco, sub-desenvolvido, ainda por colonisar, pretender independência? Audácia descabida, merecedora de exemplar corretivo... e este seria a chamada "*redenzione*"! A tal ponto de disparate chegavam indivíduos de responsabilidade na Europa em fins do século 19, normais e ajuizados em outras manifestações da vida cotidiana.

Infelizmente para mentalidades no gênero de Macula, lavrava no momento, entre europeus o mesmo complexo alimentado por ambições colonialistas. Em tôda a Europa no período chamado da *Belle Epoque* registavam-se choques internacionais, assim que aparecessem num certo determinado país vantagens econômicas, a implicar segundo o espírito da época: que nada tinha de belo; superioridade de uns sôbre outros. Não

eram só, por exemplo, desprezados italianos por alemães, tidos os patricios de Macula como indivíduos sem a mínima importância, também havia, por absurdo pareça, entre germanos azeda competição, empenhada por zelos múltiplos onde resumavam os mesmos complexos. Os artigos escritos pelo Arquiduque Rodolfo, herdeiro do trono dos Habsburgos, contra alemães em geral e em particular contra Guilherme II da Prússia, que êle abominava por julgá-lo o protótipo do prussiano, são característicos de insanáveis malquerenças entre semelhantes. Assinados sob pseudônimo na imprensa viennense, eram pela virulência dignos de um panfletário do tomo de Maximiliano Harden. Poder-se-ia argumentar no caso, que o desditoso Príncipe padecia do desequilíbrio dos Wittelsbach, mas, milhares de austríacos equilibradíssimos também assim pensavam.

Não menor era a aversão de Guilherme II pelo seu tio Eduardo VII. Uma das razões, além da inveja que a sua mediocridade nutria pela inteligência do parente, provinha do fato "*inadmissível*" dêle não ser militarista. O soberano de poderosa nação como a Inglaterra, senhora dos mares, possuidora do maior império colonial do mundo, sentir pouco pendor em imitar o Rei Sargento, herdeiro dos Eleitores de Brandenburgo, era inconcebível. Um escândalo! Autêntico opróbrio! Pouca vergonha! Não vacilava Guilherme II em classificar semelhante fraqueza com os mais acerbos epítetos, pois "*Dieser Mensch ist nie Soldat gewesen*"! Daí, como todos os fracos e amolengados, era vaidoso e devasso, afligido por todos os defeitos imagináveis. Não passava de "*eitlen alten Pfau*"! A que o outro revidava, segundo almas caridosas diligenciavam em comunicar S. M. o Imperador da Alemanha, que a despeito dos seus rasgos teatrais, seus quatrocentos uniformes dourados sôbre tôdas as costuras, personificava Guilherme II na sua opinião o maior malogro da História,

“den groesten Versager der Geschichte”, no que tinha carradas de acerto. Seria extremamente interessante, pois, um dia dar-se algum historiador o trabalho de compilar as opiniões dos governantes do tempo acêrca dos seus valores respectivos sob imposição de idéias nacionalistas.

A côrte de Berlim considerava, assim, o meio em que se movia Eduardo VII, como ambiente de perdição. Recomendava o Kaiser ao Coronel Kurt von Pritzelwitz, que devia acompanhar o Kronprinz na sua viagem à Inglaterra em 1901, *“Lassen Sie den Jungen nicht aus den Augen! Sehen Sie zu, dass er mir keine Dummheiten macht!”* “Não perca o moço de vista a fim de que não me faça asneiras!” O namoro do herdeiro do trono com a bela americana Gladys Deacon encontrada no castelo de Blenheim, confirmou os receios do Kaiser e da Kaiserina quanto à depravação reinante entre os amigos do tio Eduardo. Proibiu-se a volta do Thronfolger à sucursal de Sodoma, o que não impediu de praticar daí por diante asneiras de todo jaês na Alemanha, e quando o Kaiser compareceu em Londres para acompanhar o enterro do tio, teve oportunidade de enfurecer-se desta vez contra Ferdinando da Bulgária, que tivera o descoco de se intitular Tsar, ao qual dirigia olhares furibundos no correr do saimento fúnebre, segundo narra o Presidente Theodor Roosevelt nas suas recordações.

A origem dessas atitudes, da mais alta importância naquela época, em que Reis e Príncipes refletiam o pensar dos súditos, quando não lhes agravavam tendências belicosas, remontava nos dirigentes e em imigrantes anônimos, à psicose coletiva das nações do século 19, que em última análise, era emanação do instinto predatório, camuflado no rolar dos séculos em orgulho nacional, pseudo patriotismo, ufanismo, “odres de vaidade”, como diria um português. O instinto cruamente exibido

outrora quando os bárbaros, saxões, godos ou lombardos, desciam para os centros da civilização, enfeitou-se ao chegar em a nossa Era contemporânea com ornatos e justificativas, que terminaram por se tornar a preocupação absorvente de súditos de Guilherme II, Francisco José I, Vittorio Emmanuelle III ou Eduardo VII. Em outras Eras, percorria o elemento de hordas invasoras do Ocidente várzeas e cômoros na trilha de caravanas de camelos ou de escravos, que da Bretanha e outros sítios seguiam em lamentável marcha para serem vendidos nas margens do Mediterrâneo. A passagem por certas regiões desconhecidas ou desertas, sugeria-lhe ali se fixar para melhor subsistir. Acaso o trato escolhido proporcionasse ao bárbaro ampliação de recursos, e, conseqüentemente a aquisição de bens invejáveis, não tardavam a aparecer cubiçosos do fruto de seu trabalho, atraídos pelo sucesso como ratos rondam gorda despensa. O espírito de rapina que consideramos associado ao *Primum Vivere* glosado por Marx, atraía o ladrão e provocava a luta armada da guerra iníqua, em que o invasor se tornava senhor do vencido. Entretanto, óbvio salientar êste não lhe seria superior em qualidades além da destreza no combate. O mal repetiu-se através dos séculos, como podemos acompanhar nas oscilações do predomínio do Ocidente e do Oriente registados na história, em que freqüentemente cabia o triunfo não ao mais eficaz no desenvolvimento de culturas e civilizações, porém, ao mais asselvajado e perito em refregas destruidoras.

No passado remoto vemos duas nações influírem decisivamente na organização política do mundo antigo, os macedônios e os romanos, muito inferiores culturalmente a atenienses e egípcios, contudo, mais hábeis na organização de meios bélicos para desenvolver guerras de conquista. Triunfavam nos campos de batalha, e pouco,

nas grandes criações do espírito, e, quando precisavam de luzes — que não fossem de incêndios ateados em Algaras devastadoras, tinham de copiar Atenas, Egito ou Babilônia, como no Extremo Oriente o Japão copiava a China. A sua passagem na história teve, dest'arte, de ceder passo à ateniense, aos egípcios e povos do Oriente. E, se acaso favoreceram os Tolomeus ciências, artes e a filosofia de onde manou o cristianismo, e os juristas de Roma redigiram o famoso Código ainda vivo, o melhor desses vestígios remonta a culturas de onde foram hauridos, tal como mais tarde praticaram os árabes de Espanha.

A codificação de leis para os romanos, foi o desdobramento do código militar destinado a assegurar a eficácia dos exércitos. Sòmente a disciplina nas forças armadas não bastava. Cumpria que também houvesse boa ordem nas funções civís, a fim de solidamente alicerçar as militares. Um país bem organizado podia satisfazer melhor as necessidades das legiões, do que uma retaguarda convulsionada, assim sendo, sob o lema *Dura Lex, obediencia* o povo às injunções do legislativo e executivo como os soldados a férreos regulamentos. Deteve-se, todavia, neste setor o interêsse maior do senado e mais tarde dos imperadores. O espírito romano não soube compreender o alcance da fusão da moral hebráica com a filosofia grega e a do extremo Oriente processada em Alexandria, ponto de confluência de culturas que subiam o Mar Vermelho em direção ao Mar Mediterrâneo. Faltou-lhe o elemento indispensável para evitar o desgaste de impérios levantados pela força arbitrária, fatalmente destinados a colidir com os anseios do homem à procura de regras de que êle não pode prescindir quando reunido em sociedade. A incapacidade do velho politeísmo em satisfazer a tais anseios foi a principal causa do desmoronamento do majestoso edifício romano, a despeito da excelência do seu código civil e militar e todos mais elementos de poderio

de que dispunha, na mais rica e adiantada parte do mundo antigo.

A inovação a que os romanos se mostraram impenetráveis, consistia em suma, em não ofender ao seu semelhante o que se coadunava com o substrato da moral vigente em Roma. Trazia, porém caráter de crença dos oprimidos, dos escravos, dos pobres, dos vencidos. Falava em nome de moral, una, indivisível, que abrangia não só o procedimento entre si dos indivíduos de classes superiores, mas a de todos, porque são iguais, pobres, ricos, brancos, pretos, débeis ou poderosos. Aquilo se afigurou doutrina revolucionária aos detentores do mundo ocidental, por demais subversiva, e, lesiva às leis supostas imutáveis, que para todo sempre deviam regê-los. Nem de longe podiam atinar os guias do império, proporcionar a nova crença, com o progresso que carregava consigo no terreno moral, a sua única possibilidade de sobrevivência.

Tudo que se fizesse em contrário arriscava vida efêmera. Necessitava o Ocidente de tais princípios, porque não mais se contentava com crenças antiquadas, por demais envoltas em atavios decorativos, mais providas de fábula do que de moral útil. Nessas condições tornava-se árduo criar interpretação sucetível de criar boa ética. Não fôsse a cegueira romana, a sua absoluta recusa em aceitar doutrina muito superior às predecessoras, pelas emendas que trazia às suas imperfeições, prolongar-se-ia ainda por longo tempo o império dos Césares. Entrara em desacôrdo a evolução da mentalidade ocidental com a antiga base religiosa da sociedade. Desandara a divergir fundamentalmente, perdida para a latinidade as forças de que necessitava para resistir ao embate dos bárbaros. Surgiu atrás dos exércitos população desunida, prêsas de geral descontentamento, em que por falta de argamassa espiritual imperavam interesses materiais.

Situações semelhantes, geradas em regimens de força, necessitados de coações a fim de persistirem, não tardam a lhes aluir os alicerces, em que se infiltram os morbos da destruição. Passa a reinar a lei do mais forte, do aventureiro que maior número de aderentes armados soube comprar e manejar. Quem dispusesse de maioria de legiões, mandava e desmandava no império romano. Desconjuntara-se o arcabouço jurídico que por tanto tempo substituíra em Roma uma crença em condições de imunizar as massas populares de contágios destruidores. O resultado da subversiva competição de chefes militares em torno do poder, debilitou as muralhas defensivas, desuniu legiões, dividiu o povo na retaguarda, permitiu que teutos e tártaros talassem a latinidade e que sôbre o Ocidente descesse a noite da Idade Média, prolongada até o invasor se converter ao cristianismo, e liberto da ganga selvagem, concorresse para o renascimento da ciência, artes e letras.

No embate espiritual ocorrido no mundo antigo, vê-se variar a ética interpretativa segundo as preferências do indivíduo, nunca, porém, a moral superior necessária ao homem, porquanto deverá no cumprimento de suas funções manter-se una, intangível, imutável, resumida desde a idade da pedra lascada, no princípio do respeito ao próximo. Quem a praticar beneficia à coletividade em que vive, ao passo que ao seu infrator caberá no máximo ambicionar sucesso momentâneo sôbre os direitos dos semelhantes. A quebra desta regra provocou o fim do paganismo, que infelizmente arrastou consigo velhas civilizações. O seu reatamento trouxe, inversamente, depois do desastre que parecia irreparável, a recuperação de bens considerados para todo sempre perdidos, graças ao cristianismo que punha em contacto os povos mais díspares da terra, a servir de ponte entre grupos de língua, índole, tradições completamente diversas, apa-

rentemente antagônicos, e que foram, no entanto, conciliados através da mesma crença.

Os efeitos de seus benefícios foram incalculáveis. Pôde o homem do Ocidente, fortalecido pela nova solidariedade, resistir ao maometano, a despeito do enorme poderio à disposição de árabes e turcos, cujo fanatismo religioso se revelou, porém, inadatável aos tempos modernos. A circunstância propiciou a aurora da Renascença, sensual e bela, sequiosa de saber, ávida em desvendar os mistérios da Era anterior. O Oriente opôs-se ao rojo. Colocou-se voluntariamente à margem do movimento que devia recompor a marcha do progresso na trilha deixada pela antiguidade clássica. Pôsto tivessem os árabes salvo inestimáveis documentos gregos e sabido aproveitá-los; cultores de letras, peritos em trigonometria, protetores das letras e das artes; o infeliz fanatismo desenvolvido no fim da Idade Média lhes embargou os passos e os colocou em situação de inferioridade perante judeus e cristãos. Lentamente afundaram em incurável decadência, imerso o Islam em modorra fatalista, avesso a inovações por lhe parecerem prejudiciais ao seu dogma. Tudo estava escrito e vinha do Senhor. Para que melhorar o que vinha de Deus? Esclarecia-se com o tempo o cristianismo e se obscurecia o maometismo. Um progredia e o outro regredia. Esmaecera o brilho do Islam, ao passo que o cristão e o hebreu — cada vez mais distante do parente semita — firmavam sua hegemonia na Europa e se atiravam à conquista do oceano, numa atividade que lhes grangearia em pouco, desmedido poder.

O antigo conquistador maometano, inumerável, ardente, bem armado, em duas ocasiões quase dono da Europa, passou de revés a revés, do século 17 ao 20, em menos de três centúrias, de conquistador a presa do colonialismo europeu. Teria desaparecido como entidade

independente do mapa mundial, não fôsse a porfia surgida entre os dominadores da Era Moderna provocada pela partilha de seus despojos. Ainda faz pouco, desavinhavam-se grandes potências contemporâneas acêrca de regiões atrasadas em mãos de árabes em pleno regimen feudal. Pouco faltou estourar guerra universal por causa das vistas ambiciosas dos irmãos Mannesmann sôbre Marrocos e oposição de nacionalistas gauleses a estes planos. Na Tunísia encruara-se competição entre a França e a Itália, que por fim se contentou com os areais de Trípoli. No Egito houve choques entre francêses e inglêses, consolados os primeiros da perda do Sudão por esperanças sobre a Síria e o Líbano, ao passo que um pouco mais adiante, no Turquestão contendiam inglêses e russos a respeito da Pérsia. Mais acima, nos Balcans, russos e austríacos acabaram por entrar em vias de fato, ambos empenhados na posse dos Dardanelos. Sacudido por tantas ambições, estertorava o outrora poderoso império otomano, desprezivelmente cognominado pela diplomacia do século 19, "*o enfêrmo da Europa*".

A ambição, intransigência e intolerância demonstradas pelos que provocaram a tragédia de 1914, não constituiram, contudo, privilégio em efeitos maléficos para o mundo. Tôdas as doutrinas emanadas de Israel eram intolerantes de caráter e de espírito, sòmente atenuada sua rigidez em época relativamente recente, por obra de guerras universais, que tornaram os povos da Europa mais compreensivos, com o aparecimento de correntes contrárias a prejuízos, mitos e preconceitos fautores de fanatismos. Mas outrora, podiam vicejar no clima do mundo doutrinas como a do Islam, peçadas de ditamens, limitações, praxes tirânicas, que pesavam sôbre o individuo desde a alimentação ao pensamento. Constituíam absurdos como, por exemplo, vedar entre maometanos atividades anódinas entre civilizados de outras regiões,

a proibir a reprodução de imagens de gentes e de animais, disposição em aparência de importância relativa, e que, no entanto, ocasionava impossibilidade de subministrar ensino eficaz da medicina. Como aprende-la sem estampas descritivas de anatomia? Inevitavelmente uma doutrina de tão lato alcance, com tantos problemas intelectuais e morais, eivada de disposições; provavelmente acertadas no seu aparecimento, porém, hoje absurdas; tinha de esterilizar-se. Seus princípios empeder-niam-se no andar do tempo enquanto outras doutrinas também originadas em Israel, todavia, ocidentalizadas ou modernizadas, adaptavam-se a novas Eras. Na conquista o maometano escravizava o prisioneiro de religião contrária, em que o vencido caso não fôsse resgatado, tornava-se, semovente para fins de trabalho, sem direito a mais consideração que um ser irracional. Para o vencedor o seu ginete de guerra valia tanto como cem infiéis, ao passo que o cristão preferia em idênticas condições, impôr aos vencidos o meio têrmo entre liberdade e escravidão chamado colonialismo, produto da elasticidade de sua ética. Podia, dest'arte o europeu conquistar descaradamente ainda em princípios do século 20 terras habitadas por milhares de nativos, sem causar a mais leve moça à sua consciência. Em se tratando de antípodas, melhorava o caso, com a oportuna intervenção de preconceitos raciais que tudo simplificavam, numa atitude a lembrar as considerações do comissário de polícia parisiense incumbido das verificações de um flagrante delito de adultério, "*Les constatations se sont faites avec la plus grande dignité...*"

A relutância maometana em compreender o inelutável, foi em grande parte a causa do seu colapso na história. Onde predomina imobilidade da moral protetora do homem, surge intransigência espiritual, causa de problemas insolúveis, fonte infinda de choques, an-

tagonismos, zêlos e ressentimentos. O conflito de uma religião com a época em que existe, acarreta fatalmente fundo descrédito para a sua doutrina. Inúmeros sectários de Iavêh abandonaram-no por julgarem um Deus sádico, cruel, que amaldiçoa até a décima geração a culpados e inocentes, deslocado nos tempos em que vivemos. No caso dos árabes agravam-se os seus problemas pelo fato do Islam mesclar-se com a política de Estados orientadora de milhares de indivíduos. Na história dos povos árabes ocorrem episódios inçados de fanatismos nacionalistas, visíveis no fadário dos hebreus no Egito antes do Êxodo, assim como na expulsão dos mouriscos das Espanhas. O desfecho da longa luta entre o crescente e a cruz na península, ocorreu depois do lento desgaste de um dos adversários enquanto o outro se fortalecia. O mesmo sítio que parecia base da conquista da Europa pelos mussulmanos, tornou-se reduzido onde os cristãos vibraram os mais duros golpes nos árabes, além das expedições marítimas que dirigiram contra os turcos. Repelidos para o norte da África por não terem sabido assimilar o mosárabe, os antigos donos de Aragão e da Andalusia, mudejares privados de auxílios suficientes do otomano, submetido às mesmas razões e a iguais contingências e vicissitudes, passaram a vegetar miseráveis na margem meridional do mar interno, onde séculos antes se estendera o celeiro do império romano. Mas que diferença no seu aspecto depois da ocupação berbere! Bosques de corticeiros, colinas cobertas de oliveiras, planuras revestidas de trigais, hortos junto de estradas romanas ladeadas por loureiros em flor que de Cartago iam a Alexandria, tinham sido por obra de guerras e falta de proteção dos bárbaros, queimados pelo vento do deserto disseminador de areias ardentes. Tão desoladora era a condição dessa margem entre o mar e o Saara, que serviu até o século 19 de

remanso aos antigos senhores das Espanhas pelo fato de despertar pouca cobiça a colonialistas vizinhos, satisfeitos com alguns presídios do litoral, sem maiores veleidades de conquista armada naquele sítio.

A ambição de posse de novos territórios em outras terras mais distantes fervia, no entanto, no antigo califado caído nas mãos de um descendente de Godos, Visigodos e Burgúndios, o Imperador Carlos V, neto dos Reis Católicos, Duques de Borgonha e Arquiduques d'Áustria. A êste poderoso monarca coube a glória de vencer na terra e no mar árabes e turcos, que nunca mais voltaram a ameaçar a península ibérica onde tantas vitórias tinham alcançado. Acuados em areias adustas aí tiveram de permanecer até nossos dias, tutelados por europeus bem diferentes dos que no século XI discutiam na Andalusia os méritos e deméritos respectivos — de árabes e não árabes — "*Fada il al Arab wa-l-Adjam*". Depois da queda do califado cordovês, não havia mais dúvidas para os cristãos acêrca da inferioridade dos antigos senhores do sítio. De década em década aumentaria o desprêzo recrescido quando ao Imperador sucedeu o filho Felipe II. Subia o Demônio do Meio Dia ao trono nos estertores do poderio islâmico, quando o Conde de Sástago dispersava as últimas comunidades mussulmanas de Aragão. Nesta altura Felipe II se intitulava soberano de um império onde nunca o sol se punha, tão extensos se mostravam os seus domínios espalhados pelo mundo.

Entretanto, o imenso conglomerado colonial constituído pela rapina del-Rei Católico, não tardou a definir corroído pela ação dos anos. Peças díspares, juntadas pelo arbítrio, dependentes das Flandres — manancial de dinheiro provedor do nervo de guerra — entrou em pouco a desconjuntar-se. Insurgiam-se os flamengos pela noção de superioridade que alimentavam sôbre espanhóis. Ativos, opulentos, industriais, não atinavam

por que se prestariam a ser vaca leiteira de senhores atrasados, fanáticos e prepotentes. Rebelavam-se contra o colonialismo de Felipe II, apesar de lhes acompanhar as pegadas quando exerceram por sua vez o mesmíssimo colonialismo na África, Ásia e Américas. A sua indústria, marinha, agricultura, pesca e comércio, lhes asseguravam benefícios, e, daí, ambições, que já no tempo del-Rei Felipe II os elevavam a perigosos concorrentes da monarquia espanhola. A guerra da Sucessão da Espanha lhes galardoaria as melhores gemas do antigo império filipino não fôsse a decadência que também os atingira. A terrível provação dos Bourbons, sucessores dos Habsburgos, só amainou quando se deflagraram contendias entre os seus adversários, suscitadas pela disputa de territórios e riquezas por todos cobiçados. Graças a prodígios de tenacidade, mais o auxílio de similitudes de língua, tradição e religião, conseguiram os Reis de Espanha conservar portentosos domínios sul-americanos. Todavia, ressentidos da falta de riquezas naturais no solo metropolitano, indispensáveis nos tempos modernos a conquistadores, não lhes foi possível acompanhar a marcha ascendente da Inglaterra, que a partir do século 17 surgia solidamente apoiada em imensas jazidas carboníferas.

A dádiva da natureza permitiu nesta altura, graças à aplicação industrial da hulha, que se arvorasse a Grã-Bretanha sucessora do império de Felipe II. Provida de condições excepcionais na produção manufatureira, na hora em que esta ia assegurar no mundo o predomínio de quem a dispuzesse, pôde Cromwell incentivar a conquista dos mares pelos ingleses e desenvolver o seu colonialismo em todos os continentes. Daí por diante passaram os insulares a "rentiers" do mundo, senhores do comércio d'aquem e d'além mar, tão cubiçado outrora pelos Reis de Portugal; donos do oceano, condição que segundo a mentalidade da época lhes outorgava direito de reger

povos inferiores, se bem muitos pertencessem a civilizações mais antigas que a anglo-saxônica. Tôda a sua política estava consubstanciada na frase famosa por ocasião da guerra do Transvaal e da invenção pelos ingleses dos campos de concentração(1), "*Right or wrong, my country*", do etoniano ou harrowiano que a pronunciou em nome de seus compatriotas. A celeuma levantada no momento pelos outros europeus, fingidamente escandalizados pela avidez inglesa, não se alvoroçava pela imoralidade da campanha na África do Sul(2), mas por mera inveja. Solidarizavam-se com os boers todos que se julgavam feridos pelo apetite britânico, ou melhor, todos que pretendiam imitá-los e supunham-se detidos pelo seu poderio marítimo. Daí, o telegrama de felicitações do Kaiser a Krueger, e as caricaturas de Forain em jornais francêss onde se via o dito General, aplicar tremendo pontapé no trazeiro da Rainha Vitória revestido pelo Union Jack. Tanto é procedente nossa asserção, que a frase incriminada, a porejar todo o colonialismo da maior potência marítima do século 19, frase que hoje nos causa horror — mais expressão de cinismo predatório que de patriotismo no bom sentido do termo — foi, entretanto, durante muito tempo a cartilha política da mocidade de países civilizados.

(1) Intentou Neville Henderson quando era Embaixador da Grã Bretanha junto ao III Reich, mover o Marechal Goering contra os horrores dos campos de concentração nazistas. Respondeu-lhe o potentado hitleriano com a exibição de volume de uma enciclopédia, que mencionava "*campos de concentração foram empregados pela primeira vez pelos ingleses na guerra Sul Africana*". *Failure of a Mission*. Cap. *The Background* pág. 21.

(2) O Transvaal fôra colonizado por holandeses cujos descendentes tornaram-se conhecidos na África do Sul por Boers. A descoberta de jazidas preciosas no seu subsolo despertou a cobiça da Grã Bretanha, e, como não pudesse a pequena Holanda proteger os seus descendentes, apoderaram-se os ingleses com a maior desenvoltura do território transvaaliano. Levantou-se, daí, tremenda celêuma nos jornais de todo o mundo pelo fato dos espoliados serem brancos, filhos de europeus, em vez de simples "indígenas".

O resultado daquele imperialismo, superiormente compreendido pelos mestres no ramo, servia de modelo para povos europeus e seus imitadores. Confundiam-se admiração e inveja nos êmulos dos britânicos. Que organização perfeita e formidável! Podia a esquadra inglesa reabastecer-se em qualquer tempo e circunstância em território sob a sua bandeira, estivesse na América ou no Extremo Oriente, na África ou na Ásia, em paz ou na guerra, de modo a facilmente bloquear qualquer inimigo, esfomeá-lo e arruiná-lo. Quem possuísse o oceano, dispunha da chave do mundo. O alcance dessa montagem era tão grande, que os alemães confessaram em 1914 terem sido surpreendidos pela declaração de guerra inglesa. Caso a previssem não teriam acompanhado a Áustria e a Rússia na insânia, e ter-se-iam esforçado por circunscrever o conflito. No entanto, quem detinha tão desmedido poder não conseguia assimilar uma província vizinha da Inglaterra, separada apenas por um braço marítimo. Embalde empregasse por sete séculos a violência a fim de absorver o irlandês, goravam os expedientes postos em prática, excepto na pequena nesga do Ulster, que se deixou protestanizar. A parte católica manteve-se irredutivelmente adversa, a despeito de afinidades de toda ordem, de idioma e de cultura e seduções defluentes do prestígio da Grã Bretanha no universo. Quem pertencesse ao Reino Unido gozava primazia sobre os demais mortais. Era de ver a arrogância dos súditos de Sua Graciosa Majestade a Rainha Vitória! Constituía espetáculo desagradável, sem dúvida, mas grandioso. Inda assim, de nada quiz saber a Irlanda. Exigiu, e obteve a sua independência, após luta de infante David contra gigante Golias, chegada a bom termo graças à mudança política registada depois da primeira conflagração mundial.

A mole britânica que se alçara como sucessora da águia bicéfala na hegemonia colonialista, em dado mo-

mento parecia ter-se transformado ela mesma em barco ancorado nas neblinas do norte. Do ancoradouro mandava naves em tôdas as direções com mercadorias *Made in England*, que voltavam carregadas de matérias primas e gêneros necessários às fábricas e subsistência do povo inglês, tráfico de vulto primordial que se prolongou no longo período entre Napoleão e as guerras universais nossas contemporâneas. Na sua vigência não só os componentes da Grã Bretanha participavam do sistema imperial, como também dele dependiam países igualmente possuidores de colônias tais como Portugal e Espanha. Praticamente o globo terrestre necessitava tanto da Grã Bretanha como esta do resto do mundo, em interação por completa diversa de hegemonias anteriores registadas na história. Seu feitio era mais especificamente de ordem econômica, não só de acôrdo com a época, como pela índole insular. A Inglaterra começava a incorporação de novos domínios por meio de força, mas depois intentava prendê-los ao sistema por laços comerciais. Não demonstrava a sua conquista caráter inteiramente militar como a de lusos e espanhóis. Limitava-se a intercâmbio mercante com as possessões, sem esforço para se impor pelo fascínio de suas criações nas letras e nas artes. Bastava-lhe estender subsídios materiais a regiões novas ou atrasadas, através de manifestações de comércio e de finanças e da organização que lhe aconselhava aclimar espécies animais e vegetais onde parecesse necessário ao desenvolvimento do império. Quanto a influências de outra origem da metrópole sôbre as colônias, o seu exclusivismo prescindia de tal cuidado, indiferente ao proselitismo e à afeição dos "colonizados". O inglês depois de conseguido o seu desideratum, isolava-se rodeado de mares, a fim de sereno desfrutar o resultado do seu espírito prático, e... principalmente, do labor alheio.

Em matéria de colonialismo mercantil-militar nada se fez de mais perfeito. Conseguiram estadistas e mercadores do Parlamento e da City sistema de alto rendimento econômico, como jamais houve no mundo e provavelmente nunca se repetirá com semelhantes características. A ocupação da Índia mantinha-se no fim do século 19 com mínimo de despesa e máximo de proveito. Gastava a Grã-Bretanha largamente para assegurar a sua primazia naval, porém, esta se manifestava benéfica para a indústria inglesa. Tôdas as peças de uma nave de guerra eram manufaturadas no seu território para maior welfare de seus operários, engenheiros, cientistas e mais classes da sociedade. Os exércitos de ocupação da Índia e alhures eram chefiados por ingleses raramente pagos pelas colônias. As fôrças armadas da metrópole é que deveriam ser mantidas pelo contribuinte inglês (esteado sempre no Império), porém, era justamente a parte menos importante e de menor vulto nas despesas militares do país, com que os súditos de S. M. menos gastavam e menos se interessavam.

No terreno financeiro dava-se o mesmo. Os capitais provenientes da City aplicados no exterior, obedeciam na sua inversão a critério prático, rigorosamente objetivo, precavido e utilitário, que fazia das vizinhanças da catedral de S. Paulo o eixo financeiro do mundo durante o século 19 e princípios do 20. Temos exemplo nas estradas de ferro das Américas tanto do norte como do sul do continente, a obedecer a traçado sempre estratégico na competição econômica. O caso da São Paulo Railway é típico, como já tivemos ocasião de neste mesmo livro mencionar. Percorria esta estrada de ferro pequeno espaço, porém, sito no escoadouro da maior parte da produção do Estado de S. Paulo. Assim sendo, o trecho privilegiado era como a ocupação da Índia, pois, com pouco dispêndio proporcionava considerável provento. Passados anos, reduzida a privilegiada estrada a ferro

velho, tornado obsoleto o seu sistema de cabos na serra de Santos, em condições de inferioridade perante o tráfego rodoviário da Via Anchieta, teve a ventura de ser desapropriada sem utilidade para o Brasil na vigência do governo Dutra, o qual em operações dêste jaez dissipava o precioso saldo que tínhamos amealhado no correr da última guerra mundial. A sorte favorável acompanha empreendimentos bem concebidos e executados, segundo vemos no exemplo acima. Muitos outros episódios poderiam os ingleses juntar ao precedente, com que elevaram e desenvolveram a sua economia nacional e finança privada, por fim ainda galardoados pela incomensurável vantagem do idioma inglês passar a língua internacional, dentro e fora dos limites do seu antigo império, graças à todo-poderosa contribuição dos Estados Unidos e outras antigas colônias.

Todavia, o predomínio que parecia reeditar a conquista romana, não durou mais que o império dos Áustrias enquanto dominaram as Espanhas. Duas guerras universais se encarregaram de lhe aluir a grandeza. O que se salvou depois de 1945, ainda remanesce prêso à antiga metrópole por laços econômicos baseados em reciprocidade comercial muito diversa da antiga, vigente no tempo de S. M. Vitória, Rainha da Grã-Bretanha e Imperatriz das Índias. Persiste o Commonwealth com aspeto ainda invejável, em condições, porém, muito diversas das sonhadas por um Gladstone ou Disraeli. Desvaneceu-se o tempo em que porfirogenetas etonianos ou harrowianos se preparavam em verde idade para serem Vice Reis e Governadores de territórios imensos, habitados por milhões de "nativos". Dos clubes do Pall Mall saíam os rulers da Índia ou do Próximo Oriente, mantenedores da política inglesa, ensinados já na casa paterna a lidar com os "protegidos" pelo pavilhão imperial. Aprendiam pelo convívio de parentes e no ar

que respiravam a técnica colonialista, levada a cabo com tão insignificantes contingentes de oficiais escoceses, sargentos irlandeses, soldados fornecidos pelas colônias e armamento inglês, que dava impressão de quase não haver ocupação militar. Como sistema era grandioso, como exemplo ativo para outras nações de fôrça acima do direito, era abominável.

Hoje assistimos a outro espetáculo extraordinário, de certo modo produto de reação imposta pela marcha do tempo a métodos e fórmulas de épocas anteriores, que pareciam inamovíveis. Vemos um povo da América, derivado do expansionismo britânico, surgir em meados do século 20 mais poderoso que tôdas as nações da Europa reunidas. Compreende os Estados Unidos o norte do nosso continente, em cuja órbita colocamos o Canadá, região outrora desprezada pelo conquistador ibérico que a descobrira, por se lhe afigurar pobre e frígida. Entretanto, hoje com a transformação verificada nas necessidades e recursos do homem, vê-se provida dos maiores bens imagináveis, a produzir tudo que a vida moderna mais procura, mais necessita, mais anseia. Por felicidade esta nação longe de imitar o colonialismo das antigas potências européias, tornou-se para benefício do gênero humano a maior defensora da democracia. Nessa maravilhosa circunstância repousa o presente e o porvir da civilização. Sem o providencial elemento de equilíbrio, afigurar-se-ia desesperador o futuro da humanidade. Imaginemos por instantes o mundo desprovido da barreira representada pelos Estados Unidos contra doutrinas geradas pela violência e para a violência, inaceitáveis no estágio de civilização a que chegamos! Entre um Guilherme II que se arvorava em aráuto da guerra de nações e um Trotski que apregoava a luta de classes, o princípio é o mesmo, apenas um falava em nome da conquista territorial e o outro de revolução social, ambos, partidários do derramamento de sangue

para chegar ao fim. Semelhantes processos não podem mais ser admitidos sequer em imaginação! Louvados sejam o homem ou povo do século 20 contrários a expedientes políticos que nos levariam à idade da pedra lascada se acaso predominassem, com a agravante de serem inúteis, porquanto a humanidade caminha sempre para melhoras apesar dos obstáculos que a violência semeia ante seus passos.

Não se encontram frutos duráveis no campo da compressão e da prepotência. A quebra da moral, que proíbe o emprêgo de processos iníquos nas relações entre entes humanos, inutiliza quaisquer tentativas em sentido contrário. Algumas vantagens de ordem material poderão ser momentaneamente obtidas, mas não por muito tempo, dado o seu caráter falível e efêmero. No terreno da conquista a mão armada, mais ainda. Superioridade alguma caberá ao vencedor além do período próximo ao da vitória. O simples fato de possuir maiores meios de destruição, não implica necessariamente superioridade sobre adversários menos armados. Pelo contrário. Vamos suceder o oposto nos fastos da história, ante o repetido espetáculo de massas vitoriosas apodrecerem juntamente com os seus louros após esmagar a civilização dos vencidos. Triunfaram romanos de helenos, que tinham subjugado egípcios e babilônios. Depois vieram bárbaros do Norte e do Oriente, que venceram os romanos. Quais eram os mais úteis ao progresso? Hunos e germanos ou greco-latinos? Ainda bem quando uma facção assimilava as virtudes da outra, em contacto através da paz subsequente à luta, como sucedeu aos hebreus durante o cativeiro no Egito, ou inversamente aos romanos na Hélade, ou macedônios no Próximo Oriente. De outro modo redundava irreparável o dano, quando ao requinte de civilização superior sucedia tenebrosa barbárie. Por milagre salvou-se o cristianismo do rojo pagão, ainda infante, todavia, para poder preservar o

melhor da obra latina. Na Era contemporânea remanesceu o Código Napoleão das guerras provocadas pelo corso. Em ambos os casos vemos emergir do remoinho de paixões e crimes, a parte ajustada à moral, una, indivizível, idêntica para todos indivíduos e povos, de qualquer lugar, tempo e crença.

Convenções inteiramente arbitrárias presidiram até hoje contatos entre indivíduos e nações, em sociedades divididas em castas estanques por mil e um prejuízos decorrentes do anseio inato no homem de superioridade sôbre os seus semelhantes. Pior ainda se manifestava o fenômeno, quando às calamitosas divisões, se enxertava a conseqüente a guerras de conquista representada por fanatismos religiosos. Nestes estudos comparativos acerca de moral e ética de nações, ocorre ainda uma praga, o preconceito racial, diretamente emanado do vêzo velho como a humanidade, que nos leva a perguntar, qual seria o destino da Europa se ao invés de Tamerlan ou Djendgis Khan, fôsse seus conquistadores pretos retintos como Toussaint Louverture ou Dessalines? Teríamos provavelmente no caso uma repetição do prejuízo igual ao do branco contra o negro, voltado contra o primeiro pelo vencedor do Mundo Antigo. Acresce mui provavelmente se mostrariam os "coloured" superiores aos antagonistas, a exemplo do General Toussaint, o qual mandara gravar no seu relógio, para ter presente a toda hora os dizeres no estilo da Revolução Francesa:

*Sa vertu lui a ouvert tous les coeurs
Il ne connut jamais le prejuge de couleur*

Cumpre, porém, verificar se tão louváveis intenções resistiriam à corrosiva ação de suposta superioridade racial baseada em aparências. Neste terreno movediço, tudo reside em mero ponto de vista. Admirava o prêto haitiano o europeu inda quando o hostilizava no afã de re-

cobrar a liberdade. Influiria também no caso o fato de não ter sido senhor de escravos de côr diferente da sua. Ignoramos, contudo, o que o futuro nos reserva. Pode muito bem acontecer raiar um dia em que caprichosa volta do destino, leve a insensatez dos homens a destruir o Velho e o Novo Mundo, em luta que deixe de parte o continente negro sito abaixo do equador. Veremos então os remanescentes brancos da catástrofe aparecerem famintos na embocadura do Niger ou do Congo, a implorar abrigo e assistência dos nativos por tanto tempo desprezados. Sonho? Pesadelo? Fantasia? Por que duvidar? Sucedem-se hoje com tal rapidez as mais incríveis transformações, que desaparecem limites entre o real e o irreal, o certo e o absurdo, o verdadeiro e o fantástico! Imaginaria no início do século um conselheiro de S. M. o Tzar de Tôdas as Rússias, que as discriminações raciais vigentes no império moscovita seriam a causa do seu desmoronamento? Que judeus polacos por êle considerados como nojentas sevandijas derubariam o trono de Ivan o Terrível e substituiriam o conselheiro de S. M. no govêrno do Báltico ao estreito de Behring e do polo norte à Índia? Tampouco, poderia um nipão desvairado em 1940 por delirante fanatismo nacionalista, imaginar que a bomba de Hiroschima bastaria alguns meses mais tarde para pulverizar os seus planos de dominação na Ásia. E quem jamais conceberia antes de 1914 tamanhas mutações registadas em tão curto espaço? Bastou pouco mais de três décadas para transformar o mundo! E, que transformação!

Há consêrto para tudo, mas os obstáculos raciais são os mais difíceis de transpor na éra contemporânea depois do esmaecimento da divisão em castas da sociedade. Assumem até aspeto de irremovíveis onde côres epidérmicas representam vencedores e vencidos, antigos senhores e escravos, superiores e inferiores, como se uns arvorassem no rosto o distintivo do mando e os outros

o estigma da servidão. Junta-se no caso a herança da tradição espiritual. O mesmo que sucedia nos campos de batalha, repetia-se em matéria religiosa. Julgavam os turcos no dia seguinte da entrada de Maomé II em Constantinopla, que a derrota grega significava a demonstração da excelência do maometismo sobre o credo cristão, pois, Deus abençoara as armas do primeiro e amaldiçoara o segundo, quando permitira que o Islam transformasse Santa Sofia em mesquita. Os judeus, mutatis mutandis, também julgavam o seu credo monoteísta de muito superior à mitologia helena. Erravam, porém, de volta à Palestina enriquecidos pelo seu estágio no Egito, ao se julgarem o “povo eleito” destinado a reinar no mundo apoiados em Javêh. A maior fonte dos seus males através do tempo veio dêsse engano. Confundidos perante o lábaro com os demais “colonizados”, expulsos novamente de seus lares, foram os que mais exações padeceram de Cônsules, Procônules e de legiões romanas. Mais do que qualquer outro vencido, viram-se alvo do desprezo e prepotência dos vencedores.

De nada lhes adiantou no transe a proteção do Deus de Israel, invocado nos templos entre lágrimas e lamentações. Baldadamente suplicavam que levantasse o seu vulto terrível contra os inimigos de seu povo e sàdicamente os punisse até a décima geração. Foram dispersados, presenciaram a destruição do templo de Salomão, e carpiram com imensa dor a entrega do sagrado território dos sábios e profetas de Sion a nômade árabes, os quais semelhantes a rebanhos de caprinos suscitavam esterilidade por onde passavam. Tão débil se tornou a “nação”, de tal modo reduzida a sua importância e o papel dos israelitas no império romano, que nada puderam para salvá-lo nem no Ocidente nem no Oriente. Prêsa de bárbaros como os demais remanescentes da mole latina erguida pelas armas, passaram daí por diante

a menos influir na multidão invasora em vias de organizar-se, dividida em reinos e impérios, que a vigorosa seita fruto da moral de Israel e da filosofia helênica, proveniente de essênios israelitas submetidos aos Tolomeus. A nova crença passou a demonstrar aspeto latino, pelo influxo da filosofia plotiniana, das leis de Roma, em povoações do império romano, desenvolvida quando a latinidade atingira o seu zenit, radicada no seu território e por fim triunfante na sua capital que erigiu em metrópole, não pela fôrça das armas, porém, pelo princípio do desprendimento de bens e amor do próximo.

Assim devia ser na lição do Divino Mestre. O desprendimento era a antítese da cobiça e avidez que incitavam à conquista guerreira. Infelizmente o surto do cristianismo no período da formação das nações que comporiam o chamado Ocidente, perdeu a pureza inicial a despeito de contínuos esforços de clérigos e mais elementos de ordens religiosas, que nos séculos surgiram para defender e restabelecer os mandamentos. Do anseio da boa prática religiosa e dos imperativos políticos, nasceram estranhas dualidades, visíveis indiferentemente em tôdas as seitas originadas em Roma, em que o bom praticante, exemplar em sua casa e família, apoiava extra-muros desígnios ambiciosos de príncipes empenhados em engrandecer territórios à custa de guerras mui pouco cristãs. Onde entravam interêsses materiais, desapareciam mandamentos sagrados. Continuava a ética interpretativa individual mas de acôrdo com imposições coletivas. Desenhava-se, destarte, a futura amoralidade colonialista patente quando Carlos V, campeão da Igreja Católica, o maior adversário da Reforma e do Islam, invadiu os Estados Pontifícios e deixou saquear Roma por tropas protestantes, das quais escapou o Santo Padre tão só graças às muralhas de Sant'Ângelo e subsequente fuga a Orvieto.

Na expansão imperialista de lusos e castelhanos pelo mundo afora no fim da Renascença verificou-se o mesmo excesso contrário ao credo, se bem anunciasse a conquista como destinada a salvar almas de infiéis e idólatras! Sobrelevava a cobiça aos demais sentimentos, rebelde a sanha conquistadora nas suas destruições de gentes e de coisas aos brados de homens como Bartolomeu de Las Casas na América Central, ou de Nóbrega e Anchieta na América do Sul. Embalde elevavam-se missionários contra exações de povoadores, continuava a brutal escravização do indígena após a desapropriação de suas terras. Ocioso descrever as atrocidades praticadas por Cortez e Pizarro, tampouco o fadário dos pretos chamados a substituir o índio no eito depois de atroz travessia do oceano. Prosseguiu o escravagismo a despeito dos desesperados esforços de jesuitas e outros missionários. Tampouco, conseguiram maior sucesso os enciclopedistas quando em nome da razão e da moral condenavam o colonialismo europeu. *Vox Clamanti in Deserto!* De nada adiantavam os protestos de leigos e eclesiásticos quando esbarravam no utilitarismo de povos representados por Reis e Imperadores. Mantiveram-se e se agigantaram abusos e violências no mundo onde os mais fracos eram roubados, espoliados, torturados, escravizados, por não poderem se defender contra adversários mais fortes.

Atualmente vemos surgir entre nações democráticas herdeiras de civilização do Ocidente, nítida repulsa sob acicate do exemplo americano contra mentalidade que torna a terra inabitável. O exemplo vinha de longe, da proclamação dos direitos do homem, mas foram as conseqüências das últimas guerras que magnificaram normas democráticas, tanto nas relações políticas internas como nas externas das maiores nações do globo. A enorme Rússia e os seus satélites ainda divergem, colocadas por várias circunstâncias fora do movimento. Dá-se com

êsse bloco o fenômeno do prestígio da vitória. Até hoje só contam russos e comparsas menores com eventos a êles favoráveis, o que na mente gregária dos admiradores incondicionais os bafejam com os mesmos elementos de prestígio encontrados no racismo ou no colonialismo. Acaso tivessem sido vencidos pelos nazistas na guerra os seus mais ardentes partidários seriam hoje hitleristas, em vez de stalinistas, porém, nos demais países fora da coação, onde o povo pode livremente manifestar a sua vontade, nota-se cada vez mais acentuada mudança de mentalidade em vias de tornar mudança de psique.

Atualmente vemos mais do que sintomas desta mutação nos países herdeiros da civilização ocidental. Traumatizadas as grandes nações pelos sofrimentos da última grande guerra, repudiam o colonialismo como parte de antigas doutrinas fundadas na violência. Alguns anos mais de paz permitirão à democracia resistir à maré rubra com maiores possibilidades de sucesso do que o cristianismo perante os bárbaros invasores do império romano. Somos de parecer que o maior adversário de doutrinas, que necessitam da força para se sobrepujarem ao direito, é a paz prolongada. A Rússia vermelha encontrava-se em péssimas condições políticas nas vésperas do cataclisma de 1939. A agressão nazista teve dom de reconstituir um organismo invadido por tumor maligno. Foi a operação cirúrgica que permitiu ao grupo Stalin subsistir por mais algum tempo, por sinal, provocada a catástrofe pela atitude dúbia do ditador soviético. "*Sem a cumplicidade da Rússia nos seus inconfessáveis desígnios contra a Polónia, Hitler não ousaria agredi-la*", escreve Nevile Henderson. Quando pouco antes celebrou-se em Moscou o pacto de não-agressão entre Hitler e Stalin, "*The first impression in Berlin was one of immense relief*", diz o diplomata, pois, estava livre a estrada ante as ambições hitlerianas. Supôs-se o dono da Alemanha que ia ser o dono do mundo! Quem ousaria

opor-se a seus planos super-colonialistas? A Europa provocava-lhe riso. A Ásia e a África eram as suas futuras prêsas. A América não entrava em linha de conta, nação cheia de negociantes, de judeus e de italianos incapazes de enfrentar o super-guerreiro germânico!

Tais cálculos são tanto mais espantosos visto a facilidade de traçar rápido elenco dos recursos dos tais negociantes, donos da maior produção de aço e de petróleo do mundo, em condições, a despeito do seu pacifismo, de esmagar quantos Hitlers e Stalins surjam para desafiá-los. Não estivesse o ditador nazista completamente assoberbado pelo resíduo de idéias, prejuízos e preconceitos do estúpido século 19, por certo havia de duvidar do êxito de planos de dominação do mundo antes de destruído o seu principal adversário. Repetiu-se, daí, em 1939, o que já ocorrera em 1914, quando a incurável suficiência de europeus impediu-os de ver qual o verdadeiro fiel da balança dos acontecimentos. Em ambas as datas o desprezo pela América acarretou a queda dos que os menosprezavam, resultado de espantosa presunção empenhada em ignorar a evidência!

A destruição da Alemanha e os atrozes sofrimentos da Europa finalmente conseguiram abrir os olhos do homem do Velho Continente. Percebeu depois de duras provações que existiam forças acima do colonialismo, contrárias à dualidade ética, a moral e imoral, que por tanto tempo o orientara. Pela primeira vez na história contemporânea o europeu ajusta a sua atitude e sincroniza os seus dizeres com a América, em vez de lhe opor néscios preconceitos. Foi preciso que a miséria em que braceja e o temor de calamidades maiores no futuro, o vergassem até fazê-lo compreender a realidade. Participa hoje, sem embargo do seu antiamericanismo de sentir geral irresistível, que não tardará a varar até cortinas de ferro. Neste momento, nas mais opostas partes do globo, registam-se as mesmas resoluções, norteadas pelo

mesmo espírito, à procura de solução dos mesmos problemas. A tarefa tornou-se muito mais fácil, graças ao gradual esmaecimento de idéias ainda há pouco predominantes em nações de que dependia o nosso porvir. Na América do Norte, admite-se que o seu calcanhar de Aquiles é constituído pelas discriminações raciais dos Estados do Sul. Na Europa Ocidental, no sítio onde predominava outrora o colonialismo, já se suspeita a inconsistência de impérios coloniais derramados no mundo tão só para vantagem de uma nação. Em tôda parte empalidecem nacionalismos, em antigas e jovens nações avêssas a aventuras de conquista, inclinadas a maior fraternidade a fim de melhor resolver dificuldades internas. Ao invés de cogitar em invadir o vizinho, preferem propor-lhe acordos comerciais, com sincero desejo de chegar a resultados "*favoráveis às partes*", de muito preferíveis a guerras sangrentas. Chegou-se a ponto de se conceder auxílios a nações subdesenvolvidas sem outro escopo que evitar escandalosas disparidades objeto desta nossa explanação, ou seja, sôbre desigualdade proveniente de causas ecológicas entre nações.

Neste ponto assistimos ao espetáculo completamente inexequível há vinte anos atrás, de auxílio financeiro dispensado com aplauso geral a nações fracas por parte de poderosas. Antigamente seria oportunidade de conquista, hoje ajuda tão só interessada no bem de todos, num "*commonwealth*" a abranger o mundo em vez de se limitar a eleitos dos céus. A corrente de ar purificador também corre internamente, dentro dos limites de uma nação, em que vemos preconceitos religiosos, sociais e racistas, são banidos de modo a desaparecerem fanatismos e utopias num esforço purificador que transformará o mundo sem necessidade de guerras, revoluções e luta de classes.

Pela primeira vez cogita-se de modo prático e utilitário à conciliação dos interesses do indivíduo com o

das massas, tentativa até agora improficua em virtude de nefastos influxos, a impor violência onde só devia haver objetividade pacífica. Acena-se, daí, com realizações "*anarquistas*" no melhor sentido da palavra, que permitiriam o "*birth controll*" libertador de regiões flageladas por super-população e outros males, dantes insanáveis num mundo interessado em possuir carne para canhão de guerras de conquista. A continuar assim, esta marcha para tempos melhores, poder-se-ia admitir a solução automática de certos problemas dantes insolúveis, chegado o nosso contemporâneo ao estágio ideal em que lhe seja permitido dar largas ao seu complexo criador sem ferir aos semelhantes. Adquire hoje a perspectiva esperanças de realização, pois, não existe estrada mais segura para os passos do homem que a escoimada de coações e paixões daninhas, onde êle possa transitar seguro do seu destino, fato que todos ambicionam na vida pública e existência privada.

As aquisições da Revolução Francesa tendentes a anular o predomínio de um só indivíduo na política, que deram em resultado a criação do Estado Liberal Democrático do século 19, asseguravam aos demais o máximo de liberdade compatível com o interesse público. Atingira com estas diretrizes a doutrina política um estágio quase ideal, em que se pretendia, e, de certo modo se conseguiu, assegurar ao indivíduo tôdas as garantias porventura por êle requeridas a fim de dar expansão à sua iniciativa privada. O slogan desta época era "*combater a ingerência do Estado no esforço individual*", princípio anarquista que imprimiu prodigioso impulso à nossa civilização, sob o lema maçônico anglo-saxão, "*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*". Não coincidiu, contudo, o ideal da época com possibilidades técnicas do momento. Era demasiada antecipação em conflito com as necessidades sociais ainda longe da fase material que asseguraria bons frutos do seu emprêgo. Precisava o

mundo novecentista ainda por alguns anos do “personalismo”, que assegura através o sacrifício das massas o potencial destinado a acelerar o progresso. Depois de decorrido aquêle passo, seriam toleradas discussões nos parlamentos para impedir o predomínio de um indivíduo, grupo, facção ou classe na sociedade. Antes, cumpria aceitar regimen de fôrça avêso à igualdade, que traz a liberdade e favorece o individualismo. Daí, o aparecimento da reação marxista com o seu manifesto de 1848, velho mais de um século, que se elevava contra os chamados erros da Grande Revolução, em realidade, tão só efeitos de um excessivo antecipar num mundo ainda não preparado para recebê-lo.

Nos regimens criados pelo cataclisma de 89, admitia-se a perfeição do homem, que pela razão e moral prescindisse da férula administrativa do Estado. Criava-se “*um cidadão tipo*”, no gênero do paradigma ideal anglo-saxão, obediente ao seu espírito cívico e consciência democrática nas relações com os demais elementos da sociedade, e não a regras mantidas por sanções emanadas do poder público, incumbido de por êle pensar e tudo resolver. Este homem, assim munido de desmedida liberdade, deveria segundo os princípios morais verificados benéficos ao povo, dispensar a outrem o melhor de sua capacidade, do seu esforço, da sua solidariedade social. A antecipação fêz com que o espírito da maioria dos cidadãos dos regimens liberais democratas não correspondesse ao que dêles se esperava. Medeava um abismo entre elocubrações de teóricos políticos oriundos da Grande Revolução e a sua aplicação prática. Na conjuntura, o livre cidadão em vez de se tornar útil à coletividade, prevalecia-se da situação para explorar a seus semelhantes.

Fácil nessas condições foi a Marx e Engels demonstrar os supostos “erros” da Liberal Democracia, posto não passassem de abusos cometidos à sua sombra, mas

que pelo vulto tinham-se tornado intoleráveis. No seu entender, semelhante estado de coisas só terminaria quando contra êle se voltasse a violência expressa pela luta de classes e a revolução. Aplicada a fórmula na covaia russa, a primeira consequência foi a supressão da igualdade geradora da liberdade. Se todos são iguais como exigir Stalin a passividade de Kruchev ou Bulganin? E, sem o predomínio do primeiro, como aplicar a violência? Onde há discussão sobrevém divisão de poderes, e, do seu fracionamento mana liberdade e da liberdade a desobediência. Revoluções sociais baseadas na violência, tornam-se impraticáveis sem a concessão de poderes discricionários aos seus executores.

Estava, destarte, formado o clima do ditador. Da guerra de 1914, que propiciou a implantação do marxismo na Rússia por obra do Estado Maior Alemão à revelia do povo russo, emergiram os potentados de maior ou menor tomo da nossa época. Presenciou-se então o fato espantoso de eclodir na Itália a ditadura fascista. Muito diversa da Rússia esta nação moderna, formada em 1870, portanto das mais jovens da Europa, conseguira reeditar a tradição romana no culto à jurisprudência. Do vinco formado, apresenta-se o povo italiano como um dos mais afeitos à legalidade, símbolo de proteção às instituições livres dentro dos princípios democráticos. No seu território medrou o socialismo humanitário parecido com o da irmã latina, a França, onde se registava fenômeno parecido. Era o tempo dos Labriola, Jaurés e mais protótipos do cidadão paradigma da Liberal Democracia bem pensante a despeito do seu marxismo teórico. Todos alimentavam o mesmo horror à violência, a começar pelas guerras de conquista entre europeus, porquanto voltada contra antípodas eram perfeitamente admissíveis. Entretanto, foi a Itália o primeiro Estado do Ocidente a sucumbir em consequência do clima revolucionário favorável ao ditador! Apode-

rou-se nessa altura do govêrno italiano o pequeno marxista que Lenine apontava como o teorista social de maior valor na península.

Seguiu-se outro semelhante na própria Rússia representado por Stalin. O advento do georgiano era inevitável. Hoje pretendem os sucessores de que êle se tornara aberração no seu partido. Chega tardiamente, porém, a declaração, por parte dos que estreitamente colaboraram com o atual anatemizado. Alguns até se mostravam mais realistas que o Rei quando Stalin imperava. O mais certo seria conceder o que registrará em pouco a história a seu respeito. O despotismo moderno é o desfêcho de uma série de eventos processados dentro do clima marxista quando passou da teoria à prática, numa sucessão de embates internos e externos, na política soviética moscovita e na internacional, que não permitiam outra solução. Num clima de violência só pode subsistir o ditador armado de poderes discricionários, como se evidenciou no advento de Stalin ao supremo poder e a morte de Trotski barbaramente suprimido. Um dos dois devia trágicamente sossobrar. O primeiro mandou sicários liquidarem o obstáculo. O segundo fomentava sublevações em Moscou na esperança que o adversário fôsse enforcado. Esses acontecimentos não são apenas reflexos do feitio criminoso de um ditador, mas acima de tudo da doutrina que estabeleceu clima favorável ao predomínio da força sôbre o direito.

No dia em que êsse clima causar horror à massa que lhe suporta o jugo, surgirá automaticamente a tendência contrária, ou seja, para evitar novos déspotas, implantar-se-á a divisão de poderes, o seu fraccionamento e por fim a temporariedade do seu exercício. E' a volta pura e simples à liberal democracia, com o seu excesso de liberdade, seu caráter dispersivo e anarquismo contrário ao gregarismo político. Acaso não surja outro ditador os dias do marxismo estão contados na

Rússia, e, o seu fim, trará o desaparecimento de todos os ditadores. Eles existem onde há ambiente propício para a sua manutenção, como foi o período em que existia um Hitler na Alemanha porque havia Stalin na Rússia, e, vice-versa, quando o georgiano justificava a sua presença no governo moscovita pela necessidade dos bolchevistas se defenderem dos nazistas. O mesmo fazem outros ditadores ainda existentes à vista do perigo que representa para os seus respectivos governos a ameaça marxista. Desaparecida esta não haverá mais motivo da presença dentro de um organismo político de órgão sem função.

Todavia, convém não nos iludirmos sobre tais sonhos. Enorme rescaldo de épocas passadas ainda permanece entre nós, a produzir intensa fermentação na terra e no ar. O entulho remanescente do passado demorará por longo espaço antes de ser completamente removido. Homens formados sob o signo dos mais ferrenhos preconceitos, prejuízos absurdos, desatinadas utopias, inclusive colonialismos agressivos, ocupam postos chaves na administração pública dos maiores países do mundo. Pertencem a outras gerações, moldadas pelos piores equívocos nocivos à coletividade. Imbuíram-se durante toda a sua vida de doutrinas baseadas na violência para chegarem à realização de seus sonhos. Esses indivíduos não podem compreender o mal que espalham, o obstáculo à vinda de tempos melhores que representam, o atraso que provocam à marcha das idéias, as confusões que adensam em torno de si. E, da violência erigida em magno fator político, advêm-lhes todas as modalidades colonialistas, possíveis, imaginárias, transportadas do terreno material ao intelectual e até espiritual, quando se esforçam por criar novo dogma para justificar os processos que empregam.

A morte de Stalin clareou o panorama internacional. Com êle desapareceu um sistema inteiro consubstanciado

pela sua pessoa. Escrevíamos antes do cataclisma de 1939, causado pelo marxismo, que não existia doutrina alguma nova a influir nos acontecimentos, senão meras expressões de stalinismo, hitlerismo e mussolinismo, que durariam tanto como os indivíduos que os provocavam. Os acontecimentos nos deram razão. Em tôdas as nações por onde passaram ditadores, regista-se o mesmo fenómeno de precariedade pelo que se esforçaram aplicar a poder de violência no povo. Tudo efêmero em tôrno dêles, nas idéias que espalhavam, no exemplo que davam, nos sucessores que desejavam, e, no entanto, milhares de fanáticos mostravam-se dispostos a matar quem êles designassem como os ismaelitas obedeciam ao Velho da Montanha!

Infelizmente em nações antigas que se jactam de civilizadas, também se encontram esses grupos influentes apegados a velhos sistemas perigosos à humanidade. Temos de dar tempo ao tempo antes de despontarem situações melhores, obtidas graças ao esforço de muitas gerações. Dispomos sem dúvida de alguns prenúncios de mudança do que em outra época representou pesadelo, e os últimos conflitos desenharam evolução benéfica, mas é apenas um comêço, que devemos acompanhar de perto, além dos esforços que nos forem exigidos a fim de evitar males do passado graças às lições do presente, em a nossa qualidade de herdeiros da civilização do Velho Mundo.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Abdul Hamid — 341.
Aberdeen — 175, 184, 196, 289.
Abreu e Brito, Domingos de — 43, 44, 45, 50.
Acabá — 116.
Adaruzan — 116, 160.
Adaruzan II — 129, 134, 137, 138, 140, 141, 166, 182.
Afonso Celso — 256.
Agoli-Agbo — 116.
Agongló — 116, 131, 134, 137, 138.
Agadjá, aliás Uebadjá, Trudo ou Tegbesú — 116, 118, 120, 121, 125, 129, 199, 200.
Albertini — 306, 370, 371.
Albuquerque Felner — 38, 50, 52, 53.
Albuquerque Lins — 336.
Alexandre VI — 67, 275.
Alembert, d' — 88, 89.
Allen, W. — 187.
Almeida, António — 209.
Almeida, Joaquim — 162, 164.
Almeida, Guilherme de — 388.
Almeida, Pedro Felix — 209.
Almeida, Tácito de — 388.
Almeida Prado — 231.
Alvaro, D. — 42, 43.
- Almeida, Vitor Cosme, aliás Olufade — 164.
Álvares d'Almada, André — 53, 63, 64.
Anchieta — 454.
Álvares Machado — 321, 322.
Andrade, Mário — 388, 390, 396.
Andrade, Osvald — 388, 396.
Andrada, José Bonifácio — 320.
Andrade, Coronel António Francisco de — 321.
Ângelo, João Vitor — 208.
Anhaia, Luís António de — 333.
Agbacu, António — 222.
Annunzio, Gabriele d' — 368, 392, 393, 398.
Amaro José — 72.
Amadeu, Ricardo Augusto — 208.
Aranhas — 321.
Aranha Barreto de Camargo, Joaquim de — 321.
Aranha, Graça — 388, 389.
Aranha, Joaquim de — 321.
Aranha II, Joaquim de — 322.
Aranha Pereira, Luís de — 388.
Araujo de Paiva, falso Marquês — 357.
Arens e Cia. — 335.

Argomedo, João de — 53.
 Ardra, Rei de — 116.
 Áscoli, Carlo — 370, 373, 402,
 412, 413.
 Assis Cintra — 417.
 Átila — 273.
 Arcos de Val de Vez, Conde
 dos — 321.
 Aosta, Duque d' — 379, 380.
 Asseca, Visconde — 152.
 Atouguia, Conde de — 123.
 Avelar Brotero — 278.
 Attólico — 384.
 Áustria, Arquiduques d' —
 441.
 Azeredo Coutinho, J. J. — 144,
 145.

B

Badoglio, Marechal — 381.
 Ballin — 261.
 Baependy, Conde de — 294.
 Baependy, Marquês de — 294.
 Balzac — 397.
 Bandeira Júnior, António —
 333, 334, 335, 336, 337,
 338.
 Barbosa, Ruy — 267.
 Barbot — 47, 65, 66, 72, 73,
 76, 104.
 Bardi, Pietro Maria — 338.
 Barleus — 375.
 Barrere, Embaixador — 13,
 379.
 Barreto Brandão, Tobias —
 209.
 Barreto, João — 38, 62.
 Barkly — 174.
 Barter, Edward — 62.
 Battel, André — 49, 52.
 Batista, Fr. Manoel — 53.
 Batista, Pedro João — 72.
 Bathurst — 62.

Basílio, D., aliás Basílio da
 Gama — 98.
 Beecher, Stowe, Harriet —
 198.
 Belarmino — 68.
 Bellara, J. B. — 181, 201.
 Benedetta, D. — 398.
 Beresford, Embaixador — 150,
 151, 152.
 Beyer, Gustav — 318.
 Binzer, Ina von, aliás Ulla von
 Eck — 230, 231, 232, 234,
 236, 237, 238, 239, 240,
 241, 243, 250, 260, 261, 263,
 298, 299, 327.
 Bianco, Francesco, 379.
 Bismark — 245.
 Bizzari, Prof. Edoardo — 391.
 Blanco, Pedro — 159, 185.
 Brandenburgo — 431.
 Brandenburgo, V. Eleitor
 Bragaglia — 392.
 Brise Miche, Madame — 365.
 Bragança, D. João Carlos An-
 tónio de — 136, 138, 139.
 Braganças — 274.
 Brecheret, Vitor — 388.
 Breves — 231.
 Brissot de Varville — 144.
 Bonaparte, Paulina — 198.
 Bonci — 361.
 Bonzon, Alfred — 417.
 Borgese — 431.
 Borges Ferraz, Marcos — 208.
 Borges de Barros — 122.
 Borghero, Padre — 161, 163,
 209.
 Borgonha, Duques de — 441.
 Bourbons de Nápoles — 359.
 Bourbons — 93, 442.
 Bouche, Padre Pierre — 162.
 Buellow, Chanceler — 228,
 245.

Brants Meyer — 198.
 Buarque de Macedo, Ministro — 235, 299.
 Bulfinch Lamb — 120, 199, 200.
 Buonaparte, Leticia — 17.
 Burns — 66.
 Burton, Richard — 71, 194, 292.
 Buscaglia, Felice — 292.
 Buxton — 144, 169.
 Buzzi, Paolo — 391.

C

Cabral, Pedr'Álvares — 20.
 Cá da Mosto — 55.
 Caffarelli — 397.
 Caillé, Monsieur — 134.
 Cairns, Lord — 289.
 Caius Grachus — 232.
 Caminhoá — 33.
 Campos Salles — 313.
 Canudo — 393.
 Carlos II — 142.
 Carlos d'Áustria — 103.
 Carlos V — 56, 104, 441, 453.
 Carli da Piacenza — 54, 66, 105.
 Carmo, Maria do — 208.
 Carneiro, Leão — 231, 283, 294.
 Cão, Diogo — 64.
 Carvalho e Mello, v. Marquês de Pombal
 Carvalho, Henrique de — 56.
 Caruso — 361.
 Capistrano de Abreu, João — 320.
 Castilho, António Feliciano de — 149.
 Capelo — 51.

Casas, Padre Bartolomeu de Las — 103.
 Castlereagh, Lord — 146, 153.
 Cassius Brutus — 232.
 Catarina, Rainha de Portugal — 42.
 Catrizzi — 391.
 Cavalotti — 250.
 Cavazzi da Montecûcolo — 66, 80.
 Cavour — 249.
 Caxias, Duque — 294.
 Cayrú — 126.
 Ciano, Conde — 254.
 Cidade, Prof. Hernani — 395.
 Cendrars, Blaise, aliás Sauer — 388, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 402, 403.
 Cerneira Pereira, Manoel — 53.
 Cerqueira Lima — 155, 200.
 Chadenat, Livreiro — 16.
 Channing — 102.
 Chaloner Ogle, Sir — 125.
 Chagas, Ângelo Custódio das — 208.
 Cheke, Markus — 98.
 Choiseuil — 95, 99, 125.
 Christie — 219.
 Chernovitz — 9.
 Charkson — 144, 197.
 Clenardo — 41.
 Cliffe, José — 85, 167, 170, 172, 175.
 Choderlos de Laclos, General — 199.
 Chelmsford, Lord — 289.
 Coelho, Luís — 127.
 Cogio, Pedro — 162, 209.
 Condorcet — 144.
 Corbière — 198.
 Cortez — 265, 454.

Collingwood, Almirante — 61.
 Coolidge, Calvin — 278.
 Conde de Linhares — 33.
 Costa, Hipólito da — 278.
 Costa, Sr. — 232, 237, 238.
 Cocteau — 393.
 Conde da Barca — 33.
 Croce, Benedetto — 230, 375,
 377, 417.
 Crow, Captain — 198.
 Correia de Mello, Couto de
 Barros, Antônio Carlos —
 388.
 Crespí, Conde — 336, 338,
 370.
 Cremonesi — 391.
 Cromwell, Lord Protector —
 82, 442.
 Cuacó — 214.
 Cunha Mattos Marechal —
 319.

D

Daco Donú — 116.
 Daladier — 16.
 D'Alembert — 88, 89.
 Dan — 116.
 Daumas Lartigues, firma —
 210.
 David — 350.
 Dapper — 72.
 Deacon, Gladys — 432.
 Delleda, Grazia — 393.
 De Mattia — 336.
 Dell'Aqua, Enrico — 336.
 De Vecchi — 381.
 Dei, Benedetto — 49.
 Demétrios, o falso — 66.
 De Nobili, Padre Roberto —
 67, 69.
 De Nobili, Cardeal — 68.

Deroulède — 247.
 De Grandpré — 75.
 Dias, João António — 208.
 Dessalines — 450.
 Dias, Paulo — 44.
 Diderot — 89.
 Dias, Sr. — 334.
 Dieudonné Rinchon — 50, 60,
 72, 112.
 Diniz, António — 57.
 D. Diogo, potentado do Con-
 go — 41, 42.
 Diogo Cão — 64.
 Dodds, General — 164.
 Disraeli — 447.
 Diaz, Marechal — 381.
 Djengis Khan — 273, 450.
 Dolfi — 391.
 Doroteu (de Sousa) — 210.
 Doin, Madame — 198.
 Dreyfus, Processo — 245.
 Domingos Rafael — 208.
 Djigiabú — 205.
 Dring, Cap. — 195.
 Drohojowska, Condessa — 198.
 Dumas, Alexandre — 198.
 Duclerc — 86.
 Duguay Trouin — 86.
 Duras, Duquesa de — 198.
 Du Tertre — 106.
 Du Jarric — 43.
 Dutra, General — 447.

E

Eck, Ulla von, aliás Ina von
 Binzer — 230, 231, 232,
 234, 235, 237, 238, 239,
 240, 241, 243, 250, 260,
 261, 263, 298, 299, 327.
 Eduardo VII — 431, 432, 433.

Eleitores de Brandenburgo —
94, 228, 230, 247, 431.
Ellis, A. B. — 205.
Ellis, Henry — 292.
Ender, Tomas — 61, 159, 294,
324, 397.
Engels — 271, 459.
Escodamé — 391.
Escragnolle Taunay, Alfredo
— 323, 328.
Ettore Fieramosca — 361.
Eusébio — 327.

F

Fabrizi, Aldo — 409.
Facta — 380, 381.
Falchi — 335.
Farfa — 391.
Farinelli — 361.
Fatema, potentado — 65.
Felipe II — 112, 441, 442.
Felipe V — 83.
Féraud, Achille — 160.
Fernandes Viana, Paulo —
294, 296.
Fernandes, Padre — 69.
Feijó, Regente — 283.
Ferreira da Rosa — 347, 353,
361.
Ferreira, João — 64.
Ferrero — 361.
Ferri, Enrico — 313, 332, 361,
388, 389.
Feval, Paul — 198.
Figueiredo, Fidelino de —
418.
Florence, Hércules, — 319,
322, 323.
Floriano, Marechal — 353.
Fillia — 391.
Flora, Francesco — 411.

Fiori di Coprani — 409, 412.
Foa, Prof. — 414.
Forain — 250, 443.
Focillon, Henria — 397.
Forbes — 223.
Folicaldi — 391.
Fracalanza — 336.
Francisco José — 260, 433.
Francisco I — 275.
Freddi — 314.
Frederico O Grande, aliás
Frederico II — 228, 247,
259.
Franca e Horta — 324.
Francisco Xavier, São — 67.
Francisco Vaz — 54.
Frei Manoel Batista — 53.
Francisca, aliás Chica — 160.
Fonseca Muniz — 209.
Freyre, Gilberto — 165.
Friederici, Georg — 39.

G

Gama, Luís — 164.
Gama, Basílio da — 97, 98.
Ganganelli — 98.
Gama Cerqueira de Carva-
lho, Luisita da — 227, 232,
238.
Garcez, Lucas — 349.
Gamelin — 416.
Garcia de Resende — 40.
Garibaldi — 223.
Gaxotte — 90, 94, 211.
Gazeau — 292.
Gbehanzin — 116.
Gestas, Conde de — 152, 157.
Gladstone — 85, 167, 170,
171, 172, 447.
Gengis Kan, aliás Djendgis —
273, 450.

Gerbino — 391.
 Glelé — 116, 208, 211, 214,
 217, 220, 221, 222, 223.
 Glidji, Rei de — 205.
 Giovanetti, L. V. — 347, 348,
 361, 404, 406, 413, 414.
 Godunof, Boris — 466.
 Goedelt, firma — 219.
 Goes, Damião de — 40.
 Gourg — 134.
 Golovnin — 152.
 Gnon nohuo Gante — 160.
 Gore Ouseley — 208.
 Gregório Magno — 69.
 Gregório XV — 59.
 Gregory — 124.
 Guerreiro, Fernão — 54, 62,
 64, 65, 66.
 Guillewin — 187.
 Goethe — 230.
 Goldman, Podreider — 348.
 Goldschmidt — 200.
 Goldschmidt, filho putativo
 de — 200.
 Grandi, Conde — 373.
 Greppi, Conde — 368.
 Guilherme o Conquistador —
 260.
 Guilherme II, aliás Kaiser —
 228, 245, 260, 431, 433,
 448.
 Guezô — 116, 129, 138, 139,
 140, 160, 166, 182, 183,
 201, 203, 206, 207, 208,
 211.
 Guatteri — 391.
 Guedes Penteadó, D. Olívia
 288.

H

Haboeck — 131.
 Habsburgos — 93, 247, 431,
 442.

Hall, Mister — 240.
 Hannon — 19.
 Harun al Raschid — 343.
 Hegel — 258.
 Henrique III, aliás Enrique
 Rei de Castela — 40.
 Hesse, Grão Duque de — 86.
 Hilier, John — 62.
 Higgins, D. J. — 180.
 Hilário, Tácito — 357.
 Hitler — 15, 16, 248, 253,
 263, 270, 401, 402, 417,
 419, 420, 431, 455, 456,
 462.
 Henckel von Donnesmark —
 357.
 Henderson, Neville — 443,
 455.
 Holbach — 89.
 Hollanda Cavalcanti — 175.
 Horn — 198.
 Hungerô — 160.
 Hutton, Thomas — 190, 193,
 194.

I

Iaveh, aliás Deus de Israel,
 ou Javeh — 440, 452.
 Imperatori, Ugo — 389.
 Isert, Dr. — 107.
 Ivan o Terrível — 66, 451.
 Ivens — 51.

J

Jaurès — 460.
 Jefferson — 258.
 Jesus, Benvinda Teresa de —
 209.
 Jesus, Leopoldina Teresa de
 — 209.
 Jorge, Francisco — 208.

João II — 41.
 João III — 22, 41, 294.
 João IV — 112.
 João V — 30, 123.
 João VI — 31, 85, 136, 138,
 146, 149, 150, 151, 154,
 155, 233, 237, 249, 283,
 286, 288, 293, 294, 300,
 327, 397.
 José Bonifácio — 320.
 José I — 29, 93, 123, 150,
 397.
 José Príncipe do Brasil — 99.
 Joinville, Príncipe de — 185,
 187.
 Johannowski — 375, 376.
 Jorge II, Rei da Grã Bretanha — 200.
 Jorge, Regente da Grã Bretanha — 150, 151, 153.
 Júlio III, Papa — 67.
 Junot — 31.

K

Kaiser — 245, 432, 443.
 Kaiserina — 432.
 Kiai Chri Broncon — 123.
 Kleberg — 334.
 Klopper, Isidoro — 352, 353.
 Kreider, Viuva — 211.
 Krueger, General — 250, 443.
 Krupp — 261.
 Kronprinz — 432.

L

Labat — 47, 48, 57, 66, 76,
 77, 79, 80, 108, 109, 112.
 Lançarote — 38.
 La Fayette — 144, 145.
 Lafitte — 161, 162.
 La Roncière — 79, 106.

Langsdorff, Cônsul — 152,
 319, 322.
 Labriola — 460.
 Lacedede — 144.
 La Rochefoucauld — 145, 146.
 Las Casas, Padre Bartolomeu
 de — 103, 454.
 Lacerda — 336.
 Lacerda, Moura — 396, 398.
 Lawrence The Arabian — 194.
 La Valette — 96, 97, 98.
 Lavínia — 232.
 Lavradio, Marquês de — 285.
 Leão XIII — 229.
 Le Herissé — 141.
 Leclerc, General — 197.
 Lenine — 276, 277, 379, 418,
 461.
 Leopoldina, Arquiduquesa —
 321.
 Leward, Captain — 202.
 Lewis — 198.
 Levasseur, la Mère — 89.
 Lidgerwood — 335.
 Linhares, Conde de — 157.
 Lino, Elesbão — 209.
 Lioncy Freres et Gouffre —
 96.
 Lobo da Silveira — 230.
 Lopes de Lima — 77, 195.
 Lopes, Eduardo — 49, 56.
 Lopes de Oliveira, Manoel —
 333.
 Lorena, Bernardo de — 324.
 Lucas, E. — 145, 197, 198.
 Luís XIV — 83, 91, 201, 297.
 Luís XV — 95, 96, 99.
 Luís XVI — 157.
 Luís Aníbal — 201.
 Luís António, Brigadeiro —
 238.
 Lunacharsky — 351.
 Lussi — 367.

M

- Madame de P. — 198.
 Maceió, Conde de — 152.
 Mac Gregor — 179, 180.
 Macula, Ferrúcio — 250, 252,
 307, 310, 314, 362, 382,
 429, 430, 431.
 Mac Hardy — 335.
 Malfatti, Anita — 388.
 Malfanti — 48.
 Mannesmann, Irmãos — 261.
 Mann, Heinrich — 233.
 Mainardi — 391.
 Maino — 391.
 Mallarmé — 410.
 Mariani, Mário — 384.
 Marinetti — 387, 390, 391,
 392, 393, 394, 395, 396,
 397, 398, 399, 402, 405.
 Marchesi — 391.
 Marinho de Azevedo, Prof.
 João — 401.
 Marinuzzi — 361.
 Mascagni — 361.
 Matarazzo, Conde — 336, 337,
 338, 339, 340.
 Matarazzo, José — 336.
 Matarazzo, Luís — 336.
 Mateotti — 371, 372.
 Mazzini — 249.
 Martineau, Miss — 192.
 Martins, Domingos Rafael —
 208, 215.
 Martins do Nascimento, Gui-
 lherme — 208.
 Martins Silva, Marcelino —
 208.
 Mayne Reid — 198.
 Maynard de Quilhe — 198.
 Marquesa de Santos — 320.
 Maw, John — 318.
 Manoel Batista, Frei — 53.
 Manoel, Traficante africano
 52.
 Manoel O Venturoso — 20,
 41.
 Maria I — 29, 150, 255, 298.
 Magrini — 314.
 Marrocos, Bibliotecário — 252.
 Martius — 318.
 Martins, Domingos José —
 155, 159, 209, 215.
 Medeiros, Francisco José —
 155, 163, 201, 202, 206,
 207, 208.
 Matos, Chevalier de — 167.
 Marat — 181.
 Marx — 10, 271, 330, 351,
 379, 433, 459.
 Mello Oliveira — 336.
 Mello Castro, Governador —
 321, 324.
 Melo Palheta — 284.
 Melville, Lord — 150.
 Melville Herskowitz — 131.
 Mendes, Luís — 53.
 Mercado, Frei Tomás de —
 102.
 Mendes Pinto, Fernão — 64.
 Merrimé, Prosper — 156, 198.
 Mesquita Filho, Júlio de —
 384.
 Milliet, Sérgio — 388.
 Mingo, António — 65.
 Molina, Luís de — 103.
 Moisés — 361.
 Moraes — 231.
 Mourgues — 284.
 Moriconi — 314.
 Monteiro de Barros, Rodrigo
 — 336.
 Montefiore, Sir Moses — 178.
 Moore, J. B. — 174, 175, 176.
 Morello "Rastignac" — 377.

Morais, Rubens de — 388.
 Monzini — 336.
 Mosso, De — 336.
 Monteiro, Francisco António — 208.
 Monleon — 187, 189.
 Morthamer — 110.
 Mowke — 152.
 Mueller, Prof. — 232.
 Mugnier, Henri — 388.
 Muenzer — 41.
 Mungo Park — 46, 47.
 Muniz, J. C. — 209.
 Mussolini — 13, 14, 15, 249, 253, 254, 276, 277, 310, 370, 372, 378, 379, 395, 381, 382, 395, 402, 403, 406, 408, 409, 418, 419, 420, 421.

N

Nan Agontinê — 138.
 Napoleão I — 143, 145, 197, 228, 229, 274, 293.
 Napoleão III — 17.
 Neiva, Artur — 317.
 Nelson — 61.
 Nicolau — 140.
 Niccodemi, Dário — 393.
 Neville Henderson — 443, 455.
 Neves, Joaquim das — 209.
 Nitti, Francesco Savério — 306, 310, 365, 370, 375, 380, 382, 383, 384, 386.
 Nitti, Francesco, Sobrinho — 367.
 Nogueira da Gama, Jacinto — 294.

O

Oberdan, aliás Wilhelm Oberdank — 249.
 O' Brian Hoare — 178, 208.
 Offenbach — 366.
 Oiabami — 163.
 Oere, Rei de — 65.
 Oliveira Abreu, Francisco de Paula — 323.
 Oliveira, Diniz de — 160.
 Olavo, Egidio — 336.
 Orleans, Casa de — 379.
 Oliveira, Damião de — 209.
 Olivier, Mr. — 134.
 Oliveira Cadornega — 50.
 Oronoko Tomo, Adomo — 200.
 Oliveira Coutinho, Saturnino de — 175.

P

Pallièrre, A. — 153, 249.
 Pagliarini — 97.
 Paula Camargo, Capitão Francisco de — 321, 322.
 Pais Leme — 153.
 Palmerston, Lord — 159, 186.
 Paulo I — 93.
 Paraíso, Inácio — 63.
 Paiva Manso, Visconde de — 50.
 Piacenza, Dionégio Carli da — 54, 66, 105.
 Pedra — 283, 294.
 Pedro O Grande — 271.
 Pedro I — 91, 183, 257, 283, 321.
 Pedro II — 32, 33, 118, 185, 186, 213, 235, 255, 283, 325.
 Penteadó, António — 337.

Penteado, Honório — 337.
 Penteado, Sylvio — 337.
 Pirro — 267.
 Pellegrini Gianpietro, Domé-
 nico — 338.
 Pereira Coutinho, Francisco
 — 21.
 Pengla ou Pedengria Massi-
 vavô — 121, 124, 133, 134.
 Pequeno Paraíso — 163, 164.
 Pereira Forjás — 52.
 Pereira Marinho, Joaquim —
 205.
 Petacci — 419.
 Pessano — 335.
 Picchia, Menotti del — 388.
 Piedade do Nascimento, Ma-
 ria — 209.
 Pierson, Donald — 298.
 Polillo, Raul de — 262.
 Pinto da Silveira, Pedro —
 209.
 Pinault — 98.
 Pina Manique, Intendente —
 29.
 Platel, Abade — 97.
 Pinto, Vicente — 137.
 Pinto da Silva, André — 155.
 Pinto Pacheco, Capitão — 139.
 Pirandello — 393.
 Pitó, André — 210.
 Pinheiro de Sousa, João aliás
 Itaparica — 208.
 Pizarro — 265, 454.
 Prado, Paulo — 386, 396, 416.
 Prado, Conselheiro Antônio
 — 320.
 Prado Jr., aliás Martinho da
 Silva — 232, 237, 331.
 Prado, aliás Costa — 237.
 Prestes, Júlio — 383.
 Prete, Carlo del — 361.
 Poério, Alexandre — 230.
 Polletti e Cia. — 336.

Pourcelet, Mr. de — 300.
 Poncet, François Embaixador
 — 254.
 Pommery, Madame — 354.
 Proença Gomes, Dámaso —
 352.
 Pombal, Marquês de — 29,
 91, 95, 98, 99, 150.
 Preste João — 38, 54.
 Pompadour, Marquesa de —
 95.
 Portugal, D. Fernando de —
 136.
 Possevino — 66.
 Prampolini — 393.
 Pritzewitz, Kurt von — 432.
 Prudente de Moraes — 313.
 Puglisi — 338.
 Puccini — 389.
 Pyrard de Laval — 49.

R

Rabelo, Baltasar — 51, 104.
 Radcliffe, Anna — 198.
 Ravenstein — 50.
 Randeynes le Père — 365.
 Rebelo — 104.
 Rennefort, Souchu de — 297.
 Regis e Cia. — 181, 206.
 Ridley — 261.
 Rego, João Antônio do —
 209.
 Reis Católicos — 103.
 Rei dos Franceses, aliás Luís
 Felipe — 187.
 Regnaud, Capitaine — 109.
 Refinetti, Irmãos — 335.
 Regoli — 336.
 Rei Bomba — 375.
 Reis de Espanha — 442.
 Rio Branco, Barão, aliás Ju-
 ca Paranhos — 256, 257.

Ricci, Padre — 69, 97.
 Rodrigues Alves — 313.
 Rodrigues, Jacinto — 208.
 Rodrigues, Padre — 68.
 Rodrigues, Francisco — 210.
 Rodrigues, Francisco, S. J. —
 44, 57.
 Rousseau — 89, 90, 181, 197.
 Reynal — 89, 197.
 Rops, Daniel — 67, 97.
 Roquefeuil, Condessa de —
 152, 157.
 Romeiro ou Rameiro, Dr. —
 231, 235, 238.
 Rosenbaum, Fanny — 355,
 357.
 Rodolfo, Arquiduque — 431.
 Rossi, Alice — 227.
 Rossi, Paulo Osir — 419.
 Roosevelt, Theodor — 278, 420,
 432.
 Rostand, Edmond — 247.

S

Sá, Mem de — 25.
 Saint Hilaire, Auguste de —
 230, 294, 295, 318.
 Saint Pièrre, Bernardin de —
 89.
 Sauvage, Chanceler da Bor-
 gonha — 103.
 Sandoval, Fr. — 82.
 São Francisco Xavier — 67.
 Santa Rita Durão, Fr. — 97.
 Sasseti — 41.
 Sanchez, Madame — 357.
 Sampaio, Bernardo — 322.
 Sanzin — 391.
 Sástago, Conde de — 441.
 Salles, Armando — 407.
 Santos Prado, Raymundo dos
 — 321.

Santos, Francisco José dos,
 aliás Alfaiate — 208, 209.
 Saint Lambert — 197.
 Scarfoglio — 306.
 Scenne, de — 152.
 Seabra da Silva, José — 98.
 Sebastião I — 43.
 Schmidt — 200.
 Schylocks — 25.
 Schmidt, Herr — 232.
 Severini — 393.
 Sechi, Irmãos — 336.
 Silva Prado, Cons. — 334.
 Silva Prado, D. Albertina da
 Silva — 237.
 Silva Prado, Martinho aliás
 Martinico da — 232, 237.
 Silva, Francisco Olímpio da
 — 208.
 Silva Serva, Manoel António
 da — 127.
 Siegfried — 260.
 Silveira, Domingos Francisco
 — 209.
 Sieyès — 144.
 Sesú, Cabeceiro — 133.
 Snelgrave — 45, 46.
 Solano, Francisco — 146.
 Simon, Michel — 404.
 Siciliano, Conde Alexandre
 — 336, 338.
 Simonetti — 391.
 Serao, Matilde — 393.
 Sensaud de Lavaud — 334.
 Soares Pereira — 208.
 Sorgenicht, Conrado — 334.
 Sousa Aranha, Francisco Egy-
 dio de — 321, 322.
 Sousa, Sr. — 232.
 Sousa, Lino de — 218.
 Sousa, Julião Felix de — 210,
 218, 219, 221, 222.
 Sousa, Isidoro — 203, 204,
 207, 211, 214, 223.

- Sousa, Francisco de - 215.
 Sousa, Inácio - 215.
 Sousa Magalhães, Inácio de - 208.
 Sousa, Francisco Felix - 135, 138, 140, 141, 159, 160, 161, 165, 166, 176, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 194, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 216, 218, 223.
 Sousa, Luís de - 137.
 Sousa, Francisco Xavier de - 139, 140.
 Sousa, Francisco Felix II - 215, 218.
 Sousa, Família - 186.
 Sousa, António - 203, 214.
 Sousa - 205.
 Sousa Maciel, Francisco de - 208.
 Sousa, Francisco Felix, Manuel, António, Julião, Julião Felix, Januário, Cândido, Lino, José, Pedro, Inácio, etc. - 185.
 Stalin - 15, 455, 456, 460, 462.
 Stetson - 16.
 Sousa, Maria, Amália, Sabina, Francisca, Antónia, etc. - 185.
 Sousas - 129.
 Strangford, Lord - 151.
 Stael, Madame de - 228.
 Sydney Smith - 61.
 Swansea, firma - 182, 209, 219.
 Sorrentino - 338.
 Sousa Queirós, Barão de - 336.
 Sousa Campos, José de - 322.

T

- Tácito - 249.
 Talbot - 46.
 Tamerlan - 450.
 Távora - 98.
 Taunay, V. d'Escragnolle
 Taunay, Afonso de - 412, 415.
 Tita Ruffo - 361, 370.
 Tito - 249, 282.
 Tibiriçá, Jorge - 313.
 Tegbesú - 116, 121, 122.
 Tolomeus - 23, 434, 453.
 Toussaint Louverture - 450.
 Thaon di Revel - 381.
 Trudo, aliás Agadjá - 200.
 Torrigiani - 366.
 Trotski, aliás Bronstein - 351, 448, 461.
 Tsar de Todas as Rússias - 451.
 Tres Rios, Marquês de - 328.
 Trevisan - 335.

U

- Uegadjá ou Agadjá - 116, 118.

V

- Vaz, António - 133.
 Vaz, Francisco - 54.
 Vargas - 235, 325.
 Van Swieten - 92.
 Vespúcio - 20, 331.
 Victória, Rainha - 16, 181, 194, 203, 250, 325, 443, 444, 447.

Vieira da Silva, António — 208.
 Vianello — 391.
 Velho da Montanha — 463.
 Verdi, Giuseppe — 392.
 Vila Lobos — 387, 388, 389.
 Vitor Hugo — 198.
 Von Wiese, Leopold — 94.
 Voltaire — 88, 89, 154.
 Vittorio Emmanuele — 14, 380, 381, 418, 433.
 Vittorio Emmanuele I — 249.

W

Wiese, Leopold von — 94.
 Wiburne — 118.

Wilbeorce — 144, 146.
 Wittelsbach — 431.
 Woodrow Wilson — 278.

X

Xaxá de Ajudá — 155.
 Ximenes, Cardeal — 103.
 Xinga, Ana — 76.

Z

Zaccaria, Irmãos — 336.
 Zambinella — 397.
 Zeppelin — 17.
 Zimmermann — 232.
 Zinovief — 351.

NOTA À PÁGINA 100

Deveria terminar a primeira parte do Cap. do Início do Tráfico Africano no último período desta página; o receio, porém, de tornar por demais alentado o volume por causa de divisões, nos levou a suprimi-las. O leitor relevará a brusca mudança de assunto aí verificada, que será evitada em subseqüentes edições, acaso venham a efetuar-se.

Outros pequenos senões ocorrem na nomenclatura de régulos daomeanos, diversamente grafada segundo a nacionalidade dos autores que lhes comentaram os feitos. Ostentavam esses potentados inúmeros apelidos, a se nos deparar em diferentes épocas na pena de indivíduos da mais variada origem, motivo de receber o mesmo déspota designações de acôrdo com as preferências dos seus comentadores. O interesse que suscita o assunto, não tardará, contudo, em trazer informes e retificações suscetíveis de sanar a confusão decorrente de excesso de nomes e títulos, comum a personagens africanos. O leitor inteligente já compreendeu, por certo, nossas dificuldades e lhes concedeu o devido desconto.

No índice onomástico ocorrem igualmente algumas incertezas, mas de modo geral somente incidentes em pontos de pouca importância, que não requerem demorado esclarecimento. Neste passo contamos também com a indulgência do leitor, principalmente se estiver familiarizado com as dificuldades que a todo momento surgem em historiografia.

Algumas opiniões sôbre o livro

T O M A S E N D E R

de

J. F. DE ALMEIDA PRADO

A respeito da obra Histórica e Sociológica de J. F. de Almeida Prado, de quem o inolvidável Afrânio Peixoto dizia, "*Agora, sim, temos uma história da Sociedade Brasileira*", reunimos aqui algumas opiniões de consagrados escritores portugueses, alemães, italianos, franceses, argentinos, brasileiros e outros, tais como Herbert Baldus, Hernani Cidade, Gilberto Freyre, Joaquim de Carvalho, Henri Sajous, entre os quais vemos as maiores expressões da intelectualidade portuguêsã, a respeito do livro de TOMAS ENDER do mesmo autor, publicado pela Companhia Editora Nacional.

"No seu excelente trabalho sôbre Tomas Ender publicou o autor volume editado pela Companhia Editora Nacional com 384 páginas, cento e tantas reproduções dos belíssimos desenhos do artista Ender".

GUILHERME AULER.

Tribuna de Petrópolis.

"Outro capítulo de todo interêsse é aquêlê que trata da música, arte da predileção do príncipe regente, como de resto de tôda a dinastia dos Braganças. Traça o historiador o quadro completo do ambiente musical do Rio de Janeiro, desde a música sacra, ao teatro.

O ambiente das ruas e das casas, o modo de vestir, as festas religiosas e profanas, a maneira de receber, o modo de comer e de dormir, o mobiliário e a arquitetura do Rio de Janeiro ao tempo de Ender, tudo isto constitui assunto dêsse livro de um mestre".

LAURÊNCIO LIMA.

O Jornal, Rio.

“A respeito do pintor austríaco Tomas Ender traz o A. um comentário alentado e excelente à época da sua visita ao Brasil, com ademais, o mérito de juntar riquíssima documentação histórica e social sôbre um dos períodos mais atraentes de nossa evolução”.

SÉRCIO MILLIET.

O Estado de S. Paulo.

“Obra fartamente documentada narra a propósito de Ender a vida brasileira entre 1817 e 18, com todos os seus antecedentes e subseqüentes, período decisivo em a nossa história por compreender o que o A. chamou “*Formação da classe dirigente brasileira*”.

FLÁVIO MOTTA.

Correio Paulistano.

“... o livro tem aspecto paralelo ou nuclear sociológico, focalizando “um episódio da formação da classe dirigente brasileira”.

A presente obra além do valor do texto que vale como história do início e desenvolvimento das artes plásticas no Brasil e ampla reconstituição de todo um período de transição, apresenta também interesse especial pelo material iconográfico”.

FOLHA DA MANHÃ.

Resenha dos Livros, 8/5/55.

“O obra de Tomas Ender no Brasil é prodigiosa messe histórica, digna de figurar, como diz o A, entre Debret e Rugendas, ilustradores máximos do passado carioca e brasileiro. Particularmente feliz foi o A. nas coloridas pinceladas com que descreve o quadro da côrte, com seus príncipes, dignitários, embaixadores e mais séquito de um soberano europeu do século 18, ao lado do ambiente artístico da época visto e revisto em todos os seus aspectos. Pensamos que autor algum brasileiro tenha alcançado tanta vivacidade e fidelidade em reconstituir fatos históricos, porquanto, por momentos, dá-nos impressão de se identificar graças a privilegiados dons de observador com os sucessos dos alvores da Independência como se estivesse presente aos fatos descritos...”

Demorariamos demasiado se intentássemos descrever o que há de curioso, quando não apaixonante, nos sucessivos capítulos de Tomas Ender, onde ocorre entre outros trechos dignos de

menção, o da família real vista por uma francesa de passagem pelo Rio de Janeiro”.

PIETRO MARIA BARDI.

Diretor do Museu de Arte de S. Paulo.

“Surpreendeu-me a sua erudição sobre música colonial. Tomas Ender é um livro notável, escrito por um mestre”.

KURT LANGE.

Instituto de Musicologia Argentino.

“Livre splendide que je lis et relis avec le plus grande intérêt et profit. Il passionne aussi bien le lecteur brésilien que le français, l'anglais l'allemand”.

HENRI SAJOUS.

École des Beaux Arts, Paris.

“O grande mérito de Tomas Ender é de sair da fórmula por demais regional dos trabalhos usualmente publicados no Brasil e passar para um âmbito universal que lhe concede situação ímpar em a nossa historiografia”.

MÁRIO NEME.

Associação Paulista de Escritores.

“O A. acaba de publicar fascinante ensaio com este objetivo sociológico: o de fixar e interpretar um episódio de formação da classe dirigente brasileira. Há sempre o que aprender nos seus ensaios e nem mesmo o mais caturra dos historiadores deixará de reconhecer virtudes no novo e admirável ensaio de Almeida Prado”.

GILBERTO FREYRE.

O Cruzeiro.

“Ce livre, Tomas Ender, est complètement différent des autres travaux d'histoire et de Sociologie brésiliens. Ecrit en deux mois il conserve sa spontanéité sur une base de profonde connaissance du sujet. Les appréciations surtout sur l'architecture du Brésil sont remarquables”.

JACQUES PILON.

École des Beaux Arts, Paris.

“O livro nos faz refletir sôbre inúmeros problemas de arquitetura, urbanismo e vida social brasileiros. A respeito de nossas coisas não conhecemos outro no gênero com os mesmos característicos. Incita ao pensamento e à discussão do modo mais elevado e proveitoso”.

LUÍS SAIA. *E. P. de S. Paulo.*

Diretor do D. S. P. H. A. N. de São Paulo.

“Quanto aos historiadores que o precederam, fêz bem o A. em corrigir afirmações de Oliveira Lima e Tobias Monteiro”.

HÉLIO VIANNA.

Correto.

“Le savant historien J. F. de Almeida Prado profite de tableau du Brésil peint par Ender, pour nous brosser, d'une main de maître, un autre tableau, celui de la Cour et de la classe dirigeante du pays en 1817 et 1818, époque de transition entre le Brésil colonial et le Brésil impérial, où le lecteur français lira avec particulier intérêt le chapitre sur les aventures de la mission artistique française de Lebreton, N. A. Taunay, Grandjean de Montigny et Debret”.

MERCURE DE FRANCE.

Mars, 1956.

“Penso que este é o seu melhor livro, por ser aquêle em que o erúditto se tornou plenamente historiador, e, o historiador se volveu em sociólogo retrospectivo, daí, o valor único destas suas páginas. Na historiografia brasileira ocupa Tomas Ender um ponto que nenhum lhe disputa, tanto mais quanto a termos e problemas, que o comum dos historiadores brasileiros vêem-se — ou têm visto — uniteralmente, como, entre outras partes, em Pernambuco. Constitui também uma lição aos investigadores de seu País, ao qual quero como segunda Pátria”.

JOAQUIM DE CARVALHO.

Lente de Filosofia da Universidade de Coimbra.

“O A. depois de tantos outros, e valiosos serviços prestados às nossas letras históricas, enriqueceu-as este ano com a publicação de Tomas Ender, mais uma preciosa contribuição, na qual não

sabe o estudioso o que mais admirar, se a fascinante série de desenhos brasileiros do artista austríaco, se as achegas do autor, e, especialmente, as suas revelações sôbre faces políticas e sociais do ocaso da dominação portuguguêsa no reinado de D. Maria I e regência de D. João. Recorrendo a arquivos epistolares, à correspondência de enviados estrangeiros, ao Diário Íntimo de Pallière, a cartas secretas de D. João VI e à autobiografia do próprio Ender, o A. lança jorros de luz, esclarecendo desvãos e recessos não considerados ou mal conhecidos dos historiadores”.

CARLOS RISSINI.

Última Hora.

“Li Tomas Ender com prazer e proveito e agradeço-lhe com felicitações sinceras pelo exaustivo da investigação, exposta com exemplar mestria, na ordenação, na clareza, na elegância, no poder aliciente. Dá-nos muito mais do que nos promete o título. Tomas Ender foi apenas o pretexto para aquela reanimação taumatúrgica do Brasil no tempo em que o príncipe, depois rei D. João VI, o preparava para a independência. Presenciamos através de suas páginas, na complexidade das várias formas de cultura e na convivência com tôdas as classes sociais, o grandioso monumento genético que da colônia fez nação. No largo painel nada se perde, nem o significado dos pormenores, nem a lição da composição magistral. Depois, a cada passo o sociólogo ultrapassa o erúdito, em sínteses perfeitas, mais oferecidas à meditação que à curiosidade”.

HERNANI CIDADE.

Academia de Ciências de Lisboa.

“Possui o A. uma arte especial para atrair e conquistar o leitor. Apresenta um quadro exato do ambiente e do momento histórico. Trata com clareza das condições econômicas, artísticas, religiosas e sociais, que dão ao livro uma movimentação e atrativo interessantíssimos. Tôda a vida brasileira daquela fase histórica é limpidamente narrada e documentada. Os estrangeiros que aqui vivem e os filhos de estrangeiros que aspiram a uma noção completa da história nacional, devem ler êste livro, que é claro, magnificamente documentado, completamente diverso dos seus similares e faz jús ao agradecimento de todos que se apaixonam pela história do Brasil”.

L. V. GIOVANETTI.

Diário de São Paulo.

“Trabalho interessantíssimo e da maior importância por incluir assunto capital em etnologia, que é o estudo dos choques culturais. A contribuição trazida pelo livro de Tomas Ender, nesse pouco conhecido setor das letras históricas brasileiras, foi das mais valiosas e oportunas. A documentação em grande parte inédita de vários capítulos, o modo como é analisada, o extraordinário poder de síntese do A., a sua clareza e concisão, tornam o Tomas Ender inestimável dádiva à historiografia e sociologia brasileiras (a que poderíamos também acrescentar a etnologia histórica), em que nada encontramos que lhe possa ser comparado”.

HERBERT BALDUS. — *Museu do Ipiranga.*

Lente de Etnografia do Instituto de Sociologia de S. Paulo. Doutor em Filosofia e Letras pela Academia de Berlim.

“O livro Tomas Ender apresenta-se completamente diverso dos seus antecessores acêrca do mesmo assunto. Prende-se o fato a ser o A., atualmente não só o melhor historiador brasileiro, como ainda o mais penetrante e original que até hoje entre nós apareceu”.

NELSON PALMA TRAVASSOS.

Revista dos Tribunais.